

# Segurança Pública:

Diagnóstico  
Conflitos  
Criminalidade  
Tecnologia da Informação



## Organizadores

Clay Anderson Nunes Chagas

Marcelo Quintino Galvão Baptista

Silvia Canaan Moraes de Oliveira

UNIVERSIDADE  
CABO VERDE  
**uniç**



A violência é um fenômeno complexo, resultante e causador de diversas determinações e interpretações sociais e tem ganhado nos últimos anos atenção especial. Sua existência decorre desde os primórdios, assumindo novas formas à medida que o homem vem construindo as sociedades ao longo dos anos. No campo da Segurança Pública a violência é estudada visando compreender sua dinâmica e os mecanismos adotados pelo Estado e Sociedade em prol de sua prevenção e controle. Neste contexto, este livro foi elaborado objetivando apresentar artigos oriundos de pesquisas relacionadas à Segurança Pública, com ênfase aos seguimentos Diagnóstico, Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

**SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DIAGNÓSTICO, CONFLITOS, CRIMINALIDADE E**  
**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

**Reitor**

Emmanuel Zagury Tourinho

**Vice-Reitor**

Gilmar Pereira da Silva

**Secretário de Gabinete**

Marcelo Quintino Galvão Baptista

**Pró-Reitor de Ensino de Graduação**

Edmar Tavares da Costa

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação**

Rômulo Simões Angélica

**Pró-Reitor de Extensão**

Nelson José de Souza Júnior

**Pró-Reitor de Relações Internacionais**

Horacio Schneider

**Pró-Reitor de Administração**

João Cauby de Almeida Júnior

**Pró-Reitora de Planejamento e**

**Desenvolvimento Institucional**

Raquel Trindade Borges

**Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal**

Karla Andreza Duarte Pinheiro de Miranda

**Prefeito**

Adriano Sales dos Santos Silva

**Reitora**

Judite Medina do Nascimento

**Vice-Reitor para as Relações**

**Internacionais e Cooperação**

António Lobo de Pina

**Vice-Reitora para a Extensão Universitária**

Astrigilda Silveira

**Pró-Reitora para a Pós-Graduação e**

**Investigação**

Sónia Silva Victória

**Pró-Reitor para a Graduação e CESP**

João Gomes Cardoso

**Administrador-Geral**

Mário Lima

**Director de Gabinete**

Salvador Moniz

**Brasil**

Edições UFPA

**Cabo Verde**

Edições Uni-CV

**Conselho Editorial**

António Maia de Jesus Chaves Neto (ICEN/UFPA)

Cássia Maria Carneiro Kahwage (ICEN/UFPA)

Dioniso de Souza Sampaio (Campus de Bragança/UFPA)

Edson Marcos Leal Soares Ramos (ICEN/UFPA)

João Crisóstomo Weyl de Albuquerque Costa (ITEC/UFPA)

Maria do Socorro da Costa Coelho (ICED/UFPA)

Paulo Pimentel de Assumpção (ICS/UFPA)

Réia Silvia Lemos da Costa e Silva Gomes (ICB/UFPA)

Silvana Nascimento da Silva (PROEX)

Verónica do Couto Abreu (ICSA/UFPA)

Silvia dos Santos de Almeida (ICEN/UFPA)

Marcelo Quintino Galvão Baptista (IFCH/UFPA)

Clay Anderson Nunes Chagas (IFCH/UFPA)

Maély Ferreira Holanda Ramos (ICED/UFPA)

Adrilayne dos Reis Araújo (ICEN/UFPA)

Ana Patrícia de Oliveira Fernandez (IFPA)

**SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DIAGNÓSTICO, CONFLITOS, CRIMINALIDADE E**  
**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**Clay Anderson Nunes Chagas**  
**Marcelo Quintino Galvão Baptista**  
**Silvia Canaan Moraes de Oliveira**  
**(Organizadores)**

UFPA / Edições Uni-CV  
Brasil / Cabo Verde - 2016

## **Ficha Catalográfica:**

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

Biblioteca Central / UFPA – Belém – Brasil

Biblioteca / Uni-CV – Praia–Cabo Verde

---

Segurança pública: diagnóstico, conflitos, criminalidade e tecnologia da informação. / organizadores: Clay Anderson Nunes Chagas, Marcelo Quintino Galvão Baptista, Silvia Canaan Moraes de Oliveira. — Belém: UFPA, 2016.  
— Praia: Edições Uni-CV, 2016.

412 p.: il, 23 cm

ISBN 9788563189493 (Brasil)

ISBN 9789898707284 (Cabo Verde)

ISBN 978-85-63728-41-8 (E-book)

1. Violência – Pará. 2. Conflito social – Pará. 3. Segurança Pública – Pará. 4. Criminalidade – Pará. I. Chagas, Clay Anderson Nunes, org. II. Galvão-Baptista, Marcelo Quintino, org. III. Canaan-Oliveira, Silvia Moraes de, org.

CDD: 23. ed. 303.6098115

---

## Agradecimentos



Somos gratos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasil, que possibilitou a parceria entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) na elaboração dos artigos. Estendemos nossa gratidão aos professores e bolsistas vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas Estatísticas e Computacionais (GEPEC) e Laboratório de Sistema de Informação e Georreferenciamento (LASIG) pelas contribuições e trabalho árduo. Agradecemos especialmente à Rosália Thainá da Silva Moraes, Thays Suelen Brito Santos e Gelilza Salazar Costa pelas suas valiosas contribuições.



## **Prefácio**

A violência é um fenômeno complexo, resultante e causador de diversas determinações e interpretações sociais e tem ganhado nos últimos anos atenção especial. Sua existência decorre desde os primórdios, assumindo novas formas à medida que o homem vem construindo as sociedades ao longo dos anos.

No campo da Segurança Pública a violência é estudada visando compreender sua dinâmica e os mecanismos adotados pelo Estado e a sociedade em prol de sua prevenção e controle. Neste contexto, este livro foi elaborado objetivando apresentar artigos oriundos de pesquisas relacionadas à Segurança Pública, com ênfase aos segmentos Diagnóstico, Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

A experiência e a composição multidisciplinar dos autores no campo da Segurança Pública merecem destaque, pois propiciam a compreensão mais profunda de questões relacionadas a Gestão, Violência de Gênero, Violência Urbana, Crimes Tecnológicos, Homicídios, Sistema Prisional, Saúde, Educação, Tráfico de Pessoas e Crimes de Trânsito. Os resultados das pesquisas demonstram ser extremamente necessária a adoção imediata de políticas que visem ao enfrentamento da violência, com o intuito de evitar que esta tome proporções alarmantes.

Finalmente, esta obra é destinada aos agentes de segurança pública e privada, a alunos de graduação e pós-graduação em Segurança Pública e a todos aqueles que se preocupam em encontrar soluções para os problemas da Segurança Pública.

Os Autores



ISBN

Brasil



Prefixo Editorial: 63189

# SUMÁRIO

<b>Algumas reflexões sobre a deslegitimação do sistema penal pela crítica criminológica</b>	11
<i>Marcus Alan de Melo Gomes, Michelle Barbosa de Brito</i>	
<b>Perfil da criminalidade em Belém: um estudo no bairro Jurunas</b>	29
<i>Luana Andressa Freitas Ribeiro Peres, Silvia dos Santos de Almeida, Adrilayne dos Reis Araújo</i>	
<b>Perfil dos policiais infratores da Polícia Nacional de Cabo Verde</b>	47
<i>Herminio Manuel Moniz da Veiga, José Luiz de Carvalho Lisboa, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Silvia dos Santos de Almeida, José Gracildo de Carvalho Júnior</i>	
<b>A tatuagem como meio de identificação humana</b>	65
<i>Maria Betânia Moraes Lisbôa, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Silvia dos Santos de Almeida</i>	
<b>Formação qualificada stricto-sensu em segurança pública e os desafios para uma agenda política e pesquisas no campo: reflexões sobre a produção intelectual discente do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da UFBA, 2012 a 2015</b>	83
<i>Ivone Freire Costa, Anderson Souza da Silva, Alex Agra Ramos</i>	
<b>Estudo sobre as ocorrências de roubo no mês de julho do triênio 2012-2014, no distrito de Mosqueiro, Belém, Pará, Brasil</b>	101
<i>Leidiane Souza de Almeida, Anderson Luiz Oliveira Lima, Adriano Roberto de Souza Ferreira, Ilca Patrícia Caldas Cardoso, Silvia dos Santos de Almeida</i>	
<b>A Teoria das Restrições como instrumento para melhoria das organizações de segurança pública e justiça criminal</b>	121
<i>Amauri Gonçalves Rezende, Henrique Geaquinto Herkenhoff</i>	
<b>O adocimento do profissional de segurança pública: uma revisão sistemática da literatura</b>	145
<i>Simone Edoron Machado Araújo, Marcelo Quintino Galvão Baptista, Silvia Canaan Moraes de Oliveira</i>	
<b>Roubo e furto de veículos automotores: a trajetória do Estado do Pará</b>	165
<i>Marilene da Silva Tavares, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Auricélia Costa de Aguiar Silva, Edilson Brito Costa</i>	
<b>Produção do espaço e a criminalidade na Cidade da Praia, Cabo Verde</b>	185
<i>Gilson Bento Correia, Clay Anderson Nunes Chagas</i>	
<b>Políticas municipais de prevenção à violência no Brasil: análise dos desafios e experiências pontuais de Diadema/SP e Canoas/RS no campo da segurança pública</b>	203
<i>Marlene Inês Spaniol</i>	

<b>Perfil da capacidade de atendimento da Gerência de Perícias de Balística de Cuiabá às demandas de exames periciais na Região Metropolitana de Cuiabá</b>	235
<i>Renato Barbosa Guanaes Simões, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
<b>Violência contra a mulher no município de Belém narrada pela mídia paraense</b>	255
<i>Andrey Ferreira da Silva, Vera Lúcia de Azevedo Lima, Cristiane Nazaré Pamplona de Souza, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Álvaro Pereira</i>	
<b>Perfil das vítimas dos crimes de roubos na Região Metropolitana de Belém</b>	269
<i>Lorena Maria Amoras Corrêa, Elson Luiz Brito da Silva, Silvia dos Santos de Almeida, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Adrilayne dos Reis Araújo</i>	
<b>Imigrantes de Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal em Cabo Verde no período de 2006 a 2010: razões da imigração, grau de integração e interação social com os cabo-verdianos</b>	275
<i>Augusto Andrade Mendes Teixeira, Marcelo Quintino Galvão Baptista, Edson Marcos Leal Soares Ramos, José Luiz de Carvalho Lisboa</i>	
<b>A percepção sobre o <i>modus operandi</i> do crime de roubo em Belém do Pará</b>	297
<i>Lucidéia Santos Cavalcante, Silvia dos Santos de Almeida, Rosália Thainá da Silva Moraes, Thays Suelen Brito Santos, Adrilayne dos Reis Araújo</i>	
<b>A letalidade policial no Pará</b>	319
<i>Carlos Stilianidi Garcia, Samara Viana Costa, Alexandra Bernardes Galdez de Andrade, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
<b>Segurança pública na fronteira oeste de Mato Grosso: Cáceres, rota de turismo, tráfico e intercâmbios</b>	337
<i>Naldson Ramos da Costa</i>	
<b>Impacto das intoxicações por substâncias tóxicas de guerra: o papel do Centro de Toxicologia de Angola</b>	361
<i>André Pedro Neto, Yamilet Garcia González, Juana Maggie Torriente Valle, Rodelin Oliveros Oliveros, Catarina Gregório Gaspar</i>	
<b>Homicídio de mulheres: os casos de Macapá-AP e Ananindeua-PA</b>	373
<i>Leidiane Souza de Almeida, Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa, Clay Anderson Nunes Chagas, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
<b>Caminhos e descaminhos dos Direitos Humanos no contexto policial militar</b>	389
<i>Cristiane do Socorro Loureiro Lima, Verônica do Couto Abreu, Vera de Souza Paracampo</i>	
<b>Índice Remissivo</b>	409

# CAPÍTULO 1

## Algumas reflexões sobre a deslegitimação do sistema penal pela crítica criminológica

### **Marcus Alan de Melo Gomes**

Doutor e mestre em Direito (PUC/SP). Pós-doutor pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra (Portugal). Professor Associado da UFPA. Professor convidado da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (Portugal). *Visiting Scholar na Universidade de Durham (Durham Law School)*, Inglaterra, em 2015. Juiz de Direito em Belém. Belém – Pará – Brasil. marcusalan60@hotmail.com

### **Michelle Barbosa de Brito**

Doutoranda e mestre em Direito (UFPA). Especialista em Ciências Penais (UNISUL). Analista Jurídico do Ministério Público do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. michellebbrito@gmail.com

### **Resumo**

O presente artigo analisa algumas contribuições do pensamento criminológico para a deslegitimação do sistema punitivo. O cárcere, enquanto instituição pilar da coerção penal, é abordado a partir de um enfoque histórico que termina por desvelar as funções oficialmente atribuídas à pena e que, em tese, justificariam o emprego da prisão com propósitos preventivos. Constata-se, contudo, que os dados constantes no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional em relação à realidade prisional brasileira confirmam a crítica criminológica que denuncia a seletividade do controle penal e seu viés ideológico. Por fim, aspectos do discurso punitivo que legitimam o sistema penal são confrontados com a desconstrução teórica promovida pela criminologia crítica, de modo a se demonstrar o paradoxo entre os danos individuais e sociais causados pelo encarceramento e aquilo que se pretende declaradamente com ele alcançar.

**Palavras-chave:** Cárcere. Seletividade. Criminologia.

## Introdução

A história do sistema penal tem sido marcada por um interminável debate acerca de sua legitimação. Isso se deve, em grande medida, ao paradoxo que tensiona os discursos de justificação do controle penal (repressão e prevenção) e os resultados concretamente alcançados pela atuação das agências penais (polícia, justiça criminal e sistema penitenciário), claramente conflitantes e contraditórios. Não é preciso olhar com muita atenção para perceber que o modelo securitarista e de defesa social, de resto ainda vigorante nas sociedades ocidentais em pleno século XXI, não previne delinquência nem promove reinserção social. Ao contrário, os efeitos mais contundentes da política criminal orientada pelo punitivismo, facilmente verificáveis em qualquer delegacia de polícia, tribunal ou estabelecimento prisional do país, são a exclusão, a estigmatização e a desumanização da resposta penal.

Nada obstante, nunca houve tanta resistência à crítica criminológica fora do ambiente acadêmico e das discussões promovidas em seminários científicos. As distorções e as incongruências do sistema penal parecem avançar velozmente na contramão das exigências de sua racionalização, a despeito do empenho de uma parcela do pensamento criminológico em denunciar esse quadro e refutar seus fundamentos teóricos. A ruptura paradigmática promovida pela teoria do etiquetamento (*labelling approach*) modificou o enfoque positivista da criminologia, com o salto da etiologia assentada no ideário da defesa social para o modelo da reação social, estabelecendo-se as premissas para o desenvolvimento do saber criminológico crítico. Começou-se a discutir, com isso, o conteúdo político das normas legais e da atuação das agências penais.

A partir de reflexões críticas, os institutos e as instituições pilares do sistema penal, tais como a prisão, passaram a ser questionados, iniciando-se um movimento de superação dos parâmetros teóricos estabelecidos pela criminologia positivista. Ao invés de se preocupar com o criminoso, a criminologia crítica, inspirada no materialismo histórico (marxismo), concentrou sua atenção no aparelho estatal e nos processos de criminalização que reforçam a divisão social de classes.

O presente artigo pretende analisar o lugar da criminologia crítica na desconstrução dos discursos repressivos e dos conceitos que sustentam

o sistema punitivo, com o propósito de demonstrar que aquela, ao se encarregar da crítica ao controle penal, desempenha importante papel na compreensão do real funcionamento das agências penais.

## Revisão bibliográfica

A chamada criminologia positivista, de base biopsicológica, buscava explicar os comportamentos desviados tomando a delinquência como um dado ontológico, que precedia à reação social e ao direito penal. Tentava, portanto, estudar as causas da criminalidade concebida como uma experiência humana pré-constituída (BARATTA, 2011).

Castro (2005) explica que para o positivismo imperava o que podia ser convalidado empiricamente, prevalecendo as correlações causais compreendidas segundo o paradigma da cientificidade. Subjetividades ou intencionalidades não eram suscetíveis de investigação pelas ciências sociais, razão pela qual a conduta humana era reduzida a um processo objetivo e causal. Desse modo, a criminologia positivista não questionava o sentido e a ordem das coisas na natureza. Empenhava-se tão somente em identificá-la e descrevê-la ontologicamente.

Considerando que as origens do pensamento positivista foram estabelecidas por uma necessidade política, Castro (2005) observa ainda que, para essa corrente, a ordem social em direção ao progresso alcançaria, ao final, a “sociedade positiva”, de sorte que tal evolução não poderia alterar os elementos e valores estruturais da vida coletiva, como a propriedade. Assim, o positivismo preservava o *status quo* burguês e negava a verdadeira mudança social.

Esse panorama político serviu para que, no campo criminológico, a delinquência fosse tratada como uma anormalidade, uma patologia social, diferenciando-se, a partir desses critérios, o grupo que deveria ser controlado daquele que merecia a proteção do sistema penal. Estabeleceu-se, portanto, uma associação entre o cárcere e o pobre, tido como perigoso e anormal, de sorte que o estereótipo do delinquente recaía sempre sobre as camadas sociais materialmente desfavorecidas. A criminologia positivista exercia, portanto, uma função legitimadora dos interesses da classe dominante, o que só veio a ser questionado pela criminologia crítica, cuja fundamentação marxista baseava-se no modelo de conflito segundo o

qual a lei penal satisfazia preferencialmente os interesses dos detentores do capital e dos meios de produção (classe dominante), e promovia a exclusão dos que não tinham capacidade de consumo (CASTRO, 2005).

O primeiro passo para a promoção do saber criminológico de viés crítico foi dado pela *teoria do etiquetamento (labelling approach)*, na medida em que considerou o desviante um indivíduo estigmatizado pelos mecanismos de poder. Segundo De Giorgi (2006), apesar da inquestionável importância dos teóricos do etiquetamento para o desenvolvimento da crítica criminológica, a perspectiva adotada por eles permanecia no campo da microssociologia, com todas as limitações que decorrem dessa perspectiva, já que trabalhavam com uma imagem do poder punitivo descontextualizada do momento histórico. Já a criminologia crítica, de acordo com o autor italiano, passou a concentrar sua análise no papel desempenhado pelos aparelhos repressivos em relação às dinâmicas econômicas atuais, particularmente preocupada com o funcionamento do mercado de trabalho nas sociedades industrializadas.

Na década de 1960, com a mudança de paradigma provocada especialmente pelo *labelling approach* – da etiologia para a reação social – surgiram novas abordagens da questão criminal no seio de movimentos sociais, que se agruparam sob a denominação de “criminologia crítica”, “nova criminologia”, “criminologia radical” ou “criminologia marxista”. Na década de 1970, a criminologia crítica já congregava várias posições distintas “que se assemelhavam mais naquilo que criticavam do que naquilo que propunham”, segundo observado por Cohen (apud ANITUA, 2008, p. 657).

Tanto no marco norte-americano quanto no marco europeu, a crítica criminológica encontrou resistência por parte das instituições estatais, uma vez que se insurgia contra a criminologia oficial e a contribuição do Estado nos processos de criminalização. Começou-se a denunciar, incomodamente, o que até então não havia sido objeto de reflexão (ANITUA, 2008).

A criminologia crítica deslocou o enfoque teórico etiológico, concentrado nas causas do desvio (abordagem microssociológica), para as condições objetivas, estruturais e funcionais estabelecidas na origem dos fenômenos desviantes (abordagem macrossociológica), de modo que o interesse cognoscitivo se voltou para os mecanismos sociais e

institucionais que constroem a “realidade social” e desencadeiam os processos de criminalização (BARATTA, 2011).

Segundo Baratta (2011), na perspectiva da criminologia crítica, a delinquência revela-se, principalmente, como um *status* atribuído a determinados indivíduos, mediante dupla seleção: na primeira, chamada *criminalização primária*, são selecionados os bens que receberão proteção penal e definidos os comportamentos considerados ofensivos; na segunda, designada *criminalização secundária*, são selecionados alguns indivíduos, dentre todos os que incorrem em infrações a normas penais, como alvos das agências punitivas (polícia e justiça criminal). Há, portanto, uma distribuição desigual da criminalização e, conseqüentemente, da punição.

Não obstante todos os avanços do saber criminológico crítico, Andrade (2003) observa que a criminologia positivista, desenvolvida com base no paradigma etiológico, permanece predominante no senso comum, inclusive jurídico, e ainda confere sustentação ideológica ao modelo de “combate à criminalidade” por meio do sistema penal, que ingressa no século XXI mais fortalecido, naturalmente por motivos políticos, e não científicos.

### **Criminologia crítica, cárcere e controle social<sup>1</sup>**

De Giorgi (2006) observa que o surgimento da criminologia crítica estimulou investigações sobre a história da pena que, até então, era tida como um importante passo da humanidade no caminho da racionalização da punição. A crítica criminológica definiu a pena levando em conta as relações sociais de poder: uma “concatenação de estratégias com as quais a ordem capitalista impôs, no tempo, suas formas peculiares de subordinação e repressão de classe” (DE GIORGI, 2006, p. 135). A preocupação com o cárcere e as práticas de controle penal foi uma consequência inevitável dessa mudança conceitual.

Para bem compreender o papel atualmente desempenhado pelo cárcere no sistema punitivo, é necessária uma breve digressão histórica. Remontando aos séculos XVII-XVIII, Rusche e Kirchheimer (2004)

---

<sup>1</sup> Utilizaremos o sentido atribuído por Castro (2005, p. 43) ao “controle social” como “as medidas tendentes à manutenção e reprodução da ordem socioeconômica e política estabelecida”.



observam que a primeira forma de prisão estava estreitamente ligada às casas de correção manufatureiras, já que o objetivo principal não era a recuperação dos reclusos, mas sim a exploração da sua força de trabalho. Nessa fase, o lucro era a principal motivação para o aprisionamento como estratégia punitiva, com o cárcere inserindo todo o sistema penal no programa mercantilista de Estado.

Ainda segundo Rusche e Kirchheimer (2004), a Revolução Industrial retirou o valor do trabalho manual, e a prisão deixou, portanto, de ser lucrativa. O encarceramento tornou-se então uma simples forma de tortura. Os presos eram obrigados a realizar tarefas sem qualquer utilidade, como carregar pedras de um lugar para outro ou mover moinhos que não funcionavam – os chamados “moinhos de pé”.

De Giorgi (2006), com apoio em Foucault, menciona que entre os séculos XVII e XVIII as estratégias do poder punitivo na Europa foram mudando lentamente, passando de uma função *negativa* (destruição e eliminação física) a uma função *positiva* (recuperação e disciplinamento). Segundo o autor, essa mudança dá início à era do “grande encarceramento”, em que se inaugura o modelo de controle social *disciplinar* que vai caracterizar toda a fase de expansão da sociedade industrial até o seu apogeu, na primeira metade do século XX.

Melossi e Pavarini (2006) explicam que, historicamente, ao contrário do que se poderia pensar, o cárcere nunca foi, de fato, útil como fábrica de mercadorias. Seria mais acertado reconhecer que as finalidades alcançadas por ele se estruturaram (organização interna) sobre o modelo da fábrica/manufatura. Em sua origem histórica, o cárcere perseguiu com sucesso o propósito de transformar o criminoso em proletário, convertendo o homem violento, inquieto e impulsivo (sujeito real), em indivíduo disciplinado, previsível e domesticado (sujeito ideal).

Nas palavras de De Giorgi (2006, p. 45):

O cárcere representa a materialização de um modelo ideal de sociedade capitalista industrial, um modelo que se consolida através do processo de ‘desconstrução’ e ‘reconstrução’ contínua dos indivíduos no interior da instituição penitenciária. O pobre se torna criminoso, o criminoso se torna prisioneiro e, enfim, o prisioneiro se transforma em proletário.

Assim se desenvolveu o *panoptismo*, movimento ideológico baseado na intervenção institucional de tipo disciplinar, que cresceu nos Estados Unidos no século XIX. O autocontrole e a disciplina eram considerados, nesse modelo, a chave da salvação do homem, que precisava demonstrar, por seu comportamento, sua sujeição ao poder (MELOSSI; PAVARINI, 2006).

A segunda era do grande encarceramento surge, conforme explica De Giorgi (2006), no final século XX, desassociada, todavia, de propósitos disciplinares utópicos. Sua essência estava na definição de um espaço de contenção da população excedente em relação ao sistema de produção vigente. No capital globalizado, o novo utensílio da produção pós-fordista (pós-modelo industrial) é a comunicação/informação, o saber, a cultura e as relações sociais. Privilegiam-se as competências, as habilidades e as atitudes. Por mais qualidade e menos quantidade, agora a condição de *não saber* orienta os dispositivos de controle para uma função de neutralização e de contenção do excesso, compondo os sujeitos enquadrados nas chamadas *classes de risco*, a exemplo dos imigrantes clandestinos e dos toxicodependentes.

Garland (2008) afirma que a opinião atualmente dominante é a de que *a prisão funciona*, mas não como um mecanismo de reabilitação, tal como pretendia a criminologia positivista, que apostava no tratamento correccional individualizado. O cárcere é um mecanismo de neutralização e retribuição a serviço das demandas populares por segurança pública e punição rigorosa.

Entre as quatro estratégias que indica para uma política criminal das classes subalternas, Baratta (2011) defende a abolição do cárcere, considerando a consciência do seu fracasso histórico<sup>2</sup> para os fins de

---

<sup>2</sup> Em *Punição e estrutura social*, Rusche e Kirchheimer (2004, p. 271) demonstram, a partir de dados estatísticos sobre taxas de criminalidade e métodos de execução penal em países europeus como Inglaterra, França e Alemanha, que “a taxa de criminalidade não é afetada pela política penal, mas está intimamente dependente do desenvolvimento econômico”. Em períodos de estabilidade econômica, política e social, houve queda das taxas de criminalidade e em períodos de crise, houve aumento. De acordo com os autores (2004, p. 282), “a futilidade da punição severa e o tratamento cruel podem ser testados mais de mil vezes, mas enquanto a sociedade não estiver apta a resolver seus problemas sociais, a repressão, o caminho aparentemente mais fácil, será sempre bem aceita. Ela possibilita a ilusão de segurança encobrendo os sintomas da doença

controle do crime e reinserção do desviante na sociedade, o que se daria por etapas, com especial destaque para o alargamento do sistema de medidas alternativas.

Posteriormente, Alessandro Baratta (2006) fala do resgate da ideia de reintegração do condenado como um projeto que se realiza não por meio do cárcere, mas *apesar* do cárcere, em um espaço de prestação de serviços e reconhecimento de direitos para a formação do indivíduo – inclusive pela via do trabalho - que neutralizem o efeito excludente da prisão. Não se trata, portanto, de um projeto de manipulação da personalidade, tal como ecoa dos conceitos de reeducar e ressocializar, derivados da criminologia positivista<sup>3</sup>, mas sim de uma redefinição da ideia de *reintegração*, de sorte que sejam assegurados os direitos do homem encarcerado mediante a prestação de serviços por parte do Estado.

Sem desconsiderar o otimismo do resgate da ideia de reintegração do condenado desenvolvida por Baratta, estamos de acordo com Andrade (2014, p. 317), quando observa que entre o discurso declarado e as reais funções, “a prisão vai contraditoriamente se tornando o que sempre foi, ela vai ficando nua, porque o que interessa hoje é ‘neutralizar’ a exclusão social”.

As investigações da criminologia crítica sobre o cárcere como mecanismo de controle social demonstram claramente a falácia das funções atribuídas à pena que, a pretexto de tentarem conferir uma finalidade justificadora (prevenção especial e geral) e de legitimação do

---

social com um sistema legal e julgamentos de valor moral. Há um paradoxo no fato de que o progresso do conhecimento humano tornou o problema do tratamento penal mais compreensível e mais perto de uma solução, enquanto a questão de uma revisão fundamental na política penal parece estar hoje mais longe do que nunca, por causa de sua dependência funcional a uma dada ordem social”.

<sup>3</sup> Segundo Castro (2005, p. 48), a “reabilitação (ou ressocialização, reeducação, reinserção, readaptação, etc., são centenas os qualificativos similares) constitui o mais refinado instrumento ideológico, mas também violento, de dominação. Através desses conceitos, que têm como pressuposto básico a inquestionabilidade dos valores representados no código ou, ao menos, a presunção de um consenso em torno deles, os indivíduos de conduta dissonante (delinquentes) serão forçados a aceitar de novo os valores rejeitados. Forçados no seu nível mais íntimo – e, portanto, mais refinadamente violento -, o do convencimento, o da aceitação profunda do sistema”.

poder punitivo, escamoteiam o verdadeiro propósito do controle penal. Apesar de a criminologia denunciar a total inidoneidade da pena para a realização dos fins que lhe são atribuídos, persiste o discurso (oficial) e a crença (senso comum) de que a prisão é a melhor (talvez a única) solução para o problema da criminalidade.

Castro (2005, p. 49), ao tratar da ressocialização na perspectiva da criminologia positivista, observa que uma pesquisa realizada nos Estados Unidos aponta para o fracasso dos tratamentos destinados à reabilitação, uma vez que os índices de reincidência permanecem significativos, apesar dos anos e milhões de dólares investidos e a utilização de fórmulas e complexas técnicas de tratamento. A autora lança, contudo, o seguinte questionamento: “Mas será que o tratamento realmente fracassou?” Segue afirmando que os fins explícitos da prisão e do tratamento tenham, talvez, fracassado, no entanto seus fins implícitos foram alcançados com sucesso, já que o cárcere aprofunda a divisão social de classes e confirma as teorias do senso comum que, ao separarem os grupos delinquentes dos não delinquentes, sedimentam a estratificação social, tangenciando os questionamentos ao sistema penal.

## **O sistema carcerário brasileiro em números**

A análise da realidade prisional brasileira confirma a crítica criminológica em relação ao cárcere enquanto dispositivo de neutralização e exclusão social. Segundo os dados levantados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em dezembro de 2014 (INFOPEN, 2014), o Brasil tem uma população prisional total de 622.202, entre presos provisórios e condenados. É a quarta maior população prisional do mundo, em termos absolutos, ficando atrás somente dos Estados Unidos, China e Rússia. Em termos relativos, considerando a taxa de aprisionamento (número de presos para cada cem mil habitantes) em países com população de no mínimo 10 milhões de pessoas, o Brasil ocupa a sexta posição (306 presos por 100.000 habitantes), depois dos Estados Unidos, Cuba, Tailândia, Rússia e Ruanda. O estudo elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional valeu-se de informações encaminhadas pelas unidades prisionais brasileiras no período de 02 de setembro a 24 de novembro de 2015.

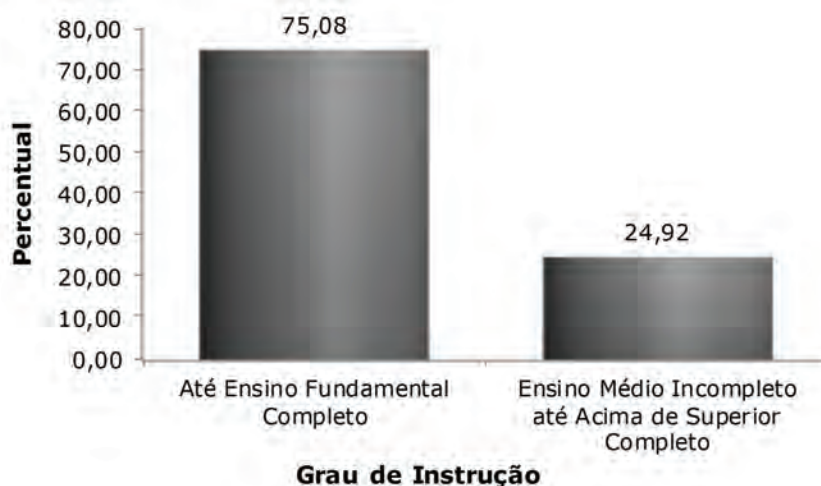
De acordo com o INFOPEN (2014), o perfil das pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos prisionais brasileiros, com exceção daquelas custodiadas nas carceragens das delegacias, cujos dados não foram computados, revela claramente a seletividade própria dos processos de criminalização secundária. Tem-se um sistema prisional composto majoritariamente de pessoas negras/pretas e pardas (61,67% da população carcerária), com baixo grau de escolaridade (75,08% da população carcerária possui até o ensino fundamental completo) e sentenciadas por crimes de tráfico de entorpecentes (28), roubo (25) e furto (13), conforme demonstram a Tabela 1 e as Figuras 1 e 2.

**Tabela 1:** Percentual da população por raça/cor no sistema prisional

Raça/cor	Percentual
Negros/pretos e pardos	61,68
Branca	37,22
Amarela	0,65
Indígena	0,13
Outros	0,32

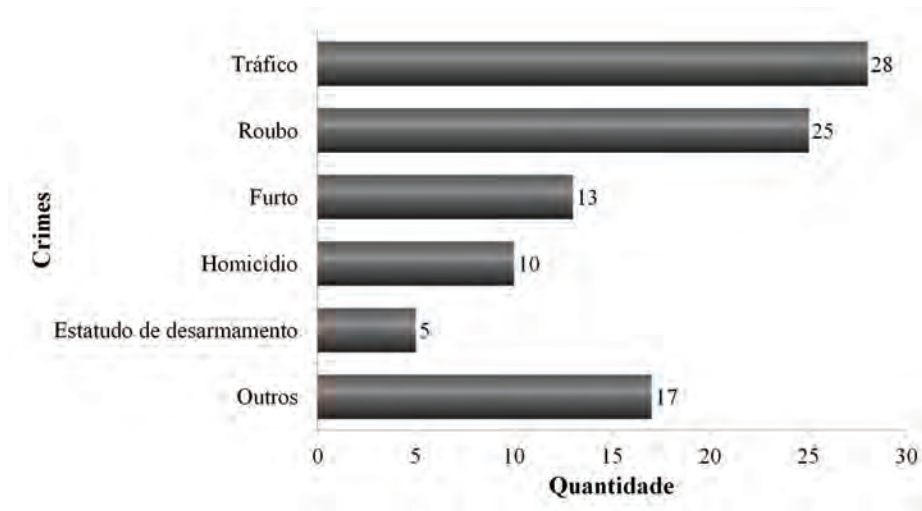
Fonte: INFOPEN (2014).

**Figura 1:** Grau de instrução da população prisional



Fonte: INFOPEN (2014).

**Figura 2:** Distribuição de sentença de crimes tentados ou consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade



Fonte: INFOPEN (2014).

Essa realidade confirma a exclusão seletiva de determinados grupos sociais, étnicos e etários como uma característica do sistema penal brasileiro, e desnuda a deslegitimação do discurso repressivo que inspira a atuação das agências penais, especialmente da polícia e da justiça criminal.

### **Crítica criminológica ao sistema penal**

Garland (2008) observa que o controle penal e a justiça criminal sofreram significativas transformações nas últimas três décadas do século XX. Novos objetivos foram traçados para as agências centrais do sistema penal, cujas práticas de segurança pública e investigação policial absorveram novos interesses sociais e formas de conhecimento.

Refletindo sobre as experiências norte-americana e inglesa, Garland (2008) argumenta ainda que as últimas políticas relativas ao controle do crime e atuação da justiça criminal refletem as transformações estruturais produzidas pela necessidade de adaptação às condições sociais que caracterizam tais sociedades. Seria possível afirmar, portanto, que se

tratam de tendências estruturais comuns igualmente verificáveis em outras sociedades pós-modernas, apesar das diferentes trajetórias sociais e reações culturais e políticas.

Nos últimos anos, a retórica que acompanha as escolhas políticas e a legislação penal expressam a raiva e o ressentimento públicos; o grande apoio às leis penais que refletem pretensões repressivas é buscado no sofrimento das vítimas (vitimização), de seus familiares<sup>4</sup> e no sentimento coletivo de revolta, vingança e medo. Segundo o criminólogo escocês referido (2008, p. 54), “o medo do crime passou a ser visto como problema por si só, bem distinto do crime e de sua vitimização, e políticas específicas têm sido desenvolvidas mais com o objetivo de reduzir os níveis de medo do que de reduzir o crime”.

A afirmação de Garland (2008) no sentido de que recentes tendências da política criminal têm invocado a revolta do público e seu cansaço de viver com medo para adoção de medidas duras de punição é claramente verificada no cenário brasileiro, como se percebe pelos pareceres proferidos ao longo do processo legislativo que culminou na promulgação da Lei N<sup>o</sup> 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), tal qual o elaborado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados para o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado N<sup>o</sup> 6.578/2009, de autoria do deputado Vieira da Cunha (relator), onde ficou consignado:

No mérito, o Projeto indiscutivelmente faz avançar a legislação pátria no combate às organizações criminosas. Assim, vai ao encontro do clamor da esmagadora maioria da sociedade brasileira, honesta, trabalhadora e cansada de assistir ao avanço do crime organizado em nosso país sem que os agentes do Estado disponham de uma legislação moderna que viabilize a punição exemplar daqueles que se

---

<sup>4</sup>Ao discorrer sobre o retorno da vítima para o centro da política criminal, Garland (2008, p. 55) comenta que nos Estados Unidos, “políticos concedem entrevistas coletivas para anunciar leis relativas às sentenças condenatórias, e são acompanhados no palco pelas famílias de vítimas. Leis são aprovadas e batizadas com o nome de vítimas: lei Megan, lei Jenna, lei Brady”. No Brasil, também podemos verificar a ocorrência desse processo, a exemplo da lei Daniella Perez (Lei N<sup>o</sup> 8.930/94) e lei Carolina Dieckman (Lei N<sup>o</sup> 12.737/2012).

associam com técnicas e estruturas cada vez mais refinadas para a prática de delitos.<sup>5</sup>

O tom emocional que envolve a política criminal sustenta-se mais na revolta coletiva e na suposta justa demanda por dura retribuição ao mal causado às vítimas do que em um compromisso com a construção de soluções sociais justas. Nesse processo, a flexibilização de direitos e garantias do investigado não apenas é aceita acriticamente, como também apoiada e incentivada pelo público em geral, desejoso de vingança. Nas palavras de Garland (2008, p. 55):

A retórica do debate penal normalmente invoca a figura da vítima – tipicamente uma criança, uma mulher ou um enlutado membro da família – como uma figura plena de direitos, cujo sofrimento deve ser expressado e cuja segurança deve doravante ser garantida. Qualquer atenção aos direitos ou ao bem-estar do agressor é considerada como defletiva das medidas apropriadas de respeito às vítimas. Cria-se um jogo político maniqueísta, no qual o ganho do agressor significa a perda da vítima, e “apoiar” as vítimas automaticamente quer dizer ser duro com os agressores.

Juarez Cirino Santos (2006) desconstrói a visão romântica de política criminal contida nos manuais contemporâneos, afirmando que a real política criminal não contempla políticas públicas que estejam de fato voltadas para a redução das desigualdades sociais e modificação das condições sociais da população marginalizada do mercado de trabalho. De acordo com o autor (2006, p. 451), a política criminal trata da “formulação legal do programa oficial de controle social do crime e da criminalidade: a definição de crimes, a aplicação de penas e a execução penal, com níveis sucessivos da política penal do Estado”. Essa é a resposta oficial para a questão da criminalidade.

As decisões políticas em matéria criminal acabam, destarte, por corresponder aos reclamos de uma sociedade amedrontada, que exige segurança e que acredita na solução penal para o problema da violência.

---

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_pareceres\\_substitutivos\\_votos.jsessionid=716607BB9F1575530622CFD56E38E2FE.proposicoesWeb1?idProposicao=463455](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_pareceres_substitutivos_votos.jsessionid=716607BB9F1575530622CFD56E38E2FE.proposicoesWeb1?idProposicao=463455) Acesso em: 26 dez. 2015.



A repressão é sempre a resposta estatal mais rápida e mais convincente, sobretudo quando encontra ressonância no campo midiático. Segundo Andrade (2003, p. 25), o controle penal no capitalismo globalizado explora a função simbólica do direito penal por meio de uma hiperinflação legislativa que se vale do discurso e das técnicas da guerra contra o crime e de uma apologia à segurança pública, ou seja, radicaliza a “promessa e a ilusão de resolução dos mais diversos problemas sociais através do penal”.

As práticas punitivas devem aliar os resultados pretendidos (condenações e prisões) a procedimentos eficientistas inspirados na ideologia neoliberal. Não basta que se chegue a condenações; é preciso fazê-lo com brevidade, de preferência ainda no calor do debate público sobre o caso. A eficiência no tratamento da questão criminal é confundida com a imediatidade da resposta condenatória, tangenciando-se qualquer outra medida porventura situada fora do campo penal.

A política criminal na contemporaneidade é apresentada por Andrade (2014, p. 278), sobretudo no marco euro-americano, como “o campo dos movimentos-modelos de controle penal, entendidos como respostas teórico-práticas à crise do sistema penal, as quais, ao respondê-las, constituem o próprio sentido da crise”. Segundo a autora, compõem a política criminal contemporânea os modelos e movimentos abolicionistas, minimalistas e eficientistas, “que passaram a ocupar o cenário do controle social a partir da década de 1980, no contexto do capitalismo globalizado sob a ideologia neoliberal”. Afirma ainda que a influência de diferentes matrizes criminológicas conduz a diferentes leituras da crise do controle penal moderno, expressando “continuidade” ou “descontinuidade”.

As matrizes criminológicas ligadas aos movimentos abolicionistas e minimalistas implicam uma leitura de “descontinuidade” ou deslegitimação do controle penal, na medida em que estão baseadas na teoria e na empiria que demonstram as múltiplas incapacidades e violências do sistema penal. De acordo com essas perspectivas, as máscaras do sistema punitivo caíram e agora ele exerce abertamente sua função real de neutralização e extermínio. A diferença entre uma e outra reside basicamente no fato de que uma política criminal de viés abolicionista tende a sustentar a extinção da punição e sua substituição por formas alternativas de resolução do conflito, enquanto que a matriz minimalista busca a máxima contração do sistema penal, mas não a sua abolição (ANDRADE, 2014).

Por outro lado, matrizes criminológicas ligadas ao efficientismo, que reproduzem a ideologia da defesa social, conduzem a uma leitura de “continuidade” do controle penal, resultando em uma política criminal que sustenta a maximização da repressão. Assim, enquanto o abolicionismo e o minimalismo fazem uma leitura da crise do sistema penal como uma crise estrutural de legitimidade (deslegitimação), discordando apenas quanto à possibilidade de relegitimação, o efficientismo faz uma leitura da crise como uma crise conjuntural (infraestrutural) de eficiência no combate à criminalidade, como mal funcionamento do sistema. Nessa perspectiva, se o sistema não funciona, é porque não é suficientemente repressivo (ANDRADE, 2014).

O discurso da eficiência do sistema punitivo segue na contramão da crítica criminológica. Ignora a deslegitimação do sistema penal e não se importa com a chamada “eficácia invertida”, que consiste na contradição entre as funções declaradas (prevenção), que o sistema não materializa - mas que subsistem com força simbólica - e as funções reais (exclusão e estigmatização), que o sistema concretiza sem, contudo, declarar (ANDRADE, 2014), conforme se percebe claramente nos dados levantados pelo INFOPEN (2014).

O efficientismo integra o discurso legitimador do sistema punitivo, conferindo-lhe a sustentação demandada pelo capitalismo globalizado que requer mais repressão penal para atender ao clamor público por segurança, com o menor esforço do aparelho punitivo, ainda que para isso garantias fundamentais sejam flexibilizadas, pois representam obstáculos à eficiência do sistema. Na verdade, a imposição de limites ao poder das agências punitivas e a otimização de garantias fundamentais são providências inconciliáveis. Nas palavras de Garland (2014, p. 57), “o risco de autoridades estatais sem limites, do poder arbitrário e de violação às liberdades civis aparentemente não é mais relevante na preocupação pública”.

Ao fim e ao cabo, o sistema penal, inspirado pelo securitarismo que alimenta as expectativas sociais de combate ao crime, segue alcançando majoritariamente grupos excluídos pela dinâmica econômica e social do capitalismo globalizado. Um inegável paradoxo entre as funções declaradas e as funções efetivas do controle penal, tão facilmente percebido na conjuntura prisional brasileira, que mais parece uma confissão das

distorções da repressão penal. Em poucas palavras, a observação da realidade não sustenta o discurso que pretende legitimar o sistema.

### **Considerações finais**

Apesar da crítica criminológica, o funcionamento das agências penais permanece preso ao paradigma etiológico positivista. A negação ou indiferença a essa crítica contribuem para que sejam tomadas decisões político-criminais que ainda apostam no sistema penal (discurso oficial legitimador) como a chave para a solução de problemas – violência urbana e corrupção, por exemplo – que incomodam a sociedade e geram sentimento coletivo de insegurança e indignação.

A política criminal na contemporaneidade, de inspiração eficientista, a pretexto de combater a delinquência, busca alcançar os mesmos resultados perseguidos desde a Idade Média: punição, exclusão e eliminação. A diferença é que o sistema penal se insere agora em um contexto político democrático, o que deveria implicar rigorosas limitações ao controle penal, de modo a assegurar o exercício de direitos e garantias fundamentais. Diz-se deveria porque, de fato, essa limitação não ocorre nos contornos determinados pelo Estado Democrático de Direito. No campo normativo, a matriz eficientista proporciona o desenvolvimento de uma política criminal que remove qualquer obstáculo para se chegar aos resultados pretendidos (condenações e prisões) com o menor esforço do aparelho estatal, o que significa investir na máxima minimização de garantias. No campo da criminalização secundária, as agências penais atuam inspiradas pelo discurso da defesa social, em que tudo é permitido em nome da segurança pública.

As práticas políticas e jurídicas seguem, portanto, na mão inversa da deslegitimação do sistema penal denunciada pela criminologia crítica. Com efeito, as pesquisas acadêmicas somente ingressaram na esfera política quando legitimaram as estruturas de poder. Enquanto o estudo do crime e do criminoso contribuía para a luta contra o delito e o desvio, em uma verdadeira institucionalização da criminologia (positivista), esta era levada em conta pela política criminal, entretanto, na medida em que passou a criticar a atuação das agências penais, desvelando o papel dos aparelhos estatais na promoção e manipulação dos processos de criminalização

(criminologia crítica), sua voz deixou de reverberar nas esferas de poder e se acomodou no ambiente acadêmico.

A enorme dificuldade em difundir a crítica criminológica e torná-la politicamente relevante nos processos decisórios, conforme já alertou Andrade (2014), é o grande impasse que se vive no estudo do controle penal. Os dados contidos no relatório INFOPEN (2014) não autorizam insistir em tentativas de legitimação do sistema penal a partir de suas funções declaradas. É preciso encarar a realidade prisional brasileira com honestidade, sem manobras falsamente legitimadoras, e a clara consciência do papel desempenhado pelo cárcere nas sociedades capitalistas contemporâneas, se o que se pretende é, de fato, promover, em alguma medida, a racionalização da política criminal e a redução dos danos causados pelo discurso repressivo.

## Referências

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012. (Pensamento Criminológico, 19) 1. reimp., mar. 2014.

\_\_\_\_\_. *Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.

ANITUA, Gabriel Ignacio. *História dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011.

\_\_\_\_\_. *Criminología y sistema penal (compilación in memoriam)*. Buenos Aires: B de F Editorial, 2006.

CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2005.

DE GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2006.

GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Tradução, apresentação e notas André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008, 1. reimp., jan. 2014.

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Dezembro de 2014. Disponível em: <<http://download.uol.com.br/fernandorodrigues/infopen-relat-2016.pdf>>. Acesso em: maio 2016.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica – As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2006.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2004.

## **CAPÍTULO 2**

### **Perfil da criminalidade em Belém: um estudo no bairro Jurunas**

#### **Luana Andressa Freitas Ribeiro Peres**

Bacharel em Estatística e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, pela UFPA. Belém – Pará – Brasil. luanafreitasrib@yahoo.com.br

#### **Silvia dos Santos de Almeida**

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

#### **Adrilayne dos Reis Araújo**

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

#### **Resumo**

A Cidade de Belém apresenta índices expressivos de violência urbana, destacando-se como uma das mais violentas do Estado do Pará. Neste sentido, o trabalho tem como objetivo descrever crimes praticados no bairro Jurunas, no município de Belém-Pará, no ano de 2014, por meio do banco de dados disponibilizado pela Secretaria de Inteligência e Análise Criminal. Para isso, utilizou-se a técnica análise descritiva. Dentre os resultados obtidos, verifica-se que o principal crime ocorrido no bairro Jurunas é o roubo cometido a transeunte, no período da noite, em vias públicas. Assim, partindo da premissa que o bairro Jurunas apresenta áreas onde a criminalidade é mais acentuada, os estudos nessas áreas de Belém ajudam a compreender as causas dessa criminalidade em determinados locais da cidade.

**Palavras-chave:** Crimes. Violência Urbana. Análise Descritiva.

## Introdução

O crescimento acelerado da criminalidade é um problema enfrentado em vários países, tanto em grandes cidades, quanto em menores. Segundo Castro et al. (2014) no ano de 2010, foram registrados no mundo cerca de 468.000 homicídios, destes 36% foram registrados na África, 31% na América, 27% na Ásia, 5% na Europa e 1% na Oceania.

Corrêa et al. (2014) citam que no Brasil a criminalidade apresenta elevados índices, quando comparado com outros países em desenvolvimento. Segundo os autores, no relatório publicado em 2011 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no Brasil a taxa de roubo a cada 100 mil habitantes é de 57,27, posicionando-se em terceiro lugar dos 18 países pesquisados. De acordo com Beato Filho, Silva e Tavares (2008), 40% dos homicídios no Brasil concentram-se nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, e cerca de 20% acontecem em áreas de periferias.

O principal motivo que justifica os elevados índices de criminalidade nas cidades brasileiras está ligado ao processo de crescimento urbano, pois, com o aumento da concentração populacional urbana, a desorganização social alavancou o crescimento da pobreza e o descontrole social, conseqüentemente, elevando as taxas de criminalidade (CARMO, 2013).

No Brasil esse problema é agravado pela profunda desigualdade social e econômica, para Lima et al. (2014) os aspectos sociais contribuem para a eclosão da criminalidade, com a desestruturação das famílias, a gravidez precoce, o alcoolismo e as drogas. Essa ideia é ratificada por Carmo et al. (2013) ao explicar que, apesar de toda a evolução econômica ocorrida no Brasil nas últimas décadas, os altos índices de criminalidade nas cidades brasileiras são assuntos que ensejam discussões.

Segundo Beato Filho (2000), a urbanização é o fenômeno que apresenta maior associação com o crescimento dos homicídios no Brasil, portanto, os crimes violentos são fenômenos que estão associados a processos de desorganização nos grandes centros urbanos, onde os mecanismos de controle apresentam precariedade em determinados espaços, principalmente nas áreas de periferia. Para Silva, Pires e Bitencourt (2013), quando a urbanização é realizada de maneira planejada e organizada proporciona grandes benefícios para os seus habitantes,

porém, quando não há planejamento urbano os problemas sociais se multiplicam e o aumento da criminalidade é um exemplo disso.

O medo pode fazer parte do cotidiano das pessoas que vivem em grandes centros urbanos. Dessa maneira, a ausência do Estado, em determinados lugares, abre espaço para um novo tipo de poder que se instala, provocando medo que cada vez mais se generaliza (ALVES, 2013). Assim, em um meio urbano crescente economicamente e em desenvolvimento, o medo faz parte do cotidiano da sociedade há séculos. Neste diapasão, Sousa (2008) sugere o termo Fobópole, que seria uma cidade dominada pelo medo da criminalidade violenta na qual se demonstra como um fato que ascende cada vez mais nas cidades brasileiras.

Neste sentido, Belém, a capital paraense, não foge à regra em relação às outras grandes cidades, pois, segundo Ferreira e Penna (2005) essa cidade se apresenta como uma metrópole com altos índices de criminalidade, ou seja, a capital paraense, como tantas outras metrópoles, é uma cidade fragmentada espacialmente; nos bairros de periferias, localizadas próximas às áreas centrais, ocorreu o processo de territorialização de favelas, na qual famílias pobres construíram em pequenos espaços, casas e comércios.

Souza (2008) comenta que muitas vezes esses processos de favelização estão ligados à territorialização de traficantes, numa organização em rede, com comércios de drogas e armas, convivendo com um controle territorial que desafia a gestão do Estado.

Belém e a RMB têm apresentado crescente fragilização econômica, sobretudo nos períodos de 1980, altas taxas demográficas além de elevados níveis de desemprego, baixos níveis salariais e concentração de renda além de precários serviços públicos. Este panorama acaba favorecendo uma crescente segregação socioespacial, ou seja, este quadro de vulnerabilidade social propicia o aumento da violência urbana e conseqüentemente da violência letal (SANTANA, 2014, p. 2584).

Segundo Chagas (2014), das áreas de periferia da Região Metropolitana de Belém que apresentam maior incidência de criminalidade, pode-se destacar o Jurunas, que no ano de 2013 apresentou-se como o segundo bairro de Belém mais violento, perdendo apenas para o Guamá. Assim, além de apresentar um elevado registro de crimes e por ser um dos bairros mais populosos de Belém, o Jurunas apresenta precários indicadores socioeconômicos e elevados registros de violência.



Portanto, o artigo tem como objetivo principal descrever os crimes ocorridos no Jurunas, no município de Belém-Pará, no ano de 2014. Nele pode-se encontrar o mês de maior incidência de criminalidade, a faixa de hora, a rua com maior ocorrência de crime e os principais meios empregados nos delitos. Desta forma, o trabalho torna-se imprescindível na identificação das características da criminalidade no bairro, permitindo posteriormente a implementação de estratégias de combate aos crimes.

## **Revisão bibliográfica**

### ***Referencial teórico sobre criminalidade***

Nos dias atuais o tema criminalidade vem sendo debatido em diversas áreas do conhecimento, devido à abrangência da temática. Nos últimos anos, diversos conceitos passaram a compor as interpretações sobre a criminalidade, fomentando estatísticas e indicadores que servem de instrumento para institutos de pesquisa e órgãos governamentais, com a finalidade de descrever a movimentação e as tendências da criminalidade nas cidades.

No Código Penal do Brasil são definidas as formas de crimes. De acordo com Lobo e Guimarães (2013), o homicídio é definido como o ato de “matar alguém”, ou seja, a destruição da vida alheia, a lesão corporal é caracterizada como ofender a integridade corporal ou a saúde do outrem, o furto é retratado, como subtrair para si ou para outrem, objeto móvel, já o roubo é caracterizado como o ato de subtrair objeto alheia para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

Segundo Carmo (2013), crimes como roubo, furto, homicídio e latrocínio apresentam maiores ocorrências nas regiões centrais e periféricas das cidades urbanas, e a maioria nas vias públicas com maior concentração populacional, devido ao fluxo de pessoas e mercadorias. Cano (2006) explica que o processo de concentração populacional ocorreu com o advento da industrialização, pois provocou o crescimento da urbanização desordenada, o que gerou o desordenamento social e a pobreza na qual alavancou os índices de criminalidade.

Para Silva e Marinho (2014), o espaço urbano intervirá sempre, como um elemento estabilizador dos sentimentos de pertencimento ao meio local,

favorecendo, assim as relações sociais na qual servem como um meio de controle social. Logo, quando uma vila cresce e se torna uma cidade, ocorre paulatinamente o afastamento das vizinhanças, portanto, devida à alta mobilidade residencial o estabelecimento de laços sociais ficam prejudicado e impede o exercício do mecanismo informal de controle social.

A maneira como uma comunidade se organiza afeta o comportamento dos indivíduos, portanto há uma importância crucial no lugar onde se vive, pois, dependendo da forma em que os espaços se organizam, geram-se ou não estruturas de oportunidades ilegais.

O crescimento populacional implica numa mudança na estrutura e na composição da comunidade. A organização da cidade ocorria por meio de um modelo espacial centro-periferia, o fenômeno da criminalidade, não seria determinados pelas pessoas, mas pelo grupo a que pertencem (SILVA; MARINHO, 2014, p.76).

Segundo as teorias que utilizam variáveis socioeconômicas e individuais para explicar os fatores que relacionam a criminalidade ao espaço urbano, a desigualdade social ocasionada pelo grande contingente populacional nos centros urbanos, alavancou os índices de crimes (BEATO FILHO; SILVA; TAVARES, 2008).

Essa desigualdade social diverge do princípio de igualdade de todos, como proclamado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789:

Todos os cidadãos devem estar submetidos às mesmas leis, independente de suas diferenças de classe, gênero, etnia, procedência regional, convicção religiosa ou política, por outro lado; devem gozar dos mesmos direitos assegurados constitucionalmente (ADORNO, 2001, p. 311).

Com o desenvolvimento das sociedades capitalistas devido ao processo da industrialização, nem todos poderiam ter acesso aos mesmos direitos, surgindo situações na quais cidadãos que poderiam adquirir um maior conforto acabaram se beneficiando em detrimento dos que não poderiam adquirir esses mesmos direitos. Desse modo, as pessoas “excluídas” pela sociedade capitalista, para adquirirem um pequeno conforto e bem-estar acabaram aglomerando-se pelas margens dos centros

urbanos, em áreas chamadas de periferia, que, na maioria das cidades, são desprovidas de assistências públicas como educação, saneamento, segurança pública, entre outros (ADORNO, 2001).

A produção espacial é a expressão das contradições da sociedade que aparece na paisagem pela justaposição de riqueza e pobreza, e é uma segregação espacial decorrente do desenvolvimento das relações capitalistas cuja natureza está no modo de exploração do capital (CARLOS, 2011, p. 82).

Para Ratton (2014), as características sociais e ambientais das áreas urbanas de periferia favorecem a produção de altas taxas de criminalidade. Assim, segundo teorias das subculturas da violência, pessoas de nível socioeconômico baixo apresentam características distintas que as levam ao comportamento criminoso, sendo motivado pela vontade de adquirir status, condições ou qualidades valorizadas pela sociedade, portanto, a partir da busca pelo status, o resultado levaria à violação da lei e das normas.

Desse modo, surge a constituição de padrões sociais chamados de sujeição criminal, sendo o estereótipo do sujeito do crime. Segundo o autor, “tipos sociais” como malandro, marginal ou vagabundo se tornaram-se um modelo negativo ao caráter ideal do cidadão, portanto, a sujeição criminal é a expectativa de determinados indivíduos serem propensos a cometerem crimes, principalmente violentos (MISSE, 2014).

Zaluar (2002) contesta essas ideias ao afirmar que nem a desigualdade social e nem a pobreza são as causas da criminalidade e da violência, pelo contrário, é a criminalidade que aumenta a pobreza.

Essa criminalidade aumenta a pobreza e os sofrimentos dos pobres, na medida em que impede o acesso aos serviços e instituições do Estado, tais como escolas, postos de saúde, quadras de esporte, vilas olímpicas etc., e ameaça os profissionais que atendem a população pobre. Também ameaça os jovens pobres que, em função da atividade que exercem em seus empregos, são obrigados a entrar em favelas “inimigas” e são mortos enquanto trabalham para viver, caso sejam reconhecidos como moradores de favelas inimigas (ZALUAR, 2002, p. 20).

Deste modo, há um grande debate na literatura internacional e brasileira sobre os fatores que explicam as causas da criminalidade. Porém, o mais importante é descobrir as formas de enfrentamento dessa

criminalidade para enfim amenizar problemas que possam estar direta ou indiretamente ligados a esse fator.

### *Um pouco sobre a história do bairro Jurunas*

A ocupação dos terrenos de áreas marinhas influenciou diretamente na construção da Cidade de Belém, pois, desde sua fundação esses terrenos foram utilizados como áreas de estratégia de defesa, como por exemplo, o Forte do Presépio, conhecido hoje como Forte do Castelo, construído para defender politicamente e militarmente a entrada do território. Portanto, o crescimento da Cidade de Belém se deu primeiramente a partir do Forte do Presépio e, em seguida, se expandiu em dois eixos de crescimento: leste, rumo ao rio Guamá e oeste para a baía do Guajará (RODRIGUES, 2008).

Durante o processo de urbanização da Cidade de Belém em meados da década de 1960, muitas pessoas que chegavam à cidade e que não podiam se estabelecer no centro comercial, migravam para as áreas mais próximas a esse centro. Desta maneira, em 1970, houve uma imigração considerável da população pobre para as áreas de planície inundadas. Contudo, apesar da falta de políticas públicas, saneamento e urbanização dessas áreas, o interesse da população por esses locais continuava devido a sua localização (SANTANA, 2014).

Portanto, assim como ocorreu em outras capitais, Belém sofreu com uma rápida urbanização que ocasionou o processo de favelização. Com a evolução urbana da capital as famílias mais pobres, que não tinham condições de se sustentar com os altos padrões do centro, foram morar nas áreas periféricas da cidade. Assim, “os espaços urbanos que não eram propícios para o mercado imobiliário foram ocupados sem muita preocupação com a estrutura, onde contribuiu para a formação de uma categoria urbana” (SILVA; PIRES; BITENCOURT, 2013, p. 2).

Foi na confluência dos rios Pará e Guamá que ocorreu, no século XVII, o que hoje chama-se de encontro colonial entre portugueses e Tupinambá, e que mudou definitivamente a história e a geografia da Região Amazônica. A partir desse ponto inicial, soldados e colonos estabeleceram os primeiros contatos com os índios, com vistas à colonização da Amazônia, num lento processo que destruiu uma parte significativa da população indígena, incorporou outra parte pela miscigenação e mudou definitivamente o destino dessas populações (RODRIGUES, 2008).

Para Rodrigues (2008), o Jurunas se constitui como um bairro de periferia, devido ao seu processo de ocupação, que ocorreu às margens dos centros comerciais, formando-se de maneira desordenada. Nas proximidades dos bairros Cidade Velha e Batista Campos encontram-se as áreas mais urbanizadas com modernos edifícios e lojas comerciais destinadas a pessoas de maior poder aquisitivo, já nas áreas internas do bairro, em sentido ao rio, estão situadas as áreas onde moram pessoas de menor poder aquisitivo. Nessas áreas há um grande número de becos, palafitas e casas de madeira, sendo, portanto, consideradas locais de extrema insegurança e pobreza, onde a violência e a criminalidade estão impregnadas.

Assim, o bairro Jurunas, em Belém-Pará, situado na zona sul da cidade, faz fronteira com os bairros Cidade Velha, Batista Campos e Condor, além de ser banhado pelo rio Guamá, como se observa na Figura 1.

**Figura 1:** Localização do bairro Jurunas, no município de Belém – Pará



**Fonte:** Anuário Estatístico do Município de Belém (2012).

Devido a sua localização, a formação populacional do bairro está ligada com a grande quantidade de portos que nele existe. Segundo Rodrigues (2008), os bairros que surgiram no prolongamento da cidade em sentido paralelo ao rio Guamá, datam de uma ocupação muito antiga.

Para Ricci (2004), esses bairros começaram a ser construídos desde o século XVII, por meio das navegações de portugueses e indígenas ao longo da margem do rio, porém, somente no século XVIII que o Jurunas foi lentamente incorporado à área de expansão da cidade.

Como um bairro que se desenvolveu à beira do rio Guamá, Rodrigues (2011) explica que o Jurunas apresenta-se desde o início da sua ocupação como um espaço de estabelecimento e circulação de moradores de áreas ribeirinhas situadas às proximidades de Belém, migrantes vindos do interior, ou estabelecidos inicialmente no bairro Cidade Velha, participaram diretamente na construção desse bairro.

Portanto, assim como em outras cidades de região metropolitana, os bairros periféricos, como o Jurunas, apresentam precariedade na infraestrutura urbana e expansão da pobreza associada à mobilidade da criminalidade e da violência (BORGES, 2012).

Neste sentido, o Jurunas, foco deste trabalho, configura-se como um bairro de periferia, localizado próximo ao centro comercial da cidade, que apresenta um grande contingente populacional e é um dos bairros com elevados índices de criminalidade (SANTANA, 2014).

De acordo com Silva, Pires e Bitencourt (2013), do período de 1950 a 1960, a população do Jurunas aumentou de 15.000 para 30.000 habitantes. Da década de 1960 para 1970, cresceu de 30.000 habitantes para cerca de 50.000, chegando, em 1980, a 60.000. E segundo o Anuário Estatístico da Prefeitura de Belém (2012), o bairro apresenta-se como o 6<sup>o</sup> mais populoso, com cerca de 64.478 habitantes em 15.872 domicílios.

## **Material e métodos**

### ***Descrição dos dados***

A área de abrangência do estudo compreende o bairro Jurunas com 2,3582 km<sup>2</sup>, localizada na região periférica de Belém constituindo 64.478 habitantes, o que equivale a 5% da população do município de Belém (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2012).

Para a realização do estudo, utilizou-se a abordagem quantitativa, na qual os dados foram quantificados para traduzir em números, opiniões e informações (SILVA; MENEZES, 2001). Portanto, os dados utilizados neste estudo são referentes à quantidade de crimes ocorridos no Jurunas, na Cidade de Belém – Pará, no ano de 2014, obtidos por meio do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP-Web).

Os dados são gerados a partir dos registros dos boletins de ocorrência do SISP-Web. Os dados foram disponibilizados pela Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), em fevereiro de 2015. Logo, a

base de dados ficou constituída de 3.882 ocorrências de crimes registrados pelo SISP-Web no bairro Jurunas, em 2014.

A realização da pesquisa procurou detalhar os dados sobre a criminalidade no bairro Jurunas, por meio das variáveis: grupo de ocorrência, mês do fato, faixa de hora, dia da semana, local da ocorrência e meio empregado no delito.

### ***Análise descritiva***

A análise descritiva consiste em coletar, organizar, classificar os dados obtidos por meio do levantamento de informações uma determinada população (universo) ou apenas de uma parcela (amostra), descrevendo os dados de maneira abreviada por meio de tabelas, gráficos, medidas de tendência central (média, mediana e a moda), medidas de variação (variância, desvio padrão, erro padrão e outros) (BUSSAB; MORETTIN, 2011).

Para Fávero et al. (2009), essa técnica tem como objetivo básico sintetizar um conjunto de valores provenientes de um estudo permitindo ao pesquisador uma melhor compreensão do comportamento dos dados, sendo tal técnica o primeiro passo de qualquer trabalho científico. Logo, para a descrição dos crimes ocorridos no Jurunas foram utilizados métodos descritivos a partir de tabelas e gráficos.

### **Resultados e discussões**

Nessa seção serão analisadas descritivamente as ocorrências dos crimes praticados no bairro Jurunas, em 2014. A partir dos dados coletados nos boletins de ocorrências e das teorias sobre criminalidade, foi possível realizar a análise descritiva, podendo dessa forma descrever como ocorre os crimes nesse bairro.

Assim, dos crimes ocorridos no Jurunas, observa-se que a maioria dos registros foram de roubo (98,33%), seguido do homicídio (0,80%) e do furto (0,28%) (Tabela 1). De acordo com as características demográficas e econômicas dos bairros das grandes cidades, há uma predominância de ocorrências de crimes contra o patrimônio, principalmente no que tange o crime de roubo (CARMO, 2014). Para Beato Filho (2012), os crimes de homicídio ocorrem em boa parte dos casos, entre pessoas conhecidas, em locais frequentados pela própria vítima.

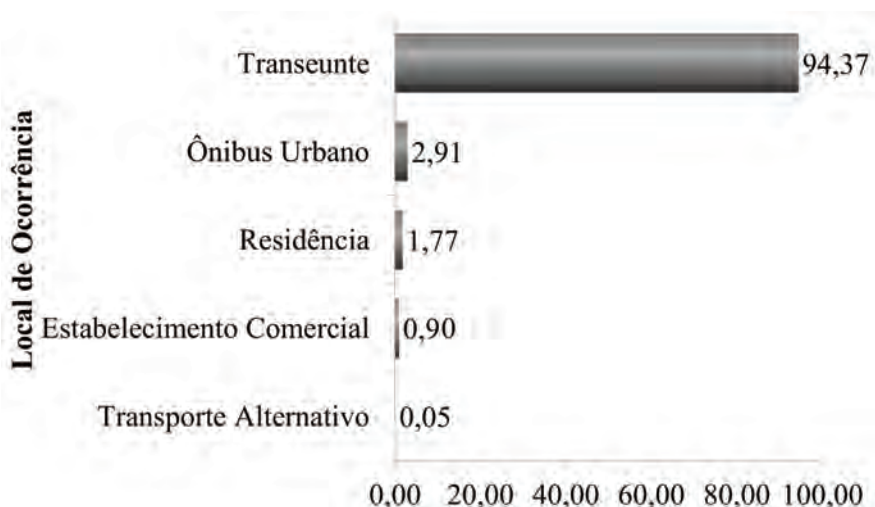
**Tabela 1:** Quantidade e percentual de registros de ocorrências de crime no bairro Jurunas, em Belém-PA, no ano de 2014, por tipo de crime (os oito maiores)

Tipo de crime	Quantidade	Percentual
Roubo	3817	98,33
Homicídio	31	0,80
Furto	11	0,28
Ameaça	8	0,21
Roubo seguido de morte	6	0,15
Lesão corporal	4	0,10
Extravio de documentos	3	0,08
Roubo seguido de lesão grave	2	0,05
<b>Total</b>	<b>3882</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SISP-Web (fev. 2015).

Em relação ao local de ocorrência, verifica-se na Figura 2 que a maioria dos registros de crimes pertencentes ao bairro Jurunas foram a transeunte (94,37%), seguido dos crimes que ocorrem em ônibus urbano (2,91%). Para Carmo (2013) das modalidades de crimes de natureza violenta, os que ocorrem a transeuntes são mais comuns nos dias atuais.

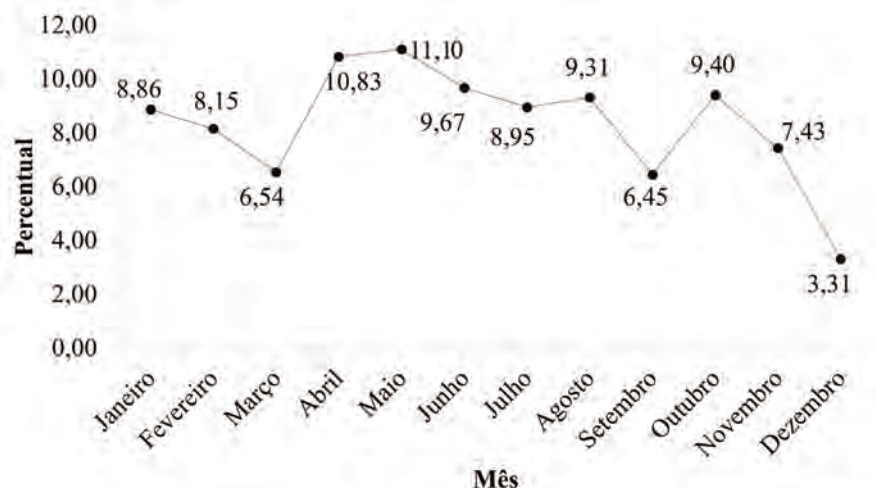
**Figura 2:** Percentual de registros de ocorrências de crime no bairro Jurunas, em Belém-PA, no Ano de 2014, por local de ocorrência





No que tange ao mês com maior ocorrência, observa-se na Figura 3, que não há discrepância entre os meses apresentando como destaque o mês de maio (11,10%), seguido de abril (10,83%) e junho (9,67%).

**Figura 3:** Percentual de registros de ocorrências de crime no bairro Jurunas, em Belém-PA, no ano de 2014, por mês da ocorrência

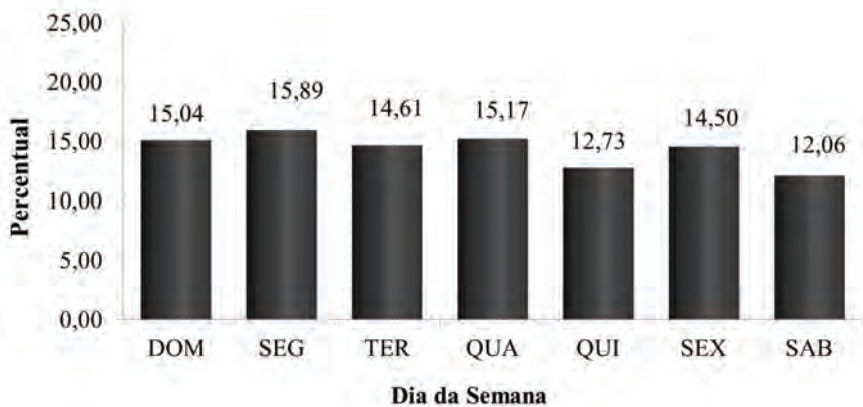


Quanto ao dia da semana, verifica-se na Figura 4 que não existe discrepância nos registros de ocorrências, destacando a segunda-feira (15,89%) com o maior registro em relação aos demais. Para Santos (2012) os crimes de roubo ou furto acontecem geralmente durante os dias úteis, pois ocorre um fluxo intenso de pessoas nas ruas, já o crime de homicídio apresenta uma característica diferenciada, uma vez que durante o final de semana a taxa de ocorrência desse crime chega a dobrar.

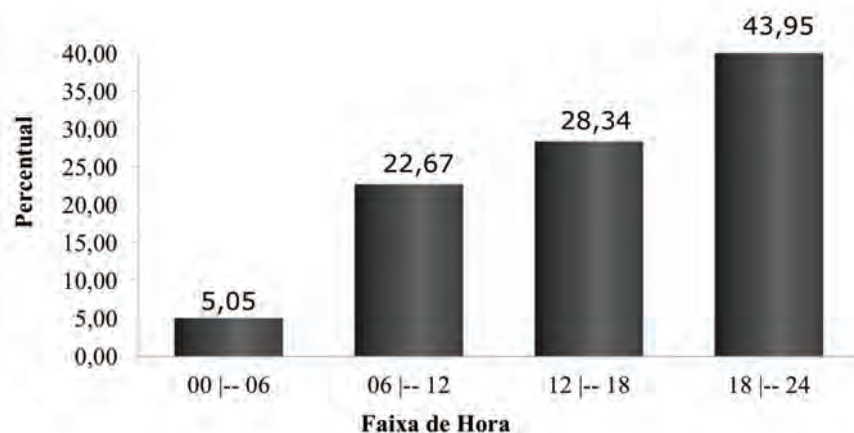
Percebe-se pela Figura 5 que o maior registro de ocorrência de crime ocorre na faixa horária de 18h às 24h (43,95%), portanto no período da noite. Em seguida, a de 12h às 18h, com 28,34% das ocorrências. Essa grande incidência de registros nesse período, segundo Santos (2012), 50% dos roubos ocorre das 18h00 às 03h00, pois nesses horários a ação dos criminosos tende a ser mais frequente. Ratificando essa informação Ramos, Almeida e Araújo (2008) explicam que, dos crimes publicados em jornais do município de Belém, em 2007, o turno da noite apresentou o maior número de ocorrência de crimes. Segundo Borges (2013), o horário influencia no sentimento de insegurança da população, pois de acordo com

sua pesquisa sobre vitimização no Brasil, 57% das pessoas afirmaram se sentirem inseguras ao andar pelas ruas no período da noite.

**Figura 4:** Percentual de registros de ocorrências de crime no bairro Jurunas, em Belém-PA, no ano de 2014, pelo dia da semana



**Figura 5:** Percentual de registros de ocorrências de crime no bairro Jurunas, em Belém-PA, no ano de 2014, pelo faixa de hora



Os crimes ocorridos em via pública (95,34%) são os mais registrados no Jurunas. De acordo com Borges (2013), os crimes de roubo são

cometidos, geralmente em vias públicas por pessoas que buscam alvos vulneráveis para a realização do ato, portanto, como consequência dessa situação, surgem as áreas com alta incidência de criminalidade.

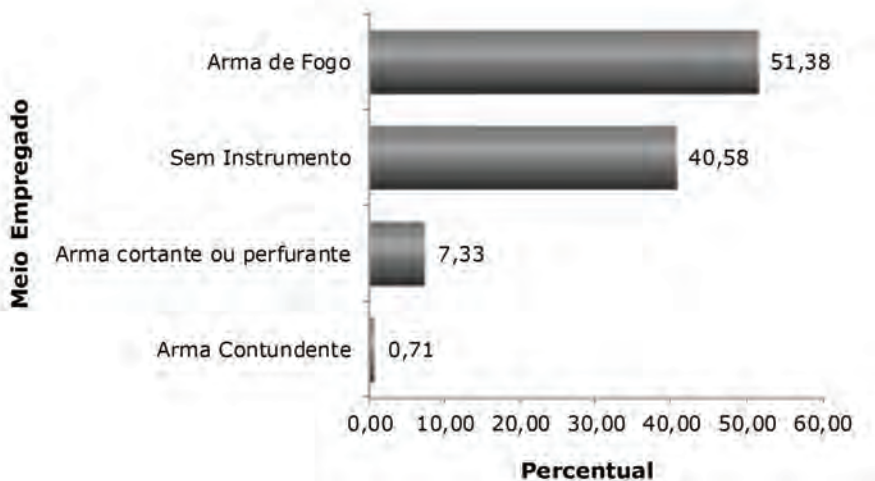
A maior parte dos crimes ocorrem na avenida Bernardo Sayão (20,14%), seguida da avenida Roberto Camelier (11,46%) (Figura 6). Para Silva, Pires e Bitencourt (2013), a avenida Bernardo Sayão apresenta uma estrutura complexa que inclui comércios, portos e residências que disputam um pequeno espaço ao lado do grande fluxo de pessoas e automóveis. Segundo Beato Filho (2012), a grande circulação de pessoas em lugares públicos aumenta a proximidade da vítima com o seu agressor, ou seja, essas ruas apresentam maiores registros de ocorrências de criminalidade, devido ao grande fluxo de pessoas e mercadorias, pois estão localizadas em zonas de comércios, feiras e escolas.

**Figura 6:** Percentual de registros de ocorrências de crime no bairro Jurunas, em Belém-PA, no Ano de 2014, pelo Endereço do Fato (as dez maiores)



Dos crimes registrados no Jurunas, verifica-se na Figura 7 que a maioria deles ocorrem com uso de arma de fogo (51,38%). Observa-se também que o crime praticado sem o uso de instrumento apresentou 40,49% das ocorrências registradas no bairro. O roubo com uso de armas é frequente nas grandes cidades, metade dos assaltos envolvem o uso de armas de fogo, sendo geralmente utilizadas para diminuir a possível reação da vítima (BEATO FILHO, 2000).

**Figura 7:** Percentual de registros de ocorrências de crime no bairro Jurunas, em Belém-PA, no ano de 2014, por meio empregado



## Conclusão

O presente estudo teve como objetivo descrever as ocorrências de crimes praticados no bairro Jurunas, no município de Belém-Pará, no ano de 2014, com base nos registros de ocorrências geradas no SISP-Web, utilizando abordagens estatísticas que permitiram analisar de forma simplificada os dados em estudo.

Conforme os resultados da análise descritiva, observou-se que o crime de maior prevalência no Jurunas é o roubo, haja vista que sua maior frequência ocorre nos horários de pico onde há uma grande movimentação de pessoas indo e chegando ao bairro, ou seja, nesse bairro os crimes tendem a ocorrer no horário noturno das 18h às 24h.

Percebe-se que não houve muita variação em relação à quantidade de registros durante os dias da semana, esse fator deve-se a uma das características do bairro, onde tanto nos finais de semana quanto durante a mesma, ocorrem eventos que podem influenciar nos registros dessas ocorrências: festas, bares abertos até altas horas da noite, pessoas aglomeradas em esquinas, eventos religioso etc.

Com relação ao mês, observou-se que as ocorrências entre os meses do ano não apresentam elevada variação, destacando-se maio e abril, que apresentaram maior número de ocorrências em relação aos demais.

Verificou-se também que a maioria dos crimes registrados são a transeunte, sendo que essa criminalidade ocorre mais nas vias públicas, sendo a avenida Bernardo Sayão o local com maior incidência.

Por fim, conclui-se que o principal meio empregado nos crimes registrados nesse bairro foi a arma de fogo, instrumento utilizado pelos criminosos para intimidar as vítimas.

## Referências

ADORNO, S. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica. In: SOUTO, C.; FACÃO, J. *Sociologia e direito: texto básico para a disciplina de sociologia jurídica*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, p. 142-178, 2001.

ALVES, L. de S. A urbanização no bairro da Sacramenta (Belém-PA): a (re) produção do espaço, os indicadores socioeconômicos e a violência urbana no contexto territorial vigente. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

BEATO FILHO, C. *Crimes e cidades*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. Determining factors of criminality in Minas Gerais. *Brazilian Review of Social Sciences*, v. 1, p. 159-173, 2000.

BEATO FILHO, C.; SILVA, B. F. A. da; TAVARES, R. Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. *Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, p. 687-717, 2008.

BORGES, D. R. Uma investigação sobre os limites territoriais das políticas públicas nos terrenos de marinha nos bairros do Guamá e Jurunas em Belém/PA. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, Belém, 2012. *Anais...*, 2012

BORGES, D. Vitimização e sentimento de insegurança no Brasil em 2010: teoria, análise e contexto. *Dossiê- Análises Quantitativas e Indicadores Sociais*, v. 8, n. 1, p. 141, 2013.

BUSSAB, W. de O., MORETTIN, P. A de O. *Estatística Básica*: São Paulo: Saraiva, 2011.

CANO, I. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, ano 3, n. 5, 2006.

CARLOS, A. F. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARMO, C. R. S. Criminalidade: um estudo sobre os determinantes de crimes contra o patrimônio a partir externalidades urbana. *Revista G&DR*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 105-126, 2014.

\_\_\_\_\_. Demografia e criminalidade: um estudo baseado em métodos quantitativos aplicados a “crimes de rua”. *Ciências Humanas*, Taubaté (UNITAU), vol. 7, n. 2, p. 128-150, 2013.

CASTRO, T. E. de; SILVEIRA, I. M. da; LÍRIO, V. S.; CORONEL, D. A.; SILVA, R. G. da. Perfil da criminalidade nos municípios de Minas Gerais. *Espacios*, v. 35, n. 12, p. 16, 2014.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. *Boletim Amazônico de Geografia*, Belém, n. 1, v. 01, p. 186-204, 2014.

CORRÊA, M. A.; CINTRA.; C. C. da F.; CHAGAS; E. N. C.; NOGUEIRA, D. A.; FERREIRA, E. B. F. Perfil da criminalidade juvenil na Cidade de Alfenas, Minas Gerais. *Revista da Estatística UFOP*, Ouro Preto-MG, v. 3, n. 2, p. 338-350, 2014.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, E. V. Privação econômica e criminalidade. O caso português (1993-2009). *Sociologia*, n. 67, p. 107-125, 2011.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, São Paulo, 2005. *Anais...* São Paulo: USP, p. 5039-5056, 2005.

LOBO, M. A. A.; GUIMARÃES, H. R. Distribuição espacial da criminalidade no centro histórico de Belém (Pará/Brasil). *Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 16, n. 456, 2013.

LUCAS, L. A. P.; STRAUCH, J. C. M.; BASTOS, R. R. Análise exploratória e espacial dos crimes contra a pessoa e crimes violentos na região urbana de Juiz de Fora/MG, entre 2005 e 2008. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17. Caxambu-MG, 2010. *Anais...* 2010.

MINGOTI, S. A. *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada – uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MISSE, M. Sujeição Criminal. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Org.) *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 204-212, 2014.

NÓBREGA JR., J. M. Desigualdade Jurídica no Brasil: o latrocínio e o sequestro seguido de morte da vítima como tipos de crimes “especiais”. *Espaço Acadêmico*, v. 8, n. 89, p. 1-8, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Anuário estatístico do Município de Belém, 2012.

RAMOS, E. M. L. S; ALMEIDA, S. dos S. de; ARAÚJO, A. dos R. (Org.). *Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, 2008.

RATTON, J. L. Pobreza, desigualdade, estrutura social e crime. In: LIMA, R.S de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Org.) *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, p.591- 603, 2014.

RICCI, M. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais levantes e deserções no alvorecer do novo império (1808-1840). In: DEL PRIORE, Mary (Org.): *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 165-193, 2004.

RODRIGUES; C. I. Jurunas: um lugar imaginado. *Movendo Ideias*, v. 18, n. 1, p. 19-25, 2011.

\_\_\_\_\_. O bairro do Jurunas, à beira do rio Guamá. *Mosaico*, v. 1, n. 2, p. 143-156, 2008.

SANTANA, L. de L. S. *Geografia e violência na periferia de Belém: uso do território, produção do espaço e índices de homicídios nos bairros do Guamá, Terra-Firme e Jurunas*. Belém-PA. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6. São Paulo, 2014. *Anais...* São Paulo, 2014.

SANTOS, L. C. de C. dos. Violência e criminalidade: Um estudo dos dados existentes em Teresina-PI. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande-RS, v. 15, n. 99, p. 1-12, 2012.

SENASP, Pesquisa Nacional de Vitimização, maio de 2013.

SILVA, E. L. da S.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.

SILVA, F.; PIRES, R.; BITENCOURT, T. Territorialização e produção do espaço: a violência urbana no bairro do Jurunas. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS: A DINÂMICA DAS CIDADES E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO, 2. *Anais...* Paraná, 2013.

SOUZA, M. L. de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

ZALUAR, A. Oito temas para debate violência e segurança pública. *Sociologia*, n. 38, p. 19 -24, 2002.

## CAPÍTULO 3

### Perfil dos policiais infratores da Polícia Nacional de Cabo Verde

#### **Hermínio Manuel Moniz da Veiga**

Subcomissário da Polícia Nacional de Cabo Verde – Comandante do Destacamento Fiscal e Adjunto da Esquadra Policial de Sal Rei – Boa Vista – Cabo Verde

#### **José Luiz de Carvalho Lisboa**

Graduando em Estatística (UFPA) e aluno de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Belém – Pará – Brasil. 07joseluiz@gmail.com

#### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. ramosedson@gmail.com

#### **Silvia dos Santos de Almeida**

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

#### **José Gracildo de Carvalho Júnior**

Doutor em Engenharia Elétrica (UFPA) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. gracildo@ufpa.br

### **Resumo**

Em Cabo Verde as atitudes e comportamentos das forças policiais e de segurança têm gerado críticas, por parte da sociedade civil. Segundo o relatório de atividade da Polícia Nacional de Cabo Verde do ano de 2013, a taxa de punições contra policiais foi alta, com mais de setenta processos disciplinares elaborados, transitados em julgado aos efetivos da Polícia Nacional, por várias razões: abandono de lugares, infrações de alguns deveres gerais cometidas por parte dos efetivos no exercício das suas funções, caso de alcoolismo, violência policial, dentre outras. Diante disto, esse artigo tem como objeto traçar o perfil dos policiais infratores na Polícia Nacional de Cabo Verde. Em termos metodológicos, serviram como fonte de informação o Relatório Anual de Atividades da Polícia Nacional de Cabo Verde de 2013, Relatório do Conselho de Disciplina, bem como as ordens de serviço interno publicado em 2013, na Direção Nacional da Polícia Cabo-Verdiana, que são analisados por meio da técnica estatística análise descritiva. De onde se percebe que a maioria dos policiais que cometeram infrações possuem o ensino secundário (88,83%), são solteiros (90,45%), e a maior parte está na faixa etária de 32 a 37 anos (23,60%), são agentes de 1<sup>a</sup> ou 2<sup>a</sup> classe (ambos com 39,89%) e possuem de 11 a 15 anos de serviço (21,02%). Mediante estes resultados será possível propor treinamentos e políticas capazes de controlar e prevenir a má conduta entre os policiais.

**Palavras-chave:** Processos Disciplinares. Má Conduta. Violência Policial.



## Introdução

Todas as instituições públicas precisam de controle social para garantir o cumprimento de suas funções de forma adequada. No caso da Polícia, esta necessidade é imprescindível, pois um desvio de conduta pode ter consequências prejudiciais, tanto à imagem como ao funcionamento da instituição, e conseqüentemente para o próprio país.

Percebe-se que qualquer organização policial está diretamente ligada com a questão da ordem e da lei, bem como a política da segurança pública e defesa dos direitos e garantias dos cidadãos. Por conseguinte, é por meio da Polícia que o Estado, exerce o controle da ordem pública e o cumprimento das normas que regem a sociedade em conformidade com o regime de organização política, adaptado por um determinado Estado (BAYLEY, 2001).

A Polícia é a parte da organização burocrática do Estado, entretanto, cada país, ao longo do tempo, desenvolveu padrões de policiamento determinado por suas especificidades culturais, políticas e sociais (BAYLEY, 2001).

Para Costa (2004), dois fenômenos estão relacionados ao surgimento das agências de controle das atividades policiais. Em primeiro lugar, as pressões da sociedade civil, a partir dos movimentos de direitos civis, nos quais mostraram a necessidade de criação de agência de controle. Segundo, a necessidade percebida por alguns administradores de Polícia, para mudar a relação entre esta e a sociedade.

Para Souza e Reis (2013), novos desafios em termos da criminalidade, como o tráfico de drogas e de seres humanos, implicam às estruturas policiais uma reforma, bem como a busca de inovações nas práticas de policiamento, na medida em que a Polícia ao longo dos tempos desenvolve a sua atividade na lógica de patrulhamento, na verificação de suspeitos e no atendimento a ocorrências.

Relativamente aos desafios supramencionados a resposta foi o surgimento do chamado policiamento comunitário, que tem como “premissa central, de que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança” (SKOLNICK; BAYLEY, 2006, p. 18).

A Polícia passa a ver a segurança não como uma questão de Polícia, mas, sim como de todos, assim, a comunidade e outras instituições devem

contribuir de forma ativa para o combate à criminalidade e para a garantia da segurança.

Apesar dos ganhos conseguidos por este novo modelo de policiamento comunitário, ou policiamento para soluções de problemas, com uma primeira experiência realizada nos Estados Unidos e no Canadá, surgiram algumas críticas relativamente a este modelo de policiamento. Um dos críticos desse modelo ressalta que “para alguns, as ideias não passam de chavões vazios de relações públicas em policiamento, sem conteúdo ou substância, e sem utilidade operacional” (MOORE, 2003, p. 116).

Em Cabo Verde as forças policiais e os serviços de segurança têm gerado críticas com relação às suas atuações. A sociedade expressa sua opinião por meio da comunicação social e também por meio eletrônico, como por exemplo, a internet, onde relata o descontentamento da polícia, com o abuso de autoridade, má conduta entre outros, e critica o trabalho das forças policiais e serviços de segurança.

Segundo o relatório de atividade da Polícia Nacional de Cabo Verde do ano de 2013, a taxa de punições contra policiais foi alta, com mais de setenta processos disciplinares elaborados, transitados em julgado aos efetivos da Polícia Nacional, por várias razões, nomeadamente, abandono de lugares, infracções cometidas violando alguns deveres gerais e especiais, caso de alcoolismo, violência policial, entre outras (CV, 2013a).

Os mecanismos de controle nas forças policiais e serviços de segurança têm como objetivo verificar se o pessoal, em todos os níveis, cumpre com as obrigações gerais, especificamente se trabalham com eficiência para cumprir os objetivos impostos pela sua função e/ou delineados pela tutela da segurança interna. É fundamental descortinar a respeito de conduta praticada por agentes de segurança pública, ou seja, perceber quando uma conduta é considerada desviante.

Para Lemgruber, Musumeci e Cano (2003), denomina-se desvio de conduta qualquer transgressão do comportamento formalmente esperado do policial, o que inclui desde a qualidade do atendimento prestado à população até a prática de crimes comuns, passando pelo abuso de força ou autoridade e por faltas disciplinares previstas nos regulamentos internos das corporações.

Com isso o controle é de extrema importância para que se evitem desvios de conduta, assim como se melhore o desempenho dos policiais.

Para Caparini (2003, p. 5), a forma de controle interno, o autocontrole policial, refere-se à socialização dos oficiais de polícia e à interiorização das normas e da ética policial democrática por meio do treinamento, educação, “níveis de profissionalização”, o exemplo dado pelos oficiais mais antigos, e a cultura dentro da organização policial, mais amplamente.

Call (2003, p. 9), por outro lado, afirma que os mecanismos internos de vigilância “incluem qualquer unidade interna que investiga ou relata as infrações cometidas pelo pessoal de Polícia, por exemplo, unidades disciplinares, assuntos internos, entre outros”.

Sendo assim, o controle tem sempre como principal finalidade medir resultados, impedir desvios, para além de indicar medidas saneadoras para alcançar a meta desejada e/ou planejada.

Para Costa (2004), até o início da década de 1970, eram raros os departamentos de polícia norte-americanos que possuíam algum órgão de controle externo. Já em 1998, a situação era bastante diferente, podia encontrar mais de 90 agências de controle externo. Dois fenômenos estão relacionados ao surgimento dessas agências de controle, em primeiro as pressões da sociedade civil, por meio dos movimentos de direitos civis, mostraram a necessidade de criação de controle externo. Segundo, a necessidade percebida por alguns administradores de Polícia e a sociedade, buscando maior legitimidade para actividade policial. Em ambos os casos, a criação de um órgão de controle externo parece ser a solução mais adequada.

Filho (2009) afirma que controle externo consiste na submissão da atividade administrativa à fiscalização exercitada por órgãos externos à estrutura do poder que os praticou. Em termos gerais, pode-se aludir ao controle externo por parte do poder legislativo o que abrange o tribunal de contas, do Ministério Público e do poder Judiciário.

Para Meirelles (2008), controle externo é o que se realiza por um poder ou órgão constitucional independente funcionalmente sobre a atividade administrativa de outro poder estranho à administração responsável pelo ato, controlando a apreciação de contas sobre a efetivação de determinada despesa do executivo, a anulação de um ato executivo por decisão do judiciário.

Contudo, as diversas avaliações demonstram que não há sistema de controle externo que seja verdadeiramente satisfatório. A natureza do trabalho policial é tal que não pode ser controlado, a não ser do interior do sistema e no ponto mais próximo da ação.

Em relação à eficiência e à eficácia dos dois tipos de controle Bayley (1985) afirma que o controle interno é preferível por pelo menos três razões: primeiro, uma inspeção interna pode estar mais bem informada do que a externa (uma determinada Polícia pode esconder quase tudo que quiser de uma inspeção externa, e é certamente capaz de inviabilizá-la); segundo, o controle interno pode ser mais profundo e extenso (pode focar uma gama de atividades e não apenas as aberrações mais visíveis e dramáticas); terceiro, o controle interno pode ser mais variado, sutil e discreto (ele pode usar tanto mecanismos informais quanto formais que são omnipresentes na vida profissional dos policiais).

Para Bayley (2006), embora seja grande a variedade de mecanismos de controle e, ao mesmo tempo, eles sejam complexos, é compatível em países democráticos, o que possibilita que as comunidades apoiem-se em diversos tipos ao mesmo tempo, sejam eles internos ou externos.

Pode-se verificar que os diferentes tipos e/ou mecanismos de controle existentes, não são incompatíveis entre si, pelo contrário podem complementar-se dependendo do contexto ou realidade em que são aplicados. Há vários tipos e formas de controle da Polícia que são aplicados conforme a cultura ou realidades dos países.

Mecanismos formais e informais funcionam de maneira diferente, a partir de conceitos diferentes de violência policial, mas ambos podem ser eficazes ou ineficazes, dependendo da forma e do contexto em que forem empregados. Os mecanismos formais permitem um controle mais centralizado e intensivo de violência policial, dirigido principalmente aos tipos mais visíveis/observáveis de violência policial, como homicídios, tortura e agressões físicas, estes são encontrados tradicionalmente, mas não exclusivamente, em organizações militares. Já os informais possibilitam um controle mais descentralizado e extensivo da violência policial, voltado, sobretudo para os tipos menos visíveis/observáveis de violência policial, como abuso de autoridade, desrespeito, ameaça, extorsão, agressões verbais e tratamento diferenciado em função de classe ou status social, e são controlados tradicionalmente, mas exclusivamente, em organizações sociais, organizações económicas e principalmente organizações profissionais (MESQUITA NETO, 1999, p. 147).

Assim, o controle formal é exercido por órgãos que têm essa atribuição institucional e, o controle informal, exercido de forma espontânea por pessoas ou grupo, tais como os próprios pares, a imprensa, ou os cidadãos em geral. Ou seja, controles formais são mecanismos que estão definidos em regulamentações sociais formais como, constituição, leis, decretos, resoluções e outras, com a finalidade de controlar o poder, o âmbito e as ações da Polícia. Por outro lado, o controle informal é todo tipo de mecanismo abstracto que se instituem em uma sociedade, consagrando-se como meios de controle das polícias, tais como imagem dos policiais, ética profissional, entre outras.

O Governo de Cabo Verde aspira, a par da reforma institucional, à aprovação de uma estratégia global de planeamento de meios destinada a dotar, reforçar e modernizar as forças policiais de forma a melhorar a sua eficácia e interoperabilidade, bem como a definição de uma estratégia nacional de prevenção e combate à criminalidade susceptível de agir tanto sobre as causas, como contra os efeitos da criminalidade, nas suas diversas formas (CV, 2012).

Para Souza e Reis (2013), muitos países democráticos criaram setores dentro de suas instituições, na forma de departamentos, ouvidorias e corregedorias especializadas em lidar com queixas contra os abusos de poder e violação de direitos praticados por policiais. No Brasil, os parâmetros que definem o trabalho policial são baseados em princípios previstos na Constituição Federal de 1988, no código de processo penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Tortura e em outras leis. Em Cabo Verde, ao contrário do que acontece nas outras paragens, não existem sectores dentro de instituições destinados especificamente e/ou especializadas para lidar com queixas, participações contra os efectivos da Polícia Nacional. Contudo, existem alguns órgãos consultivos que têm por função apoiar no controle tanto do funcionamento dos vários organismos internos da Polícia Nacional, como situações disciplinares que possam ocorrer.

Com isso é de fundamental importância compreender os mecanismos de controle interno e traçar o perfil dos policiais infratores na Polícia Nacional de Cabo Verde, para que se evitem desvios de conduta nesta corporação.

## Metodologia

### *Obtenções e descrições dos dados*

As informações foram recolhidas com base nas punições registradas na Direcção do Planeamento do Orçamento e Gestão da Polícia Nacional de Cabo Verde, a partir da Divisão de Administração dos Recursos Humanos, bem como a Direcção de Operações e Comunicações da Polícia Nacional, por meio do Relatório Anual de Actividades, e consultas de boletim oficial de Cabo Verde. Ainda foram consultados os processos individuais dos efectivos que foram demitidos no ano de 2013, por não constarem na base de dados actualizados nos arquivos informáticos do departamento de recursos humanos da Polícia Nacional, na medida em que, há muito tempo é que tinham abandonado o serviço e só recentemente é que foi instaurado o competente processo de abandono de lugar (CV, 2013a).

O período analisado é de janeiro a dezembro de 2013, com o objetivo de verificar quantos efetivos da Polícia Nacional foram punidos, bem como traçar o perfil dos infratores a partir das seguintes variáveis: idade, sexo, estado civil, habilitações literárias, tempo de serviço prestado à Polícia Nacional, patente ou posto que sustente na cadeia hierárquica, renda, ramos de especialidade, ilha onde presta serviço, mês da punição, pena aplicada. Segundo os dados recolhidos, durante o ano de 2013, foram punidos 183 (cento e oitenta e três) efetivos da Polícia Nacional de Cabo Verde.

### *Análise descritiva*

Para Bussab e Morettin (2013), a Estatística, em sua essência, é a ciência que apresenta processos próprios para coletar, apresentar e interpretar adequadamente conjunto de dados, sejam eles numéricos ou não. Existem na Estatística inúmeras ferramentas descritivas, tais como gráficos, tabelas e medidas de síntese, para organização de dados.

Almeida et al. (2008) defendem que as mais utilizadas são as séries estatísticas, conhecidas também por tabelas, que têm por finalidades resumir, em distribuição de frequência, um conjunto de observações, conseguindo expor sinteticamente os resultados dos dados analisados a fatores como tempo, local, fenômeno e especificação.

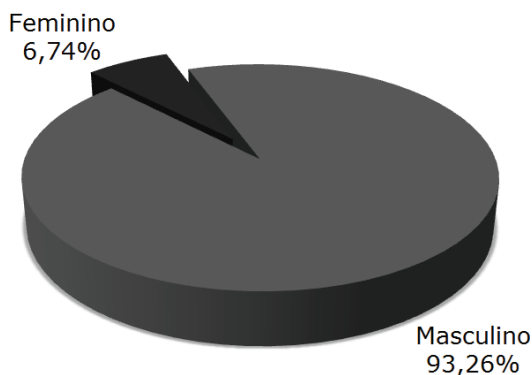
Milone (2009) afirma que gráfico “é a representação visual do fenômeno, em termos de sua evolução ou das relações entre as variáveis nele envolvidas”.

Por conseguinte, os gráficos, recursos visuais utilizados pela Estatística, demonstram uma imagem clara sobre o fenômeno estudado ao resultado alcançado.

## Resultados e discussões

Verifica-se que a maioria dos policiais infratores durante o período em estudo são do sexo masculino (93,26%), e apenas 6,74% são mulheres (Figura 1). Esse resultado pode ser justificado devido ao número maior do contingente masculino em termos do gênero na corporação Polícia Nacional de Cabo Verde.

**Figura 1:** Percentual dos policiais infratores nas unidades da Polícia Nacional de Cabo Verde, no período de janeiro a dezembro de 2013, por sexo



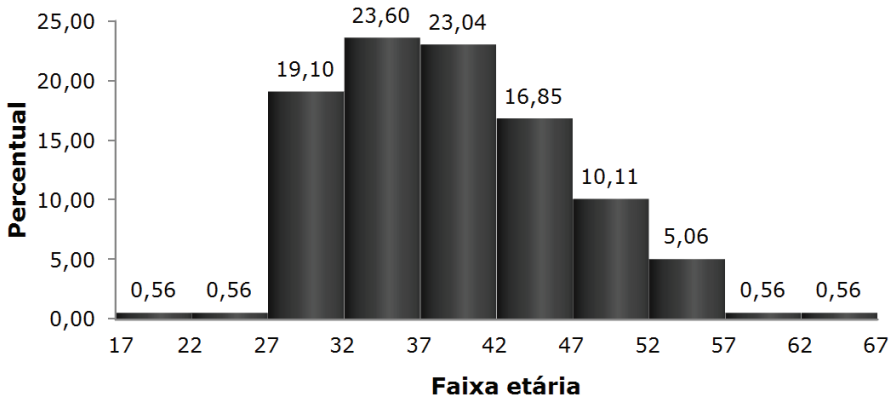
Segundo o relatório anual de atividades da Polícia Nacional de Cabo Verde, do ano de 2013, em termo de efetivos no quadro, pessoal civil e policial é composto por 1.945 elementos, sendo 176 mulheres, que representam 9,6% do efetivo (CV, 2013b).

Por outro lado, algumas pesquisas que abordam o perfil do policial e as queixas dos cidadãos de má conduta policial, como a de Brandl, Stroshine e Frank (2001), revelam que os policiais do sexo masculino são mais propensos a serem denunciados por má conduta policial em relação às do sexo feminino. Além disso, para Lersch e Mieczkowski (1996), os policiais do sexo masculino teriam maior probabilidade de serem reincidentes e ficou provado na Polícia Nacional de Cabo Verde,

que registrou alguns casos de reincidência durante o período em estudo e todos são do sexo masculino.

Percebe-se que a maior parte dos policiais que atuam nas unidades da Polícia Nacional de Cabo Verde e que cometeram infrações estão na faixa etária de 32 a 37 anos (23,60%), seguido dos que possuem de 37 a 42 anos (23,04%) (Figura 2). Segundo Brandl, Strohshine e Frank (2001), Lersch e Mieczkowski (1996), Mc Elvain e Kposawa (2004), Wagner (1980), nos vários estudos sobre esta matéria, demonstram que os policiais jovens são mais propensos a serem representados em queixas dos cidadãos por má conduta policial em comparação com os mais antigos, demonstrando o fator experiência de vida como relevante em sua atuação. Semelhante resultado foi apresentado por Lemgruber, Musumeci e Cano (2003), ao relatarem que a inexperiência de policiais mais jovens na resolução de conflitos, foi apontada pelos comandantes como uma das causas básicas do uso excessivo da força.

**Figura 2:** Percentual dos policiais infratores nas unidades da Polícia Nacional de Cabo Verde, no período de janeiro a dezembro de 2013, por faixa etária (em anos)



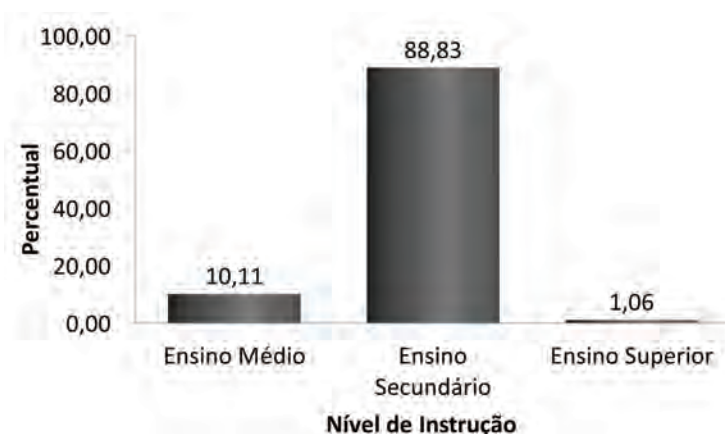
Dentre os agentes das unidades da Polícia Nacional de Cabo Verde que cometeram infrações, a maioria possui ensino secundário (88,83%) (Figura 3).

Este resultado pode ser explicado por dois motivos: 1) em Cabo Verde a população é extremamente jovem; 2) devido à massificação do



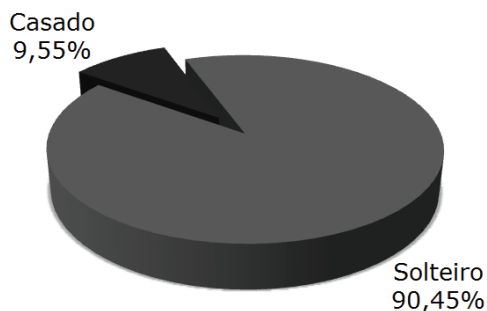
ensino em Cabo Verde e novos desafios impostos a Polícia Nacional, a partir de um momento específico, passou-se a exigir como um dos requisitos para ingresso na força policial, como mínimo da escolaridade 12<sup>o</sup> ano que é última fase do ensino secundário, e nos últimos dez anos houve um aumento considerável de realização de formação de agentes.

**Figura 3:** Percentual dos policiais infratores nas unidades da Polícia Nacional de Cabo Verde, no período de janeiro a dezembro de 2013, por nível de escolaridade



Verifica-se a partir da Figura 4, que a maioria dos policiais infratores da Polícia Nacional Cabo-Verdiana são solteiros (90,45%) (Figura 4).

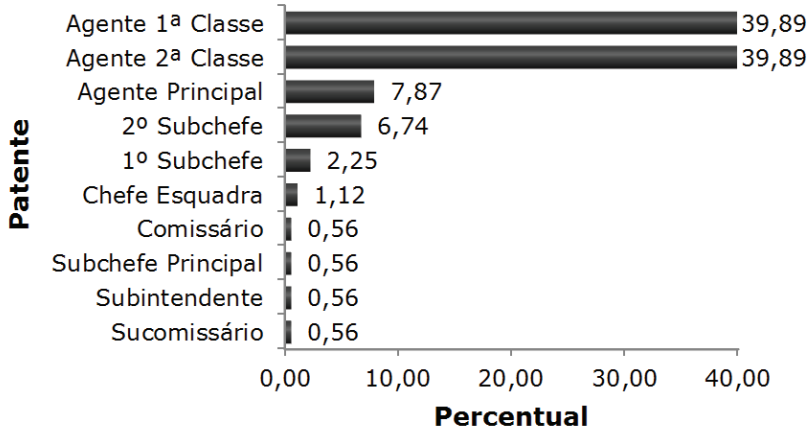
**Figura 4:** Percentual dos policiais infratores nas unidades da Polícia Nacional de Cabo Verde, no período de janeiro a dezembro de 2013, por estado civil



Verifica-se que a maior parte dos policiais que cometeram infrações são agentes de 1ª e 2ª classe (39,89%) (Figura 5). Estes resultados podem ser explicados, pois é esta classe que está na base da pirâmide da hierarquia da Polícia Nacional, ou seja, funcionam como executores na “linha da frente”, do cotidiano policial, cercado de conflitos e tensões do dia a dia da atividade policial, o que pode gerar estresse, complicações na saúde física e psicológica dos policiais, propiciando a ocorrência de má conduta policial. Esses aspectos necessitam ser acompanhados tanto pelos mecanismos de controle interno em termos preventivos, como por redes de apoio psicológico constituídas pela instituição.

De acordo com Kalimo, El-Batawi e Cooper (1988), as principais causas de estresse no trabalho são as poucas exigências do cargo em relação à capacidade do trabalhador, os desejos frustrados e a insatisfação com relação do cargo e na carreira policial. Os jovens entram na Polícia com uma expectativa, e ao encontrarem outra realidade, acabam por cair num certo desleixo e indisciplina. Além desses, também existem os problemas de relacionamento interpessoal de chefia e de hierarquia no trabalho.

**Figura 5:** Percentual dos policiais infratores nas unidades da Polícia Nacional de Cabo Verde, no período de janeiro a dezembro de 2013, por patente

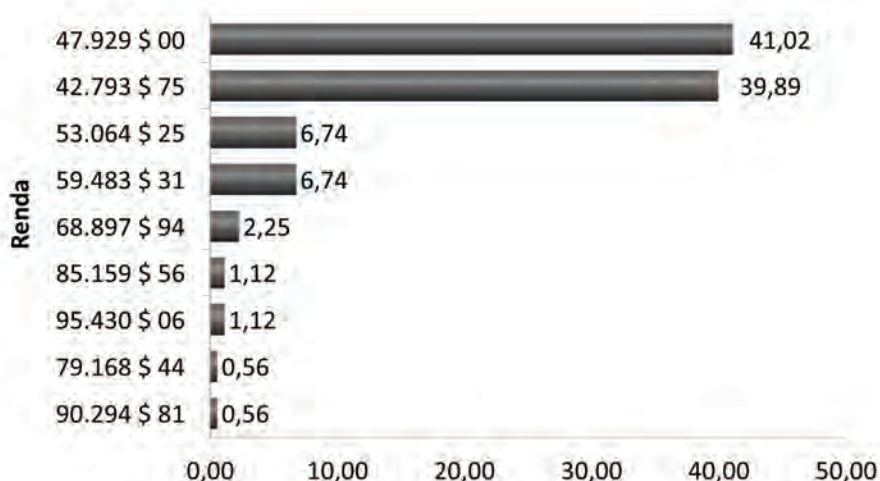


A profissão do policial para Sanchez-Milla et al. (2001), pelo contato contínuo que o seu desenvolvimento de sua função têm em relação à sociedade, é considerada uma profissão estressante. O policial desenvolve

o seu trabalho em um meio conflitivo, no limite da marginalidade e da criminalidade. Além disso, suas ferramentas de trabalho são o cassetete e o revólver. É razoável esperar que atividades policiais sejam cada vez mais expostas à violência ou comportamentos que contrariam as próprias regras de atuação pré-estabelecidas.

Dentre os policiais infratores, 41,02% possuem salário mensal de \$ 47.929,00 (quarenta e sete mil, novecentos e vinte e nove escudos), seguido dos 39,89% que recebem \$ 42.793,75 (quarenta e dois mil, setecentos e noventa e três escudos e setenta e cinco centavos) (Figura 6). A questão da renda também de certa forma pode influenciar no desvio do comportamento policial, principalmente porque a própria função desempenhada pelos policiais, que muitas vezes estão na base da pirâmide e nos lugares estratégicos como: porto, aeroporto, terminal de carga, onde estão sujeitos ao aliciamento e corrupção, seja por parte de passageiros, comerciantes, traficantes de droga, entre outros. Neste contexto, mesmo existindo controle hierárquico, este pode não ser tão eficaz.

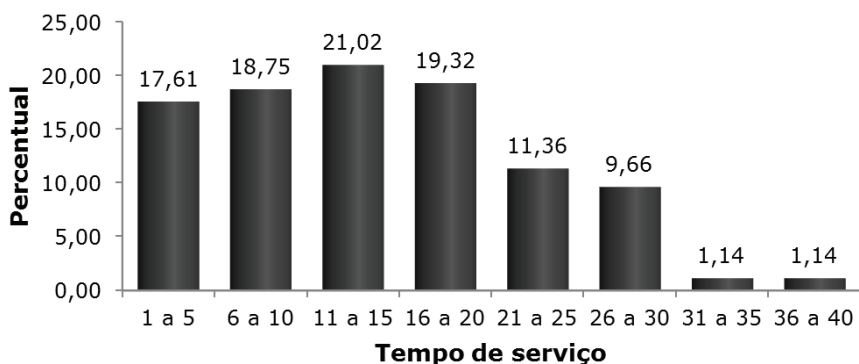
**Figura 6:** Percentual dos policiais infratores nas unidades da Polícia Nacional de Cabo Verde, no período de janeiro a dezembro de 2013, por renda



Constatou-se que os policiais, em sua maior parte, possuem de 11 a 15 anos de serviço (21,02%), seguido dos que estão na faixa de 16 a 20 anos de serviço (19,32%) (Figura 7).

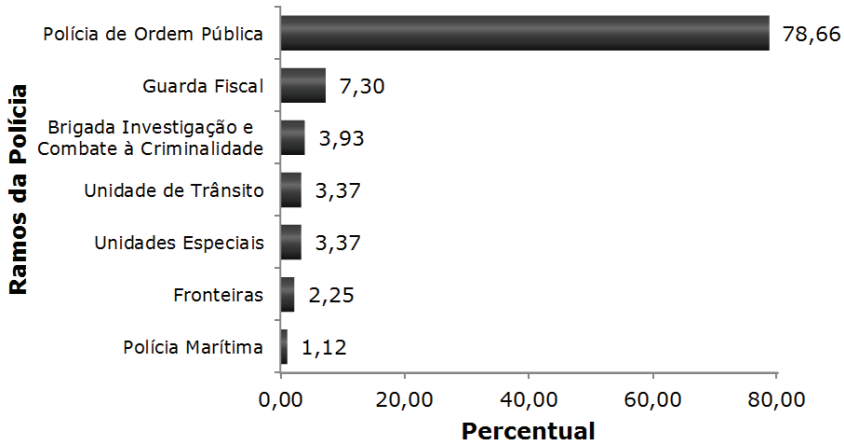
Os resultados demonstram que nos primeiros dez anos de serviço os efetivos correm mais riscos de serem punidos. Para este resultado relativamente ao tempo de serviço temos duas posições, por um lado questiona-se sobre a formação, questionando tanto o tempo de formação que anteriormente era de três meses, mas agora passou para seis meses. Ainda se questiona sobre os conteúdos programáticos leccionados, por outro lado há quem defende que o problema está na falta de um acompanhamento rigoroso no período pós-formação ou período probatório, daí poderá ser explicada essa maior taxa de punição nos primeiros dez anos de serviço.

**Figura 7:** Percentual dos policiais infratores nas unidades da Polícia Nacional de Cabo Verde, no período de janeiro a dezembro de 2013, por tempo de serviço (em anos)



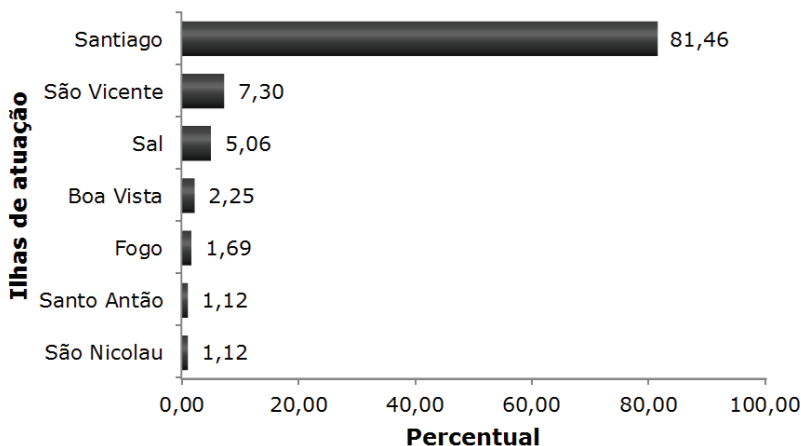
A maioria dos policiais atuam na polícia de ordem pública (78,66%) (Figura 8). Este resultado é explicado, pois a ordem pública integra um maior número de efetivo, é o ramo que faz a patrulha e serviços de piquete. Assim, os policiais deste ramo da Polícia Nacional estão mais expostos em termos de riscos de exagero ou violência nas suas atuações, em detrimento dos policiais que exercem as suas atividades em outros ramos, embora isso de riscos de práticas ou comportamentos desviantes é relativo, dado que em cada ramo há riscos se calhar com características de cada atividade. Como exemplo há mais riscos de corrupção na Guarda Fiscal e Fronteiras do que na Ordem Pública.

**Figura 8:** Percentual dos policiais infratores nas unidades da Polícia Nacional de Cabo Verde, no período de janeiro a dezembro de 2013, por ramos de especialidade



A maioria dos policiais que cometeram infrações são da ilha de Santiago (81,46%) (Figura 9). Pode ser explicado por ser a ilha maior, do arquipélago, por conseguinte, alberga maior número de unidades policiais e consequentemente mais efetivos.

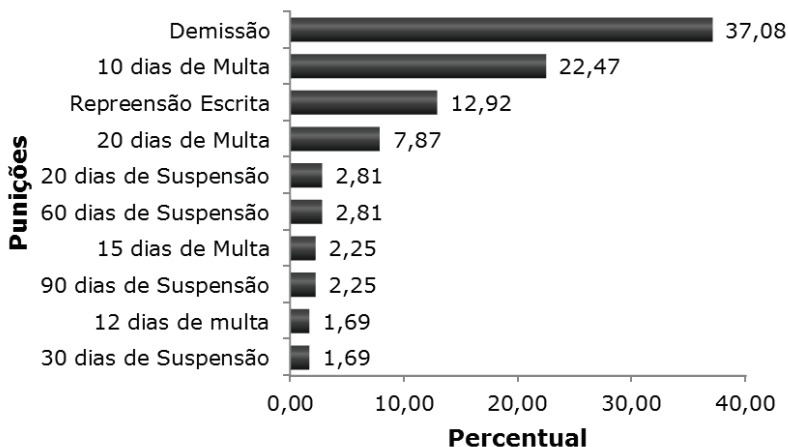
**Figura 9:** Percentual dos policiais infratores nas unidades da Polícia Nacional de Cabo Verde, no período de janeiro a dezembro de 2013, por ilha onde prestam(ram) serviço na altura da punição



A Figura 10 mostra que os policiais que cometeram infrações, em sua maior parte, foram punidos com demissão (37,08%), seguido de 10 dias de multa (22,47%).

Segundo o relatório de atividades houve uma taxa elevada de demissão, porque por determinação superior foram elaborados vários processos de abandono de lugar que se encontravam pendentes há vários anos e relativamente a multa é que com a aprovação no Estatuto Disciplinar da Polícia Nacional, relativamente a multa passou a ser no mínimo de dez dias, e é normalmente aplicada nas situações de infrações menos gravosas que é normalmente o que acontece com mais frequência.

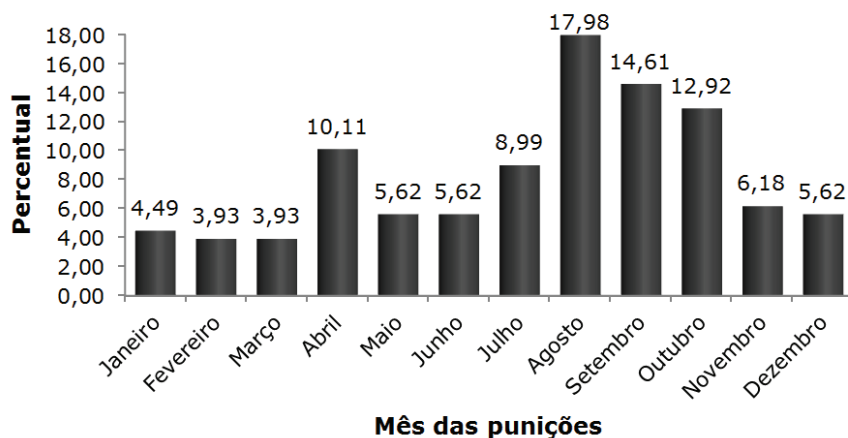
**Figura 10:** Percentual dos policiais infratores nas unidades da Polícia Nacional de Cabo Verde, no período de janeiro a dezembro de 2013, por tipos de punições existentes no Regulamento da Polícia Nacional



Constata-se a partir da Figura 11 que a maior parte das punições aplicadas ocorreram no mês de agosto (17,98%), seguido de setembro (14,61%), mas também é de realçar que não há um único mês que não houve punição, seja que natureza for.

Um aspecto importante a frisar que poderá influenciar este resultado, é que a partir de fevereiro do ano em estudo, a Direção Nacional, por forma a ter melhor controle sobre os processos, emitiu um despacho N<sup>o</sup> 05/DNPN/13, de 26 de fevereiro, cujo assunto é: controle dos processos/uniformização de numeração. Este despacho com certeza permitiu conhecer o desfecho final de todos os processos e ter um número mais racional e não especulativo.

**Figura 11:** Percentual dos policiais infratores nas unidades da Polícia Nacional de Cabo Verde, no período de janeiro a dezembro de 2013, por mês do despacho da punição



## Conclusão

Com a análise dos resultados, pode-se traçar o perfil dos agentes que apresentaram comportamento desviante, no qual se observa que os agentes que mais cometeram delitos na Polícia Nacional de Cabo Verde foram policiais do sexo masculino que estão na faixa etária de 32 a 42 anos de idade, que possuem o ensino secundário e que são agentes de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> classe solteiros. Percebe-se que há uma grande necessidade de se observar qual o comportamento destes agentes que apresentam este perfil, pois o trabalho evidencia que estes policiais estão mais propensos a cometer desvios de conduta. Além disso, percebe-se que os policiais que têm a renda salarial mais baixa, ou seja, agentes de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> classe foram os que mais cometeram delitos.

Apesar de se verificar que de facto há um controle que sanciona os potenciais infratores, não é tarefa fácil exercer este controle, devido à própria especificidade da atividade policial.

Para Monjardet (2003), estas especificidades influenciam diretamente no controle, na medida em que todas as instituições de trabalho comportam duas esferas de atuação, a formal, legitimada na lei e nos regulamentos internos, e a informal, representante de um conjunto de comportamentos e normas observáveis, segundo os quais a organização realmente funciona para alcançar seus objetivos.

Estes resultados demonstram que o ano de 2013 teve a maior percentagem em termos de processos concluídos relativamente a 2012, devido à finalização de vários processos pendentes de abandono de lugar (CV, 2013a).

### Agradecimento

O presente estudo teve o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil.

### Referências

ALMEIDA, S. S.; PINHEIRO, W. R. F.; RAMOS, E. M. L. S.; GOMES, M. K. T.; ALCANTARA, P. F. Violência sofrida pelos GLBT: uma visão estatística. In: RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. (Org.). *Segurança pública* – uma abordagem estatística e computacional. Belém: EDUFPA, 2008. p. 92-99

BAYLEY, D. H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. São Paulo: EDUSP, 2006.

\_\_\_\_\_. *Democratizing the police abroad: What to do and how to do it*. 2001.

\_\_\_\_\_. *Patterns of policing*. Rutgers, University, 1985.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRANDL, S. G.; STROSHINE, M. S.; FRANK, J. Who are the complaint-prone officers? An examination of the relationship between police officers' attributes, arrest activity, assignment, and citizens' complaints about excessive force. *Journal of Criminal Justice*, v. 29, p. 521-529, 2001.

CALL, C. T. *Challenges in Police Reform: promoting effectiveness and accountability*. NY: International Peace Academy, 2003.

CAPARINI, M. Police reform: issues and experiences. FIFTH INTERNATIONAL SECURITY FORUM. Zurich, 14-16, October, 2003.

COSTA, A. M. Reformas institucionais e as relações entre a Polícia e a Sociedade em Nova Iorque. *Sociedade e Estado*, v. 19, n. 1, p. 173-202, 2004.

CV - CABO VERDE, Relatório do Conselho de Disciplina da Polícia Nacional de Cabo Verde. Cidade da Praia, 2013a.

\_\_\_\_\_. Relatório das Atividades da Polícia Nacional de Cabo Verde. Cidade da Praia, 2013b.

\_\_\_\_\_. Decreto-legislativo N°6/2012 de 14 de Novembro, Aprova o Programa do Governo, 2012.



FILHO, J. M. *Curso de Direito Administrativo*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

KALIMO, R.; EL-BATAWI, M. A.; COOPER, C. L. *Los factores psicosociales en trabajo y su relación con la salud*. Ginebra: Organización de la Salud, 1998.

LEMGRUBER, J; MUSUMECI, L.; CANO, I. *Quem vigia os vigias?* Rio de Janeiro: Record, 2003.

LERSCH, K. M.; MIECZKOWSKI, T. Who are the problem-prone officers? An analysis of citizen complaints. *American Journal of Police*, v. 15, n. 3, p. 23-44, 1996.

MC ELVAIN, J.P., KPOSOWA, A. J. Police officer characteristics and internal affairs investigations for use of force allegations. *Journal of Criminal Justice*, v. 32, 2004.

MEIRELLES, H. L. *Direito Administrativo brasileiro*. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MESQUITA NETO, M. P. Violência policial no Brasil: abordagem teórica e práticas de controle. In: PANDALFI, D. C. et al. (Org.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 129-148

MILONE, G. *Estatística geral aplicada*. São Paulo: Thomson Learning, 2009.

MONJARDET, D. *O que faz a Polícia: sociologia da força pública*. São Paulo: EDUSP, 2003.

MOORE, M. H. Policiamento Comunitário e Policiamento para a Solução de Problemas. In: TONRY, M.; MORRIS, M. *Policiamento Moderno*. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 115-176

SANCHEZ-MILLA, J. J.; SANZ-BOU, M.A.; APELLANIZ-GONCALEZ, A.; PASCUAL-IZAOLA, A. Policia y estrés laboral. Estressores organizativos como causa de morbilidad psiquiátrica. *Revista de la Sociedad Española de Salud Laboral en la Administración Pública SESLAP*, v. 1, n. 4, 2001.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. *Policiamento comunitário*. São Paulo: EDUSP, 2006.

SOUZA, J. L.; REIS, J. F. G. *Trabalho policial, violação dos direitos humanos e as respostas da Corregedoria*. Belém: Paka-Tatu, 2013.

WAGNER, A. E. Citizen complaints against the police: the accused officer. *Journal of Police Science and Administration*, n. 4, p. 373-377, 1980.

## CAPÍTULO 4

### A tatuagem como meio de identificação humana

#### **Maria Betânia Moraes Lisbôa**

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA), especialista em Ortodontia (CESUPA-PA), especialista em Odontopediatria (ABO-PA), especialista em Odontologia do Trabalho (SL Mandic), perito criminal odontologista do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”. Belém – Pará – Brasil. mbml\_lisboa@hotmail.com

#### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. ramosedson@gmail.com

#### **Silvia dos Santos de Almeida**

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

#### **Resumo**

Estabelecer a identidade de uma pessoa tem sido desde os tempos mais remotos, um objetivo incansável dentro da área forense. Para o processo de identificação é fundamental que o método seja capaz de estabelecer uma relação unívoca, criando um conjunto de caracteres próprios que possam diferenciar pessoas ou coisas entre si, individualizando-a e assim estabelecendo uma identidade. Dentre as áreas de competência do odontologista, vale ressaltar a atuação em perícias criminais, tanatologia forense (estudo científico da morte) e identificação humana, meios pelos quais o cirurgião dentista pode auxiliar a solucionar crimes e identificar vítimas. A perícia odontolegal consiste em procedimentos que auxiliam a justiça, tendo como finalidade produzir uma prova que vai ser materializada com o laudo. Vários são os métodos utilizados para promover a identificação de uma pessoa, cada qual com vantagens e desvantagens, mas todos com o intuito de objetivar uma identificação precisa. Nesse trabalho destacamos a tatuagem como um meio de identificação humana, pela sua crescente popularização e presença cada vez maior na vida moderna e, também devido à sua relação de construção de identidade com o tatuado. Diante disso, este trabalho tem como objetivo discutir a atuação do odontologista no âmbito criminal, em especial nos processos de identificação por meio de tatuagens, sua história, significados, motivação e o exame pericial, com intuito de trazer à comunidade acadêmica informações relevantes sobre o assunto, demonstrando que a tatuagem pode ser uma determinante na identificação humana.

**Palavras-chave:** Odontologia Legal. Identificação Forense. *Tattoo*.

## Introdução

O cirurgião-dentista, na função de perito criminal/odontologista, pode atuar nos casos de perícias criminais, auxiliando no esclarecimento dos fatos, basicamente elucidando a materialidade, a dinâmica e a autoria do crime.

As perícias odontológicas na área criminal incluem: identificação no vivo (idade não comprovada de delinquentes, marcas de mordida em alimentos ou na vítima), no cadáver (sem identificação, corpos carbonizados, dilacerados, estado avançado de putrefação, afogados, acidentes de massa), antropológicas (no crânio esqueletizado para verificar espécie, sexo, idade, estatura, biótipo); lesões corporais ou perícias de traumatologia; determinação da idade; perícia de manchas (diagnóstico diferencial de manchas de saliva) e exame de embriaguez (saliva).

A identificação odontológica consiste em procedimentos que auxiliam a justiça, tendo como finalidade produzir uma prova que vai ser materializada com o laudo, por meio de exames clínicos, radiográficos, laboratoriais, necroscópicos e/ou outros.

Há muitos séculos é necessário que cada ser humano, objeto ou coisa, seja especificamente determinado e, ao longo dos tempos, vários métodos foram utilizados para tal fim, só um nome não bastava, evoluiu-se do ferro em brasa aplicado à pele ao DNA (COIRADAS, 2008).

A identificação de uma pessoa requer, com bastante frequência e por inúmeras razões de ordem social e jurídica, que seja possível afirmar, com absoluta segurança que determinado indivíduo é ele e somente ele e não uma pessoa diversa (VANRELL; BORBOREMA, 2007).

Em nosso país, o Código Civil em seu artigo 2<sup>o</sup> anota “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida...” e em seu artigo 6<sup>o</sup> registra “A existência da pessoa natural termina com a morte”.

Este período, entre o nascimento e o óbito será marcado por inúmeras relações sendo sociais, humanas, jurídicas, profissionais, legais até as formais e, em todas elas, vivo ou morto será necessário que cada pessoa seja uma, não se aceitando que alguém seja confundido ou se passe por outro.

A Odontologia, por meio de seus conhecimentos científicos específicos, tem prestado relevantes serviços na esfera forense. Dentre estes empregos, a identificação humana traz um especial destaque à odontologia forense, como consequência dos excelentes resultados obtidos

pelo uso de suas técnicas e pela necessidade de suas precisas conclusões, as quais figuram como peças fundamentais nas mais diversas aplicações forenses, indo dos litígios para a identificação de paternidade até os processos de reconhecimento “pos-mortem” de achados cadavéricos, incluindo-se os acidentes de massa com seus resultados frequentes de calcinação e carbonização, crimes dos mais variados, grandes chacinas, localização de ossadas resultantes de crimes de guerra, entre outros.

Todo Instituto Médico Legal possui habitualmente um profissional responsável pelo setor de Antropologia Forense, para onde são encaminhados os cadáveres ignorados, cadáveres putrefeitos, carbonizados ou reduzidos a esqueleto para estudo e identificação, sendo no Estado do Pará o setor de antropologia sob a responsabilidade do perito odontologista.

Etimologicamente, a Antropologia pode ser dividida em antropologia cultural e em antropologia física. A antropologia física se preocupa com o estudo das variações qualitativas e quantitativas dos caracteres humanos, subdividindo-se em somatoscopia, onde são estudadas variáveis como a cor da pele, cor dos olhos, etc., e somatometria, que estuda variáveis quantitativas pertinentes a mensurações realizadas no ser humano, como, por exemplo, medidas do crânio, dos arcos dentários entre outros (SILVA, 1997).

Segundo Silva (1997), o estudo das características somatoscópicas e somatométricas tem importância fundamental, pois o cirurgião-dentista que se dedica à Odontologia Legal, tanto examinando o indivíduo vivo ou o cadáver, deve preencher a ficha com os dados antropológicos do examinando, anotando os caracteres somatoscópicos e somatométricos.

Em virtude da evolução da Odontologia Legal, vários cadáveres foram identificados em catástrofes pelos odontologistas, dentre eles destacam-se a de 26 de dezembro de 2004, na Ilha de Sumatra, totalizando 5.395 mortes. Outra muito importante na história é a do navio Titanic, ocasionando 1513 mortos. Da mesma forma o Acidente da TAM no dia 17 de julho de 2007, onde todos os 187 passageiros morreram, destes, 79 foram identificados pela odontologia legal (TESSARIOLI, 2006).

A Odontologia Legal vem no decorrer de décadas de inúmeros estudos, desenvolvendo trabalhos científicos que visam contribuir nos processos de identificação humana, onde não poupa esforços para disponibilizar regras e parâmetros que com incontestável certeza, permitam identificar uma pessoa.

## Conceitos

Alguns conceitos mínimos são necessários para se iniciar o estudo sobre a identificação humana:

### 1. Identidade

É a qualidade de algo ou alguém ser uma só coisa, e não uma coisa diferente; a identidade apresenta propriedades, sinais ou marcas que caracterizam individualmente, seja em vida, seja após a morte. O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 307, a define: “O conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa”.

### 2. Identificação

Sendo a identidade uma qualidade específica ou um determinado atributo, sua determinação é a identificação. Portanto, a identificação é um método próprio, numa sucessão de atos ou de técnicas que permitem individualizar o material estudado. Quando vivo, seus atributos individuais de ordem anatômica, morfológica, funcional ou fisiológica e mesmo psíquica irão constituir, isoladamente ou em conjunto a sua individualidade e sua respectiva identidade. Quando cadáver outros atributos se farão necessários para a identificação, seja todo o corpo ou partes deste como pêlos, cabelos, unhas, dentes, ossos, manchas, líquidos, cinzas, impressões, pegadas, escrita e outros, que, quando não permitirem a identificação permitirão ao menos a exclusão (FAVERO, 1945; VANRELL; BORBOREMA, 2007).

É hoje condição indispensável à convivência social, a posse de documento que assegure a fácil identificação de cada um. Antigamente a identificação visava apontar malfeitores e criminosos reincidentes, como relata a história da Índia, onde os culpados eram marcados na fronte com ferro em brasa. Já na Grécia e em Roma, eram assinalados na testa com as iniciais do crime cometido. Cortar a orelha ou seccionar as narinas foram também recursos empregados. Posteriormente, as marcas assinaladoras passaram a ser feitas nas mãos e nos braços.

Os métodos de identificação podem ser classificados ou divididos em:

- Identificação médico/odontolegal: exige conhecimentos e técnicas médico/odontolegais, além de entendimento de ciências acessórias. Na identificação médico/odontolegal de natureza antropológica,

são estudados os ossos, os dentes, a voz, a cor da pele e cabelos, os olhos, a estatura, a idade, o peso, o sexo, os sinais, as cicatrizes, as tatuagens, entre outros.

- Identificação policial: faz parte da antropologia e da datiloscopia. Não exige, contudo, para o seu emprego, conhecimentos médicos/odontológicos obrigatórios.
- Identificação judiciária: feita a partir de documentação que visa assegurar a fácil identificação de cada um, com recursos seguros e eficazes, de fácil aplicação e controle absoluto (impressões digitais).

Acreditamos que tal divisão é meramente didática, pois quando se fala em identificação não há de se querer que um só método responda a todas as perguntas. Cada qual deles responderá, quando possível, pela parte que lhe cabe, buscando o objetivo maior que é a individualização daquilo que se procura, assim, eles não se excluem.

Assim, são diversos os casos de identificação que podem surgir na prática forense e enquadram-se num dos seguintes tipos (GISBERT CALABUIG, 1998; MENDONÇA; PINTO DA COSTA, 1994; PEREIRA, 1994):

1. Indivíduos vivos – desaparecidos; investigações de paternidade, doentes do foro psiquiátrico com estados patológicos de amnésia ou alterações da consciência, menores sem família, amigos ou conhecidos, indivíduos sem documentos válidos de identificação e criminosos.

2. Cadáveres recentes – vítimas de desastres de massa: acidentes aéreos ou ferroviários, incêndios em locais públicos, vítimas de catástrofes naturais: inundações, sismos, erupções vulcânicas, vítimas de atos terroristas e vítimas desfiguradas de difícil reconhecimento.

3. Esqueleto e restos cadavéricos – cadáveres mutilados, cadáveres em avançado estado de putrefação, restos arqueológicos e ossos isolados.

Martinho (2009) relata que o processo de identificação humana pode ser realizado sobre dois prismas. No primeiro, reconstrutivo, não se tem dados anteriores à morte do indivíduo. No segundo, comparativo, baseia-se em registro anteriores de morte, podendo ser utilizado o prontuário médico/odontológico.

Quando o indivíduo está vivo ou o cadáver é recente e tem boa integridade, a identificação humana é uma tarefa de fácil execução. Quando, porém, não se dispõe de um esqueleto completo, mas de parte da ossada ou, apenas, de um osso isolado ou parte dele, o processo de

identificação fica cada vez mais difícil, chegando, em determinados casos, a impossibilitar a identificação.

Os cadáveres os quais se tornam impossíveis constatar a identidade pelos meios convencionais como documento de identidade e impressão digital, têm a possibilidade de serem identificados por meio de elementos dentários, sinais e tatuagens. Para isso, é necessário ter à mão dados produzidos em vida, como o prontuário odontológico, informações de familiares sobre marcas, sinais e tatuagens ou qualquer outro dado que sirva de subsídio para o odontologista na identificação de uma pessoa desaparecida, abrandando assim a angústia de suas famílias.

Dentre os processos de identificação, o presente trabalho destacou a tatuagem, dada a sua grande utilização desde as mais remotas eras da civilização, sua importância policial e médica legal, quer no vivo, quer no cadáver, pois é considerada excelente marca para a identificação física.

## **História da tatuagem**

A história da tatuagem mescla-se com a própria história da evolução do homem e do desenvolvimento da consciência do “eu”.

A Sociologia do corpo nasce a partir da compreensão de que a corporeidade humana é um fenômeno social, objeto de representações e imaginários, assim, o corpo seria um construto cultural especialmente rico em simbologia, o que o torna importante objeto de estudo (SOUSA, 2008).

O valor semântico do corpo está dado pelo fato de que ele é moldado pelas circunstâncias históricas sendo legitimado no contexto sociocultural em que está inserido. Ou seja, as sociedades se expressam diferentemente por meio de corpos diferentes. Enquanto instrumento cultural, o corpo é responsável pela ligação do homem com o mundo, pela concretização de sua existência que é, sobretudo, corporal (LE BRETON, 2006).

Apesar do corpo transportar os códigos construídos e recebidos pelo indivíduo que o detém, ele também é significado pelos membros da comunidade que fazem uma leitura do corpo do outro a partir dos símbolos sociais que conhecem. Afinal, “o corpo quando encarna o homem é a marca do indivíduo, a fronteira, o limite que, de alguma forma, o distingue dos outros”, ao mesmo tempo em que o associa aos seus pares. O corpo é, sem dúvida, o traço mais visível do ator, fator de identificação e de individualização. Ele conecta e inclui na medida em que diferencia e separa (LE BRETON, 2006).

O termo tatuagem, pelo francês *tatouage* e do inglês *tattoo*, tem sua origem em línguas polinésias (taitiano) na palavra *tatau*, e supõe-se que todos os povos circunvizinhos ao oceano Pacífico possuíam a tradição da tatuagem além das dos Mares do Sul.

A tatuagem também conhecida como Sistema Cromodérmico ou dermopigmentação (“dermo” = pele / “pigmentação” ato de pigmentar, ou colorir) é uma das formas de modificação do corpo mais conhecidas e cultuadas do mundo.

O pai da palavra *tattoo* que conhecemos atualmente foi o capitão James Cook (também descobridor do *surf*), que escreveu em seu diário a palavra *tattow*, também conhecida como *tatau*. Foi referência ao som feito durante a execução da tatuagem, onde ossos finos como agulhas e uma espécie de martelinho eram utilizados para introduzir a tinta na pele. Com a circulação dos marinheiros ingleses a tatuagem e a palavra *tattoo* entraram em contato com diversas outras civilizações pelo mundo novamente.

Trata-se de um desenho permanente feito na pele humana que, tecnicamente, é uma aplicação subcutânea obtida por meio da introdução de pigmentos por agulhas, um procedimento que durante muitos séculos foi completamente irreversível, embora dependendo do caso, mesmo as técnicas de remoção atuais ainda possam deixar cicatrizes e variações de cor sobre a pele.

Na arte sobre o corpo, produção de inscrições sobre a pele, a liminaridade é experiência de individualização dentro do coletivo, identificação individual no seio do grupo social. Haveria então, uma ênfase no processo mais do que no produto, daí a importância de verter sangue, sentir dor, narrar a dor, sofrer, como nos rituais de passagem. O sofrimento de ter o corpo escrito com a lei do grupo durante um ritual é seguido de um prazer, o de ser reconhecido, identificável, palavra legível numa língua social (SOUSA, 2008).

Conforme registrado no estudo das sociedades primitivas, o ritual de passagem deveria necessariamente seguir alguns preceitos: ser uma coisa física, causar dor, verter sangue mesmo que em pequena quantidade – ou pelo menos estar na iminência de que isto aconteça – e preferivelmente deixar uma marca no corpo. Esta será o registro, a referência dessa passagem, a lembrança física que fará o indivíduo ter sempre em mente a sua nova condição. Essa marca identifica o indivíduo, relembrando sua posição na sociedade (PIRES, 2005).



Assim é o corpo do homem na pós-modernidade: um pergaminho onde ele e a sociedade, atuando juntos, escrevem um texto. No corpo reside a inscrição dos acontecimentos do dia-a-dia e da construção da identidade de nossos sujeitos portadores de corpos cada vez mais polifônicos. Uma construção individual por ser inscrita e significada pela história e pela linguagem não verbal de seu sujeito portador; e ao mesmo tempo uma construção coletiva porque significada pelos olhos de cada um que o observa (SOUSA, 2001).

Nas sociedades ditas primitivas as transformações corporais tinham, via de regra, caráter preparatório para que os indivíduos pudessem exercer determinadas atividades. O xamã (sacerdote ou sacerdotisa do xamanismo) era quem escolhia o desenho que tornava o indivíduo capaz de cumprir o papel esperado pela tribo ou pela família. Com o passar do tempo os significados atribuídos às marcas no corpo foram sofrendo modificações e hoje elas atuam como relatos e memória de um acontecimento.

Algumas pesquisas arqueológicas encontraram marcas de tatuagens em seres humanos, no Egito, entre 4.000 e 2.000 a.C. Tatuagens também foram feitas por nativos da Polinésia, Filipinas, Indonésia e Nova Zelândia em rituais ligados à religião.

Os homens das cavernas já a utilizavam como sinônimo de coragem, para identificação de grupos e até como meio de suplicar proteção ao sobrenatural.

Algumas múmias com sinais parecidos com tatuagens foram encontradas no Vale do Rio Nilo. Segundo alguns especialistas, os corpos eram de prisioneiros marcados para não fugir. Algumas tinham as mãos amarradas nas costas. Os romanos tatuavam criminosos e escravos.

Na antiga Grécia, a tatuagem já era utilizada, assim como nas diversas populações bárbaras, sobretudo para distinguir as chefias.

Na Itália, por volta dos anos 1990, foi encontrada a múmia mais antiga do mundo, que datava de 5300 a.C. Em seu corpo, conservado em um bloco de gelo, podiam-se observar tatuagens nas costas e uma cruz em uma das coxas, inclusive desenhos tribais por toda a perna. Outra múmia - uma princesa egípcia - considerada a segunda mais antiga do mundo, trazia na barriga uma espiral.

Em suas cartas, Pero Vaz de Caminha chama a atenção dos descobridores os corpos nus, apenas pintados, dos índios brasileiros que se utilizavam principalmente de urucum e jenipapo (CAMINHA, 2002).

Na Idade Média a Igreja Católica banuiu a tatuagem da Europa (Em 787, ela foi proibida pelo papa), com o argumento de que era “coisa do demônio”, assim procedendo com a intenção de ocultar antigas culturas e costumes, introduzindo a sua doutrina de uma forma quase ditatorial. Qualquer cicatriz, má formação ou desenho na pele não era visto com bons olhos.

No século XVIII a inscrição corporal assume seu caráter transgressivo: aparecem na Europa numa prática reduzida aos marinheiros (como ilustrado no desenho Popeye), aos soldados e aos prisioneiros: àqueles que estiveram em contato com os primitivos das colônias.

Jeremias Benthan, grande jurista inglês, apresentou em 1832, o sistema cromodérmico: identificação humana por meio da tatuagem, sugerindo que cada indivíduo, ao nascer, fosse tatuado no braço com o próprio nome. Porém, por ser estigmatizante, doloroso, sujeito a infecção e a reações cutâneas das mais diversas, o Sistema Cromodérmico foi considerado como um método bárbaro e, também devido ao caráter infamante da tatuagem em várias fases da história, tal proposta foi dispensada, tendo a impressão digital se revelado uma base mais segura para a identificação.

O Governo da Inglaterra adotou a tatuagem como uma forma de identificação de criminosos em 1879, a partir daí a tatuagem ganhou uma conotação fora-da-lei no Ocidente.

No século XIX, ex-presidiários americanos e desertores do exército britânico eram identificados por tatuagens e, mais tarde, os internados em prisões siberianas.

Os nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial, usaram o método cromodérmico nos campos de concentração, em que os judeus eram marcados e identificados com números seguidos por uma estrela de 6 pontas em seus braços. Foi por crueldade que os nazistas optaram pela tatuagem para cadastrar seus prisioneiros, visto que nesta mesma época, na Alemanha, usava-se o Sistema Datiloscópico de Henry, Windt e Kodocheck.

Em fins do século XX, a tatuagem tornou-se um símbolo individual, marca da moda. Restaria, pois, apenas a dimensão estética. Hoje a tatuagem, por si só, trás poucas informações sobre o seu portador. Mas busca, talvez, a distinção nessa época de homogeneização gerada pela globalização.

Em 1920 é que a tatuagem começou a ganhar mais popularidade com o surgimento de tatuadores considerados artisticamente audaciosos.

No Brasil, a tatuagem elétrica é uma arte muito recente, surgiu em meados dos anos 1960 na cidade portuária de Santos. Foi introduzida

pelo dinamarquês Knud Harld Likke Gregersen, também conhecido como Lucky Tattoo, que na época era dono de uma loja nas proximidades do cais, onde na época era a zona de boemia e prostituição da Cidade de Santos, o que contribuiu bastante para a disseminação de preconceitos e discriminação da atividade. A localização da loja era zona de intensa circulação de imigrantes embarcados, muitas vezes bêbados, arruaceiros e envolvidos com drogas e prostitutas; gerando um estigma de arte marginal que perdurou por décadas.

Nos anos 1970, na Califórnia, os desenhos que reproduziam os grandes ídolos populares do cinema e da música tornaram-se moda e, na mesma época, os surfistas aderiram à arte, popularizando cada vez mais a tatuagem.

A arte da tatuagem acompanhou a evolução dos desenhos tribais, orientais e o estilo realista dos anos 1970. Um dos mais modernos é o que traz a influência do graffiti, levando para a pele a estética consagrada nas ruas.

Praticada em muitos países, é, no entanto, quase desconhecida na China e pouco comum entre povos de pele negra, provavelmente pela tendência à formação de queloides que essas populações apresentam.

O crescimento das *tattoos* em peles femininas é algo recente. Sendo hoje visto como algo normal, foi outrora visto como bizarrice tamanha ao ponto de mulheres tatuadas se tornarem atrações em circo.

Atualmente os médicos do mundo todo, recomendam que todo diabético leve consigo algum acessório que identifique que ele tem a doença, medida que facilita o atendimento médico no caso de uma emergência. Pode ser um colar, uma pulseira ou um cartão que traga a inscrição “sou diabético”, por exemplo. Mas alguns pacientes têm adotado uma forma mais radical de se identificarem: a tatuagem.

Uma campanha promovida pela associação ADJ Diabetes Brasil está divulgando a experiência de pacientes que aderiram à estratégia. Segundo a International Diabetes Federation (IDF), o círculo azul é o símbolo universal da doença. Divulgado em todas as suas campanhas, isso ajudaria na rápida identificação numa situação de emergência.

## **A tatuagem e seus significados**

A motivação para a escolha dos desenhos pelos cultuadores e admiradores dessa arte é ser uma obra de arte viva, e temporal tanto quanto

a vida. Os temas são infinitos e variam tanto quanto as personalidades - de tatuadores e tatuados. As motivações são inúmeras, e não há uma forma definida ou percurso que explique o desejo e sua efetivação na realização da tatuagem, um evento a princípio, antinatural (biologicamente), elas podem ser amorosas, políticas, profissionais, históricas, afetivas, religiosas, patrióticas, bélicas, imorais e atípicas.

As inscrições no corpo - que transformam cada vez mais na sociedade atual, corpos em pergaminhos – transformam o sujeito em objeto de exposição por todo o tempo de vida do indivíduo e em todo e qualquer espaço por onde ele transite (SOUSA, 2008).

Muitas pessoas tatuadas costumam sofrer preconceito. Isso se deve principalmente às tatuagens que estampam, nos presidiários, crimes, hierarquias de organizações criminosas. Nos presídios, as tatuagens vão muito além do puro prazer da estética. Estima-se que hoje, na população carcerária de 30% a 35% dos presos do sexo masculino tenham algum tipo de desenho estampado no corpo demonstrando, através de códigos, um dos segredos da prisão, que vem a ser quem é o dono daquela marca, qual é a especialidade do preso no mundo do crime.

Em presídios do mundo inteiro, os próprios detentos se tatuam para diferenciar a facção à qual pertencem e alguns grupos marginais utilizam a tatuagem como código, como por exemplo, os mafiosos japoneses da Yakuza, que tatuam grande parte do corpo como prova de coragem e de fidelidade à gangue.

Paredes (2003) refere que nas prisões, a tatuagem normalmente vem dos longos ócios; do tédio das prisões sem trabalho, em sua maioria, que se entretêm, estampando uns nos outros tais figuras, com os quais, por intuição, por saudade, pela privação das afeições, pelas crenças de proteções mágicas, enfim, pela identificação entre um determinado meio, sendo por meio da tatuagem que os criminosos possuem meios preciosos de identificação e testemunhos da psicologia de seus portadores.

Lombroso (2001) cita trabalhos publicados por Lacassagne em 1909, onde as tatuagens entre criminosos já traziam características dos crimes cometidos, provérbios ou datas comemorativas da condenação. Outros indícios, no que se refere à personalidade de comunicação, são as formas e ou região do corpo onde é feita a tatuagem, dizendo mais do que cada memorial histórico do crime cometido, a periculosidade e a personalidade do autor.

Entre o emaranhado de ditas “cicatrices de tinta” codificados na pele, segredos são mantidos, pois os presidiários não gostam de falar abertamente, mantendo a lei do silêncio, sobre os eventos que inspiraram os desenhos.

Vejam os significados de algumas tatuagens no mundo do crime, que hoje são muito estudadas e avaliadas por policiais e estudiosos para tentar identificar seus portadores.

- O desenho de uma **estrela de cinco pontas** indica o autor de homicídios;

- **Demônio/diabo** identifica aquele que mata por gosto, tem o prazer de conviver com a morte; muito utilizada por psicopatas;

- **Três sepulturas** significa que o proprietário desta marca tem o corpo fechado e guarda segredos como um túmulo;

- **Carpa:** a maioria dos que tatuam a carpa tem passagens por tráfico de drogas e formação de quadrilhas. Se a carpa está em posição ascendente (subindo), indica status, como o de gerente, posição conquistada por mérito. Se a carpa está em posição descendente ou com cabeça de dragão, mostra que o sujeito tem um lugar privilegiado no grupo. As carpas com outros elementos, *yin-yang*, fuzil ou escorpião, por exemplo, identificam integrantes do PCC.

- Traidores e delatores recebem o desenho de uma **serpente**;

- A imagem de uma **santa** possui dois significados importantes, indica o crime de latrocínio praticado pelo possuidor, ou ainda, o arrependimento do crime praticado;

- Um desenho de **cruz** nas costas é o símbolo do bandido que mata, se vingá;

- Os assassinos de policiais gostam de marcar a pele com uma **caveira** trespassada por um punhal, normalmente disfarçada entre outros signos; também usam palhaços;

- **Morte com foice** geralmente é a tatuagem dos justiceiros, grupos de extermínio ou que fizeram justiça com as próprias mãos;

- A **pistola** na perna traduz ser o possuidor um latrocida;

- Uma **borboleta** indica um indivíduo que não aceita ficar preso, sempre tentará a busca da liberdade, como também pode indicar sua opção sexual, a homossexualidade. Também pode ser um **beija-flor**, um **coração** com inscrição “amor de mãe” ou imagem de **São Sebastião**;

- A **sereia** tatuada nos braços, ombro e peito indica crime de abuso sexual (sedução e atentado violento ao pudor), quando tatuada na perna direita identifica condenado por crime de estupro.

Nas mãos são usados símbolos que se comunicam indicando não só o tipo de crime, mas também datas que não desejam esquecer, como segue:

- A **data** em que morreram os companheiros de cela;
- Uma **teia** de aranha informa que seus cúmplices foram mortos;
- Uma **cruz com duas velas acesas**, é um aviso aos colegas do cárcere, que o dono desta marca é um indivíduo de alta periculosidade;
- Já um minúsculo **número 12** na mão esquerda, ou ainda, uma folha de maconha estilizada, no dorso da mesma mão, refere-se estar ligado ao tráfico de drogas;
- A forma de um **punhal**, ou de uma faca isolada, onde o detentor desta marca vem a ser um indivíduo corajoso, valente e aceita enfrentar todo tipo de perigo.

Como se fossem insígnias de militares, quanto maior o número de pontos, mais alta a “patente” do criminoso, sendo:

- **Um ponto**, normalmente na mão direita indica ser o indivíduo um batedor de carteira;
- **Dois pontos** na mão indica ser um estuprador;
- **Três pontos**, em forma de triângulo, significa estar envolvido com o crime de tóxicos;
- **Quatro pontos** formando um quadrado, informa que o indivíduo pratica o crime de furto;
- **Cinco pontos** identifica ser um praticante do crime de roubo com violência;
- **Um ponto** em cada **extremidade** de uma estrela, significa que o possuidor desta tatuagem pratica crimes de homicídio;
- **Vários pontos** formando um “x”, indicam que o possuidor é chefe de quadrilha ou líder de determinada facção criminosa.

A existência de desenhos com imagens religiosas:

- O rosto de **Jesus Cristo**, quando desenhado no peito, identifica presos que praticaram o crime de latrocínio;
- Uma **cruz** com o crânio humano, tatuado no meio das costas, identifica que o indivíduo possui um comportamento de lealdade a seus colegas de cela, possuindo o significado de que é uma pessoa que sabe guardar segredos e que o grupo pode confiar naquele indivíduo;
- Uma **cruz com duas velas acesas** na base, normalmente

em tamanho grande nas costas, identifica ser um elemento de alta periculosidade;

- Quando em tamanho pequeno possui uma **cruz iluminada**, significa o pedido de proteção constante;

- Imagem de **Nossa Senhora Aparecida** no peito ou nas costas em tamanho maior e no meio das costas identifica que a pessoa foi violentada durante o período em que esteve preso, significando a marca para um estuprador.

Personagens de desenhos infantis:

- Tatuagens com o **demônio da Tasmânia** sugeririam envolvimento com furto ou roubo, principalmente arrastões;

- O **Saci** também teria relação com o tráfico: seus portadores seriam responsáveis pelo preparo e distribuição dos entorpecentes;

- Já o **Papa-léguas** - ou sua variação mais comum, o “Ligeirinho” - indicaria criminosos que usam motocicletas para o transporte de drogas.

## Do exame pericial

A identificação humana é o processo pelo qual se determina a identidade de uma pessoa, sendo a análise odontológica um dos métodos rotineiramente utilizados, juntamente com outros parâmetros biológicos, como a análise papiloscópica, a análise da íris e a análise genética. Vale ressaltar que a condição em que o corpo da pessoa é encontrado determina a metodologia a ser empregada (PARANHOS et al., 2009).

O processo de identificação humana empregado por essas ocasiões utiliza diversas técnicas, todas com o intuito de objetivar uma identificação precisa. São analisados na busca de elementos sinaléticos à identificação, como resíduos de vestuário, pertences pessoais, características físicas e anatômicas, história e caracteres da ocorrência e até fatos históricos relevantes.

As análises antropométricas aplicadas aos corpos e os estudos genéticos cromossomais figuram como as técnicas de maior segurança e finalizadoras à questão da identificação. Quando a primeira, por meio de seus métodos de determinação de sexo, idade, raça, estatura, caracteres odontológicos e palatoscopia não consegue atingir a exatidão necessária ao processo de identificação humana, a segunda, pelos estudos do DNA, se conforma como a complementação adequada.

Sobre a escolha do método de identificação deve prevalecer o bom senso investigativo. O importante a considerar nesse momento é o estado do cadáver, o custo, a praticidade e a viabilidade do método possível.

O processo em Odontologia Legal é prático, rápido, barato e pode ser utilizado seja qual for o estado do cadáver; entretanto, um método pode ter vantagem ou limitação sobre o outro, podendo acontecer de um complementar ou reforçar o outro.

O odontologista deve, na perícia, utilizar as vias de cabeça e pescoço e fazer anotações, desenhos, esquemas, fotografias e tudo que for necessário para que o exame fique bem descrito. Como no Estado do Pará a identificação é de responsabilidade do odontologista, durante a perícia, o profissional deve fazer a anotação/fotografia do maior número de informações que puder obter do indivíduo vivo ou morto.

São de referir: o peso que deve determinar-se com precisão, efetuando as correções necessárias, tendo em conta a desidratação cadavérica; a cor dos olhos e a pigmentação da pele; as características das sobrancelhas e do cabelo: cor, tipo, forma de implantação, tintas, calvície (MUKOYAMA; SETA, 1986); as marcas particulares, inclusive todos os sinais característicos que podem, por si só, e devido à sua morfologia, localização e dimensões, identificar um indivíduo. São exemplos disso: marcas profissionais, cicatrizes, defeitos congênitos ou adquiridos, mutilações, tatuagens, manchas cutâneas e traços faciais particulares (ROUGÉ, 1998).

Em seguida, deve-se analisar as características extraorais da face. O exame intraoral é, então, realizado, observando-se as condições anátomofisiológicas. Todas as informações obtidas no exame dentário devem ser registradas em odontograma próprio, preferencialmente em um modelo internacional, para permitir a troca de dados entre países.

Independentemente do método utilizado para identificação do cadáver, os resultados da comparação de *ante-mortem* e *post-mortem* levam a uma das quatro situações seguintes: identificação positiva – existe singularidade suficiente entre os itens comparáveis nos bancos de dados; identificação presumível (possível) – existem características em comum entre os itens comparáveis nos dados *ante-mortem* e *post-mortem*, entretanto, informações oriundas de ambas as fontes podem ser insuficientes; evidência insuficiente para identificação – não existe evidência suficiente disponível; e exclusão das evidências de identificação



– existem tanto discrepâncias explicáveis como inexplicáveis entre os itens comparáveis nos dados *ante-mortem* e *post-mortem*.

Na identificação de indivíduos vivos e de cadáveres recentes, o reconhecimento visual, por si só, não é suficiente para o estabelecimento da identificação positiva porque fatores emocionais podem ser determinantes e resultar em uma identificação falsa. Se o cadáver se encontra muito desfigurado a identificação por características corporais não é viável e também porque é comum os criminosos amputarem membros ou órgãos do cadáver para dificultarem a identificação (GISBERT CALABUIG, 1998).

Os resultados da identificação visual devem sempre ser corroborados por métodos científicos e por meio de averiguações conduzidas pelas autoridades judiciárias (KNIGHT, 1991). No entanto, um exame sistematizado do indivíduo que se pretende identificar, mesmo sem auxílio de técnicas especializadas, pode fornecer dados importantes para a identificação (PEREIRA, 1994). Assim sendo, deve realizar-se a descrição detalhada e sistemática das características do indivíduo e de todos os elementos que possam contribuir para a individualização com registro fotográfico (PICKERING; BACHMAN, 1997).

As tatuagens podem contribuir para a identificação porque resistem à maceração na água e à putrefação avançada e permitem retratar, de forma precisa, o passado de um determinado indivíduo, pondo a descoberto diversos aspectos do seu comportamento (DÉROBERT et al., 1992).

Como não podia deixar de ser, o processo de identificação passou a ser considerado parte essencial da autópsia forense, sendo muito frequentemente iniciado antes de se determinar a causa da morte (GRUBER; KAMEYAMA, 2001).

### **Considerações finais**

Assim, após o exposto, é possível concluir que a Odontologia Legal adquire um papel relevante no processo de identificação, sendo incontestável a fundamental importância do odontologista visto que se trata de um processo que necessita ser incorporado no contexto da perícia médico-legal e odontológica, fornecendo esclarecimentos à justiça de maneira eficaz para uma identificação positiva.

Conclui-se que o estudo ora em questão possibilitou demonstrar que o método de identificação humana utilizado em Odontologia é efetivo,

apresenta baixo custo e boa margem de segurança, uma vez que trabalha com caracteres altamente individualizadores.

Com a crescente popularização e a presença cada vez maior na vida moderna, principalmente entre os jovens e levando-se em consideração a relação entre a tatuagem e identidade, hoje podemos dizer que a tatuagem se tornou um mecanismo de grande valia para a identificação humana.

## Referências

CAMINHA, P. V. *A carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. São Paulo: Martim Claret, 2002.

COIRADAS, G. M. R. *Métodos de identificação humana: a importância da identificação pela arcada dentária nas Forças Armadas*. Rio de Janeiro: ESSEX, 2008.

DÉROBERT, L.; HADENGUE, A.; CAMPANA, J. P.; ACCARD, J.; BRETON, J. *Médecine Légale*. Paris: Flammarion Médecine-Sciences. Lestatouages, 1992.

FAVERO, F. *Medicina Legal: Doutrina - Classificação dos Criminosos*. 5. ed. São Paulo: Martins, 1945. v. 2

GISBERT CALABUIG, J. A. *Medicina legal y toxicología*. 5. ed. Barcelona: Masson, 1998.

GRUBER, J.; KAMEYAMA, M. M. O papel da radiologia em odontologia legal. *Pesqui Odontol Bras.*, v. 15, n. 3, p. 263-8, jul./set. 2001.

KNIGHT B. *Forensic pathology*. 2nd ed. London: 1991.

LE BRETON, D. *Sociologia do corpo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

LOMBROSO, C. O. *Homem delinquente*. Obra baseada na 2. ed. francesa. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

MARTINHO, R. L. M. *A odontologia legal no processo de identificação forense de seres humanos em acidentes aéreos*. 2009. Monografia (Graduação em Odontologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

MENDONÇA, M. C.; PINTO DA COSTA, J. Antropologia Forense. *Arquivos de Medicina*, v. 8, n. 6, p. 405-412, 1994.

MUKOYAMA, H.; SETA, S. The determination of blood groups in tissue samples. In: MAEHLY, A.; WILLIAMS, R. L. *Forensic Science Progress*. Berlin: Springer-verlag; 1986.

PARANHOS, L. R.; CALDAS, J. C. F.; IWASHITA, A. R.; SCANAVINI, M. A.; PASCHINI, R. C. A importância do prontuário odontológico nas perícias de identificação humana. *Revista da Faculdade de Odontologia da Universidade Passo Fundo*, Passo Fundo-RS, v. 14, n. 1, p. 14-17, 2009.

PAREDES, C. V. *A influência e o significado das tatuagens nos presos no interior das penitenciárias*. 2003. Monografia (Curso de Especialização) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

PEREIRA, A. *Medicina Dentária Forense*. Porto: Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, 1994.

PICKERING, R. B; BACHMAN, D. C. *The use of forensic anthropology*. Boca Raton: CRC Press, 1997.

PIRES, B. F. *O corpo como suporte da arte: piercing, implante, escarificação, tatuagem*. São Paulo: Senac, 2005.

ROUGÉ, N. T. D. *Introduction à l'identification comparative em médecine légale*. 1998. Disponível em: [http://www.epidaure.com/afio/publication\\_identification.html](http://www.epidaure.com/afio/publication_identification.html). Acesso em: 06 abr. 2016.

SILVA, M. *Compêndio de odontologia legal*. Rio de Janeiro: Medsi, 1997.

SOUSA, E. L. *Transformando corpos em pergaminhos: tatuagem como dispositivo de comunicação/identificação*. (Trabalho apresentado no Grupo Temático: Mediações e Interfaces Comunicacionais, do Inovcom, eventocomponente do X Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste: Mídia, Ecologia e Sociedade). São Luís, Maranhão. 2008.

SOUSA, M. F. *The uses of tatoo: the body as a screen of meanings*. Porto Alegre. CCN. 2001.

VANRELL, J. P.; BORBOREMA, M. L. *Vade Mecum de Medicina Legal e Odontologia Legal*. São Paulo: JHMizuno, 2007.

TESSARIOLI, C. E. T. *A importância do cirurgião-dentista nos Institutos Médicos Legais e os métodos de identificação humana post-mortem utilizados*. 2006. Monografia (Graduação em Odontologia) - Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba-SP, 2006.

## CAPÍTULO 5

### **Formação qualificada *stricto-sensu* em segurança pública e os desafios para uma agenda política e pesquisas no campo: reflexões sobre a produção intelectual discente do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da UFBA, 2012 a 2015**

#### **Ivone Freire Costa**

Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações – Universidade Técnica de Lisboa (UTL), professora adjunta da Escola de Administração (UFBA). Salvador – Bahia – Brasil. ivoneco@ufba.br

#### **Anderson Souza da Silva**

Estudante de graduação em Ciências Sociais (UFBA). Salvador – Bahia – Brasil. akc.sousa@gmail.com

#### **Alex Agra Ramos**

Estudante de graduação em Ciências Sociais (UFBA). Salvador – Bahia – Brasil. alexagraramos50@gmail.com

#### **Resumo**

O objetivo deste texto é refletir sobre como o mestrado profissional em Segurança Pública da Universidade Federal da Bahia (UFBA) contribuiu para a imersão em uma nova perspectiva de reflexão a respeito dos temas, levando em consideração os anseios e os conhecimentos dos agentes inseridos no cotidiano das instituições e da sociedade civil, por meio da observação das contribuições acadêmicas para a área a partir das dissertações de conclusão de curso. Nesse sentido, o mestrado apresenta um caráter inovador não só por constituir uma união entre agentes operadores do sistema de justiça e segurança e da universidade, mas também por permitir que as relações entre esses sejam levadas a uma dimensão de construção de novas formas de se pensar a segurança pública objetivando a justiça social. De natureza qualitativa, e com recorte empírico da produção intelectual dos mestres do período de 2012 a 2015, restou evidente que o mestrado profissional contribuiu não somente para a efetivação da agenda de pesquisa e de políticas públicas, inserindo dimensões emergentes dos direitos humanos, da justiça e da cidadania no Estado Democrático de Direito, mas, inclusive, para uma visualização das demandas postas pela sociedade e pelas instituições de segurança pública.

**Palavras-chave:** Justiça Social. Direitos Humanos. Políticas Públicas.

## Introdução

A construção científica do problema da violência e da criminalidade no Brasil ainda é um fenômeno complexo que carece ser mais bem discutido. Assim como indicam Nery e Adorno (2013), as diferentes expressões da violência possuem a criminalidade como um dos seus aspectos fundamentais e foi a partir dos anos de 1980 que a questão passou a ser objeto de estudo. Anteriormente, entre 1960 e ao longo dos anos 1970, a violência urbana já se firmara como problema sociológico no Brasil, entretanto, esteve atrelado à perspectiva do direito penal e da justiça social, assim, constituindo um espaço hegemônico dos profissionais de direito neste assunto no país.

Nos anos 1980, o crime adquiriu importante relevância social ganhando papel de destaque nas mídias e causando comoções públicas. Além disso, foi combustível de discursos inflados de emoção e com viés persuasivo. É nesse período que o campo intelectual e o campo político se relacionam intimamente diante das influências da conjuntura política, social e econômica no contexto de redemocratização. Neste momento, os estudos sobre violência urbana foram fortemente marcados por um enfoque ideológico. Nery e Adorno (2015) trazem como exemplo que os modelos opondo duas classes antagônicas tornaram-se um componente estrutural de muitos desses estudos. Ademais, o desenvolvimento deste quadro e da percepção do avanço acelerado da criminalidade violenta é composto ainda pela crescente ampliação do medo e da insegurança entre a população, tornando o tema elemento fundamental do debate público.

A partir da década de 1990, a produção intelectual na área veio a se consolidar. Seguiu-se com o desenvolvimento das discussões sobre políticas públicas de segurança, que não se radicaram tanto quanto as temáticas relacionadas ao crime, porém reconhecia a complexidade do fenômeno, se posicionando conforme duas proposições: em políticas públicas de segurança repressivas e em políticas públicas de segurança preventivas, ambas visando à negociação de conflitos (LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000).

Duas linhas argumentativas são identificadas nesse período, a primeira afirmava que a evolução da criminalidade estaria relacionada às condições econômicas, a segunda com a atuação dos poderes públicos, na deficiência em prover direitos sociais e na sua debilidade de reduzir

os índices de criminalidade. Percebe-se na leitura desses trabalhos um ponto em comum, a saber, a advertência direta ou indiretamente do apoio popular à violência do Estado. Pode-se levantar, na análise das discussões teóricas acerca do movimento da criminalidade, três fatores que permeiam o debate: permanência das concepções e práticas do regime autoritário; surgimento de novos padrões de criminalidade, entre eles a ascensão do crime organizado; acelerada transformação tecnológica e globalização (NERY; ADORNO, 2015).

Conquanto a violência tenha estado sempre presente nos processos de constituição e estruturação da sociedade brasileira, ela só se converteu em um problema social quando houve o crescente aumento dos níveis de criminalidade, de violência urbana e significativa perda de confiança nas instituições públicas de segurança para solucionar tais questões, decorrentes de inúmeros fatores, entre os quais a percepção negativa da conduta dos policiais (COSTA; AMORIM, 2015).

Os estudos sobre o campo da segurança pública em suas diferentes vertentes são direcionados para questões fundamentais sobre processos de criminalização, violência, organização das instituições policiais, democracia, uso da força policial, bem como voltados para pensar projetos e propostas de reformas estruturais no campo, por meio da implantação de políticas públicas. Lima, Ratton e Azevedo (2014) apontam que do ponto de vista democrático, nenhuma dessas propostas de reestruturação encontraram seus respectivos caminhos, apesar de diversas tentativas, os impasses continuam e não há consenso de como executá-la, visto que todas as propostas recentes esbarraram em uma dinâmica de funcionamento que não incentiva a inovação e oferece fortes resistências. Nesse sentido, o estudo do campo da segurança pública é voltado não só para a prevenção da criminalidade, mas também para a formulação de políticas públicas que possam apresentar uma proposta inovadora no tratamento da segurança pública no Brasil, em especial no que tange ao fortalecimento da relação entre polícia e sociedade, a garantia dos direitos fundamentais e a construção de uma perspectiva de sociedade tolerante e pacífica.

Além dessa introdução, este artigo encontra-se estruturado em quatro partes. A primeira aborda brevemente os antecedentes históricos do mestrado na UFBA, traçando o percurso histórico da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), na direção do mestrado

com o propósito de profissionalização qualificada dos profissionais da segurança pública e do sistema de justiça. O segundo item descreve o perfil dos mestres e das instituições de vínculo. O terceiro item aborda os aspectos importantes dentro do campo do conhecimento de segurança pública, identificando seus limites conceituais e institucionais, assim como os elementos principais da constituição do campo. O quarto e último tópico reflete sobre as relações entre a formação e uma agenda da pesquisa do campo com base nas Matrizes da Produção Intelectual dos Mestres Formados em Segurança Pública pela UFBA, no período 2012 a 2015, por área de concentração e linhas de pesquisas, da base documental do mestrado da UFBA. Por fim, são tecidas as conclusões parciais.

### ***O mestrado profissional em Segurança Pública da Universidade Federal da Bahia***

A discussão sobre as questões relacionadas à criminalidade e a violência insere-se em diálogo com a agenda nacional de segurança pública, compreendida pelo “Eixo de capacitação e valorização dos profissionais em segurança pública”, formulado na Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública (I CONSEG). Após isso, desenvolvem-se reflexões de como a produção dos mestres se relaciona com a agenda da pesquisa e como se aproxima de uma agenda nacional do campo, por via desta construção científica e também das tematizações específicas pela qual a violência urbana passou a permear nas discussões acadêmicas (BRASIL, 2009).

O objetivo deste trabalho é refletir como a produção intelectual dos mestres em Segurança Pública, formados pela UFBA, por meio do mestrado profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, se relaciona com a agenda de pesquisa no campo do conhecimento da área. Para tanto, adota como recorte empírico, a produção intelectual do corpo discente, dissertações elaboradas no período compreendido entre 2012 e 2015.

Para demarcar melhor esta proposta, a compreensão da complexidade do campo de estudos, pesquisa e ensino de segurança pública exige, sob pena de graves equívocos, um tratamento multidisciplinar. Uma prova disto é a participação de três grupos de pesquisa especializados na temática de segurança pública, no âmbito de diferentes unidades da UFBA, reconhecendo, assim, o significado de tal preceito. Grupos estes cuja produção científica se expressa em publicações locais, nacionais,

internacionais e cooperação técnica com universidades do país e do exterior, organização de seminários nacionais e internacionais e outras atividades.

No que diz respeito à evolução regional dos programas de formação de operadores de segurança pública, eles vêm sendo desenvolvidos na Universidade Federal da Bahia (UFBA) desde a primeira metade da década de 1990, a partir de projetos de reforma da Polícia Militar do Estado, de projetos de gestão e oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Trata-se de iniciativas de aperfeiçoamento profissional, desenvolvimento de métodos de análise, difusão de novos modelos de gestão e formas de atuação que contribuíram para a aproximação entre operadores de segurança pública e professores/pesquisadores, como também para a redução do isolamento da esfera de segurança pública em relação ao ambiente social, às demandas e expectativas dos cidadãos. Entretanto, à época, a avaliação crítica da parceria entre a universidade e as agências de segurança pública evidenciou limitações conceituais e práticas que iniciativas posteriores – a exemplo da oferta de quatro cursos de especialização integrados à Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP/SENASP/MJ) vêm buscando equacionar. Três destes cursos focaram as políticas e gestão da segurança pública, e um, a prevenção da violência e promoção da cidadania.

O limite institucional da parceria entre a universidade e agências de segurança pública, que se traduziu no caráter atomizado, descontínuo e disperso das atividades de formação, a oferta de quatro cursos de especialização já mencionados implicou uma mudança positiva deste quadro. Nessa linha, esta modalidade de curso vem permitindo o planejamento de atividades, a consolidação e o aumento da capacidade de resposta da equipe de docentes aos desafios colocados pela dinâmica do campo, além de refletir um avanço na democratização das oportunidades de formação para os vários e diferentes níveis das corporações. Em outras palavras, acreditamos que a presente proposta de mestrado profissional dá continuidade e, ao mesmo tempo, consolida e amplia as atividades de formação e capacitação de operadores da segurança pública iniciadas, há quase quinze anos na UFBA.

Tal compreensão fortalece as ações de educação voltadas para a requalificação da segurança pública e das polícias, o aumento da confiança nas agências de controle social e ampliação da cidadania, como bases



capilares da consolidação democrática. Nessa linha, a RENAESP, assim como o PRONASCI, considera de fundamental importância o aumento e a diversificação da oferta de cursos de especialização e mestrado nos Estados da Federação, a exemplo de mestrados profissionais, como o aqui em análise. Em total acordo com os princípios do federalismo democrático, o mestrado profissional busca consolidar, na condição de projeto piloto experimental da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP/SENASP/MJ), o desenvolvimento da política de formação dos profissionais da segurança pública desenhada na Matriz Curricular Nacional.

Na Universidade Federal da Bahia, o curso de mestrado profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, aprovado pela CAPES por meio do Parecer APCN N<sup>o</sup> 98/2010, constitui-se num projeto inovador de natureza multidisciplinar integrado pelo Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública (PROGESP)/ADM/UFBA; pelo Laboratório de Estudos sobre Violência, Saúde e Sociedade (LAVISS), do Instituto de Saúde Coletiva (ISC)/UFBA; pelo Laboratório de Estudos em Segurança Pública, Cidadania e Sociedade (LASSOS), do Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) e mais recentemente pela Faculdade de Direito da UFBA que congrega o Observatório da Pacificação Social via Meios Extrajudiciais de Solução de Conflitos (MESC) e História do Direito, e o Grupo de Pesquisa de Direito Ambiental e Comunidades Tradicionais: Historicidade e Afirmação de Direitos. Agregou-se, ainda, do padrão original, professores doutores e pesquisadores do grupo de pesquisa em avaliação de políticas públicas, do Instituto de Saúde Coletiva, num perfeito reconhecimento das existentes conexões entre os domínios da segurança e saúde pública.

Na aprovação deste curso pela CAPES foi levada em consideração a orientação para uma formação interdisciplinar com base na experiência bem sucedida já acumulada pela UFBA, por meio do PROGESP, na especialização de profissionais dessa área, na condição de pioneira da implantação dessa política da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça (MJ) com o apoio do Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes (UNODC), em 2005.

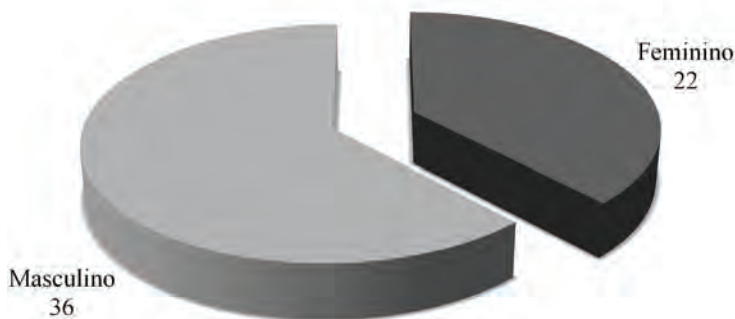
O curso de mestrado profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, como resultado de esforços de grupos de pesquisas da

UFBA, envolvidos com a área, expressa o interesse pela interação entre a universidade e as diversas instâncias do sistema de segurança pública e justiça criminal do Estado, da região e do país. Volta-se para o aperfeiçoamento de profissionais que atuam no âmbito da segurança e aos da Justiça Criminal, prioritariamente, da Bahia e em outros Estados da Federação, a saber: profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnica, Corpo de Bombeiro, Guarda Municipal, Poder Judiciário - juízes, magistrados, promotores e procuradores, funcionários do Sistema Prisional, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, além de pessoas interessadas da sociedade que ingressam no mestrado via vagas gratuitas e universais.

Fundamenta-se em primeira instância nas orientações contidas na Matriz Curricular Nacional para a formação em Segurança Pública, produzida pela Coordenação-Geral de Ensino da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça (MJ) e nas linhas de investigação de três grupos de pesquisa da pós-graduação e professores pesquisadores da Faculdade de Direito. Esses grupos de pesquisa estão articulados organicamente dentro de uma perspectiva mais ampla de segurança pública com justiça, desenvolvimento econômico e social a partir de estudos elaborados no campo dos direitos humanos, da ética, da responsabilidade, da cidadania, da gestão e das políticas públicas.

### ***O perfil do corpo discente***

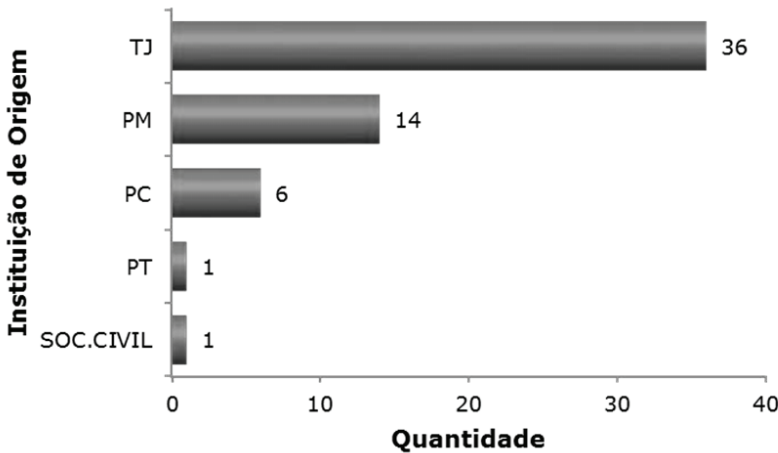
O perfil dos alunos das turmas do mestrado reflete a diversidade institucional e espelha o universo dos órgãos responsáveis pela segurança pública no Brasil, de acordo com dispositivo do Art. 144 da Constituição Federal de 1988, também denominada de Constituição Cidadã. Segundo este artigo, a segurança pública é expressa como obrigação do Estado e responsabilidade de todos, estando relacionados: Polícias Estaduais e Corpos de Bombeiros, Polícia Federal e outras unidades de segurança municipal. Este perfil também indica a possibilidade de acesso à formação qualificada sem restrições a cargos, patentes e gênero, devendo-se observar o expressivo número de mulheres mestras pelo Programa da UFBA – 22 do ano de 2012 a 2015 de um total de 58 alunos – a considerar o perfil masculino (36) que caracterizou até anos recentes o corpo de alunos de programas de capacitação, seja das Forças Armadas e/ou das polícias no país, isto é, compondo quase completamente o alunado destes cursos (Figura 1).

**Figura 1:** Perfil do corpo discente segundo sexo (2012-2015)

**Fonte:** Registro cadastral de alunos MPSPJC/UFBA.

Conforme poderá ser observado na Figura 2, há predominância da participação dos profissionais do Tribunal de Justiça da Bahia (36) compreendidos majoritariamente pelos juízes de direito e também por outros profissionais. Ocupando a segunda posição em relação à quantidade de alunos, encontra-se a Polícia Militar (14), sucedido de alunos vindos da Polícia Civil (6), e os dois restantes fazendo parte, respectivamente, da Polícia Técnica e da sociedade civil. O fato da predominância de profissionais do Tribunal de Justiça da Bahia torna-se relevante na trajetória histórica do mestrado, uma vez que a compreensão do campo do conhecimento da segurança pública foi formulada em estrita e íntima relação com o campo da justiça e, nessa perspectiva, materializa os esforços da parceria firmada entre a UFBA e o Tribunal de Justiça. Isto aconteceu a partir da realização do terceiro curso, ocorrendo integração entre as turmas sem restrição alguma em relação à origem institucional. Note-se, apenas, um evento de resistência, já superado, quando houve necessidade de reunir a turma da polícia com a turma dos juízes para racionalizar a programação acadêmica e de recursos.

**Figura 2:** Quantidade de mestres em segurança pública formados pela UFBA/MPSPJC segundo vínculo institucional (2012-2015)



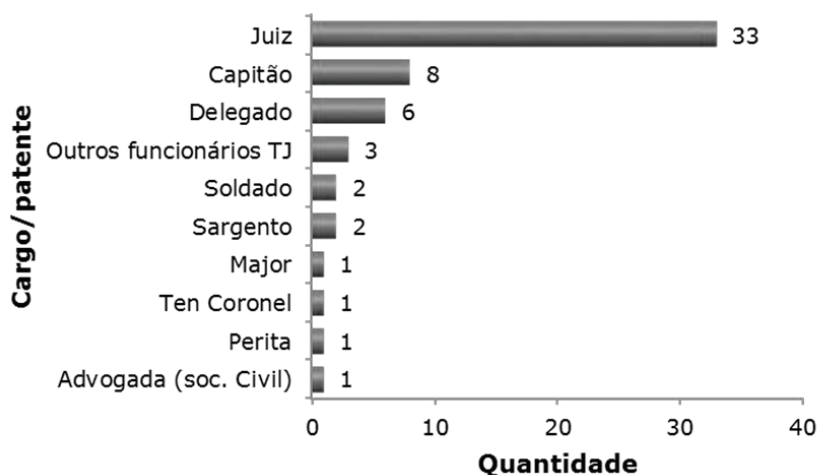
**Fonte:** Registro cadastral de alunos MPSPJC/UFBA.

Apesar de problemas na liberação financeira da primeira turma conveniada com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, a Polícia Militar da Bahia, a Polícia Técnica e a Polícia Civil continuaram ocupando as vagas da UFBA e se qualificaram como mestres. Com certeza, deve-se considerar esse fato como uma decisão política da universidade mediante a coordenadora do mestrado, no sentido de se comprometer com a política de valorização e capacitação dos profissionais, responsáveis pela segurança pública e justiça no país, realçando o papel das Instituições de Ensino Superior em criar oportunidades e promoverem a aproximação entre o universo acadêmico e as instituições de segurança pública, em especial as policiais. Com essa razão, em 2011, a RENAESP recebeu o prêmio do concurso “Inovação na Gestão Pública Federal”, por ter conseguido reduzir o déficit histórico de articulação entre universidades e polícias.

O perfil das turmas representa um importante espaço de formação e um permanente laboratório de produção do conhecimento diversificado, rico e inovador produzidos entre acadêmicos e profissionais do campo da segurança e justiça, acumulando conhecimento e cumprindo também, parcialmente, a ideia de integração entre esses setores, uma vez que os cursos são ofertados conjuntamente para todas as organizações do setor da segurança sejam estaduais, federais ou municipais. Como dito, o acesso

ao mestrado não adota o critério de seleção por cargo ou patente, como confirma os dados da Figura 3. Vemos que há o predomínio de juizes (33), seguidos por capitães (8), delegados (6), outros funcionários do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (3), soldados (2) e sargentos (2). Percebemos a presença de um major da Polícia Militar, uma perita e uma advogada, a única representante da sociedade civil.

**Figura 3:** Quantidade de mestres segundo cargo/patente (2012-2015)



**Fonte:** Registro cadastral de alunos MPSPJC/UFBA.

### ***Aspectos relevantes do campo de conhecimento em segurança pública***

Foi em meados dos anos 1970 que a violência tornou-se objeto de reflexão intelectual no Brasil, mas até pouco tempo a segurança pública ainda era um tema tratado quase exclusivamente sob as óticas jurídicas – os criminalistas – ou militares, em uma perspectiva normativa e fragmentada. Como objeto privilegiado de estudos das Ciências Sociais, a segurança pública assume contornos e predomina um relativo consenso entre os pesquisadores dessa área sobre a legitimidade de seu monopólio, pois seria provavelmente a única esfera de atuação do Estado revestida de dinâmicas próprias e orientada na perspectiva da ordem (LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000; ADORNO, 2002). Entretanto, essa tese já vem sendo questionada por estudos de uma nova geração de intelectuais dedicada ao tema, através inclusive da trajetória dos seus desbravadores. Vale ressaltar que no Brasil cerca de 10mil dissertações e teses sobre segurança foram defendidas desde

1983. Deste modo, percebe-se que a temática se revela como um campo de conhecimento em construção e multifacetado à semelhança de um “amplo mosaico com muitos espaços vazios” (COSTA; BRISOLLA, 2010).

Na atualidade, o pensamento corrente em se tratando de políticas de prevenção à violência, bem como de defesa e garantia de direitos, se vincula à questão da educação reconhecendo o seu papel crucial, o que é consenso entre os intelectuais do campo. Embora a construção sociológica do problema da violência e da criminalidade esteja presente na reflexão dos fundadores e continuadores da disciplina – a exemplo das ideias de Durkheim, Engels, Weber, Simmel, Shaw e Mackay, Merton, Becker, Garland e outros estudiosos, ela só foi retomada pela produção acadêmica brasileira a partir do momento em que estes temas se converteram, como mencionado anteriormente, em problemas sociais.

Efetivamente, fenômenos como o crescimento da criminalidade violenta (e da sensação de insegurança), a avaliação do descompasso entre as aspirações democráticas e as práticas policiais e os projetos de reforma das forças policiais, estimularam os cientistas sociais a tratar de questões que até os anos 1970 eram consideradas irrelevantes. Muito importante, neste sentido, foi o reconhecimento que a criminalidade e a sensação de insegurança não são meras invenções das elites dirigentes e dos meios de comunicação, mas tem um impacto concreto sobre as condições de vida e trabalho das classes populares urbanas.

As limitações de ordem epistemológica do campo de conhecimento da segurança pública têm levado a ambiguidades em suas abordagens. A segurança pública, por exemplo, é vista como uma atividade isolada, dotada de racionalidade própria ou independente de outras instâncias de regulação social. Por essa razão, há o grave equívoco de se considerar a Polícia como a única responsável pela segurança pública, desconhecendo o papel de outras instâncias governamentais e não governamentais no controle da criminalidade, com implicações negativas sobre a definição das competências, níveis de eficácia e possibilidades de cooperação intersetorial e interinstitucional (COSTA, 2005). Destarte, o campo de conhecimento não discute as relações entre a estrutura de funcionamento dos órgãos de segurança pública e as outras dimensões integrantes do sistema de justiça criminal, os tribunais e as prisões, para não falar da esfera municipal.

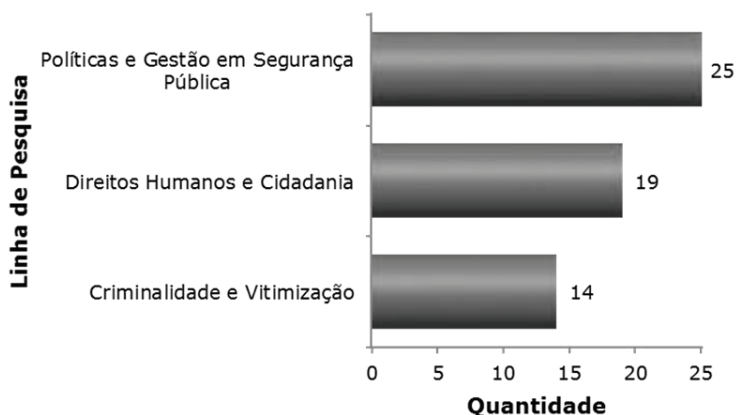
Silva (2013) afirma que um dos impasses da atividade de segurança pública (policial) consiste num modelo individualista da profissão, isto

é, uma atitude na qual os problemas relativos à corrupção profissional se concentram no raciocínio de separar as “maças podres das boas”. Essa forma de pensar, aponta, está errada, pois o princípio que rege a profissão é sistemático, já que encerra uma série de fatores que contribuem na conduta individual de cada policial (SILVA, 2013). Bunge, filósofo argentino, recomenda que o pesquisador se utilize de uma perspectiva sistêmica na pesquisa científica, afirmando que esta é adequada a todo aquele que se esforça em explicar a formação, a manutenção, a reparação ou o desmantelamento de uma complexa rede de coisas de qualquer tipo (BUNGE, 2010). Nesse sentido, ressalta-se a necessidade cada vez maior de se adotar uma abordagem sistêmica da segurança pública, abordando seus fatores conjuntos e considerando-o dentro de uma totalidade orgânica, mesmo considerando seus limites.

### ***Resultados e contribuições da produção intelectual do corpo discente do mestrado***

Dentre as dissertações produzidas pelos alunos, de acordo com as linhas de pesquisas, que compreendem a área de concentração em Segurança Pública, conforme a Figura 4, há predominância de trabalhos de conclusão enquadrados na linha “Políticas e Gestão de Segurança Pública” (25); seguido da linha “Direitos Humanos e Cidadania” (19) e, por fim, “Criminalidade e Vitimização” (14).

**Figura 4:** Quantidade de dissertações produzidas segundo linhas de pesquisa



Fonte: Registro cadastral de alunos MPSPJC/UFBA.

Essa configuração está em consonância com o objetivo geral do mestrado que se propõe a fortalecer a educação continuada e qualificada de profissionais que atuam nos setores de Segurança Pública e Justiça e em áreas afins. Especificamente, tais produções corroboram de forma subjacente ao objetivo geral, sendo articuladas com a proposta de formação de profissionais para analisar, formular, implementar e avaliar ações integradas, multidisciplinares e interinstitucionais, no campo das políticas de segurança pública e justiça, enfrentando os desafios colocados pela realidade social na perspectiva de fortalecimento da cidadania. Os gráficos a seguir evidenciam que a formação qualificada por meio de mestrado profissional atende às demandas postas pela sociedade e pelas instituições, contribuindo para uma agenda de pesquisas sobre políticas no campo.

**Figura 5:** Quantidade das principais categorias empíricas e teóricas das produções intelectuais dos juízes de Direito, no período 2012-2015

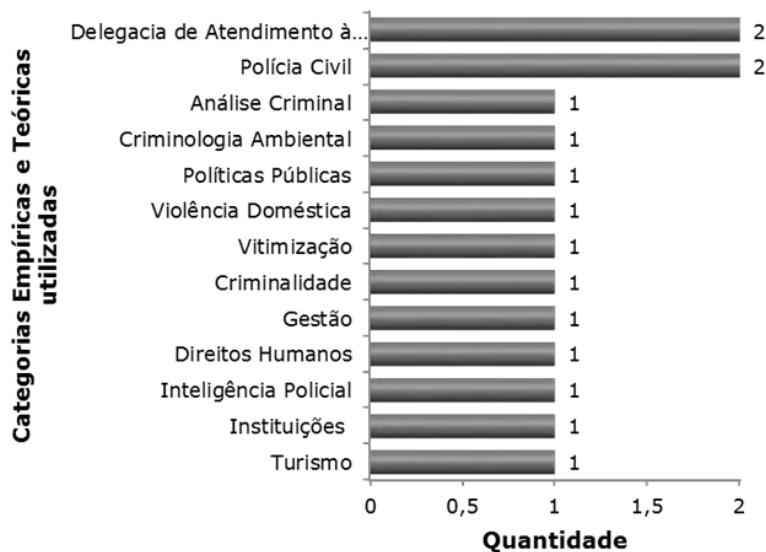


Fonte: Registro cadastral de alunos MPSPJC/UFBA.

Percebe-se que os juízes de direito concentraram maior parte de seus estudos na categoria “Tecnologia da Informação” (4), seguido de “Prevenção”, “Sistema da Informação”, “Justiça Restaurativa”, “Segurança Pública” e “Juizado Especial Criminal” (3).



**Figura 6:** Quantidade das principais categorias empíricas e teóricas das produções intelectuais dos delegados de polícia, no período 2012-2015



**Fonte:** Registro cadastral de alunos MPSPJC/UFBA.

**Tabela 1:** Quantidade das principais categorias empíricas e teóricas das produções intelectuais dos oficiais da Polícia Militar, no período 2012-2015

Categorias	Capitão	Major	Tenente
Polícia Militar	5	1	-
Bairros Populares	2	-	-
Estratégia Institucional	2	-	-
Base Comunitária de Segurança	2	-	-
Desempenho Profissional	1	-	-
Formação Policial	-	1	-
Tráfego Humano	1	-	-
Exploração Sexual	1	-	-
Gestão	1	-	-
Rodovias	1	-	-
Mídia	1	-	-
Uso da Força Policial	1	-	-
Interiorização	-	-	1
Violência	1	-	-

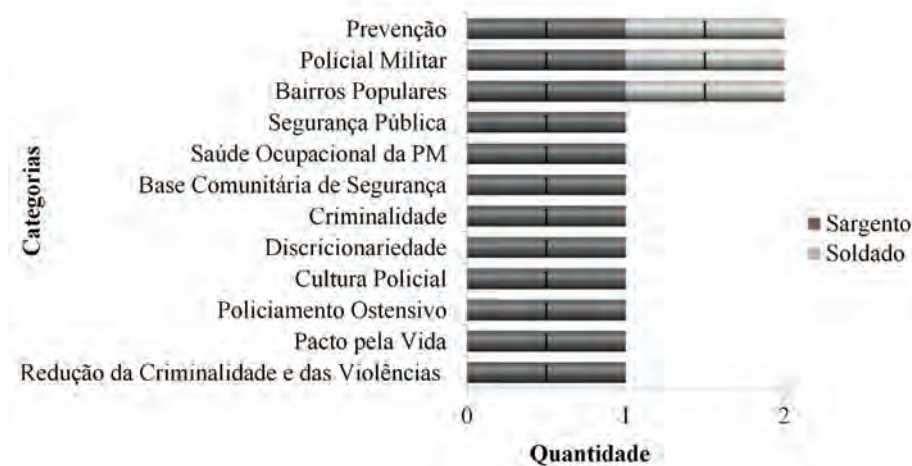
Corpo de Bombeiros	-	-	1
Prevenção	1	-	-
Auto de Resistência	1	-	-
Centro Histórico	1	-	-
Legislação Internacional	1	-	-
Ecologia Criminal	1	-	-
Total	24	2	2

Fonte: Registro cadastral de alunos MPSPJC/UFBA.

Já os delegados direcionam seus estudos para as categorias “Delegacia de Atendimento à Mulher” e “Polícia Civil”. Tais dados não são aleatórios, uma vez que a Polícia Civil dentro das instituições envolvidas no mestrado é a única na qual os sexos masculino e feminino possuem a mesma quantidade (3).

No que se refere à distribuição de categorias pesquisadas entre oficiais da Polícia Militar, esta possui a maior quantidade de capitães envolvidos nos estudos sobre a própria instituição (5). Na categoria formação policial, temos apenas o estudo de um major. A categoria “Interiorização” foi discutida por um tenente coronel, assim como a categoria “Corpo de Bombeiros”. Os demais trabalhos foram realizados por capitães.

Figura 7: Quantidade das principais categorias empíricas e teóricas das produções intelectuais dos praças da Polícia Militar, no período 2012-2015



Fonte: Registro cadastral de alunos MPSPJC/UFBA.

Entre os praças, a categoria “Polícia Militar”, “Bairros Populares” e “Prevenção” foram as mais abordadas, tanto entre os soldados quanto pelos sargentos. “Segurança Pública”, “Saúde Ocupacional de Policiais Militares”, “Pacto pela Vida” e “Redução da Criminalidade e das Violências” foram unanimemente trabalhos realizados por sargentos, enquanto “Base Comunitária de Segurança”, “Criminalidade”, “Discricionariedade”, “Cultura Policial” e “Policiamento Ostensivo” por soldados. Esses dados indicam uma relação entre a posição que estes alunos ocupam na estrutura hierárquica e funcional do trabalho policial, sendo que os praças têm mais relações diretas com a sociedade em atividades de policiamento ostensivo e, por consequência, são eles que refletem a imagem da instituição.

### **Considerações finais**

Este estudo incorpora a convicção de que a Segurança Pública e a justiça criminal, enquanto questões sociais urgentes e importantes, precisam se tornar objeto de acúmulo científico e de ensino acadêmico nos diversos níveis da graduação e da pós-graduação, dado o caráter complexo, interdisciplinar e excepcional dos conhecimentos que devem fundamentar este vasto campo de atuação político-institucional.

A produção intelectual, objeto deste trabalho, expressa os conteúdos específicos do campo da segurança pública imbricados ao da justiça, como se evidenciou nas dissertações sobre justiça restaurativa e mediação comunitária, além disso, indica-se que a política não pode se orientar por uma perspectiva reativa e sim por políticas preventivas. Nesse sentido, há uma significativa quantidade de trabalhos nessa direção, o que corrobora com os princípios presentes na nossa Constituição Cidadã. Os direitos humanos são realçados voltados à violência doméstica, não só em relação à Lei Maria da Penha, mas também às estruturas institucionais de suporte a tal política.

Assim, o curso de mestrado visa o desenvolvimento simultâneo de conhecimentos teóricos e práticos sobre políticas e gestão, sociedade e cidadania no campo da segurança pública, qualificando profissionais que atuam em diferentes setores e nos diversos níveis da estrutura organizacional desses sistemas organizados na Bahia e demais Estados da região Nordeste.

Diante das discussões presentes neste artigo, conclui-se que o Programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania contribui para um panorama mais geral de demandas postas pela sociedade, pelas instituições e envolvidos nas organizações de segurança. Os achados corroboram a continuidade da produção intelectual em nível da pós-graduação *stricto-sensu* que se relacionam com a agenda de pesquisa no campo do conhecimento da área e fornece elementos para a formulação de uma agenda de políticas públicas neste campo.

A área de concentração apresenta alto grau de diversidade, próprio do campo, sendo que os principais elementos componentes do conceito de segurança pública estão atrelados aos direitos humanos, justiça e cidadania; criminalidade, sistema prisional e vitimização e mais, preponderantemente, às políticas e gestão da segurança pública que se expressam com maior intensidade na produção intelectual dos mestres no período considerado.

## Referências

ADORNO, S. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELLI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. 1970-2002. São Paulo: Anpocs; Ed. Sumaré; Brasília: CAPES, p. 2-31, 2002.

AMORIM, M. S. S.; COSTA, I. F. Segurança Pública e Democracia na América Latina. ACTA CIENTÍFICA DEL CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 29., 2013, Santiago. *Anais...* Santiago do Chile, 2013. Disponível em: <[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT24/GT24\\_Amorim\\_Costa.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT24/GT24_Amorim_Costa.pdf)>. 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública*. Brasília, 2009.

BUNGE, M. A. *Caçando a realidade: a luta pelo realismo*. Tradução: Gita K. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 135-141.

COSTA, I. F. *Polícia e sociedade gestão da segurança pública, violência e controle social*. Salvador: EDUFBA, 2005.

COSTA, I. F.; BRISOLLA, R. B. (Org.). *Segurança pública no Brasil: um campo de desafios*. Salvador: EDUFBA, 2010.

LIMA, R. K.; MISSE, M; MIRANDA, A. P. Mendes. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *BIB, Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-123, 2000

LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, J. *Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

NERY, M. B.; ADORNO, S. O movimento da criminalidade em São Paulo: um recorte temático e bibliográfico. *BIB, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 76, p. 5-32, 2015

## CAPÍTULO 6

### **Estudo sobre as ocorrências de roubo no mês de julho do triênio 2012-2014, no distrito de Mosqueiro, Belém, Pará, Brasil**

#### **Leidiane Souza de Almeida**

Mestranda em Segurança Pública (UFPA) e oficial da Polícia Militar do Estado do Amapá. Macapá – Amapá – Brasil. leidiene24@gmail.com

#### **Anderson Luiz Oliveira Lima**

Mestrando em Segurança Pública (UFPA) e escrivão de polícia civil do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. alolimaepc@gmail.com

#### **Adriano Roberto de Souza Ferreira**

Mestrando em Segurança Pública (UFPA) e policial rodoviário federal. Belém – Pará – Brasil. adriano.roberto2@gmail.com

#### **Ilca Patrícia Caldas Cardoso**

Mestranda em Segurança Pública (UFPA) e oficial da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. ilcacaldas@hotmail.com

#### **Silvia dos Santos de Almeida**

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

### **Resumo**

O problema da violência criminal contra o patrimônio vem ganhando destaque no distrito de Mosqueiro, Belém-Pará, em especial na época de veraneio e feriados prolongados. Este trabalho objetiva caracterizar as ocorrências de roubo no mês de julho do triênio 2012-2014, no distrito de Mosqueiro, a partir de um levantamento de dados realizado junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, a fim de identificar o local, o dia da semana e a faixa de horário em que ocorre a maior incidência do crime de roubo, bem como apontar o tipo de instrumento mais utilizado para perpetração do mencionado crime. Para tanto, foram utilizadas técnicas estatísticas de análise descritiva para a apresentação dos dados por meio de tabelas e gráficos, considerando o cunho descritivo e a abordagem quantitativa desta pesquisa. Dentre os principais resultados se revelou que a maior quantidade de roubos na ilha de Mosqueiro ocorrem em via pública, principalmente, aos sábados e domingos, entre 18h e 00h e, na maioria das vezes, sem a utilização de instrumento para a perpetração do crime. Por fim, dando ênfase na dinâmica territorial deste estudo, almeja-se que possa vir a subsidiar medidas de intervenção futuras, focadas em um planejamento mais eficiente, com adequado dimensionamento dos recursos e das ações de policiamento ostensivo e investigativo ao enfrentamento do crime de roubo no distrito de Mosqueiro.

**Palavras-chave:** Violência Criminal. Patrimônio. Policiamento.

## Introdução

A onda crescente de violência e criminalidade é um fenômeno global e a complexidade com que deve ser analisada, inclui, primordialmente, a perspectiva de que sempre fez e sempre fará parte da convivência entre os homens (ADORNO, 2002). Desse modo, é essencial considerarmos a abordagem interdisciplinar desse estudo que tem como objeto de investigação a violência criminal, especialmente a exercida por meio da subtração da coisa alheia móvel, ou como é mais conhecida, a figura típica do roubo.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), o crime de roubo no Brasil manteve-se como principal motivo de privação de liberdade na maior parte do país. Vale salientar que dos 23 Estados que apresentam incremento percentual, o Pará ocupa o 13<sup>o</sup> lugar, com 12,47%; e em números absolutos de roubo em relação aos demais Estados da Federação, aparece com 1.355,9 roubos para cada 100 mil habitantes.

Cavalcante (2015) afirma que o crime de roubo é um delito patrimonial, no qual os meliantes usam a violência na subtração da coisa alheia, seja violência física ou pelo emprego de armas e, por isso, essas ocorrências precisam ser investigadas, pois exercem um impacto negativo sobre o inconsciente das pessoas, alterando o cotidiano.

Nesse sentido, este artigo busca aprofundar os conhecimentos acerca do crime de roubo na ilha de Mosqueiro, considerando a necessidade de se identificar o local, o dia da semana e a faixa de horário de maior incidência deste crime, com ênfase analítica para o mês de julho, tomando-se por base o período compreendido entre 2012 a 2014. Além de apontar qual instrumento é o mais utilizado para perpetração deste tipo criminal.

## Revisão bibliográfica

### *Violência: alguns apontamentos*

O termo violência foi definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como sendo o uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações (OMS, 2002).

Interessantes indagações acerca das diferentes conceituações do termo violência são feitas no campo da Sociologia e do estudo das relações de poder, como o entendimento de Gullo (1998), o qual afirma que essa abordagem pode ser feita por meio da análise teórica que considera a violência como um processo social, um mecanismo social que é a expressão da sociedade, uma resposta a um sistema que se associa à forma de poder vigente onde a oposição entre dominante e dominado se reproduz de acordo com o contexto das relações sociais que o grupo desenvolve e, conseqüentemente, desemboca em medidas legais e jurídicas do próprio sistema.

Acrescente-se ao posicionamento de Gullo, o brilhante ensinamento de Arendt (2014) a respeito da relação entre violência e poder, no qual a violência é uma das principais ferramentas para a manutenção do poder, alegando, assim, que “toda diminuição de poder é um convite à violência”. O poder está por trás da violência, que serve como justificativa para manutenção do mesmo.

Nesse sentido, Wieviorka (1997) destaca que a violência transforma-se historicamente não só como fenômeno concreto, mas também em seu significado sociopolítico e nas representações que dela construímos, pois uma ação que poderia nos parecer atualmente como intoleravelmente violenta não seria vista do mesmo modo em outra época.

Ainda alinhado a esse viés, temos o acelerado processo de ocupação urbana, que dentre outras conseqüências, traz em seu cerne a precariedade da infraestrutura das cidades, somada as precárias condições de moradia e aos baixos indicadores sociais, que se refletem nas mais variadas dimensões da violência e criminalidade do ambiente urbano.

Desse modo, podemos considerar que a violência urbana materializa-se nas mais diversas práticas do cotidiano sócio urbano, pois, como apontam Soares e Athayde (2005), a violência urbana guarda muitos sentidos diferentes, podendo designar desde uma agressão física, um insulto, um gesto que humilha, um olhar que desrespeita até um assassinato cometido com as próprias mãos.

Relativo à violência criminal, alvo da discussão deste artigo, podemos destacar o apresentado por Minayo (2007), que esclarece que é aquela praticada por meio de agressão grave às pessoas, por atentado à sua vida e aos seus bens e constitui objeto de prevenção e repressão por parte das forças de segurança pública: polícia, ministério público e poder judiciário.



Para a autora, os fatores que potencializam o aumento da violência criminal são, principalmente, corrupção e impunidade: a sensação de que o crime compensa cria na sociedade um sentimento de impotência e alimenta o clima de desconfiança em relação à legalidade, aos políticos e à política.

### ***Breves considerações sobre o crime de roubo***

A descrição típica do crime de roubo encontra-se inserida no Título II do Código Penal, o qual trata dos crimes contra o patrimônio, mais especificamente no Capítulo II, que versa sobre o roubo e a extorsão. O crime de roubo está insculpido no *caput* do Artigo 157 do Código Penal, “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência” (BRASIL, 1940).

Observa-se que o bem jurídico tutelado no caso do crime de roubo, é o patrimônio, isto é, vislumbra-se pelo tipo penal do roubo que o intuito é o de acobertar o patrimônio contra a ação de terceiros, sendo assim, a essência do roubo a de ser um crime contra o patrimônio. Porém, convém lembrar que este é um crime complexo, conforme elucida Mirabete, em “tratando-se de crime complexo, objeto jurídico imediato do roubo é o patrimônio. Tutelam-se, também, a integridade corporal, a liberdade e, no latrocínio, a vida do sujeito passivo” (MIRABETE, 2001).

Fragoso (1987) tece esclarecedores comentários sobre a definição do termo patrimônio, concebendo-o como um complexo de ações jurídicas apreciáveis em dinheiro, ou que tenham valor econômico, idealizado como uma universalidade de direitos, ou seja, como uma unidade abstrata distinta dos elementos que a compõem, conceito que é próprio do direito privado. Há em relação ao patrimônio, claro, uma concepção econômica, segundo a qual o patrimônio é um complexo de bens que serve para satisfazer necessidades, porque tudo indica na ideia de patrimônio um conteúdo econômico.

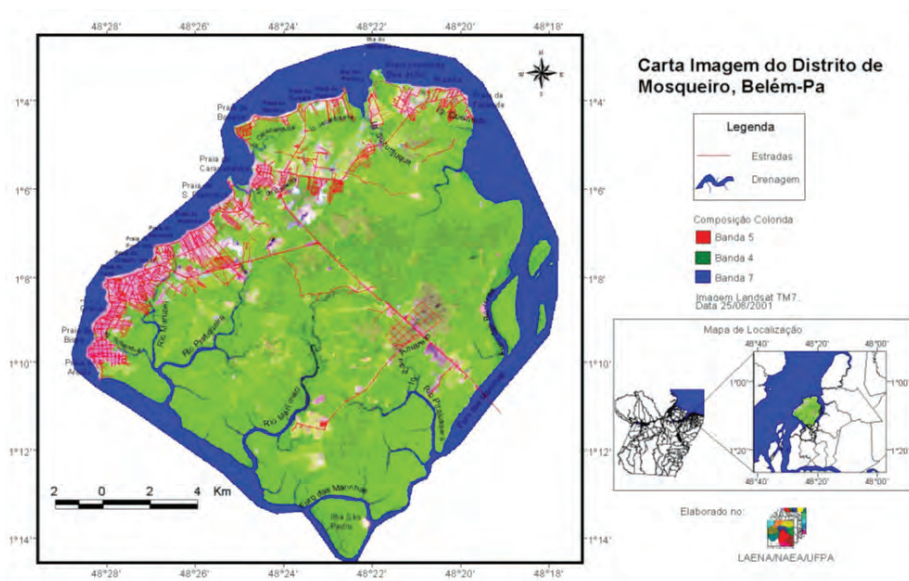
Cavalcante (2015) ressalta que tratar sobre o crime de roubo é uma questão essencial, não apenas por ser uma questão inquietante, mas pelo fato de ameaçar a liberdade para se transitar no espaço público, o que, conseqüentemente, provoca perturbação e desassossego nas pessoas, forçando-as a tomar todos os tipos de cuidados para não chamar a atenção do meliante. A autora ainda adverte que tal situação poderá passar não só a prejudicar e restringir o espaço, mas também alterar a qualidade de vida do cidadão.

## Material e métodos

### *Área de estudo: a ilha de Mosqueiro*<sup>1</sup>

O município de Belém está dividido em área insular e continental, sendo que as ilhas têm grande representatividade no percentual total do território municipal. A maior delas é Mosqueiro, que pode ser observada na Figura 1, com 212,5 km<sup>2</sup>, que desde 1932, é administrado por um agente administrativo municipal, designado pelo prefeito municipal de Belém. Mosqueiro caracteriza-se por ser uma ilha fluvial localizada na costa oriental do rio Pará, no braço sul do rio Amazonas, em frente à baía do Guajará e está localizada a 77 km de distância do centro da capital Belém. Possui 17 km de praias de água doce com movimento de maré (BELÉM, 2015).

**Figura 1:** Carta imagem do distrito de Mosqueiro, Belém-PA



**Fonte:** Belém (2015).

A ponte Sebastião de Oliveira é a principal via de acesso para o distrito de Mosqueiro. Com seus 1.457,35 metros, encurtou a distância de

<sup>1</sup> O nome “Mosqueiro” é originário da antiga prática do “moqueio” do peixe pelos indígenas Tupinambá que habitavam a ilha.

Mosqueiro com a capital, deixando-a muito mais acessível à população e atraindo um número cada vez maior de visitantes. Antes da construção da ponte, o deslocamento até a ilha era realizado somente por navios. Esse tipo de transporte garantiu a travessia para o outro lado do continente, por quase meio século. Com a conclusão da ponte, Mosqueiro ganhou ares de cidade grande, belas mansões e prédios, iniciando-se, assim, um novo momento histórico para a ilha. O processo de transformação do espaço geográfico se dá de forma acelerada, causando diversas modificações. A construção da ponte promoveu um processo de ligação entre Mosqueiro e o seu entorno, desencadeando novas expectativas de especulações imobiliárias, expansão do comércio, enfim, uma nova territorialidade, cada vez mais relacionada ao turismo (BELÉM, 2015).

Nóbrega (2006) afirma que quando rompido o isolamento geográfico e com o aumento da valorização das belezas naturais, Mosqueiro saltou de uma longa inércia para um período de intensas transformações. Iniciava-se a especulação imobiliária, a população local começava a ser “desalojada” pela compra de seus terrenos por turistas. Houve uma proliferação de diversos condomínios que, na qualidade de segunda residência da população de Belém, serviam como oportunidades de emprego aos moradores locais, os quais mudavam seus hábitos comuns de trabalho, para desenvolverem funções de caseiros, motoristas, garçons, enquanto suas mulheres trabalhavam como domésticas e camareiras nos hotéis e pousadas da ilha.

Segundo dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a ilha do Mosqueiro possui 33.232 habitantes, sendo 16.632 homens e 16.600 mulheres, e caso fosse emancipada, estaria entre os municípios paraenses de médio porte. No entanto, segundo Nóbrega (2006), em período de férias escolares (meses de julho e janeiro) e em feriados prolongados, a ilha chega a receber cerca de 300 mil pessoas por temporada, sendo assim, em decorrência de mudanças tão bruscas, são inúmeros os problemas enfrentados pelos moradores e também pelos visitantes (IBGE, 2010).

Atualmente, o distrito de Mosqueiro está incluso na área de atuação da 1ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP), que engloba o município de Belém, seus distritos e ilhas. A estrutura dos órgãos de Segurança Pública da Ilha de Mosqueiro é composta pelo 25º Batalhão

de Polícia Militar (BPM), pertencente ao Comando de Policiamento da Capital (CPC), que conta com duas Companhias de Polícia Militar, juntamente com a 9<sup>a</sup> Seccional Urbana de Polícia Civil, sendo que ambos têm como circunscrição os Bairros do Aeroporto, Ariramba, Chapéu Virado, Farol, Mangueiras, Maracajá, Murubira, Natal do Murubira, Praia Grande, Porto Arthur, Vila, Baía do Sol, Bonfim, Carananduba, Caruara, Marahu, Paraíso, São Francisco e Sucurijuquara. (PARÁ, 2012, p. 6). Mosqueiro dispõe da 15<sup>a</sup> Área Integrada de Segurança Pública (AISP) composta pela 1<sup>a</sup> Companhia de Polícia Militar e pela 9<sup>a</sup> Seccional Urbana (Mosqueiro) e pela 16<sup>a</sup> AISP que engloba a 2<sup>a</sup> Companhia de Polícia Militar e a Unidade de Polícia de Carananduba (PARÁ, 2012).

### ***Os dados***

Para obter os dados desta pesquisa, foram realizadas visitas ao 25<sup>o</sup> Batalhão da Polícia Militar e à 9<sup>a</sup> Seccional de Polícia Civil do Distrito de Mosqueiro e a Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) da SEGUP-PA, com intuito de solicitar e obter as informações pertinentes ao estudo. Ressalte-se que os dados desta pesquisa foram cedidos pela SIAC e são provenientes do lançamento de informações declaradas, durante o preenchimento dos boletins de ocorrência policial nas seccionais urbanas e delegacias, inclusive da 9<sup>a</sup> Seccional Urbana de Mosqueiro.

### ***Tipo de estudo e de análise***

O presente trabalho, quanto ao tipo de estudo, se desenvolveu como uma pesquisa de cunho descritivo, com abordagem quantitativa, possibilitando uma descrição quantificável (numérica) do objeto de estudo.

A análise dos dados, por sua vez, foi feita utilizando-se o método dedutivo que na visão de Gil (2008), parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.

Dessa maneira, em relação aos procedimentos técnicos, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo, bibliográfica, análise de bancos de dados e uso de *softwares* (Microsoft Excel), sendo utilizada a técnica estatística de análise descritiva para resumir e apresentar os dados obtidos, por meio de tabelas e gráficos (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

## Resultados e discussões

A partir deste tópico serão analisadas algumas das diversas características do contexto dos crimes de roubo que constituem nossa amostra.

A Tabela 1 apresenta o número de registros de ocorrência do crime de roubo no distrito de Mosqueiro, no triênio de 2012 a 2014, de onde se observa uma distribuição equitativa das ocorrências de roubo, prevalecendo números acima dos 500 registros para cada um dos três anos pesquisados.

**Tabela 1:** Quantidade e percentual dos registros anuais de ocorrência de crimes de roubo no triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro em Belém do Pará

Anos	Quantidade	Percentual
2012	514	33,12
2013	524	33,76
2014	514	33,12
<b>Total</b>	<b>1552</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SIAC (jul. 2015).

A Tabela 2 mostra a quantidade e o percentual dos registros de ocorrências mensais de roubo no triênio 2012-2014, de onde se nota que o mês de julho ( $\Sigma$  triênio) apresentou o maior número de ocorrências, sendo 354 registros (22,81%), seguido do mês de janeiro com 163 registros (10,50%). Resultado semelhante foi encontrado por Cavalcante (2015) ao pesquisar o crime de roubo a transeunte na Cidade de Belém, no qual também houve destaque para o mês de julho com maior número de ocorrências.

É importante enfatizar que a alta incidência dos registros do crime de roubo no mês de julho do triênio em estudo, pode ser explicada considerando o aspecto sazonal presente no fenômeno, no qual julho é o mês das férias escolares e também do verão paraense. Dessa forma, a população flutuante de Mosqueiro (a que reside durante o mês de julho inteiro na ilha e também a que passa apenas os fins de semana de veraneio) aumenta consideravelmente, proporcionando vários óbices à rotina da

ilha, entre eles, o aumento no número de roubos. Concomitante a isso, também é necessário entender o aumento do efetivo da Polícia Militar, na forma de reforço de policiamento, como fator importante no aumento do número de registros de roubos, visto que se pode inferir que com maior policiamento maior é a possibilidade de flagrantes e prisões.

**Tabela 2:** Quantidade e percentual dos registros de ocorrência mensais de crimes de roubo no triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro em Belém do Pará

Mês	Ano			Σ Triênio	Percentual
	2012	2013	2014		
Janeiro	47	58	58	163	10,50
Fevereiro	46	45	22	113	7,28
Março	34	34	34	102	6,57
Abril	50	33	26	109	7,02
Maiο	53	33	31	117	7,54
Junho	34	37	41	112	7,22
Julho	115	125	114	354	22,81
Agosto	34	37	44	115	7,41
Setembro	26	29	40	95	6,12
Outubro	26	24	38	88	5,67
Novembro	20	32	22	74	4,77
Dezembro	29	37	44	110	7,09
<b>Total</b>	<b>514</b>	<b>524</b>	<b>514</b>	<b>1552</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SIAC (jul. 2015).

A Tabela 3 apresenta a quantidade e o percentual dos registros de ocorrência de roubo no mês de julho do triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro. A análise evidencia uma distribuição equitativa das ocorrências de roubo no mês de julho dos anos pesquisados, mostrando números acima dos 110 registros anuais, com destaque para o mês de julho do ano de 2013, com 125 registros e percentual de 35,31% do total das ocorrências de roubo registradas no mês de julho do triênio 2012-2014.

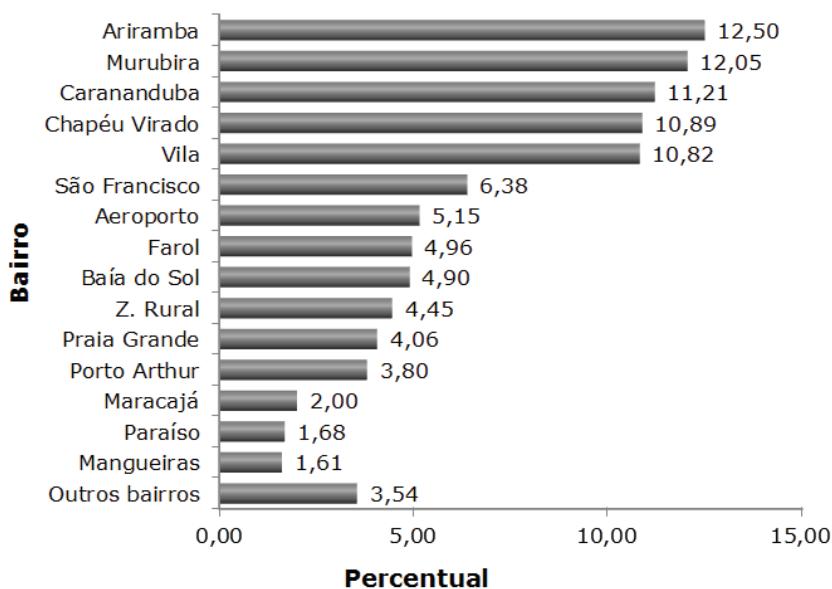
**Tabela 3:** Quantidade e percentual dos registros de ocorrência de crimes de roubo no mês de julho do triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro em Belém do Pará

Mês/ano	Quantidade	Percentual
Julho/2012	115	32,49
Julho/2013	125	35,31
Julho/2014	114	32,20
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SIAC (jul. 2015).

Observa-se pelos dados constantes na Figura 2, que os bairros que apresentam maiores números de registros de roubos no período pesquisado foram, na ordem, Ariramba, Murubira, Carananduba, Chapéu Virado e Vila, concentrando mais da metade de todos os casos registrados (57,92%).

**Figura 2:** Percentual dos registros de ocorrência de crimes de roubo por bairros no triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro em Belém do Pará



**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SIAC (jul. 2015).

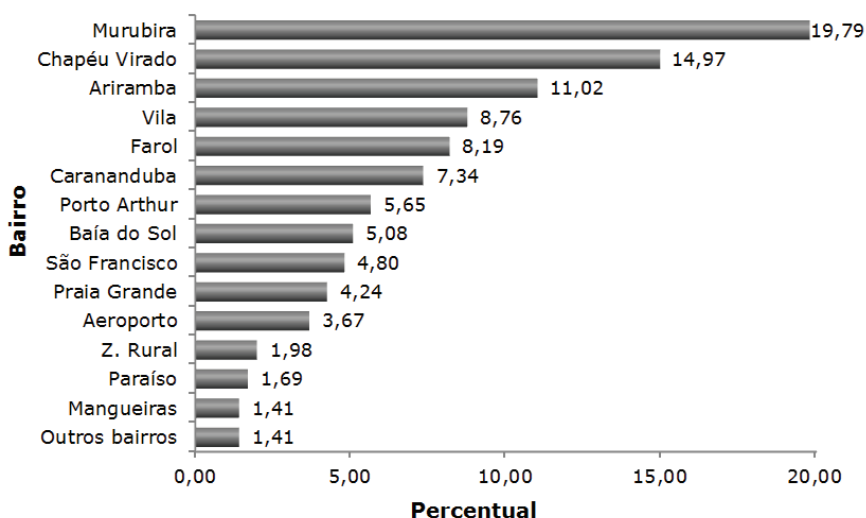
A Figura 3 apresenta o percentual dos registros de ocorrência de crimes de roubo por bairros no mês de julho do triênio 2012-2014. A análise

específica dos dados deste mês mostra alterações tanto na lista dos bairros onde ocorrem os roubos, quanto na sua representatividade percentual da quantidade de registros efetuados, passando a ser, na ordem de percentuais mais expressivos: Murubira (19,79%), Chapéu Virado (14,97%), Ariramba (11,02%), Vila (8,76%) e Farol (8,19%), respondendo, assim, esses cinco bairros, por 62,73% dos casos de roubos registrados no mês de julho.

Pode-se inferir, mais uma vez, que justamente devido ao aumento da concentração de pessoas na ilha de Mosqueiro em julho, os bairros mais frequentados pelos veranistas coincidem exatamente com os bairros que possuem orla (praia) homônima a cada um dos respectivos bairros, Murubira, Chapéu Virado, Ariramba e Farol. Tais praias encontram-se geograficamente situadas uma ao lado da outra, isto é, contínuas na faixa de areia da orla da ilha, e no mês de julho são as mais procuradas pelos veranistas por apresentarem diversos bares, restaurantes e opções de diversão.

Já a Vila é um bairro central sem praia movimentada, porém também possui alto fluxo de veranistas no mês de julho devido às programações festivas e gastronômicas que tradicionalmente ocorrem no período, principalmente, nos arredores da praça central do distrito de Mosqueiro.

**Figura 3:** Percentual dos registros de ocorrência de crimes de roubo por bairros no mês de julho do triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro em Belém do Pará

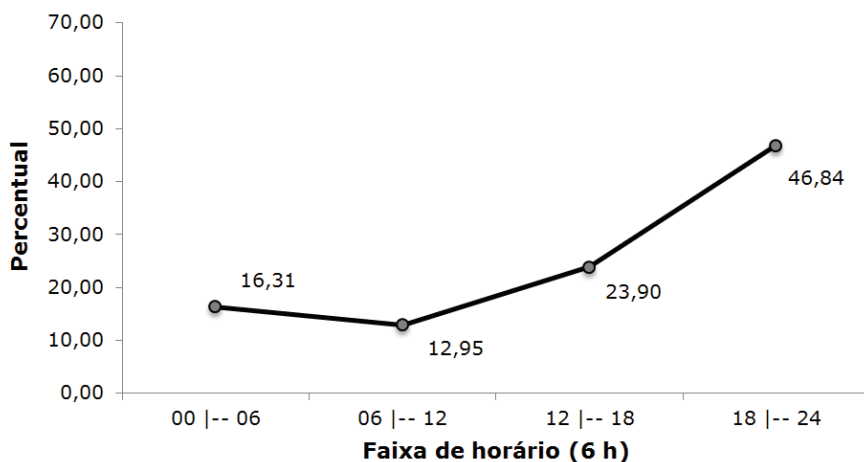


**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SIAC (jul. 2015).



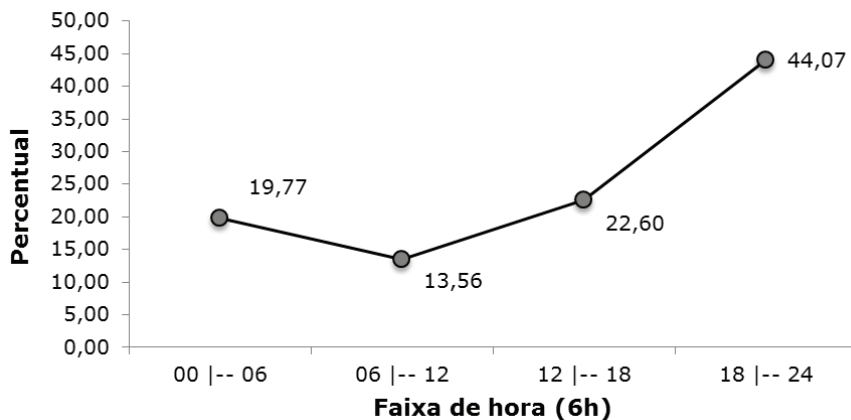
Em relação à faixa de horário na qual os crimes de roubo ocorreram, observa-se na Figura 4 que o percentual de crimes de roubo no triênio 2012-2014 é mais elevado no intervalo de 18h às 24h, representando um percentual de 46,84%, seguido pela faixa de 12h às 18h, com 23,90%. É interessante apontar que o intervalo das 06h às 12h é o que concentra o menor número de casos (12,95%).

**Figura 4:** Percentual de crimes de roubo por faixa de horário (6 horas) no triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro, em Belém do Pará



**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SIAC (jul. 2015).

Em relação à faixa de horário na qual os crimes de roubo ocorreram em julho do triênio 2012-2014 (Figura 5), 44,07% das ocorrências encontram-se no intervalo de 18h às 24h. A faixa de horário das 12h às 18h apresentou 22,60% e a das 06h às 12h mais uma vez agrupou o menor número de casos (13,56%). A maior concentração de roubos no período noturno (18h às 24h) é um indicador importante da “dimensão local” do roubo, que pode ser influenciada por diversos fatores, tais como a diminuição da luz natural, o excesso do consumo de álcool e a diminuição do policiamento, o que ratifica a informação de Coupe e Blake (2006), que relata a preocupação em desvelar a relação entre a luz do dia e a escuridão na preferência do delinquente no cometimento do crime de roubo.

**Figura 5:** Percentual de crimes de roubo por faixa de horário de 6h no mês de julho do triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro em Belém do Pará

**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SIAC (jul. 2015).

Observa-se que com relação ao tipo de meio empregado na prática do roubo, a análise demonstra a predominância da modalidade sem instrumento, correspondendo a 40,27% do total de registros de ocorrência de roubo no triênio pesquisado. Ainda, segundo os dados, 37,37% dos registros evidenciam o uso de arma de fogo e 17,59% o emprego de arma cortante ou perfurante (Tabela 4).

**Tabela 4:** Quantidade e percentual dos registros de ocorrência de crimes de roubo nos anos de 2012 a 2014 no distrito de Mosqueiro em Belém do Pará, por meio empregado

Meio empregado	Quantidade	Percentual
Sem instrumento	625	40,27
Arma de fogo	580	37,37
Arma cortante ou perfurante	273	17,59
Outros meios	58	3,74
Arma contundente	16	1,03
<b>Total</b>	<b>1552</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SIAC (jul. 2015).

Já com relação ao tipo de meio utilizado na perpetração do crime de roubo no mês de julho do triênio 2012-2014, a Tabela 5 evidencia que a modalidade sem instrumento responde por 47,18% do total de registros, enquanto a categoria do crime em que se emprega arma de fogo representa 33,05% e a modalidade de roubo com uso de arma cortante ou perfurante registra 12,99% dos casos.

Um importante aspecto a ser analisado é a natureza do meio empregado no cometimento do crime de roubo no distrito de Mosqueiro, no qual os dados demonstram a predominância do não uso de instrumentos, o que revela um padrão local da criminalidade patrimonial estabelecido possivelmente pela indisponibilidade e certa dificuldade de acesso às armas de fogo.

Vale observar que o percentual aproximado entre os períodos comparados nas Tabelas 4 e 5 destaca o decréscimo do uso de arma de fogo durante o mês de julho (de 37,37% ao longo do ano para 33,05% no mês de julho do triênio). Esse fenômeno merece atenção e um estudo mais detalhado, visto ser importante o entendimento do motivo ou causa que faz com que o número de roubos aumente no mês de julho, porém a modalidade “à mão armada” registre um decréscimo em seus números.

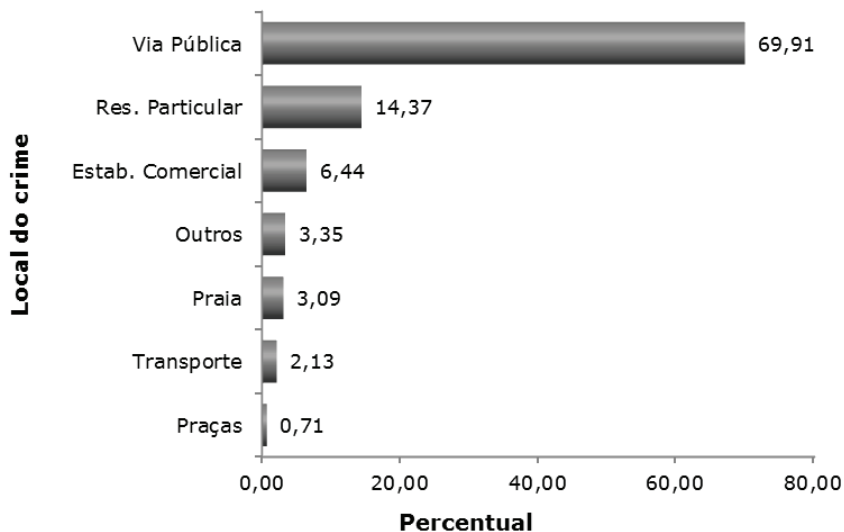
**Tabela 5:** Quantidade e percentual dos registros de ocorrência de crimes de roubo no mês de julho do triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro em Belém do Pará, por meio empregado

Meio empregado	Quantidade	Percentual
Sem instrumento	167	47,18
Arma de fogo	117	33,05
Arma cortante ou perfurante	46	12,99
Outros meios	20	5,65
Arma contundente	4	1,13
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SIAC (jul. 2015).

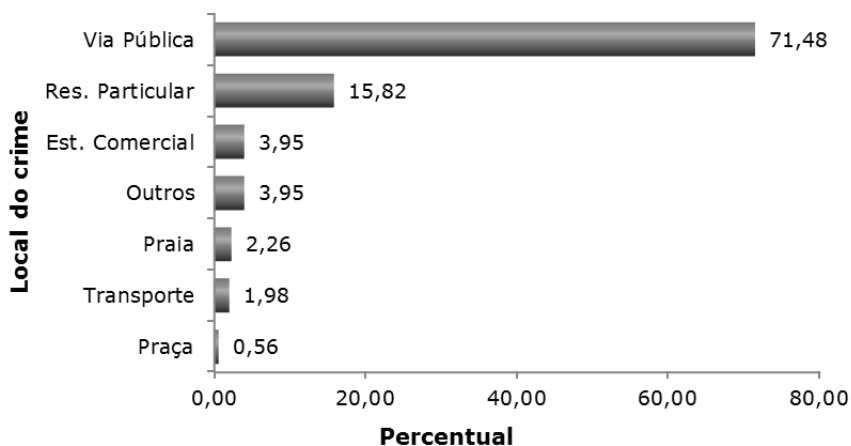
A Figura 6 apresenta o percentual dos registros de ocorrência de crimes de roubo por local do crime no triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro. Na análise do local em que aconteceram os roubos, observa-se que a maioria absoluta dos roubos se deram em via pública (69,91%).

**Figura 6:** Percentual dos registros de ocorrência de crimes de roubo por local do crime no triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro em Belém do Pará



Fonte: Elaborada pelos autores com base em SIAC (jul. 2015).

**Figura 7:** Percentual dos registros de ocorrência de crimes de roubo por local do crime no mês de julho do triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro em Belém do Pará



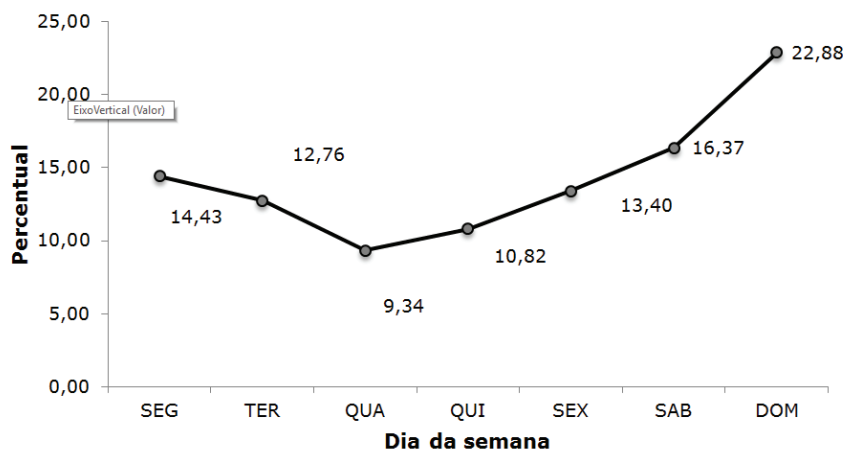
Fonte: Elaborada pelos autores com base em SIAC (jul. 2015).

De acordo com a Figura 7 o percentual dos registros de ocorrência de crimes de roubo em via pública, no mês de julho do triênio 2012-

2014, respondeu por 71,48% do total de casos. Resultado semelhante foi encontrado por pesquisa de vitimização feita em São Paulo, que constatou número elevado de registros de ocorrências de roubo que se concretizou em via pública (CPP/INSPER, 2013).

No que se refere ao dia da semana, a Figura 8 apresenta o percentual de ocorrências de roubos no triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro. Observa-se que a maioria deles concentram-se no final de semana. Domingo é o dia que agrega o maior número de casos (22,88%), seguido de sábado (16,37%) e segunda-feira (14,43%).

**Figura 8:** Percentual de ocorrências de roubos por dia da semana no triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro em Belém do Pará



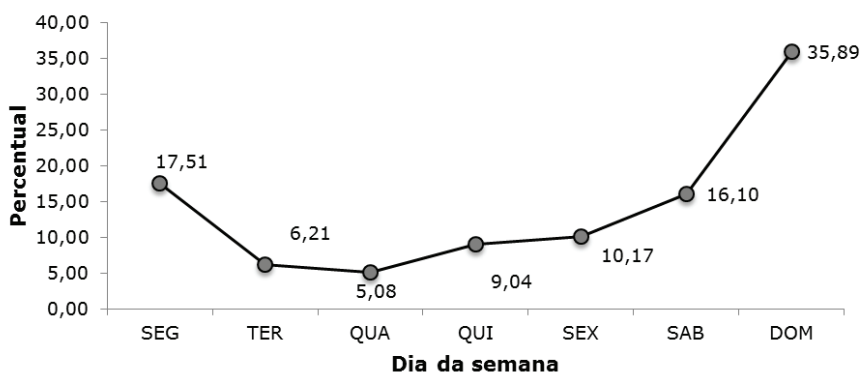
**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SIAC (jul. 2015).

No que se refere ao dia da semana em que ocorre o maior número de ocorrências de roubo no mês de julho do triênio 2012-2014, a Figura 9 confirma que a grande maioria deles concentra-se no final de semana. Domingo é o dia que agrega o maior número de casos (35,89%), seguido de sábado (16,10%) e segunda-feira (17,51%).

Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de que nos “fins de semana” de julho ocorre maior deslocamento de pessoas para a ilha de Mosqueiro e também é o período onde ocorre o maior número de festas e eventos de veraneio. Novamente, pode-se inferir que o aumento do registro de roubos está ligado ao aumento de pessoas no distrito de Mosqueiro.

Desse modo, Mendonça, Loureiro e Sachside (2003) enfatizam a necessidade de se ampliar a discussão a fim de compreender se a criminalidade e a motivação estão relacionadas a diversos fatores, em que o crime não ocorre da mesma maneira. Nesse sentido, se observa que o conhecimento é fundamental para compreender as discrepâncias de registros de ocorrências entre os meses julho e demais meses do triênio pesquisado.

**Figura 9:** Ocorrências de roubo por dia da semana no mês de julho do triênio 2012-2014 no distrito de Mosqueiro em Belém do Pará



**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SIAC (jul. 2015).

## Considerações finais

O presente estudo ofereceu destaque para a abordagem de natureza quantitativo-descritiva, visando revelar o local, o dia da semana e a faixa de horário de maior incidência do crime de roubo no distrito de Mosqueiro, no mês de julho do triênio 2012-2014, bem como buscou apontar qual tipo de instrumento é o mais utilizado para perpetração deste tipo criminal.

De onde se pode concluir que a maior quantidade de roubos na ilha de Mosqueiro ocorre: em via pública; nos bairros que possuem praia movimentada e frequentada por grande número de veranistas (Murubira, Chapéu Virado, Ariramba e Farol); principalmente, aos sábados e domingos, entre 18h e 00h e, na maioria das vezes, sem a utilização de instrumento para a perpetração do crime. Tais características podem ser indicadores importantes da “dimensão local” do roubo, evidenciando de que maneira se dão os padrões desse tipo criminal.

Por outro lado, outros estudos relativos a essa mesma problemática podem enveredar pela seara analítica, explorando relações entre o aumento da violência criminal e as dimensões demográfica, econômica, política e social da ilha de Mosqueiro, considerando, assim, os demais processos que podem influenciar nos resultados dessa pesquisa, como os conflitos de classe, as formas de apropriação do espaço, as percepções individuais e coletivas, entre outros.

Sendo assim, constatou-se que a violência não é simplesmente um fato, mas um fenômeno complexo que pode ser “objeto” de uma pluralidade de interpretações, que podem ser utilizadas para auxiliar na construção de formas de prevenção da violência, acompanhadas do planejamento, execução, monitoramento e avaliação das intervenções na área de segurança pública, aglutinando a percepção sensível e experiências cotidianas ao saber científico.

Ademais se verificou a despeito do volume de ocorrências e do impacto dos roubos, que esse não é um crime prioritário na agenda de Segurança Pública do Estado do Pará, tampouco do distrito de Mosqueiro, pois não se discute o que pode ser feito para reduzir esse crime, dada a sua irrelevância para o seio social, visto não apresentar a mesma notoriedade, como a exemplo de outros crimes, como o homicídio e o sequestro.

## Referências

ADORNO, S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. Abril/Junh, p. 7-8, abr./jun. 2002.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2014. São Paulo: FBSP, ano 8, 2014.

ARENDDT, H. *Sobre a violência*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. *Distritos pertencentes ao município de Belém*. Belém, 2015. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/belemtur/>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei N° 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAVALCANTE, L. S. *Caracterização do crime de roubo em Belém*. 2015. 95f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

COUPE, T.; BLAKE, L. Daylight and darkness targeting strategies and the risks of being seen at residential burglaries. *Criminology*, v. 44, n. 2, p. 431-464, 2006.

CPP/INSPE - Centro de Políticas Públicas e Instituto de Ensino e Pesquisa de São Paulo. *Relatório da Pesquisa de Vitimização em São Paulo 2003-2013*. São Paulo, 2013.

FRAGOSO, H. C. Os crimes contra o patrimônio. Conferência proferida em 1984, na Fundação Casa de Rui Barbosa. *Revista Forense*, n. 300, out./dez. 1987. Disponível em: <[http://www.fragoso.com.br/eng/arq\\_pdf/helena\\_artigos/arquivo40.pdf](http://www.fragoso.com.br/eng/arq_pdf/helena_artigos/arquivo40.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GULLO, A. A. e S. Violência urbana: um problema social. *Tempo Social, Revista de Sociologia*, v. 10, n. 1, p. 105-119, 1998.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Amostra, Características Gerais da População. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

MENDONÇA, M. J. C.; LOUREIRO, P. R. A.; SACHSIDA, A. *Criminalidade e interação social*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003.

MINAYO, M. C. de S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: SOUSA, E. R. (Org.). *Curso impactos da violência na saúde*. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2007. p. 21-42.

MIRABETE, J. F. *Manual de direito penal*. São Paulo: Atlas, 2001.

NÓBREGA, W. R. de M. *Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia: o PROECOTUR no distrito de Mosqueiro, Belém-PA*. 2006. 157f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz; Universidade Federal da Bahia, Ilhéus-BA, 2006.



OMS - Organização Mundial da Saúde. *Relatório Mundial sobre violência e saúde*. Genebra, 2002.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Decreto Nº 414, de 4 de abril de 2012. Homologa a Resolução Nº 185/2012 - Conselho Estadual de Segurança Pública. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 09 de abril de 2012. p. 6-8. Disponível em: <<http://www.ioepa.com.br/diarios/2012/04/09.04.caderno.01.06.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

SOARES, L. E.; ATHAYDE, C. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social, Revista de Sociologia*, v. 1, n. 9, p. 5-41. 1997.

## CAPÍTULO 7

### **A Teoria das Restrições como instrumento para melhoria das organizações de segurança pública e justiça criminal**

#### **Amauri Gonçalves Rezende**

Mestrando em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha (UVV-ES) e professor da Universidade Vila Velha (UVV-ES). Vitória – Espírito Santo – Brasil. amauri.rezende@uvv.br

#### **Henrique Geaquinto Herkenhoff**

Doutor em Direito (USP) e professor da Universidade Vila Velha (UVV-ES). Vitória – Espírito Santo – Brasil. henrique.herkenhoff@uvv.br

#### **Resumo**

Nas diferentes fases desde a constatação de um crime até a aplicação e execução da pena prevista para o seu autor, diversas instituições públicas devem atuar sucessiva e harmoniosamente, como uma espécie de “linha de produção”. Contudo, as decisões gerenciais relativas ao funcionamento de cada uma delas e à alocação de recursos vêm sendo tomadas em instâncias deliberativas estanques, sem qualquer preocupação de comunicação, alinhamento ou balanceamento. Por meio de revisão bibliográfica e do estudo de um caso específico (Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo, entre 2011 e 2016), baseando-se na Teoria das Restrições e na Tecnologia Otimizada da Produção (Eliayahu M. Goldrat), bem como na Lei de Parkinson (C. Northcote Parkinson) e no Diamante de Porter (Michael E. Porter), este trabalho indica a necessidade de reequilibrar os recursos humanos e financeiros entre as diversas instituições de segurança pública e justiça criminal (Polícia Militar/Polícias Rodoviária e Ferroviária Federal, Polícia Civil/Polícia Federal, Ministério Público, Judiciário e Sistema Penitenciário), a fim de otimizar o seu funcionamento global e contribuir eficazmente para a redução da violência, para a reinserção social dos infratores e para o respeito aos Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Lei de Parkinson. Diamante de Porter. Direitos Humanos.

## Introdução

Com o aumento incessante da competitividade, as empresas buscam a melhoria contínua de seus processos, objetivando a diminuição das perdas e o aumento da capacidade produtiva. Diversas teorias e sistemas têm surgido como base de apoio para tais transformações, e muitos estão relacionados à administração da capacidade produtiva.

**Capacidade** é o volume de trabalho que pode ser feito num determinado período de tempo (ARNOLD, 1998). Na oitava edição do dicionário *APICS*, a capacidade está definida como “a habilidade de um trabalhador, máquina, centro de trabalho, plano ou organização para acrescentar determinado resultado por um período de tempo” (ARNOLD, 1998, p. 141).

A capacidade, assim, é uma taxa de produzir trabalho, e não uma quantidade de trabalho feito.

A **capacidade produtiva** se divide em **capacidade disponível**, que é a aptidão de um sistema ou recurso de fornecer uma quantidade de recurso em um período de tempo e **capacidade exigida**, isto é, a envergadura necessária para que um sistema ou recurso forneça, em determinado período de tempo, o resultado desejado. Um termo que está intimamente ligado à capacidade exigida é a **carga**, que se refere à quantidade de trabalho concretamente planejado e liberado e que foi atribuído a uma fábrica ou sistema produtivo durante um período de tempo determinado. A **capacidade exigida** é aquela necessária para fornecer o resultado desejado em um período de tempo; a **carga** corresponde à quantidade de trabalho efetivamente demandada do sistema; ao passo que a **capacidade disponível** é a taxa de trabalho que o sistema realmente pode suprir (ARNOLD, 1998).

A administração da capacidade é a responsável pela determinação da capacidade necessária para a realização de planos de prioridade, e também pelo fornecimento, monitoração e controle dessa capacidade, de modo que o plano possa ser realizado com os melhores resultados possíveis. A administração da capacidade consiste nas funções **planejamento** (determinação de recursos necessários) e de **controle** (administração de resultados (ARNOLD, 1988).

## Revisão bibliográfica

### *A Teoria das Restrições (Theory of Constraints – TOC)*

Estudando a logística de produção, Eliyahu Goldratt criou a Teoria das Restrições, que focaliza sua atenção na “restrição de capacidade” ou “gargalo de produção”, bem como no esforço para gerenciá-la ou removê-la (do que resulta encontrar uma nova restrição, que também deve ser superada, em um processo contínuo de ganhos sucessivos (GOLDRATT, 1999).

Realizando um trabalho de otimização em sistemas de transportes aéreos, Goldratt (1999) verificou a possibilidade de transferir conceitos de “fila” para as indústrias, vislumbrando uma grande simplificação no gerenciamento da produção. Essa nova abordagem levava em consideração a administração da produção baseada no ponto de restrição, ou gargalo, chamada de *Optimized Production Technology (OPT)*. Trata-se de uma técnica computadorizada, que auxilia a programação de sistemas produtivos baseada na diferenciação dos recursos – entre **gargalos** e **não gargalos** (ALMEIDA, 1992). O carregamento de matéria-prima no primeiro posto de trabalho e o produto final são **limitados** pelo quanto o recurso gargalo é capaz de absorver (Capacidade de Carga Finita), sendo irrelevantes as capacidades dos recursos não gargalos. Para os recursos não gargalos, até são permitidas alguns tipos de ociosidades, objetivando evitar o estoque intermediário durante o processo, segundo estes princípios:

1. **Balanceie o fluxo, não a capacidade:** o importante é que a linha produtiva seja o mais *balanceada* possível, evitando *estoques intermediários* (sinais de perda), mesmo que, em alguns casos, alguns postos de trabalho estejam trabalhando aquém de sua capacidade produtiva;

2. O nível de utilização de um não gargalo é determinado por alguma outra **restrição do sistema**, não por sua própria capacidade: os recursos não gargalos operam com capacidade abaixo da máxima, por causa da limitação do recurso gargalo;

3. Utilização e ativação de um recurso não são sinônimas;

4. Uma hora perdida num recurso gargalo é uma hora perdida para sempre em todo o sistema: se a operação gargalo é interrompida, todo o processamento de fábrica é reduzido;

5. Uma hora poupada ou qualquer aumento de capacidade em um recurso não gargalo é uma *miragem*: perdas ou ganhos em recursos não

gargalos, bem como o aumento de sua capacidade, raramente influenciam no ritmo da produção;

6. **Os gargalos governam tanto a produção como os estoques do sistema:** quanto maior a produção do recurso gargalo, maior a produção total e, conseqüentemente, há efeitos diretos em estoques do sistema;

7. O **lote de transferência**, que se refere à quantidade de um item movido entre centros de trabalho sequenciais durante a produção, ou à quantidade de unidades que são movimentadas de uma só vez de um recurso para o próximo, pode não ser, e muitas vezes não deveria ser, igual ao **lote de processamento**;

8. O **lote de processamento** é aquele a ser processado por um centro de trabalho entre duas preparações sucessivas e não deve ser fixo, mas variável;

9. O **lead time** é o tempo total de disponibilidade de uma matéria-prima, desde seu estoque inicial (chegada à planta de processamento) até a expedição (disponível para a saída), incorporada ao produto final. Do ponto de vista do fornecedor, é o tempo que decorre desde o recebimento de uma encomenda até a entrega do produto. Da perspectiva do cliente, pode incluir o tempo para a preparação e o transporte da encomenda. O **lead time** é resultado da programação e não pode ser determinado *a priori*;

10. Os programas devem ser estabelecidos olhando-se **todas as restrições simultaneamente** (ALMEIDA, 1992).

A administração de gargalos deve ser feita da seguinte forma:

1. Estabelecer um **buffer**<sup>1</sup> de tempo antes de cada gargalo: como o gargalo é o ponto fundamental de uma linha, neste nunca deve faltar material. O **buffer** de tempo deve ter apenas a extensão de tempo de qualquer demora esperada que tenha por causa as estações de trabalho alimentadoras. Dessa forma, o **buffer** de tempo garante que o gargalo não pare por falta de trabalho, e que a fila seja mantida numa quantidade mínima predeterminada;

2. Controlar a quantidade de material que alimenta o gargalo: o gargalo deve ser alimentado numa **taxa igual à sua capacidade**, de modo que o **buffer** de tempo permaneça **constante**;

---

<sup>1</sup> *Buffer* (amortecimento) ou pulmão: as restrições ou recursos gargalos devem ser protegidos de distúrbios que acontecem em todos os outros recursos.

3. Fazer de tudo para proporcionar a capacidade de gargalo necessária: **qualquer fato que aumente a capacidade do gargalo consequentemente aumenta a capacidade do sistema;**

4. *Ajustar as cargas*: semelhante ao item 3, mas com ênfase na redução da carga num gargalo, por meio da utilização de centros de trabalho alternativos e subcontratações;

5. *Alterar a programação*: deve ser feito em último caso, evitando perturbações no sistema.

A OPT não deve ser vista como uma alternativa ao Material Requirement Planning (MRP)<sup>2</sup>, sendo possível utilizá-los conjuntamente.

### *United States Air Force – Mudanças no Sistema de Saúde*

A Teoria das Restrições foi aplicada ao sistema de saúde da Força Aérea Americana, com 120 centros médicos e uma base de pacientes contando com aproximadamente 3 milhões de pessoas (GOLDRATT, 1999).

Os problemas básicos envolviam mudanças de demandas e disponibilidade de recursos específicos, conflito entre necessidade por flexibilidade e desejo de padronização (para aumentar a qualidade), e um sistema empurra-puxa entre o controle local e a centralização.

O primeiro passo foi montar um time de 15 pessoas (sem altas patentes e com entendimento detalhado sobre os diversos níveis de trabalho, representando os diversos *headquarters*) sobre orientação do Dr. Goldratt, para identificar metas, conflitos e impactos para uma remodelação do sistema de saúde.

Com o início de trabalho utilizando como base a Teoria da Restrição, foi possível a identificação do gargalo (no caso, os centros cirúrgicos e cirurgiões), demonstrando a possibilidade de cortes nos demais segmentos, sem perda da quantidade e qualidade do serviço.

Outro ponto importante destacado é o trabalho conjunto dos grupos e subgrupos que, por meio de uma análise que durou 14 dias, chegaram

---

<sup>2</sup> *Material Requirement Planning* (MRP) – Ferramenta básica para o planejamento detalhado dos materiais utilizados na fabricação de peças componentes e de sua montagem nos itens finais. O objetivo é ter “a peça certa no momento certo”; o resultado é o desenvolvimento de planos formais para cada peça.

a conclusões bastante parecidas, que possibilitaram e ainda possibilitam (o trabalho encontra-se em desenvolvimento) a melhoria contínua do sistema. Com isso, prova-se que a teoria da restrição pode ser aplicada a outros segmentos além da indústria (claro que com a devida analogia à manufatura).

### ***Bal Seal Engineering Company***

Antes da aplicação da Teoria das Restrições por Goldratt (1999), a Bal Seal Engineering Company era uma típica empresa manufatureira, que tinha como características, medições voltadas na eficiência departamental e produção direcionada por lotes, além de apresentar alguns problemas de inventários (em processo), *lead times* longos, produção de 55 a 58 horas por semana e taxa de entrega de 80 a 85% de atendimento dentro do prazo combinado com o cliente.

Foi desenvolvido um time para identificação e resolução de problemas com análises que duraram 30 dias. Os resultados alcançados após as análises e aplicação da TOC foram:

- Diminuição de peças em processo, por meio de um balanceamento de linha;
- A identificação do gargalo, após ações de melhoria, com a obtenção de redução do *lead time* (de seis semanas para oito dias), o aumento da taxa de entrega (para 97%), diminuição de horas extras (trabalhando 40 horas semanais) e de estoques (50%). Tudo isso porque, anteriormente, **a produção desejada era maior que a capacidade do gargalo.**

Como segunda fase, a empresa decidiu mudar o foco para o departamento de vendas, por meio da orientação quanto à proatividade e busca de pedidos que visassem as necessidades do chão de fábrica, além da revisão dos catálogos de produtos junto aos clientes, objetivando a padronização.

### ***Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)***

Em novembro de 1990, a Linha de Decapagem contínua N<sup>o</sup> 3 da CSN tornou-se um gargalo, pois onde havia duas linhas que atendiam perfeitamente ao fluxo de produção, este passou a ser atendido por apenas uma linha, tendo em vista que a outra, em razão de um incêndio, só voltaria a funcionar um ano depois. Tornou-se necessário utilizar os

princípios que regem o OPT e administrar esse gargalo, segundo a visão descrita anteriormente.

O resultado foi surpreendente, pois a sobrevivência da CSN como um todo estava ligada diretamente à performance desse equipamento, e já no primeiro mês após estar produzindo como gargalo, sua produção excedeu seu recorde anterior em 69%, mantendo-se nesse nível durante todo o tempo em que supriu a falta de outra linha, que de fato só retornou 12 meses depois.

### ***Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo***

No período de 2011 a 2013 a Secretaria de Segurança Pública aplicou a Teoria das Restrições com a finalidade de resolver as pendências dos problemas relativos às explosivas estatísticas de homicídios e ao alto número de inquéritos acumulados aguardando solução ou, quando menos, arquivamento pela impossibilidade de apuração da autoria, além da precária coleta de prova mesmo nos crimes considerados “solucionados”.

O gargalo estava evidentemente localizado na insuficiência da Polícia Civil (especialmente nas áreas de homicídios e de perícia), sufocada pelo tamanho desproporcional da Polícia Militar, que, pela via das prisões em flagrante, recrutava quase totalmente a capacidade produtiva dos setores investigativos. A Polícia Civil praticamente não tinha ações proativas, limitando-se quase por inteiro a formalizar a prova apresentada na lavratura do auto de prisão em flagrante. Mesmo os crimes mais graves, como o homicídio, tinham pouca ou nenhuma investigação. Os inquéritos de homicídios avolumavam-se sem solução ou sequer arquivamento e, não por acaso, o Estado mantinha o título de mais violento do país, com o maior número de homicídios por habitante.

Embora a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) não tivesse ingerência no Sistema Carcerário, vinculado à Secretaria de Justiça, e muito menos no Judiciário e no Ministério Público, foi conscientemente adotada a estratégia de reforçar sistematicamente o efetivo da Polícia Civil, que cresceu em cerca de 50%, em particular na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e na Superintendência de Polícia Técnica e Científica (SPTC); ao mesmo tempo, continha-se o recrutamento de novos policiais militares no nível suficiente para reposição/renovação da tropa, a fim de não neutralizar o efeito do reforço nas investigações.



Os efeitos dessa estratégia se mostraram com surpreendente rapidez: já com outro titular e outro governador, a Secretaria de Segurança divulgou<sup>3</sup> que o número de pessoas **presas** no Espírito Santo pelo crime de **homicídio** aumentou de 1805, em 2014 para, 2220, em 2015 (incremento de **23%** em um único ano), ao passo que a quantidade de **homicídios reduziu-se** de 1530, em 2014, para 1.274, em 2015 (redução de **7%**). **A menor taxa em 23 anos**. No mesmo período, registraram-se quase 40% menos latrocínios, 17% menos tentativas de homicídio e 27,3% menos lesões corporais. Nota-se que **o número de prisões ultrapassou em muito o de crimes**.

Tudo indica uma **tendência sustentável em longo prazo**. Desde 2008, quando se atingiu o pico de 58 homicídios por 100 mil habitantes, houve queda em todos os anos, representando uma redução proporcional de 39% em 6 anos, para 35,4/100mil hab. Em janeiro de 2016 ocorreram 33% menos homicídios que no mesmo mês do ano anterior. O Mapa da Violência,<sup>4</sup> embora lidando com números limitados a 2012, já começa a apontar essa tendência.

Somando-se a isto, um mutirão realizado pela Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário permitiu a redução do estoque de inquéritos para apuração de homicídios pendentes de conclusão.

Entrementes, em 30 de março de 2016, o jornal “A Gazeta” publicou, na página 12, uma matéria intitulada *Audiências são canceladas por falta de escoltas*, na qual a Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo justifica que a incapacidade de conduzir os presos a todas as audiências nas suas respectivas ações penais: “Ocorre por conta do aumento da população carcerária, devido ao alto índice de prisões realizadas pela Polícia Civil” (ESPÍRITO SANTO..., 2016, p. 12).

<sup>3</sup> Matérias jornalísticas disponíveis em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/01/es-fecha-2015-com-queda-de-9-no-numero-de-homicidios.html>, [http://www.eshoje.jor.br/\\_conteudo/2016/01/noticias/policia/37040-espírito-santo-registra-reducao-no-numero-de-homicidios-em-2015.html](http://www.eshoje.jor.br/_conteudo/2016/01/noticias/policia/37040-espírito-santo-registra-reducao-no-numero-de-homicidios-em-2015.html), <http://www.aquinoicias.com/espírito-santo/2016/02/homicidios-caem-no-espírito-santo-em-janeiro/2078901/>, [http://www.gazetaonline.com.br/\\_conteudo/2015/12/cbn\\_vitoria/reportagens/3916729-espírito-santo-tem-sexta-queda-seguida-no-numero-de-homicidios.html](http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2015/12/cbn_vitoria/reportagens/3916729-espírito-santo-tem-sexta-queda-seguida-no-numero-de-homicidios.html) e <http://vitorianews.com.br/geral/noticia/2015/12/espírito-santo-tem-a-menor-taxa-de-homicidios-dos-ultimos-23-anos-66655.html>. Acesso em: 28 mar. 2016.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>

Perfeito exemplo de como, resolvido um gargalo, outra restrição até então “oculta” deverá ser enfrentada, possibilitando uma melhoria contínua da produtividade do sistema.

### ***A Lei de Parkinson***

Cyril Northcote Parkinson criou uma “lei” com o seu próprio nome:

O trabalho aumenta a fim de preencher o tempo disponível para sua conclusão. [...] A elevação total dos empregados é governada pela Lei de Parkinson; e seria a mesma, quer o volume de serviço aumentasse, diminuísse ou mesmo desaparecesse. [...] 1<sup>o</sup> – Um chefe de seção está sempre disposto a aumentar o número de seus subordinados, desde que não sejam seus rivais. 2<sup>o</sup> – Os chefes de seção inventam trabalho uns para os outros (PARKINSON, 1978, p. 3-5).

Esse autor mostra como, entre 1914 e 1928, embora o número de navios da Marinha britânica houvesse sido reduzido em dois terços, o número de oficiais e marinheiros encarregados de os tripular diminuiu apenas em um terço, ao passo que os trabalhadores nos estaleiros, que os deviam consertar, aumentaram em 10%, o pessoal administrativo em 40% e o almirantado em terra, em 80% (PARKINSON, 1978, p. 8). O mesmo aconteceu com o Ministério das Colônias embora a Inglaterra fosse perdendo suas colônias, o pessoal que as administrava aumentou de 372 servidores, em 1935, para 1.661, em 1954 (PARKINSON, 1978, p. 10).

Essa mesma cegueira institucional leva as polícias a pressionar incessantemente pelo aumento de seus efetivos (MONET, 2012, p. 136), encaminhando esse pleito seja diretamente aos governantes, seja indiretamente, por meio do apoio extremamente ativo da população (MONET, 2012, p. 168) e dos meios de comunicação, especialmente quando se trata da Polícia Militar.

Essa sede insaciável desempenha duas finalidades paralelas: de um lado, realmente se deseja o reforço da tropa, aumentando a esperança de desempenhar melhor o policiamento, mas também o poder e o prestígio dos seus comandantes; de outro, apresenta-se uma desculpa pré-fabricada para críticas, fundada ou não, ao serviço prestado “com o que se tem” (MONJARDET, 2012, p. 161; MONET, 2012, p. 158; BAYLEY, 2001, p. 103). No entanto, “o aumento do número de policiais não reduz,

necessariamente, as taxas de criminalidade, nem aumenta a proporção de crimes resolvidos” (SKOLNICK; BAYLEY, 2006, p. 67).

Assim, o gestor da segurança pública deve estar preparado para ouvir, como um mantra (MONET, 2012, p. 28) queixas como as de Amendola (2002, p. 87) ou de Cathala (1975, p. 181 e 189) acerca dos “recursos humanos insuficientes”, “recursos logísticos incompatíveis com as inúmeras e variadas missões preventivas e repressivas diuturnamente realizadas” e dos “recursos orçamentários e financeiros alocados”.

Numerosas pesquisas realizadas nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha demonstraram não haver uma relação de causalidade entre o aumento do número de policiais por habitantes e a variação da criminalidade, em alguns casos havendo crescimento simultâneo e em outros crescimento contrário nessa relação, e que o aumento dos efetivos policiais na Europa parecem obedecer duas lógicas: primeiro a pressão dos sindicatos e da hierarquia policial e segundo o forte desenvolvimento das cidades. Entretanto, o pensamento que ainda ecoa na sociedade e na imprensa é a de que os policiais devem estar nas ruas e que se as cidades estivessem mais bem policiadas e com mais policiais em policiamento os crimes diminuiriam (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 109-110).

De qualquer modo, é preciso repetir com a mesma insistência: é um completo equívoco atribuir **a ocorrência de um crime, de forma necessária, a alguma falha do policiamento preventivo** (MENKE; WHITE; CAREY apud GREENE, 2002, p. 86), como se lê em Wilson (1977, p. 111). Assim como nem sempre se pode prevenir ou curar algumas doenças – e ninguém vive para sempre – também os policiais assumem com a sociedade uma obrigação de meios, não de resultado, um **dever de esforço**, não de proteção absoluta (VANAGUNAS apud GREENE, 2002, p. 53).

### ***O Diamante de Porter***

Um diamante só adquire sua beleza – e seu valor – quando lapidado, mas não basta que isto seja feito em *algumas* facetas. Todas elas devem alcançar a mesma qualidade, ou a imperfeição de apenas uma compromete o brilho de toda a pedra (PORTER, 1989). Ou, como no antigo adágio, uma corrente é tão forte quanto o mais fraco de seus elos.

Evoluindo na análise de Adam Smith e David Ricardo, o engenheiro e economista norte-americano Porter (1989) observou que focar exclusivamente os fatores de produção não explicava inteiramente as vantagens de determinados países sobre outros. Além dos fatores diretamente relacionados na produção de uma determinada mercadoria (matéria prima, mão-de-obra, solo e clima etc.), era necessário avaliar as condições de demanda interna (existência de um mercado interno mais ou menos intenso, de um consumidor mais ou menos sofisticado/exigente), as indústrias correlatas (permitindo participar de uma cadeia de valor mais ou menos eficiente), a estratégia, estrutura e rivalidade das empresas (criando, ou não, um ambiente favorável à competição justa e à livre iniciativa), além do governo e até o acaso, como desastres naturais e guerras.

O que Porter (1989) demonstra é que, tal como em um diamante a ser polido por igual, a deficiência em um fator de competitividade não pode ser compensada por vantagens mais largas em outro; o pagamento de salários irrisórios aos operários não contrabalança um governo corrupto ou incompetente, até porque tem efeitos deletérios sobre a motivação dos trabalhadores e até sobre sua saúde e capacidade produtiva. Os países que se mostraram mais competitivos foram aqueles que desenvolveram equilibradamente esses diversos aspectos indispensáveis ao empreendimento produtivo, não aqueles que se destacaram em um deles.

Este raciocínio é facilmente adaptável à gestão das instituições de segurança pública e justiça criminal. Dado que a violência e o crime são fenômenos multicausais e visto que nenhum dos órgãos públicos encarregados de sua repressão pela via processual penal pode apresentar resultados, senão em conjunto com todos os outros, é irracional investir isoladamente no desenvolvimento de qualquer um deles, ainda que, aos olhos de um determinado administrador, pareça ser aquele que melhor desempenha suas funções em particular.

### ***Desequilíbrio das instituições de segurança pública e justiça criminal***

A “linha de montagem” foi concebida pelos modelos fordista e taylorista (TAYLOR, 2010) de administração de empresas: em vez de um único operário realizar todas as tarefas para produzir determinada mercadoria, as várias etapas de produção são claramente divididas e cada operário se especializa em apenas uma delas; cada artífice recebe dos setores

anteriores o produto ainda inacabado, realiza sua tarefa especializada e repassa o produto aos setores sucessivos, até o último. A capacidade de cada setor precisa ser cuidadosamente medida e planejada para que a fábrica funcione da maneira mais harmoniosa e produtiva possível.

O sistema público de repressão criminal funciona como a linha de montagem de uma fábrica qualquer. As Polícias Militar, Rodoviária e Ferroviária Federal realizam o policiamento “preventivo” e, sempre que possível, prendem eventuais infratores em flagrante, conduzindo-os à autoridade competente. A Polícia Civil e a Polícia Federal são encarregadas da polícia judiciária, isto é, do recolhimento e tratamento das provas da prática dos crimes e de sua autoria, tenha ou não havido prisão em flagrante. O Ministério Público formaliza as acusações e acompanha o seu processamento, enquanto o Judiciário aprecia as provas e aplica aos culpados as penas previstas em lei, que são executadas pelo sistema carcerário, também encarregado de manter sob custódia as pessoas que aguardam presas o seu julgamento (AMENDOLA, 2002).

Qualquer dos diversos atores (Polícia preventiva e polícia judiciária, Ministério Público, Poder Judiciário, Sistema Prisional etc.) que não funcione bem comprometerá completamente o trabalho dos demais; qualquer peça da engrenagem pode sobrecarregar a subsequente ou criar gargalos para os antecedentes (AMENDOLA, 2002).

Dado que um desses atores seja identificado como gargalo, qualquer melhoria no funcionamento ou aumento de capacidade nos demais será uma *miragem*, um investimento perfeitamente inútil de verbas públicas e de capacidade administrativa do Poder Público, visto que somente aumentará os estoques intermediários e/ou reduzirá a qualidade do produto dos demais núcleos produtivos.

Dos juízes presentes, 86% apontaram, inicialmente, para o excesso de recursos na área criminal, seguindo-se a demora no encerramento do processo. [...] os Juizados Especiais Criminais seriam um verdadeiro achado, não fosse o fato de que, hoje, os juizados estão abarrotados de delitos que dificultam a simplificação. [...] O terceiro aspecto, apontado pelos juízes como causa para a impunidade, é formado pelas deficiências presentes no inquérito policial, considerado por 74% dos juízes. O quarto item é a falta de vagas no sistema penitenciário. [...] Uma quinta abordagem,

ratificada por 70% dos juízes, cita como causa importante a falta de cooperação entre a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público e o Poder Judiciário (BELTRAME apud OLIVEIRA et al. , 2009, p.85).

Todavia, na crença totalmente ilusória de que em tese o policiamento perfeito permitiria evitar todos os crimes, a sociedade ocidental vem apostando no aumento sistemático do patrulhamento “preventivo”, especialmente aquele realizado ostensivamente, o que conduziu a um grave desequilíbrio entre os recursos disponíveis para esta função e aqueles fixados para todas as demais atividades estatais que decorrem dela. E, pior, em vez de se atacar esse problema, as autoridades públicas o aprofundam incessantemente, respondendo a cada reclamação contra a segurança pública com o aumento de efetivos da Polícia Militar (AMENDOLA, 2002).

Outras razões pouco racionais para a hipertrofia do patrulhamento “preventivo” são o senso comum de que “é melhor prevenir que remediar”, o de que a punição do crime é inútil para a vítima e a de que a punição do criminoso, no mínimo, deve ser imediata. Por fim, investir o máximo possível em determinada instituição que nos pareça mais eficiente seria racional se, como se vem repetindo, não fosse a qualquer delas impossível apresentar resultados independentes dos alcançados pelas demais, na medida em que devem atuar sucessivamente sobre o mesmo crime/criminoso (AMENDOLA, 2002).

A par disso, à população parece injusto realizar despesas “com bandidos”, especialmente na melhoria do sistema carcerário.

### ***Polícia preventiva demais, polícia judiciária de menos***

Os filmes policiais costumam terminar quando o criminoso é preso, morto ou apenas desmascarado pelo detetive. Na vida real, a história está só começando. Ainda falta recolher e formalizar todas as provas, apresentar e processar as acusações, julgar cada acusado, executar a pena que lhe venha a ser imposta e, se formos inteligentes, cuidar para que, cumprida a punição devida, a reinserção do condenado na sociedade seja bem sucedida.

Um aparato estatal que concentra 70% dos policiais no patrulhamento ostensivo é como um sistema de saúde que só tenha ambulâncias, não hospitais ou médicos, enfermeiros etc. E o problema só estará sendo agravado se as ambulâncias estiverem sendo muito eficientes, e os hospitais,

mal geridos. De nada adianta despejar pacientes graves nos prontos-socorros, se estes forem inoperantes: estaríamos apenas transferindo o local de óbito.

Não obstante, a reação da população e dos governantes ao problema da segurança pública seria cômica se não fosse trágica, pois a Polícia Civil não está dando vazão à demanda trazida pela PM; o Judiciário não consegue julgar as ações penais no prazo legal; e o Sistema Carcerário é quase sempre pouco mais do que um amontoado de calabouços. Assim, concentram-se os recursos destinados à segurança pública no aumento das tropas encarregadas do patrulhamento, e os esforços de gestão no aperfeiçoamento administrativo da PM.

É frequente encontrar, por parte de policiais militares críticas como esta: “Enquanto a média mundial é de 15% do pessoal da polícia na investigação, no caso de São Paulo corresponde a 29% e este incremento não retorna em benefícios na investigação, correspondendo no Estado a uma média de 2,5% nos esclarecimentos de crimes” (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 107).

Por diversos motivos, é bem arriscada a comparação (BAYLEY, 2001, p. 91; MONJARDET, 2012, p. 188) entre efetivos, mas é possível afirmar que, na verdade, em quase todo o mundo, ao menos desde as reformas profissionalizantes propostas, por exemplo, por O. W. Wilson, a divisão é mais ou menos a mesma: 70% do pessoal é empregado no patrulhamento e 30% nas tarefas administrativas, burocráticas e investigativas.

Também não é muito seguro comparar índices de solução de crimes. De um lado porque são profundamente manipulados e nada confiáveis, de outro porque o próprio conceito de “esclarecimento” é fluido: esclarecido é o crime cujo autor a polícia conhece, aquele sobre cuja autoria a polícia considera ter provas ou sobre o qual efetivamente há condenação? Os números apresentados por Monjardet (2012, p. 245-246) são muito menores que os declarados por Monet. Em todo caso, os crimes que mais preocupam a população e que têm menor elucidação são os cometidos contra o patrimônio (MONET, 2012, p. 166; ADORNO; LAMIN apud LIMA; PAULA, 2014, p. 158), que tendem a ser repetidos, e aos quais se cominam penas espantosamente altas; assim, pequenas taxas de elucidação são suficientes para proporcionar intensa repressão e para tornar bastante arriscado adotar o furto e o roubo como meio de vida.

Por outro lado, como se tem justamente destacado, no Brasil a Polícia Civil emprega quase todo o seu contingente operacional no atendimento

às vítimas e às prisões em flagrante realizadas pela Polícia Militar – e, claro, nas infinitas tarefas burocráticas decorrentes que acabam esgotando o tempo que seria destinado para a real investigação dos casos, independente da sua gravidade; nem mesmo para complementar e reforçar as provas relativas às prisões em flagrante (MONET, 2012, p. 171).

O mesmo, aliás, pode-se dizer dessa ideia bastante disseminada de que a polícia praticamente só consegue fazer prisões respondendo a denúncias dos cidadãos: como a esmagadora maior parte dos policiais militares passa todo o seu turno de trabalho atendendo às ocorrências geradas por ligações telefônicas, apenas uma mínima fração de qualquer medida de produtividade corresponderá a iniciativas da própria polícia, isto é, a medidas proativas. Disso não resulta, ao contrário do que sustenta Vanagunas apud Greene (2002), que as táticas reativas sejam preferíveis.

De qualquer forma, não se pretende fazer a defesa da competência profissional da Polícia Civil de São Paulo ou de qualquer outra. Tampouco se questionam as óbvias vantagens de unificar as duas instituições (apesar das também óbvias dificuldades políticas e culturais). Apenas é preciso entender que a constatação de que a “linha de produção” está desbalanceada não é afetada pela possibilidade de que determinada instituição esteja contaminada pela mais vergonhosa incompetência ou até mesmo corrupção: ainda assim, se ela está sendo o **gargalo**, isto deve ser solucionado antes de pensar em melhorar a produtividade das atividades antecedentes ou posteriores. “Além disso, não se impunha apenas aumentar o quadro de agentes uniformizados, porquanto o pessoal à paisana, comissários e oficiais de polícia, teria de ser consideravelmente reforçado para fazer face às assoberbantes tarefas que lhes coubessem” (CATHALA, 1975, p. 189).

Ora, se é a Polícia Civil de São Paulo que funciona mal, por exemplo, como sustentam Hipótilo e Tasca (2012), um gestor racional e realista concentraria nela os recursos e a capacidade administrativa, até que ela possa corresponder razoavelmente à demanda trazida pela Polícia Militar ou diretamente pelo cidadão. Se a solução passa por aumento de efetivos, melhor treinamento, aumentos salariais ou demissão de policiais corruptos, é outra discussão; o fato é que este é o foco do problema, este é o **gargalo atual de curto prazo**. O de **longo prazo está no sistema carcerário** e, em menor medida, no **Judiciário**.



Em tal situação, aumentar o efetivo ou a produtividade da Polícia Militar só fará com que **mais pessoas sejam presas e libertadas de maneira cada vez menos criteriosa**, pela razão simples de que as instituições cuja função começa após a prisão em flagrante estão gritantemente incapazes de dar vazão à demanda, como, aliás, reconhecem os próprios autores (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 107-108) da crítica acima: 75% das delegacias de São Paulo não têm plantão.

Vejamus a situação com que se deparou um dos autores deste artigo quando assumiu a Secretaria de Segurança do Espírito Santo: mal havia plantões na Grande Vitória, mesmo assim com falhas. Se alguém fosse preso em flagrante, especialmente no norte do Estado, era frequente que os policiais devessem se deslocar por mais de 300 km a fim de lavar o auto correspondente e entregar o conduzido. Somando-se o tempo de ida e volta à demora no atendimento e à duração da lavratura do flagrante, não era incomum que a viatura e sua guarnição perdessem 24 horas até retornar. Enquanto isso, uma cidade passava todo esse tempo sem *nenhuma autoridade policial* e, portanto, completamente desprotegida; os policiais ultrapassavam em muito o seu turno de trabalho; e o preso passava um tempo enorme dentro do cofre da viatura, em condições desumanas. Isto para não falar no desperdício de combustível e no desgaste da viatura. Portanto, muito mais importante que aumentar os efetivos da Polícia Militar no interior para compensar as guarnições fora de sua área de atuação, foi a providência adotada: criar diversos plantões da Polícia Civil no interior.

Estas decisiones marcarán el caracter del servicio de patrulla y darán alguna indicación de las necesidades proporcionales del personal entre la división de patrulla y las especiales. Dentro de este marco, y con el personal de que se disponga para el servicio, se deberán proyectar las operaciones de la división de patrullas (WILSON, 1964, p.101)<sup>5</sup>.

Não obstante, é preciso admitir o problema óbvio: investir mais tempo ou verbas públicas para incrementar o patrulhamento ostensivo não é apenas inútil, mas contraproducente. Além de aumentar o acúmulo de

---

<sup>5</sup> Nota-se que este autor trata de uma polícia de ciclo completo, no qual uma única instituição se encarrega do patrulhamento ostensivo, do recebimento e formalização das prisões, das investigações e da polícia judiciária.

“produtos semiacabados” (presos em flagrante) que o sistema não é capaz de processar, as instituições e seus integrantes entram em permanente conflito, porque os policiais militares julgam que não são bem atendidos e que, por outro lado, o seu trabalho está sendo “desprezado” pelos juízes, e não apenas no Brasil atual, mas também na França de 1972 (CATHALA, 1975, p. 191, 192 e 194). Essa queixa de que “a polícia prende e o juiz solta” não é totalmente injusta: apenas o problema não reside nas pessoas nem nas instituições, mas na desproporção dos recursos destinados a cada uma das fases do “processo de produção” de um apenamento criminal.

No Espírito Santo, apenas cerca de 3% das prisões decorrem de investigações; 97% são realizadas em flagrante (MONET, 2012, p. 171). Curiosamente, o mesmo percentual da Inglaterra (MONET, 2012, p. 170-171). Contudo, este predomínio exacerbado das prisões em flagrante não deve de modo algum ser interpretado como a imediata apuração e punição de todos os crimes, mas, ao contrário, deve entender-se que praticamente nenhum delito será punido se o seu autor não for preso no ato.

Atualmente, o contingente da Polícia Civil mal dá conta de atender às ocorrências trazidas pela Polícia Militar e formalizar a culpa contra as pessoas que esta última prendeu, com as provas que esta trouxe. É estatisticamente irrelevante o número de pessoas presas exclusivamente por iniciativa da Polícia Civil, ou mediante extensas investigações após a prisão em flagrante. E as condenações, apesar de acontecerem, acontecem com provas que nem sempre conferem certeza tão confortável como seria desejável, sendo necessário contar com muita “boa vontade” de juízes e jurados. Em resumo, esta preferência irracional pela prisão em flagrante implica impor aos juízes a difícil escolha entre absolver muitos culpados ou condenar vários inocentes, muito além do que seria razoável aceitar como inerente à imperfeição humana.

### ***Prisões demais, cadeia de menos***

Por fim e mais grave, quando finalmente condenado, o criminoso é encaminhado a um cárcere que, no mais das vezes, oferece condições desumanas, não proporciona qualificação profissional ou estudo, não oportuniza trabalho, não oferece atendimento médico ou odontológico, não faz acompanhamento psicossocial do apenado, nem durante o encarceramento e muito menos quando ele é posto em liberdade condicional.

Enfim, nada se faz para realmente reeducá-lo para o convívio social salutar, nem para lhe garantir meio honesto de subsistência (MACAULEY apud LIMA; PAULA, 2014, p. 20 e 22; PAULA, 2014, p. 34), nem qualquer apoio ou sequer fiscalização no processo de reinserção social.

Há praticamente um consenso, tanto no meio acadêmico como entre os operadores de segurança pública e mesmo na sociedade em geral, de que o sistema carcerário brasileiro, longe de ser instrumento efetivo de segurança pública, acaba tendo efeito criminogênico, na medida em que somente contém momentaneamente o infrator, mas aumenta em vez de diminuir sua inclinação para o crime quando retorna à liberdade. Por tal razão, não nos alongaremos neste tópico.

Segundo dados oficiais do Ministério da Justiça,<sup>6</sup> a população carcerária brasileira foi **multiplicada por 7 (sete)** entre 1990 e 2014, ano em que ultrapassou a marca de 600 mil presos, quase o dobro das “vagas” existentes, que se referem apenas à capacidade física de conter certo número de internos dentro de um determinado imóvel, pouco importando as condições em que isso aconteça ou os serviços assistenciais oferecidos.

Isto em menor parte se explica pela redução do número de fugas; influência bem maior teve a escalada das penas previstas para os crimes hediondos e para o tráfico; e, em larga medida, esse aprisionamento em massa decorre da adoção da estratégia de patrulhamento ostensivo, combinado à abordagem de suspeitos, como mecanismo de enfrentar o microtráfico de entorpecentes, eleito ultimamente a prioridade social na área de segurança pública. Este tema, pela relevância e complexidade, não caberá no estreito escopo deste artigo e será a seu tempo tratado em outros trabalhos, mas é possível fazer algumas afirmativas facilmente apreensíveis pelo leitor: a) a maior parte da prova se perde se não for juntada *antes* da prisão; na prisão em flagrante, a colheita da prova é improvisada e precária; depois dela, a prova desaparece rapidamente, com ou sem contribuição do investigado; b) a prisão em flagrante é quase sempre decorrência do acaso, não de uma escolha meditada da polícia, isto é, não ocorre porque foi racionalmente escolhida determinada pessoa *porque* surgiram contra ela fortes evidências de haver cometido graves violências, mas porque um criminoso, geralmente o menos hábil e menos

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>

importante deles, “deu bobeira”. Trocar a investigação e a inteligência pelo patrulhamento ostensivo e pela abordagem aleatória de transeuntes implica trocar **qualidade por quantidade** (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016).

Ora, na época em que o autor dispunha dessas informações<sup>7</sup> como secretário de segurança, a Polícia Militar do Espírito Santo “conduzia coercitivamente”<sup>8</sup> à Polícia Civil cerca de cinquenta mil pessoas por ano ou pouco mais de 4 mil por mês, em um Estado que não conta ainda com 4 milhões de habitantes. É mais do que o triplo da capacidade do sistema carcerário local. Portanto, tendo em vista esse **recurso gargalo**, não importa quais crimes tenham sido cometidos, essas pessoas não poderiam passar mais de 4 meses presas, em média.

Não é de espantar, portanto, que essa eficiência da Polícia Militar provoque uma crescente ineficiência dos demais centros de “produção” da repressão criminal.

Tanto o Ministério Público quanto o Judiciário e, principalmente, o sistema carcerário dão sinais gritantes de sobrecarga. E, não dando conta de julgar os acusados em tempo razoável, não dispendo de provas suficientemente acumuladas, nem se fiando na capacidade das cadeias de suportar tantos internos, os tribunais se tornam cada vez mais restritivos em conceder pedidos de prisão ou em manter encarcerados os presos em flagrante; interpretam de maneira cada vez mais liberal as exigências para a concessão de liberdade provisória; criam a “audiência de custódia” etc. Isto com o aplauso do sistema carcerário, que sabe não ter condições mínimas de abrigar os presos que chegam aos milhares todo mês.

Ocorre, ademais, que grande parte da capacidade de processamento da Polícia Civil e do Judiciário é consumida na constante operação de triar os presos em flagrante que deverão continuar encarcerados e os que deverão ser devolvidos à liberdade. Em menor escala, essa tarefa também sobrecarrega o Ministério Público e o sistema carcerário, de sorte que o aumento das prisões em flagrante, longe de contribuir para a maior produtividade dessa “linha de produção”, traz exatamente o efeito inverso, na medida em que estrangula ainda mais os gargalos existentes.

---

<sup>7</sup> Que não são divulgadas oficialmente, embora não sejam sigilosas.

<sup>8</sup> Nesta expressão estão incluídas as prisões em flagrante, aquelas convertidas em “termo circunstanciado”, aquelas em que a autoridade policial considerou não estar suficientemente caracterizada a flagrância, bem como as apreensões de menores etc.

Contudo, segundo a Teoria das Restrições e a Tecnologia Otimizada da Produção, o estoque de trabalho por fazer (isto é, o número de pessoas aguardando presos seu julgamento e o de ações penais em curso) deveria ser apenas o suficiente para assegurar que o Ministério Público e o Judiciário não passem por momentos de inatividade por falta de “matéria-prima”.

Em todo caso, como o principal gargalo da justiça criminal está no sistema carcerário, a quantidade total de prisões preventivas e de penas restritivas de liberdade aplicadas em um determinado período não deveria ultrapassar a quantidade de libertações e de penas cumpridas no mesmo intervalo, sob pena de sobrecarregar ainda mais o fator produtivo gargalo, estrangulando-o crescentemente.

Em resumo, e apesar de aparentemente paradoxal: a contribuição das organizações públicas de segurança e justiça criminal passa não pelo aumento das prisões em flagrante, mas pela sua **redução**. O paradoxo é apenas aparente, repita-se, porque a redução da sobrecarga: a) longe de diminuir o resultado final, o aumentaria na medida em que libertaria os centros produtivos gargalo de tarefas não produtivas relacionadas à administração do trabalho acumulado; b) seria obtida desfazendo uma troca irracional e voltando a priorizar a **qualidade** das prisões em vez de sua **quantidade**; não se propõe necessariamente a redução do número de presos ou, pelo menos, não além do suficiente para reequilibrar o sistema; na maior parte, haveria simplesmente uma **substituição** dos encarcerados por um critério de **prioridade/necessidade**, isto é, trocando-se a prisão aleatória por aquela determinada segundo critérios racionais de periculosidade e de existência de provas concretas.

Não surpreendem, portanto, as constantes reclamações de violações aos direitos humanos no sistema carcerário, ainda que tenham sido alcançadas importantes reduções nos casos de abuso físico contra os custodiados, e por mais que se tenham feito muitos investimentos na área: simplesmente a população carcerária explodiu, enquanto os recursos para lidar com ela cresceram lentamente.

Tampouco é de se estranhar a constante reclamação dos policiais militares, de que efetuam prisões só para encontrar o mesmo criminoso no dia seguinte. Não é de estranhar, mas tampouco de lhe dar razão: o problema não está na leniência do Poder Judiciário com os infratores, mas na absoluta desproporção entre a estrutura que traz as demandas (Polícia

Militar) e as que devem processá-las em seguida (Polícia Civil, Ministério Público, Judiciário e Sistema Carcerário), que faz com que boa parte dos criminosos escapes de sua responsabilização, seja por falta de provas ainda que mínimas, seja por excesso de prazo no julgamento (que favorece a evasão do criminoso, cuja libertação foi obrigatória, a despeito de sua periculosidade e das provas existentes), seja pela prescrição.

Da mesma forma, é preciso ter presídios, mesmo que eles custem caro e seja um imobilizado de aparente ‘baixa produtividade’ para quem está lá dentro, cumprindo a pena. Contudo, colocar todos os condenados da justiça na prisão e ter espaço para acomodar todos quantos praticarem atos ilícitos e ilegais é essencial, pois gera um duplo efeito; pratica-se a justiça com a punição dos culpados e gera-se um efeito inibidor, de dissuasão, naqueles que pensão em afrontar a lei (KASZNAR apud OLIVEIRA et al., 2009, p. 152).

Esta última passagem aponta um problema essencial: toda e qualquer esperança no efeito dissuasório do patrulhamento ostensivo se dissipa no momento em que o potencial criminoso, que deveria assustar-se com a possibilidade de punição, sabe de antemão que, por excesso de prazo e superlotação nos presídios, tratarão de libertá-lo tão logo seja possível.

É bem verdade que não cabe à Polícia Militar reformar a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário ou o Sistema Carcerário (CATHALA, 1975, p. 195). Contudo, nem por isso é razoável que ela e, principalmente, a população e os governantes, ignorem o desequilíbrio existente. É completamente inútil afirmar que alguém “fez a sua parte”, quando sabia que os demais não fariam as suas.

Por outro lado, ainda que se professe fé incondicional na suficiência da repressão criminal como instrumento de enfrentamento da violência, e mesmo que se considere a Polícia Militar como o mais competente órgão de segurança pública, aumentar seus efetivos ou melhorar ainda mais o seu funcionamento não poderia trazer nenhum avanço, na medida em que seus resultados dependem inteiramente dos demais centros de “produção” da Justiça Criminal e o policiamento preventivo, definitivamente, não é o gargalo do sistema – muito ao contrário, é a origem da sobrecarga dos gargalos, que os sufoca e reduz sua vazão na medida em que tumultua o seu funcionamento e cria a necessidade de trabalho não produtivo.

Assim, contrariando o senso comum, bem como as pressões populares e da mídia, não se deve aumentar, mas diminuir o policiamento preventivo, ao mesmo tempo em que se incrementa a capacidade produtiva dos três principais gargalos – os serviços de inteligência, a polícia judiciária e o sistema carcerário – até que se estabeleça um equilíbrio razoável, momento a partir do qual podem ser feitos incrementos simultâneos e harmônicos em toda a “cadeia produtiva”.

### **Comentários finais e conclusões**

A Teoria das Restrições vem contribuindo de maneira bastante satisfatória junto às organizações empresariais, ainda que não seja a solução definitiva para todos os problemas. Trata-se de uma técnica de análise que permite uma correta identificação de problemas, bem como uma maior eficiência em planejamentos, mas, como observa Wood Jr. (1997), a própria gestão logística e todos os seus subsistemas – suprimentos, produção e distribuição – devem estar cuidadosamente integrados por um sistema de informações único.

Outro aspecto interessante é a aplicação a setores não “manufatureiros”, o que demonstra que não só esta técnica, mas como as diversas desenvolvidas pela Engenharia da Produção, podem ser aplicadas, com sucesso, a diversos setores, inclusive na Segurança Pública, desde que sigam uma metodologia e analogias coerentes e as devidas adaptações.

### **Referências**

- ALMEIDA, D. A. *Critical path analysis type scheduling in a finite capacity environment*. 1992. Ph.D. Thesis, Cranfield Institute of Technology, September 1992.
- AMENDOLA, Paulo. *Segurança pública: a proposta de como aumentar a capacidade preventiva da polícia*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2002.
- ARNOLD, J. R. T. *Administração de materiais*. São Paulo: Atlas, 1998.
- BAYLEY, D. H. *Padrões de policiamento*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- CATHALA, F. *Polícia*. Mito e realidade. São Paulo: Mestre Jou, 1975.
- ESPÍRITO Santo fecha 2015 com queda de 9% no número de homicídios. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/01/es>

fecha-2015-com-queda-de-9-no-numero-de-homicidios.html. Acesso em: 28 mar. 2016.

ESPÍRITO Santo registra redução no número de homicídios. Disponível em: [http://www.eshoje.jor.br/\\_conteudo/2016/01/noticias/policia/37040-espirito-santo-registra-reducao-no-numero-de-homicidios-em-2015.html](http://www.eshoje.jor.br/_conteudo/2016/01/noticias/policia/37040-espirito-santo-registra-reducao-no-numero-de-homicidios-em-2015.html). Acesso em: 28 mar. 2016.

ESPÍRITO Santo tem na sexta queda seguida no número de homicídios. Disponível em: [http://www.gazetaonline.com.br/\\_conteudo/2015/12/cbn\\_vitoria/reportagens/3916729-espirito-santo-tem-sexta-queda-seguida-no-numero-de-homicidios.html](http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2015/12/cbn_vitoria/reportagens/3916729-espirito-santo-tem-sexta-queda-seguida-no-numero-de-homicidios.html). Acesso em: 28 mar. 2016.

ESPÍRITO Santo tem a menor taxa de homicídios dos últimos 23 anos. Disponível em: <http://vitorianews.com.br/geral/noticia/2015/12/espirito-santo-tem-a-menor-taxa-de-homicidios-dos-ultimos-23-anos-66655.html>. Acesso em: 28 mar. 2016.

GOLDRATT, E. M. TOC Case Study: Bal Seal Engineering. *Midrange ERP Magazine*, March, 1999.

GOLDRATT, E. M., TOC Case Study: United States Air Force Healthcare System. *Midrange ERP Magazine*, April, 1999.

GREENE, J. R. (Org.). *Administração do trabalho policial*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCA, Jorge Eduardo. *Superando o mito do espantinho*. Uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública. Florianópolis: Insular, 2012.

HOMICÍDIOS caem no Espírito Santo em janeiro. Disponível em: <http://www.aqui-noticias.com/espírito-santo/2016/02/homicidios-caem-no-espírito-santo-em-janeiro/2078901/>. Acesso em: 28 mar. 2016.

KASZNAR, Istvan. A leitura econômica da violência e segurança. In: OLIVEIRA, F. B. de et al. *Desafios da gestão pública de segurança*. São Paulo: FGV, 2009. p. 152.

LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (Org.). *Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel?* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MAPA da violência. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

MENKE, Bem A.; WHITE, Mervin F.; CAREY, William L. Profissionalização



da polícia; em busca de excelência ou de poder político? In: GREENE, Jack R. (Coord.) *Administração do trabalho policial: questões e análises*. São Paulo: EDUSP, 2002.p.86. (Coleção Polícia e Sociedade, v. 5)

MACAULEY, Fiona. Prisões e política carcerária. In: LIMA, R. S. de; PAULA, L. de (Org.). *Segurança pública e violência*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 20-22.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Levantamento nacional de informações penitenciárias - Infopen junho 2014*. Brasília: Depen, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen- nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia: sociologia da força pública*. São Paulo: EDUSP, 2012.

OLIVEIRA, Fátima Bayma et al. (Org.). *Desafios da gestão pública de segurança*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PORTER, Michael E. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PARKINSON, C. N. *A lei de Parkinson: na sociedade, na política, nos negócios*. São Paulo: Pioneira, 1978.

PAULA, Liana de. Encarceramento de adolescentes: o caso Febem. In: LIMA, R. S. de; PAULA, L. de (Org.). *Segurança pública e violência*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 34.

VANAGUNAS, Stanley. Planejamento dos serviços policiais urbanos. In: GREENE, Jack R.(Coord.) *Administração do trabalho policial: questões e análises*. São Paulo: EDUSP, 2002.p.53. (Coleção Polícia e Sociedade, v.5)

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. *Policimento comunitário*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

TAYLOR, Frederick W. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

WILSON, O. W. *Administración de la policía*. México: Limusa, 1977.

\_\_\_\_\_. *Planeación de la policía*. México: Limusa-Wiley, 1964.

WOOD JR., T.; ZUFFO, P. K. Supply chain management: uma abordagem estratégica para a logística. In: ENANPAD, 21,1997. *Anais...* Rio das Pedras-SP, 1997.

## CAPÍTULO 8

### O adoecimento do profissional de segurança pública: uma revisão sistemática da literatura

#### **Simone Edoron Machado Araújo**

Especialista em Gestão Estratégica em Defesa Pessoal (UEPA) e delegada de Polícia Civil do Pará. Belém – Pará – Brasil. edoronmachado@yahoo.com.br

#### **Marcelo Quintino Galvão Baptista**

Doutor em Educação: Metodologia de Ensino (UFSCar/São Paulo) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. marceloqgb@gmail.com

#### **Silvia Canaan Moraes de Oliveira**

Doutora em Psicologia (UnB) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. silviacanaan@gmail.com

#### **Resumo**

A literatura aponta que o policial, como um profissional de segurança pública, é propenso a ter a saúde afetada pela natureza de suas atividades laborais. No Brasil, entretanto, há carência de estudos sobre a relação entre o exercício da profissão policial e o adoecimento. Assim, este estudo buscou identificar, com base numa revisão sistemática da literatura, as doenças relacionadas ao trabalho que se manifestam no policial, suas possíveis causas, e as doenças mais comuns e seu efeito na atuação deste profissional. Dois descritores – “adoecimento do policial” e “saúde mental do profissional de segurança pública” – foram utilizados para a busca, localização e seleção de referências em bases de dados nacionais: SciELO Brazil, Google acadêmico e CAPES. Também foi realizada a seleção das referências por leitura prévia de publicações na área. Os resultados do estudo indicaram que: a região Sudeste ocupa o 1º lugar em publicações sobre o adoecimento do profissional de segurança pública, seguida pelas regiões Centro-Oeste e Nordeste; a síndrome de *burnout*, a depressão, doenças cardíacas/cardiopatias e diabetes são as patologias mais frequentemente encontradas no contexto das atividades laborais do policial; há um quadro crítico de adoecimento progressivo do policial, predominantemente o integrante da Polícia Militar, sendo este acometido da síndrome de *burnout* como a doença mais comumente diagnosticada. Discute-se que o alto risco e o estresse envolvidos nas atividades do policial afetam o seu desempenho profissional. Estudos futuros poderão investigar o adoecimento de outros profissionais de segurança pública, em particular do Estado do Pará.

**Palavras-chave:** Policial. Síndrome de *Burnout*. Saúde.

## Introdução

O trabalho, como atividade humana, é o elemento fundante do ser social, resultado do conjunto de atividades intelectuais e manuais, organizadas pela espécie humana, ao longo dos tempos, em prol da seguridade e sobrevivência do indivíduo, face ao seu enfrentamento com as adversidades naturais, transformando aquilo que tem, naquilo de que precisa.

Como uma atividade humana voltada à sobrevivência material dos indivíduos, o trabalho é um meio de organização da vida das pessoas, de aquisição de identidade, de relações e de contatos, além de estruturação do seu tempo e construção do espaço social (BRIDGES, 1995). Ao longo da história, o trabalho sempre teve a sua gênese nas relações sociais, respaldado pela convivência coletiva. Com a explosão demográfica e o advento do capitalismo, o trabalho, no entanto, passou a assumir, em algumas situações, um caráter de *status* individual, permitindo que o homem perceba que somente por meio dele pode merecer destaque e reconhecimento social. Constitui um meio pelo qual o homem transforma a realidade e é transformado, desenvolvendo suas habilidades externadas no resultado de um produto de seu esforço e satisfação pessoal.

Além de ser considerado uma atividade humana originada nas relações sociais, o trabalho também é visto como um fator de muita influência na saúde física e psicológica dos indivíduos, o que confere a relevância de se discuti-la relacionada à questão da saúde do trabalhador.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, saúde é “uma situação de bem-estar físico, psíquico e social” (OMS, 2002, p. 112), que pode ser afetada, de forma positiva ou negativa, dependendo do tipo de atividade laboral exercida e/ou das condições/situações ou ambiente físico e/ou social em que é realizada.

A relação entre o trabalho e a saúde física e psicológica dos indivíduos foi reconhecida ainda no século XIX, especialmente após a Revolução Industrial. No século XX, estudos realizados por Mayo e (2012) exploraram as relações entre várias condições de trabalho e a produtividade, bem como as pesquisas do Instituto Tavistock de Relações Humanas, em Londres, que puseram em evidência os efeitos insalubres das minas de carvão para a saúde dos seus trabalhadores.

Segundo Pohjonen (1991), as condições físicas do ambiente de trabalho estão relacionadas com a saúde do trabalhador. Assim, maiores níveis de satisfação estão associados significativamente a melhores

condições de saúde, motivação e aumento da produtividade do trabalhador (MARTINEZ, 2002).

Sabe-se ainda que a saúde do trabalhador sempre é questionada na hora de contratação deste, e nenhuma empresa emprega o indivíduo, a menos que ele demonstre, a partir de exames médicos específicos, gozar de perfeita saúde física e mental. O Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2005) estabelece que a saúde é prioridade na contratação do cidadão, quando se trata de um emprego e serviço qualquer, mesmo porque o trabalhador com saúde traz segurança aos seus empregadores e não oferece riscos aos clientes (BRASIL, 2015).

Uma discussão sobre a saúde do trabalhador, no contexto laboral, também requer considerações sobre os riscos de acidentes aos quais ele é exposto. Guimarães (2012), afirma ocorrerem anualmente cerca de 270 milhões de acidentes do trabalho em todo o mundo, sendo que, desse número, cerca de 2 milhões são fatais. O acidente laboral não passa de um acontecimento determinado, dentre outras qualificações, na maioria das vezes passível de prevenção, em virtude de ser possível identificar perfeitamente suas causas, neutralizá-las e eliminá-las no ambiente (CAIRO JUNIOR, 2011, p. 58).

De fato, supõe-se que todos os trabalhos implicam riscos que demandam medidas de cuidados preventivos por parte dos gestores, para evitar prejuízos, principalmente às vidas humanas. Quanto a isso, Chiavenato (2010, p. 68) afirma:

A atenção à Saúde do Trabalhador é contemplada por meio da atuação da vigilância dos perigos e riscos inerentes ao trabalho, a assistência à saúde e a abordagem e a conduta apropriadas aos determinantes sociais, individuais ou de grupos, que podem impactar de modo negativo na saúde dos trabalhadores.

O Brasil está em 4<sup>o</sup> lugar no *ranking* mundial de acidentes de trabalho com vítimas fatais (ZINET, 2012), uma realidade que tem mobilizado o governo federal na discussão e na implementação de políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador brasileiro, com ações que possam mitigar os acidentes que levem aos afastamentos do trabalhador. Um exemplo disso é a exigência a municípios e Estados, por meio de suas secretarias de trabalho e renda, de adoção de medidas de investigação, com base no Art. 3 da Constituição Federal, para apurar acidentes de trabalho com

agravantes, inclusive com aberturas de inquéritos, a fim de se esclarecerem as principais causas dos sinistros, buscando-se garantir que outros da mesma natureza sejam evitados (DECENZO; ROBBINS, 2001).

Tal como ocorre com qualquer outro trabalhador, a saúde do policial é influenciada por suas atividades laborais. O adoecimento do policial é um assunto ainda pouco discutido na literatura acadêmico-científica, no Brasil, de forma sistemática. Isso pode se dever à carência de trabalhos a esse respeito que tratem de possíveis implicações do adoecimento sobre o próprio policial e sobre a segurança pública.

A presente pesquisa pretende contribuir para esse debate e está voltada para a busca da relação ente o adoecimento de profissionais de segurança pública, especificamente policiais, e o contexto de exercício do seu trabalho. Assim, foram estabelecidos os seguintes objetivos: 1) realizar o levantamento sistemático da literatura relacionada aos fatores de adoecimento no trabalho, em segurança pública; 2) realizar o levantamento dos tipos de doenças que afetam profissionais de segurança pública no Brasil; 3) verificar qual o adoecimento mais frequente no contexto do exercício laboral do policial.

## **Considerações metodológicas**

### ***Âmbito do trabalho e perguntas norteadoras***

Esta pesquisa constitui uma revisão da literatura, no país, a respeito do adoecimento do profissional de segurança pública, ou seja, o policial. Teve como base para a sua realização três perguntas norteadoras, a partir das quais se fez a localização, a seleção e a análise das fontes de coleta de dados, descritas adiante. As perguntas foram: 1. Quais as doenças relacionadas ao trabalho que se manifestam no policial? 2. Quais as possíveis causas dessas doenças envolvendo esse profissional? 3. Das doenças relacionadas ao trabalho em segurança pública, quais as mais comuns e que efeito produzem na atuação policial?

## **Procedimentos**

### ***Localização e seleção de referências***

Considerando a ênfase da pesquisa no adoecimento de profissionais da área de segurança pública, entendidos como policiais, privilegiou-se a busca por referências nesta área, na forma de artigos ou de livros. A

localização das referências envolveu, basicamente, três procedimentos complementares: a) buscas em bases de dados, b) análise de listas de referências e c) seleção por leitura prévia.

### ***Buscas em bases de dados***

O primeiro procedimento foi um levantamento em bases de dados e a localização de suas fontes se deu por meio de buscas em todos os índices e sem restrição de período. Já a seleção das fontes localizadas foi realizada mediante a leitura do título e do resumo dos textos encontrados. Assim, para que ocorresse uma leitura completa de uma determinada fonte, deveria haver compatibilidade entre: 1) o tema da pesquisa, definido na forma das perguntas norteadoras; e 2) o título e o resumo da fonte. Em caso de incompatibilidade, a fonte era descartada, o que ocorria também se a incompatibilidade era percebida após a leitura da fonte.

Este procedimento foi adotado nas buscas em três bases de dados nacionais: SciELO Brazil; Google acadêmico e CAPES, sendo que o principal critério para a escolha dessas bases foi a oferta de acesso livre e gratuito a artigos publicados em língua portuguesa.

Considerando a necessidade de informações sobre a pesquisa, foram estabelecidos dois descritores: *adoecimento do policial* e *saúde mental do profissional de segurança pública* em todos os bancos de dados.

A metodologia de pesquisa sistemática da literatura publicada na rede mundial de computadores (Internet), principalmente nas bibliotecas eletrônicas, foi decisiva para selecionar artigos que abordassem questões sobre o adoecimento de policiais, discutindo e analisando suas possíveis relações com o exercício laboral.

Os resultados das buscas, num primeiro momento, permitiram a obtenção de um número razoável de sugestões de artigos e *sites* relacionados ao *adoecimento do policial* e à *saúde mental<sup>1</sup> do profissional de segurança pública*; contudo, apenas oito (8) artigos SciELO Brazil preencheram os pré-requisitos propostos na busca, observando-se o título e o teor de seus resumos, como formas adotadas de filtragem, utilizadas para se evitar a perda de tempo, mantendo-se o foco na objetividade da pesquisa.

---

<sup>1</sup> Para o termo “saúde mental”, não existe, segundo a OMS, uma definição oficial. É usado para descrever o nível de qualidade de vida emocional e o equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica.

Os oito (8) artigos selecionados na SciELO Brazil, com informações pertinentes aos interesses da pesquisa, foram organizados e reunidos na Tabela 1.

**Tabela 1:** Artigos selecionados na SciELO Brazil por título, autoria, local e ano de publicação

N <sup>o</sup>	Títulos	Autores	Local/ano
A1	Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais civis	ANCHIETA Vânia Cristine Cavalcante; GALINKIN, Ana Lúcia; MENDES, Ana Magnólia Bezerra; Neiva, Elaine Rabelo	Brasília 2011
A2	Intervenção visando a autoestima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro	ANDRADE, Edson Ribeiro; SOUSA, Edinilsa Ramos; MINAYO, Maria Cecília de Souza	Rio de Janeiro 2009
A3	Qualidade de vida no trabalho: controle e escondimento do mal-estar do trabalhador	ARAÚJO, José Newton Garcia de	Rio de Janeiro 2009
A4	Interações interpessoais e estresse entre policiais militares: um estudo correlacional	COUTO, Gleiber; VANDENBERGHE, Luc; BRITO, Emerson de Araújo Garro	Rio de Janeiro 2012
A5	Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares	FERREIRA, Daniela Karina da Silva; BONFIM, Cristine; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva	Rio de Janeiro 2011
A6	Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares	LIZ, Carla Maria de; SILVA, Leonardo Cirimbelli da; ARAB, Claudia; VIANA, Maick da Silveira, BRANDT, Ricardo, VASCONCELLOS, Diego Itibere Cunha, ANDRADE, Alexandre	Rio Grande do Sul 2014
A7	Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro	MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de	Rio de Janeiro 2011
A8	Avaliação de <i>burnout</i> em uma amostra de policiais civis	SILVEIRA, Núbia de Mesquita et al.	Rio Grande do Sul 2014

Fonte: SciELO Brazil.

O passo seguinte foi estabelecer como prioridade, a partir da leitura dos resumos, a relevância de seu conteúdo e as contribuições para a discussão da problemática sobre o adoecimento do policial em seu exercício laboral. Todos os artigos foram mantidos.

Num segundo momento, realizou-se uma busca no Google acadêmico e outros três (3) artigos foram selecionados (Tabela 2). Todos eram pertinentes aos descritores *adoecimento do policial* e *saúde mental do profissional de segurança pública*, uma vez que os mesmos descritores foram mantidos na pesquisa de busca, como estratégia de se assegurar o foco nas questões pertinentes ao adoecimento do profissional de segurança pública.

**Tabela 2:** Artigos selecionados no Google acadêmico por título, autoria, local e ano de publicação

Nº	Títulos	Autores	Local/ano
A9	Policiais militares e narrativas de adoecimento mental: corpo, experiência e intersubjetividade na ordem militar	ALMEIDA, Cláudia Vicentini Rodrigues de	Goiás 2012
A10	Concepções de policiais militares sobre cuidados com a saúde: estudo descritivo	BEZERRA, Adriana Karla de Oliveira Ferreira	Rio Grande do Norte 2013
A11	Depressão em policiais militares: uma possível decorrência das atividades laborais	COSTA, Adriana da Câmara; ESTEVAM, IonaraDantas	Rio Grande do Norte 2014

**Fonte:** Google acadêmico.

Devido à relevância das informações relatadas nos três (3) artigos selecionados no Google acadêmico, a partir da leitura de seus resumos, todos foram mantidos e adicionados como parcela de contribuição direta à presente pesquisa.

Numa terceira busca, agora na CAPES, foram mantidos os mesmos procedimentos anteriores, com a utilização dos mesmos descritores, e outros três (3) artigos foram selecionados (Tabela 3).



**Tabela 3:** Artigos selecionados na plataforma de periódicos CAPES, por título, autoria, local e ano de publicação

N <sup>o</sup>	Títulos	Autores	Local/ano
A12	Mapeamento das licenças de tratamento de saúde dos policiais civis catarinenses	MÜLLER, Marinês Hillesheim	Rio Grande do Sul 2013
A13	O sofrimento psíquico do policial civil: uma leitura psicanalítica	QUEIROZ, Maria do Socorro	Ceará 2008
A14	Saúde mental e o policial militar: a concepção de policiais militares acerca do estresse relacionado ao seu trabalho dentro da perspectiva de saúde mental	SOUZA, Carlos da Silveira; SOUZA, Larissa Valeska Freitas de	Distrito Federal 2014

**Fonte:** CAPES.

O procedimento para a seleção dos artigos na plataforma CAPES foi o mesmo estabelecido anteriormente, observando-se o título dos trabalhos e o teor de seus resumos que apresentassem relações compatíveis com a temática da pesquisa.

Somados todos os textos encontrados e selecionados nos sites de busca, chegou-se ao número de quatorze (14) artigos (Tabela 3).

### ***Análise das referências selecionadas***

O procedimento de análise das referências selecionadas baseou-se em informações coletadas na leitura dos resumos dos quatorzes (14) artigos referidos.

### ***Seleção por leitura prévia***

Além dos dois aspectos de procedimento descritos, fez-se a seleção por leitura prévia de publicações de autoria de Codo (2000); Martinez (2002) Pereira (2010), Valla (2002); Zinet (2012) e outros, com importantes trechos fichados como referências para esta pesquisa.

### ***Organização dos resultados da pesquisa***

Os resultados da pesquisa estão organizados em três seções, cujo conteúdo é referido a seguir.

A primeira seção aborda sobre doenças que estão diretamente relacionadas aos exercícios desgastantes do trabalho policial – as associadas ao trabalho deste profissional de segurança pública (primeira questão da pesquisa). A segunda seção refere-se aos fatores que contribuem diretamente para o adoecimento do policial (segunda questão da pesquisa). A terceira e última seção aponta a síndrome de *burnout* como a doença mais comum em policiais, resultado das pressões de seus superiores e da sociedade, e que se soma à carga de estresse proveniente de outros fatores sociais (terceira questão da pesquisa).

## Resultados

### *Publicações sobre adoecimento do profissional de segurança pública localizadas nas regiões brasileiras*

A saúde do profissional de segurança pública é alvo de pesquisas em diversas regiões brasileiras, como se pode constatar na Tabela 4.

**Tabela 4:** Trabalhos selecionados na pesquisa e as regiões do Brasil apontadas na literatura

Regiões	Trabalho pesquisado					
	CO	CO	NE	NE	S	SE
Estados	DF	GO	CE	RN	RS	RJ
Quantidade	02	01	01	02	03	05
Percentual	14,28	7, 15	7, 15	14,28	21,42	35,72
<b>Total</b>	<b>21,43</b>		<b>21,43</b>		<b>21,42</b>	<b>35,72</b>

**Nota:** CO – região Centro-Oeste; NE – região Nordeste; S- região Sul; SE – região Sudeste.

**Fonte:** Dados dos artigos da pesquisa.

Percebe-se, segundo a Tabela 4, que a região Sudeste (SE) ocupa o 1º lugar em publicações sobre o adoecimento do profissional de segurança pública, isto é, 35,72%, seguida pelas regiões Centro-Oeste (CO) e Nordeste (NE), com 21,43% para ambas, que é uma porcentagem ligeiramente superior à encontrada para publicações referentes à região Sul (S), com 21,42%. Estes resultados indicam uma concentração de pesquisas sobre a temática na região Sudeste, em detrimento de pesquisas nas outras regiões.

### ***Doenças relacionadas ao trabalho***

Na literatura (MARTINEZ, 2002; MESQUITA, 2008; OMS, 2002) estão enumeradas as doenças resultantes do trabalho estressante que compromete a qualidade de vida do trabalhador e o seu desempenho profissional.

Essas doenças estão apresentadas na Tabela 5, elaborada a partir dos dados dos artigos consultados, e são: síndrome de *burnout*, depressão, doenças cardíacas e diabetes<sup>2</sup>. como mostra a tabela, a síndrome de *burnout* foi registrada como a mais comum em profissionais de segurança pública, em 78% dos artigos, seguida da depressão, 71%, e de doenças cardíacas e diabetes, 64% e 28%, respectivamente. Os artigos indicaram que a Polícia Militar é a mais afetada pela síndrome de *burnout*, ficando em segundo lugar a Polícia Civil. As doenças referidas são classificadas e caracterizadas adiante.

**Tabela 5:** Frequência e percentual dos artigos consultados que citam a depressão, diabetes, doença cardíaca (cardiopatia) e síndrome de *burnout* como doenças comumente diagnosticadas no trabalhador de segurança pública

<b>Doença</b>	<b>Artigo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Burnout	A1, A3, A4, A7, A8, A9, A10, A11, A12, A13, A14	11	78,00
Depressão	A2, A3, A4, A6, A7, A8, A10, A12, A13, A14	10	71,00
Doenças cardíacas (cardiopatias)	A4, A5, A6, A7, A9, A10, A11, A12, A13	09	64,00
Diabetes	A2, A4, A6, A13	04	28,00

**Fonte:** Dados dos artigos pesquisados.

### **Classificação e breve caracterização das doenças**

#### **Síndrome de *burnout***

Classificada na Classificação Internacional de Doenças (CID) 10, como Z73 (DATASUS); a síndrome de *burnout* é um distúrbio psíquico

<sup>2</sup> A ansiedade não é considerada, nesta pesquisa, no conjunto das doenças laborais identificadas, em função da mesma ser intrínseca à atividade cotidiana do policial.

de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso, fazendo com que o indivíduo comece a ter aversão ao trabalho, tornando-se tenso e apático. Se não for tratada, leva ao alcoolismo, ao uso de drogas e à deterioração dos relacionamentos familiares e sociais.

A síndrome de *burnout* possui sinais como: ceticismo, insensibilidade, despreocupação, desconforto, ansiedade e até mesmo do sentimento de divisão que um indivíduo sente entre o que pode fazer e o que efetivamente consegue fazer com outras pessoas. Geralmente as pessoas acometidas apresentam: insônia, fadiga, irritabilidade, tristeza, desinteresse, apatia, angústia, tremores e inquietação; caracterizando uma síndrome depressiva ou de ansiedade. A associação de todos os sintomas preenche os critérios para o diagnóstico da SÍNDROME DE BURNOUT (MENDES, 1995, p. 112).

Esta síndrome caracteriza-se por três componentes (segundo CODO, 2000, p.4):

- a) Exaustão emocional: situação em que os trabalhadores sentem não poder fornecer afeto a si mesmos, percebendo esgotada a energia e os recursos emocionais próprios, devido ao contato diário com o problema.
- b) Despersonalização: desenvolvimento de sentimentos e atitudes negativas e de cinismo em relação às pessoas de seu ambiente de trabalho (usuários/clientes) – endurecimento afetivo e perda de sentido na relação.
- c) Realização pessoal no trabalho: tendência de uma evolução negativa no trabalho, afetando a habilidade do indivíduo para a realização do trabalho ou o contato com as pessoas usuárias do trabalho, bem como a organização. O sofrimento causado pelo *burnout* pode ser observado através de sintomas, tais como ansiedade, falta de ânimo, auto-estima comprometida, sentimentos de exaustão física e emocional, o que compromete a vida do sujeito como um todo (p. 4).

Avaliar as condições do trabalho e a natureza deste num plano organizacional é um passo importante para analisar como essas condições e o trabalho em si contribuem para afetar a saúde do trabalhador (ZINET, 2012).

## ***Depressão***

A depressão é um distúrbio afetivo de origem psíquica que gera indisposição ao indivíduo em realizar tarefas que exijam concentração. Classificada na CID 10 como F32, a depressão causa problemas no sono, diminuição do apetite e da autoestima. Na maioria dos casos, o sujeito com esta doença perde a autoconfiança e tem desinteresse em realizar serviços ou tarefas, alterando seu comportamento para mau humor e apatia (DATASUS).

## ***Doenças cardíacas/cardiopatias***

Cardiopatias são diversas doenças que atingem o coração. A cardiopatia, em termos gerais, é classificada na CID 10, como I51(DATASUS); é um distúrbio na função das válvulas que bombeiam o sangue até o coração. Geralmente é causada pela má alimentação, situação em que, muitas vezes, o indivíduo exagera no sal, o que leva ao aumento do sódio na pressão sanguínea, elevando a pressão arterial e causando, por conseguinte, a fadiga e a hipertensão, responsável por males como infartos e Acidente Vascular Cerebral (AVC).

## ***Diabetes***

Classificada na CID 10 como E14 (DATASUS), a diabetes é uma doença caracterizada pelo aumento da taxa de glicose no sangue (hiperglicemia), levando o indivíduo acometido desta patologia a sofrer disfunções e insuficiência de vários órgãos, especialmente olhos, rins, nervos, cérebro, coração e vasos sanguíneos. Os sintomas clássicos de diabetes são: poliúria (urina em excesso); polidipsia (sede excessiva); polifagia (ingestão de comida) e perda involuntária de peso. Tudo isso causa cansaço muscular e redução da vontade de trabalhar.

As doenças relacionadas ao trabalho são preocupantes porque geram implicações, dentre as quais, o afastamento do trabalhador, devendo, por isso, demandar procedimentos adequados para a sua descrição e tratamento. Um esforço, nesse sentido, merece destaque: a elaboração de um compêndio, pelo Ministério da Saúde, que inclui um manual de procedimentos para os serviços de saúde, com 580 laudas descrevendo todos os tipos de doenças laborais, com base no levantamento dos dados relativos aos atendimentos clínicos do trabalhador em postos de saúde, no período de 1990 a 2000 (BRASIL, 2001).

### ***Fatores que contribuem para o adoecimento do policial***

O direito à segurança é garantido mediante a implementação de políticas públicas, inseridas na Constituição Federal, impondo à União, Estados e Municípios a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso de cidadãos a tal serviço. E a realização da atividade policial é uma, dentre as demais, entendida como materialização da segurança.

Se, na ótica de alguns, a carreira policial é uma inspiração, perfeita realização de um sonho, na verdade é o exercício de uma profissão estressante, arriscada, passível de muita pressão e, por conseguinte, geradora de adoecimento (SUMMIT, 2000).

O adoecimento pode ser compreendido se for levado em conta o fato de que a corporação policial, independentemente de qual a esfera de categoria a que o profissional sirva (federal, militar, civil), é vinculada a um regime laboral rígido, aos rigores legislativos e de conduta. Também, se for considerado o fato de que se exige deste profissional, além do desempenho exemplar para assegurar aos cidadãos a proteção contra quaisquer ações criminosas que ponham em risco vidas humanas, a manutenção da ordem pública e a conservação dos bens públicos ou privados em perfeita corroboração com o bem comum e a sociedade, bem como a sujeição aos princípios corporativos de disciplina e hierarquia, e a subordinação aos superiores (PEREIRA, 2010).

O adoecimento decorre, por um lado, de condicionantes, como a falta de melhores condições do ambiente de trabalho e da valorização profissional por parte do poder público; por outro, deve-se a fatores ligados às relações socioprofissionais e estressantes que se traduzem nas interações entre colegas, chefes e subordinados, e atendimento ao público. No entanto, nenhum dos fatores referidos é menos favorável do que as pressões que o policial enfrenta na carreira e a preocupação em cumprir suas obrigações sociais, diante de uma sociedade cada vez mais violenta e insensível, que desconhece que ele é um servidor público e que, por trás das responsabilidades e da farda que veste, há um ser humano com angústias, sentimentos, que pode cometer erros e, sobretudo, passível de adoecimento.

## *A síndrome de burnout e seu efeito sobre o trabalho policial*

Os profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, recursos humanos, agentes penitenciários, bombeiros e policiais que enfrentam dupla jornada correm riscos maiores de desenvolver doenças por causa da pressão, do estresse e demais fatores que lhes exigem maior nível de resiliência<sup>3</sup>. Isso, além de alterar o seu estado de saúde, é uma porta de entrada para algumas doenças, entre as quais a síndrome de *burnout*.

Freudenberger e Richelson (1981) apud Lipp (2001, p. 225) referem-se ao estresse, em termos de um:

[...] estado de fadiga ou frustração causado pela dedicação excessiva e prolongada a uma causa. Pode ocorrer também pelo fato de a pessoa persistir na tentativa de alcançar uma meta ou preencher uma expectativa que é realisticamente impossível de conseguir naquele momento. Quanto mais se tenta, tanto mais o desgaste vai se desenvolvendo. Neste caso, o inevitável será um esvaziamento dos recursos do indivíduo, um desgaste de sua vitalidade, da energia e da habilidade de funcionamento.

A síndrome de *burnout* é traduzida como sendo “fogo descontrolado”, com três características principais:

a exaustão, o ceticismo e a ineficiência, com 94% dos doentes se sentindo incapacitados para trabalhar, e 89% praticando presenteísmo, ou seja, estão presentes no trabalho, mas não conseguem realizar as tarefas propostas. Entre os sintomas, 93% dos afetados alegam sentir exaustão, 86%, irritabilidade, 82%, falta de atenção e 74% têm dificuldade de relacionamento no ambiente profissional. Além disso, outros 47% sofrem de depressão (ISMA-BR, 2014).

De acordo com a pesquisa do Instituto *International Stress Management Association*, no Brasil (ISMA-BR, 2014), cerca de 30% dos profissionais sofre de *Burnout*, o estágio mais avançado do estresse. Segundo a pesquisa, a doença causa um prejuízo de aproximadamente 4,5% no Produto Interno

---

<sup>3</sup> Segundo Yunes (2003), com base em Yunes e Szymanski (2001), Yunes (2001) e Tavares (2001), “resiliência é frequentemente referida por processos que explicam a ‘superação’ de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações” (p. 76).

Bruto (PIB) nacional ao ano sendo que, comparando-se o desempenho de portadores de *burnout* com os demais trabalhadores, verifica-se diferença de cinco horas a menos para os diagnosticados com a síndrome.

O principal sintoma da síndrome de *burnout* é o estado de tensão emocional e estresse crônicos provenientes das condições de trabalho físico, emocional e psicológico desgastantes. A síndrome se manifesta especialmente em pessoas cuja profissão exige envolvimento interpessoal direto e intenso. Na categoria policial, esta doença é bastante presente, como resultado das tarefas estafantes que o profissional executa no seu dia-a-dia (ISMA-BR, 2014).

Outros estudos (ALMEIDA, 2012; CODO, 2000; OLIVEIRA; SANTOS, 2010) demonstram que, tendo em conta a perspectiva do estresse, com suspeita da síndrome de *burnout*, vêm sendo realizadas análises dos impactos do trabalho sobre a saúde dos policiais, pois, o contato rotineiro com a morte, a violência e a constante pressão das responsabilidades são considerados elementos do cotidiano causadores de danos à saúde destes trabalhadores (AMIR, 1995).

A despeito dos esforços empreendidos, persistem situações geradoras de iniquidades que requerem contínuo enfrentamento, mediante a implementação de políticas capazes de pelo menos mitigar as condições desfavoráveis à saúde do policial, na tentativa de promover o seu bem-estar, uma vez que o Código Civil Brasileiro legaliza a possibilidade da reparação, conforme os Arts. 186 e 927 (JUSBRASIL, 2006). Também a Constituição Federal, no Art. 7, inciso XXVIII (BRASIL, 2001), prevê a obrigação subjetiva do empregador de indenizar o trabalhador, em caso de acidente de trabalho, por dolo ou culpa, ou seja, bastando para isso que haja a omissão em relação a seus empregados e ao ambiente desregrado, em que existam assédio e cobrança de metas que ultrapassem os limites do razoável. O próprio Tribunal Superior do Trabalho (TST), em sua sumula 378, prevê estabilidade no emprego em caso de doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego. Especificamente, a síndrome de *burnout* está referida no Anexo II, transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho – XII, do Decreto 3048/99 do atual Regulamento da Previdência Social<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/222712521/recurso-de-revista-rr-22636620125100103/>



Dejours (1992) afirmava que o trabalho nem sempre possibilita realização profissional; pode, ao contrário, causar problemas desde a insatisfação até a exaustão. Estes aspectos são mencionados na síndrome de *burnout*, e pelo que foi exposto acima, afetam a saúde do policial e, em consequência, o seu desempenho no trabalho.

### **Considerações finais**

Discutir sobre o adoecimento do policial, como profissional de segurança pública, no contexto do trabalho, é uma tarefa difícil, pelo fato de esta temática ser ainda pouco referida nas pesquisas acadêmicas, no Brasil.

Na sociedade atual, o trabalho representa um fator necessário e dignificante ao indivíduo, pois, além de ser um *status* que o qualifica e o destaca como cidadão, é também um aporte de apoio financeiro, para ele obter uma renda mensal, como salário ou soldo, no caso do policial, e assim satisfazer suas necessidades materiais, honrar seus compromissos e sustentar sua família. O trabalho jamais deveria representar uma ameaça à saúde do trabalhador, em geral, nem muito menos ser o responsável pelo seu adoecimento. No entanto, o adoecimento ocorre, em função de situações geradoras de estresse, pressão e de tarefas difíceis e exaustivas às quais muitos trabalhadores, como é o caso dos policiais, são expostos.

É bem verdade que o policial, ainda que possa desenvolver suas atividades normalmente, sempre estará propenso, em virtude do desgastante trabalho que realiza na sociedade, a ser vítima em potencial de problemas sérios de saúde, principalmente de natureza psíquica. Capacitá-lo para o desempenho do seu trabalho sem adoecer é um imenso desafio e importante objetivo a se ter em conta em estudos futuros.

Em conformidade com o propósito desta pesquisa, adotou-se como metodologia a revisão sistemática da literatura, no Brasil, sobre a temática do adoecimento do policial no contexto de seu trabalho, tendo sido necessário limitar a busca em bases de dados científicos, com análise de listas de referências de pesquisas nacionais. A pesquisa gerou resultados que demonstraram casos de adoecimento progressivo desta categoria profissional, principalmente a referente à Polícia Militar, com um quadro maior de indivíduos afastados de suas atividades, ficando em segundo

lugar a categoria relativa à Polícia Civil, em função das condições difíceis em que realizam o seu trabalho no dia-a-dia.

Em geral, o trabalho deveria proporcionar condições para ser realizado de forma prazerosa e com satisfação pelo indivíduo, particularmente o policial. Esta pesquisa, entretanto, mostrou que este profissional é diagnosticado com doenças, dentre as quais, a síndrome de *burnout* como a mais expressiva, num contexto laboral caracterizado por ameaças e riscos. Faz-se necessário haver, em caráter preventivo, acompanhamento deste profissional e avaliação do seu desempenho e do ambiente em que ocorre, por parte de uma equipe multiprofissional de saúde de que participe o médico do trabalho. Ações desse tipo inexistem e são ausentes como preocupações de autoridades competentes.

A se somar aos fatores de adoecimento revelados nesta pesquisa, é provável a constatação de outros mais, além dos que se ligam aos serviços profissionais que o policial desenvolve no cotidiano. Poderão ser investigados em estudos futuros, em que também venha a ser contemplado o adoecimento de outros profissionais de segurança pública, com análise do ambiente físico e social em que o trabalho é realizado, em particular no Estado do Pará.

## Referências

ALMEIDA, C. V. R. *Policiais militares e narrativas de adoecimento mental: corpo, experiência e intersubjetividade na ordem militar*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

AMIR, M. Organized crime and violence. *Studies on Crime and Crime Prevention*, v. 4, n.1, p. 84-104, 1995.

BRASIL. *Doenças relacionadas ao trabalho: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde*. Brasília, DF, 2001.

\_\_\_\_\_. *Trabalhar, sim! Adoecer, não!* O processo de construção e realização da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

\_\_\_\_\_. Documento base da III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (CNST). In: *Coletânea de Textos*. Brasília: Ministério da Saúde, p. 49-68, 2005.

BRIDGES, W. *Um mundo sem empregos*. Trad.: José Carlos Barbosa dos Santos. São Paulo: Makron Books, 1995. 269p.

CAIRO JUNIOR, J. *Curso de Direito do Trabalho*. 6. ed. Salvador: Podium, 2011.

CHIAVENATO, C. V. *A Atenção Primária e sua percepção quanto ao desenvolvimento de ações de Saúde do Trabalhador no SUS em Minas Gerais*. 2010. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

CODO, W. Psicopatologia do trabalho. In: CODO, W. (Org.) *O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

DATASUS - Departamento de Informática do SUS. CID 10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.

DECENZO, D.; ROBBINS, S. *Administração de Recursos Humanos*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. *Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000*. Brasília: OIT, 2012. 416p.

ISMA-BR - Internacional Stress Management Association no Brasil. *Trabalho, stress e saúde: a resiliência como estímulo no trabalho – da teoria à ação*, 2014. Disponível em: <http://www.ismabrasil.com.br/congressos/congresso-2014>.

JUSBRASIL. Jurisprudência, 2006. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=ARTIGOS+186+E+927+DO+NOVO+C%C3%93DIGO+CIVIL>. 2006.

MARTINEZ, M. C. *As relações entre a satisfação com aspectos psicossociais no trabalho e a saúde do trabalhador*. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MENDES, R. (Org.). *Patologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.

MESQUITA, N. P. *Um estudo da síndrome de burnout em policiais civis da Região Metropolitana de Porto Alegre*. 2008. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MUROFUSE, N. T.; ABRANCHES, S. S.; NAPOLEÃO, A. A. Reflexões sobre estresse e *burnout* e a relação com a enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 13: p. 255-261, 2005.

OLIVEIRA, K.; SANTOS, L. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, n. 25, p. 224-250, 2010.

OMS - Organização Mundial da Saúde. *Relatório Mundial Violência e Saúde*. Genebra, 2002.

PEREIRA, A. M. T. B. *Quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador*. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

POHJONEN, T. Key. Components of work ability and how maintain them. *Työterveys*, 1 (SpecialIssue), p. 4-5, 1991.

SUMMIT, I. R. *Abuso e trauma: efeitos da desordem de estresse pós-traumática e prejuízos cognitivos em mulheres vítimas de violência sexual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

VALLA, W. O. O compromisso e as implicações deontológicas para o militar de polícia. *Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais*, Florianópolis, v. 7, n. 37, p. 10-14, 2002.

YUNE, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá-PR, v. 8, num. esp., p. 75-84, 2003.

ZINET, C. Condições pioram, acidentes aumentam: número de acidentes de trabalho aumenta na última década, preocupa sindicatos e organismos internacionais, que culpam a forma de produção. *Caros Amigos*, São Paulo, v. 187, p. 16-19, 2012.



## CAPÍTULO 9

### **Roubo e furto de veículos automotores: a trajetória do Estado do Pará**

#### **Marilene da Silva Tavares**

Especialista em Sociedade e Gestão de Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil. marileneipc@gmail.com

#### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

#### **Auricélia Costa de Aguiar Silva**

Mestra em Segurança Pública (UFPA) e Especialista em Segurança Pública (PUC/RS). Belém – Pará – Brasil. auriceliaguiar@yahoo.com.br

#### **Edilson Brito Costa**

Especialista em Sociedade e Gestão de Segurança Pública e Especialista em Estatística (UFPA). Belém – Pará – Brasil. britobelem@gmail.com

#### **Resumo**

A violência é um fenômeno que necessita ser estudado, tanto no universo teórico, onde está sendo observado, quanto em suas diferentes manifestações. No Brasil, os crimes praticados contra o patrimônio, especialmente o roubo e o furto de veículos, têm preocupado os governantes e toda a sociedade, inclusive gerando discussões entre os órgãos interessados em buscar soluções para o enfrentamento dessa problemática. Assim, o presente trabalho objetiva mostrar a trajetória dos registros de veículos automotores roubados e furtados no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014. Para isso, foi realizado um estudo das informações referentes aos delitos de roubos e furtos de veículos automotores que ocorreram nos 144 municípios paraenses. A pesquisa tem caráter quantitativo coletada no banco de dados do Sistema Sistrânsito, que resultaram 35.304 registros de roubos e 17.406 registros de furtos em todo o Estado. Conclui-se que os roubos e os furtos de veículos leves concentram-se na capital Belém enquanto as motocicletas têm sido roubadas e furtadas com maior frequência nos municípios do interior do Estado.

**Palavras-chave:** Registros. Crimes. Violência.

## Introdução

No Brasil e no mundo a violência tem sido assunto de muitos debates e ganha cada vez mais destaque por causa de suas múltiplas facetas e alta complexidade de compreensão. Neste sentido, Costa (2004) considera que a violência hoje é uma das principais questões que afligem a população; para ele, essa mazela está presente não só na periferia ou nos subúrbios e já atingiu todas as áreas da sociedade, amedrontando todos os indivíduos.

Na concepção de Durkheim (2007), o crime não distingue sociedades, assim como não há sociedade em que não exista criminalidade. Os atos qualificados não são os mesmos em toda parte, mas a repressão penal existe em qualquer lugar, onde houver homens que se conduziram de maneira contrária às normas estabelecidas.

Para Nahon (2003), o crime muda o comportamento das pessoas e se reflete na arquitetura e na urbanização das cidades, bem como no desempenho das atividades econômicas.

As ações criminosas empregadas contra o patrimônio, mais especificamente quanto ao roubo e ao furto de veículos, têm preocupado a sociedade e os governantes quanto ao seu combate e enfrentamento. Esses tipos de crime vêm quase sempre acompanhados de muita violência, além do que tem afetado todas as classes sociais, deixando de ser “exclusividade” das classes marginais que habitam a periferia das grandes cidades (CARRERA-FERNANDEZ; PEREIRA, 2001).

No aspecto aludido acima é pertinente destacar o pensamento de Silva (1999), o qual afirma que o problema da criminalidade deve então ser resolvido por meio de políticas de segurança pública pautadas por metas claras e definidas, a serem alcançadas por instrumentos de medidas confiáveis para avaliação desses objetivos e pelos meios disponíveis para sua realização de forma democrática.

O Estado do Pará, com quase 1.250 milhão de quilômetros quadrados, tem a maior população da Amazônia brasileira e é o segundo maior em extensão; faz divisa com Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Amazonas, Amapá, Roraima, faz fronteira com Suriname, Guiana Francesa e limite com o oceano Atlântico. Assim, por sua localização é o portão de entrada da Amazônia brasileira (IBGE, 2010).

As fronteiras secas e molhadas do Brasil são usadas por organizações criminosas como rota de fuga e escoamento de produtos de origem duvidosa, inclusive de veículos roubados e furtados no país. Estes acabam como moeda de troca nos países produtores de entorpecentes e servem para transportar as drogas de narcotraficantes (PARÁ, 2014).

As ocorrências de roubos e furtos de veículo crescem na proporção da voracidade da receptação dos narcotraficantes. Esses objetos de crime são usados para transportar e distribuir drogas, fazer a segurança e o patrulhamento de determinado território; daí, a necessidade de atingir estas organizações criminosas tendo como alvo pontual, o enfrentamento técnico e eficaz dos crimes que alimentam a sua logística (PARÁ, 2014).

Desse modo, esta realidade exige esforço para que todas as nuances do furto e do roubo de veículos sejam compreendidas. Ela demanda subsídios como monitoramento e avaliação de resultados. O Sistema de Informação do Departamento Estadual de Trânsito (Sistrânsito) armazena, mantém e provê consulta em relação aos dados que figuram neste trabalho. É por esse sistema que a Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), órgão da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), consolida informações sobre violência e criminalidade que retratam roubo e furto de veículos no Pará (PARÁ, 2014).

Assim, este artigo visa demonstrar, de forma objetiva, o quantitativo dos registros de roubos e furtos de veículos no Estado do Pará, em um lapso temporal de 15 anos, em que estes dados serão retratados por meio dos vinte municípios com maior quantidade de registros, identificando os veículos dos sinistros por suas marcas, modelos, tipos, horários e turnos de ocorrências.

## **Revisão bibliográfica**

O crime de roubo apresenta as mesmas características do furto, mas com fatores que, agregados ao elemento do tipo subtrair, geram novo tipo penal. Existe no roubo a subtração de coisa alheia móvel, para si ou para outrem, porém com a existência de grave ameaça ou com o emprego de violência contra a pessoa. Os fatores que empregados fazem com que haja a entrega de coisa são as circunstâncias especiais que revelam sua diferença para o furto (DELMANTO, 2014).



O conceito dos delitos de furto e roubo consta no Código Penal Comentado (DELMANTO, 2014, p. 324 e 325), no *caput* dos artigos:

Furto: Art. 155 – Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: § 5º - A pena é de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior.

Roubo: Art. 157 Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: § 2º A pena aumenta-se de um terço até a metade: IV- se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior;

A Lei Nº 12.850/13 (BRASIL, 2013), que combate o crime organizado, define o que é organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obter prova, as infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Esse novo instrumento legal altera o Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (BRASIL, 1940) e dá outras providências, além de trazer redação melhor que a anterior.

A relação dos delitos de roubos e furtos de veículos com a citada lei se refere ao fato da associação das práticas utilizadas pelos infratores desta modalidade criminosa estar tipificados no bojo da lei, como associação de quatro ou mais pessoas, distribuição de tarefas, obtenção de vantagem ilícita, transporte de veículos para outro Estado ou para o exterior, manter conexão com outras organizações criminosas e indícios de participação de funcionário público.

Para Mingardi (2007), não é a modalidade do crime que identifica a existência de crime organizado. O que o define são algumas características que o tornam diferente do crime comum. Essas características, para a maioria dos autores, são cinco: hierarquia, previsão de lucros, divisão do trabalho, planejamento empresarial e simbiose com o Estado.

As quadrilhas envolvidas nesses tipos de crimes, dependendo da atividade de cada cliente e finalidade com que serão empregados os veículos, estabelecem os critérios de ação para obtê-los por roubo ou furto, com ou sem documentação hábil à circulação. Podendo permanecer inteiros no país ou não, ser revendidos montados ou desmontados, em

feiras de automóveis ou revendedores. Para isso, as quadrilhas detêm *expertises* para adulterar documentos oficiais e propriedade, numerações de chassi, placas etc. (PARÁ, 2014).

Quando os veículos são exportados para países vizinhos, as quadrilhas têm contatos internacionais, que montam um aparato para transportar, comercializar e documentar os veículos no exterior. As práticas desses crimes constituem fenômeno presente em todo o território nacional e ocorrem continuamente ao longo dos anos, de janeiro a janeiro, atingindo todos os estratos sociais (PARÁ, 2014).

Conforme dados do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), a frota brasileira é de 81.600.729 veículos emplacados. São dos tipos: automóvel, motocicleta, motoneta, caminhonete, camioneta, caminhão, reboque, semi-reboque, ônibus, caminhão-trator, utilitário, micro-ônibus, ciclomotor, trator rodas, triciclo, sidecar, chassi-plataforma, trator-esteira, quadriciclo, bonde e outros. O Pará tem uma frota estimada em 1.428.355 veículos, equivalente a 1,75% da frota nacional entre as categorias citadas (DENATRAN, 2014).

Atualmente o Estado do Pará disponibiliza dois sistemas de registros das ocorrências de roubo e furto de veículos, sendo a Polícia Civil, com sua atribuição judiciária, que registra os crimes de sua competência dentro do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) e a partir desse, deve replicá-lo ao Sistrânsito, Sistema do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), em virtude de ser este o que efetiva o registro na rede nacional de veículos furtados, roubados e recuperados, ferramenta fundamental para o enfrentamento dessas modalidades de crimes (PARÁ, 2014).

A Polícia Civil também dispõe de uma Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos (DRFRV) (PARÁ, 2014), com efetivo insuficiente aliado à falta de recursos tecnológicos e a não integração dos bancos de dados dos dois sistemas em uso (SISP e Sistrânsito). A Portaria Nº 19/2006, da Corregedoria da Polícia Civil, determina que nas delegacias do interior do Pará os roubos e os furtos de veículos sejam registrados no SISP, originando um dossiê e encaminhando à DRFRV para ser incluído no Sistrânsito, banco de dados do DETRAN, visto ser este o de abrangência em todo território nacional, enquanto o SISP cobre somente o território paraense (PARÁ, 2014).

## **Material e métodos**

### ***Banco de dados***

A área de cobertura do presente estudo compreendeu os 144 municípios do Estado do Pará, distribuídos por Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), as quais foram criadas a partir da reestruturação da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e a Resolução N<sup>o</sup> 185/12 do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP), ficando assim instituídas as 15 RISP, objetivando a articulação territorial regional nos níveis estratégico, tático e operacional (PARÁ, 2014).

Foi utilizado o banco de dados do Sistrânsito, de 2000 a 2014. Nesse período foram registradas 35.304 ocorrências de roubos e 17.406 furtos de veículos automotores em todo o Estado.

### ***Análise exploratória de dados***

A análise exploratória de dados, conhecida também como análise descritiva, é o método que envolve a coleta, a caracterização e a apresentação de um conjunto de dados de modo a descrever apropriadamente as características deste conjunto. Neste trabalho utilizaram-se tabelas e gráficos para mostrar os resultados (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

### ***Análise de correspondência***

A análise de correspondência é uma técnica estatística de análise multivariada que tem por objetivo avaliar as relações significativas entre as variáveis em estudo. A força desta técnica está no fato de que ela fornece um meio para examinar as relações não somente entre as variáveis em linha ou em colunas individualmente, mas também entre as variáveis em linha e em coluna conjuntamente, o que implica que seja possível comparar associações entre as categorias das variáveis utilizadas (FÁVERO et al., 2009).

De acordo com Pestana e Gageiro (2005), recomenda-se que para a aplicação da técnica seja realizado o teste Qui-quadrado para verificar a existência de dependência entre as variáveis e conseqüentemente para a adequação da aplicação da análise de correspondência, a utilização deste teste serve para padronizar os valores das frequências e formar a base para

as associações. A estatística  $\chi^2$  permite estudar as relações e semelhanças existentes entre as categorias de linha e as categorias de colunas de uma tabela de contingência e é dada por:

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^l \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}}, \quad (1)$$

em que  $O_{ij}$  é a frequência observada e  $E_{ij}$  é a frequência esperada para a  $i$ -ésima linha e  $j$ -ésima coluna da tabela de contingência, em que as hipóteses testadas são  $H_0$ : as variáveis são independentes e  $H_1$ : as variáveis são dependentes. Fixou-se  $\alpha = 5\%$  ( $p \leq 0,05$ ) para rejeição da hipótese nula.

Após a rejeição da hipótese nula deve-se calcular o critério beta para a avaliação da existência de associação entre as categorias das variáveis. Este critério oferece indícios a respeito da aleatoriedade ou não das associações das categorias. De acordo com Fávero et al. (2009) sua expressão é dada por:

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l - 1)(c - 1)}{\sqrt{(l - 1)(c - 1)}}, \quad (2)$$

em que o  $\chi^2$  é o valor do qui-quadrado encontrado em (1),  $l$  representa o número de linhas e  $c$  o número de colunas de uma tabela de contingência. Logo o critério beta pondera o valor do qui-quadrado pelos graus de liberdade da tabela.

Além disso, para que as proximidades entre as categorias sejam avaliadas, é necessário calcular os resíduos  $Z_{res}$ , que indicam a probabilidade de ocorrência do valor observado na tabela de contingência resultantes do teste  $\chi^2$ . O resíduo padronizado é dado por Ramos, Almeida e Araújo (2008).

$$Z_{res} = \frac{O_{ij} - E_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}}. \quad (3)$$

Ainda de acordo com Ramos, Almeida e Araújo (2008), para avaliar a significância dos resíduos é necessária a obtenção do coeficiente de confiança, dado por:

$$\gamma = \begin{cases} 0, & \text{se } Z_{res} \leq 0; \\ 1 - 2 \times [1 - P(Z < Z_{res})], & \text{se } 0 < Z_{res} < 3; \\ 1, & \text{se } Z_{res} \geq 3; \end{cases} \quad (4)$$

Onde  $Z_{res}$  é uma variável aleatória com distribuição de probabilidade normal padrão. Sendo que são consideradas relações significativas entre variáveis quando  $\gamma \geq 70\%$ .

## Resultados e discussões

Em análise às informações do banco de dados do Sistrânsito, percebe-se que as Cidades de Belém e Ananindeua apresentaram maiores percentuais de registros de roubos de veículos automotores com 41,52% e 23,73%, respectivamente (Tabela 1).

**Tabela 1:** Percentual de registro de roubo de veículo automotor no Estado do Pará, no Período de 2000 a 2014, por município (os vinte maiores percentuais)

Local de ocorrência	Percentual
Belém	41,52
Ananindeua	23,73
Castanhal	5,95
Marabá	4,52
Parauapebas	2,91
Redenção	2,55
Marituba	2,36
Santa Isabel do Pará	1,32
Benevides	1,14
Barcarena	0,76
Abaetetuba	0,73
Xinguara	0,72
Capanema	0,63
Tailândia	0,56
Tucuruí	0,55
Paragominas	0,53
Canaã dos Carajás	0,48
Bragança	0,41
Altamira	0,40
Rondon do Pará	0,40
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Sistrânsito/Detran, com dados atualizados até 20.01.2015.

Entre os vinte municípios do Estado com maiores registros, seis que pertencem a Região Metropolitana de Belém estão no *ranking*: Belém, Ananindeua, Castanhal, Marituba, Santa Isabel e Benevides, os quais juntos representam um percentual de 76,02%, não constando apenas a Cidade de Santa Bárbara, que também faz parte da região metropolitana, ou seja, constata-se que o roubo de veículos está concentrado na Região Metropolitana de Belém.

O período em que mais se registrou o delito de roubo de veículos é o noturno. Os maiores picos ocorrem nos dias de quarta-feira e quinta-feira com um percentual de 62,30% e 61,81%, respectivamente (Tabela 2).

No estudo de Beato, Viegas e Peixoto (2004) que realizaram a pesquisa pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) entre fevereiro e março de 2002, no município de Belo Horizonte, constataram que para os crimes economicamente motivados, características pessoais não são significativas. Para ser vítima de roubo de veículo, basta estar a transitar em locais públicos em horários de maior fluxo e no período noturno.

**Tabela 2:** Percentual dos casos registrados de roubos de veículos automotores no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014, por dia da semana de ocorrência e turno

Dia da semana	Turno			
	Madrugada	Manhã	Tarde	Noite
Domingo	18,49	9,99	15,94	55,58
Segunda-feira	13,67	12,92	16,66	56,75
Terça-feira	13,11	10,85	14,93	61,11
Quarta-feira	7,25	13,19	17,26	62,30
Quinta-feira	8,14	13,84	16,21	61,81
Sexta-feira	9,21	12,98	16,85	60,96
Sábado	15,51	11,84	17,44	55,21

**Fonte:** Sistrânsito/Detran, com dados atualizados até 20.01.2015.

Por certo, os tipos de veículos que detêm a preferência por parte dos infratores são motocicletas e os veículos leves com 62,62% e 35,76%, respectivamente, que juntos representam um percentual de 98,38% (Tabela 3).

Nesta linha, Musumeci e Conceição (2004) realizaram um estudo no Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Projeto de Recuperação de

Informações de Segurança, Monitoramento e Análise, em que observaram que os tipos de veículos mais roubados naquele Estado eram os dos tipos motocicletas, veículos leves e veículos de carga.

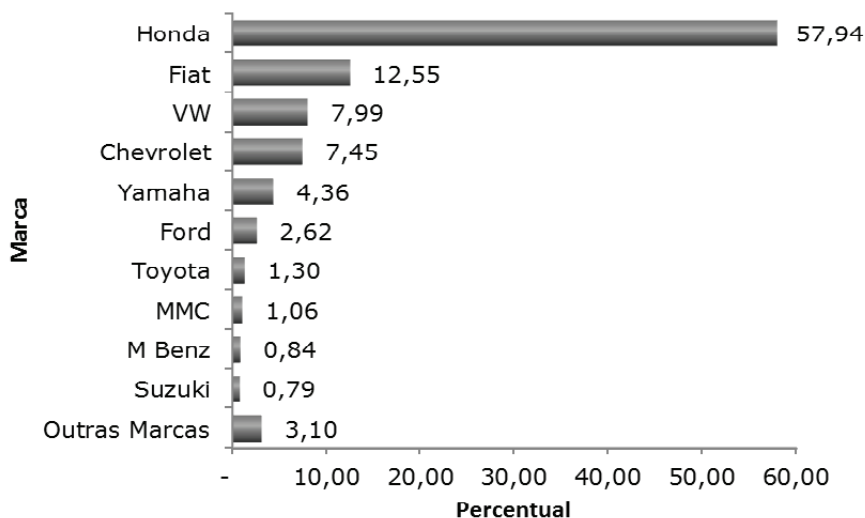
**Tabela 3:** Percentual dos veículos automotores roubados no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014, por tipo de veículo

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Percentual</b>
Moto	62,62%
Veículo leve	35,76%
Veículo pesado	1,43%
Reboque	0,14%
Ciclomotor	0,04%
Triciclo	0,01%
<b>Total geral</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Sistrânsito/Detran, com dados atualizados até 20.01.2015.

Constatou-se que há uma preferência por marca de veículos roubados, pois a Honda obteve a maior quantidade de registros, com um percentual de 57,94% (Figura 1).

**Figura 1:** Percentual dos veículos automotores roubados no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014, por marca dos veículos

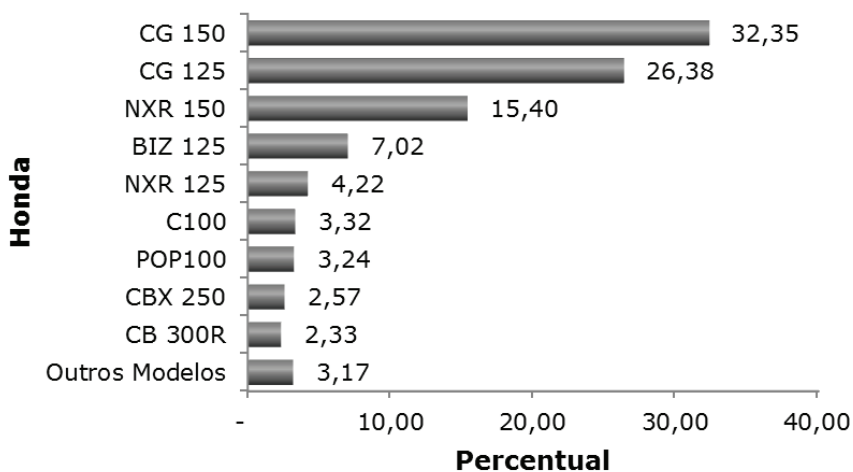


**Fonte:** Sistrânsito/Detran, com dados atualizados até 20.01.2015.

Por sua vez, são as motocicletas e não os veículos leves da marca Honda que são as mais roubadas, sendo o modelo da CG 150 que lidera este *ranking*, com um percentual de 32,35% (Figura 2).

Beato, Viegas e Peixoto (2004), utilizando a pesquisa realizada pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) entre fevereiro e março de 2002, no município de Belo Horizonte, comprovaram que indivíduos de classes econômicas mais altas têm menos chances de serem vítimas na medida em que seus veículos tendem a ser menos “líquidos” no mercado de revenda. Assim, se houver o delito, ao permanecer com o carro ou motocicleta e tentar vendê-los, o criminoso é mais facilmente descoberto, o que desestimula a roubá-lo ou furtá-lo.

**Figura 2:** Percentual dos veículos roubados automotores no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014, da marca Honda, por modelo de motocicletas

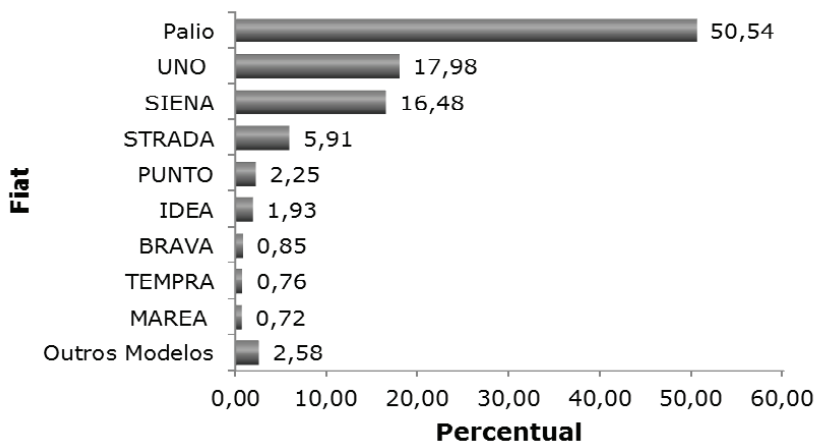


**Fonte:** Sistrânsito/Detran, com dados atualizados até 20.01.2015.

A propósito, o tipo de veículo leve mais roubado no período em estudo pertence à marca da Fiat, em que o modelo Pálio foi o que registrou o maior percentual de ocorrência, 50,54% (Figura 3).



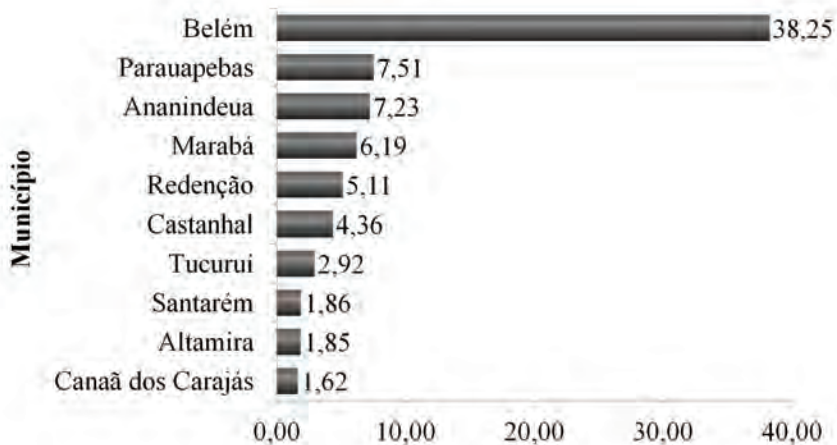
**Figura 3:** Percentual dos veículos leves roubados no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014, da marca Fiat



**Fonte:** Sistrânsito/Detran, com dados atualizados até 20.01.2015.

Dessa forma, identificaram-se os vinte municípios de maiores ocorrências deste tipo de delito, onde a maior acumulação de registros de furtos de veículos foi na Cidade de Belém, apresentando um percentual de 38,25% (Figura 4).

**Figura 4:** Percentual dos casos registrados de furtos de veículos automotores no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014, por município (os dez maiores percentuais)



**Fonte:** Sistrânsito/Detran, com dados atualizados até 20.01.2015.

O horário de maior registro de furto de veículos corresponde aos turnos da noite e da madrugada, em que os dias da semana apresentam uma alternância de registros entre os dias da semana (Tabela 4).

**Tabela 4:** Percentual dos casos registrados de furtos de veículos automotores no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014, por dia da semana de ocorrência e turno

Dia da semana	Turno				Total
	Madrugada	Manhã	Tarde	Noite	
Domingo	33,00	18,49	14,00	34,51	100,00
Segunda-feira	29,90	21,61	17,55	30,94	100,00
Terça-feira	21,26	24,18	20,97	33,59	100,00
Quarta-feira	21,78	22,94	20,81	34,47	100,00
Quinta-feira	24,27	21,51	19,59	34,63	100,00
Sexta-feira	22,98	21,65	21,64	33,73	100,00
Sábado	31,39	18,86	15,26	34,49	100,00

**Fonte:** Sistrânsito/Detran, com dados atualizados até 20.01.2015.

Efetivamente, os tipos de veículos mais furtados correspondem também às motocicletas e aos veículos leves, com 63,71% e 34,59%, respectivamente, que juntos apresentam um percentual de 98,30% (Tabela 5).

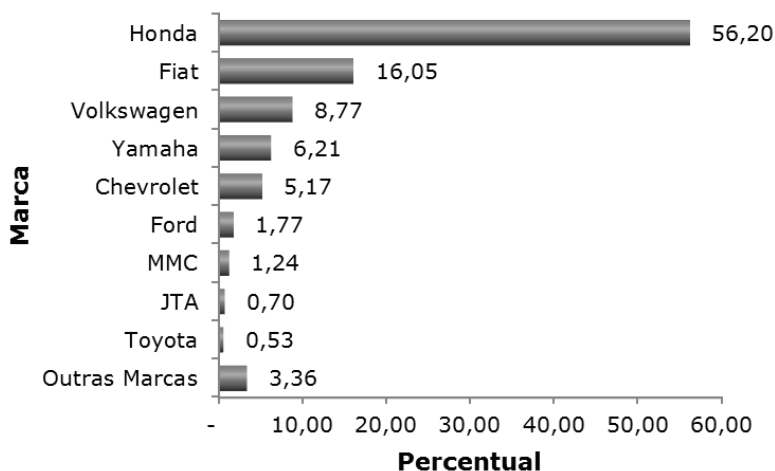
**Tabela 5:** Percentual dos veículos automotores furtados no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014, por tipo de veículo

Tipo de veículo	Percentual
Moto	63,71
Veículo leve	34,59
Veículo pesado	1,22
Reboque	0,38
Ciclomotor	0,09
Triciclo	0,01
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Sistrânsito/Detran, com dados atualizados até 20/01/2015.

A marca de veículos que mais apresentou registros de furtos de veículos foi a Honda, com um percentual de 56,20% (Figura 5).

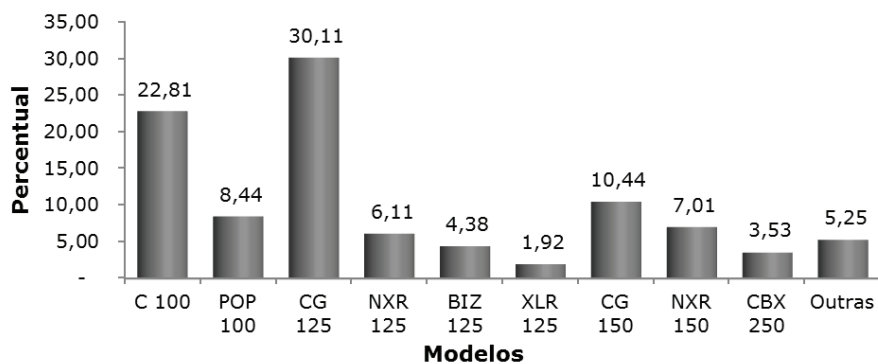
**Figura 5:** Percentual dos veículos automotores furtados no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014, por marca dos veículos



**Fonte:** Sistrânsito/Detran, com dados atualizados até 20.01.2015,

Dos modelos de motocicletas da marca Honda que apresentaram os maiores registros de furto, a CG 125 apresentou o maior percentual, 30,11% (Figura 6).

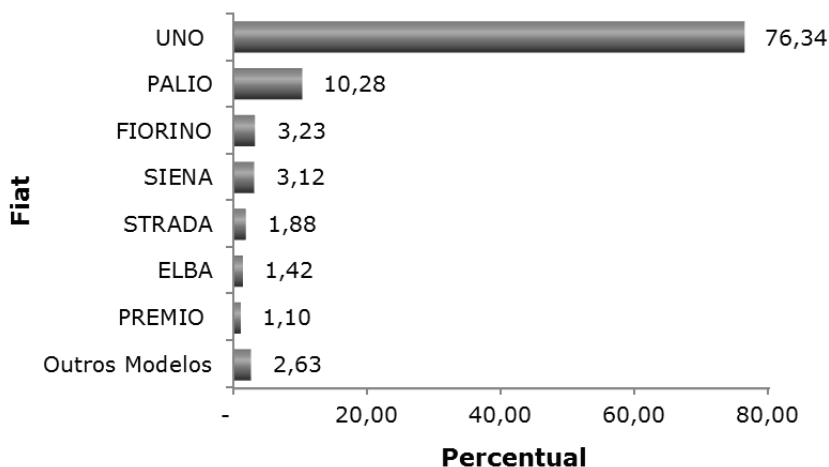
**Figura 6:** Percentual dos veículos automotores furtados no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014, por modelo de motocicletas da marca Honda



**Fonte:** Sistrânsito/Detran, com dados atualizados até 20.01.2015.

Quando se examina este delito pela marca mais furtada referente ao tipo de veículo leve, percebe-se que o modelo de maior percentual de registro foi o Uno da marca Fiat, com um percentual de 76,34% (Figura 7).

**Figura 7:** Percentual dos veículos leves furtados no Estado do Pará, no período de 2000 a 2013, por modelo da marca Fiat



**Fonte:** Sistrânsito/Detran, com dados atualizados até 20.01.2015.

A Tabela 6 apresenta o resultado dos testes para verificar a dependência entre as variáveis referentes aos casos de roubo de veículo no Estado do Pará. Assim, a partir do teste  $\chi^2$  e cálculo do critério  $\beta$ , pode-se observar que as variáveis em estudo, assim como as categorias das mesmas são dependentes, podendo-se prosseguir na aplicação da análise de correspondência.

**Tabela 6:** Resultado dos testes para verificar a dependência entre as variáveis: dia da semana, turno e local de ocorrência *versus* tipo de veículo roubado no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014

	Variáveis	$\chi^2$	$p$	Critério $\beta$
<b>Roubo</b>	Dia da semana/ Tipo de veículo	27,52	0,001	8,79
	Turno/Tipo de veículo	379,05	0,001	217,11
	Local de ocorrência/ Tipo de veículo	3289,24	0,001	3288,24

Os veículos leves são mais roubados às quartas, às sextas e aos sábados, nos turnos da madrugada e noite, na capital do Estado. Já as motocicletas são mais roubadas aos domingos, às segundas e às terças, nos turnos da manhã e da tarde, no interior do Estado (Tabela 7).

**Tabela 7:** Resíduo e probabilidade resultante da análise de correspondência aplicada às variáveis: dia da semana, turno e local de ocorrência versus tipo de veículo roubado no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014

Variável	Tipo de veículo	
	Veículo leve	Moto
Dia da semana	-	-
Domingo	-1,12(0,00)	0,88(62,02) **
Segunda-feira	-1,52(0,00)	1,19(76,75)*
Terça-feira	-2,14(0,00)	1,68(90,71)*
Quarta-feira	0,83(59,17) **	-0,65(0,00)
Quinta-feira	-0,11(0,00)	0,08(6,59)
Sexta-feira	2,38(98,28) *	-1,87(0,00)
Sábado	1,31(80,81) *	-1,02(0,00)
Turno	-	-
Madrugada	5,27(100,00) *	-4,13(0,00)
Manhã	-8,95(0,00)	7,02(100,00)*
Tarde	-9,19(0,00)	7,21(100,00) *
Noite	6,51(100,00) *	-5,10(0,00)
Local de ocorrência	-	-
Capital	28,33(100,00) *	-23,47(0,00)
Interior	-28,09(0,00)	23,47(100,00) *

**Nota:** \*Probabilidades fortemente significativas, pois  $\gamma \times 100 \geq 70\%$ .

\*\*Probabilidades moderadamente significativas, pois  $50,00 \geq \gamma \times 100 \geq 69,99\%$ .

A Tabela 8 apresenta o resultado dos testes para verificar a dependência entre as variáveis referentes aos casos de furto de veículo no Estado do Pará. Assim, a partir do teste  $\chi^2$  e cálculo do critério  $\beta$ , pode-se observar que as variáveis em estudo, assim como as categorias das mesmas são dependentes, podendo-se prosseguir na aplicação da análise de correspondência.

**Tabela 8:** Resultado dos testes para verificar a dependência entre as variáveis: dia da semana, turno e local de ocorrência *versus* tipo de veículo furtado no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014

	Variáveis	$\chi^2$	<i>p</i>	Critério $\beta$
<b>Roubo</b>	Dia da semana/ Tipo de veículo	14,83	0,022	3,60
	Turno/Tipo de veículo	45,08	0	24,29
	Local de ocorrência/ Tipo de veículo	2741,17	0	2740,17

Os veículos leves apresentam probabilidade fortemente significativa de serem furtados aos domingos e às quintas-feiras, nos turnos da manhã e da noite, na capital do Estado. Já as motocicletas apresentam probabilidade fortemente significativa de serem furtadas na segunda-feira e no sábado, nos turnos da madrugada e tarde, no interior do Estado (Tabela 9).

**Tabela 9:** Resíduo e probabilidade resultante da análise de correspondência aplicada às variáveis: dia da semana, turno e local de ocorrência *versus* tipo de veículo furtado no Estado do Pará, no período de 2000 a 2014

Variável	Tipo de veículo	
	Veículo leve	Moto
Dia da semana	-	-
Domingo	1,38(83,28)*	-1,13(0,00)
Segunda-feira	-1,94(0,00)	1,59(88,72)*
Terça-feira	0,14(10,80)	-0,11(0,00)
Quarta-feira	0,05(3,98)	-0,04(0,00)
Quinta-feira	1,14(74,37)*	-0,93(0,00)
Sexta-feira	0,37(29,06)	-0,30(0,00)
Sábado	-1,33(0,00)	1,08(72,14)*
Turno	-	-
Madrugada	-3,40(0,00)	2,63(99,14)*
Manhã	3,45(99,94)*	-2,67(0,00)
Tarde	-1,62(0,00)	1,25(78,92)*
Noite	1,47(85,96)*	-1,14(0,00)
Local de ocorrência	-	-
Capital	27,27(100,00)*	-24,43(0,00)
Interior	-27,88(0,00)	24,97(100,00)*

**Nota:** \*Probabilidades consideradas fortemente significativas quando.

## Considerações finais

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio da base de dados do Sistema Estadual de Trânsito, com o intuito de demonstrar a trajetória dos registros dos crimes de roubos e furtos de veículos no Estado do Pará, em um período de 15 anos (2000 a 2014).

A partir da aplicação da técnica análise de correspondência, constatou-se que os registros de roubos e furtos de veículos leves concentram-se na capital Belém. O roubo acontece mais à noite, nos dias de quarta-feira, sexta-feira e sábado, enquanto o furto fica entre os turnos matutino e noturno nos dias de domingo e quinta-feira.

As motocicletas estão sendo roubadas e furtadas com maior frequência nos municípios do interior do Estado. Os roubos desse tipo de veículo ocorrem no período diurno nos dias da semana: domingo, segunda-feira e terça-feira e os furtos desse veículo estão com maior incidência no horário compreendido entre vespertino e madrugada, nos dias de segunda-feira e sábado.

Outra constatação é o fato da maior parte das motocicletas roubadas serem da marca Honda, modelo CG 150 e o tipo de veículo leve mais roubado pertence à marca da Fiat, o modelo Pálio. As motocicletas furtadas são também da marca Honda, mas no modelo CG 125 e o tipo de veículo leve com maior frequência de furto é o da marca Fiat, modelo Uno.

Observou-se também que apesar de haver um vasto banco de dados com possibilidade de gerar informações acerca dos locais de maiores incidências desses delitos, permitindo traçar “mapas” para um conhecimento mais abrangente dos padrões espaciais e de operações, esses tipos de crimes ainda são poucos explorados pelo mundo acadêmico.

Assim, embora atualmente exista um combate por parte das instituições de segurança, as ações destas não foram suficientes para frear tais atos criminosos. Mesmo que o Estado acene com planos e medidas de combate que podem coibir esses tipos de delitos, este é um setor que carece de um estudo mais aprofundado antes de serem implementadas as diretrizes de combate aos crimes de roubo e furto de veículos no Pará.

## Referências

BEATO, C.C.; VIEGAS, M.; PEIXOTO, B. T. Crime, oportunidade e vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p.73-89, 2004.

BRASIL. Lei Nº 12.850, de 02 de agosto de 2013. Define o crime organizado. Altera o Decreto lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e revoga a Lei Nº 9.034 de 3 de maio de 1995. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, 2 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARRERA-FERNANDEZ, J.; PEREIRA, R. *A criminalidade na região policial da grande São Paulo sob a ótica da economia na criminalidade*. São Paulo: Contracapa, 2001.

DELMANTO, C. *Código Penal Comentado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito. Brasília. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/frota.htm>>. Acesso em: nov. 2014.

COSTA, A. C. S. *A violência como espetáculo: um debate em torno do programa Metendo Bronca*. 2004. 190f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P. P.; CHAN, B. L.; SILVA, F. L. *Análise de dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

IBGE. *Censo Demográfico*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: nov. 2014.



MINGARDI, G. O trabalho da inteligência no controle do crime organizado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, 2007.

MUSUMECI, L.; CONCEIÇÃO, G. *Projeto de Recuperação de Informações de Segurança, Monitoramento e Análise - PRISMA*. Rio de Janeiro, 2004. p. 15-25. Disponível em: <[www. ucamcesec.com.br/ arquivos](http://www.ucamcesec.com.br/arquivos)>. Acesso em: nov. 2014.

NAHON, S. *Os muros da cidade*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PARÁ. Polícia Civil do Pará. Belém. Disponível em: <[http://www. policiacivil.pa.gov.br](http://www.policiacivil.pa.gov.br)>. Acesso em: out. 2014.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. *Análise dados para Ciências Sociais: a complementariedade do SPSS*. 4. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2005.

RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. (Org.). *Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, 2008.

SILVA, J. *Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.

## **CAPÍTULO 10**

### **Produção do espaço e a criminalidade na Cidade da Praia, Cabo Verde**

**Gilson Bento Correia**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. Belém – Pará – Brasil. gilsonbento90@gmail.com

**Clay Anderson Nunes Chagas**

Professor adjunto do Programa de Pós Graduação em Geografia e Pós-Graduação em Segurança Pública da UFPA. Belém – Pará – Brasil. claychagas@yahoo.com.br

#### **Resumo**

O presente artigo é resultado de um estudo realizado na Cidade da Praia - Ilha de Santiago, Cabo Verde com ênfase sobre a produção do espaço e da criminalidade. O trabalho tem como objetivo analisar de que forma a produção do espaço tem contribuído para o surgimento de alguns problemas, destacando a criminalidade na Cidade da Praia e ao mesmo tempo verificar quais fatores estão relacionados com o aumento da mesma. Finalmente, foram utilizadas as técnicas baseadas na análise da literatura, dados estatísticos, cartográficos e trabalho de campo. Os resultados obtidos mostram que vários fatores socioeconômicos influenciam no crescimento da violência/criminalidade, como o crescimento da população, a existência de bairros informais onde se verifica segregação socioespacial (população de baixa renda a ocupar lugares mais precários), o surgimento de grupos de delinquência na população jovem, entre outros.

**Palavras-chave:** Crescimento da População. Segregação Socioespacial. Grupos de Delinquência.

## Introdução

O presente estudo traz uma discussão sobre a produção do espaço e a criminalidade na Cidade da Praia. Dada a complexidade desta problemática, que deriva das diferentes formas e modalidades de expressão da atividade delincente e das diversas trajetórias do comportamento dos índices da criminalidade, as reflexões neste domínio assumem especial relevância.

O objetivo do estudo é buscar eventuais correlações entre o tecido urbano, isto é, a forma como o espaço urbano é planejado, construído e apropriado, e como esse processo de construção e apoderamento pode estar associado ao crescimento da violência, ou seja, aumento da criminalidade.

A Cidade da Praia apresenta-se, atualmente, como um território essencialmente urbano. Segundo Nascimento (2003), o crescimento da Cidade da Praia vem sendo pautado por grandes dificuldades, principalmente no que diz respeito à produção do espaço urbano cada vez mais heterogêneo, o que vem ocasionando o agravamento da problemática do ordenamento do território. Os efeitos do crescimento espontâneo refletem-se na expansão ocorrida pelas áreas com condições urbanas inadequadas (como os leitos de ribeiras, as encostas de acentuado declive e os fundos de vales) e a ocupação “desordenada” do espaço urbano, o que torna propício para surgimento de alguns problemas, entre eles a criminalidade.

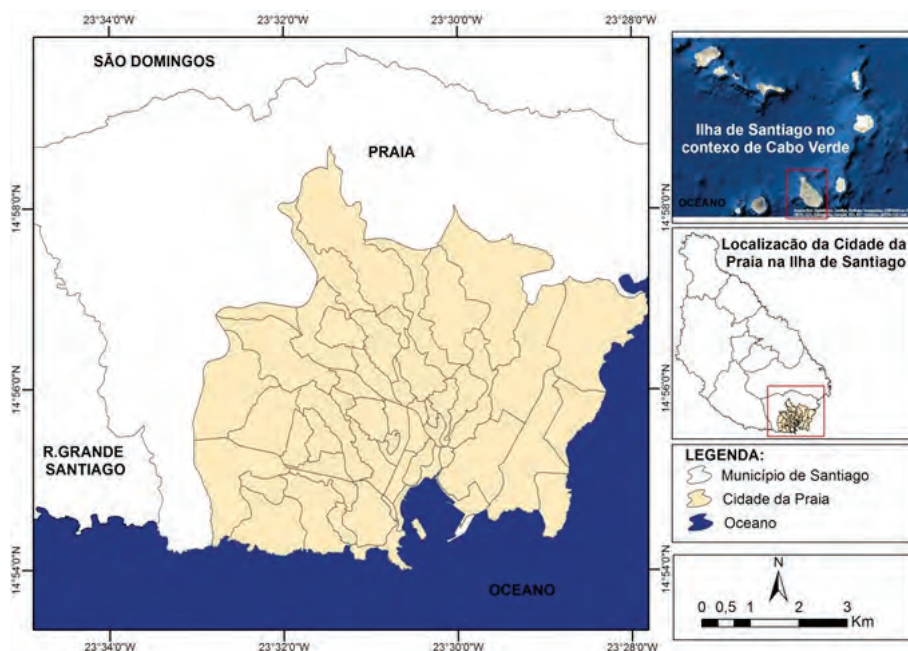
No que diz respeito à infraestrutura urbana, a maioria dos bairros apresentam grandes problemas de acessibilidade e de mobilidade com ampla quantidade de ruelas, becos e bloqueios com implicações tanto no sentimento de insegurança quanto na facilitação de ações violentas, dificultando, por seu lado, uma intervenção rápida das instituições de segurança (SILVEIRA, 2011).

O desenvolvimento da cidade acabou por estratificar espacialmente os residentes em função do seu status socioeconômico, estando as populações mais pobres e vulneráveis, em regra, nos bairros de deficiente infraestrutura, os denominados bairros espontâneo-informais, ainda que muitos deles sejam contíguos a alguns bairros das classes médias (TAVARES, 2006). As situações de violência e de criminalidade ocorridas

nos bairros das classes média e alta são imputadas às pessoas de fora, isto é, as provenientes dos bairros das classes populares. Diante disso, a redução dos problemas urbanos é possível se houver uma formulação e implementação de políticas de planejamento e gestão do território que permitam prevenir e reduzir os problemas que a nossa sociedade enfrenta, principalmente o crime e a violência (MÁXIMO, 2004).

A Cidade da Praia é a capital de Cabo Verde, país-arquipélago no oceano Atlântico, a oeste do Senegal. Está localizada a sul da ilha de Santiago (Figura 1). É também sede do município do mesmo nome. A Praia é a maior Cidade de Cabo Verde.

**Figura 1:** Localização geográfica da Cidade da Praia



**Fonte:** Elaborado por Correia (2015), com base nos dados da Câmara Municipal da Praia e Google Earth.

## Revisão bibliográfica

A produção do espaço e a criminalidade são atos que se desenrolam a partir de um determinado espaço ou território, portanto o presente estudo irá mostrar a discussão a partir dessas categorias.

Para Santos (1978), encontrar uma definição única para espaço, ou mesmo para território é tarefa árdua, pois cada categoria possui diversas acepções, recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição não é uma definição imutável, fixa, eterna; ela é flexível e permite mudanças. Isso significa que os conceitos têm diferentes significados, historicamente definidos, como ocorreu com o espaço e com o território.

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p. 171).

De acordo com o autor, tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições.

Ainda de acordo com Santos (2006), o espaço oferece condição para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de viver bem. No entanto, o que acontece é que essa produção nem sempre corresponde com o que ele oferece, como é o caso da Cidade da Praia, onde o espaço é ocupado de forma desordenada pelos diferentes agentes sociais.

A produção do espaço repousa no fato de que o desempenho capitalista ao se realizar, tomou o mundo, e esse é o conteúdo do processo de globalização, bem como o fio condutor que nos possibilita compreender em que termos se efetuam a redefinição da cidade e da urbanização, de sua explosão, da extensão das periferias; enfim, da construção de um novo espaço (LEFEBVRE, 1986).

Nessa direção, pode-se questionar o papel da intervenção do Estado, com seus interesses geralmente muito contraditórios com os da sociedade. Diante da complexidade da sociedade urbana, pode-se pressupor que a produção do espaço constitui um elemento central da problemática do

mundo contemporâneo, tanto do ponto de vista da realização do processo de acumulação capitalista e, por consequência, de justificativa das ações do Estado em direção à criação dos fundamentos da reprodução, quanto do ângulo da (re)produção da vida, que se realiza em espaços-tempos delimitados reais e concretos (LEFEBVRE, 1986). As práticas de resistência precisam ser pensadas com o recurso à construção de um olhar teórico profundo e dialeticamente articulado, precisamente, com a práxis, em um movimento que revele o sentido e o fundamento dos conflitos que se estabelecem hoje, em torno do espaço, como luta pelo “direito à cidade”.

Na sociedade capitalista, o espaço é um bem econômico, disputado pelos diferentes agentes intervenientes no processo de produção do espaço urbano. Por isso, os diferentes fragmentos que compõem a cidade demonstram nitidamente os interesses dos intervenientes neste processo. Neste sentido, Corrêa (2005) afirma que:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 2005, p. 11).

A produção do espaço na Cidade da Praia nem sempre esteve associada às práticas urbanísticas e nem à urbe<sup>1</sup>, tem incorporado na

---

<sup>1</sup> De acordo com Tavares (2006) “urbe” refere-se à cidade, ou seja, meio geográfico e social definido por uma grande concentração de população e uma enorme quantidade de serviços administrativos, comerciais, educacionais, profissionais, culturais, entre outros.

sua tradição o processo contínuo de planejamento (TAVARES, 2006). O processo de planejamento não acompanhou a formação do tecido urbano da Praia (NASCIMENTO, 2003). No nosso entender uma das justificativas da fragilidade do planejamento estatal na capital cabo-verdiana foi a ausência de plano urbanístico, que durante longos anos permitiu que a produção do espaço se fizesse de forma desordenada, sem princípios e normas urbanísticas. Por isso quem tem maior “poder” aquisitivo, ocupa as áreas dotadas de melhor condições de infraestrutura, próximo aos equipamentos urbanos mais complexos e mesmo nas melhores áreas do relevo para fins habitacionais, como é o caso dos platôs. E os que não têm, se dirigem para as áreas informais, sem levar em conta as normas de ocupação do espaço, principalmente as encostas dos vales e o fundo das ribeiras.

Para Saquet, Silva e Santos (2008), o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. Assim, os agentes territoriais passam a ocupar os espaços urbanos, de acordo com as suas determinantes de poder.

No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo. É o caso da Cidade da Praia, onde a produção do espaço resulta de diferentes atores ou agentes sociais dentro da cidade, e essa produção pelos diferentes atores, carece de umas estratégicas no domínio do ordenamento do espaço urbano, de uma verdadeira política de habitação e de solos, com vistas a satisfazer as necessidades presentes e futuras da população em matéria de lotes e alojamentos (TAVARES, 2006).

Segundo Raffestin (2011), o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, e sim uma produção a partir do espaço. E essa produção, a partir do espaço, é feita por meio do uso que a sociedade realiza no território. Os atores sociais ao realizarem suas ações político-econômico-sociais territorializam práticas sociais para sua permanência nele. Mas nem sempre as práticas territoriais revelam-se como desejadas por seus atores sociais, pois elas dependem de um conjunto de fatores de negociação e conflitos que envolvem quase sempre mais de um interesse no território. Assim, ele diz que:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático<sup>2</sup> (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço [...]. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projectou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 2011, p. 128).

Desta forma, Lefebvre (1986) afirma que o ordenamento das áreas centrais e periféricas tem como princípio a dinâmica territorial, que é refletida por meio da diferença salarial, do trabalho manual e intelectual, relações do poder e do grau de escolarização sendo o próprio ordenamento territorial o resultado da hierarquização de tal população. O mesmo autor relata que o espaço traduz um conjunto de diferenças, ou seja, é o *locus* de coexistência da pluralidade e das simultaneidades de padrões, de maneiras de viver a vida urbana. Contudo, não descarta a ideia de que o espaço também é o lugar dos conflitos, onde a exploração subordina não apenas a classe operária como outras classes sociais.

Nessa perspectiva a dinâmica do território e o seu reflexo na produção do espaço podem ser entendidos como um elemento da compreensão da violência<sup>3</sup> e/ou criminalidade, pois existe uma relação com o território, pode-se perceber que a primeira é o recorte do segundo, ou seja, a violência é parte de um território como um todo, e pode ser identificada por meio do contexto de suas peculiaridades (RAFFESTIN, 2011). O território é reflexo de diversas variáveis sociais (pobreza, desigualdades sociais e qualidade de vida), que estão relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos,

<sup>2</sup> [...] ator sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processo programado e de articulações sucessivas no interior do processo. Assim, todas as organizações, da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas, são atores sintagmáticos. O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para produzir, *latu sensu*, uma ou várias coisas (RAFFESTIN, 2011, p. 36).

<sup>3</sup> Para Minayo (2013), a violência é um fenômeno eminentemente social que nasceu com a sociedade, e que é percebida como qualquer situação em que uma pessoa perde o reconhecimento do seu papel de sujeito e é rebaixada à condição de objecto, mediante o uso do poder da força física ou de qualquer outra forma de coerção.



políticos e morais; a violência pode ser apontada como resultado dessa relação, o que pode justificar a territorialidade da violência.

Segundo Chagas (2014), há vários equívocos quando o assunto é a violência, pois existe muito preconceito em relação a esse tema, como por exemplo, sua mensuração é realizada por indicadores que quase sempre são exclusivamente socioeconômicos tentando demonstrar que os crimes são inerentes às regiões mais pobres da cidade. De acordo com o mesmo autor, a violência dissemina-se por todas as classes sociais. Ricos e pobres são “agraciados” com sua presença. A diferença nesse contexto do espraiamento da violência é que os primeiros possuem condições econômicas de se protegerem com tecnologias que garantem uma falsa sensação de segurança, enquanto o segundo grupo, por não ter esses diferenciais, torna-se a parte mais vulnerável de todas as formas que a violência contém. O que se percebe é que existe uma tipificação do crime conforme as áreas estudadas, nos bairros periféricos, os crimes violentos são mais comuns, enquanto que nas áreas mais elitizadas são perceptíveis os crimes contra o patrimônio, furto e roubo (CHAGAS, 2014).

O aumento demasiado da violência nos últimos tempos, possibilitou o surgimento da ideia de que nos espaços pobres e periféricos a violência aparece de forma mais intensa, quando comparada aos espaços elitizados, porém o que acontece é que a violência se apresenta em determinados lugares de acordo com a espacialidade e as peculiaridades dos mesmos, o que depende da relação do homem e da territorialidade (CHAGAS, 2014).

Geralmente, nestes espaços elitizados, dependendo do tipo, a violência aparece de fora para dentro, oriunda da periferia, onde o indivíduo é facilmente influenciado e excluído socialmente e acaba levando a violência para outros lugares (lugares elitizados). Assim, as organizações criminosas tomam o poder nos espaços periféricos e o indivíduo passa a cometer delitos também nos espaços elitizados com os indivíduos recrutados nas periferias pobres, difundindo para toda a cidade, principalmente para os espaços elitizados, onde existem as maiores atratividades.

Essa realidade é bastante presente nos bairros da Cidade da Praia, o que fica evidente, principalmente, pelo acelerado processo de horizontalização e periferação que os bairros que fazem parte da cidade apresentam, ou seja, a produção do espaço sem levar em conta as normas

de ordenamento do território, e ao mesmo tempo, grande concentração de população de baixa renda.

Dessa forma, os espaços onde há baixa estrutura organizacional de família, igrejas, centros comunitários e mesmo a participação do Estado, como é o caso de bairros pobres ou áreas de invasão, passam a ser um ponto propício para o surgimento da criminalidade e da violência. Assim, fica mais difícil o controle social e auxilia na proliferação da violência e da criminalidade, uma vez que a sociedade local não consegue se mobilizar para impedir tal situação, permitindo a proliferação da ação de grupos de criminosos que disputam o território (CHAGAS, 2014, p. 189-190).

O processo de periferização produz novas territorialidades, entre elas a territorialidade da violência e /ou criminalidades. Para Beato (2012), a violência não pode ser considerada um fenômeno recente, contudo, como já foi abordado em um primeiro momento, com a urbanização houve um incremento significativo nos índices de violência e da criminalidade. Em Cabo Verde, principalmente na Cidade da Praia esse fenômeno é gerado por meio da desigualdade socioespacial e socioeconômica, pobreza, usos de drogas, ineficiente participação do Estado nas áreas de periferização, entre outros fatores.

## **Material e métodos**

Como qualquer pesquisa, foi feita primeiramente a definição da problemática, e, iniciou-se o levantamento bibliográfico sobre essa temática. Todo o levantamento bibliográfico foi efetuado para a produção do trabalho e conhecimento da parte conceitual e teórica, metodologia e técnicas para o estudo da problemática. Esses levantamentos foram realizadas em diferentes fontes, como livros, monografias, artigos científicos, dissertações, teses, entre outros. Em seguida foi realizado trabalho de campo, que privilegiou a observação direta no território e conversas informais com alguns moradores da cidade, e levantamento cartográfico a partir dos dados coletados nos órgãos de segurança pública em Cabo Verde. Por fim, análise e tratamento dos dados recolhidos e elaboração de alguns mapas, utilizando o *software* Arcgis 10.1 (CHAGAS; SANTOS; VIEIRA, 2015).

## Resultados e discussões

A produção do espaço na Cidade da Praia resultou de diferentes atores ou agentes sociais (Estado, proprietários fundiários, promotores imobiliários, grupos excluídos etc.) e essa produção carece de umas estratégias no domínio do ordenamento do espaço urbano.

A necessidade de habitação não correspondida pela promoção legal e a perspectiva de melhorar as condições de habitabilidade levaram a população a recorrer ao loteamento ilegal e espontâneo. Infringindo as normas urbanísticas, os residentes constroem as habitações à medida das capacidades financeiras, “poder” e de acordo com modelo por si idealizado, e como consequência, nota-se uma transformação do espaço, ou seja, da paisagem urbana (Figura 2). O problema das construções clandestinas não se centra apenas na ineficácia e rigidez do processo administrativo, mas também no fato da administração não ter capacidade para responder à grande procura de lotes municipais, uma vez que apenas 20% dos terrenos da cidade são públicos (TAVARES, 2006).

**Figura 2:** Processo de produção do espaço na Cidade da Praia



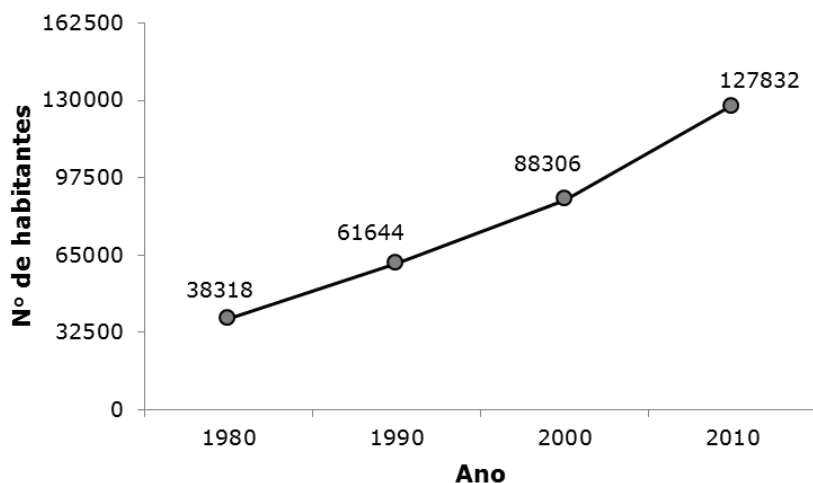
**Fonte:** Correia (2014).

O processo de produção do espaço teve maior impacto na cidade, a partir de 1990, visto que é a partir dessa data que se verifica uma maior

explosão do crescimento urbano na Cidade da Praia (Figura 3), em que as áreas espontâneas, nos moldes e formas em que hoje se apresentam (o ritmo de construções é crescente e de forma descontrolada), constituem-se em potenciais e graves ameaças para a futura estrutura urbana da cidade (Figura 2).

Portanto, esse elevado crescimento da população urbana é acompanhado pelo aumento do desemprego, principalmente na camada jovem, o que torna um fator de vulnerabilidade perante alguns problemas urbanos, como a violência e /ou criminalidade.

**Figura3:** Evolução da população urbana da Praia de 1980 a 2010



**Fonte:** Adaptado pelos autores com base nos dados do INE, censos de 1980 a 2010.

Além do natural crescimento demográfico da população residente, a migração do interior da ilha de Santiago e das outras ilhas do arquipélago para a capital do país, bem como o processo de imigração, sobretudo, da costa ocidental africana, têm levado a cidade para uma produção do espaço de uma forma caótica, tendo maior impacto nos bairros periféricos em que a ocupação ilegal de terrenos tem potencializado um crescimento desorganizado e com grande *déficit* de infraestruturas urbanas. Por outro lado, apontamos a grande procura de terrenos para habitação, essencialmente por parte da camada economicamente mais desfavorecida da sociedade e que não é acompanhada por igual ritmo de respostas institucionais a essa demanda (CORREIA; CHAGAS; SOARES, 2015).

Analisou-se também que o processo da produção do espaço na Cidade da Praia, reflete-se pelas áreas com condições urbanas inadequadas (como os leitos de ribeiras, as encostas de acentuado declive e os fundos de vales), com características marcadamente agressivas perante o meio ambiente natural pré-existente, pois há uma desvalorização da paisagem natural, em detrimento do interesse econômico, atitude que favorece cada vez mais a especulação imobiliária.

De acordo com alguns moradores da cidade, a produção do espaço de forma desordenada, acompanhada de frágil infraestrutura (vias de acesso, iluminação pública etc.), principalmente nas áreas de riscos, facilitam os criminosos na prática dos crimes, o que leva o aumento tanto da violência como a criminalidade na cidade.

As populações estão sujeitas à marginalidade e, a falta de recursos suficientes, no entender de Lacaze (1995), coloca dificuldades na gestão da cidade que leva a uma segregação social que se acentua de forma não deliberada, mas difícil de evitar, pois os que têm bons empregos e a possibilidade de escolher a sua casa ou de aceder à propriedade, deixam esses bairros menos agradáveis para se viver. Assim, essa população ascendente economicamente procura sair dos bairros periféricos e mais pobres, o que acaba ampliando o processo de segregação socioespacial.

Dadas as fracas condições socioeconômicas dos agregados que ocupam as áreas periféricas das cidades, as casas são construídas com os meios disponíveis e sem ter em conta os regulamentos de construção, sendo que na maioria das vezes os terrenos são ocupados de forma ilegal, fazendo com que aumentem vários problemas urbanos, principalmente a criminalidade.

A Tabela 1 apresenta o registro da criminalidade na Cidade da Praia, no período de 2000 a 2011, em que se pode notar a tendência de crescimento gradual da criminalidade ao longo dos anos. Nota-se que a variação média anual absoluta é de 218 ocorrências, equivalente a um crescimento médio anual de 9%, tendo a variação mais elevada registada no ano de 2006 com um aumento de 881 ocorrências, equivalente a 25% com relação ao ano anterior, enquanto a variação mais baixa ocorreu no ano de 2010 com menos 677 ocorrências, equivalente a 24,0%, relativamente ao ano precedente.

**Tabela 1:** Ocorrências criminais na Cidade da Praia (2000 a 2011), por quantidade e variação

Variáveis	Ano											Variação média	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010		2011
Ocorrências criminais	923	1696	2294	2067	2231	2659	3540	3278	3630	3485	2808	3325	-
Variação absoluta	-	773	598	-227	164	428	881	-262	352	-145	-677	517	218
Variação%	-	46%	26%	-11%	7%	16%	25%	-8%	10%	-4%	-24%	16%	9%

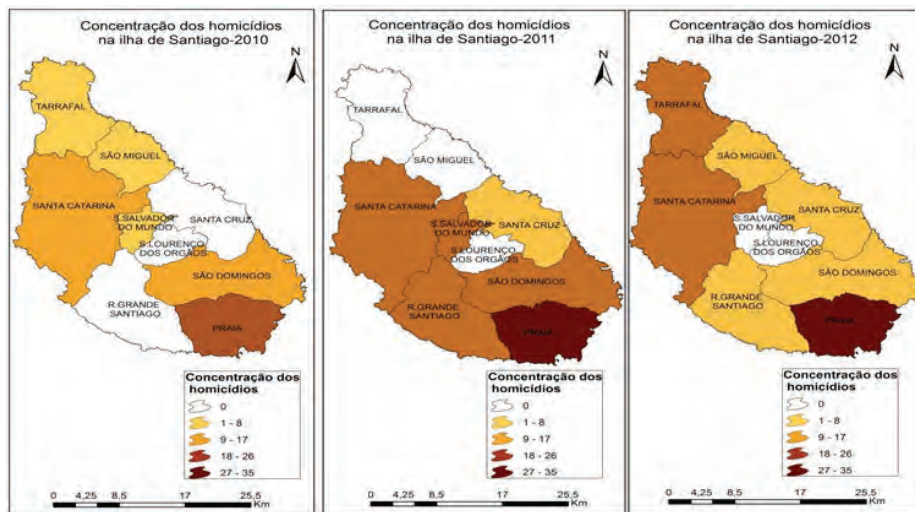
**Fonte:** Adaptado pelos autores com base nos dados da segurança pública de Cabo Verde (Polícia Nacional, 2014).

A análise da Tabela 1 demonstra claramente a elevação dos índices de criminalidade na Cidade da Praia ao longo do período exposto, com variações ao longo do tempo, no entanto, a taxa de crescimento nesses doze anos foi de 218%, o que demonstra claramente que é preocupante esse crescimento da taxa de criminalidade na capital.

Quando fragmentamos a análise por bairros, os casos de violência e criminalidade praticados na Cidade da Praia têm ocorrido, sobretudo, nos bairros periféricos mais desfavorecidos com elevado *déficit* de infraestrutura, habitação, regra geral, grupos sociais mais pobres e vulneráveis, o que se traduz numa forte estigmatização desses bairros e dos seus residentes em uma exclusão social.

De acordo com os dados da Polícia Nacional (2010 a 2012), constatamos que o Município da Praia é o que registra maior concentração de homicídios em relação aos restantes da ilha de Santiago (Figura 4). Isto deve-se aos vários fatores mencionados anteriormente.

**Figura 4:** Concentração dos homicídios na ilha de Santiago (2010, 2011 e 2012)

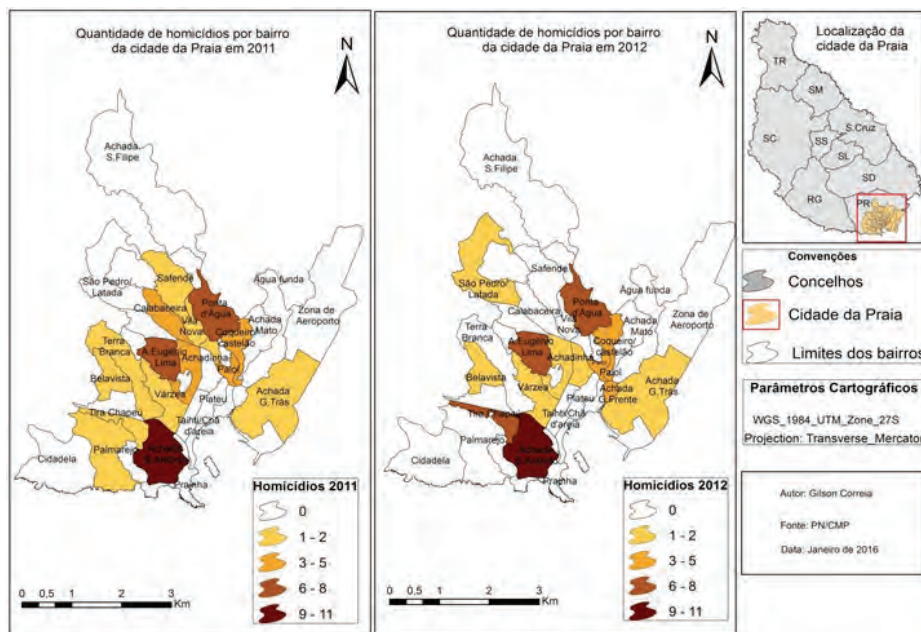


**Fonte:** Elaborado por Correia (2015), com base nos dados da Polícia Nacional de Cabo Verde (2014).

Por outro lado, constatamos que Achada Santo António é o bairro da Cidade da Praia que registrou maior número de homicídios, seguido

pelos bairros de Eugénio Lima e Ponta d'Água (Figura 5). Normalmente são bairros de ocupação heterogênea e ao mesmo tempo enfrentam vários problemas, como precárias condições de construções das habitações em áreas espontâneas, o que reflete a maior índice de pobreza, pois grande parte dos moradores são oriundos de outras ilhas e localidades. Isso sem levar em conta as normas urbanísticas pelos novos moradores, elevado índice de desemprego, a fraca iluminação pública e dificuldades nos sistemas de circulação, o que reflete uma elevada heterogeneidade do processo de ocupação do espaço.

**Figura 5:** Concentração dos homicídios na Cidade da Praia por bairros (2011 e 2012)



**Fonte:** Elaborado por Correia (2015), com base nos dados da Polícia Nacional de Cabo Verde (2014).

O estudo mostra que o furto e o roubo em casa de pessoas e o tráfico de drogas são apontados como os crimes mais frequentes na Cidade da Praia. A falta de educação, a pouca severidade com os infractores e as condições precárias nos bairros estão também entre as causas para a prática de crimes. Por outro lado, vários fatores socioeconômicos influenciam



o crescimento da violência e criminalidade na Cidade da Praia, como o aumento da taxa de desemprego, a existência de bairros onde se verifica segregação socioespacial (população de baixa renda a ocupar lugares mais precários), o surgimento de grupos de delinquência nos jovens, a perda do poder aquisitivo, entre outros. Ainda, temos a preocupação da sociedade relativamente a este problema e a falta de segurança em alguns locais, o que leva as pessoas a ficarem com medo de sair à rua à noite.

### **Considerações finais**

Vimos que a produção do espaço é feita por meio do uso que a sociedade realiza no território, pelos diferentes atores, o que demonstra que a produção do espaço apresenta características distintas de acordo como os agentes usam o território. Assim, ao analisar a Cidade da Praia, verificamos que existe uma clara segregação socioespacial, onde a parcela de maior poder econômico tende a ocupar as áreas de platôs, enquanto a população mais pobre ocupa, sobretudo, os leitos de ribeiras, as encostas de acentuado declive e os fundos de vales, onde aparentemente não existe um ordenamento por parte do Estado, pois fica evidente pelas formas espaciais, que não há um ordenamento territorial, que reflita no bem-estar da população residente nessas áreas. Por outro lado, ao analisarmos as áreas de ocupação dos platôs, existe, de modo geral, um ordenamento territorial e planejamento urbano mais preocupado com o bem-estar da população residente nessas áreas, o que demonstra claramente uma segregação socioespacial.

O estudo mostra, igualmente, que a produção do espaço na Cidade da Praia de forma “desorganizada” tende a facilitar a ocorrência de violência e criminalidade. Desta forma, a precariedade da iluminação, a inexistência de mecanismos de dispersão da violência, a existência de ruelas e becos fazem com que, particularmente no afrontamento entre grupos juvenis rivais e os policiais, as condições sejam propícias para a dinâmica da violência e da criminalidade. Ainda no domínio da produção do espaço é de afirmar que a frágil infraestrutura e os precários serviços sociais de base nos bairros periféricos são também elementos favoráveis à proliferação da criminalidade.

Analisamos que a violência e/ou a criminalidade praticadas na Cidade da Praia têm ocorrido, sobretudo nos bairros periféricos mais

desfavorecidos, o que demonstra que alguns crimes estão associados à forma de produção do espaço, ou seja, dinâmica do território, devido principalmente à precária presença das entidades competentes.

## Referências

BEATO, C. *Crime e cidades*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. *Boletim Amazônico de Geografia*, Belém, n. 1, v. 1, p. 186-204, jan./jun. 2014.

CHAGAS, C. A. N.; SANTOS, C. S.; VIEIRA, D. C. M. A Utilização de técnicas de geoprocessamento para análise cartográfica da correlação entre homicídios e aglomeração urbana de Belém-PA. *Revista Geosaberes*, v. 6, n. 1 (edição especial), p. 02-16, 2015.

CORREIA, G. B.; CHAGAS, C. A. N.; SOARES, L. R. S. Desordenamento territorial e a sua relação com a criminalidade: o caso da Cidade da Praia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 12. Presidente Prudente-SP, 2015. *Anais...* 2015. p. 326-38.

CORRÊA, R. L. *Espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Cidade da Praia, 2010. Disponível em: <http://www.ine.cv/censo/censo2010.aspx>. Acesso em: 03 maio 2015.

LACAZE, J. *A cidade e o urbanismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986.

MÁXIMO, A. *A importância do mapeamento da criminalidade utilizando-se tecnologia de sistema de informação geográfica para auxiliar a segurança pública no combate à violência*. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MINAYO, M. Violência e educação: impactos e tendências. *Revista Pedagógica*, v. 15, n. 31, 2013.

NASCIMENTO, J. M. *O crescimento urbano e a estrutura funcional da Cidade da Praia*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.

POLÍCIA NACIONAL. Departamento Estatísticas Oficiais Serviços Centrais. Cidade da Praia, 2014. Disponível em: <http://www.policianacional.cv> Acesso em: 03 maio 2015.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 2011.

SANTOS, M. *A natureza do espaço – técnica e tempo*. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S.; SANTOS, M. Concepções de geografia, espaço e território. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, ano 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2 sem. 2008.

SILVEIRA, E. B. *Áreas residenciais clandestinas na Cidade da Praia: Caso Latada e Achada Eugénio Lima Trás*. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo) - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

TAVARES, C. *A política de solos na política urbana: a sua relevância na Cidade da Praia-Cabo Verde*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.

## CAPÍTULO 11

### **Políticas municipais de prevenção à violência no Brasil: análise dos desafios e experiências pontuais de Diadema/SP e Canoas/RS no campo da segurança pública**

#### **Marlene Inês Spaniol**

Doutora em Ciências Sociais (PUCRS), professora de Pós-Graduação na Uniritter, cap. RR da PM/RS, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e integrante do GPESC da PUCRS. Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil. marlenespaniol@hotmail.com

#### **Resumo**

Os municípios brasileiros têm visto, principalmente após a entrada em vigor da nova Constituição, um aumento de suas responsabilidades no sentido de gerir de forma mais próxima, eficiente e local as necessidades dos cidadãos, porém, isto só aconteceu de forma efetiva e constitucionalizada em relação às políticas públicas relacionadas à saúde, educação, assistência e desenvolvimento social. A única e nevrálgica área de atendimento que ficou totalmente na responsabilidade dos Estados membros da federação é a atividade de segurança pública, razão pela qual a atuação municipal nesta área não é obrigatória, restringindo-se as experiências pontuais e voluntaristas de alguns gestores locais. A experiência de Diadema foi marcada por uma transformação necessária pelas alarmantes taxas de crime e violência no final dos anos 1990, quando foi considerada a cidade mais violenta de São Paulo, fazendo com que as autoridades locais buscassem um arranjo institucional que pudesse administrar a política de segurança, de acordo com o conceito de segurança cidadã. A experiência do município de Canoas baseou-se no modelo de Diadema, também com o objetivo de reduzir a violência, cujo aporte financeiro inicial dos projetos foi do governo federal por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), sendo que os dois municípios continuam com suas políticas de prevenção à violência ativas e em constante diagnóstico e avaliação de sua eficácia quanto aos objetivos propostos.

**Palavras-chave:** Políticas de Segurança. Atuação Municipal. Políticas de Prevenção.

## Introdução

Este artigo visa analisar as experiências de implantação de políticas públicas municipais de prevenção à violência nos municípios de Diadema, em São Paulo, a partir dos anos 1990 quando esta atingiu o preocupante título de cidade mais violenta do Estado e de Canoas, no Rio Grande do Sul, que contou com aporte financeiro do PRONASCI na sua fase inicial, cujos custos foram abarcados pela prefeitura local quando da extinção deste programa.

Estas experiências exigiram união das forças de segurança com ações voltadas à cidadania, mudanças de postura por voltarem o foco para o poder local e ampla participação comunitária.

A atuação dos municípios no campo da segurança pública é ainda muito recente no Brasil e se encontra em expansão das suas atribuições. No que se refere à gestão de políticas públicas, os municípios estão em um processo político-institucional mais amplo que adquiriu maior relevância na agenda nacional nos últimos anos com o advento da descentralização político-administrativa, calcada nas alterações jurídico-formais das dinâmicas sociais e políticas contemporâneas.

Ao final se pretende tecer algumas considerações acerca dos desafios destas políticas inovadoras frente a um sistema de segurança pública difícil de ser modificado, trazendo dados estatísticos das incidências criminais destes municípios, como resultado de um capítulo da tese de doutorado em Ciências Sociais da PUCRS.

## Revisão bibliográfica

### *As políticas públicas municipais de prevenção à violência*

As políticas públicas, segundo Amábile (2012), “são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação de uma coletividade, impactando a realidade onde são aplicadas”. A busca de políticas públicas eficientes vem sendo cada vez mais compartilhada com a sociedade civil por meio de variados mecanismos de participação, devendo obrigatoriamente estar presentes, além da formulação e execução, o monitoramento e a avaliação. Estas duas últimas etapas são imprescindíveis quando se fala de políticas públicas de segurança, uma vez que seu objetivo principal é impactar o problema

da criminalidade e da violência, visando a manutenção da ordem pública, preferencialmente por meio da prevenção.

O fascínio e a polarização sobre o tema “segurança pública” nos debates públicos são muito grandes, porém, nem sempre os avanços são como deveriam e os diálogos sobre o tema normalmente se revestem em tons de crítica, sem a racionalidade que essas discussões exigiriam, sendo que este debate e os avanços esperados necessariamente passam pelas políticas públicas afins.

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a área da segurança pública sempre foram direcionadas à repressão, por meio de investimentos em (re) aparelhamento dos órgãos policiais, partindo do pressuposto de que a criminalidade e a violência eram exclusivamente problema de polícia, questão que vem sendo apontada como necessária no processo de mudança e a ser (re)pensada com ajustes aos novos tempos de busca por segurança cidadã.

Para Dias Neto (2005), infelizmente as políticas de segurança pública não estão voltadas à mobilização das esferas públicas visando o enfrentamento racional e preventivo dos conflitos e das situações associadas, direta ou indiretamente, ao sentimento de (in)segurança. O autor destaca que as “evoluções” ou “involuções” no âmbito jurídico-penal apresentam apenas de forma parcial a atual situação das políticas criminais, ao que ele chama de “funcionalização das políticas públicas pelas políticas criminais”. Ressalta, ainda, que da mesma forma que o direito penal é instrumentalizado para a gestão simbólica de problemas sociais, as políticas sociais são cada vez mais dirigidas aos interesses e às finalidades das políticas de controle penal.

As políticas públicas de segurança para que se efetivem e sejam eficientes sempre nos remetem à ideia de prevenção da violência. Neste debate sobre seus avanços e desafios na ordem do dia, Zacchi (2002) destaca que:

Dificuldades para a participação comunitária e a “localização de políticas públicas”: além de padecer com a falta de dados e de método, o objetivo de planejamento local colide também com as práticas usualmente empregadas para a formulação de políticas públicas. Por sua própria natureza, estas apresentam um caráter generalizante. Além disso, são usualmente gestadas por corpos técnicos restritos, com baixo nível de participação das comunidades que visam atingir. Por causa disso, os programas governamentais de prevenção à violência

tendem a constituir-se simplesmente pela aglutinação de políticas setoriais pré-definidas e a negligenciar a importância do envolvimento da população local (essencial para o objetivo de fortalecimento dos vínculos associativos e dos espaços de controle social informal na região enfocada) e da adequação do conjunto de ações a desenvolver segundo o contexto específico de cada área, erodindo assim o potencial de impacto e sustentabilidade das políticas adotadas (ZACCHI, 2002, p. 40-41).

Neste mesmo sentido manifesta-se Oliveira (2013) ao destacar que as políticas de segurança após a promulgação da atual Constituição voltaram-se para a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Ressalta que esta diferenciação das funções da polícia e do exército está bem evidenciada nos art. 141 e 144 da Carta Magna e que “essa partilha empoderou os gestores atribuindo-lhes autonomia para o planejamento e execução de políticas locais”. Destacou que esta adequação das ações às demandas é a grande vantagem do atual modelo.

Apontar perspectivas promissoras de renovação no campo da segurança pública, além da observação das experiências positivas, sempre é útil no delineamento das políticas públicas de segurança, pois ajudam a revelar os obstáculos práticos nos quais os esforços da sua implantação recorrentemente esbarram. Esses entraves constituem, hoje, as principais ameaças ao sucesso e à afirmação definitiva desses avanços, como referência para a execução de novas políticas públicas de segurança em escala mais ampla.

Dias Neto (2005) traz a ideia de seu orientador Alessandro Baratta (1999) para chamar a atenção dos riscos que envolvem o conceito de prevenção:

A ampliação do conceito de prevenção envolve o risco de colonização das políticas públicas pelas políticas criminais, com a prestação estatal de direitos, cada vez mais vinculada à finalidade de prevenção social do delito. Contaminadas pelo vocabulário da prevenção, as intervenções públicas das mais diversas áreas deixam de se apresentar como prestação de segurança aos cidadãos marginalizados em seus direitos fundamentais, para se apresentar como um dever de proteção da sociedade contra delinquentes potenciais (DIAS NETO, 2005, p. 101).

Para que se possa falar em implementação de políticas públicas de segurança, é necessário que se deixe de ver os aparatos de segurança como essenciais ao Estado-providência, que essas políticas não englobem somente o aparato repressivo, mas que se transformem em políticas sociais, das quais se espera efeitos saneadores e preventivos.

Neste mesmo sentido, Xavier (2012, p. 530-531) diz que “não há política de segurança pública sem a articulação com a doutrina das políticas públicas de segurança. Ou seja, com participação e transparência, repartição de responsabilidades, confiança popular nas polícias”. É importante, neste sentido, que as polícias abandonem as práticas isoladas e a identificação do cidadão como potencial inimigo, passando a operar de forma articulada com as comunidades organizadas em conselhos participativos, nos moldes como estão procedendo os municípios que estão implantando políticas de prevenção à violência.

Também sobre o tema políticas de segurança e políticas públicas, a importância da esfera municipal é destacada por Soares (2003), ao dizer que no Brasil só se poderia enfrentar a violência criminal com políticas preventivas de natureza não policial, contando sempre com a colaboração das polícias estaduais (militar e civil). O autor acredita que no plano municipal há muito por fazer, mesmo sem as polícias, investindo nos jovens, por meio de uma intervenção efetivamente capaz de prevenir a violência e a criminalidade, com novas políticas públicas, voltadas para a disputa com o tráfico e para a sedução da juventude, combinando políticas de emprego e de renda, capacitação e complementação educacional, valorizando-os, restituindo-lhes a visibilidade e a autoestima, aplicando políticas públicas que criem oportunidades de exercício de suas virtudes e potencialidades.

## **Resultados e discussões**

### ***Políticas públicas de segurança x governos locais***

As experiências municipais em curso pelo país no campo das políticas públicas de segurança, aliadas à participação política e cidadã da comunidade, assim como explicitam limites, mostram, por outro lado, um leque de possibilidades de consolidação da democracia e do fortalecimento do poder local, apontando caminhos e reformas necessárias à sua efetiva



implantação no combate à criminalidade e foco nas ações de prevenção. Sobre este tema, Pazinato (2009) assim se manifestou:

As novas entidades municipais de segurança são organizadas em torno de unidades, agências ou organismos centrais e devem abordar preferencialmente ações preventivas, articuladas com as demais secretarias e órgãos da administração pública municipal, tais como: educação, saúde, desenvolvimento social, econômico, urbano, transporte e mobilidade urbana, comunicação, esporte, lazer, cultura; políticas específicas de segurança preocupadas com a proteção integral de direitos, incluindo, ainda, de forma mais ampla, plural e participativa possível, a cidadania e a comunidade (PAZINATO, 2009, p. 80-81).

As políticas de segurança devem privilegiar ações preventivas destinadas a atender todas as dimensões exercidas pelas práticas desviantes, como o tráfico de drogas, por exemplo, que atinge nossos jovens em uma faixa etária em que se encontram os maiores vitimados do sistema penal e para os quais políticas próprias, locais e pontuais devem ser concebidas, desenvolvidas, aplicadas e constantemente avaliadas.

Esta tendência de municipalização da segurança pública restou evidente na medida em que avançou no Brasil o processo de redemocratização, reavivando-se, segundo Misse e Bretas (2010, p. 9-14), o tema da descentralização, reforçando cada vez mais a possibilidade de ação concreta de instituições promotoras de segurança mais próximas ao cidadão e mais distantes do Estado centralizado. Ressaltam os autores, que grande parte deste processo de transição tem sido induzido pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), sendo que esta tendência deverá se ampliar nos próximos anos e décadas com a criação de mais secretarias municipais de segurança pública, Gabinetes de Gestão Integrada (GGI), observatórios, entre outros, criando novas políticas públicas locais de prevenção à violência.

Cravo (2009) destaca que com a implantação do Plano Nacional de Segurança, o governo federal criou o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) visando a gestão integrada dos órgãos que compõem a malha constitucional da segurança pública, sendo que os municípios foram incluídos neste sistema, para desenvolvimento de um novo paradigma

de atuação das Guardas Municipais (GM), visando reestruturar o poder local neste campo com a implantação de políticas públicas de prevenção à violência.

Para Miraglia (2008, p. 89), embora em nossa Carta Constitucional a segurança pública apareça como uma tarefa a ser compartilhada, historicamente, essas políticas públicas sempre foram objeto de ação dos governos estaduais. Ressalta que eleger o município como mais um ator neste panorama é perceber as potencialidades da ação do poder local neste campo de atuação, pois as prefeituras são o braço do poder público mais próximo à população, é onde se dá a prestação cotidiana dos serviços.

Não é de hoje que vozes se levantam em favor da ampliação do papel dos municípios na prevenção da violência, tendência que Soares (2012), assim como outros autores, chama de “municipalização da segurança pública”. Em artigo intitulado “Arquitetura institucional da segurança pública no Brasil: três propostas de reforma constitucional”, o autor cita os seguintes argumentos favoráveis a esta tendência:

Os municípios se tornariam responsáveis pela segurança pública em seu território, dispondo de uma polícia municipal de ciclo completo. A transição deve ocorrer, inicialmente, nos municípios com mais de um milhão de habitantes e, aos poucos, naqueles com mais de 500 mil habitantes, e assim sucessivamente, de acordo com o sucesso alcançado pelas mudanças promovidas nas cidades maiores. Os municípios, com sua capacidade de intervenção capilar e sua permeabilidade à participação social, constituem a unidade de gestão mais adequada ao tratamento das questões mais complexas, que afetam o dia a dia da sociedade, a partir de dinâmicas sempre específicas e processos locais. A gradual municipalização da segurança pública – devidamente acompanhada da correspondente transferência de recursos, o que envolveria uma renegociação do pacto federativo – seria extremamente positiva, desde que algumas condições fossem atendidas: basicamente, que as polícias municipais se organizassem como polícias de ciclo completo (responsáveis, portanto, pelo trabalho preventivo-ostensivo e pelas funções investigativo-judiciárias) e desde que respeitassem normas nacionais, previstas no Sistema Único de Segurança Pública, quanto à formação e capacitação, gestão do conhecimento, estrutura funcional, perícia, controle interno, prevenção e controle externo (SOARES, 2012, p. 17).

Além dos pontos positivos, Soares (2012) apresenta alguns riscos na sua efetivação e os cuidados necessários para evitá-los, sobretudo nos municípios menores, se estas condições não fossem cumpridas, o que nos levaria de volta ao passado, condenando o país a repetir os próprios erros, reproduzindo nas novas instituições municipais as deficiências que caracterizam, hoje e tradicionalmente, as polícias estaduais brasileiras. Destaca que:

Por isso, a municipalização da segurança é uma faca de dois gumes: um avanço histórico extraordinário, exprimindo princípios republicanos e democráticos essenciais, expressão de uma necessidade incontestável, oportunidade de transformações profundas em nosso modelo de polícia e de segurança pública; mas, ao mesmo tempo, risco de reprodução dos velhos vícios, que já se tornaram atávicos, no Brasil, por sua tradição centralizadora e autoritária, pouco afeta à transparência e à participação popular, marcada pela lamentável noção segundo a qual as polícias existem para proteger o Estado e não para servir a cidadania, defendendo seus direitos e suas liberdades. Para evitar esses riscos, o processo dar-se-ia, na primeira década, apenas nas cidades maiores e cada nova etapa seria antecedida por um exame sobre as condições, ou não, de avanço (SOARES, 2012, p. 17).

O tema da descentralização das políticas públicas está ganhando a cada ano mais terreno e também, cada vez mais, sendo relacionado ao tema da municipalização e da inclusão de novos atores sociais, partindo para um conceito de governança local. Sobre este tema, Dias Neto (2005) defende que:

A proximidade do centro decisório ao ambiente em que se deve atuar pode estimular a comunicação entre Estado e sociedade, o que amplia as condições de gestão política da diversidade social, uma das maiores fontes geradoras de conflitos urbanos. Acredita-se ainda que a proximidade entre governantes e governados e a experiência mais direta com os problemas possam estimular o interesse da sociedade civil para as questões públicas. O fortalecimento das competências municipais seria, portanto, forma de estímulo às ações políticas de base e de legitimação do sistema político-estatal como um todo (DIAS NETO, 2005, p. 55).

A mudança do papel dos municípios e o seu protagonismo na gestão pública na área da segurança visa colaborar para a conformação de uma cultura política e de gestão pública democrática, voltada à efetivação deste direito social. Há que se avançar para a concepção de uma política capaz de garantir a segurança dos indivíduos em todos os seus direitos ao exercício pleno da cidadania, incluindo uma prestação positiva por parte do Estado, ou seja, um controle em que não haja excessos, garantindo as condições materiais para que se possa usufruir efetivamente desses direitos.

### ***A experiência municipal de Diadema em São Paulo***

O município de Diadema faz parte da Região Metropolitana de São Paulo, possuindo grande densidade demográfica (cerca de quatrocentos e doze mil habitantes, segundo estimativa de 2015 do IBGE). A localização geográfica privilegiada, entre a capital e o porto de Santos, e a proximidade de duas importantes rodovias do país: Anchieta e Imigrantes, impulsionaram seu processo de industrialização nos anos 1950/1960, o que, por sua vez, gerou um crescimento desordenado e o surgimento de mais de duzentas favelas, com sobrecarga na prestação dos serviços municipais e sem a infraestrutura urbana necessária para a demanda local e nem com políticas sociais suficientes.

Em 07 de março de 1997, Diadema tornou-se mundialmente conhecida por um fato trágico, com repercussão internacional muito negativa: a morte do mecânico Mário José Josino por um cabo da PM conhecido como Rambo, na Favela Naval. As violências rotineiras da polícia contra moradores daquela favela foram gravadas durante vários dias, culminando com a morte de Josino, e as imagens dessas práticas abusivas por parte da polícia correram o mundo e chegaram à ONU.

Segundo Miki (2008, p. 106), esse fato foi o marco para o início de grandes mudanças em Diadema, uma vez que as forças de segurança estavam desacreditadas e sem a confiança da população, o poder público era ausente, as comunidades eram desorganizadas e sem força participativa, ou seja, tudo colaborando para a estigmatização da cidade como a mais violenta de São Paulo, em uma escala anual ascendente a partir de 1994, chegando ao topo e ocupando o primeiro lugar no *ranking* da violência de 1999 para 2000 e o 3<sup>o</sup> lugar, em 2001. No ano de 2003, foi feito levantamento semestral, ocupando o 6<sup>o</sup> e o 9<sup>o</sup> lugares respectivamente,

melhorando sua posição também nos anos seguintes, chegando à 13<sup>a</sup> posição, em 2003, e à 18<sup>a</sup>, em 2004, segundo mapa da violência publicado pela UNESCO, com base nos dados de homicídios da SSP/SP.

Uma das primeiras metas da prefeitura e dos agentes de segurança que atuam em Diadema foi a implantação de políticas públicas para reduzir e prevenir a violência, seguindo os preceitos de polícia cidadã, com base em ações que promovem a resolução pacífica dos conflitos e o aumento da sensação de segurança, com foco na prevenção ao crime por meio do desenvolvimento de políticas sociais que assegurassem a cidadania e o respeito à dignidade, com inclusão e integração social, seguindo o modelo implantado na Cidade de Bogotá, na Colômbia.

Dentre as medidas adotadas, que foram muito além de voltar o foco apenas para a questão de segurança pública, Miki (2008) ressalta que:

Nos últimos anos, Diadema passou a ser considerada uma importante referência, tanto nacional quanto internacional, na implantação de políticas públicas de habitação, inclusão social, educação e saúde. Por exemplo, várias favelas foram urbanizadas e, hoje, são núcleos habitacionais organizados, que contam com serviços de saneamento básico, energia elétrica, pavimentação e coleta de lixo, consolidadas ao longo de sucessivas administrações municipais de esquerda. A prefeitura assumiu a corresponsabilidade pelo estabelecimento de políticas públicas de prevenção à violência e criminalidade no início do ano de 2001. Em decorrência do contexto que imperava, teve de contar não só com o auxílio dos governos estadual e federal, como também com esforço conjunto das demais autoridades locais, da sociedade civil organizada e de instituições religiosas e policiais. Essa articulação se mostrou indispensável para elevar a autoestima da população que se encontrava estigmatizada por viver num município reconhecidamente violento, e para traçar o diagnóstico da situação, por meio do mapeamento da criminalidade e das áreas de vulnerabilidade social. [...] com o intuito de demonstrar a prioridade, criou-se a Coordenadoria de Defesa Social, transformada em Secretaria em 2003 (MIKI, 2008, p. 109).

Foram implantados três Planos Municipais de Segurança, o primeiro em 2001, o segundo em 2005 e o terceiro em 2011, sendo que os dois últimos foram criados em parceria com o Instituto Sou da Paz.

O 1<sup>o</sup> plano, em 2001, tinha como lema “Diadema mais segura: a paz fazendo a vida melhor” e foi desenvolvido com a participação da população por meio de audiências públicas, com o objetivo de reduzir os índices de criminalidade com políticas de inclusão social que promovessem a prevenção e a melhoria da qualidade de vida e de contribuir para uma cultura de paz. Era composto de quatro eixos: a) melhoria da eficiência das forças de segurança, com o objetivo de reduzir os índices de violência e criminalidade; b) investimentos em políticas públicas de inclusão social e prevenção, a fim de promover os direitos e deveres humanos; c) incentivo à participação popular, com vista à democratização e à garantia de que os cidadãos manifestassem sua percepção sobre a violência urbana; e d) a fiscalização focada no cumprimento das medidas de prevenção.

Os avanços resultantes das ações do 1<sup>o</sup> plano foram significativos, com destaque para a redução de 60% na taxa de homicídios, particularmente no grupo etário mais jovem, de 55% na violência de gênero, de 80% no tratamento de emergências médicas; de 30% em acidentes de trânsito; e de 55% dos incidentes de violência doméstica. Ressalte-se que a participação da polícia estadual nos planos municipais de segurança melhorou a imagem dessas instituições, recuperando a confiança por parte da população, a autoestima de seus habitantes, assim como também o reconhecimento do trabalho desenvolvido em Diadema como modelo de segurança, o que induziu a replicação do sistema adotado para outras cidades brasileiras, inclusive para Canoas.

A queda anual da criminalidade, principalmente em homicídios, é creditada à continuidade das políticas públicas, com trabalho integrado de diferentes instituições e criação de programas de inclusão social para conter a violência. Entre os principais programas criados estão: a) adolescente aprendiz (para jovens de 14 e 15 anos moradores de áreas vulneráveis); b) mediação de conflitos; c) campanhas de desarmamento; d) instalação de uma central de vídeo monitoramento; e) criação do Conselho Municipal de Segurança (COMUSP) e do GGI-M; e f) mulheres da paz (com moradoras atuando em projetos de suas comunidades).

Com os resultados animadores do 1<sup>o</sup> plano, foi lançado em agosto de 2005 o 2<sup>o</sup> Plano Municipal de Segurança que tinha como lema “Diadema em paz”, com o apoio do Instituto Sou da Paz. Contou com compromissos, desafios e ações, resultados esperados e os atores envolvidos. Os dezessete

compromissos assumidos foram divididos em três eixos norteadores assim delineados:

- a) **CRIMINALIDADE E SEUS FATORES POTENCIALIZADORES:** 1) intensificar a redução do número de homicídios; 2) criar e implementar políticas públicas inovadoras de prevenção da violência, voltadas para a juventude; 3) combater a violência intrafamiliar; 4) colaborar nas ações de combate ao tráfico de drogas; 5) promover a cultura de paz nas escolas; 6) combater a sensação de insegurança; 7) desarmamento; 8) difundir a cultura de paz contra a violência; 9) garantir a tolerância e a diversidade de identidades nas políticas públicas de segurança.
- b) **GESTÃO:** 10) ampliar a articulação da Secretaria de Defesa Social com as outras secretarias do município; 11) criar canais alternativos de participação popular na gestão da Secretaria de Defesa Social; 12) investir na formação e no aperfeiçoamento da Guarda Civil Municipal como órgão comunitário e preventivo; 13) incrementar o sistema de informações criminais; 14) avaliação da execução e impacto do plano.
- c) **URBANIZAÇÃO:** 15) câmeras de segurança: concluir o programa de instalação e aperfeiçoar o uso do equipamento; 16) desenvolver novas etapas do processo de fechamento de bares e restrição ao uso do álcool; 17) investimento na criação, revitalização e melhoria de espaços públicos (DIADEMA, 2005).

Esse segundo plano teve como objetivo ampliar e aprimorar as ações já implantadas no primeiro plano e, também, elaborar novas ações à luz dos diagnósticos disponíveis, resultando novamente de um processo de participação popular, com a realização de audiências públicas para ouvir as lideranças comunitárias visando a construção coletiva de uma cidade mais pacífica e segura.

Com as transformações sociais e econômicas e mudanças significativas na dinâmica do crime e da violência impondo novos desafios para as políticas públicas de segurança, surgiu o 3<sup>o</sup> Plano Municipal de Segurança, elaborado em agosto de 2011, em parceria da Prefeitura Municipal de Diadema por meio da Secretaria de Defesa Social e o Instituto Sou da Paz, sendo apresentado nos seguintes termos:

Nos últimos 10 anos o município de Diadema vem construindo uma trajetória bem sucedida no controle da violência e na melhoria da segurança pública. Um conjunto de medidas envolvendo ativamente a sociedade civil, a Prefeitura, a Câmara Municipal, o Governo Estadual (por meio de suas Polícias Civil e Militar, Poder Judiciário e o Centro de Detenção Provisória) e o Governo Federal (por meio do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública) foi implementado e fez com que o município deixasse de ser o mais violento do Estado de São Paulo. No primeiro semestre de 2011, Diadema ficou em 50<sup>o</sup> lugar no *ranking* paulista das cidades com mais homicídios (DIADEMA, 2011).

Este terceiro plano demonstra que o poder público assumiu a segurança pública como um dos temas prioritários na agenda municipal, sendo elaborado a partir de um diagnóstico buscando saber qual o contexto e quais as alterações sociais e de outras ordens que podem ter influenciado essa variação. Foi baseado nas estatísticas oficiais, em entrevistas com gestores da área, além de reuniões de planejamento no âmbito do COMUSP e do GGI-M, com a participação do prefeito, de secretários municipais, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e do Centro de Detenção Provisória.

Assim como o segundo plano agregou e evoluiu em relação ao primeiro, este terceiro avaliou os dez anos de atividade em prol das políticas públicas implantadas, incorporando uma tendência de planejar e executar ações integradas de prevenção e combate ao crime no âmbito do consórcio intermunicipal do Grande ABCD, para evitar que a criminalidade migrasse e passasse a atuar em cidades próximas, como é o caso das áreas metropolitanas, ampliando e regionalizando o alcance das políticas públicas.

Este 3<sup>o</sup> plano apresentou oito desafios visando aprimorar e melhorar as ações anteriores, incorporando novas, dentre eles: 1) envolvimento de adolescentes e jovens em situações de risco e de violência; 2) aprimorar a gestão e manutenção dos espaços públicos; 3) prevenir a violência nas escolas; 4) aprimorar o atendimento à violência doméstica; 5) intensificar a redução dos crimes contra a vida; 6) reduzir os crimes contra o patrimônio; 7) melhorar a relação das forças de segurança com a comunidade; e 8) aumentar a capacidade de gestão da política municipal de segurança pública.



Dentro deste oitavo e último desafio foram previstas ações integradas no âmbito do ABCD Paulista (compreendendo as Cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema), dentre elas: a) implantar projeto de comunicação integrada entre as GM; b) implantar sistema integrado de portais eletrônicos e de vídeo monitoramento; e c) acessar o sistema de Integração Nacional das Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (INFOSEG).

Miki (2008, p. 118) já ressaltava a importância e o pioneirismo da experiência de implantação dessas políticas públicas de prevenção à violência em Diadema, de que este é o caminho certo, que é possível reduzir a violência, mas que muito ainda precisa ser feito. Salienta que o papel destacado da participação popular tem garantido a democratização da gestão pública, sustentando a representação da diversidade social no município, sendo descrito como um “passo essencial tanto no diagnóstico dos problemas quanto na elaboração de políticas específicas e eficazes”.

A autora diz também que, dentre as dificuldades encontradas, a mais relevante foi a necessidade de criar uma cultura de trabalho transversal no próprio governo, o que significa uma mudança de paradigma, pois a implantação dessas políticas mobiliza diversas instâncias da prefeitura, órgãos públicos e outros segmentos sociais, gerando, não raras vezes, conflitos de interesses institucionais, técnicos, políticos ou pessoais.

As principais ações desenvolvidas pela Secretaria de Defesa Social de Diadema, com a participação do COMUSP, são: 1) Mapeamento da criminalidade; 2) Projeto “Adolescente aprendiz”; 3) Lei de fechamento de bares; 4) Programa “Diadema legal e fiscalização”; 5) Integração das polícias civil e militar e GCM; 6) Campanha do desarmamento infantil; 7) Clubinho da GCM; 8) Campanha de desarmamento adulto; 9) Programa “Anjos do quarteirão”; 10) Aperfeiçoamento da GCM; 11) Monitoramento de alarmes; 12) Ouvidoria da GCM; 13) Corregedoria da GCM; 14) Centro integrado de vídeo monitoramento; 15) Telecentro; 16) Mediação de conflitos.

O diagnóstico dos principais crimes em Diadema sempre aponta para os homicídios, os furtos e os roubos em geral e para o furto e roubo de veículos, sendo que a linha temporal desses delitos nos remete à metade dos anos 1990, quando essas incidências incluíram a cidade no pior *ranking* da sua história, como a mais violenta de São Paulo, até os dias atuais quando Diadema começou a dar a volta por cima e passou a viver um processo de queda nas taxas dos crimes mais graves.

**Tabela 1:** Indicadores criminais de Diadema/SP, de 1999 a 2015

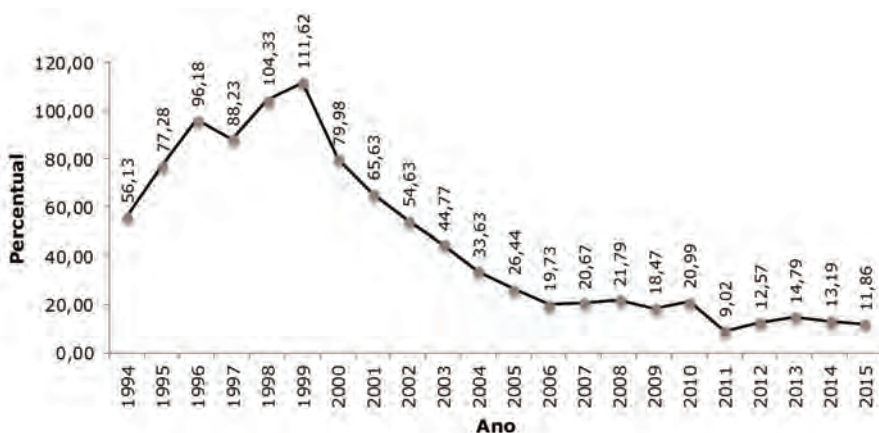
Ano	Homicídio doloso por 100 mil habitantes	Furto por 100 mil habitantes	Roubo por 100 mil habitantes	Furto e roubo de veículo por 100 mil habitantes	Furto por 100 mil veículos	Roubo por 100mil veículos	Furto e roubo de veículo por 100 mil veículos
1999	102,82	568,96	736,05	970,54	-	-	-
2000	76,15	524,07	671,32	976,21	-	-	-
2001	65,76	663,44	707,29	813,00	1.695,66	3.257,76	4.953,42
2003	43,06	801,48	813,75	678,03	1.772,63	1.775,48	3.548,10
2004	35,95	658,97	582,20	553,82	1.379,88	1.289,97	2.669,85
2005	27,95	753,45	726,56	634,97	1.217,72	1.564,14	2.781,86
2006	20,92	824,98	770,54	659,24	1.179,08	1.450,84	2.629,92
2007	21,15	864,76	862,65	651,94	1.011,16	1.347,90	2.359,06
2008	21,79	800,83	1.010,10	639,88	789,90	1.309,33	2.099,23
2009	14,87	753,99	1.150,15	866,39	900,46	1.725,81	2.626,27
2010	20,99	716,88	911,00	832,47	720,54	1.580,03	2.300,56
2011	9,02	772,12	1.083,03	812,59	634,68	1.410,83	2.045,51
2012	12,57	963,17	980,61	1.057,54	826,15	1.624,96	2.451,12
2013	14,79	915,72	1.214,41	1.311,08	633,16	2.219,10	2.852,26
2014	13,19	924,57	1.606,57	1.143,53	657,71	1.808,44	2.466,16
2015	11,86	859,59	1.705,56	943,63	553,91	1.378,06	1.931,97

**Fonte:** Até 2000, Res SSP 150/95 dados Fundação SEADE. Após 2001, Res SSP 160/01. Disponíveis em: <http://www.ssp.sp.gov.br/novaestatistica/Pesquisa.aspx>. Acesso em: 22 jan. 2016.

A forma de apresentação e análise dos indicadores criminais de São Paulo mudou a partir de 2002, quando a Secretaria de Segurança do Estado assumiu o gerenciamento das estatísticas, mudando a base de dados e a metodologia de análise, sendo que, até aquele ano, o levantamento e as estatísticas da criminalidade eram feitas pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), sendo repassados pela SSP/SP apenas com dados brutos, sem a socialização da análise das taxas por 100 mil habitantes, como passou a ser elaborado posteriormente, conforme a Tabela 1.

O pico da violência em Diadema ocorreu no ano de 1999, com 374 homicídios/ano, equivalendo à taxa de 111,62 por 100 mil habitantes, lembrando que para a OMS, locais com índices iguais ou superiores a 10 são tidos como zonas endêmicas de violência. Esse índice caiu para 20,67, em 2007, correspondendo a uma redução de 81,48% em relação a 1999 e, em escala decrescente voltou a diminuir nos anos seguintes, chegando a uma taxa de 11,86 por 100 mil habitantes em 2015, ou seja, diminuição de 89,53% em relação a 1999. Vale lembrar que, embora esse índice venha reduzindo sensivelmente, ele ficou abaixo da taxa de 10 homicídios por 100 mil habitantes, limítrofes para a OMS considerar como área conflituosa em um ano apenas, ou seja, em 2011 essa taxa foi de 9,02.

**Figura 1:** Evolução da taxa de homicídios em Diadema entre 1994 e 2015 (taxa por 100 mil habitantes)



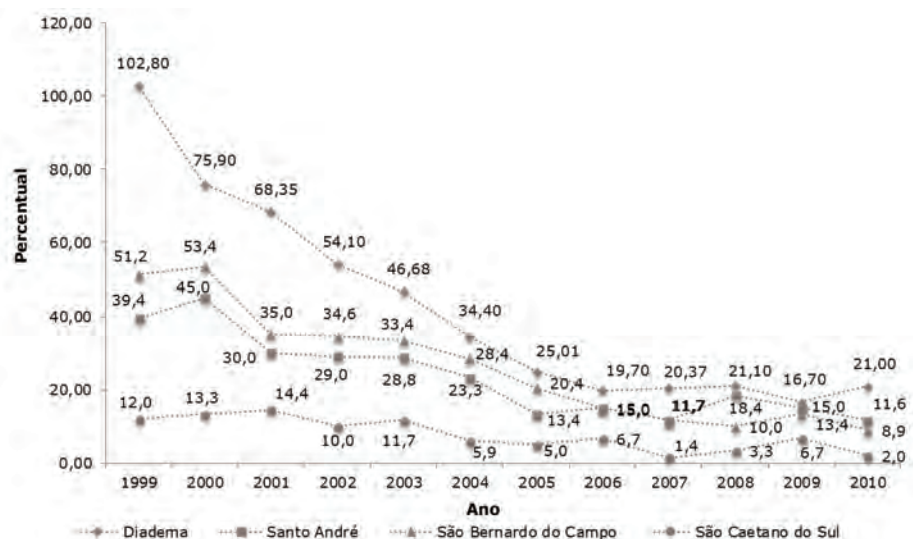
**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados: de 1994 a 2007 (Miki, 2008, p. 107); de 2008 a 2015 extraídos da tabela 1, com dados SSP/SP, Fundação SEADE.

O Gráfico 1 dá uma clara ideia da necessidade de mudança de foco nas políticas de prevenção à violência e na forma como elas vinham sendo gerenciadas pelo poder público, pois embora o ápice tenha sido no ano de 1999, havia uma clara tendência anual da situação que se agravava.

Após a mudança na forma de gestão, essas incidências caíram em todos os anos de 2000 a 2006, saltando de 79,08 para 19,73 homicídios por taxa de 100 mil habitantes. Nos anos subsequentes, mesmo com uma redução menor, os índices continuaram em escala decrescente.

A análise das taxas de homicídio em Diadema nos faz pensar se este fenômeno aconteceu somente neste município ou se essa redução tão significativa não ocorreu em cidades próximas, como as que compõem o ABCD Paulista, por exemplo. Da análise do Gráfico 2 percebe-se que se trata de um caso único, embora os outros municípios também apontem altas taxas de homicídio, com queda ou estabilização na década pesquisada. A experiência de Diadema somente em 2009 apresentou taxas aproximadas, nos demais sempre foi bem superior e a queda bem mais acentuada que os outros municípios de 1999 a 2006, quando se estabilizaram na faixa próxima de 20 mortes por taxa de 100 mil habitantes.

**Figura 2:** Taxa de homicídios por 100 mil habitantes nos municípios do ABCD paulista de 1999 a 2010



**Fonte:** 3º Plano Municipal de Segurança de Diadema, Instituto Sou da Paz, 2011, com dados da SSP/SP, Resolução 160, Projeção populacional: Fundação SEADE.

Na análise do 3<sup>o</sup> Plano Municipal, a posição de Diadema dentro do ABCD Paulista foi assim interpretada:

Depois de um significativo crescimento nas taxas de homicídios durante a década de 90, quase 50% entre os anos de 1995 e 1998, houve uma importante queda nos homicídios na cidade. Entre 1999 e 2010 essa queda foi de 79%. Ao compararmos com os outros municípios do ABCD, é possível perceber que as taxas da cidade são mais altas, mas que, no entanto, a queda em Diadema foi bem maior. Ainda assim, esse é um crime que requer atenção. Não só por sua gravidade, mas porque é possível observar um pequeno aumento na taxa entre 2009 e 2010. A redução nas taxas de homicídios gerou impactos muito positivos para Diadema. Houve uma significativa melhora na imagem da cidade, aumentando a autoestima da população e contribuindo para um significativo crescimento econômico (DIADEMA, 2011, p. 3).

Já dentro desta tendência inserida no 3<sup>o</sup> Plano de Segurança de Diadema, de planejar e executar ações integradas de prevenção e combate ao crime no âmbito do consórcio intermunicipal do Grande ABCD, com o objetivo de evitar que a criminalidade migre e passe a atuar em cidades próximas, como é o caso das cidades metropolitanas, regionalizando o alcance das políticas públicas, se levantaram as principais incidências criminais e de que maneira as políticas implantadas em Diadema poderiam beneficiar os municípios limítrofes, considerando que nos últimos anos foram criados novos postos de trabalho no município e que as empresas costumam fazer estudo de imagem das cidades, com os principais indicadores, para subsidiar a escolha de novos locais para investimento. Se as taxas de homicídios e de outros crimes sobem, isso se torna um fator negativo para futuros empreendimentos.

Essa ideia de se criar consórcios intermunicipais, como o exemplo implantado na região do ABCD Paulista, surgiu como uma alternativa, um caminho interessante a ser percorrido, sendo que vários autores já se manifestaram favoravelmente a essa tendência, Soares (2006, p. 156) destacou a necessidade de articulação “ao nível local, de políticas sociais preventivas da violência, vinculando prefeituras, governo estadual e sociedade civil”, pensamento ratificado por Ricardo e Caruso (2007, p. 107) que sugeriram “consórcios intermunicipais que levem em conta

protocolos de cooperação como alternativa para pensar a questão da segurança pública nas metrópoles brasileiras”, sugestão também colocada por Guindani (2014, p. 564), ao dizer que essas experiências revelam ainda haver condições para o êxito das ações preventivas da violência “como a corresponsabilidade e o consórcio de políticas intersetoriais de prevenção à violência nas três esferas de poder, especialmente no âmbito municipal”.

**Tabela 2:** Comparativo por tipo criminal em Diadema de 2013 a 2015

<b>Crimes – Diadema</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Percentuais 2014/2015</b>	<b>Percentuais 2013/2015</b>
Homicídio doloso	58	52	47	-9,62	-18,97
Homicídio culposo acidente trânsito	18	964	21	-97,82	16,67
Lesão corporal acidente de trânsito	964	918	839	-8,61	-12,97
Tentativa de homicídio	83	52	37	-28,85	-55,42
Roubo	4761	6332	6758	6,73	41,94
Furto	3590	3644	3406	-6,53	-5,13
Roubo de veículo	3999	3305	2667	-19,30	-33,31
Furto de veículo	1141	1202	1072	-10,82	-6,05
Veículos recuperados	2209	1968	1517	-22,92	-31,33
<b>Total</b>	<b>16823</b>	<b>18437</b>	<b>16364</b>	<b>-11,24</b>	<b>-2,73</b>

**Fonte:** Observatório de Segurança de Diadema com dados da Delegacia Seccional da Polícia Civil.

O mapeamento das incidências criminais além daquelas levantadas pela SSP/SP também é feito pelo Observatório de Segurança da Secretaria de Defesa Social de Diadema por meio dos dados fornecidos pela Polícia Civil, servindo como ferramenta de gestão nas reuniões do GGI-M com os dados georreferenciados e mapeados por regiões para saber onde mais acontecem, onde diminuiram, onde estão aumentando etc.

### ***A experiência municipal de Canoas no Rio Grande do Sul***

A experiência de implantação de políticas públicas municipais de prevenção à violência de Diadema serviu de inspiração para os projetos apresentados no município de Canoas no Rio Grande do Sul, sendo que,

neste caso em particular, o prefeito e um secretário tinham experiência de gestão e assessoramento técnico junto ao Ministério da Justiça, portanto conhecedores dos meandros da criação do PRONASCI e do encaminhamento de projetos, o que foi fundamental para o sucesso da experiência.

Dentre as principais ações desenvolvidas pela prefeitura de Canoas e pela Secretaria de Segurança Pública e Cidadania, neste período, estão: 1) Reuniões do GGI-M; 2) Plantões integrados de fiscalização e os Grupos de Trabalhos (GT); 2.1) Balada Segura; 2.2. GT Eventos; 2.3) GT Policial; 2.4) GT Tecnologias Aplicadas; 2.5) GT Territórios de Paz; 3) Casa das juventudes; 4) Núcleo de justiça comunitária; 5) Agência da boa notícia; 6) Mulheres da paz; 7) Geração consciente; 8) Praça das juventudes; 9) Centro de referência das juventudes; 10) Núcleo de promotoria dos direitos das mulheres; 11) Projeto Canoas mais segura; 12) Valorização da GM.

**Tabela 3:** Indicadores de homicídio, roubo e roubo de veículos de Canoas, de 2002 a 2015, por taxa de 100 mil habitantes e 100 mil veículos

Período	População	Homicídio doloso	Taxa 100 mil hab.	Roubos	Taxa 100 mil hab.	Roubo de veículo	Frota de veículos	Taxa 100 mil veículos
2002	315.364	61	19,34	3.272	1.037,53	562	99.072	567,26
2003	318.442	68	21,35	4.376	1.374,19	643	105.543	609,23
2004	321.387	42	13,07	4.306	1.339,82	1.270	95.126	1.335,07
2005	324.120	67	20,67	3.995	1.232,57	1.138	101.256	1.123,88
2006	326.840	62	18,97	3.887	1.189,27	1.222	106.658	1.145,72
2007	329.407	70	21,25	3.566	1.082,55	1.046	114.158	916,27
2008	331.935	82	24,70	3.554	1.070,69	1.110	122.909	903,11
2009	334.288	105	31,41	3.527	1.055,08	1.138	131.934	862,55
2010	336.405	81	24,08	2.597	771,99	792	141.649	559,13
2011	339.370	86	25,34	2.057	606,12	915	151.920	602,29
2012	342.858	112	32,67	2.349	685,12	979	161.992	604,35
2013	346.413	103	29,73	2.596	749,39	658	171.302	384,12
2014	349.023	107	30,66	3.249	930,88	935	179.267	521,57
2015	341.343	133	38,96	4.108	1.203,48	1.082	184.612	586,09

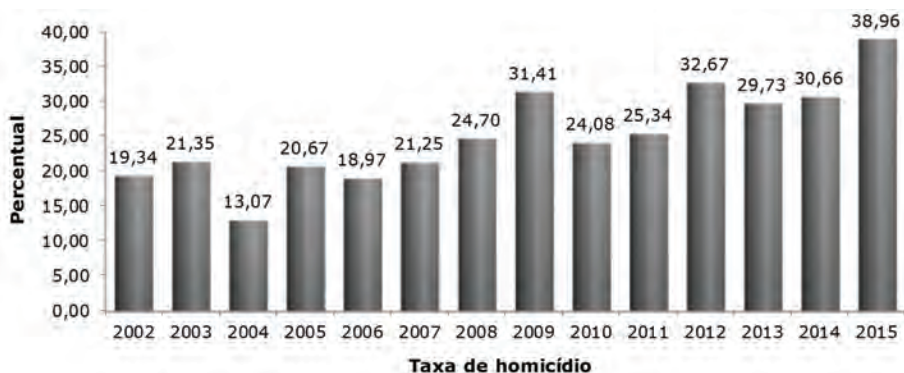
**Fonte:** SSP-RS (extração em 01.02.2016) - IBGE e FEE (estimativa população 2015).

O fato de Canoas compor a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e ser uma das cidades com maior Produto Interno Bruto (PIB) do

Estado e também uma das mais populosas, sempre a colocou entre aquelas com as maiores incidências criminais, principalmente nos delitos mais violentos, tanto que foi a primeira do Rio Grande do Sul a ter território de paz, cuja condição básica para instalação é o alto índice de homicídios.

O período levantado na Tabela 3 coaduna-se com aquele em que a SSP/RS começou a mapear os dados de criminalidade e torná-los públicos, de forma geral e por municípios, inclusive antes da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (Lei N<sup>o</sup> 12.527, de 18 de novembro de 2011), cuja análise é apresentada a seguir.

**Figura 3:** Evolução da taxa de homicídios em Canoas entre 2002 e 2015 (taxa por 100 mil habitantes)



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados da SSP/RS, FEE, IBGE em 01.02.2016.

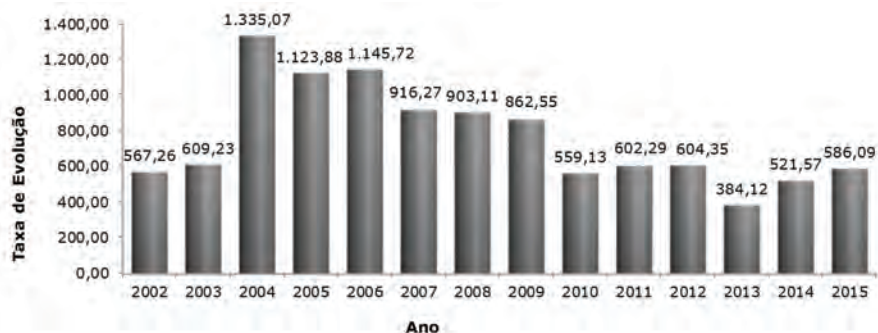
Diferentemente das taxas de homicídios por 100 mil habitantes detectadas em Diadema nos anos pesquisados, as taxas de Canoas, são menores e mais uniformes no período em análise, 2002 a 2015, não se podendo perceber grandes avanços das políticas públicas de enfrentamento à violência no quesito de diminuição do número de homicídios, embora no auge dos projetos PRONASCI tenha havido uma pequena queda nas taxas de 24,08 e 25,35 em 2010 e 2011, respectivamente.

Cabe ressaltar que os dados do Gráfico 3 expressam percentuais muito acima da taxa de 10 homicídios por 100 mil habitantes limítrofes para a OMS considerar como área conflituosa, sendo que o índice mais aproximado desta taxa se deu em Canoas apenas no ano de 2004, com 13,07 homicídios por 100 mil habitantes. Diferentemente de Diadema onde



este delito se apresentou em escala descendente, em Canoas ele cresceu quase todos os anos, atingindo em 2015 a taxa mais elevada de 38,96.

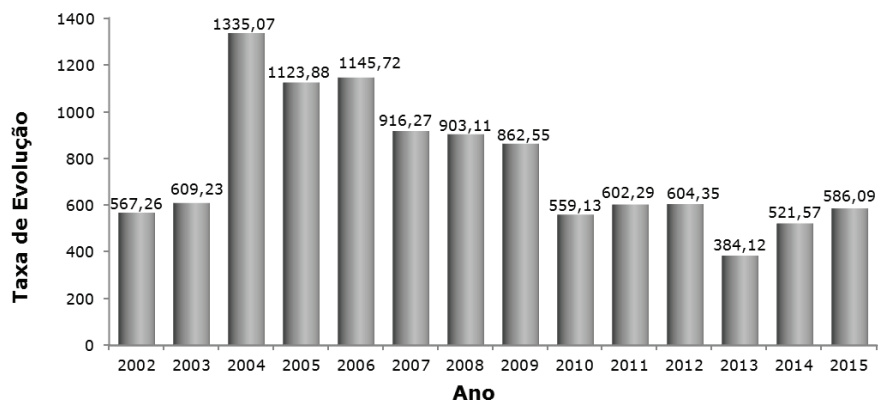
**Figura 4:** Evolução da taxa de roubos em Canoas entre 2002 e 2015 (taxa por 100 mil habitantes)



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados da SSP/RS, FEE, IBGE em 01/02/2016.

A análise das taxas do delito de roubo no município de Canoas, por 100 mil habitantes, nos revela que houve uma clara queda de 2010 a 2013, período em que estiveram em evidência os projetos PRONASCI, incidência que voltou a crescer em 2014 e, em 2015, com índices alarmantes como apresentava no início dos anos 2000, quando se passou a planejar a adoção das políticas públicas de prevenção à violência.

**Figura 5:** Evolução da taxa de roubos de veículo em Canoas entre 2002 e 2015 (taxa por 100 mil veículos)



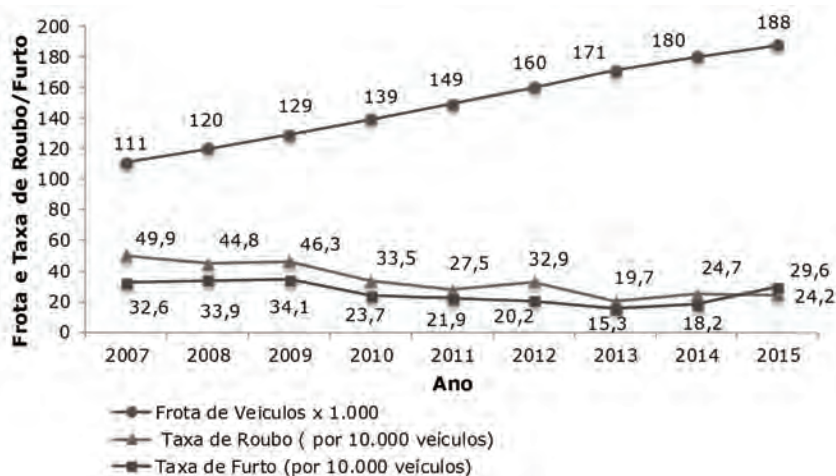
**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados da SSP/RS, FEE, IBGE em 01/02/2016.

A análise das taxas do delito de roubo de veículo no município de Canoas, por taxa de 100 mil habitantes, nos revela que de 2004 a 2006 houve um grande aumento nesta prática delituosa, tanto que foi uma das primeiras a ser pesquisada, após os homicídios, pela equipe transdisciplinar do Observatório de Segurança de Canoas. Nos anos subsequentes houve redução desse delito, mantendo os índices praticamente uniformes até o ano de 2015.

Depreende-se do Gráfico 6 que, quanto aos furtos de veículos houve uma escala ascendente de 2007 até 2009, quando caíram quatro anos seguidos, sendo que em 2013 atingiu-se o menor percentual dos anos pesquisados, e em 2014 houve um novo acréscimo e que se elevou sobremaneira em 2015, considerando ser este o levantamento apenas do 1º semestre, já tendo superado todas as médias dos nove anos pesquisados e com um acréscimo de 69% em relação ao ano de 2014.

Já quanto ao delito de roubo de veículos, estes sempre ocorreram em números superiores aos de furto de veículos, com a única exceção no ano de 2015, quando foram ultrapassados, já no 1º semestre, conforme se pode comparar na sequência anual do Gráfico 6 e, também, diminuíram quase pela metade no período pesquisado, baixando de 49,9 para 24,2 veículos roubados por taxa de 10 mil veículos, de 2007 a 2015.

**Figura 6:** Comparativo da frota por 1.000 habitantes e taxa de roubos e furtos de veículos (por 10.000 veículos) em Canoas, de 2007 a 2015

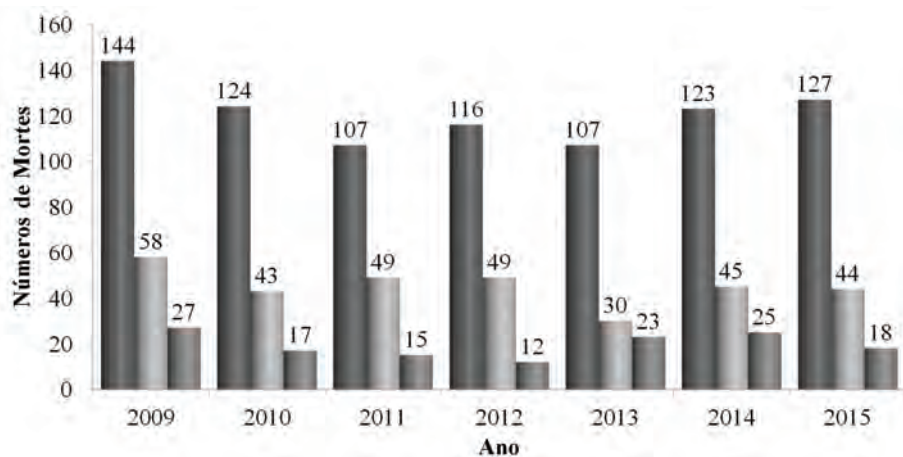


**Fonte:** Observatório de Segurança Pública de Canoas com dados da SSP/RSE DENATRAN.

Neste mesmo gráfico os técnicos do observatório de Canoas levantaram também o aumento anual da frota de veículos por 1.000 habitantes, em um salto de 111 para 188 por mil habitantes de 2007 para 2015, representando um aumento de 40,95%.

Em Canoas são registradas como mortes violentas os homicídios, os latrocínios e os encontros de cadáver, sendo que, para as reuniões mensais do GGI-M e o fornecimento dos dados georreferenciados, os integrantes do observatório de segurança fazem o levantamento desses dados junto à polícia civil local e suas análises comparativas por área onde estão em funcionamento as políticas públicas de prevenção à violência, como no caso as duas territórios de paz instalados e em funcionamento em Canoas, onde há uma série de atividades desenvolvidas com este intento.

**Figura 7:** Mortes violentas em Canoas e nos Territórios de Paz dos bairros: Grande Mathias Velho e Guajuviras, de 2009 a 2015



**Fonte:** Observatório de Segurança Pública de Canoas. Dados: SIPAC/2<sup>a</sup> DPRM, SMS/SIM.

Da análise da Tabela 4 se vê que em 2009, 59,02% do total de mortes violentas de Canoas aconteceram nos territórios de paz, percentual que caiu para 48,48% em 2010, voltou a subir para 59,81% em 2011, foi de 52,58 em 2012, de 49,53% em 2013, aumentando para 56,91% em 2014 e representando 48,81% em novembro de 2015, quando foi feita a análise, ou seja, em quase todos os anos pesquisados, mesmo com as ações de prevenção do PRONASCI, as mortes violentas dos territórios de paz representam quase 50% desses registros na cidade.

**Tabela 4: Ranking dos homicídios dolosos em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), em 2014 e 2015**

Ranking taxa 2015	Municípios	Número absoluto		Variação 2014/2015	População	Taxa homicídio doloso	
		2015	2014			Jan. a set. 2015	Jan. a set. 2014
1 <sup>o</sup>	Alvorada	91	105	↓	206.561	44,1	51,0
2 <sup>o</sup>	Guatiba	35	17	↑	99.029	35,3	17,2
3 <sup>o</sup>	São Leopoldo	76	84	↓	228.370	33,3	37,0
4 <sup>o</sup>	Porto Alegre	444	406	↑	1.476.867	30,1	27,6
5 <sup>o</sup>	Canoas	97	76	↑	341.343	28,4	22,4
6 <sup>o</sup>	Viamão	71	75	↓	251.978	28,2	29,9
7 <sup>o</sup>	Nova Santa Rita	7	2	↑	25.700	27,2	7,90
8 <sup>o</sup>	Portão	9	6	↑	33.994	26,5	17,8
9 <sup>o</sup>	Novo Hamburgo	60	69	↓	248.694	24,1	17,8
10 <sup>o</sup>	Cachoeirinha	29	28	↑	125.975	23,0	22,4
	RMPA	1.106	1.082	↑	4.258.926	26,0	25,5
	RS	1.779	1.718	↑	11.247.972	15,8	15,3

**Fonte:** Elaborado pelo Observatório de Segurança Pública de Canoas com dados da SSP/RS.

**Tabela 5: Ranking do roubo de veículos em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), em 2014 e 2015**

Ranking Taxa 2015	Municípios	Número absoluto		Variação 2014/2015	Frota	Taxa roubo de veículos	
		2015	2014			Jan. a set. 2015	Jan. a set. 2014
1 <sup>o</sup>	Porto Alegre	6958	5048	↑ 37,80%	845.481	82,3	61,3
2 <sup>o</sup>	Alvorada	398	251	↑ 58,60%	76.598	52,0	34,7
3 <sup>o</sup>	São Leopoldo	570	376	↑ 51,60%	112.062	50,9	34,8
4 <sup>o</sup>	Novo Hamburgo	774	598	↑ 29,40%	157.551	49,1	39,3
5 <sup>o</sup>	Canoas	842	697	↑ 20,80%	190.041	44,3	38,1
6 <sup>o</sup>	Cachoeirinha	313	239	↑ 31,00%	71.973	43,5	34,6
7 <sup>o</sup>	Viamão	424	267	↑ 58,80%	113.343	37,4	25,0
8 <sup>o</sup>	Campo Bom	143	153	↓ -6,50%	40.013	35,7	40,0
9 <sup>o</sup>	Gravataí	477	452	↑ 5,50%	144.517	33,0	33,0
10 <sup>o</sup>	Estância Velha	74	70	↑ 4 casos	28.646	25,8	25,6
	RMPA	11.609	8.707	↑ 33,30%	2.322.617	50,0	38,9
	RS	13.368	10.247	↑ 30,50%	6.396.163	20,9	16,7

**Fonte:** Elaborado pelo Observatório de Segurança Pública de Canoas com dados da SSP/RS. Extração em 25.10.2015. 1) Cálculo da taxa por 10 mil veículos 2º dados do DENATRAN /Set/ 2015.

Seguindo uma tendência já implantada da região do Grande ABCD Paulista, no Estado do Rio Grande do Sul os gestores locais também cogitam formas de atuação integrada com outros municípios nos moldes do consórcio intermunicipal, apresentado em 2011 em Diadema, e, embora em Canoas a questão não tenha sido formalizada, o levantamento das principais incidências delituosas e da forma como a criminalidade migra já é objeto de trabalho dos pesquisadores do Observatório de Segurança Pública.

Por esta razão, já vem sendo feito o estudo do *ranking* de algumas incidências criminais, em uma análise comparativa de dez municípios nos anos 2014 e 2015, de onde se depreende que os homicídios cresceram em 2015 em seis das dez cidades pesquisadas, sendo que em Canoas o aumento de 76 para 97 significou uma variação percentual de 27,6% a mais de homicídios dolosos em 2015 com relação a 2014, fazendo a taxa por 100 mil habitantes subir de 22,4 para 28,4 e o município cair da 10<sup>a</sup> posição no *ranking* em 2014 para a 5<sup>a</sup> com mais homicídios em 2015.

No *ranking* do delito de roubo de veículos percebe-se um quadro ainda mais preocupante, pois neste, à exceção de um único município, todos os demais tiveram considerável aumento em seus percentuais de 2014 para 2015, sendo que o de Canoas foi de 697 para 842, em uma variação percentual de 20,8% e fazendo a taxa de roubo de veículos subir de 38,1 para 44,3 por 10 mil veículos em 2015.

## Considerações finais

Uma série de fatores contribuiu para a crescente inserção dos municípios na área da segurança pública, porém os que mais se destacam são: o aumento da criminalidade e da violência urbana e das demandas da população que clama por ações efetivas visando sua prevenção; a limitação dos governos estaduais no atendimento dessas necessidades; e a possibilidade real dos municípios em desenvolver essas ações de prevenção ao crime e à violência de forma integrada, participativa e transparente, como ocorreu nas duas experiências pesquisadas.

Os municípios brasileiros têm visto, principalmente após a entrada em vigor da nova Constituição, um aumento de suas responsabilidades no sentido de gerir de forma mais próxima, eficiente e local às necessidades dos

cidadãos, porém, isto só aconteceu de forma efetiva e constitucionalizada em relação às políticas públicas relacionadas à saúde, educação, assistência e desenvolvimento social. A única e nevrálgica área de atendimento que ficou totalmente na responsabilidade dos Estados membros da federação é a atividade de segurança pública. Por esta razão, muitos titulares de executivos municipais preferem não se envolver por entenderem que essa competência não os alcança e, também, visando evitar mais uma responsabilidade e possíveis atritos com os titulares estaduais e federais dessa área técnica e de grande complexidade, que geralmente traz grandes repercussões e críticas quanto às suas demandas não cumpridas de maneira satisfatória, violências e incidências criminais.

A importância do poder local na prevenção dos delitos e a forma participativa de atuação da comunidade nessas ações precisa ser levada em consideração, ideia já ratificada por Dias Neto (2005) quando viu na nova forma de prevenir os delitos três importantes modalidades pontuais e locais de intervenção: 1) iniciativas voltadas ao reconhecimento político de uma demanda local por segurança por meio da criação de fóruns governamentais, parlamentares e comunitários voltados a diagnosticar a percepção dos cidadãos em relação aos problemas; 2) ações preventivas locais voltadas à produção e à difusão do conhecimento no campo da segurança, servindo como subsídio na formulação de políticas; e 3) planejamento, a partir do diagnóstico, de um plano de intervenções com a participação da sociedade.

As experiências de implantação de políticas públicas municipais de prevenção e combate à violência no Brasil são apenas pontuais e voluntaristas, dependendo unicamente da vontade do gestor em enfrentar o tema, pois se não quiser fazê-lo, basta dizer que esta não é uma responsabilidade legal do município.

A experiência de Diadema foi marcada por uma transformação necessária pelas alarmantes taxas de crimes, ações justificadas por Miki (2008) como um paradoxo entre não ter competência constitucional para atuar no combate à criminalidade e, ao mesmo tempo, ter que responder diretamente aos munícipes, fazendo com que as autoridades locais buscassem um “arranjo institucional” que pudesse administrar a política de segurança, de acordo com o conceito de segurança cidadã.

A análise das estatísticas criminais antes e após a implantação de políticas públicas municipais de prevenção à violência em Diadema é decisiva para entender por que este município do ABCD paulista se tornou uma referência, não apenas no sentido de guinar o aumento, mas diminuindo ano a ano as incidências de criminalidade violenta, principalmente de homicídios, que foi justamente a que colocou Diadema no *ranking* negativo de campeã no Estado de São Paulo. A pesquisa mostrou que os programas continuam ativos e servindo de exemplo a outros municípios brasileiros.

Em relação ao município de Canoas, cujos projetos e ações basearam-se no modelo de Diadema, também com o objetivo de reduzir a violência, pode-se dizer que a iniciativa, o encaminhamento dos projetos, sua implementação e acompanhamento, principalmente nos dois territórios de paz instalados junto aos bairros Guajuviras e Mathias Velho, foram muito efetivos durante o período em que o PRONASCI deu o aporte financeiro; porém, com sua extinção, Canoas sentiu-se órfã desse apoio nas políticas públicas já efetivas, que sofreram um remodelamento e algumas adaptações com o objetivo de diminuir custos para que o município pudesse arcar com esse ônus.

Pode-se dizer que as duas experiências municipais de implantação de políticas públicas de prevenção à violência pesquisadas foram muito frutíferas e, mesmo que não se tornem definitivas, provam que é possível sim criar alternativas eficientes neste campo tão nevrálgico da segurança pública no Brasil, colocando poder na mão da comunidade, que tem nessas ações transparentes a prestação de contas do que está sendo feito, se esses projetos estão surtindo o efeito que se espera por meio da análise dos dados e dos diagnósticos apresentados. Ratifica-se, assim, posição de Azevedo (2013), de que os impasses e os desafios dos exemplos aqui apresentados podem servir de referência para a consolidação destas boas práticas no campo da segurança pública brasileira.

## Referências

AMÁBILE, Antônio Eduardo de Noronha. Verbete “políticas públicas”. In: CASTRO, Carmem L. F.; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMÁBILE, Antônio Eduardo de N. (Org.) *Dicionário de políticas públicas*. Barbacena-MG: Ed. UEMG, 2012. p. 390-391.



AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (Coord.). *As políticas públicas de segurança no âmbito municipal: uma análise comparada das Cidades de Canoas/RS e Jaboatão dos Guararapes/PE*. Brasília: Ministério da Justiça/SENASP, 2013. p. 283-376. (Coleção Pensando a Segurança Pública, v. 3)

CRAVO, Roldenyr. *A Guarda Municipal e a Constituição de 1988*. 2009. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/node/22419>. Acesso em: 06 jan. 2016.

DIADEMA. *3º Plano Municipal de Segurança, 2011*. Disponível em: [http://www.soudapaz.org/upload/pdf/iii\\_plano\\_municipal\\_de\\_seguran\\_a\\_publica\\_de\\_diadema\\_final.pdf](http://www.soudapaz.org/upload/pdf/iii_plano_municipal_de_seguran_a_publica_de_diadema_final.pdf). Acesso em: 04 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. *2º Plano Municipal de Segurança, 2005*. Disponível em: [http://www.soudapaz.org/upload/pdf/ii\\_plano\\_municipal\\_de\\_segurana\\_diadema\\_ago\\_2005.pdf](http://www.soudapaz.org/upload/pdf/ii_plano_municipal_de_segurana_diadema_ago_2005.pdf). Acesso em: 04 jun. 2016.

DIAS NETO, Theodomiro. *Segurança urbana: o modelo da nova prevenção*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais; Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GUINDANI, Miriam Krenzinger A. Políticas Municipais de Segurança. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 559-565.

MIKI, Regina. A experiência de Diadema em políticas públicas e a segurança cidadã. In: VELOSO, Fernando; FERREIRA, Sérgio Guimarães (Org.). *É possível: gestão da segurança pública e redução da violência*. Rio de Janeiro: IEPE, Casa das Garças, 2008. p. 105-120.

\_\_\_\_\_. Participação do município na segurança pública. In: *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, ano 2, 2008, p. 72-74.

MIRAGLIA, Paula. A promessa não cumprida das políticas públicas. In: *Diálogos sobre segurança pública*. Observatório da Cidadania, 2008, p. 22-30. Disponível em: <http://www.socialwatch.org/node/11297>. Acesso em: 21 maio 2016.

MISSE, Michel; BRETAS, Marcos Luiz (Org.). *As Guardas Municipais no Brasil: diagnóstico das transformações em curso*. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ; BOOKLINK, 2010.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. Políticas Públicas de Segurança e Políticas de Segurança Pública: da teoria a prática. In: *Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança – O Brasil diz não a violência*. Gabinete de Segurança Institucional. São Paulo: ILANUD, 2002. p. 43-62. Disponível em <http://www.ilanud.org.br/midia/doc/Das-politicas-de-seguranca-publica-as-politicas-publicas-de-seguranca-livro.pdf>.

OLIVEIRA, Márcia Martins de. *Informação, poder e segurança pública: um estudo da Unidade de Polícia Pacificadora*. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - PPGCI/UFRJ, da UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.

PAZINATO, Eduardo. *Os sentidos da participação para a construção de políticas de segurança municipais*. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RICARDO, Carolina de Mattos; CARUSO, Haydee G. C. Segurança Pública: um desafio para os municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 1, n. 1, p. 102-119, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. *Arquitetura institucional da segurança pública no Brasil: três propostas de reforma constitucional*. Julho de 2012. Disponível em: <http://www.luizeduardosoares.com/?p=997>.

\_\_\_\_\_. *Segurança tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

\_\_\_\_\_. Novas políticas de segurança pública. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 47, abr. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000100005&script=sci_arttext). Acesso em: 27 maio 2016.

XAVIER, Laércio N. *Políticas públicas de segurança*. Fortaleza: LCR, 2012.

ZACCHI, José Marcelo. Prevenção da violência: avanços e desafios na ordem do dia. In: *Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança: o Brasil diz não a violência*. Gabinete de Segurança Institucional. São Paulo: ILANUD, 2002. p. 31-42. Disponível em <http://www.ilanud.org.br/midia/doc/Das-politicas-de-seguranca-publica-as-politicas-publicas-de-seguranca-livro.pdf>. Acesso em 28 fev. 2016.



## CAPÍTULO 12

### **Perfil da capacidade de atendimento da Gerência de Perícias de Balística de Cuiabá às demandas de exames periciais na Região Metropolitana de Cuiabá**

#### **Renato Barbosa Guanaes Simões**

Pós-graduado em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos (UFMT) e perito oficial criminal do Estado de Mato Grosso. Cuiabá – Mato Grosso – Brasil. [rsimoes.eng@gmail.com](mailto:rsimoes.eng@gmail.com)

#### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UPPA. Belém – Pará – Brasil. [edson@ufpa.br](mailto:edson@ufpa.br)

#### **Resumo**

Devido à crescente violência da criminalidade há necessidade de que os órgãos responsáveis identifiquem os problemas que ocasionaram este aumento, bem como alternativas de soluções a eles. A POLITEC tem como objetivo o fornecimento de informações técnico-periciais aos órgãos competentes, que devem se organizar no sentido de racionalizar seus recursos de forma a ter maior agilidade no processo, bem como dar uma resposta mais imediata possível à sociedade. Neste contexto a Gerência de Perícias de Balística, responsável pelos exames de arma de fogo, possui papel prioritário neste cenário, pois além da arma de fogo ser o instrumento mais utilizado no cometimento de crimes no Estado de Mato Grosso, é considerada agravante, acarretando penas maiores. O objetivo deste trabalho consiste no levantamento de dados que permitam verificar se a Gerência de Perícias de Balística possuía recursos humanos suficientes para atender a demanda de exames de armas de fogo e munições requisitados em 2013. Para a obtenção destes dados foi realizada uma pesquisa da produtividade frente à demanda dos exames requisitados. A análise demonstrou que a produtividade ficou pouco abaixo da demanda, gerando passivos. Isso indica que, diante da gravidade dos crimes envolvidos, a Gerência de Perícias de Balística necessita de contingente suficiente para atender completamente a demanda solicitada.

**Palavras-chave:** Arma de Fogo. Criminalidade. Violência.

## Introdução

Este trabalho é resultado de monografia de Pós-Graduação em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos, realizada no Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), cujo principal objetivo é mostrar o perfil dos exames periciais em armas de fogo e munições realizados pela Gerência de Perícias de Balística de Cuiabá, em 2013, a partir dos dados registrados no setor de protocolo da Perícia Oficial e Identificação Técnica (POLITEC), órgão pericial oficial do Estado de Mato Grosso.

Considerando o aumento constante da violência em Mato Grosso, a preferência da utilização de armas de fogo como instrumento na maioria dos crimes e o rigor do Estatuto do Desarmamento para com os crimes envolvendo armas de fogo e munições, é imprescindível que a POLITEC forneça, em tempo hábil, as provas técnicas necessárias para julgar casos que envolvam armas de fogo e munições. A ausência destas provas, na melhor das hipóteses, protela os julgamentos indefinidamente, aumentando a sensação de impunidade.

Diante disso, é necessária uma análise quantitativa da demanda e da produtividade da Gerência de Perícias de Balística de Cuiabá para indicar se, em 2013, havia recursos humanos em quantidade suficiente para dar resposta à demanda de exames periciais de armas de fogo e munições.

Neste sentido, este trabalho é embasado somente na produtividade média dos peritos criminais não analisando as deficiências de materiais, equipamentos e infraestrutura.

Diante desta necessidade do sistema judiciário ter as provas técnicas, é fácil imaginar o problema que o sistema judiciário teria de enfrentar caso a demanda de laudos periciais não fosse atendida. Esse problema iria impactar diretamente na sensação de segurança da população e confiança do sistema judiciário.

Diante disso, é necessária uma análise quantitativa da Gerência de Perícias de Balística de Cuiabá para indicar se há recursos humanos em quantidade suficiente para dar resposta à demanda de Exames Periciais de armas de fogo e munições.

## Revisão bibliográfica

Nas últimas décadas, a criminalidade violenta no Brasil tem crescido sistematicamente. Segundo o estudo Mapa da Violência 2013 (WASELFISZ, 2013, p. 11), “a taxa de homicídios da população total, que em 1996 [...] era de 24,8 por 100 mil habitantes, cresceu para 27,1 em 2011”.

Violência é um termo usado para identificar sérios danos à lei e ordem estabelecidas pela sociedade. Os danos podem ser morais, invadindo a integridade física ou psicológica e até mesmo atentar contra a vida das pessoas.

As causas da violência muitas vezes são associadas à pobreza, mas segundo a doutora Maria Fernanda Tourinho Peres (2004, p. 148), “não é a pobreza que explica as altas taxas de mortalidade, mas sim a existência de enormes desigualdades sociais”.

Existem áreas extremamente pobres no Nordeste brasileiro que apresentam índices muito menores de violência do que em grandes centros (PERES, 2004).

Uma das causas apontadas por Peres (2004) é que as periferias das cidades, nas quais o Poder Público quase que não se faz presente, o crime tem maior facilidade para instalar-se visto a falta de infraestrutura bem como a baixa oferta de postos de trabalho.

Peres ainda apresenta como causa a impessoalidade das relações nos grandes centros e também a desestruturação familiar, que não deve ser restrita à falta do pai ou a mãe, mas sim de condições mínimas de afeto e convivência familiar nas quais valores sociais são apresentados e cobrados.

O desemprego ou a falta do mesmo pode levar o jovem ao ingresso da criminalidade, a fim de conseguir espaço na sociedade e ser reconhecido. Outra causa é o aumento do consumo e tráfico de drogas, chacinas e disputas entre traficantes.

E ainda, existe a disseminação das armas de fogo, principalmente as leves, que em discussões familiares, em bares, de trânsito podem levar a assassinatos.

O ano de 2014 foi uma explosão de violência devido à insatisfação de parte da população com relação aos jogos da Copa do Mundo, bem como linchamentos, motins em presídios, greves de policiais, demonstrando uma séria crise na Secretaria de Segurança Pública Brasileira, que

necessita urgentemente de rever suas ações a fim de refletir sobre possíveis alternativas de ação para minimizar tal problema.

Neste sentido, este trabalho objetiva aprofundar o estudo na violência praticada por armas de fogo, pois o seu aumento tem se transformado em um problema grave, sendo comparável em números de homicídios muitas vezes superior a países que estão em guerra ou em conflitos étnicos ou religiosos, bem como o papel dos institutos periciais que recebem as armas de fogo envolvidas em crimes.

As causas do aumento da mortalidade por armas de fogo, segundo Fiaschitello (2013) são devidas aos seguintes fatores:

i) Facilidade de acesso às armas de fogo - na qual a Campanha do Desarmamento de 2004 não surtiu o efeito desejado;

ii) Impunidade – a falta de elucidação dos crimes e a ausência de punições, ou seja, a impunidade dos meliantes, não coíbe e sim estimula a violência, visto que a resolução dos crimes no Brasil é baixíssima.

iii) Cultura da violência – A sociedade brasileira está sendo criada numa cultura de violência na qual o uso das Armas de Fogo seria a solução para qualquer tipo de conflito, sejam eles banais ou circunstanciais.

Bandeira e Bourgois (2005) acrescentam o comércio clandestino ou descontrolado de armas pequenas, cuja aquisição se tornou fácil devido a preços acessíveis, são fáceis de manusear e de transportar, têm uma boa durabilidade e são fáceis de esconder. Segundo Dreyfus et al. (2009, p. 66):

A violência armada é o principal traço da insegurança pública no país. A arma de fogo e a morte estão presentes na delinquência comum, na agressão interpessoal, no crime organizado e no controle territorial ilegal nas grandes cidades. A arma de fogo se revela como a marca da insegurança no Brasil. Embora o controle de armas não resolva por si só a questão da insegurança, está provado que ele atua de forma fundamental no principal vetor que gera a violência letal: a arma de fogo.

A união destas causas favorece um clima de reprodução da violência homicida no Brasil, reforçado pela falta de humanidade e respeito que impera no país, como a corrupção, as vantagens pessoais, o dinheiro fácil das drogas e o comércio de armas ilícitas.

O estudo Mapa da Violência 2013 (WASELFISZ, 2013) mostra que em 2011 no Brasil houve um total de 52.198 homicídios produzindo uma taxa naquele ano de 27,20 homicídios por cem mil habitantes, valor este 232,50% maior que a mesma taxa referente ao ano de 1980 que foi de 11,70 homicídios por cem mil habitantes. O estudo aponta ainda que a taxa de homicídios do Brasil é a maior dentre os 12 países mais populosos do mundo.

Em 2004, na região Centro-Oeste a mortalidade superava as encontradas no Brasil, especialmente em Mato Grosso e no Distrito Federal, e as armas de fogo ocupam o terceiro lugar. Ao se direcionar a mesma análise para o Estado de Mato Grosso obtêm-se, para o período de 2001 a 2011, uma diminuição na taxa de homicídio por grupo de cem mil habitantes de 38,50 para 32,30. Apesar de pequena diminuição, as taxas são elevadas e maiores que a média brasileira.

Waiselfisz (2013) coloca que o crescimento da taxa de homicídios por armas de fogo cresceu 502,80%, os suicídios cresceram 46,80% e acidentes com armas caíram 8,80%.

Estes dados evidenciam que no início deste século, na batalha diária entre a criminalidade e as políticas públicas de enfrentamento, não houve vencedor nem vencido, houve uma estagnação em índices alarmantes de violência. Medidas governamentais, quase sempre reativas, foram criadas tentando diminuir tais índices.

A violência por armas de fogo evidencia a magnitude imensa e preocupante do problema no país, e frente a isto se soma a ineficiência da Política de Segurança Pública e o impasse da Justiça Criminal que forçados pela influência popular muitas vezes conseguem resultados de extremo rigor penal.

No Brasil, ainda segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014), 53 mil pessoas sofreram mortes violentas em 2013, sendo 35 mil por armas de fogo.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), o comércio ilícito de armas de pequeno porte é um sério problema e requer uma ação global, pois uma só ação não é suficiente para minimizar esse comércio.

Assim, há necessidade de se tomar atitudes não só da Secretaria de Segurança Pública Brasileira como também do Judiciário e do Legislativo. Devem-se tomar alternativas conjuntas que inibam e punam as infrações cometidas, deixando a impunidade para o passado.



Uma tentativa de reduzir essa criminalidade violenta foi o Estatuto do Desarmamento, Lei Federal N<sup>o</sup> 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003), que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Desde então passou a ser proibir o porte de armas de fogo e munições por parte de civis, exceto para casos onde há necessidade comprovada. Seu objetivo era o de reduzir o acesso às armas por parte de criminosos, partindo da premissa que os criminosos utilizam, na maioria das vezes, armas de fogo roubadas ou furtadas de civis, e com isso reduzir a criminalidade violenta.

O Estatuto do Desarmamento, inicialmente, pretendia proibir totalmente a venda de armas e munições no país para os civis, exceto quando houvesse necessidade comprovada, e neste caso a dificuldade para obtenção das permissões, bem como os custos das taxas foram aumentados significativamente. Essa decisão controversa causou embates polarizados em toda a sociedade, forçando o governo federal, em 2005, a promover um referendo popular para saber se a população estava de acordo com a proibição da venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional. A vitória do referendo foi conquistada pela frente do NÃO, com 63,94% dos votos, levando o governo federal a tirar do Estatuto do Desarmamento o artigo referente à proibição de venda de armas de fogo.

Segundo Fuks e Paiva (2006, p. 17), a propaganda da frente do SIM, durante todo o período de debate, utilizou como argumento principal de convencimento que arma de fogo é a principal causa da violência. Ao massificar essa relação, a população respaldou a decisão do governo que, apesar da vitória da frente do NÃO, transformou o processo de aquisição em algo complexo e oneroso desestimulando a população no processo de aquisição de arma de fogo.

Ao cruzar os dados dos dois estudos de Waiselfisz (2013), vê-se que no ano de 2003 o percentual de 73,40% dos homicídios cometidos utilizando armas de fogo, enquanto que para o ano de 2013, esse percentual reduz para 70,40%. Sendo assim, após sete anos de vigência do Estatuto do Desarmamento, houve uma redução de apenas 3,00%, valor este muito inferior às expectativas passadas pelos defensores do desarmamento.

Apesar dos esforços governamentais, subtende-se que, até o momento, apenas os civis foram desarmados, os criminosos continuam armados e ainda com relativo acesso às armas de fogo e munições, pois segundo Dreyfus et al. (2009, p. 17) entre os anos de 2003 a 2008, no

Estado de Mato Grosso foram apreendidas anualmente uma média de 1.967 armas de fogo.

Segundo Bandeira e Bourgois (2005), no Brasil circulam 17 milhões de armas de fogo, sendo 90,00% nas mãos de civis, sendo metade delas ilegais e estão nas mãos de bandidos ou de civis que não a registraram. Isso demonstra que o Governo não pode, nem sabe quais são e nem com quem estas armas estão.

Muitas vezes quando cidadãos comuns, que nada tem a ver com o crime, são atingidos e mortos por armas de fogo, há uma forte tendência em busca de uma autodefesa que é uma arma. Essa é uma reação normal visto que a população se sente desprotegida da polícia, conhecendo sua incompetência, e muitas vezes sendo até atingidos por ela mesma na troca de tiros com os bandidos.

Outro agravante é que a legislação vigente é tão permissiva que não dá segurança ao cidadão, vendo os bandidos muitas vezes reincidentes soltos, cometendo os mesmos delitos, deixando a população refém deles, presas dentro de casa, enquanto eles andam soltos, armados e amparados por leis que os favorecem.

Uma das críticas ao desarmamento é a ingenuidade de se achar que o bandido vai entregar sua arma voluntariamente. Assim, parece que se quer desarmar o homem de bem que tem sua arma para proteger os seus familiares, mas que devido à falta de competência no seu manejo, acaba por abastecer o bandido com mais uma arma, pois bandido não compra a sua arma em loja. Assim, segundo Bandeira e Bourgois (2005), uma “arma do bem” se transforma numa “arma do mal”.

O jurista Celso Bastos (BANDEIRA; BOURGOIS, 2005, p. 28) argumenta que “se o Estado não consegue desarmar os bandidos, não tem condições de pedir que o cidadão se desarme”. A reflexão sobre essa frase nos mostra que faria sentido se a arma realmente desse segurança, ao contrário, ela aumenta a insegurança e cria apenas uma ilusão de proteção.

Há então necessidade de várias ações conjuntas e complementares a fim de que a polícia desmantele o crime organizado e desarme os delinquentes, bem como o Estatuto do Desarmamento seja cumprido por todos, pois muitos homicídios ocorrem em dramas familiares, passionais, com vizinhos em bares e no trânsito, feitos por cidadãos comuns que na emoção do momento usam a sua arma não como defesa e sim como ataque.

E o Estatuto de Desarmamento, se totalmente aplicado, deverá investigar e reprimir o transporte clandestino das armas, não só do exterior como também interno. As fronteiras, devido à sua grande extensão, são difíceis de controle e as rodovias, por onde transitam as armas, não têm a menor fiscalização. Grande parte das armas ilegais são brasileiras e são vendidas impunemente (BANDEIRA; BOURGOIS, 2005, p. 86).

Foi criado um banco de dados nacional sobre armas e munições (SINARM) a fim de fornecer informações *on line* para rastrear e reprimir o comércio ilegal, assim há obrigatoriedade da marcação das armas e munições, a fim de poder desmanchar quadrilhas que comercializam esses produtos.

Waiselfiz (2013) pondera que esta suposta ineficácia do Estatuto do Desarmamento na redução dos índices de criminalidade não é indicativo de que se deve revogar o Estatuto, afrouxando a legislação, pois uma população armada aumenta os riscos e custos para os criminosos, porém em caso de confronto, aumenta também a possibilidade de que o mesmo termine em assassinato.

Muito se tem discutido da preferência da arma de fogo como o instrumento mais utilizado para cometimento de crimes.

Segundo Bandeira e Bourgois (2005, p. 14):

armas de fogo são úteis para agredir, não para defender. Elas são eficientes em ações ofensivas. Só revelam eficácia na defesa quando se pode perceber com antecedência a aproximação do agressor. Sermos um bom atirador não faz a menor diferença quando uma arma carregada e engatilhada está apontada para nós, ou para uma pessoa querida.

Sabe-se que a utilização de arma de fogo por parte do criminoso causa uma intimidação na vítima. Tanto é conhecida esta ameaça psicológica que caso o criminoso perpetue roubo com arma ineficiente (incapaz de produzir tiro) ou de brinquedo, o Código Penal autoriza aumento da pena, pois, segundo Hungria e Fragoso (1980, p. 58);

a ameaça com arma ineficiente (ex: revólver descarregado) ou fingida (ex: um isqueiro com feitiço de revólver), mas ignorando a vítima tais circunstâncias, não deixa de

constituir a majorante, pois a *ratio* desta é a intimidação da vítima, de modo a anular-lhe a capacidade de resistir.

Algumas armas de fogo curtas, tais como revólveres e pistolas, têm a característica de serem portáteis, ou seja, podem ser transportadas e/ou utilizadas por apenas um só homem, podendo ainda ser dissimulada entre as vestes ou equipamentos. Fazendo com que o criminoso tenha sempre a seu favor o fator surpresa.

Dessa forma, verifica-se que estas características, criadas para ato ofensivo, com capacidade de ocultação quando necessário, possibilitando o fator surpresa, e com alto grau de intimidação das vítimas, retirando delas toda sua capacidade de defesa mencionadas para as armas de fogo curtas, são características que vão ao encontro às intenções dos criminosos.

A preferência da arma de fogo como instrumento de crime visto anteriormente, aliada à alta letalidade nos conflitos envolvendo armas de fogo não passou despercebida pelos legisladores do Código Penal, que trata crimes com violência ou grave ameaça com maior rigor. O Art. 157 qualifica o roubo da seguinte forma (BRASIL, 1941):

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1<sup>o</sup> - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2<sup>o</sup> - A pena aumenta-se de um terço até metade:

**I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;**

(grifo nosso).

Neste artigo, fica demonstrado que os legisladores ao incluírem o inciso I do §2<sup>o</sup>, se preocuparam em aumentar o rigor da punição, possivelmente com a intenção de desestimular os criminosos a utilizarem armas, não apenas as armas de fogo, mas qualquer tipo de arma, nutridos pelo ideal de que os criminosos poderiam em algum ponto optar pela não utilização de armas e se livrarem do acréscimo da pena.

Entretanto, dados de Waiselfisz (2013) indicam que apesar de penas maiores, os criminosos optam por utilizar armas, e dentre estas a preferida é a arma de fogo curta (revólveres e pistolas). O principal motivo deste contrassenso é que o índice de sucesso dos criminosos é altíssimo no Brasil, conforme divulgado pelo jornal O Globo: “No Brasil, só 5% dos homicídios são elucidados. No Reino Unido, taxa é de 85% e nos EUA, de 65%; 85 mil inquéritos abertos em 2007 ainda estão inconclusos” (O GLOBO, 2013, p. 11).

Com tamanha ineficiência, não é de se espantar que os criminosos não se atentem, ou não liguem para circunstâncias que poderiam elevar sua pena.

### ***Perícia criminal***

Apesar destes baixos índices de elucidação dos crimes violentos, as instituições policiais estão constantemente efetuando prisões e assim dando início à persecução penal, procedimento criminal brasileiro composto de duas fases: investigação criminal e processo penal.

Sempre que as investigações apreendem armas de fogo e munições, é necessário que as mesmas sejam encaminhadas aos órgãos periciais oficiais e submetidas a exames periciais. No Estado de Mato Grosso o órgão pericial oficial é a POLITEC, subordinada à Secretaria de Segurança Pública (SESP) e os responsáveis pelos exames periciais são os peritos oficiais criminais.

Os exames periciais irão fornecer às autoridades (delegado na fase de investigação criminal e juiz de direito na face processual), dados técnicos relevantes, sem os quais, acabariam protelando indefinidamente ou até mesmo paralisando a investigação ou processo que já é naturalmente moroso, contribuindo para o aumento da sensação de impunidade.

Independente da estruturação da Secretaria de Segurança Pública de cada Estado, a função do Sistema de Segurança Pública é a mesma quando se trata de persecução penal: fornecer os meios necessários para que a Justiça possa obter as informações necessárias ao julgamento de cada crime.

Segundo Espindula (2009, p. 2), “tem no sistema de segurança pública e policial, um dos pontos fundamentais de coleta dessas informações, para subsidiar a justiça quanto às investigações”. Quando fala em informações

para subsidiar a justiça, está se referindo às informações: (a) subjetivas, obtidas a partir de entrevistas ou interrogatórios, e (b) objetivas, obtidas a partir de análise dos vestígios, que são fornecidas pelos peritos oficiais criminais.

Vale ressaltar que enquanto a informação (prova) subjetiva é instável e sempre representa a percepção da pessoa que prestou tal informação, a prova objetiva percorre o caminho da materialidade sendo obtida por meio de análise ou conhecimento técnico-científico.

Segundo Dorea, Stumvoll e Quintela (2010, p. 15),

O que também podemos inferir – indiretamente – desse artigo é que não há hierarquia de provas. Todas, em princípio, têm o mesmo valor probante. Todavia, o que temos observado ao longo de muitos anos é que a prova pericial acaba tendo um maior aproveitamento sobre as demais.

Essa preferência pela prova objetiva, fornecida pelos peritos oficiais criminais fica reforçada no Art. 158 do Código de Processo Penal (BRASIL, 1941), que diz: “quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado”.

Este artigo impõe às autoridades uma obrigação de requerer exames periciais nos casos criminais, pois ao contrário das provas subjetivas obtidas por meio de testemunhos que podem ser corrompidos pela incapacidade da pessoa em relatar o fato ou até mesmo pela má-fé desta pessoa, a prova objetiva fornecida pelos peritos criminais é produzida a partir de fundamentação científica dos vestígios obtidos no local.

Em Mato Grosso a Perícia Oficial encontra-se desvinculada da Polícia Civil. A POLITEC é subordinada diretamente à Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP), com autonomia técnica, científica e funcional. Este modelo é uma tendência nacional, conforme a Recomendação N<sup>o</sup> 006 do Conselho Nacional da Segurança Pública do Ministério da Justiça, a qual cita as manifestações da Organização das Nações Unidas (ONU) e Anistia Internacional, sobre a necessidade de autonomia dos Órgãos Periciais do Brasil, assegurando assim “a produção isenta e qualificada do laudo pericial, bem como o princípio da ampla defesa e do contraditório, e o respeito aos direitos humanos”.

A POLITEC possui em sua estrutura a Diretoria Metropolitana de Criminalística, localizada em Cuiabá, que é responsável por todas as solicitações de exame pericial da região metropolitana, compreendendo os municípios de Cuiabá, Planalto da Serra, Nova Brasilândia, Chapada dos Guimarães, Acorizal, Santo Antônio de Leverger, Barão de Melgaço, Várzea Grande, Nobres, Rosário Oeste, Jangada, Nossa Senhora do Livramento e Poconé. Dentre as suas gerências, destaca-se a Gerência de Perícias de Balística de Cuiabá, que é a responsável pela elaboração de laudos periciais em armas de fogo, munições e componentes de cartuchos de munições.

Como o Código Penal atribuiu à utilização de armas de fogo um agrave, acarretando penas maiores e possibilidade de prisão em flagrante (BRASIL, 1941), o mesmo legislou ainda que esta arma de fogo ao ser apreendida se torna prova material, obrigando que seja submetida à perícia oficial criminal.

Visualiza-se um cenário no qual a arma de fogo, quando envolvida, possui um protagonismo no processo criminal, pois afeta tanto no resultado final, por meio do dimensionamento da pena, quanto no decorrer do processo, por exemplo, nos casos de manutenção de réu preso. Esse protagonismo faz com que o processo criminal, na ausência do laudo pericial da arma de fogo, fique praticamente paralisado, aguardando-o, contrariando as Garantias Constitucionais Cíveis que determinam o rápido andamento dos processos.

Fica claro que qualquer morosidade imposta ao processo criminal com réu preso, que já é naturalmente lento, fere os Direitos Humanos e deve ser combatida e repelida. É por isso que a Gerência de Perícias de Balística, dentro do universo dos órgãos periciais, deve ser tratada com prioridade pelos gestores públicos.

Muito se falou em exames periciais, segue agora uma apresentação detalhada dos exames realizados pela Gerência de Perícias de Balísticas de Cuiabá. Dividem-se em dois grupos:

i) Exames de caracterização e eficiência de armas de fogo, munições e componentes de cartuchos de munições, abrangendo apenas a região metropolitana. Estes exames são os mais simples, tendo como principal função a verificação da eficiência da arma de fogo ou cartucho de munição. Este exame é de extrema importância nos crimes de porte

e posse de arma de fogo e munições, pois a ineficiência do objeto como arma de fogo ou munição acarretará arquivamento do processo. Quanto aos crimes de roubo, a jurisprudência vem adotando a tese de que o cometimento do delito com uso de uma arma ineficiente para produzir tiro ou de brinquedo é agravante, pois, neste caso há uma intimidação da vítima, anulando a sua capacidade de reação.

ii) Exames de confronto balístico entre armas de fogo e componentes de cartuchos de munições, abrangendo todo o Estado de Mato Grosso. Estes exames são os mais complexos e visam a busca pela autoria do delito. O exame consiste em efetuar uma identificação indireta da arma de fogo envolvida no delito por meio da comparação do projétil disparado no local (projétil questionado) com os projéteis disparados durante os exames periciais (projéteis padrões). Caso os projéteis sejam compatíveis, conclui-se que aquela arma foi a arma utilizada para efetuar aquele disparo, cabendo à investigação policial identificar o autor dos disparos.

## **Material e métodos**

Basicamente, são dois os tipos de pesquisa, aquelas baseadas em dados primários, aqueles que ainda não foram coletados, portanto são pesquisados com o objetivo de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento, e as que utilizam dados secundários, que são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados, com outros propósitos de atender às necessidades da pesquisa em andamento (MATTAR, 2005).

O tipo de pesquisa adotada neste trabalho foi aquela que se baseia em dados do tipo secundários. Neste sentido, os dados apresentados neste estudo obtidos junto à Gerência de Perícias de Balística da POLITEC, que gentilmente os forneceu.

Toda pesquisa, principalmente em seu estado inicial, tem necessidade de proporcionar conhecimento analisando os dados para transformá-los em informações, servindo como fator de comparação com outros resultados, bem como para verificação de sua adequação a alguma teoria. É diante dessa necessidade que se destaca a técnica estatística denominada análise descritiva, uma vez que esta possibilita ao pesquisador uma organização, descrição dos dados mediante a utilização de gráficos, tabelas e medidas de resumos numéricos.



Na estatística existem inúmeras ferramentas descritivas, como gráficos, tabelas e medidas de síntese, como porcentagens, índices e médias para organização e resumo dos dados, sendo que as mais utilizadas são séries estatísticas, conhecidas também por tabelas, que têm por finalidade, resumir em um quadro de laterais abertas um conjunto de observações, conseguindo expor sinteticamente os resultados dos dados analisados relacionados a fatores como tempo, local, fenômeno e especificação (BUSSAB; MORETTIN, 2011).

De nada adianta um excelente planejamento e execução da pesquisa se o pesquisador cometer falhas no momento de sua análise. Dessa forma, o método a ser escolhido depende do tipo de análise necessária e desejada. Há dois tipos básicos de análise que podem ser feitas: descrição dos dados e inferências. Os métodos descritivos têm por objetivo apresentar informações sumarizadas dos dados contidos no total de elementos da amostra estudada. A capacidade de descrever apropriadamente diversos atributos de um conjunto, apresentando e caracterizando seus dados é a característica da análise descritiva. As medidas de posição, dispersão e associação são as estatísticas mais utilizadas para descrever os dados. Neste trabalho é utilizada estatística descritiva, basicamente via tabelas estatísticas (LEVINE; BERENSON; STEFHAN, 1998).

## **Resultados e discussões**

A Tabela 1 mostra a demanda de exames periciais da Gerência de Perícias de Balística de Cuiabá, em 2013. Nela, pode-se ver que a maioria dos exames solicitados são de eficiência. O somatório dos exames de eficiência totaliza 1208 exames, aproximadamente 89% de todos os exames, enquanto que o exame de confronto balística totaliza 151 exames, 11% de todos os exames.

No ano de 2013, a Gerência de Perícias de Balística contava com cinco peritos oficiais criminais efetivos na seção, sendo que durante um único mês teve um sexto perito que realizou alguns exames. Para obter a produtividade da Gerência de Perícias de Balística será adotada a unidade perito/mês, que mede a quantidade de trabalho realizado por um perito durante um mês, sendo necessário o desconto dos meses em que o perito encontrava-se de licença ou férias.

**Tabela 1:** Demanda de exames periciais da Gerência de Perícias de Balística de Cuiabá, em 2013

Tipo	Exame	Quantidade	Percentual	
			Individual	Acumulado
Exames de eficiência	Em arma de fogo	226	16,63	
	Em munições e/ou componentes de munições	200	14,72	88,89
	Em arma de fogo e munições	782	57,54	
Exame de confronto	Balístico	151	11,11	11,11
<b>Total</b>		<b>1359</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: POLITEC (2013).

A Tabela 2 apresenta o tempo de trabalho, em meses, dos peritos que laboraram na Gerência de Perícias de Balística da POLITEC, em 2013.

**Tabela 2:** Tempo de trabalho (em meses) dos peritos da Gerência de Perícias de Balística da POLITEC, em 2013

Perito	Tempo de trabalho (em meses)
1	11
2	11
3	11
4	11
5	9
6	1
<b>Total</b>	<b>54</b>

Fonte: POLITEC (2013).

A Tabela 3 demonstra que a grande maioria dos exames realizados em 2013 foi de eficiência, totalizando 1147 exames, aproximadamente 87,42% de todos os exames realizados, enquanto que 165 exames de confronto balística, 12,58% de todos os exames.

Fazendo uma divisão dos exames realizados pelo total de peritos/mês trabalhados no ano de 2013, tem-se uma produtividade média de 21,77 exames por perito/mês, ou seja, cada perito criminal realizou, em média, 21,77 exames em cada mês trabalhado.

**Tabela 3:** Quantidade de exames periciais realizados pela Gerência de Perícias de Balística de Cuiabá, em 2013

Perito	Exames de eficiência			Exames de confronto	Total
	Em arma de fogo e munições	Em arma de fogo	Em munições e/ou componentes de munições	Balístico	
1	2	3	2	155	162
2	258	68	31	2	359
3	130	43	76	0	249
4	189	36	55	8	288
5	178	34	35	0	247
6	6	1	0	0	7
Total	763	185	199	165	1312
		1147 (87,42%)		(12,58%)	

Fonte: POLITEC (2013).

A Tabela 4 apresenta o desempenho da Gerência de Perícias de Balística para o ano de 2013. Nela, pode-se ver que em relação aos exames de eficiência, 5,05% (61 exames) deixaram de ser realizados. Porém, foram realizados aproximadamente 9,27% (14 exames) exames de confronto a mais da quantidade solicitada. Assim, o desempenho global da Gerência de Perícias de Balística, para o ano de 2013, ficou 3,46% (47 exames) menor que o requisitado.

**Tabela 4:** Desempenho da Gerência de Perícias de Balística de Cuiabá, em 2013

Exames	Exames de eficiência	Exames de confronto	Total
Requisitados	1208	151	1359
Realizados	1147	165	1312
Saldo	(-) 61	(+) 14	(-) 47

Fonte: POLITEC (2013).

A produtividade média mensal da seção foi 24,2 exames realizados por perito. Se dividir a quantidade de exames requisitados pela produtividade, tem-se a necessidade de 57 peritos/mês, muito próximo

da quantidade obtida que foi de 54 peritos/mês, essa diferença explica o saldo negativo no final do ano de 2013 de 47 exames (3,46%).

Pode-se observar que a seção com apenas cinco peritos obteve uma produtividade quase que suficiente para atender toda a região metropolitana. Pode ser explicado pela maioria dos exames realizados, 89%, serem os de eficiência, de baixa complexidade e normalmente vinculados a flagrantes de crimes de porte e/ou posse de arma de fogo e munições, enquanto que os exames de confronto, que são complexos e extensos, são a minoria do exames e praticamente realizados por um único perito criminal.

Outra explicação que se tem em relação a esta pouca quantidade de requisições de exames de confronto, é que este se trata de um exame voltado à busca da autoria do crime, normalmente fruto de uma investigação policial bem sucedida, mas diante dos baixos índices de elucidação de crimes de homicídios no Brasil (O GLOBO, 2013, p. 11), não se pode esperar índices maiores na quantidade requisitada de exames de confronto.

Quando se analisa a produtividade da Seção de Balística, verifica-se que esta tem delegado praticamente para apenas um único perito toda a responsabilidade da realização de exames periciais de confronto, sendo os demais responsáveis pelos exames periciais de eficiência.

Caso a POLITEC tivesse mantido o sexto perito por três ou quatro meses, ao invés de apenas um, a Seção de Balística poderia ter tido um saldo positivo no ano de 2013. Apesar deste pequeno saldo negativo, não se pode considerar como satisfatória, pois a gravidade dos crimes que envolvem armas de fogo necessita que o Estado tenha um posicionamento firme, dando respostas rápidas e eficientes para a sociedade.

## **Considerações finais**

Este trabalho se propôs mostrar o perfil dos exames periciais em armas de fogo e munições realizados pela Gerência de Perícias de Balística de Cuiabá, em 2013, a fim de traçar políticas de melhoramento das condições de atendimento da demanda pericial na POLITEC.

A hipótese básica deste trabalho foi que a Gerência de Perícias de Balística não conseguiu atender todas as solicitações de exames no ano de 2013. Tal hipótese foi comprovada ao se mostrar que o desempenho

global da Gerência de Perícias de Balística, para o ano de 2013, ficou 3,46% (47 exames) menor que o requisitado.

Assim, identificou-se a necessidade da POLITEC rever alguns aspectos a fim de melhorar a produtividade da Gerência de Perícias de Balística, um deles seria o aumento de peritos criminais lotados nesta seção e outro seria a adoção de prioridades, tanto humanas quanto materiais, de acordo com a gravidade do delito envolvido.

A Gerência de Perícias de Balística é responsável pelos exames envolvendo armas de fogo, que acarretam penas mais graves que as demais seções da POLITEC. Esses crimes de maior gravidade devem ter uma resposta imediata a fim de reduzir a morosidade que alimenta a impunidade e a insatisfação da sociedade.

Pode-se verificar que, no ano de 2013, a demanda de exames periciais da Gerência de Perícias de Balística foi atendida em 96,5%, entretanto este alto índice não deve ser considerado como satisfatório, pois devido à gravidade destes delitos o ideal seria 100% de atendimento às demandas.

Este estudo detalhado da Gerência de Perícias de Balística não servirá apenas para obtenção de taxa de produtividade, ou para certificação de mais um “gargalo” no setor público, mas sim como percepção que um correto dimensionamento dos recursos humanos desta gerência poderá evitar morosidade em processos criminais auxiliando no combate da impunidade.

## Referências

BRASIL. Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. *Código Processo Penal*. Decreto-lei Nº 3689/41; Decreto-lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Rio de Janeiro, 1941.

BANDEIRA, Antonio Rangel. *Desarmamento e referendo*. 2005. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org.br/files/desarmamentoereferendo.doc>>. Acesso em: 26 maio 2014.

BANDEIRA, Antonio Rangel; BOURGOIS, Josephine. *Armas de fogo: proteção ou risco?* 2005. Disponível em: <[www.rolim.com.br/2002/\\_pdfs/ armas\\_protecao\\_risco.pdf](http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/ armas_protecao_risco.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2014.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DOREA, Luiz Eduardo Carvalho; STUMVOLL, Victor Paulo; QUINTELA, Victor. *Criminalística*. 4. ed. Campinas-SP: Millennium, 2010.

DREYFUS, Pablo; BANDEIRA, Antonio Rangel; NASCIMENTO, Marcelo de Sousa; PURCENA, Júlio Cesar; LEITE, Natasha. *Ranking dos Estados no controle de armas: análise preliminar quantitativa e qualitativa dos dados sobre armas de fogo apreendidas no Brasil*. Viva Comunidade. Rio de Janeiro, 2009.

ESPÍNDULA, Alberi. *Perícia criminal e cível*. 3. ed. Campinas-SP: Millennium, 2009.

FIASCHITELLO, Alberto. *Estudo aponta contínuo aumento da violência e uso de armas de fogo no Brasil*. 2013. Disponível em: <<http://www.epochtimes.com.br>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014*. São Paulo, 2014.

FUKS, Mario; PAIVA, Daniela. *Persuasão e deliberação sobre políticas públicas no “referendo das armas”*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HUNGRIA, N.; FRAGOSO, H. C. *Comentários ao Código Penal*, volume VII: arts. 155 a 196. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEFHAN, D. *Estatística: teoria e aplicações, usando Microsoft Excel em português*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998.

MATO GROSSO. Lei Complementar nº 391, de 27 de abril de 2010. Dispõe sobre a institucionalização, a organização, a competência e a estrutura da Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso – POLITEC, e dá outras providências. *Diário Oficial de Mato Grosso*, Cuiabá, 2010.

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de marketing: volume 1 : metodologia, planejamento*. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2005.

O GLOBO. *No Brasil, só 5% dos homicídios são elucidados*. Matutina, O país, 13 de janeiro de 2013, Guilherme Voich, p. 11, 2013.

PERES, Maria Fernanda T. (Coord.). *Violência por armas de fogo no Brasil*. Relatório Nacional. São Paulo, Brasil: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo. 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2013 – Mortes matadas por arma de fogo*. 2013. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013\\_armas.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2014.

## CAPÍTULO 13

### **Violência contra a mulher no município de Belém narrada pela mídia paraense**

#### **Andrey Ferreira da Silva**

Doutorando em Enfermagem (UFBA). Salvador – Bahia – Brasil. silva.andrey1991@hotmail.com

#### **Vera Lúcia de Azevedo Lima**

Ph.D. em Enfermagem (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. veraluci@ufpa.br

#### **Cristiane Nazaré Pamplona de Souza**

Mestranda em Matemática (UFBA) e Bacharel em Estatística (UFPA). Salvador – Bahia – Brasil. cpamplonasouza@gmail.com

#### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UPPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

#### **Álvaro Pereira**

Doutor em Filosofia da Enfermagem (UFSC) e Professor da UFBA. Salvador – Bahia – Brasil. alvaro\_pereira\_ba@yahoo.com.br

### **Resumo**

A violência contra mulher é um fenômeno ocorrente na sociedade sendo retratadas de diversas formas pela mídia impressa. Desta forma, o trabalho tem como objetivo analisar a violência contra a mulher narrada pela mídia impressa do Estado do Pará, por meio de um estudo exploratório, de natureza quantitativa. Foram consultados 1612 exemplares de um jornal regional publicado no período de agosto de 2006 a dezembro de 2010, sendo selecionadas 974 notas que narravam os casos de violência contra a mulher. Utilizando a primeira fase da técnica de análise de conteúdo, foram incluídas no estudo 208 notas que atendiam o critério de inclusão. Os resultados revelam que a maioria das mulheres vítimas de violência estavam na faixa etária de 11 a 21 anos não inclusos, eram solteiras, estudantes e sofreram agressão física dentro de sua residência. A mídia, de modo geral, é um objeto colaborador na formação da opinião popular, refletindo sobre a leitura de mundo, transformando fatos em informações com linguagem acessível e popular. As mesmas revelam que as mulheres são vítimas de violência nos mais diversos níveis de crueldade. Desta forma, o cuidado dos profissionais da saúde e segurança pública deve ser usado como estratégia de prevenção da violência.

**Palavras-chave:** Agressão. Mulheres. Notas de Jornal.



## Introdução

A violência mostra-se como um fenômeno do cotidiano sendo esse objeto de estudo de várias áreas do conhecimento. Caracterizada como um fenômeno social, é responsável por diversos agravos, principalmente no que diz respeito à saúde. Os diversos tipos de violência constituem redes intrincadas e complexas, onde todos nós somos vítimas e autores (MINAYO; SOUZA, 1993).

A violência é considerada como um fenômeno multicausal ou multifatorial atingindo todas as classes sociais, instituições e grupos etários e, impiedosamente, com maior hostilidade, os indivíduos mais indefesos da sociedade (SANTOS, 2009).

Segundo Minayo (2009), a violência é uma questão social ocorrente dentro das inter-relações sociais, podendo ser mapeada como um fenômeno humano, social e histórico traduzido em atos realizados individualmente ou por grupos sociais visando prejuízos físicos psicológicos e até espirituais.

Uma das principais manifestações de violência é a denominada doméstica, caracterizada como qualquer forma de agressão ocorrida no espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar. A mulher é a maior vítima por conta de uma cultura patriarcal reproduzida pela sociedade em que o homem é considerado um ser superior por sua virilidade, coragem, agressividade e principalmente por ser considerado o provedor do lar, logo a mulher é considerada um ser frágil estando sempre associada aos afazeres domésticos e à educação dos filhos (GOMES et al., 2007).

A violência contra a mulher é entendida por Silva (2010) como um fenômeno de ocorrência diária, incorporada e enraizada no imaginário coletivo, legitimando a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino.

Hoje, tem-se observado a importância de discussões voltadas para esse tema, por confrontar os direitos das mulheres. Somente a partir dos anos 70, século XX, que a violência contra a mulher se tornou uma questão pública, vindo à tona o cotidiano de violência, a qual era submetida mostrando que a violência é um problema social (GOMES; DINIZ, 2008).

Esse fenômeno foi reconhecido em 1990 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um problema de saúde pública por ser considerado

um obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico e uma violação dos direitos humanos (MENEGHEL et al., 2011).

Vários fatores estão associados com esse fenômeno. Para Rabello e Junior (2007) o equilíbrio familiar é alterado principalmente quando um de seus membros consome drogas, lícitas ou ilícitas, sendo consumida principalmente por homens repercutindo desfavoravelmente à mulher.

Segundo Santos e Vieira (2011) e Leal (2010), a violência contra a mulher é um fenômeno global que afeta todas as culturas, status sociais, grupos étnicos e religiosos, sendo incidente em populações de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, e aceito como uma situação habitual e até mesmo esperada.

Esse fenômeno se desvela nas relações conjugais repercutindo não só na saúde da mulher, mas também na saúde da família, assim como na produtividade econômica do país relacionada à assistência a saúde e ao atendimento prestado pela justiça. Apesar disso, observa-se dificuldade no combate a violência por conta da mesma ser uma questão cultural e de gênero (GOMEZ; DINIZ, 2008).

O Brasil hoje observa a violência contra a mulher como um crime, e com a finalidade de proteção da mesma e punição do agressor, foi sancionada pelo presidente da República, a Lei N<sup>o</sup> 11.340, de 7 de agosto de 2006, denominada Lei Maria da Penha (FERRAZ et al., 2009).

Como forma de informação, a mídia hoje é responsável pela divulgação de acontecimentos ocorrentes no cotidiano e tem uma grande importância nas denúncias de violência ocorridas tanto contra homens quanto contra as mulheres. No entanto, segundo Lamoglia e Minayo (2009), os homens, com relação à violência conjugal, são atingidos com uma gravidade menor, se comparada às mulheres.

A mídia hoje tem papel fundamental nas questões informacionais e também no processo de representação social, pois não apenas apresenta, mas também representa a realidade. Além disso, também oferece subsídios no processo de formação de opinião popular (PORTO, 2009).

Para Medeiros e Guareschi (2008), a cultura midiática se torna hoje uma prática social que ganha efeitos de verdade, por instituir modos de viver, de ser e principalmente de compreender discussões sociais e até mesmo questões pessoais e comportamentais, dando assim sentido as ações pessoais que prática e a ações alheias, tomando para si discursos que ele considera legítimo, modificando assim sua identidade.

Para Lima (2009), a mídia escrita veicula a temática principalmente nas páginas policiais, sendo essa a principal arma de denúncia desse fenômeno, por ressaltar sua magnitude. Diante dessa discussão, o presente estudo objetiva analisar a violência contra a mulher narrada pela mídia impressa do Estado do Pará.

## **Metodologia**

O presente estudo configura-se do tipo exploratório, utilizando a abordagem quantitativa, fundamentada na estatística descritiva como método de interpretação e apresentação dos dados analisados. Foram consultados exemplares de um jornal do Estado do Pará, publicados no período de agosto de 2006 a dezembro de 2010, noticiados nos cadernos de atualidades e policial, que narravam a violência cometida contra mulheres, ocorrentes no município de Belém.

A coleta de dados foi realizada na Biblioteca Pública Arthur Viana, a qual está vinculada a Fundação Cultural Tancredo Neves (CENTUR), em Belém, no Estado do Pará, dispondo de um valioso acervo bibliográfico. Tais matérias selecionadas atenderam aos critérios de inclusão uma vez que noticiavam a violência contra a mulher no município de Belém, no período em estudo.

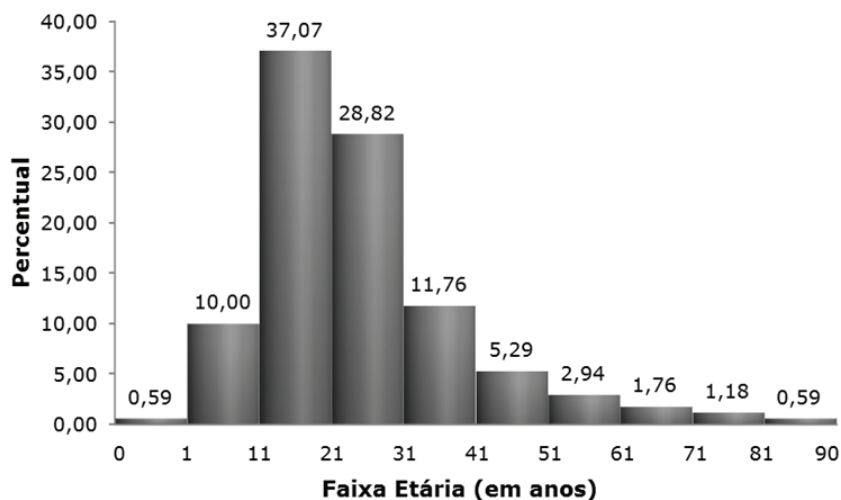
A técnica utilizada na coleta dos dados foi a pré-análise, primeira etapa da análise de conteúdo. Essa etapa configura-se como o momento de organização propriamente dita da matéria. É realizada a seleção das notas por meio da leitura flutuante dos exemplares. Dos 1612 exemplares de jornal consultados, foram selecionadas 974 notas que narravam a violência contra a mulher ocorrentes no Brasil e no mundo dentro do período do estudo. Em seguida, selecionamos as notícias que contemplavam os critérios de inclusão, onde, após tal momento foram selecionadas 208 notas que respeitavam os critérios definidos pelo estudo. Os dados foram agrupados e representados por meio de gráficos.

## **Resultados**

A violência perpetrada contra a mulher é uma prática ocorrente em diversas sociedades e diariamente, as mulheres são vitimadas de maneira

bruta e covarde. É importante destacar que as mulheres mais jovens são as principais vítimas de violência. Os resultados apontam que as faixas etárias mais presentes nas notas de violência contra a mulher noticiada pela mídia em relação ao município Belém são de 11 a 20, com 37,07%, e 21 a 30, com 28,82%, como mostra a Figura 1.

**Figura 1:** Percentual de mulheres vítimas de violência noticiada pela mídia no município de Belém, no período de agosto de 2006 a dezembro de 2010, por faixa etária (em anos)



Como podemos perceber, as mulheres mais jovens foram as principais vítimas de violência noticiada pelo jornal. Segundo Osis, Duarte e Folandes (2012), a violência atinge todos os períodos do ciclo de vital dessa mulher, levando-a ao desenvolvimento de problemas de saúde física e mental.

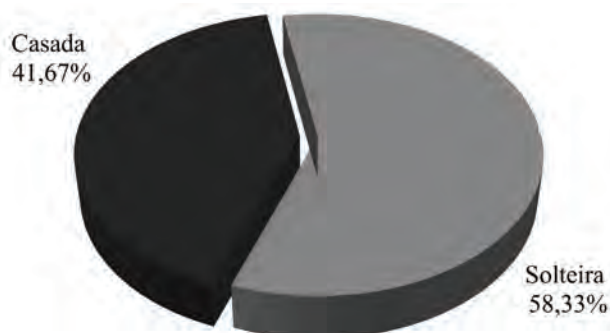
Em virtude dos modelos culturais e do estereótipo criado sobre o corpo, a mulher, na idade entre 11 e 31 anos, chama a atenção por estar dentro dos padrões criados por esses modelos. Para Gomes e Diniz (2008), o corpo da mulher chama a atenção da figura masculina por ser considerado belo, e, além disso, provoca nos mesmos sentimentos que despertam um caráter dominador.

É importante destacar que nessa idade, a mulher está em pleno crescimento pessoal e profissional. Diante disso, quando é exposta a

situações de violência, esse processo afeta, de maneira significativa, diversos setores econômicos, sociais e de saúde (FRANK et al., 2010).

O estado civil também é revelado nas notas de jornais sobre violência contra a mulher, em que foi revelado que 58,33% das vítimas de violência foram identificadas como solteiras (Figura 2).

**Figura 2:** Percentual de mulheres vítimas de violência noticiada pela mídia no município de Belém, no período de agosto de 2006 a dezembro de 2010, por estado civil



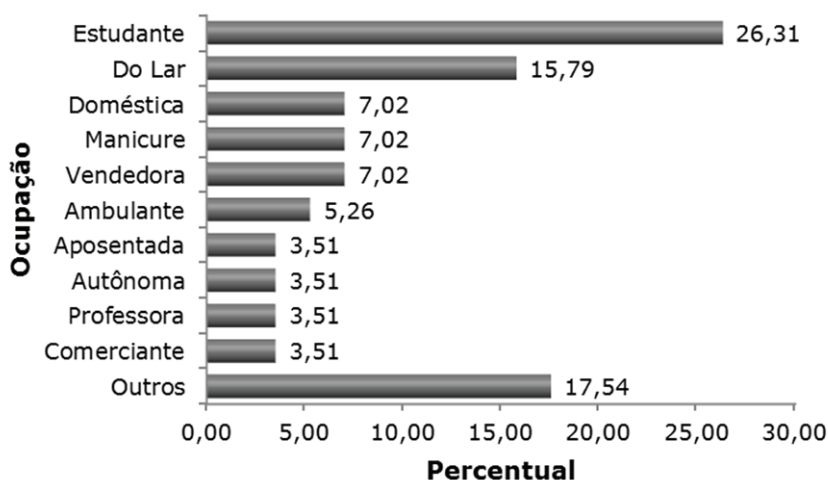
Mesmo os estudos revelando que grande parte dos casos de violência contra a mulher ocorrem, de maneira mais constante, dentro dos casamentos, por conta de questões culturais, é importante destacar que as mulheres que vivenciam a separação e o divórcio também vivem situações de violência.

De maneira mais letal, a violência contra a mulher se manifesta na vida de mulheres que vivenciam situações de separação, haja vista, que esses processos levam a quebra do poder manifestado nas relações conjugais, a não aceitação do fim do relacionamento por parte de homem, faz com que tal contexto ganhe um caráter de violência constante (FRANK; COELHO; BOING, 2010).

A Figura 3 revela o percentual de mulheres vítimas de violência noticiada pela mídia no município de Belém, por ocupação da vítima no qual se constata que a maior parte das vítimas eram estudantes (26,31%) e do lar (15,79%) (Figura 3).

Vários fatores levam a mulher a permanecer no ciclo da violência, sendo importante destacar que a baixa escolaridade que consequentemente a leva à dependência financeira, catalisando ainda mais as situações de violência.

**Figura 3:** Percentual de mulheres vítimas de violência noticiada pela mídia no município de Belém, no período de agosto de 2006 a dezembro de 2010, por ocupação da vítima



Vários fatores levam a mulher a permanecer no ciclo da violência, sendo importante destacar que a baixa escolaridade que consequentemente a leva à dependência financeira, catalisando ainda mais as situações de violência.

A dependência financeira vem se destacando como uma das principais justificativas da prática de violência contra a mulher. Moura (2009) afirma que a mulher economicamente segregada é colocada mais facilmente em situação de violência, uma vez que é posicionada em condição de subserviência por conta da dependência financeira do companheiro.

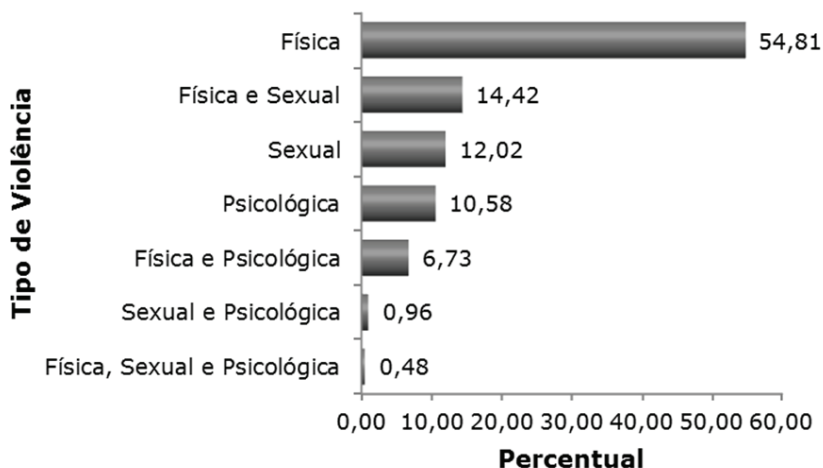
A falta de emprego relacionada com a submissão ao parceiro que não permite que a mesma tenha um emprego acaba por obrigar a mulher à subordinação, levando a mesma a ser submetida a situações de humilhação e, consequentemente, à violência (JONG; SADALA; TANAKA, 2008).

Por meio da Figura 4, verifica-se que a maioria das mulheres sofreram agressão física (54,81%), seguido da combinação de violência física e sexual (14,42%).

Para Lima (2009), a mídia escrita veicula a temática principalmente nas páginas policiais, sendo essa a principal arma de denúncia desse

fenômeno, por ressaltar sua magnitude. Diante dessa discussão, o presente estudo objetiva analisar a violência contra a mulher narrada pela mídia impressa do Pará.

**Figura 4:** Percentual de mulheres vítimas de violência noticiada pela mídia no município de Belém, no período de agosto de 2006 a dezembro de 2010, por tipo de violência

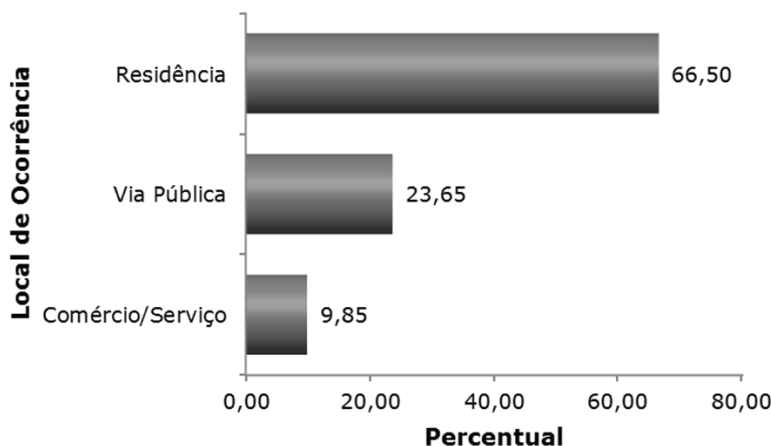


Em uma pesquisa realizada no Brasil com 2.502 mulheres, se constatou que 43% das mulheres foram vítimas de violência física praticada principalmente por seu companheiro ou ex-companheiro, demonstrando assim que a violência física se faz habitual, acarretando em problemas biopsicossociais a vida da mulher que vivencia tal violência (GARCIA et al., 2008).

A Figura 5 demonstra o percentual de mulheres vítimas de violência noticiada pela mídia no município de Belém, no período de agosto de 2006 a dezembro de 2010, por local de ocorrência onde destacamos que a residência foi o principal local de ocorrência de violência contra a mulher, com 66,50%.

A residência deveria ser um local de harmonia e paz, contudo, muitas vezes acaba se tornando palco das agressões psicológicas e físicas. Segundo Moura et al. (2009), a forma mais prevalente de violência contra mulheres é aquela ocorrida no espaço privado, justificada pela não interferência de terceiros nos atos violentos.

**Figura 5** – Percentual de mulheres vítimas de violência noticiada pela mídia no município de Belém, no período de agosto de 2006 a dezembro de 2010, por local de ocorrência



Essa prática ocorrida em âmbito do lar desperta revolta em toda a família principalmente nos filhos o que acaba acarretando em um fator geracional, refletindo nas relações futuras pelo simples entendimento de que a resolução de problemas é facilitada com o uso da violência (LEÔNICIO et al., 2008).

### Considerações finais

A mídia, de modo geral, é um objeto colaborador na formação da opinião popular, refletindo sobre a leitura de mundo, transformando fatos em informações com linguagem acessível e popular. No entanto, hoje se observa que a mídia, apesar de sua principal função que é informar e formar opinião, não se preocupa mais com esses elementos, e sim com a perpetuação do interesse pelo crime, objetivando envolver o indivíduo com essa informação com o intuito de elevar o fluxo da mídia (CARVALHO; FREIRE; VILAR, 2012).

Percebe-se também que a mídia em alguns momentos trata os criminosos como “celebridades”, por destacá-los em suas capas, apresentando-os como pessoas de hábitos comuns ou exóticos e isso acaba por passar certa normalidade as ações cometidas pelos mesmos.



Essas ações cometidas pelos criminosos podem ser repetidas pela população, e mesmo sendo consideradas ações danosas a sociedade, são vistas como elementos comuns.

As notas de jornal revelam que as mulheres são vítimas de violência nos mais diversos níveis de crueldade, e acabam por descrever em suas entrelinhas a necessidade de se ter um cuidado específico para com essas mulheres vitimadas com essa conduta covarde.

O cuidado dessas vítimas deve ser planejado para promover segurança, acolhimento, respeito e satisfação das necessidades individuais, usando sempre instrumentos que promovam higiene e também respeito e isso se aplica as mulheres vítimas de violência uma vez que a esta coagi e submete o ser à dominação (FERRAZ et al., 2009).

A enfermagem é a porta de entrada das unidades que atendem as mulheres vítimas de violência. Dentro desse contexto, esse atendimento não pode se voltado apenas nas lesões físicas e sim voltado para a integralidade da saúde dessa mulher, visando a saúde física, social e psicológica.

A principal estratégia de cuidado e prevenção da violência seria o aconselhamento, a orientação e a educação permanente com esclarecimentos sobre os direitos e as prerrogativas das vítimas com o encaminhamento para grupos de apoio. Além disso, o acolhimento é primordial, pois, acaba com os paradigmas de distanciamento entre o cuidador com o ser cuidado, fazendo com que as técnicas sejam associadas às ações humanizadas.

Já nos casos noticiados de violência, o profissional deve passar segurança e seguir alguns passos para o cuidado como apoiar e possibilitar o acolhimento dessa mulher, auxiliar a vítima de forma institucional, dialogar sobre como lidar com o problema, apoiar nos casos de registro de boletim de ocorrência e encaminhar para órgãos competentes como Instituto Médico Legal, Delegacia da Mulher e Ministério Público.

## Referências

- DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Belém, Pará, 2011.
- DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; SILVA, C. M. F. P. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. *Caderno de Saúde Pública*, v. 16, p. 129-37, 2000.

CARVALHO, D. W.; FREIRE, M. T.; VILAR, G. Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil. *Revista Panamericana Salud Publica*, v. 31, n. 5, p.435-8, 2012.

FERRAZ, M. I. R.; LACERDA, M. R.; LABRONICI, L. M.; MARLTUM, M. A.; RAIMUNDO, M. L. O cuidado de enfermagem a vítima de violência doméstica. *Congitare Enferm*, v. 14, n. 4, out./dez. 2009.

FRANK, S.; COELHO, E. B. S.; BOING, A. Perfil dos estudos sobre violência contra a mulher por parceiro íntimo: 2003 a 2007. *Rev. Panam. Salud Pública*, v. 27, n. 5, p. 376-381, maio 2010.

GARCIA, M. V.; RIBEIRO, L. A.; JORGE, M. T.; PEREIRA, G. R.; RESENDE, A. P. Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, v. 24, n. 11, p. 2551-2563, nov. 2008.

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; ARAUJO, A. J. S.; COELHO, T. M. F. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paul. Enferm*, v. 20, n. 4, p. 504-508, out./dez. 2007

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. Homens desvelando as formas de violência conjugal, *Acta Paul. Enferm*, v. 21, n. 2, p. 262-267, 2008.

HERRERA, P. S. M.; VENTURA, C. A. A. Consumo de alcohol y violencia doméstica contra las mujeres: un estudio con estudiantes universitarias de México. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 27, n. 5, maio 2010.

JONG, L. C.; SADALA, M. L. A.; TANAKA, A. C. D'A. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. *Rev. Esc. Enferm. USP*, v. 42, n. 4, dez. 2008.

KISS, L. B.; SCHARAIBER, L. B. Temas médicos sociais e a intervenção em saúde: a violência contra a mulher no discurso dos profissionais. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2011.

LAMOGLIA, C. V. A.; MINAYO, M. C. S. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 2, p. 595-604, 2009.

LEAL, S. M. C. “*Lugares de (não) ver ?*”: As representações sociais da violência contra a mulher na atenção básica de saúde. 2010. 308f. il. Tese

(Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LEÔNCIO, K. L.; BALDO, P. L.; JOÃO, V. M.; BIFFI, R. G. O perfil de mulheres vitimizadas e de seus agressores. *Revista de Enfermagem*, Rio de Janeiro: UERJ, v. 16, n. 3, p. 307-312, jul./set. 2008.

LETTIERE, A.; NAKANO, M. A. S.; RODRIGUES, D. T. Violência contra a mulher: a visibilidade do problema para um grupo de profissionais de saúde. *Revista da Escola de Enfermagem, USP*, v. 42, n. 3, set. 2008.

LIMA, V. L. A. *Violência contra mulheres paróaras: contribuições para Enfermagem*. 2009. 233f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MEDEIROS, P. F.; GUARESCHI, N. M. F. A mídia como ferramenta de pesquisa: produção de saberes no cotidiano sobre a saúde das filhas deste solo. *Psicologia & Sociedade*, v. 20 (Edição Especial), p. 87-95, 2008.

MENEGHEL, S. N.; BARROS, F.; MUELLER, B.; MONTEIRO, D.; OLIVEIRA, L. P.; COLLAZIO, M. E. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimento de mulheres operadoras em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 743-752, abr. 2011.

MIRANDA, M. P. M.; PAULA, C. S.; BORDIN, I. A. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. *Rev. Panam Salud Publica*, v. 27, n. 4, p. 300-308, 2010.

MINAYO, M. C. S. Seis características das mortes violentas no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 135-140, jan./jun. 2009

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência para todos. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 65-78 jan./mar. 1993.

MORAIS, S. C. R. V.; MONTEIRO, C. F. S.; ROCHA, S. S. O cuidado de enfermagem a mulheres vítimas de violência sexual. *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 155-60, jan./mar. 2010.

MOURA, L. B. A.; GANDOLFI, L.; VASCONCELOS, A. M. N.; PRATESI, R. Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área

urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. *Revista de Saúde Pública*, v.43, n. 6, São Paulo, dez. 2009.

OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHARAIBER, L. B.; HANADA, H.; DURAND, J. Atenção integral a saúde de mulheres em situação de violência de gênero – uma alternativa para a atenção primária em saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, jun./ago. 2009.

OLIVEIRA, C. C.; FONSECA, R. M. S. Práticas dos profissionais de saúde da família voltados para as mulheres vítimas de violência sexual. *Revista da Escola de Enfermagem*, São Paulo: USP; v. 41, n. 4, p. 605-612, dez. 2007.

OLIVEIRA, E. O. Violência contra a mulher: Uma questão de Gênero. *Acta Paul. Enf*, São Paulo, Número Especial, Parte I, p. 171-175, 2000.

OSIS, M. J. O.; DUARTE, G. A.; FOLANDES, A. Violência entre usuárias de unidade de saúde: Prevalência, Perspectiva e conduta de gestores e profissionais. *Revista de Saúde Pública*, v. 46, n. 2, p. 351-8, 2012.

PEDROSA, C. M.; SPINK, M. J. P. A violência contra a mulher no cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 20, 2011.

PORTO, M. S. G. Mídia, segurança pública e representações sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009.

RABELLO, P. M.; JUNIOR, A. F. C. Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. *Revista de Saúde Pública*, v. 47, n. 6, p. 970-8, 2007.

SANTOS, M. A.; VIEIRA, E. M. Social resources to support women living in situation of violence in Ribeirão Preto, SP, in the perspective of key informants. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 15, n. 36, p. 93-108, jan./mar. 2011.

SANTOS, M. E. A. *Trabalho e violência em adolescentes estudantes: uma contribuição do enfermeiro*. 2009. 154f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, S. G. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 30, n. 3, p. 556-571, 2010.



## CAPÍTULO 14

### Perfil das vítimas dos crimes de roubos na Região Metropolitana de Belém

#### **Lorena Maria Amoras Corrêa**

Graduanda em Estatística na Universidade Federal do Pará. Belém – Pará – Brasil. lorenamaria.ufpa@gmail.com

#### **Elson Luiz Brito da Silva**

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e tenente coronel da PM-PA. Belém – Pará – Brasil. elsoncap@yahoo.com.br

#### **Silvia dos Santos de Almeida**

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

#### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

#### **Adrilayne dos Reis Araújo**

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

#### **Resumo**

A violência se tornou um fenômeno da sociedade moderna, tanto nas áreas de maior desenvolvimento quanto em locais pouco desenvolvidos, por ser fenômeno social tem sua dinâmica ligada ao meio social e sua trajetória. As regiões metropolitanas, por conta da sua complexidade, apresentam quadros alarmantes de violência, ensejando uma atenção especial de estudo. Desta forma, o presente trabalho realizou uma investigação da quantidade do delito roubo e traçou o perfil das vítimas deste crime do período de setembro de 2012 a agosto de 2013 a partir de uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Sistema de Informação e Georreferenciamento (LASIG-UFPA) e o Grupo de Estudos e Pesquisas Computacionais (GEPEC-UFPA) com a utilização da técnica estatística análise descritiva. Utilizaram-se dados da Secretaria do Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP-PA), referentes ao período de janeiro de 2010 a novembro de 2013. Concluiu-se com o presente estudo que a maioria dos jovens e adultos vítimas são do sexo feminino enquanto a maioria dos idosos são do sexo masculino; observa-se também que a maioria dos jovens são solteiros enquanto a maioria dos adultos e idosos são casados ou têm uma união estável, e a maioria se considera pardo.

**Palavras-chave:** Violência. Descritiva. Delito.

## Introdução

Não se pode pensar em controle social sem se discutir sobre a importância da informação, do direito de possuí-la, e das estratégias e motivações, legais ou ilegais, institucionais ou particulares utilizadas para suprimi-la; por isso, o direito à informação se apresenta como um dos valores fundamentais da democracia e do exercício da cidadania. Dentre as diversas formas de controle social que visam a convivência entre os sujeitos que compõem a sociedade, há aquela que impõe aos indivíduos a proibição à prática de determinadas condutas, e quem infringe esta proibição comete um delito. Porém muitas vezes o termo delito é empregado de forma equivocada, segundo Luzes (2010) a definição de delito é a ação contrária ao direito, portanto, em sentido jurídico, já é o delinquente é todo aquele que transgride as normas jurídicas.

De acordo com o Código Penal, Decreto-lei Federal Nº 2.848, Art. 157, de 07.12.1940, que vigora até os dias atuais, a definição de roubo é “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”. A pena prevista para este crime é a reclusão de quatro a dez anos e multa, podendo a mesma aumentar de um terço até a metade, caso haja agravantes (BRASIL, 1940).

O delito roubo ocorre no Brasil como um todo, segundo Madalozzo e Furtado (2011), em uma pesquisa realizada no município de São Paulo, 19% dos entrevistados declararam ter sido vítima de roubo e furto na residência. E municípios Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Izabel e Mosqueiro, 84,30% dos entrevistados responderam em pesquisa que já foram vítimas de roubo (LASIG-GEPEC, 2013). Neste sentido este trabalho visa estudar o delito roubo na Cidade de Belém, por meio de análise descritiva.

## Revisão bibliográfica

A evolução da sociedade moderna inaugurou um modelo de transformações sociais nunca antes experimentado pelo homem. A Revolução Industrial foi sem dúvida o ponto de partida para o desenvolvimento de um modelo de acumulação de capital que prioriza o material em relação ao homem. Por conta disso, uma nova organização do trabalho foi fomentada,

acarretando uma série de problemas sociais dentre eles: a violência. Para Foucault (2002), a sociedade moderna como um todo se caracteriza pela economia capitalista, pelo cientificismo e pela disciplina. O homem moderno se torna, então, fruto de uma relação de poder que tem o capital como sua principal força. Dessa forma, exerce poder sobre o homem, produzindo subjetividades, ou seja, a produção da subjetividade do homem moderno está ligada diretamente com a forma de poder imposto pela sociedade a que este mesmo homem está inserido (FOUCAULT, 2002).

O novo Estado capitalista cria um modelo de atuação que mantém sua hegemonia de ação, criando condições necessárias para sua reprodução e “satisfação” dos anseios da população. Percebe-se que a ação estatal nos tempos atuais tem sido objeto de crítica e avaliação por parte da sociedade. Investir em áreas prioritárias e fomentar políticas públicas são instrumentos essenciais para manter o equilíbrio social. A segurança pública tem sido muito criticada por sua ineficiência de atuação, demonstrado por resultados pífios em todo território brasileiro, ocasionando um clima de insegurança que toma conta cada vez mais do cidadão. O delito roubo é um ato antijurídico, reprovável socialmente que atenta diretamente à segurança do patrimônio do cidadão, não dependendo do valor econômico, que pode ser um simples cordão ou até mesmo um automóvel importado, ou seja, pode ocorrer em todas as camadas sociais.

A prevenção da violência urbana deve se aliar a metodologias estatístico-informacionais e indicadores claros e capazes de avaliar resultados e desempenhos, além de permitir agilidade na tomada de decisão para correções e intervenções não só preventivas como também proativas. A produção de indicadores estatísticos é necessário para apoio, monitoramento e avaliação pelos gestores de projetos e atividades de prevenção, controle e redução da criminalidade, construindo conhecimento que permita intervenções proativas e compreensão da dinâmica da violência urbana.

## **Material e métodos**

Para realização do presente trabalho foram utilizados dados sobre o delito roubo, referentes à pesquisa de vitimização, elaborado e efetuado pelo Laboratório de Sistema de Informação e Georreferenciamento (LASIG) e o Grupo de Estudos e Pesquisas Computacionais (GEPEC), com o apoio da Universidade Federal do Pará, onde foi possível analisar o perfil das vítimas deste delito de setembro de 2012 a agosto de 2013.



Para traçar o perfil das vítimas do delito roubo na Região Metropolitana de Belém (RMB), foi utilizada a técnica análise descritiva nos dados da pesquisa do LASIG e GEPEC, onde a mesma é uma das ferramentas básicas da estatística que consiste num conjunto de ferramentas com a finalidade de organizar, resumir e descrever características importantes de um conjunto de dados. Fazendo-se necessário a utilização de gráficos e tabelas para melhor visualização e interpretação dos resultados e informações, com o entendimento da tabela como todo quadro aberto nas laterais composto de títulos, corpo e rodapé. Já os gráficos são uma forma de apresentação visual dos dados. O tipo de gráfico depende do tipo de variável (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

## **Resultados e discussões**

A Tabela 1 apresenta o percentual das vítimas de roubo na Região Metropolitana de Belém por fase de vida por gênero onde para as variáveis jovem correspondem as vítimas dentro da faixa etária de 15 a 24 anos, adultos, de 25 a 59 e idosos, de 60 anos ou mais. Observa-se que o gênero feminino é predominante vitima do delito roubo tanto nas fases da vida jovem (52,11%), quanto no adulto (53,42%), equiparando-se aos dados do IBGE (2011) que relatam que na população Brasileira a maioria é mulher, independente da quantidade de crianças que nascem do sexo masculino ou feminino devido à diferença na mortalidade entre os sexos. Segundo a População Economicamente Ativa (PEA, 2011), ou seja, a população que está em idade e em condições de trabalho, estando empregada ou de alguma forma procurando emprego, era de 100.223 habitantes brasileiros, em 2011. Sendo estes grandes consumidores de diversos produtos como se pode citar: celular, joias, calçados, muitas vezes para desempenhar suas funções no trabalho, ou até mesmo para ostentar seus bens materiais, ficando assim propícios a serem vítimas de roubo, como se pode confirmar na Tabela 2. No caso dos idosos, devido à experiência, evitam ficar expostos a tal evento, justificando assim o fato de serem vítimas com o menor percentual (13,87%).

**Tabela 1:** Percentual dos casos de roubo na Região Metropolitana de Belém, no período de setembro de 2012 a agosto de 2013, por fases da vida e gênero

Fases da vida	Gênero		
	Feminino	Masculino	Total
Jovem	52,11	47,89	100,00
Adulto	53,42	46,58	100,00
Idoso	36,40	63,60	100,00

Fonte: LASIG/GEPEC (jun. 2016).

**Tabela 2:** Percentual dos casos de roubo na Região Metropolitana de Belém, no período de setembro de 2012 a agosto de 2013, por fases da vida e vítimas

Fases da vida	Vítimas
Jovem	17,51
Adulto	68,62
Idoso	13,87
Total	100,00

Fonte: LASIG/GEPEC (jun. 2016).

Na Tabela 3 observa-se que a variável raça/cor, por ser autodeclarada, se assemelha dos resultados do Censo IBGE (2011), onde aponta que 43,10% da população brasileira se declara parda, e no estudo tanto jovens (69,01) quanto adultos (69,86) vítimas do delito refletem a miscigenação da população brasileira. A tabela também apresenta um fato que desconstrói a ideia que o negro jovem é a principal vítima de roubo, que inclusive o percentual do jovem (9,86%) e adulto (13,01%) negros são menores que o percentual da raça/cor branco, jovem (21,13%) e adulto (15,71%).

**Tabela 3:** Percentual dos casos de roubo na Região Metropolitana de Belém, no período de setembro de 2012 a agosto de 2013, por fases da vida e raça/cor

Fases da vida	Raça/cor				Total
	Amarelo	Branco	Negro	Pardo	
Jovem	-	21,13	9,86	69,01	100,00
Adulto	1,38	15,75	13,01	69,86	100,00
Idoso	-	18,18	9,09	72,73	100,00

Fonte: LASIG/GEPEC (jun. 2016).

## Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo apresentar que a maioria dos jovens e dos adultos, vítimas do delito roubo, são do sexo feminino. Observou-se também que devido ao trabalho e/ou estudo, os jovens e os adultos estão mais expostos à violência urbana, por usarem objetos que atraem os acusados do delito roubo, tendo o maior percentual de vítima. Foi possível ter ciência também que maioria das vítimas sendo eles jovens, adultos ou idosos se considerarem pardo.

## Referências

BRASIL. Código Penal: Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Atualizado e acompanhado de legislação complementar, também atualizada, de dispositivos-31.ed., São Paulo, Saraiva, 1993. (Legislação Brasileira), 1940.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FOUCAULT, M. *Os recursos para o bom adestramento*. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 26. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002. cap. 2, p. 143-161.

IBGE. *Censo Demográfico 2010 – Características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro, 2011.

LASIG-GEPEC. Laboratório de Sistemas de Informação e Georreferenciamento – Grupo de Estudos e Pesquisas Estatísticas e Computacionais. *Pesquisa de Subnotificação na Região Metropolitana de Belém - 2013*. Belém, 2013

LUZES, C. A. Um olhar psicológico sobre a delinquência, *Psicologia*. PT, 2010. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0520.pdf>. 2010 Acesso em: 20 março 2015.

MADALOZZO, R.; FURTADO, G. M. Um estudo sobre a vitimização para a Cidade de São Paulo. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 1 (121), p. 160-180, jan./mar. 2011.

PEA - População Economicamente Ativa. 2011. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/populacao-economicamente-ativa-por-sexo>. Acesso em: 20 março 2015.

## CAPÍTULO 15

### **Imigrantes de Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal em Cabo Verde no período de 2006 a 2010: razões da imigração, grau de integração e interação social com os cabo-verdianos**

#### **Augusto Andrade Mendes Teixeira**

Mestre em Segurança Pública (Uni-CV) e professor do ISCJS. Praia – Cabo Verde. texa003@gmail.com

#### **Marcelo Quintino Galvão Baptista**

Doutor em Educação: Metodologia de Ensino (UFSCar) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. marceloqgb@gmail.com

#### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UPPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

#### **José Luiz de Carvalho Lisboa**

Graduando em Estatística (UFPA) e aluno de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Belém – Pará – Brasil. 07joseluiz@gmail.com

### **Resumo**

Em Cabo Verde são inconsistentes os dados oficiais sobre imigrantes da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), como um todo, e em particular sobre os imigrantes de Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal (GNS), que são os mais expressivos. O objetivo do estudo foi analisar as razões da imigração dos cidadãos desses três países, o grau de sua integração em Cabo Verde e a forma da interação social com os cabo-verdianos. Participaram 180 imigrantes, em situação de liberdade e os reclusos na Cadeia Central da Praia (CCP) ou Cadeia de São Martinho. Fez-se a coleta dos dados na Direção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF), da Polícia Nacional, e nos Serviços Penitenciários da CCP, do Ministério da Justiça. Acedeu-se a documentos jurídicos sobre o estrangeiro em Cabo Verde, outros relativos à circulação de pessoas na CEDEAO, bem como a um conjunto de publicações sobre a segurança. Utilizou-se um questionário que guiou entrevistas estruturadas. Os resultados mostraram que dificuldades econômicas dos imigrantes nos países de origem foram prementes para a sua entrada em Cabo Verde. Há uma eventual rede social de apoio aos imigrantes, no país de acolhimento. O estudo revelou ainda que esses imigrantes, em sua maioria, são discriminados pelos cabo-verdianos, não obstante haver sociabilidade com eles, e que o tratamento discriminatório e a frágil proteção social são indicadores de uma precária integração social. Políticas públicas eficazes poderão ajudar a reverter essa situação.

**Palavras-chave:** CEDEAO. Movimento Migratório. Rede de Apoio Social.

## Introdução

A migração é movimentação de pessoas de um lugar para outro, dentro de um país, muitas vezes das áreas rurais para as áreas urbanas, ou entre países diferentes, caracterizando-se como internacional, caso em que, segundo Boniface (2005), há mudança do lugar de residência e de estatuto jurídico.

Para Dias e Gonçalves (2007), vários fatores geram a migração, com destaque para as catástrofes naturais, as causas econômicas, os fatores políticos e religiosos relacionados com guerras e conflitos. Ainda, pode haver outros fatores, como os relacionados com o estado de saúde dos indivíduos, segundo a World Health Organization (WHO, 2003) apud Dias e Gonçalves (2007).

A migração é classificada como regular, quando há cumprimento das leis dos países de acolhimento para este campo, e pode ser irregular, dependendo da situação em que os imigrantes se encontrem nesses países. Trindade (1995) entende a migração regular como legal, no sentido de percurso pelo qual se dá início e se desenvolve um movimento migratório individual com total conhecimento e controle pelas autoridades competentes, tanto no país de origem como no país de chegada.

Conforme a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2009), inexistente consenso internacional na utilização de algumas expressões relacionadas com a migração, variando de país para país. Como exemplo, apontam-se as gradações existentes entre as migrações ilegal, irregular, clandestina e migrante indocumentado, expressões frequentemente usadas sem grande precisão e como sinônimas.

Para a OIM (2009), a imigração ilegal, tendo em conta o país de destino, é entrada, permanência e exercício de trabalho ilegal pelo migrante; é considerado sinônimo de imigração em situação irregular, mas com a ressalva de que a imigração ilegal tem um caráter estigmatizante, devendo, por isso, ser evitada. Posicionamento similar é encontrado em Kynlicka (2006).

E quanto à situação de migrante indocumentado, a OIM (2009) considera-a como relativa ao trabalhador migrante indocumentado ou ainda trabalhador migrante em situação irregular “todo aquele trabalhador migrante, ou um membro da sua família, que não está autorizado a entrar, permanecer ou trabalhar num determinado Estado”.

A migração irregular/ilegal é atualmente um problema global, da maioria dos países desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento, como o caso de Cabo Verde, para onde se tem verificado, após a sua independência, a deslocação expressiva de cidadãos da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em particular de Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal, nesta situação. Isso, pelo fato de o país ter passado a ser atrativo em termos turísticos (NOGUEIRA, 2008; FERREIRA, 2010), principalmente aos europeus, por causa de sua estabilidade política, econômica e social, apesar do impacto negativo da atual crise financeira mundial sobre a economia internacional. Além disso, essa atratividade decorre da sua localização geográfica, servindo o arquipélago de plataforma giratória de drogas com destino à Europa, aliada à fragilidade do controle das águas territoriais, inexistência do controle do espaço aéreo, débil controle das fronteiras marítimas, extensão de costa não vigiada e de fácil acesso, dentre outros fatores (CABO VERDE, 2009).

## **Objetivos**

Os objetivos foram: 1- Investigar as razões que originaram o fluxo migratório de cidadãos da GNS para Cabo Verde no período de 2006 a 2010; 2- Avaliar o grau de integração desses imigrantes em Cabo Verde; 3- Verificar a forma de interação social dos imigrantes com os nacionais do país de acolhimento no período. Esses objetivos enquadram-se no conjunto dos demais que constituíram a pesquisa da dissertação de mestrado do primeiro autor.

## **Metodologia**

### *Ambiente de coleta e de dados*

Os dados relativos ao fluxo dos cidadãos da CEDEAO em Cabo Verde, quanto à autorizações e vistos de residência, foram coletados na Direcção de Estrangeiros e Fronteiras, da Polícia Nacional (DEF). Os dados sobre a população prisional foram obtidos diretamente na Cadeia Central da Praia (CCP) ou Cadeia de São Martinho, que é uma das duas maiores instituições prisionais do país, com capacidade para cerca de 900 reclusos, uma área de 10 km<sup>2</sup> e sob tutela do Ministério da Justiça de Cabo Verde.

## ***Participantes***

Participaram, no total, 180 imigrantes, em três grupos de 60, da Guiné-Bissau, da Nigéria e do Senegal (GNS), tanto os que estavam em situação de liberdade como os reclusos na CCP, no período de 2006 a 2010. Desses imigrantes, 20 eram reclusos na CCP. A amostra constituiu 5,2% do total de imigrantes desses países (3 475), residentes em Cabo Verde, no referido período.

## ***Procedimento***

### *Análise de documentos*

Inicialmente, fez-se a análise de documentos jurídicos nacionais, subregionais e internacionais sobre a lei que regula a situação jurídica do estrangeiro no território nacional, o Tratado da CEDEAO, os Protocolos Adicionais sobre a livre circulação de pessoas entre os Estados-membros dessa comunidade, as diferentes normas internacionais referentes aos diversos acordos entre Cabo Verde e os países parceiros em matéria de circulação de pessoas.

### *Elaboração do modelo para coleta e processamento de dados dos reclusos*

Após a permissão para acesso aos computadores da direção da CCP, elaborou-se um modelo único para processamento dos dados dos reclusos. Recorreu-se às pastas com as fichas dos reclusos e, uma por uma, foram verificadas, inseridas e completadas as informações em falta no arquivo informático adotado para os respectivos dados.

### *Instrumento de coleta de dados*

Elaborou-se um questionário que guiou entrevistas estruturadas com os participantes. Considerou-se o idioma dos participantes – português, para os da Guiné-Bissau, francês para os do Senegal e inglês para os da Nigéria). Uma parte do questionário tratava do processo de chegada a Cabo Verde, o período de permanência e os motivos pela escolha de Cabo Verde como país de imigração; a outra parte visava verificar o grau de integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento e a interação social com os cabo-verdianos. Para as entrevistas, contou-se com colaboradores, o que resolveu o problema da atuação direta do primeiro autor como entrevistador, por integrar a Polícia Nacional de Cabo Verde, e gerou, assim, maior liberdade de resposta nos entrevistados.

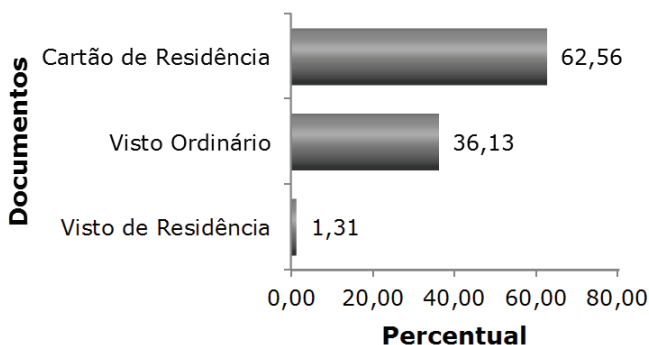
## Resultados e discussão

### *Fluxo migratório de cidadãos da GNS para Cabo Verde no conjunto da CEDEAO e situação legal de residência*

De acordo com o Censo 2010, do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2010), do total de estrangeiros em Cabo Verde, os imigrantes da CEDEAO constituem 61,1%. Destes, os imigrantes da Guiné-Bissau são os de maior percentagem, isto é, 28,6%, seguidos dos imigrantes do Senegal, 11,4%, Nigéria, 5,1%, e Guiné-Conacri, 3,2%.

A Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF) (CABO VERDE, 2010), até dezembro de 2010, registrou 62,56% dos imigrantes da CEDEAO como portadores de cartão de residência, 36,13% de visto ordinário e 1,31% de visto de residência (Figura 1).

**Figura 1:** Percentual de cidadãos da CEDEAO residentes em Cabo Verde por tipo de documento de residência (2010)



**Fonte:** Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF, 2010).

Relativamente à quantidade de autorizações de residência aos imigrantes da GNS, no período do estudo (CABO VERDE, 2010), a Tabela 1 mostra a Guiné-Bissau como o país cujos cidadãos obtiveram maior quantidade, 917, seguida de cidadãos do Senegal, com 637, e, por último, os da Nigéria, com 576.

A lei cabo-verdiana sobre os estrangeiros estabelece um conjunto de requisitos para a obtenção da autorização de residência, dentre eles, que os documentos emitidos nos países de origem sejam devidamente traduzidos para o português, língua oficial (CABO VERDE, 2007). Daí



o fator linguístico, além de parentesco em Cabo Verde, beneficiar os guineenses e justificar a sua maior representatividade, apesar da ineficácia das autoridades cabo-verdianas no processamento da legalização, segundo Gomes (2010).

**Tabela 1:** Quantidade de autorizações de residência concedida aos cidadãos da GNS, nos anos de 2006 a 2010

Ano	País			Total
	Nigéria	Senegal	Guiné Bissau	
2006	41	33	67	2147
2007	192	137	183	2519
2008	171	175	309	2663
2009	112	154	213	2488
2010	60	138	145	2353
Total	576	637	917	12170

**Fonte:** Direção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF, 2010).

Em relação aos vistos de residência, os cidadãos dos três países ocupam a seguinte ordem: os do Senegal, os da Guiné-Bissau e os da Nigéria, com, respectivamente, 68,7%, 12% e 9,6% do total. Quanto aos vistos ordinários, os imigrantes desses mesmos países continuam na linha de frente: Guiné-Bissau, Senegal e Nigéria, com, respectivamente, 42,3%, 38,9% e 11,6% (CABO VERDE, 2010). Essa ordem de distribuição de vistos de residência é confirmada por Graça (2007). Os senegaleses, os guineenses e os nigerianos são as comunidades estrangeiras do continente africano com maior expressão numérica e, inclusive, constituem quase a metade do total dos estrangeiros legais a residirem em Cabo Verde.

A ilha de Santiago, onde fica a capital de Cabo Verde, é a que abriga maior percentual dos imigrantes da CEDEAO legalmente residentes: 85,96% do total (Tabela 2).

Em termos de distribuição dos residentes da CEDEAO na ilha de Santiago, por concelho, Praia (capital) alberga 87,15%, do total de portadores de autorização de residência (Tabela 3). A ordem de distribuição dos residentes mantém-se na capital: imigrantes da Guiné-Bissau, do Senegal e da Nigéria com, respectivamente, 40,32%, 27,24% e 22,49% do total residentes (CABO VERDE, 2010).

**Tabela 2:** Percentual de cidadãos da CEDEAO residentes em Cabo Verde, por ilha (2010)

<b>Ilhas</b>	<b>Percentual</b>
Santiago	85,96
São Vicente	4,33
Sal	3,80
Fogo	1,74
Boavista	1,36
Santo Antão	1,08
Maio	0,78
Brava	0,60
São Nicolau	0,35
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF, 2010).

**Tabela 3:** Percentual de cidadãos da CEDEAO residentes na ilha de Santiago por concelho (2010)

<b>Concelhos da Ilha de Santiago</b>	<b>Percentual</b>
Praia	87,15
Santa Catarina	7,80
Santa Cruz	3,17
Tarrafal	1,26
São Miguel	0,23
São Domingos	0,21
Cidade Velha	0,09
São Lourenço dos Órgãos	0,06
Picos	0,03
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

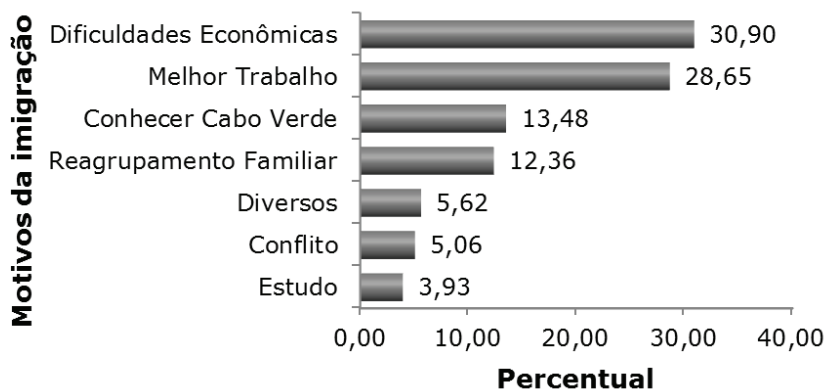
**Fonte:** Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF, 2010).

### ***Razões da imigração***

As dificuldades económicas nos países de origem foram apontadas por 30,90% dos entrevistados como a razão mais premente para a imigração, seguida da procura por um trabalho melhor, referida por 28,65% dos entrevistados. Conhecer Cabo Verde, realizar nele reagrupamento

familiar, fugir de situações de conflito no país de origem, estudar etc., foram outras razões apontadas como tendo tido um peso menor (Figura 2).

**Figura 2:** Motivos relacionados com a imigração



Segundo a OIM (2008), as pessoas geralmente decidem imigrar pela necessidade de fugir às limitações e a insegurança com que se deparam no seu país e porque consideram haver melhores condições e oportunidades em outros lugares. Cabo Verde apresenta melhores indicadores salariais em relação aos dos países referidos no estudo – GNS. Também, o seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita, relativo ao ano 2010, ultrapassa o do Senegal e da Guiné-Bissau, ficando aquém apenas ao da Nigéria. Trindade (1995) afirma que, em geral, a emigração representa uma experiência radical e frequentemente dolorosa, de rotura com o quotidiano conhecido, em favor de um espaço geográfico, social e culturalmente estranho; de um novo emprego e, quiçá de uma nova profissão.

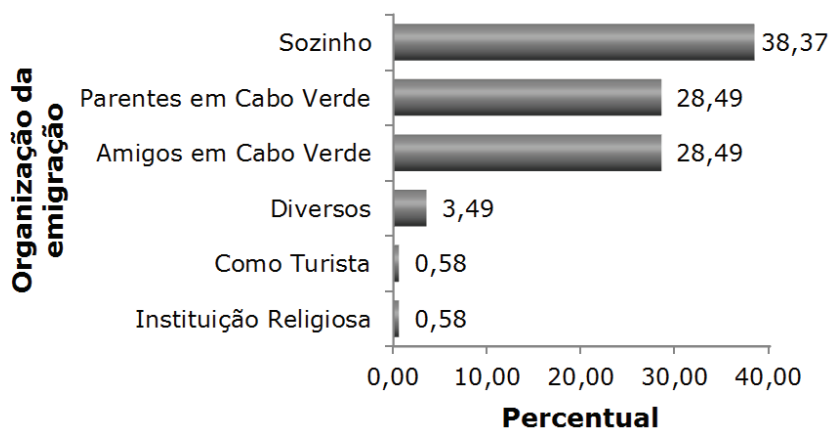
Dos diversos os fatores de base para a decisão de migrar, são de maior peso os de ordem profissional, familiar e de moradia, e os requisitos essenciais para uma integração normal no país de acolhimento, aqueles que têm a ver com o conhecimento anterior do local, maior acesso à infraestrutura e serviços, segurança, qualidade e custo de vida mais baixo (PATTARA; BAENINGER; BOGUS; JANNUZZ, 1987). No caso da imigração da CEDEAO para Cabo Verde, Silva (2011) refere-se a alguns fatores, dentre os quais, a visão deste país como um ponto de passagem para

outros destinos cobiçados pela imigração – a Europa e os Estados Unidos da América. Entretanto, para Cabral e Furtado (2008), os imigrantes da GNS que se deslocaram para a ilha da Boavista, procuraram Cabo Verde como país de acolhimento para fugirem ao crime de guerra, guerrilhas e insegurança, e busca da paz e tranquilidade.

### *Formas de organização da emigração*

A Figura 3 mostra que, para 38,37% dos entrevistados, a organização da emigração para Cabo Verde foi por iniciativa própria; para 28,49%, foi com apoio de amigos e igual porcentual de respostas se referiu à ajuda de parentes no país de acolhimento. Pouquíssimos, ou seja, 0,58%, disseram ter organizado a emigração como turista e outros tantos (0,58%) mencionaram o apoio de cunho religioso – tendo sido estas duas formas inexpressivas. Outras formas foram apontadas por 3,49% dos entrevistados.

**Figura 3:** Formas de organização da emigração



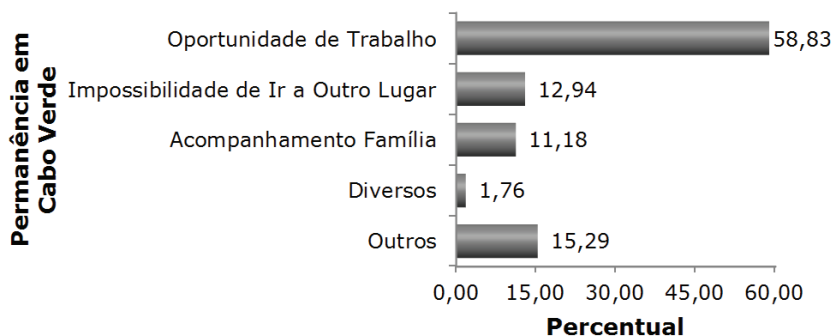
Dos entrevistados, 79,14% responderam que tinham alguém conhecido em Cabo Verde quando emigraram (Tabela 4), resultado que corrobora o somatório de respostas (56,98%) referentes a parentes e amigos em Cabo Verde como apoiantes à decisão de emigrar (Figura 3), sendo este um indicador de que as relações sociais (laços de conhecimento) são fatores que facilitam e suavizam a vida do imigrante num espaço que lhe é estranho.

**Tabela 4:** Existência ou não de pessoas conhecidas e tipo de pessoa conhecida em Cabo Verde quando ocorreu a emigração

Variável	Categoria	Percentual
Pessoas conhecidas	Sim	79,14
	Não	20,86
Tipo de pessoa conhecida	Amigo	48,03
	Familiar	51,97
<b>Total</b>	-	<b>100,00</b>

Como se pode ver na Tabela 4, quanto ao tipo de pessoas conhecidas em Cabo Verde quando ocorreu a emigração, 51,97% dos entrevistados afirmaram ser um familiar e 48,03% disseram ser um amigo. Os senegaleses foram os que mais apontaram os familiares como pessoas conhecidas, para o efeito, 42,4%, seguidos dos guineenses, com 31,8%, e dos nigerianos, com 25,8%. Relativamente à existência de amigos, destacam-se as respostas dos guineenses, 44,3%; em seguida, as respostas dos nigerianos e dos senegaleses, respectivamente, 34,4% e 21,3%.

A busca de oportunidade de trabalho em Cabo Verde foi um dos motivos pela permanência no país, com o maior percentual de respostas, 58,83% (Figura 4). Dentre os imigrantes da GNS, do conjunto das respostas relacionadas à oportunidade de trabalho, sobressaem as dos imigrantes de Senegal, com 42%, seguidas das respostas dos imigrantes da Guiné-Bissau, com 36%, e da Nigéria, com 22%.

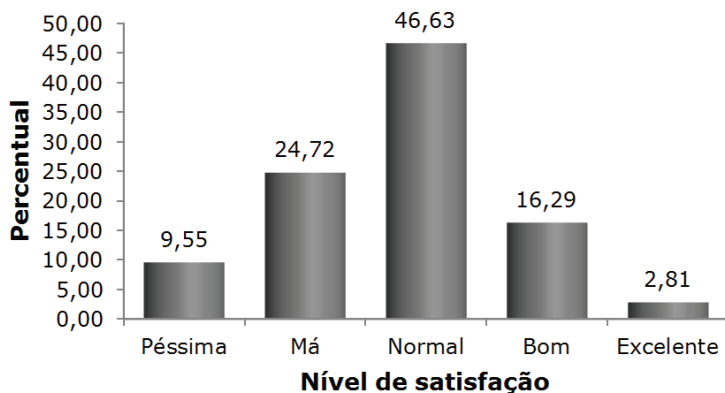
**Figura 4:** Razões pela decisão de permanecer em Cabo Verde

A impossibilidade de ir para outro lugar, apontada pelos entrevistados com 12,94% de respostas obriga uma parte dos imigrantes a permanecer em Cabo Verde até a obtenção da nacionalidade cabo-verdiana para, com mais facilidade, tentar a emigração para Europa ou para os Estados Unidos da América. A necessidade de acompanhar a família foi outra razão alegada, por 11,18% de entrevistados, além de razões diversas e outras não especificadas, somando 17,05% de respostas. A busca por outros países, a partir de Cabo Verde, é um comportamento dos imigrantes da GNS referido na literatura, como uma estratégia. O exemplo é a menção a um guineense, por Valentin (2011), que tentou seguir para a Europa. Situação idêntica é relatada por Graça (2007), envolvendo imigrantes cabo-verdianos no Senegal, a partir de 1910, que pretendiam, de Dakar, chegar à França.

### ***Grau de integração no país de acolhimento***

A Figura 5 mostra que, dos entrevistados, 46,63% afirmaram estar satisfeitos com a sua vida em Cabo Verde, avaliando-a como normal. A soma do percentual de respostas à avaliação da vida no país como sendo má e péssima, de 34,27%, indica que há insatisfação. Dos restantes, 19,10% dividiram o nível de satisfação entre bom e excelente. Os imigrantes de Senegal são os que mais se manifestaram inconformados com o nível de satisfação em Cabo Verde, com um percentual de 65,6% de respostas, avaliando a sua vida como má e péssima; em seguida, imigrantes da Nigéria, com 18%, e os da Guiné-Bissau, com 16,4%.

**Figura 5:** Percentual de respostas sobre o nível de satisfação em Cabo Verde



A língua crioula é considerada a mais utilizada, com um percentual de 61,31% de respostas, em relação às demais (Tabela 5). Dos cidadãos da GNS falantes do crioulo de Cabo Verde, Senegal apresenta um percentual de 35,7%, seguido da Guiné-Bissau com 34,4% e Nigéria com 29,9%. A língua como um dos elementos da ordem social e cultural, a par dos costumes, valores e alimentação, é vista em muitos trabalhos como uma importante ferramenta de interação humana (TRINDADE, 1995). A língua privilegiada, no caso dos imigrantes guineenses, é o crioulo, segundo Gomes (2010), apesar de existirem outras línguas na Guiné-Bissau. O crioulo guineense, por apresentar certa semelhança com o de Cabo Verde, sobretudo a variante da ilha de Santiago, não coloca constrangimentos em termos comunicacionais para os imigrantes da Guiné-Bissau, o que, segundo o mesmo autor, representa o principal fator de sua integração no país de acolhimento.

**Tabela 5** – Percentual dos entrevistados que responderam sobre a língua utilizada e que falam/compreendem o crioulo de Cabo Verde

Variável	Categoria	Percentual
Língua utilizada	Crioulo	61,31
	Diversas	30,36
	Portuguesa	4,17
	Francesa	2,38
	Inglesa	1,78
Crioulo	Compreende e fala	90,97
	Compreende mas não fala	5,08
	Não compreende	3,95
<b>Total</b>	-	<b>100,00</b>

Verifica-se no quotidiano da sociedade cabo-verdiana que o crioulo de Cabo Verde, sobretudo na capital do país, é facilmente assimilado pelos imigrantes do Senegal e da Nigéria. Oliveira (2010) esclarece que um migrante pode correr o risco de ser marginalizado por não compreender ou falar a língua do país acolhedor. Contudo, segundo a autora, na maioria das vezes, grande parte dos migrantes é multilíngue, devido ao processo de migração propiciando contato com outras línguas. Entende-se esse fato, para o caso dos imigrantes senegaleses, uma vez que existe uma

comunidade significativa de cabo-verdianos no Senegal e ainda o fato de ter sido o primeiro país africano a receber imigrantes de Cabo Verde, em função de medidas restritivas do governo norte-americano à imigração de cabo-verdianos, no início do século XX, segundo Graça (2007).

Mostra a Tabela 5 que a quase totalidade dos entrevistados, 90,97%, disseram compreender e falar o crioulo de Cabo Verde. A língua pode revelar-se um importante fator de inserção social no país de acolhimento e ao mesmo tempo um valioso instrumento de trabalho (MONTEIRO, 1997). A língua crioula é a mais utilizada em Cabo Verde, apesar de não ser a língua oficial, e um fator de inserção dessas comunidades na sociedade cabo-verdiana.

Dos entrevistados, 72% afirmaram ocupar frequentemente o seu tempo livre com os patrícios e 25,71% afirmaram fazê-lo raramente e 2,29% responderam que nunca assim procedem (Tabela 6). Dentre os imigrantes, 34,1% de respostas sobre a ocupação frequente do tempo livre com patrícios foram dos guineenses e nigerianos, em conjunto, e 31,7% foram dos senegaleses. Os que raramente afirmaram a ocupação do tempo, foram os senegaleses, com 40%, seguidos dos guineenses e dos nigerianos, com 35,6% e 24,4%, respectivamente. Segundo Monteiro (1997), a ocupação do tempo livre é outra componente fundamental para a análise da dinâmica integrativa do imigrante numa determinada sociedade de acolhimento.

**Tabela 6:** Percentual de respostas sobre a ocupação de tempo livre com seus patrícios (entre imigrantes da GNS), cabo-verdianos e outros estrangeiros

Variável	Categoria	Percentual
Com patrícios	Nunca	2,29
	Raramente	25,71
	Frequentemente	72,00
Com cabo-verdianos	Nunca	11,45
	Raramente	36,75
	Frequentemente	51,80
Com outros estrangeiros	Nunca	14,71
	Raramente	42,35
	Frequentemente	42,94
<b>Total</b>	-	<b>100,00</b>



Ainda a Tabela 6 mostra que, no que se refere à ocupação do tempo livre com os cabo-verdianos, 51,80% afirmaram positivamente e com frequência; 36,75%, raramente; e 11,45% responderam que nunca o fazem. Dos que afirmaram ocupar o tempo livre com os cabo-verdianos, sobressaem os guineenses, com 39,5% de respostas, seguidos dos nigerianos e dos senegaleses, com, respectivamente, 36% e 21,4%. Conforme Gomes (2010), a maioria dos cidadãos da Guiné-Bissau que participaram em seu estudo alegaram sentir-se integrados na sociedade cabo-verdiana e alegaram o convívio, o emprego, a existência de amigos e namoradas como fatores positivos e facilitadores de sua integração em Cabo Verde.

No tocante à ocupação do tempo livre com outros estrangeiros (Tabela 6), 42,94% dos entrevistados responderam que isso é frequente, 42,35% disseram que raramente ocorre e 14,71% responderam que nunca o fazem. Destes, destacam-se os senegaleses, com 52% de respostas, em relação aos nigerianos, com 28%, e os guineenses, com 20%.

A Tabela 7 mostra o percentual de respostas sobre existência ou não de amigos cabo-verdianos e sobre existência ou não de proteção ou segurança social em Cabo Verde. Dos entrevistados, 75,90% responderam ter amigos cabo-verdianos, 16,27% responderam negativamente e 7,83% manifestaram o desejo de os ter. Destes, os nigerianos responderam com maior percentual, 38,9%, seguidos dos guineenses e dos senegaleses, com 34,9% e com 26,2%, respectivamente.

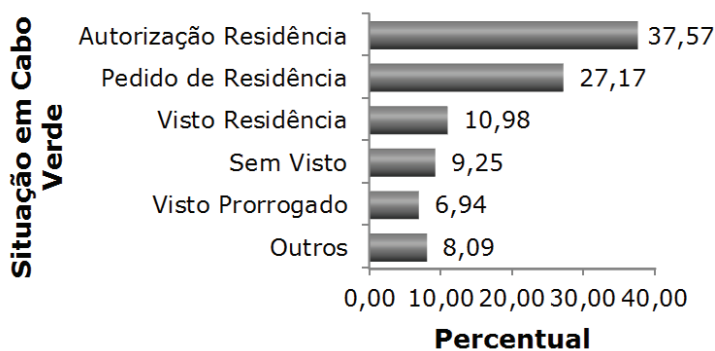
**Tabela 7:** Percentual de respostas sobre a existência ou não de amigos cabo-verdianos e de entrevistados que beneficiam de proteção ou segurança social em Cabo Verde

Variável	Categoria	Percentual
Amigos cabo-verdianos	Não	16,27
	Sim	75,90
	Quer ler	7,83
Proteção/segurança total	Não	49,72
	Sim	32,57
	Quer ler	17,71
<b>Total</b>	-	<b>100,00</b>

Quanto ao benefício de proteção ou segurança social em Cabo Verde, 49,72% dos entrevistados alegaram não o existir, 32,57% afirmaram positivamente e 17,71% manifestaram desejo de proteção/segurança.

Os resultados relacionados com a segurança social têm a ver com o percentual de autorização de residência aos entrevistados (Figura 6). Apenas 37,57% dos entrevistados se encontram na situação de regularidade, 10,98% possuem visto de residência e 6,94% têm o visto prorrogado, o que corrobora as queixas de cidadãos estrangeiros em Cabo Verde, segundo a Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (2005), quanto às dificuldades burocráticas para apresentação de documentos exigidos oficialmente para a autorização de residência. Tal situação gera a irregularidade da maioria desses estrangeiros, o que segundo Costa (2008), pode, dentre outras consequências, impedir que eles exerçam atividade laboral que implique os descontos para a segurança social.

**Figura 6:** Percentual de respostas sobre a situação legal/regular em Cabo Verde



Silva (2010, p. 144) avalia como “falhas de protecção social”, o fato de ser elevado o percentual de imigrantes em Cabo Verde a não se beneficiarem de proteção social, ou seja, de 85%, recorrendo, em caso de adoecimento, aos próprios meios ou à solidariedade de famílias e patrícios. Alude aos imigrantes da GNS organizados em pequenas associações mutualistas de solidariedade social no nível das comunidades, o que lhes permite um mínimo de segurança social.

### **Relações de conflito**

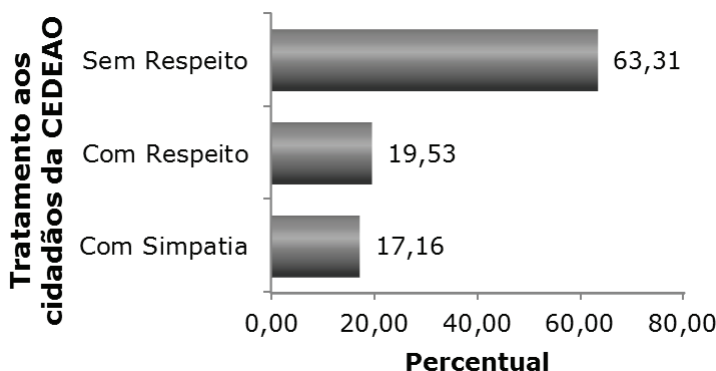
Como mostra a Tabela 8, 63,64% dos entrevistados expressaram ter sido vítimas de atos discriminatórios pelos cabo-verdianos e 36,36% responderam que não. Os nigerianos foram os que mais afirmaram a vitimização, com 42,2% de repostas, seguidos dos senegaleses, com 33%, e dos guineenses, com 24,8%.

**Tabela 8:** Percentual de entrevistados vítimas de atos discriminatórios por parte dos cabo-verdianos e sobre atos discriminatórios presenciados em Cabo Verde

Variável	Categoria	Percentual
Vítima	Não	36,36
	Sim	63,64
Atos	Não	38,01
	Sim	61,99
<b>Total</b>	-	<b>100,00</b>

Pode-se ver também na Tabela 8 que 61,99% dos entrevistados afirmaram já ter presenciado ações discriminatórias em Cabo Verde e 38,01% responderam o contrário. Dos que responderam positivamente, destacam-se os nigerianos, com 39,6%, seguidos dos senegaleses, com 33%, e dos guineenses, com 27,4%.

**Figura 7:** Percentual de respostas sobre como os cabo-verdianos tratam os cidadãos da CEDEAO



Do total de entrevistados, 63,31% consideraram que os cabo-verdianos são desrespeitosos com os imigrantes da CEDEAO, 19,53% avaliaram que os tratam com respeito e 17,16%, com simpatia (Figura 7). Dentre os que responderam ser alvo de desrespeito, estão em primeiro lugar os nigerianos, com 40,2% de respostas, seguidos dos senegaleses, com 35,5%, e dos guineenses, com 24,3%. Os resultados sobre tratamento menos desrespeitoso aos guineenses confirmam os encontrados por Gomes (2010).

Os entrevistados, em sua maioria, isto é, 67,47%, verbalizou que nunca tiveram relação conflituosa com algum cabo-verdiano, sendo que 32,53% alegaram que sim (Tabela 9). Dos que expressaram ausência de conflito, sobressaem os guineenses, com 38,4%, de respostas, seguidos dos nigerianos, com 33%, e dos senegaleses, com 28,6%.

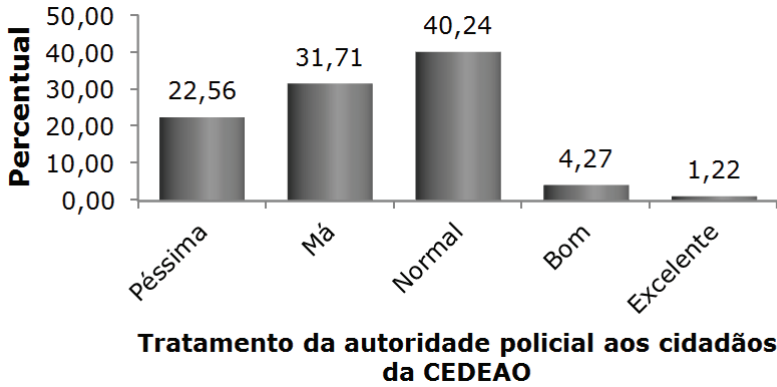
**Tabela 9:** Percentual de respostas sobre existência de conflito com algum cabo-verdiano e sobre existência de conflito com algum cidadão estrangeiro da CEDEAO

Variável	Categoria	Percentual
Conflitos com cabo-verdianos	Não	67,47
	Sim	32,53
Conflitos com estrangeiros da CEDEAO	Não	89,44
	Sim	10,56
<b>Total</b>	-	<b>100,00</b>

Em relação a possíveis conflitos com outros cidadãos da CEDEAO (Tabela 9), 89,44% dos entrevistados responderam negativamente. Apenas 10,56% responderam positivamente e destes, os senegaleses com maior percentual de respostas, 58,8%, seguidos dos guineenses, com 35,3% de respostas, e dos nigerianos, com 5,9%.

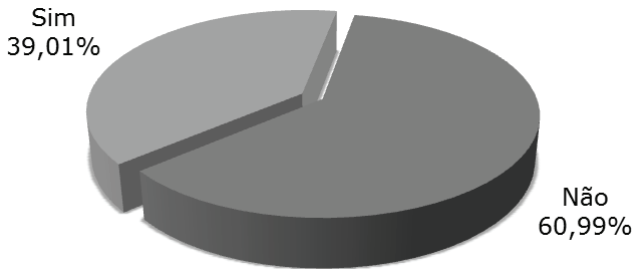
A Figura 8 apresenta o percentual de respostas sobre a forma como a autoridade policial de Cabo Verde trata os imigrantes da CEDEAO. Os entrevistados, em sua maioria, 54,27% (somatório), afirmaram que os policiais da Cidade da Praia tratam esses imigrantes de forma péssima ou má. Além disso, 40,24% afirmaram que esse tratamento é normal. Somente 5,49% (somatório) afirmaram que é bom ou excelente.

**Figura 8:** Percentual de respostas sobre a forma como a autoridade policial trata os cidadãos da CEDEAO em Cabo Verde



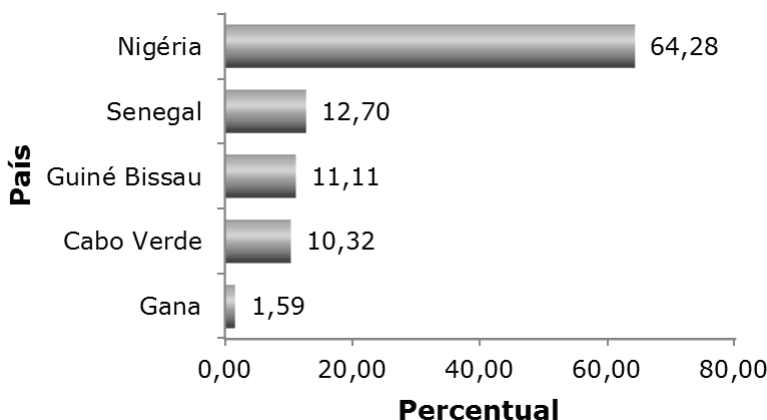
O percentual de respostas dos entrevistados que afirmaram não ter sido vítimas de crimes em Cabo Verde é de 60,99% (Figura 9). O percentual de respostas em contrário é de 39,01%.

**Figura 9:** Percentual de entrevistados que foram vítimas de algum crime em Cabo Verde



Quanto à nacionalidade dos autores de crime (Figura 10), os entrevistados disseram que a maioria dos autores do crime eram nigerianos (64,28%), e depois os senegaleses, com 12,70%, seguidos dos guineenses e dos cabo-verdianos, com 11,11% e 10,32%, respectivamente. O percentual de respostas em referência aos ganeses foi muito inferior, 1,59%.

**Figura 10:** Percentual de respostas sobre o país dos imigrantes que cometem mais crimes em Cabo Verde



### Considerações finais

Os entrevistados apontaram dificuldades econômicas no país de origem como a razão premente para sua emigração para Cabo Verde. Outro fator determinante foi o apoio, no país de acolhimento, de familiares e pessoas conhecidas, que, ainda, constitui uma forma de organização da emigração, sugestivo de uma eventual rede social de suporte aos imigrantes da CEDEAO. Segundo Rocha (2009), os migrantes apostam neste tipo de suporte. As facilidades de circulação entre os países da CEDEAO permitiram que parte desses cidadãos emigrassem para Cabo Verde, não necessariamente como país de permanência, mas como ponto estratégico à deslocação para outros países, da Europa, e para os Estados Unidos da América.

Em Cabo Verde, os senegaleses e os guineenses são considerados pacíficos e integrados na vida quotidiana. Já os nigerianos são avaliados de forma diferente, sendo-lhes atribuídos crimes, como os de burla e os que envolvem o tráfico de drogas, o que este estudo confirmou.

Os entrevistados, particularmente os nigerianos, expressaram que são maltratados pela maioria dos cabo-verdianos. Este fato é indicador de relações sociais conflituosas no país de acolhimento, o que envolve os entrevistados das três nacionalidades da CEDEAO.

O estudo leva a concluir que a proteção ou segurança social dos imigrantes da GNS em Cabo Verde é frágil, atestada pela situação de

irregularidade em que a maioria se encontra, associada à excessiva burocracia governamental para a concessão de residência. Este fato e o tratamento discriminatório de que são alvo levam a admitir como precária a sua integração social no país. É fundamental que as autoridades ligadas ao setor tenham em conta essa situação e que haja políticas públicas eficazes para melhorar o grau de integração e a interação social desses imigrantes.

## Referências

BONIFACE, P. *Atlas das relações internacionais*. Lisboa: Plátano Editora, 2005.

CABO VERDE. Polícia Nacional. Direcção de Estrangeiros e Fronteiras – DEF. Praia: 2010.

\_\_\_\_\_. *Plano Estratégico de Segurança Interna de Cabo Verde (2009-2011)*. Praia: Ministério da Administração Interna, 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto-Legislativo N<sup>o</sup> 6, de 05 de maio de 1997. Regula a Situação Jurídica do Estrangeiro no Território Nacional. Boletim Oficial I S N<sup>o</sup> 17. Cabo Verde, 2007.

CABRAL, I.; FURTADO, C. *Os Estados-nações e o desafio da integração da África do Oeste*. O caso de Cabo Verde. Praia, 2008.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. *As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção*. Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, outubro, 2005. Disponível em: <http://www.gulbenkian.pt/media/files/fundacao/Benefic%C3%Aancia/forum%20imigra%C3%A7%C3%A3o/GCIMReport.pdf>. >. Acesso em: 15 out. 2015.

COSTA, P. M. *A situação de irregularidade dos estrangeiros perante a lei portuguesa*, 2008. (Working Paper, n. 05). Disponível em: <<http://www.pmcosta.co.pt>>. Acesso em: 15 out. 2015.

DIAS, S.; GONÇALVES, A. Migração e saúde. In: DIAS, S. (Org.). *Revista Migrações*, Número Temático Migração e Saúde, Lisboa: ACIDI, n. 1, p. 15-26, set. 2007.

GOMES, D. A. *Integração da comunidade de Guiné-Bissau em Cabo Verde: o caso da Cidade da Praia*. 2010. 133f. Tese (Licenciatura em Ensino de História) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2010.

GRAÇA, C. Q. L. *Cabo Verde: formação e dinâmicas sociais*. Praia: Instituto da Investigação e do Patrimônio Culturais, 2007.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Censo 2010*. Cidade da Praia, 2010.

KYNLICKA, W. *Fronteras territoriales*. Madrid: Editorial Trotta, S.A., 2006.

Monteiro, R. L. *A África na política de cooperação europeia*. Lisboa: ISCSP. (1997).

NOGUEIRA, G. Cabo Verde quem diria, país de imigração. *Revista África* 21, n. 29, 2008.

OIM - Organização Internacional para as Migrações. *Direito internacional da migração*. Glossário sobre Migração. Volume 22, 2009. Disponível em: <<http://publications.iom.int/books/direito-internacional-da-migracao-ndeg-22-glossario-sobre-migracao>>. Acesso em: 20 nov. 2015

OLIVEIRA, A. M. Processamento da linguagem num contexto migratório e de interação. In: *Migração e Línguas, Processamento da Linguagem, Léxico Mental*. CONGRESSO INTERNACIONAL LÍNGUAS: Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.19/539>>. Acesso em: 20 nov. 2015

PATTARA, N.; BAENINGER, R.; BOGUS, L.; JANNUZZ, P. *Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana, São Paulo 1980-1993*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1987.

ROCHA, E. V. *Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde*. 2009. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2009.

SILVA, C. Comunidades imigradas da CEDEAO em Cabo Verde: Dinâmicas familiares e representações sobre práticas de violência nas relações de género. In: CODESRIA. *L’Afrique face aux défis du XXIème siècle*. Rabat, p. 112, 2011.



TRINDADE, M. B. R. *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

VALENTIN, I. Cabo Verde y la externalización de la inmigración hacia Europa. Análisis histórico a la luz de la coherencia de las políticas en migración y desarrollo. In: ÁLVAREZ, G. F., MARTUL, D. G. (Coord.). *Mujer, educación y migraciones en África*. Madrid: Los Libros de la Catarata, p, 216, 2011.

## CAPÍTULO 16

### A percepção sobre o *modus operandi* do crime de roubo em Belém do Pará

#### **Lucidéia Santos Cavalcante**

Mestre em Segurança Pública da UFPA. Belém – Pará – Brasil. lucideaf@yahoo.com.br

#### **Silvia dos Santos de Almeida**

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

#### **Rosália Thainá da Silva Moraes**

Graduanda em Estatística (UFPA) e aluna de Iniciação Científica PIBIC/FAPESPA. Belém – Pará – Brasil. rosalia.moraes29@gmail.com

#### **Thays Suelen Brito Santos**

Graduanda em Estatística (UFPA) e aluna de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Belém – Pará – Brasil. thaysuelen096@gmail.com

#### **Adrilayne dos Reis Araújo**

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

#### **Resumo**

Este artigo visa mostrar a percepção de delegados, investigadores e escrivães, em relação ao *modus operandi* do crime de roubo em flagrante a transeunte em Belém do Pará. Diante das informações obtidas por meio de entrevista, pôde-se observar as experiências vivenciadas na rotina cotidiana na delegacia de polícia e nas ruas da cidade. Desse modo, se demonstra a percepção dos delegados, investigadores e escrivães a respeito do modo de agir dos assaltantes no espaço público. Pode-se verificar que se destaca o predomínio do uso da arma de fogo e da motocicleta como meio de locomoção no momento do delito. Nessa perspectiva, as informações são fundamentais para entender a complexidade do cenário marcado por rotineiras práticas criminosas e assim poder contribuir com a compreensão e prevenção desse fenômeno.

**Palavras-chave:** Entrevistas. Prevenção. Rotina.

## Introdução

O medo de roubo nas vias públicas é um assunto que vem chamando atenção, causando incômodo e restringindo a liberdade e tranquilidade dos segmentos sociais, os quais passaram a exigir explicações e soluções para a criminalidade vivenciada no cotidiano de modo rotineiro.

Para oferecer uma resposta mais adequada sobre como os agressores agem na área de circulação, o local de maior concentração do delito e as vítimas de roubo, buscou-se, a partir da percepção do *modus operandi* do crime de roubo em Belém do Pará, informação para explicar as formas de agir do agressor, o que permite compreender a violência e o crime que vem se tornando a sensação, o assunto principal do dia, tanto na vida da população como na mídia.

É evidente nos meios de comunicação que violência e a criminalidade estão crescendo a cada dia, e os crimes de assalto a transeuntes nos bairros e nas vias públicas de Belém estão cada vez mais presentes no cotidiano. Desse modo, se observa a necessidade de compreender a violência urbana, que tem sido motivo de preocupação constante na sociedade, gerando sentimento de medo e insegurança, o que vem sendo demonstrado a partir da sondagem da opinião pública (ADORNO, 2002).

Em meio a esta inquietude, busca-se aprofundar o assunto, de acordo com as teorias e metodologias apropriadas, adotadas, a partir da percepção do delegado, do investigador e do escrivão, sobre o *modus operandi* do crime de roubo em flagrante a transeunte em Belém, em que a intenção é demonstrar a percepção do modo como os assaltantes costumam atuar de forma criminosa, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade social, assim como possibilitar a análise para a criação de políticas públicas voltadas à prevenção, pautadas na observância do acontecimento.

Do mesmo modo, se pode verificar que a percepção de delegados, investigadores e escrivães é fonte de informações relevantes, frente à problemática dos assaltos vivenciados nas vias públicas da cidade.

Assim sendo, é importante discutir a percepção e práticas sociais do fenômeno da violência e da criminalidade nas sociedades contemporâneas que passam por um processo de transformação nos últimos tempos; com a globalização, ocorreram várias mudanças culturais como as teorias e práticas penais. Entretanto, verifica-se que as transformações políticas se

distanciam das reais necessidades da população, limitando os indivíduos dos direitos sociais e o exercício da cidadania (ALVAREZ, 2004).

Diante do exposto, observa-se que as mudanças na política de segurança pública adotada, por mais bem elaboradas que sejam, vêm causando um efeito danoso, como se pode notar no cotidiano o aumento da exclusão, das desigualdades nesse processo. Daí a importância e a contribuição da entrevista abordando aspectos da violência da criminalidade, no sentido de proporcionar a reflexão e alcançar um entendimento mais amplo da realidade social. E pode contribuir para uma abordagem crítica da vida social, avaliando as ações governamentais no que tange à segurança, como os serviços públicos que são oferecidos à população, para que os acontecimentos de violência e criminalidade no cotidiano não sejam olhados com naturalidade, e as resoluções de problemas não sejam dadas de forma evasiva e simplista, mas voltadas à qualidade de vida.

Segundo Zaluar (1999), observam-se importantes debates sobre violência e criminalidade no Brasil, que foram marcados por profundas mudanças nos diferentes aspectos políticos, sociais e econômicos diante do processo de democratização. Entretanto, no campo intelectual e político, e nos movimentos sociais, as discussões se davam de forma separada sobre as mudanças vivenciadas durante o processo, as manifestações, as lutas reais no cotidiano, a crise institucional, o esgarçamento do tecido social, a difusão recente de práticas violentas em alguns setores da sociedade. Isso acarretou a reação inequívoca dos intelectuais, evidenciando que nem a democracia, a igualdade e a paz seriam inerentes à natureza humana e reforçando a ideia de que era necessário um projeto político que preparasse o indivíduo para a construção de formas democráticas. Para isso, teria que haver um processo de educação permanente, entre outros aspectos, e o discurso favorece a legitimidade e permanência do poder e o uso da força e coerção.

Entende-se que o conhecimento é fundamental devido à complexidade que envolve a violência e o crime que podem estar associados a outras dimensões políticas, socioeconômicas, exclusão social, ou que todos esses fatores estejam influenciando direta ou indiretamente no crime de roubo. Ademais, percebe-se que onde existem bolsões de miséria, a delinquência sempre ronda oferecendo aos jovens formas fáceis e ilícitas de obter dinheiro.

## A contribuição das teorias na compreensão e percepção do *modus operandi* do crime de roubo

Coelho (2012) trata sobre a percepção da violência urbana no Rio de Janeiro, com a atenção voltada à emoção das vítimas frente ao assalto à residência. Procurou-se demonstrar, com base em entrevistas, a sensação e emoção vivida em determinado momento pelos segmentos, assim como as formas de “controle emocional”. A partir dos depoimentos dos envolvidos no crime, verificou-se como os homens e as mulheres lidam com as experiências de vitimização; diante da percepção individual, a descrição dos entrevistados revela que são diferentes as formas de controle ou descontrole emocional de cada indivíduo, obtidas por meio da prática de violência vivenciada no contexto urbano.

Nesse sentido, Thompson e Uggem (2012) apresentam a percepção do crime sob o olhar do tráfico de drogas. Demonstram a preocupação em entender se existe uma relação do roubo associado ou não ao uso de drogas. Entretanto, mostram que é relevante analisar a quantidade de registro de ocorrências e ressaltam que são necessárias medidas para coibir o consumo de drogas no sentido de conseguir reduzir o número de roubos; acredita-se que isso seja um dos determinantes do crime.

Assim como Johnson, Bowers e Pease (2011) afirmam que o ambiente precisa ser investigado devido aos diversos fatores que poderiam levar ao crime. Ressaltam o comportamento do assaltante na busca do alvo daquilo que almeja obter, daí faz uma analogia ao comportamento dos animais, mostrando como agem para conseguir o alimento, selecionam a área na busca do que desejam para saciar a fome. Do mesmo modo, o infrator age, seleciona o bairro, a residência, avalia aquela que não exige muito esforço para entrar, a que parece conter itens valiosos ou a que está desocupada. Assim, o que interessa é subtrair o objeto, a motivação consiste em atingir o objetivo.

Para Rosenfeld e Fornango (2007), a percepção é que diversas situações envolvem o crime, precisa de conhecimentos que proporcione explicações e se existe uma relação entre o crime e a questão econômica. A criminalidade deve se tornar um importante foco de pesquisas, e neste sentido, os autores acreditam que, se as condições sociais melhorarem e a renda familiar aumentar, o índice de criminalidade pode cair.

Para Bernasco (2006), o roubo em residências precisa de conhecimento sobre como se dá a escolha do alvo no espaço social. Ressalta a relevância do estudo como uma grande contribuição para a compreensão das características dos assaltantes na escolha das áreas-atraentes. Com base nessas investigações e na ânsia de compreender como os infratores são atraídos para os locais de crime, parte das seguintes hipóteses: o que atrai a atenção dos assaltantes são os bairros próximos de sua residência, ou os do centro da cidade, os bairros ricos, aqueles de fácil acesso ou aqueles que apresentam a desorganização social.

Por isso, Tseloni (2006) fez uma análise sobre a área de efeito de incidência dos crimes de roubo e furto contra a propriedade, e mostrou a partir do estudo realizado no período de 1991 a 2000 de uma pequena área e por meio de modelos estatísticos, as variáveis residência e características da área, as características da família e as interações, que são atributos que contribuem na explicação significativa da variação de crimes contra a propriedade, sendo uma forma para melhor compreender os fatores que dão origem ao delito, assim como contribuir e auxiliar na elaboração de políticas de prevenção do crime.

Do mesmo modo, Coupe e Blake (2006), preocupados em revelar a relação entre a luz do dia e a escuridão, assim como a seleção do alvo de roubo e os riscos relacionados, mostram a necessidade de se utilizar dados que possibilitem identificar e interpretar os resultados, incluindo variáveis referentes à área.

Ainda, com a atenção voltada à prevenção, Andresen (2005) ressalta a importância da prevenção do crime, no âmbito espacial; utilizando a teoria da atividade de rotina, observa o espaço de que a população local faz uso para calcular os índices de criminalidade e medir o risco, mostrando que a estatística descritiva e correlações das medidas do crime são aliadas importantes e revelam que os dados do ambiente podem ser usados para compreender a área do crime, assim como para localizar possíveis áreas em que ocorre o crime.

Para entender a área do crime, Bernasco e Luykx (2003) mostram a percepção referente ao roubo à residência, onde os efeitos da atratividade, oportunidade e acessibilidade dos assaltantes resultam em altas taxas de roubos residenciais nos bairros urbanos. Este fato ocorre em virtude de a vítima ostentar riqueza, o que torna a residência atraente para ser abordada.

Além de outros atributos, como a localização, a aparência física, o valor da casa que eles acreditam conter itens valiosos e a distância das estradas principais. Assim como a percepção de que as casas localizadas em ruas sem saída são menos propensas a ser assaltadas, bem como, quanto mais via de saída houver em uma casa, mais provável será o assalto. Neste aspecto, percebe-se ainda que as áreas periféricas são o grande atrativo, em consequência, focos de pobreza servem de abrigo para os criminosos de várias índoles.

Deste modo, Souza (2003) afirma que vem ocorrendo um aumento da violência, fato constatado com o crescimento real na quantidade de registros de ocorrências dos crimes violentos nas cidades. No entanto, observa-se que o total de registros de ocorrências está acima do crescimento da população, o que leva a crer que o número de crimes e de vítimas tem aumentado, e isso não vem sendo revelado, devido esbarrar em dificuldades com relação às informações que somente estão disponíveis nos dados dos registros policiais, que não permitem comparações, além da subnotificação. O crime contra o patrimônio também aumenta ao longo deste período analisado e desse modo percebe-se que o fenômeno dos crimes violentos é resultado do crescimento da população nas capitais e regiões, da estagnação econômica, da exclusão social, da concentração de moradores nas periferias em decorrência do acelerado processo de urbanização, da ausência dos serviços públicos, da baixa expectativa de vida, da desigualdade social e da dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Como enfatiza Salla (2006), há a necessidade de se fazer uma reflexão e discussão sobre os impasses do processo democrático referente à segurança pública, às políticas voltadas a reduzir os níveis de violência e o autor constata que é difícil extinguir a prática de torturas, os maus tratos nos ambientes prisionais, assim como, reduzir a corrupção tanto no interior da polícia como no ambiente prisional; ressalta que esses acontecimentos provocam efeito danoso no enfrentamento ao crime e isso é favorável às organizações criminosas. Isso vem repercutir, ainda mais, de forma negativa, na credibilidade da polícia e no sistema prisional, bem como, estimula a percepção da presença de uma polícia mais repressiva com o controle mais intenso para coibir a violência.

Ainda, nesse aspecto, Adorno (2002) ressalta que a violência vem crescendo de forma vertiginosa, inclusive, os crimes que envolvem

práticas de violência como o homicídio e o crime contra o patrimônio estão se tornando cada vez mais elaborados. Menciona que a mudança nos detalhes de elaboração da ação criminosa, não vem sendo acompanhada de políticas de segurança, de justiça e penal, capazes de conter o crescimento dos crimes, como a violação dos direitos humanos. Os efeitos se mostram com o descrédito dos cidadãos nas instituições encarregadas de promover a segurança e a justiça social. Os cidadãos buscam saídas por conta própria para se protegerem, os que dispõem de recursos buscam a segurança privada e os que não dispõem buscam a “proteção” oferecida por traficantes, os resultados contribuem para enfraquecer a busca por soluções proporcionadas pelas leis.

Do mesmo modo, Chamlin e Cochran (1998) realizaram um estudo investigando a situação econômica como fator relevante no aumento da criminalidade, relacionando as condições econômicas com o crime de roubo. Para tanto, avaliaram o impacto das mudanças abruptas que ocorrem na sociedade, principalmente, quando acontece o aumento do preço das mercadorias, do combustível, sobre a contagem total de roubos, o impacto causal do preço do petróleo sobre o roubo e os efeitos da economia em diminuição ou aumento do crime. Diante disso, salientam a restrição de oportunidades econômicas motivando algum membro social a envolver-se em crime para garantir a riqueza material.

Além disso, Messner e Rosenfeld (1994) abordam o impacto das condições econômicas no crime de roubo em propriedade, que a relação entre as condições macroeconômicas e taxas de crime continua a ser limitada, em virtude de autores analistas duvidarem da existência de relação sistemática. Esse desacordo no que diz respeito à validade dos indicadores normalmente utilizados para medir as condições econômicas, deveria levar em consideração o potencial da reversibilidade dos efeitos econômicos no crime e sobre os índices de criminalidade. Teorias sugerem que as percepções coletivas sobre a dificuldade econômica devem ter efeitos sobre o crime, que são independentes de outros indicadores econômicos. Para avaliar este argumento, é necessário examinar a relação entre o índice da criminalidade e o sentimento do consumidor.

## **Material e método**

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a entrevista a partir de uma abordagem qualitativa (SEVERINO, 2002), procurando conhecer



a percepção de policiais, delegados, investigadores e escrivães, sobre o *modus operandi* do crime de roubo em flagrante a transeunte em Belém. Foi utilizado um questionário (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 2011) com perguntas abertas e fechadas, voltadas à percepção deste tipo de delito, para verificar como os entrevistados percebem o modo de agir dos assaltantes, e procurou-se transcrever as informações da forma mais fiel possível. As informações foram apuradas por meio dos relatos, espontâneos, com os entrevistados, que concordaram em participar por meio do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Foi constituído de um grupo de 15 policiais, servidores da segurança pública da Polícia Civil, que ocupam na instituição, os cargos de delegado, investigador e escrivão, que corresponde a três unidades seccionais urbanas: São Brás, Cremação, Comércio e duas delegacias: Pedreira e Guamá. Entre os entrevistados, há duas servidoras públicas do sexo feminino. A escolha das três seccionais e duas delegacias se deu pelo critério de apresentarem a maior quantidade de registros de boletins de ocorrências do crime de roubo a transeunte em flagrante no período investigado. Assim, os policiais são identificados por letras do alfabeto, os delegados A, B, C, D e E, os investigadores F, G, H, I e J, e os escrivães, K, L, M, N e O, e desse modo, serão apresentadas as informações com base nos relatos.

## Resultados e discussões

A partir das entrevistas com os policiais obtidas sobre a percepção dos *modi operandi* do crime de roubo em flagrante, nas delegacias de polícia de Belém, observou-se que a maior parte dos entrevistados ainda apontam que a percepção sobre as ações criminosas dos assaltantes é limitada, entretanto, essa percepção pode variar em outro local, em outro espaço social investigado.

No que se refere à jornada de trabalho no cômputo de horas, os delegados informaram 40 horas semanais, enquanto que os investigadores e escrivães salientaram 40 horas ou mais. Em relação ao tempo de serviço, pôde-se verificar que os delegados têm de 23 a 30 anos de serviço prestado à instituição. Já os investigadores têm de 22 a 23 anos de experiência no serviço policial. E os escrivães, de 20 a 21 anos. Observa-se que os delegados têm mais tempo de serviço em relação aos demais.

Com referência à variável sexo dos policiais, todos os delegados pertencem ao sexo masculino, enquanto um investigador e um escrivão são do sexo feminino. Com relação à faixa etária, os delegados têm de 44 a 64 anos, os investigadores de 46 a 50 anos, e os escrivães de 41 a 47 anos.

De acordo com o grau de escolaridade, a maioria dos delegados tem especialização. Observa-se, ainda, que a maioria dos investigadores e dos escrivães têm ensino superior completo.

Quanto ao estado civil dos policiais, observou-se que todos os delegados são casados. Tanto os investigadores como os escrivães são na maioria casados/união estável.

Além desse conjunto de informações, buscou-se conhecer as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) em que os servidores compõem o quadro nas unidades e seccional de polícia, estando distribuídas da seguinte forma: a 2<sup>a</sup> AISP corresponde à seccional urbana de São Brás, a 4<sup>a</sup> AISP corresponde à seccional urbana da Cremação, a 6<sup>a</sup> AISP corresponde à seccional urbana do Comércio, a 10<sup>a</sup> AISP corresponde à delegacia da Pedreira e a 11<sup>a</sup> AISP corresponde à delegacia do Guamá.

Prosseguindo a entrevista sobre a percepção dos policiais delegados, investigadores e escrivães, procurou-se por meio das falas entender a caracterização do crime de roubo a transeunte.

Conforme os relatos, sobre os autores de roubo a transeunte, dois policiais ressaltam como os assaltantes costumam agir:

Agem em dupla na maioria das vezes, embora a ação criminosa, também seja cometida de modo individual, eles não se preocupam em visualizar o meio de fuga principalmente se estiver muito drogado, aí mesmo que não conseguem planejar uma rota de fuga, entretanto, eles observam se têm a presença da polícia por perto no local (Policial E).

Os assaltantes avaliam a área de fuga e a presença ou não de policiais (Policial L).

Além dessa informação, o Policial K salientou sobre as dificuldades para prender o meliante:

O flagrante exige muitas peças que comprove a ação delituosa, sendo necessários a presença da vítima, testemunhas e o objeto do crime apreendido, isso demanda

muito tempo, há burocracia no que torna o trabalho mais demorado para que seja feita a ocorrência o procedimento necessário para a prisão do assaltante (Policial K).

Na sequência da entrevista, também foi salientado que os assaltantes sempre estão observando as pessoas:

As pessoas distraídas, desatentas essas se tornam vítimas devido à oportunidade e facilidade ocasionada pela falta de atenção isso faz com que seja alvo de assalto. É observado que, pessoas aparentando o estilo de vida um comportamento de elevado poder aquisitivo, bem vestido são grandes atrativos, alvo fácil pela exposição, por ostentar riqueza e aparentar condições financeiras (Policial G).

Neste sentido, Bernasco e Luykx (2003) mostram as taxas de roubo residenciais nos bairros urbanos, na Cidade de Haia, na Holanda, que variam entre áreas com baixos índices de roubo e áreas com altas taxas; chamam a atenção para uma série de critérios utilizados pelos assaltantes na seleção do alvo, que corresponde a três fatores, atratividade, oportunidade e acessibilidade em bairros urbanos, salientando, ainda, os atributos da casa na escolha, como a oportunidade em que a vítima, ao ostentar riqueza, torna-se o alvo atrativo para ser abordado.

Em outro momento, o Policial A, abordando a violência do crime de roubo quando o assaltante é preso, afirma: “dizem que só queriam pegar o celular, não queria agredir. Eu percebo que a motivação do assalto é em obter o objeto o qual será usado como moeda para ser trocado por droga” (Policial A).

Thompson e Uggen (2012) ressaltam a preocupação em entender a relação do consumo, uso e o tráfico de drogas com o crime de roubo, daí a importância de analisar a quantidade de registro de ocorrências como uma forma de reduzir o crime.

Um exemplo sobre a diminuição do crime no espaço público é feita a reflexão e revelada por meio do seguinte relato:

Que o assalto, diminui no espaço público quando são montadas ou realizadas operações pela polícia, no bairro em que apresenta maior incidência do crime de roubo. Percebe-se a redução da quantidade de registro de ocorrência

do crime devido os infratores migrarem para outro bairro, outro lugar (Policia F).

Em relação à incidência do crime, se observa que as variáveis temporais referentes a horário e dia da semana, se apresentam, segundo os policiais, dessa forma:

O horário em que mais ocorre o crime são das 18 às 24 horas não tem a maior incidência em outro horário, é sem dúvida neste horário (Policia A).

Posso dizer que no horário de meio dia das 12 às 15 é o melhor momento para agirem devido estar calmo para o almoço como também das 18 às 24 horas (Policia H).

Como, também se percebe que a maior quantidade do crime ocorre nos finais de semana como na sexta, sábado e domingo (Policia J).

Coupe e Blake (2006) demonstram a preocupação em revelar a relação na seleção do alvo de roubo entre a luz do dia e a escuridão.

As falas seguintes dizem respeito a outros fatores relacionados com a ocorrência do crime, como é revelado pelo Policia F “que o sexo feminino é o mais propenso a se tornar vítima” (Policia F). No entanto, outros policiais afirmam que:

As vítimas mais propensas são qualquer uma, independente da condição caso de deficiente físico foi assaltado (Policia A). Como os idosos é uma presa preferida na cena do crime (Policia C).

Ultimamente qualquer pessoa seja ela adultos, mulheres, idoso, independente de atributos inerentes como gênero, raça, idade, credo, condição social, são vítimas de roubo não tem vítima específica da violência do crime de roubo (Policia M).

Em continuidade à percepção dos policiais com relação ao perfil do crime e do agressor, há a seguinte informação: “falam que 90% dos assaltantes pertencem ao sexo masculino, na faixa etária variandode 14 e 21 anos, 15 a 25 anos, 16 a 23 anos, 17 a 20 anos, 18 a 25 anos; passou dos 23 anos eles morrem” (Policia B).

Em relação ao bairro que atrai o assaltante, foi revelado que:

Na minha percepção acredito que a rentabilidade do bairro, a aparência é o que atrai o assaltante (Entrevistado G). Pra mim não existe bairro com maior incidência, o que existe é bairro de colégios, por exemplo: Batista Campos, não é por ser bairro de rico que atrai o assaltante é pelo fato dos colégios ser próximo do bairro ou no bairro e por ter a concentração de muitos jovens em exposição, ostentando celular, cordão de ouro, objetos isso representa valor de troca, desperta o interesse e aproximação do assaltante para abordar o jovem, no que se torna alvo fácil. Além do mais, o assaltante visa obter os objetos, esses objetos que subtrai é para ser trocado por drogas (Policial B).

Dessa forma, Johnson, Bowers e Pease (2011) mostram que o comportamento do assaltante, na busca do alvo daquilo que almeja obter, tem semelhança com o comportamento dos animais. Mencionam como os animais agem para conseguir o alimento, selecionam a área na busca do que desejam para saciar a fome. Os infratores agem da mesma forma, no momento em que são motivados para obter aquilo que desejam possuir, selecionam o alvo, o bairro as residências e avaliam aquelas que não exigem muito esforço para entrar, as que parecem conter itens valiosos, ou as que estão desocupadas, dando a impressão de pouca vigilância, de modo que a probabilidade de serem perturbados ou presos no local do crime é ínfima.

Como visto no parágrafo anterior, o comportamento do assaltante no cometimento do crime de roubo, na busca do alvo diante do que deseja possuir, a percepção de um policial aponta que:

No crime de roubo, o assaltante visa subtrair os objetos, sem estrutura nem planejamento para a ação acontecer, é considerado como um evento desorganizado, daí o que é constatado no cotidiano pela polícia e pela sociedade é muitas vítimas que morrem após assaltos (Policial C).

Com relação à arma utilizada no crime, as respostas dos policiais foram unânimes:

O uso da arma de fogo é o tipo de instrumento que se destaca, a maior parte dos assaltos acontecem com a arma de fogo, é a que predomina utilizada na ação criminosa (Policial D). A arma de fogo vem sendo usado geralmente no crime como o simulacro, imitação de uma arma, ou seja, o assaltante

simula fazer uso de uma arma de fogo, o que na verdade é uma arma de brinquedo (Policial E).

Sobre a informação em relação ao meio de locomoção, os policiais ressaltaram que:

Cada bairro, o delito ocorre de modo diferente em relação ao meio de locomoção também uns de bicicleta, enquanto que em outros há o predomínio da motocicleta no caso, por exemplo, na Cidade Nova (Policial F).

A locomoção, o modo como os assaltantes fazem para se deslocar de um local para outro, de um modo geral, utilizam a motocicleta, esta lidera frente à ação criminosa, em seguida a bicicleta, como também a pé (Policial G).

Posso dizer que o meio de locomoção depende do local e do bairro em que o assaltante age no que se refere, por exemplo: No Ver-o-Peso, o roubo é praticado a pé, são vários registros de ocorrências, mas também acontece de bicicleta como de motocicleta (Policial L).

Ao discorrer sobre o serviço de segurança pública oferecido à população que atenda a todos, foi salientado, por meio dos relatos, que são necessárias várias medidas:

O aumento do efetivo é importante, assim como pode ser colocada a maior quantidade de policial, na rua em cada esquina, mas isso não vai resolver a problemática do crime de roubo, até por que são vários os fatores que estão envolvidos, a necessidade de reflexão associar a criminalidade a diversas questões sociais, onde é preciso revitalizar a família, como a religião (Policial B).

Adorno (2002) menciona que a violência vem crescendo, assim como os detalhes da elaboração da ação criminosa, que não vêm sendo acompanhados de políticas de segurança, justiça e penal, capazes de conter o crescimento dos crimes, como a violação dos direitos humanos. Desse modo, os cidadãos buscam saídas por conta própria para se proteger.

Além disso, é ressaltado, em relação ao número de policiais na rua: “se não dá para ter um policial em cada esquina, mas poderia ter uma câmera com monitoramento 24 horas, para tanto esbarra na falta de profissional de ‘material humano’” (Entrevistado F).

Há ainda nos relatos, a seguinte discussão em relação à percepção da segurança pública:

É preciso o poder público agir de outra forma, não do jeito que vem agindo fazendo de conta que está resolvendo a situação, sendo apenas uma forma de dar satisfação à sociedade, é preciso ser mais enérgico. Revelando que, por exemplo: Se as operações de intervenção nos bairros estão dando certo, servindo para interromper a ação criminosa por que não dá continuidade, acredita-se que isso, possa ser um meio de coibir a violência, no entanto, isso, gera gasto para o governo e esbarra em interesses políticos, daí a não continuidade (Entrevistado C).

É relevante entender se o *modus operandi* do crime de roubo ocorre do mesmo modo, no espaço público:

Este crime vem acontecendo da mesma forma, eu percebo o comportamento como mesmo padrão o assaltante aborda a vítima, armado com o uso da arma de fogo, às vezes simulacro, enquanto o outro assaltante começa a revistar e retirar os pertences das vítimas, fugindo em seguida em motocicleta, outras vezes de bicicleta ou a pé, nos locais e horários onde a polícia é menos presente (Policial D).

Além disso, outros entrevistados ressaltam:

Então se evidenciou que o roubo é um ato violento, na maioria das vezes os assaltantes surpreende agem utilizando a força física, com muita violência infelizmente em alguns casos acontece de forma fatal ceifando a vida da vítima (Entrevistado J).

O assaltante está atento aos movimentos da polícia principalmente no que concerne a troca de turno das viaturas, ficam a espreita esperando a oportunidade para agir praticando atos delituosos nas ruas da cidade. Assim como, também é observado pela polícia que no período da manhã a quantidade é menor de registros de ocorrência de roubo, devido o assaltante passar a noite acordado agindo nas ruas da cidade e durante a manhã dormem (Policial M).

Com base no conjunto de informações nos relatos, foi demonstrado que a violência no cotidiano não vem sendo denunciada:

Todos os dias ocorrem o crime de roubo, mas as pessoas assaltadas não fazem o boletim de ocorrência. Em virtude de as vítimas mencionarem ser mal atendida, ou simplesmente pelo descrédito na polícia, além do, mas por pensar que não adianta fazer ocorrência devido à falta de solução, ou a não recuperação dos objetos subtraídos, aumentando desse modo a subnotificação (Policial I).

Souza (2003) ressalta o aumento da violência pelo número de vítimas, constatado com o crescimento real da quantidade de registros de ocorrências do crime de roubo, entretanto, enfrenta a dificuldade de informações de dados como de subnotificação.

Também se verifica no seguinte relato uma importante informação sobre a presença da mulher no crime: “A presença da mulher no crime, em assaltos no cotidiano antes configurava como ‘isca’ hoje assalta, têm mulheres chefes de gangues, as idades das envolvidas no crime variam entre adolescentes em diante” (Policial F).

Prosseguindo com a questão sobre a participação da mulher no crime, foi abordado que: “Às vezes têm mulheres envolvidas, porém é difícil a constatação, devido à falta de uma policial na equipe que está na rua, para fazer revista nas mulheres suspeitas do crime” (Policial G).

Em relação às dificuldades de trabalho, foram enfatizados os problemas vivenciados nas seccionais:

A dificuldade consiste pelo fato de uma seccional abranger cinco bairros no caso, por exemplo: a seccional do comércio o atendimento e funcionamento das 8 horas até às 18 horas, após esse horário quem precisar do serviço tem que se dirigir a seccional de São Brás, que já oferece o serviço para outros bairros da cidade, dessa forma, ocorre uma sobrecarga noturna de trabalho, com poucos servidores trabalhando 24 horas todos os dias (Policial F).

Ainda, quanto às dificuldades reveladas, foram destacadas:

Entre o horário de 4 horas da madrugada e às 6 horas da manhã, ocorre muito arrombamento de veículos, pela cidade. Trabalhamos dando uma de “bailarino” se movimentando de um local para outro para suprir a necessidade do serviço policial. Aqui hoje estão presos 150 assaltantes, o pessoal da



SUSIPE, são ao mesmo tempo os vigilantes e os vigiados pelos presos, acontece que são muitos presos atentos aos movimentos dos vigilantes, qualquer falha, vacilo, na vigilância dependendo das circunstâncias os assaltantes se organizam a procura de meios, condições para fugir (Policial O).

Ademais, foi realçado que na polícia existe uma assessoria de comunicação:

Que, desconhece o trabalho efetuado da mesma, deveria junto à rede de comunicação divulgar o trabalho realizado pela polícia, no sentido de informar a população, que no período da noite quando precisar dos serviços da polícia, qual seccional procurar para formalizar suas queixas. Assim como frisou que é necessário melhorar o serviço da ocorrência virtual onde há necessidade de saber o número do celular do telefone da vítima para entrar em contato, são ideias para melhorar o atendimento (Policial F).

Observa-se, por meio dos relatos, outro aspecto interessante salientado de que, na segunda-feira, a maior parte dos números de ocorrência policial são denúncias de contendas no convívio social.

Nas segundas-feiras, fica lotado o corredor da delegacia para formalizar queixas de família. A procura da população, o atendimento dos serviços da polícia, está voltada a inquirir caso de contendas familiar, inclusive são muitas as ocorrências não pelos crimes de furto ou roubo, e sim por briga de família, briga de irmãos, de vizinhos, de casal, briga por terrenos, já em termos de ocorrência por assalto os registros são mais nos finais de semana (Policial N).

No que diz respeito à obtenção de informações do assaltante preso, foi revelado que “infelizmente, doutora, é a mesma, a metodologia de antigamente. Muita ‘porrada’ para ele confessar o crime de roubo praticado, é só assim que revela” (Entrevistado F).

Salla (2006) enfatiza os impasses do processo democrático, abordando a segurança pública e as políticas voltadas para a redução da violência, constatando a dificuldade de se extinguirem as práticas de tortura e os maus tratos nos ambientes prisionais.

De acordo com o conjunto de informações reveladas nas entrevistas, verificaram-se diferentes percepções referentes ao critério de escolha utilizado pelo assaltante no cometimento da ação criminosa e foram elencadas as mais citadas pelos policiais. Dentre as opiniões se destacam: local de fácil acessibilidade, pouca iluminação, atratividade ao ostentar riqueza, ausência da polícia, bairros ricos, aparência física, centro da cidade, local com pouca vigilância, facilidade de fuga, oportunidade da desorganização no ambiente, e no que concerne a informação no item “Outros” da entrevista, foram salientadas as feiras e periferias enquanto critério de escolha no cometimento do crime.

Ainda, nesta perspectiva, observam-se diferentes concepções no que se refere à pergunta *O que poderia ser feito para diminuir a incidência do crime de roubo a transeunte no espaço público da cidade?*:

- Os delegados A, B, C, D e E elegem o aumento do efetivo do policiamento ostensivo, ação conjunta das áreas de inteligência da Polícia Civil e Militar para levantamento de informações referentes ao crime de roubo, melhoria do espaço público em termos de iluminação das ruas, asfaltamento, saneamento, incentivo às vítimas para fazerem o registro da ocorrência, essas seriam as ações mais pertinentes para lidar com a situação de roubo no espaço público.

As percepções dos investigadores F, G, H, I e J, em relação à questão de reduzir a incidência do crime, acreditam que seria necessário:

- O aumento do efetivo do policiamento ostensivo, ação conjunta das áreas de inteligência das Polícias Civil e Militar para levantamento de informações referentes ao crime de roubo, melhoria do espaço público em termos de iluminação das ruas, asfaltamento, saneamento e incentivar as vítimas a fazer o registro de ocorrência, investimento em termos logístico: comunicação, viaturas, coletes e racionalização das operações baseadas em relatórios estratégicos (áreas de maior incidência de roubos) e, ainda, monitoramento intensivo e ininterrupto das ruas.

De acordo com a percepção dos Escrivães K, L, M, N e O, o importante para reduzir o crime de roubo, seria:

- O aumento do efetivo do policiamento ostensivo, melhoria do espaço público em termos de iluminação das ruas, asfaltamento, saneamento, investimento em termos logístico tais como: comunicação, viaturas, coletes, racionalização das operações baseadas em relatórios

estratégicos (áreas de maior incidência de roubos), incentivar as vítimas a fazer o registro de ocorrência; além de tudo isso, investimento em educação e investimento sério na área social.

Quanto à percepção sobre o *modus operandi* do crime de roubo, os entrevistados destacam:

- Os delegados A, B, C, D e E foram unânimes em salientar que os assaltantes agem em dupla, com uso de arma de fogo, ou simulacro - a arma de brinquedo utilizada no cometimento do crime, assim como utilizam motocicleta, bicicleta ou estão a pé para se locomoverem na prática do crime.

Do mesmo modo, os investigadores F, G, H, I e J mencionam:

- Que os assaltantes agem na maior parte dos delitos em dupla, usando arma de fogo, no momento da fuga utilizam a motocicleta, bicicleta ou a pé, além disso, ressaltam que os assaltantes agem na maioria das vezes com muita violência, infelizmente, em alguns casos, ceifando a vida das vítimas.

As mesmas percepções foram relatadas pelos escrivães K, L, M, N e O:

- Que os assaltantes não agem sozinhos, individualmente, mas em parceria, em dupla, os *modi operandi* são os mesmos: fazem a abordagem armados com arma de fogo, enquanto um rende a vítima, o outro passa a revistar e retira os objetos e pertences da vítima; surpreendem as vítimas de forma violenta para subtrair os pertences, fogem em motocicleta, bicicleta ou a pé, dependendo do local onde abordam a vítima.

## Conclusão

O presente texto teve como objetivo mostrar a percepção do crime de roubo a transeunte por flagrante em Belém, a partir de entrevistas realizadas com policiais (delegados, investigadores e escrivães) nas seccionais e nas delegacias da capital, por meio de um roteiro de entrevista.

Partindo desta perspectiva, pode-se concluir que, na percepção dos policiais, os autores do delito de roubo agem em dupla, bem como para se locomover, utilizam a motocicleta no cometimento do crime, e também, a bicicleta ou vão a pé, como meios utilizados na prática do crime. A arma empregada pelos autores do crime e que predomina é a arma de fogo, em

seguida, o simulacro (arma de brinquedo). E, em geral, o autor do delito pertence ao sexo masculino.

Entretanto, observa-se a necessidade da percepção dos policiais da Polícia Militar, no sentido de ampliar o conhecimento e verificar se há diferenças de percepção entre os policiais.

Por fim, constata-se que o *modus operandi* do crime de roubo a transeunte, na percepção dos policiais, ocorre, em geral, da mesma forma, nos locais em que foi realizada a pesquisa, onde os assaltantes abordam a vítima armados, com arma de fogo, ou simulacro, enquanto um ameaça com a arma, o outro começa a revistar e retirar os objetos e pertences da vítima, a subtrair de forma violenta bolsas, aparelho celular, entre outros pertences; fogem em motocicleta, bicicleta ou a pé, dependendo do local onde abordam a vítima.

Por outro lado, se observou que as pessoas ao ostentarem seus pertences chamam a atenção dos assaltantes, tornando-se alvo, da mesma forma, quando se encontram distraídas no espaço público, mas há casos em que, mesmo estando vigilantes, atentas, se tornam vítimas. Observa-se, nos relatos, a necessidade de mudanças como revigorar a família à com a religião, renovar as políticas para atender, dar resposta aos problemas sociais como a exclusão, a desigualdade de renda e de acesso à educação com qualidade.

Diante dessas inquietações, o trabalho contribui para a reflexão e discussão sobre a garantia dos direitos sociais dos jovens e adolescentes, em programas e políticas públicas, que atendam às necessidades básicas dos indivíduos. Entende-se que, enquanto permanecer o descaso nesses aspectos e as mudanças e transformações não acontecerem em termos da confirmação dos direitos, a violência e a criminalidade, como o roubo, produzem mais vítimas a cada dia, e os indivíduos continuam sendo prejudicados pela ausência de liberdade para transitar com segurança no espaço público.

Isto remete a outro problema a ser levado em consideração, que é a limitação em termos do tempo para aprofundar o conhecimento frente à percepção dos policiais sobre o *modus operandi* do crime de roubo em Belém. Além disso, houve dificuldades com relação ao trabalho de campo: durante a coleta de dados, as atividades no interior das delegacias não eram interrompidas e os policiais não estavam disponíveis para participarem da

entrevista e contribuir com mais informações para uma melhor análise do trabalho. Também houve um número limitado de participantes na entrevista de policiais da Polícia Civil, na coleta de informações.

Desse modo, a percepção dos policiais sobre o *modus operandi* do crime de roubo se restringiu ao ponto de vista dos policiais civis e seria interessante a realização de novos estudos voltados à percepção dos policiais da Polícia Militar, sargento, cabo e soldado, para conhecer e assim comparar a visão dos mesmos no sentido de analisar e verificar se há diferenças no *modus operandi* dos assaltantes em Belém no período investigado.

Quanto às observações relatadas sobre o *modus operandi* do crime de roubo a transeunte em Belém, os dados obtidos no processo de investigação evidenciaram que o delito de roubo ocorre todos os dias da semana, no período da noite, no momento em que o cidadão está retornando para sua residência. O meio empregado pelos autores do crime é a arma de fogo, pertencem ao sexo masculino, agem em dupla e utilizam a motocicleta como meio de locomoção.

Esta pesquisa proporciona novos olhares para o entendimento mais amplo da realidade do crime de roubo a transeunte em Belém. Para a compreensão das causas da violência e da criminalidade que envolvem diversos setores e instituições, é necessário que estes pensem em conjunto e com apoio e participação da sociedade, para construir políticas públicas que atendam às necessidades de todos os segmentos sociais e que garantam qualidade de vida à população.

Cabe às instituições que prestam serviço à comunidade atentar para a vida social, assim como, para os diferentes tipos de violência e práticas criminosas que acontecem no espaço público da Cidade de Belém.

## Referências

ADORNO, S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. 132, p. 7-8, 2002.

ALVAREZ, M. C. Democracia, cidadania e políticas públicas de segurança. (UNESP/Marília) In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 56. Cuiabá, 2004. *Anais...* Cuiabá, 2004.

ANDRESEN, M. A. Crime measures and the spatial analysis of criminal activity brit. *Journal of Criminol.* v. 46, p. 258-285, jun. 2005.

BERNASCO, W. Co-offending and the choice of target areas in burglary. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, v. 3, p. 139-155, 2006.

BERNASCO, W.; LUYKX, F. Effects of attractiveness, opportunity and accessibility to burglars on residential burglary rates of urban neighborhoods. *Criminology*, v. 41, n. 3, 2003.

CHAMLIN, M. B.; COCHRAN, J. K. Causality, economic conditions and burglary. *Criminology*, v. 36, n. 2, 1998.

COELHO, M. Claudia. Gênero, emoções e vitimização: percepção sobre a violência urbana no Rio de Janeiro. *Sex. Salud Soc.*, Rio de Janeiro, n. 10, abr. 2012.

COUPE, T.; BLAKE. L. Daylight and darkness targeting strategies and the risks of being seen at residential burglaries. *Criminology*, v. 44, n. 2, p. 431-464, 2006.

JOHNSON, S. D.; BOWERS, K. J.; PEASE, K. Towards the modest predictability of daily burglary counts. *Policing*, v. 6, n. 2, p. 167-176, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MESSNER, Steven F.; ROSENFELD, R. *Crime and the American dream*. Belmont, CA: Wadsworth, 1994.

ROSENFELD, R.; FORNANGO, R. The impact of economic conditions on robbery and property crime: the role of consumer sentiment. *Criminology*, v. 45, n. 4, p. 735-769, 2007.

SALLA, Fernando. A crise na segurança pública no Brasil. *Tópicos, Berlim: Revista da Sociedade Brasil-Alemanha*, v. 45, n. 3, p. 24-5, 2006.

SEVERINO, J. A. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Luís Antônio F. de. Crimes violentos: desafios para uma política de segurança pública. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. 135, p. 8-10, jan./abr. 2003.

THOMPSON, M.; UGGEN, C. Determinants of drug and nondrug illegal earnings. *Criminology*, v. 50, n. 4, 2012.

TSELONI, A. Multilevel modelling of the number of property crimes: household and area effects. *J. R. Statist. Soc. A.*, v. 169, p. 205-233, 2006.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *Perspec.*, São Paulo, v. 13, n. 3, jul./set. 1999.

## CAPÍTULO 17

### A letalidade policial no Pará

#### **Carlos Stilianidi Garcia**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil.carlosstilianidi@gmail.com

#### **Samara Viana Costa**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil.samaraviana88@gmail.com

#### **Alexandra Bernardes Galdez de Andrade**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil.galdezdeandrade.advogados@gmail.com

#### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. ramosedson@gmail.com

#### **Resumo**

A letalidade policial no Pará é um fator preocupante, uma vez que os índices deste tipo de crime só aumentam no Estado. Situação esta que indica a importância de um estudo analítico sobre o tema, tendo em vista que os objetivos da atividade policial são: prevenir e reprimir a prática de atividades criminosas, gerando uma sensação de segurança e não violadora de direitos fundamentais como a vida. Este estudo busca analisar e discutir os altos índices de letalidade policial no Estado do Pará. Assim, a análise estatística foi realizada a partir da técnica análise descritiva, que faz a descrição dos dados por meio de tabelas das características das variáveis do estudo. Para análise exploratória de dados espaciais, selecionou-se o número de casos de letalidade policial por local de ocorrência no período de 2006 a 2015. Os resultados mostram que a letalidade policial ocorre de forma mais frequente às sextas-feiras (21,20%), os turnos mais frequentes foram tarde e noite (64,14%), sendo a região de integração mais frequente a Metropolitana (37,04%) com destaque aos municípios de Belém (57,14%) e Ananindeua (28,57%). Observa-se ainda que a maioria dos crimes (letalidade) foi cometida por policiais militares. As polícias são instituições detentoras de um conhecimento técnico diferente, ou seja, detentoras de um poder discricionário implementação de estratégias e decisões, fazendo com que o desvio policial gere perda da legitimidade da atuação policial, o que leva à ausência de colaboração da comunidade em virtude dessa dicotomia comunidade versus polícia, o que resulta em hostilização do público.

**Palavras-chave:** Atividades Criminosas. Região de Integração. Policiais Militares.



## Introdução

A formação do Estado-nação se deu a partir do uso da violência e da força para a pacificação interna e externa. Forjada pela guerra, a mentalidade de combate ainda se faz presente no dia-a-dia de muitos Estados-nação, em especial naqueles em que há uma dicotomia entre o estado social e o estado policial, como é o caso do Estado brasileiro. A atividade policial é tida como força de combate ao crime, ao invés de ser uma força de garantia da lei (ROLIM, 2012).

A vultosa distribuição desigual dos recursos disponíveis, na maioria dos quais destinados às classes mais economicamente abastadas e fortes politicamente no Estado democrático de direito brasileiro, a tímida atuação em políticas públicas de segurança e as desigualdades materiais são características que ensejam latentes conflitos sociais e violência aberta, o que faz com que o Estado foque sua atuação em políticas de segurança pública repressiva e invasivas a direitos fundamentais da população.

Na sociedade brasileira, o Estado é excludente em relação às pessoas mais carentes e que mais precisariam de sua proteção, o que resulta em uma política de segurança pública com atuação policial discriminatória, com cheiro e cor e fundamentalmente focada na neutralização e segregação de pessoas cujo acesso aos poucos recursos materiais é mais limitado.

Via de regra, as pessoas que sofrem a maior repressão estatal são aquelas menos beneficiadas pela distribuição dos poucos recursos das políticas públicas de segurança, o que faz com que o Estado duplamente repressor desenvolva uma política pública de segurança eminentemente seletiva.

A discriminação social explícita ou velada possibilita que a polícia preze por uma valorização da manutenção da autoridade sob o viés de uma suposta superioridade moral sobre os demais cidadãos, principalmente em áreas de alta criminalidade, refletindo a alteridade, no qual “o outro” é tido como um inimigo a ser neutralizado.

A visão criminológica presente no Estado penal de controle social, que considera o excluído como uma pessoa diferente, arredia, consubstanciada numa atuação policial de lei e ordem (lei para as classes média e alta e ordem para os “outros”) insufla uma atuação policial de combate “ao inimigo”, o que na prática, pela própria seletividade

do sistema repressor, termina sendo o direito trucidador dos pobres, a perpetuação da opressão sob um revestimento de modernidade. Diana (2013, p. 90) ressalta que:

[...] a forma como as polícias e os demais braços armados do Estado exercem suas atribuições e são controlados define estarmos num Estado de viés ditatorial ou numa real democracia, quando exercidos e controlados em nome do cidadão, para o bem comum e com respeito a direitos humanos.

Como as instituições políticas e de vigilância brasileiras não materializam as necessidades sociais, há latente tensão no dia-a-dia do Estado democrático de direito.

A atividade policial, ao mesmo tempo em que almeja elevado padrão de eficiência para prevenir e reprimir a prática de atividades criminosas e gerar uma sensação de segurança na política pública é eminentemente violadora de direitos fundamentais como a vida, a integridade física, a moral e o patrimônio.

Ainda prepondera no cenário nacional uma atuação policial guiada por uma concepção de combate, onde a força é o primeiro meio utilizado como instrumento de intervenção social.

Ao mesmo tempo em que a polícia busca meios para aumentar a eficiência de sua atividade, essa demanda faz com que tenha uma postura reativa, que muitas vezes resulta em letalidade em decorrência da ação policial.

Nesse cenário, a possibilidade do risco iminente enseja uma antecipação da violência policial, praticada com uma normalização da relação de coerção potencial, depreciação do público e suposta legítima defesa preventiva da autoridade.

A socialização policial pela prática cotidiana do uso da força faz imperar uma subcultura policial do “código do silêncio” (*bleu code*), caracterizada pela predisposição do policial em não delatar e não testemunhar (muitas vezes sendo omissos ou praticando falso testemunho), o que induz uma autoproteção recíproca de um suposto valor da lealdade policial.

Na corporação policial, o princípio da eficiência tem um viés de valor institucional que possibilita o uso da força como ferramenta de trabalho, com uma dilação dos meios desse uso a fim de justificar uma racionalidade policial para suprir e justificar as demandas de eficiência

tanto sociais quanto institucionais (superiores), o que faz com que muitos policiais almejem alcançar o mito do “superpolicial”, inclusive utilizando-se dessa imagem para fins políticos. Rolim (2012, p. 45) diz que:

Em regra, a violência policial existe onde são escassos os meios de investigação; onde, portanto, identifica-se uma lacuna básica quanto aos recursos de inteligência. Ela é, também, um dos mais seguros indicadores a respeito da ausência de uma postura profissional e, portanto, da má-formação. As melhores polícias do mundo são aquelas que aprenderam a controlar as possibilidades de emprego da força e que criaram uma cultura interna de respeito à diferença e de cordialidade no trato com os cidadãos.

O distanciamento polícia e cidadão perpetua práticas policiais abusivas e vilipendiadoras de direitos humanos, num ciclo vicioso que acaba por minar a credibilidade do próprio Estado na política criminal. Rolim (2012, p. 35) assevera que é “a distância dos policiais em relação aos cidadãos que oferecerá uma base natural de reprodução de estereótipos e preconceitos dos mais variados – notadamente aqueles enguidos contra as minorias”.

Nesse caminho, Souza (2015) ressalta como deficiências do sistema de segurança pública que repercute na qualidade da atuação policial: uma burocracia insulada e armada, parte civil, parte militar em cada um dos Estados, com grandes disputas externas (entre as corporações) e internas (entre as hierarquias); não definição clara da participação dos municípios na política de segurança pública; precária legitimidade das agências de segurança pública frente à opinião pública, tendo em vista a ação truculenta das policiais, comprometendo a relação polícia/sociedade; graves violações de direitos humanos, principalmente na área prisional, nos diferentes Estados; insuficiente articulação entre os órgãos agentes no sistema (polícias, Ministério Público, Judiciário e sistema prisional). Conforme expõe Diana (2013, p. 91):

Os policiais que cometem crimes, quando se valem do cargo, apropriam-se indevidamente da autoridade pública que possuem, utilizando-a em proveito próprio para obtenção das mais diversas formas de vantagens ilícitas. Não só desamparam o cidadão, como o intimidam e o vitimizam, sem que possa ou se sinta seguro de recorrer às próprias instituições policiais.

A problemática da violência policial, em especial, da letalidade no exercício da atividade policial é um assunto que enseja uma reflexão mais aprofundada, posto que noticiada frequentemente pela mídia, possibilitando se tornar objeto de pesquisa com diversos recortes epistemológicos.

O Brasil passou a aprofundar a discussão sobre a segurança pública como um direito individual e social fundamental, o que resvala no entendimento de que segurança é responsabilidade de todos e não apenas das polícias, e assim, o Ministério Público é chamado para tratar do complexo problema referente à letalidade no desempenho da atividade policial, a fim de cumprir sua missão constitucional de defender o Estado democrático de direito e resguardar os direitos fundamentais, em especial a vida.

Ocorre que a política de segurança pública implementada tem como características uma atuação policial marcada pela predominância de interesses corporativos; entendimentos contraditórios de “lei e ordem”; fragmentação e desarticulação entre agências e programas; respostas pontuais a demandas advindas do conservadorismo social e político; predominância do aparelho estatal repressor; e políticas de adensamento do estado penitenciário, o que resulta em desrespeito frequente aos direitos humanos; baixa eficiência do Estado no controle da violência e da criminalidade; crescente sensação de insegurança e medo; e impunidade (SOUZA, 2015).

A atividade policial, por estar sujeita ao uso da força, pelos recursos utilizados e pelo que representa (o poder armado do Estado), pela proximidade com direitos sensíveis do cidadão, como a liberdade, a vida, demanda uma atuação proporcional. Rolim (2012, p. 39) afirma:

Parece claro que uma estrutura policial reconhecidamente competente em seu trabalho e que receba, por conta disso, o respeito e a admiração popular terá maiores possibilidades de exercer sobre esta mesma população uma influência positiva e, nesta relação, de ver aumentar as suas próprias possibilidades de êxito. Pelo contrário, uma estrutura de polícia que se descubra desmotivada, que não possua qualquer projeto quanto ao seu próprio futuro e que esteja fragilizada por práticas internas de corrupção e violência só poderá reforçar entre a população os piores valores ali já presentes. Enquanto isso, ela aumentará o fosso que a separa das possibilidades virtuosas derivadas de uma relação democrática e respeitosa com o público a que deve servir.

A atuação policial na repressão à criminalidade urbana, mediante a necessidade de uma demanda de política de segurança pública que almeja padrões de eficiência e imediatividade, enseja uma atuação policial combativa e reativa, que resulta em letalidade nas intervenções policiais no Estado do Pará e, como serviço público relevante, a fim de promover o governo democrático, o governo da lei e do resguardo aos direitos humanos, deve estar pautada no uso proporcional e razoável da força.

O assunto precisa de atenção para a diminuição da reprodução de práticas arbitrárias e amparadas pela violência aberta por parte do Estado, considerando os danos que diretamente a morte em virtude de intervenção policial vem causando na sociedade paraense.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é analisar e discutir os altos índices de letalidade policial no Pará, estabelecendo possibilidades para que as políticas possam ser implantadas e/ou implementadas para redução deste alto índice de letalidade policial no Estado.

## **Metodologia**

### ***Caracterização da área em estudo***

O presente estudo tem como base as doze regiões de integração do Estado do Pará. Essa divisão foi homologada pelo Decreto Estadual N<sup>o</sup> 1.066, de 19 de julho de 2008, para melhor visualização do Estado como um todo. Tal divisão foi criada com o intuito de melhor monitoramento e aplicações das ações do governo, seja estadual, federal ou municipal, além de aproximação do território e de suas comunidades.

O Estado do Pará, localizado na região Norte, é composto por 144 municípios, tem como capital o município de Belém, apresenta população de 8.287.014 habitantes, área de 1.247.954.666 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 6,07 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

### ***Coleta de dados***

Para a elaboração deste estudo foram utilizadas informações do Ministério Público do Estado do Pará/Centro de Apoio Operações Criminal (CAO Criminal) no período de junho/2015 a maio/2016, referentes aos 143 municípios do Estado do Pará classificados por região de integração. As informações utilizadas nesse estudo foram: tipo de procedimento, meio empregado, dia do fato, hora do fato, região de integração (ocorrência do fato), situação laboral e instituição.

### ***Análise estatística***

A análise estatística foi feita por meio das técnicas estatística descritiva e análise espacial, as quais são descritas a seguir.

### ***Análise estatística descritiva***

Com o objetivo de descrever os dados a partir de tabelas, foi utilizada a técnica estatística descritiva. A estatística é um conjunto de técnicas que permite, de forma sistemática, organizar, descrever, analisar e interpretar dados oriundos de estudos ou experimentos, realizados em qualquer área do conhecimento (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

### ***Análise espacial***

Foi realizada uma análise espacial para melhor avaliar as dimensões espaciais da distribuição dos casos de letalidade policial no Estado do Pará. Os mapas foram gerados no programa ArcGis, versão 10.0.

## **Resultados**

A Tabela 1 mostra a descrição dos casos de letalidade policial ocorridos no Estado do Pará no período de junho/2015 a maio/2016. Observa-se que o tipo de procedimento mais frequente no que diz respeito à letalidade policial foi por inquérito por portaria 120 (88,89%). Já em relação ao meio empregado mais frequente destaca-se arma de fogo 60 (98,36%). Verifica-se ainda que o turno do fato mais frequente é o da tarde e noite, 118 (64,14%).

A região de integração mais frequente onde ocorreu o fato, a Metropolitana mostrou maior destaque com 38,04%, sendo que o município de Belém foi o que mais contribuiu para esse destaque. Quando se analisa a situação laboral, destaca-se que a maioria encontrava-se em serviço (89,53% do total). Em relação a instituição de origem, a maioria é composta de trabalhadores da Polícia Militar do Estado do Pará.

A Figura 1 mostra, a partir da análise espacial, a classificação quanto ao número de mortes cometidas por policiais no Estado do Pará. Nela, observa-se que os municípios com maior número de casos de letalidade policial são Belém, Marabá, Altamira, Parauapebas e Ananindeua. Ressalta-se ainda que a Região Metropolitana é a que mais contribuiu com número de casos (34,08%).

**Tabela 1:** Quantidade dos casos de letalidade policial ocorridos no Estado do Pará no período de junho/2015 a maio/2016

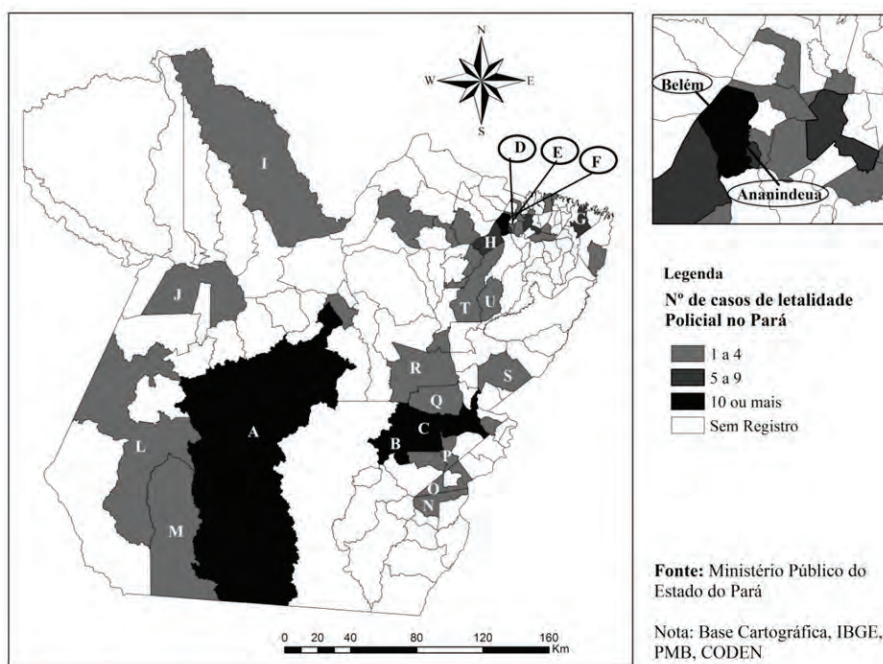
Variável	Categoria	Quantidade	Percentual
Tipo de procedimento	Inquérito por portaria	120	88,89
	Inquérito por flagrante	12	8,89
	Auto de apreensão	3	2,22
Meio empregado	Arma de fogo	60	98,36
	Outros meios	1	1,64
Dia do fato	Domingo	23	12,5
	Segunda	25	13,59
	Terça	31	16,85
	Quarta	26	14,13
	Quinta	25	13,59
	Sexta	39	21,2
	Sábado	15	8,15
Turno do fato	Manhã	38	35,87
	Tarde	59	32,07
	Noite	59	32,07
Região de integração (ocorrência do fato)	Metropolitana	70	38,04
	Carajás	34	18,48
	Guamá	19	10,33
	Xingu	18	9,78
	Tocantins	15	8,15
	Rio Caeté	8	4,35
	Baixo Amazonas	6	3,26
	Lago de Tucuruí	5	2,72
	Marajó	4	2,17
	Araguaia	2	1,09
	Tapajós	2	1,09
Situação laboral	Rio Capim	1	0,54
	Serviço	154	89,53
	Fora de serviço	16	9,3
	Deslocamento	2	1,16

Instituição	Polícia Militar	148	84,09
	Polícia Civil	16	9,09
	Polícia Civil e Polícia Militar	11	6,25
	Polícia Rodoviária Federal	1	0,57

**Fonte:** Ministério Público do Estado do Pará/ Centro de Apoio Operacional Criminal (CAO Criminal).

**Nota:** Não houve registro do tipo de procedimento utilizado em 49 casos.

**Figura 1:** Mapas temáticos do número de mortes cometidas por policiais no Estado do Pará nos anos de 2006 e 2015



Altamira	A	Abaetetuba	H	Canaã dos Carajás	P
Parauapebas	B	Almeirim	I	Itupiranga	Q
Marabá	C	Santarém	J	Novo Repartimento	R
Belém	D	Itaituba	L	Rondon do Pará	S
Ananindeua	E	Novo Progresso	M	Moju	T
Marituba	F	Rio Maria	N	Tailândia	U
Bragança	G	Xinguara	O		



## Discussões

Os resultados alarmantes obtidos sobre índice de letalidade policial no Estado do Pará estão ligados à atuação policial, que é marcada por várias tensões nas relações entre indivíduos, grupos e instituições sociais; entre sociedade civil, poder político e Estado; e entre processos sociais, estilos de vida e o mundo das representações simbólicas. Tal panorama reflete numa política criminal de exclusão do outro e na banalização da criminalidade do cotidiano, que demanda um controle do Estado, o qual é exercido de forma eminentemente repressiva, atingindo as parcelas mais vulneráveis da população, entendidas como aquelas que têm menos acesso aos recursos materiais e simbólicos disponibilizados pelo Estado.

A fim de chegar ao recorte epistemológico do conceito de homicídio que será utilizado no estudo, é necessário primeiramente entender o contexto em que o mesmo deve ser incluído, o qual perpassa pelo conceito genérico de violência, que, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, diz respeito ao “constrangimento físico ou moral; uso da força; coação”.

Entretanto, o conceito de violência é bastante amplo e abarca não somente a ofensa à integridade física, mas também à psíquica, à emocional e à simbólica dos indivíduos nas várias esferas sociais.

A percepção da complexidade do conceito de violência permite diferenciar suas diversas formas e buscar a compreensão de suas causas e efeitos, propiciando a busca de soluções para seu enfrentamento.

Diante das várias modalidades de violência, a fim de possibilitar a elaboração de políticas públicas e sociais, é importante mencionar algumas modalidades de violência e delimitar que será destacada no estudo a violência aberta praticada pela polícia que tende a ensejar a prática de homicídios.

A violência simbólica é aquela camuflada para não ser percebida como violência, inclusive pelas pessoas por ela vitimizadas, posto que está entranhada e naturalizada nas estruturas estatais e sociais.

Embora não faça parte do recorte epistemológico do estudo, é necessário ressaltar que a violência estrutural e sistêmica deve ser considerada como fator atuante e influente na violência aberta que também decorre dos conflitos sociais, políticos, econômicos existentes em um Estado democrático de direito patrimonialista, conservador e excludente como o brasileiro.

Na medida em que a violência estrutural é um mecanismo invisível de dominação efetuado pelas classes dominantes, essa forma

de violência disfarçada também passa a ser absorvida como uma estratégia de sobrevivência por parte das classes dominadas, que devem se adequar ao *habitus* imposto, fazendo com que haja uma conformação e corresponsabilização dos vulneráveis em relação às práticas cotidianas, inclusive em referência à violência aberta que resulta em homicídios. Vale dizer, a ideologia dominante implementa uma responsabilização às famílias desprivilegiadas pela miséria e violência aberta.

Nesse contexto, a violência aberta tem forte ligação com escassez e privação, iniquidades e desigualdades, marginalização social, baixos níveis de educação e um estado de direito que não se efetivou. Há de se ressaltar que a falta de credibilidade das instituições estatais enfraquece o regime democrático e também colabora para a disseminação da violência aberta.

No enfoque à violência aberta, em que pese haver a violência indireta, resultante da conduta que causa prejuízo psicológico ou emocional, o estudo perpassa pela modalidade de violência direta, que se expressa na violência física que resulta em prejuízo à integridade da vida humana, com recorte epistemológico nos homicídios decorrentes de intervenção da atividade policial. Rolim (2012, p. 45) explana que:

Por outro lado, se há uma certeza que deveríamos compartilhar sobre o que não funciona em termos de policiamento, essa diz respeito à violência policial, compreendida como o emprego de métodos abertamente criminosos – como a tortura e/ ou execução de suspeitos. A violência degrada a polícia e seus efeitos são tão ou mais destrutivos que as práticas de corrupção. Ela destrói, também, os laços de confiança com as parcelas da população diretamente afetadas pelo medo da brutalidade policial, que são notadamente as mais pobres e as minorias, destacadamente negros e homossexuais.

O estudo perpassa pelo conceito de letalidade, entendida como a qualidade de letal, ou seja, “que produz a morte; mortal, mortíferos, fatal” (Aurélio), até chegar ao recorte epistemológico de “homicídio”, cujo conceito é mais restrito que daquela, posto que a letalidade pode decorrer tanto de intervenção humana quanto de fatores outros (ex. vírus, afogamento), já homicídio possui um conceito restrito, cuja descrição legal está no Art. 121 do Código Penal brasileiro: “matar alguém” (NUCCI, 2005).

Neste contexto, homicídio é conceituado como “a eliminação da vida de uma pessoa praticada por outra” (DELMANTO et al., 2010, p. 440) ou “a supressão da vida de um ser humano causada por outro” (NUCCI, 2005, p. 489).

Há a percepção social que a violência associada ao homicídio está correlacionada com a distribuição da população no território urbano, resultando em “zonas vermelhas” (de alta violência e vulnerabilidade), marcadas pela omissão estatal, dificuldade de acesso à cidadania, à dignidade humana, à saúde, à educação, à formação e profissional, à inserção no mercado de trabalho, à segurança e às infraestruturas urbanas.

Na verdade, é a urbanização que tem correlação direta com a maior mortalidade decorrente do exercício da atividade policial, pois além do território urbano conter maior população, na cidade o controle social é mais frouxo. Cano e Santos (2007, p. 83/84) expõem que:

A comparação das taxas de homicídio por Estado, no Brasil, também apresenta graves problemas referentes à qualidade dos dados, principalmente o fato de que o grau de cobertura dos dados de mortalidade parece se relacionar com renda e desenvolvimento [...] a variável que parece ter forte ligação com a taxa de homicídio é a urbanização. Os Estados urbanos apresentam taxas muito mais altas do que os Estados rurais. [...]

O controle social informal em particular é intenso nas pequenas comunidades onde as pessoas se conhecem e o desvio social é imediatamente detectado e estigmatizado (BECKER, 1977). Por outro lado, o anonimato urbano diminui o controle social e aumenta a impunidade.

O Estado que tem o direito de reprimir as ilegalidades é o mesmo que tem o dever que zelar pela proteção aos direitos e garantias individuais, daí porque a atuação policial deve estar em consonância com o princípio da proporcionalidade, que tem dupla face a ser analisada à luz do caso concreto, a fim de tolher tanto o excesso proibitivo (garantismo negativo) como impedir a proteção jurídica insuficiente (garantismo positivo), possibilitando uma atuação eficiente, proporcional e razoável do Estado em questão da política de segurança pública, a fim de prevenir e reprimir a prática de crimes.

O Estado democrático de direito brasileiro nascido com a Constituição Federal de 1988, que exige o resguardo aos direitos fundamentais, muitas

vezes ainda é uma realidade distante na política de segurança pública, gerando uma latente dicotomia entre o ontológico e o deontológico, posto que enquanto a Constituição Federal dá destaque especial aos direitos e garantias individuais, na prática são frequentemente ignorados na atuação policial.

Esse quadro é agravado pelo rápido crescimento da criminalidade ante a fragilidade das respostas oferecidas pelas políticas públicas penais e a presença constante e crescente de um sentimento de medo e insegurança diante do crime.

Mais precisamente quanto ao controle externo da atividade policial, há de se aduzir que como o policial é incumbido do dever de vigilância, prevenção, repressão e elucidação dos crimes, está imerso de forma ostensiva e armada no cenário da criminalidade, com a perspectiva de confrontação, daí porque é necessário para preservar a própria existência do Estado democrático de direito que esses agentes armados estejam sujeitos a um controle civil (ASSIS, 2013).

A fim de atingir um conceito mais específico para “polícia” que será utilizado no presente estudo, é necessário primeiramente afirmar que “polícia” tem sua origem correlacionada à palavra grega *politeia*, cujo significado “servia para designar a totalidade das atividades estatais na organização da *Polis*”, conforme expõem Hipólito e Tasca (2012).

Rolim (2012, p. 24) destaca o conceito amplo da palavra polícia quanto à sua origem:

Etimologicamente, o termo ‘polícia’ deriva da expressão grega *politeia*, pela qual se designava a arte de governar a cidade, ou a arte de tratar da ‘coisa pública’. A expressão latinizada virou *politia*, de onde as línguas modernas formaram *police*, *polizia*, *politzei* ou polícia, dentre outras.

Foucault (2008) afirma que na formação do Estado-nação, o termo “polícia” tinha uma concepção ampla, considerada uma arte de governar, dividida em quatro escritórios (funções), segundo Turquet de Mayerne: Birô de Polícia para a instrução das crianças e jovens; Birô de Caridade, para cuidar da saúde pública e se ocupar dos pobres e dos pobres válidos, forçando-os a trabalhar; Birô dos Comerciantes, para regulamentar os problemas de mercado; e o Birô do Domínio, que se ocupará dos bens imobiliários (ocupação do espaço urbano).

Esse conceito *latu* de polícia a identificava com o governo inteiro, posto que considerada uma função de Estado, juntamente com a justiça, o exército e as finanças, o que lhe proporcionava uma função moral de resguardar a lealdade, zelar pela geração de riqueza pelo trabalho e organizar a vida doméstica, com foco na atividade do homem para fortalecer o Estado.

Foucault (2008) mostra que essa acepção ampla do conceito de polícia começa a se dismantelar na primeira metade do século XVIII, em função da necessidade de uma nova racionalidade de governo fundamentada na economia, o que faz com que a polícia passe a ter uma atuação mais focada na manutenção da ordem interna para a proteção à propriedade e segurança da população. Essa nova governabilidade econômica está associada a uma governabilidade de segurança, daí porque o termo polícia passa a ter um significado mais restrito, entendida como uma função negativa para impedir e eliminar a desordem.

Percebe-se que não é fácil conceituar “polícia”, pois o termo possui três significados: conjunto de normas impostas aos cidadãos pelas autoridades públicas; conjuntos de atos de execução dos regulamentos e leis; e instituição responsável pela segurança pública, encarregada da manutenção da ordem pública (econômica).

Ressalta-se que no Brasil, não há definição legal do termo “polícia”, a começar pela Constituição Federal que no art. 144 se limitou a ligar o conceito às instituições e órgãos específicos elencados: Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Bombeiros Militares e Guarda Municipal, posto que essas duas últimas instituições também exercem “poder de polícia”, cujo conceito inicial, por sua vez, oriundo da Suprema Corte norte-americana em 1824 (caso *Brown versus Maryland*) estava relacionado ao poder do Estado de tributar.

Vislumbra-se que no panorama brasileiro, a polícia desempenha atividade administrativa e judiciária, conforme lecionam Hipólito e Tasca (2012, p. 78/79):

A distinção mais clara e concisa em relação às atividades de polícia administrativa e judiciária são as de que a primeira é essencialmente preventiva, embora algumas vezes aja repressivamente, está disseminada pelos órgãos e agentes da administração pública, tem por objetivo a propriedade e a liberdade e por predisposição impedir atividades antissociais, enquanto que a segunda é notadamente

repressiva, é privativa de órgãos de segurança pública, tem por objeto a pessoa e se predispõe a descobrir e conduzir ao Judiciário os infratores da lei penal.

No presente estudo, o conceito de polícia utilizado diz respeito à instituição estatal encarregada da prevenção e repressão à criminalidade a fim de manter o *status quo* da ordem pública, social e econômica.

Nessa competência de zelar pela segurança pública e manter a ordem, a polícia tende a agir de forma eminentemente repressiva e reativa, o que resulta em morte decorrente da ação policial.

Vale dizer, como a polícia se constitui do poder estatal armado para prover a segurança pública, o império da lei e ordem, padrões truculentos e arbitrários de conduta, com o uso desproporcional da força, foram empregados pela polícia em diversos períodos de nossa história e ainda se encontram arraigados na conduta policial. Neste sentido, Bueno (2014, p. 512) expõe que:

Porém, a promulgação da Constituição Federal não significou, na área da segurança pública, um deslocamento direto de um padrão de atuação marcadamente violento e autoritário das polícias para um padrão de policiamento democrático e alinhado às demandas dos cidadãos. Assim como em outras políticas setoriais, a nova ordem democrática significou desafios de instauração de novos procedimentos, resistências organizacionais, bem como uma nova relação da população com os operadores destas políticas públicas.

Souza (2015) diz que a imposição de uma cultura de repressão e violência se agrava num Estado cuja formação social e política é patrimonialista e clientelista, o que faz com que o sistema público de segurança esteja a serviço das classes sociais mais abastadas e influentes, com a imposição de uma política de segurança de lei e ordem sob um verniz de legalidade.

Embora tenha ocorrido uma ruptura com a velha ordem social e política autoritária, ressurgindo o Estado democrático de direito formalmente na Constituição Federal de 1988, ainda permanece em parte da polícia o ranço da violência, mentalidade de combate, abuso de poder e vilipêndio a direitos humanos ao invés de um modelo de policiamento democrático, com viés de serviço público fundamental para a proteção

dos direitos humanos e resguardo da legalidade e legitimidade do novel Estado democrático de direito.

### **Considerações finais**

É imprescindível salientar que a questão é que os policiais são muito conservadores do ponto de vista político e moral e refratários a mudanças e controle, identificando-se um padrão de comportamento em virtude de possibilidade do uso da força ou a mera possibilidade de acesso à violência estatal legalizada.

Esse quadro se agrava na medida em que na realidade paraense, caracterizada por uma amplitude territorial onde muitas vezes não se faz presente o poder público previdenciário, o que faz surgir lugares que são verdadeiras zonas de exclusão (especialmente nas regiões periféricas urbanas ou em zonas rurais de difícil acesso), em que o Estado repressor atua e, não raras vezes, mata. Existe um desequilíbrio entre o Estado social (prestador, que é subutilizado) e um Estado policial (repressor, que é supervalorizado).

Sendo possível observar que há fatores que tendem a imunizar o desvio policial: aprendizado diário na prática (dualidade de regras formais e operacionais que possibilitam estratégias de encobrimento de crimes e abusos cometidos); ocorrência de socialização pelos mais antigos (contaminação por vícios); poder do uso da força (ethos policial); exposição a situações problemáticas que ensejam resposta imediata, urgente e imprevisível; baixa visibilidade (o que acarreta uma fiscalização insatisfatória); e experiências partilhadas, o que muitas vezes torna tênue a fronteira entre discricionariedade e arbitrariedade.

Dessa maneira, a atividade policial não deve ser mero instrumento opressor, mas sim considerada um serviço público essencial para a preservação da ordem, meio de proteção do cidadão e de resguardo aos direitos humanos, posto que a política de segurança pública deve girar em torno de tripla hélice: respeito às garantias fundamentais, estabilidade (com planejamento mediante utilização de estatística criminal) e eficiência.

Faz-se necessário um fortalecimento das instituições estatais, principalmente de controle da polícia, a fim de fazer que a atividade policial seja considerada um serviço público essencial para a proteção da vida e do regime democrático de direito.

Consequentemente, sendo necessário compatibilizar respeito aos direitos humanos e à lei e ordem, com a implementação de um modelo de polícia que preze pela eficiência com respeito às leis que protegem o direito do cidadão, sendo que as instituições policiais devem ser valorizadas e tidas como protetoras da vida e liberdade, promovendo o direito de todos a uma vida pacífica num contexto de segurança pública democrática.

Além disso, a vedação de arbitrariedades e a eficiência devem ser consideradas princípios estruturantes da atividade policial, que deve ter um viés de serviço público essencial para o resguardo dos direitos humanos e da ordem social.

Nesse viés, a atuação da polícia deve estar sujeita a uma gestão popular da coisa pública: *accountability* – gestão de qualidade e eficiência democrática na atuação policial, um controle contínuo de auditoria e qualidade para identificar o padrão de atuação policial e adequá-lo ao paradigma de legalidade (vedação de arbitrariedades), para garantir uma maximização dos resultados (controle de eficiência) e respeito aos direitos fundamentais, sendo para tal necessária a implementação de um controle externo da atividade policial de forma eficiente.

Em relação às políticas públicas, estas devem ser consideradas como uma estratégia de democratização dos valores e não podem contribuir para culpabilizar e servir de fonte legitimadora de violência aberta e simbólica, daí a necessidade de questionar como a articulação entre a sociedade, Estado e mercado engendra ou desconstrói as relações sociais e políticas. Já a qualidade da ação policial perpassa por políticas associadas a direitos e deveres de cidadania, limites de poder estatal, lei e ordem, a fim de diminuir a margem de discricionariedade, que muitas vezes camba para a arbitrariedade, uso legítimo e proporcional da força para fins de viabilizar a segurança como um serviço público relevante e protetor dos direitos humanos.

Nesse sentido, é importante a realização de políticas públicas específicas para os policiais, sendo clara e imprescindível a interação entre o Estado, a sociedade e a polícia, com finalidade de amenizar e superar a letalidade policial no Estado do Pará.



## Referências

ASSIS, Alexandre Camanho. O Ministério Público e o controle externo. In: *Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público*. Salvador: Jus Podium, p. 11-22, 2013.

BECKER, Howard Saul. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1977.

BUENO, Samira. Letalidade na ação policial. In: *Crime, polícia e justiça no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, p. 672-681, 2014.

BUSSAB, Wilton; MORETTIN, Pedro. *Estatística Básica*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CANO, Ignácio; SANTOS, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

DELMANTO, Celso; DELMANTO, Roberto; DELMANTO JR., Roberto. *Código Penal Comentado*. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIANA, Roberto Antonio Dassié. O controle constitucional pelo Ministério Público e o controle externo da atividade policial: fundamentos e natureza jurídica, necessidade, objetivo, extensão, exercício e cláusulas pétreas. In: *Controle Externo da Atividade Policial pelo Ministério Público*. Salvador: Jus Podium, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fortes, 2008. (Coleção Tópicos)

HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCIA, José Eduardo. *Superando o Mito do Espantalho*: Uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública. Florianópolis: Insular, 2012.

IBGE. *Resultado da amostra do censo demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.com.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

ROLIM, Marcos. *A síndrome da Rainha Vermelha*: Policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2012.

SOUZA, Robson Sávio Reis. *Quem comanda a segurança pública no Brasil?* Atores, crenças e coalizões que dominam a política nacional de segurança pública. Belo Horizonte: Letramento, 2015.

## **CAPÍTULO 18**

### **Segurança pública na fronteira oeste de Mato Grosso: Cáceres, rota de turismo, tráfico e intercâmbios**

**Naldson Ramos da Costa**

Doutor em Sociologia (UFRGS). Cuiabá – Mato Grosso – Brasil. naldsonramos@yahoo.com.br

#### **Resumo**

O artigo é parte de um diagnóstico realizado dentro de um Termo de Cooperação Técnica e Financeira entre o Ministério da Justiça e a Universidade Federal do Rio Janeiro em vários municípios limítrofes e próximos da fronteira do Brasil com países vizinhos. O texto se propõe a problematizar, a partir das percepções dos atores sociais e profissionais de segurança, a situação da segurança pública na região de fronteira do Arco Central, tendo como amostra o município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

**Palavras-chave:** Diagnóstico. Fronteira do Brasil. Municípios Limítrofes.

## Introdução

Os estudos sobre a violência e a criminalidade na sociedade brasileira avançaram muito desde o final da década de 1990 ao início deste século XXI. Muito já se produziu neste período identificando as variáveis que explicam o comportamento criminoso, as características dos criminosos, das vítimas e os impactos que isto provoca em relação aos investimentos em segurança pública, os impactos na saúde, na qualidade de vida das pessoas e a insegurança gerada para toda a sociedade.

Já a segurança pública na fronteira não tem tantos estudos sobre os impactos que a proximidade com os países fronteiriços acarreta em relação à criminalidade no Brasil. Sabe-se, por meio dos meios de comunicação, dos discursos policiais e da percepção da população que a fronteira seria a responsável pela maior parte dos crimes contra a vida e contra o patrimônio.

Com o objetivo de solucionar em parte este problema sobre a violência e criminalidade que vem pelas fronteiras do Brasil, o governo federal, pelo decreto n.º 7.496, de 08 de junho de 2011, criou a Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), preocupação com intuito de trabalhar um conjunto de propostas e projetos que têm por finalidade melhorar a percepção de segurança pública junto à sociedade e garantir a presença permanente das instituições policiais e de fiscalização na região de fronteira do Brasil. O desafio é a otimização da prevenção e da repressão aos crimes transfronteiriços, por meio de ações integradas de diversos órgãos federais, estaduais e municipais.

Dentro dos eixos estratégicos do ENAFRON foi assinado um Termo de Cooperação Técnica e Financeira 0001/2012 entre o Ministério da Justiça (MJ) e a Universidade Federal do Rio Janeiro. O termo de cooperação técnica previa a realização da pesquisa em toda região fronteiriça do Brasil e para efeitos de divisão ficou assim estipulando: Arco Norte, abrangendo a região Norte do país (Amazonas, Roraima, Tocantins, Amapá, Pará, Rondônia, Acre), Arco Central (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), e Arco Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

A coordenação geral da pesquisa foi realizada pelo professor Michel Misse, em articulação entre o grupo do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) da Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o grupo de Rede de pesquisadores dedicada à pesquisa de limites e fronteiras internacionais – Retis da UFRJ, coordenado pela professora Lia Osório Machado, que juntamente com outros pesquisadores(as), ficou responsável pelos levantamentos estatísticos e das instituições presentes em cada município contemplado na amostra. Os membros do grupo NECVU-UFRJ, pesquisadores Joana Domingues Vargas, Fernando Rabossi, Brígida Renoldi, Carolina Grillo, Felipe Zilli, Klarissa Almeida Silva e Jeferson Scabio. Além de Michel Misse, ficaram responsáveis pela coordenação da pesquisa de campos respectivos arcos.

No Arco Central, o Estado de Mato Grosso, os municípios que integraram a pesquisa, consolidando pela pesquisadora Joana Domingues Vargas, foram: Barra do Bugres, Cáceres, Campos de Júlio, Comodoro, Mirassol do Oeste, Nova Lacerda, Pontes de Lacerda, Porto Esperidião, Quatro Marcos, Tangará da Serra e Vila Bela da Santíssima Trindade. A aplicação da pesquisa nestes municípios foi coordenada pelo professor Naldson Ramos da Costa, membro do Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania (NIEVCi). Participaram ainda as pesquisadoras: Lilian Bazzi, Priscila Oliveira Xavier Scudder, Luzia de Lourdes Severo Lins, acompanhadas dos estagiários: Cristiane Alves da Cunha, João Batista A. dos Santos e Lucas Xavier Rodrigues.

Neste artigo, é apresentado parte de um diagnóstico realizado em 2014, dentro o Arco Central, tendo como amostra desta pesquisa o município de Cáceres por ser o maior dentro da amostra e ainda por estar localizado em entroncamento da BR-070, próximo (102 km) da fronteira com a Bolívia (San Matias). O trabalho se propõe a problematizar, a partir das percepções dos atores sociais e profissionais de segurança, a relação da fronteira com o comércio, turismo, atuação dos órgãos de segurança e a dinâmica da violência, da criminalidade no município de Cáceres-MT. O conceito de fronteira, quase sempre, vem associado com a ideia de tráfico de drogas, armas e mercadorias ilícitas (“cultura do contrabando”).

Todavia, as regiões de fronteira não podem ser vistas apenas como áreas de ilicitudes. A fronteira corresponde a dimensões bem mais complexas nos modos de viver e de se relacionar entre duas culturas, assim como representa estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos sujeitos que vivem da e na fronteira. As reflexões apontadas sobre os dados e fontes da pesquisa são de inteira responsabilidade do autor.

## Cáceres: fronteira entre Brasil e Bolívia

A vila de São Luís de Cáceres foi fundada em 6 de outubro de 1778, por determinação do quarto governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. As razões para a fundação do povoado foram a necessidade de defesa e incremento da fronteira sudoeste de Mato Grosso; a comunicação entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá e, pelo rio Paraguai, com a capitania de São Paulo; e a fertilidade do solo no local, com abundantes recursos hídricos. Em 1860, a Vila-Maria do Paraguai (nome dado em homenagem à rainha reinante de Portugal) já contava com sua Câmara Municipal, mas só em 1874 foi elevada à categoria de cidade, com o nome de São Luiz de Cáceres, em homenagem ao padroeiro e ao fundador da cidade. Em 1938, o município passou a se chamar apenas Cáceres. A navegação pelo rio Paraguai permitiu o comércio com Corumbá, Cuiabá e outras praças, e o incremento das atividades agropecuárias e extrativistas fez surgir os estabelecimentos industriais representados pelas usinas de açúcar e as charqueadas de Descalvados e Barranco Vermelho, de grande expressão em suas épocas.

**Figura 1:** Mapa do trajeto de Cáceres (Brasil) com San Matias (Bolívia)



O município é cortado pelo rio Paraguai e estende-se por uma área de 24.577.149km<sup>2</sup> fazendo fronteira ao norte com Glória do Oeste, Mirassol do Oeste e Lambari do Oeste, ao nordeste, com Barra do Bugres e como Porto Estrela, a leste, com Nossa Senhora do Livramento e com Poconé, em uma faixa que se estende do sul a região sudoeste com a Bolívia, e a oeste com Porto Esperidião. Sua população foi estimada em 2010 em 87.942 habitantes. Sua economia se concentra basicamente no comércio,

serviços, turismo e na agropecuária extensiva na região de planície. Tem um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,708 e uma renda per capita de 13.304,44 por pessoa.

**Figura 2:** Mapa da fronteira do Brasil com a Bolívia



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

Nas décadas de 1960 e 1970 a concentração de terras na região e a expulsão dos pequenos agricultores contribuíram para que os fluxos migratórios resultassem no crescimento desordenado da cidade e para a segregação socioespacial de grande parte da população de Cáceres. A crise econômica da década de 1980 teve reflexo no aumento das desigualdades sociais e da informalidade no espaço urbano. Na atualidade, a informalidade, a situação de rua, a prostituição, a exploração sexual de crianças e adolescentes e a violência doméstica são problemas que vêm tendo atenção de programas com recursos do governo federal. Não há, entretanto, nenhum centro de recuperação – Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) – mantido pelo poder público para usuários de drogas, que é problema crescente na região.

A população indígena de Cáceres é expressiva com a presença de índios Chiquitano. Parte desta população acabou se casando com brasileiros e brasileiras. A forma de inserção desses índios na fronteira de Mato Grosso com a Bolívia tem contribuído para reforçar o estigma de criminosos, a eles atribuídos (envolvidos em roubo de gado, de carro, tráfico de drogas etc.), especialmente os que vivem no lado boliviano.

Uma das grandes potencialidades do município, hoje com mais de 90 mil habitantes, é o turismo, em função da beleza de seu ecossistema. Conta um festival internacional de pesca esportiva (FIPE) que ocorre todos anos. No curso do rio Paraguai as cheias ocorrem de dezembro a março (verão) e o curso mínimo dá-se em julho (inverno). Destaca-se a pesca esportiva no rio Paraguai, realizada no entorno do município de Cáceres. Nos últimos anos, Cáceres procurou estruturar-se como importante porto fluvial no contexto mato-grossense, incorporando-se à política de Integração Latino-Americana, buscando a implantação do sistema de transporte intermodal, e a ligação por rodovia com a Bolívia e, conseqüentemente, uma saída para o Pacífico. Cáceres evidencia-se, assim, em razão da sua situação em termos de convergências e distribuição de fluxos, como localização estratégica e como grande opção para profundas transformações socioeconômicas para a região e para Mato Grosso.

## **A situação dos órgãos de segurança**

### ***Polícia Civil***

Há, no município de Cáceres, quatro delegacias, quatro delegados de polícia, 97 agentes, 7 peritos e 5 legistas. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 1 MB/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Cáceres utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de protocolo, de munição e de armas. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel (fichas e tabelas). Há inclusão de dados no INFOSEG e desde 2002 são produzidas estatísticas, mas o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e também do Centro Regional de Inteligência. Em Cáceres, as relações entre a Polícia Civil

com os órgãos de segurança pública do país vizinho ainda estão em fase inicial. A Polícia Civil do município apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como o GEFron; no ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinelas.

**Tabela 1:** Principais ocorrências da Polícia Civil, registradas no ano de 2012, em Mato Grosso

<b>Tipo de ocorrência</b>	<b>Número de ocorrências</b>
Furto	1312
Roubo	374
Consumo de entorpecentes	124
Tráfico de entorpecentes	118
Roubo de veículos	113
Furto de veículo	84
Homicídio	21

**Fonte:** Mato Grosso – Secretaria de Segurança Pública – Polícia Judiciária Civil.

### ***Polícia Militar***

O efetivo da Polícia Militar de Cáceres é constituído de nove oficiais e 202 praças. Além do policiamento ostensivo na cidade, a PM realiza o policiamento da cadeia pública e alguns de seus policiais são destacados para dar apoio ao Grupo Especial de Fronteira (GEFron) e ao INDEA na fiscalização dos postos avançados de fronteira.

No Batalhão de Cáceres está em uso uma série de sistemas de administração que são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e fichas e tabelas de papel. São produzidas, e divulgadas regularmente, informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG; porém, não há integração com sistemas de informações de outras instituições, tais como Polícia Civil e Judiciário. No que diz respeito à internet, a velocidade da conexão é de 2 MB/s. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de roubo, furto e agressão.



**Tabela 2:** Principais ocorrências da Polícia Militar, registradas no ano de 2012, em Mato Grosso

<b>Tipo de ocorrência</b>	<b>Número de ocorrências</b>
Trânsito e acidente	718
Lesão corporal	285
Ameaça	223
Entorpecente	136
Furto a residência	106
Roubo a pessoa	99
Roubo de veículo	65
Veículo recuperado/localizado	61
Agressão/vias de fato	56
Furto a estabelecimento comercial	50
Furto a transeuntes	47
Porte ilegal de arma de fogo	32
Roubo de estabelecimento comercial	26
Receptação	18
Furto veículo	17
Rixa	16
Roubo a residência	13
Dirigir sem habilitação	12
Homicídio	10
Apropriação Indébita	8
Estupro	6
Perturbação do sossego alheio	6
Atrito verbal	5
Outros contra o patrimônio	5

**Fonte:** Comando Regional (de Cáceres) VI Oeste – Gestão de Planos e Operações Dados de Bos 6º BPM.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e a Polícia Federal, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Rodoviária Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições

de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o GEFron. Participa, também, de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Cáceres, a Polícia Militar possui uma relação ainda incipiente com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

### ***Corpo de Bombeiros***

Na unidade de Corpo de Bombeiro de Cáceres, a quantidade de equipamentos de proteção individual, de equipamentos para atendimento a produtos perigosos e de equipamentos para o combate a incêndio florestal foram consideradas insuficientes; falta roupa de aproximação de incêndio, capacete, luva de borracha, galê, capa de chuva, bota de borracha e macacão completo para proteção contra produtos perigosos. Já a quantidade de equipamento de salvamento e resgate e de armamentos foi considerada suficiente. Esta unidade não possui computadores ligados à internet. O representante do Corpo de Bombeiros entrevistado não soube responder se esta unidade faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os tipos de ocorrências mais frequentes são: incêndio, salvamento, busca e resgate.

### ***Polícia Federal***

A delegacia da Polícia Federal em Cáceres foi inaugurada há 32 anos. Nesta unidade, utilizam-se sistemas de administração para gerir o estoque e organizar protocolos. Nesta delegacia, há conexão com a internet, com velocidade de 2 MB/s. Os sistemas de informação existentes e em uso na unidade são: registro de ocorrências, registro de inquéritos e dados em tabelas ou listas em papel e o uso de fichas de papel em fichários. O banco de dados desta unidade está integrado, aos sistemas de informação tais como o SERPRO e o INFOSEG.

Dentre as atividades desempenhadas por esta unidade da Polícia Federal no município, no ano de 2012, as três principais em ordem de importância foram o combate ao tráfico de drogas, ao contrabando e o combate ao crime ambiental.

Segundo o Relatório de Gestão do Exercício Anual de 2012, na Operação Sentinela realizada com a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, GEFron, Ibama, demais órgãos policiais e de fiscalização e também o Exército, foram presas em flagrantes 121 pessoas e realizadas diversas apreensões. O mesmo relatório informa ainda que em 2012, a Delegacia de Polícia Federal de Cáceres, apreendeu em ações controladas (com apreensões e prisões também em outros Estados), 1.071kg de cocaína (MJ, 2013, p. 34).

### ***Polícia Rodoviária Federal***

Nesta unidade da Polícia Rodoviária Federal de Cáceres, utiliza-se apenas sistema de protocolo. Não há sistemas de informação na unidade. Há produção de estatísticas e registros de ocorrências, desde 2005, e integração das informações produzidas a sistemas de boletim de acidente de trânsito e de multa. O posto dispõe de internet com velocidade de 256KB/s.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou no ano de 2012, das operações Sentinela. Oito de seus policiais foram designados para as operações. Os maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas em Cáceres foram a Polícia Federal, as Forças Armadas, a Polícia Militar, a Polícia Civil e os Bombeiros. Na opinião do entrevistado deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal. Em Cáceres há apenas uma barreira fixa ou móvel da Polícia Rodoviária Federal.

### ***Conselho Municipal de Segurança Pública***

O Conselho Municipal de Segurança Pública de Cáceres foi criado em junho de 2010 e apresenta um número desigual de representantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões do conselho são esporadicamente convocadas por algum conselheiro e a principal preocupação tratada é o envolvimento de jovens na criminalidade. Há efetiva participação de representantes da sociedade civil no conselho municipal, mas baixa participação de órgãos do poder público. O Conselho Municipal de Segurança de Cáceres recebe demandas da comunidade, principalmente, por meio dos integrantes do conselho e por parte de outros representantes/lideranças das comunidades. A principal queixa da comunidade em

relação ao trabalho da Polícia Militar é a truculência e a discriminação nas abordagens, além da falta de condição de trabalho e de efetivo. Em contrapartida, as principais queixas dos policiais militares em atender as demandas da comunidade é o desconhecimento do trabalho do policial. O principal assunto discutido refere-se a problemas no município que podem levar a delitos. O entrevistado concorda totalmente com a afirmação de que após a criação do conselho o relacionamento da comunidade com os órgãos de Segurança Pública melhorou significativamente.

### **Percepção dos operadores das instituições de segurança pública, de justiça criminal, de representação da sociedade civil e de fiscalização**

#### *Particularidades da situação de fronteira*

O Estado de Mato Grosso apresenta uma extensão de 750 km de fronteira seca e 230 km de fronteira molhada com a Bolívia, envolvendo boa parte do Pantanal Mato-Grossense. Cáceres situa-se a 215 km da capital Cuiabá. Localiza-se a 80 km da fronteira e a 98 km da Cidade de San Matias na Bolívia, localizada a aproximadamente 790 km de Santa Cruz de la Sierra e a 400 km de San Ignacio de Velasco. Desenvolve fortes vínculos de sociabilidade com a Cidade de San Matias vivendo ambas de complementações comerciais que resultam da diferença de câmbio, algumas lícitas e outras ilícitas, próprias às regiões transfronteiriças.

Os operadores das instituições entrevistados concordaram, em sua maioria, com a afirmativa de que as atividades ilícitas dinamizam a economia do município e que este apresenta características únicas de criminalidade, se comparadas com municípios que não estão em faixa de fronteira. Entretanto, há divergências quanto à afirmativa de que a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município; as justificativas, para tanto, variam: os que discordam da afirmativa argumentam que há preconceito associado às cidades de fronteiras, sendo estas consideradas “terras sem lei”.

No caso de Cáceres, o tráfico de drogas torna-a fortemente estigmatizada, o que vem dificultando o seu desenvolvimento. Acreditam que a potencialidade do turismo na região e as outras vantagens que a cidade oferece, tal como bons serviços na área de saúde e de educação acabam sendo subsumidas nesta imagem negativa construída sobre a

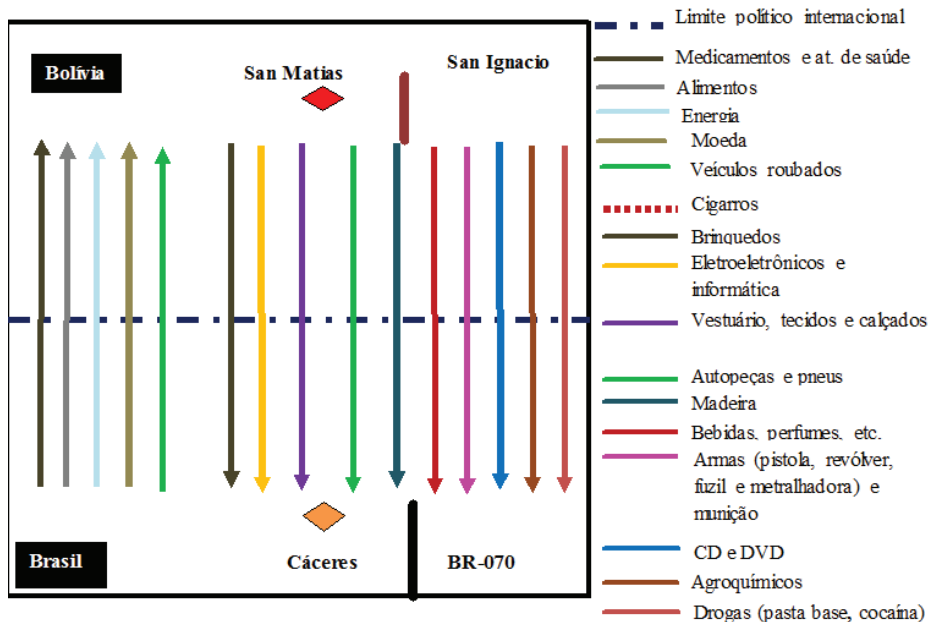
cidade. Afirmam alguns que, de um lado, a pobreza do município boliviano vizinho não apresenta atrativos comerciais para Cáceres, de outro, os produtos baratos (tais como roupas) vindos da Bolívia prejudicam o comércio da cidade. Já os que concordam com a afirmativa destacam que – infelizmente - os mercados ilegais aquecem a economia local, seja o do tráfico de drogas, seja o do contrabando, este último podendo inclusive ser encontrados no comércio legal local.

Há um grande fluxo de moradores de San Matias a Cáceres que vêm visitar parentes e realizar compras, principalmente de alimentos, bem como buscar atendimento médico ou dentário. Esta cidade depende do município de Cáceres em diversas esferas, dentre elas, o fornecimento de energia elétrica. Apesar das desconfianças e estigmatização dos bolivianos, é forte a presença destes em Cáceres, e no cotidiano das duas cidades, os procedimentos de identificação de cidadão estrangeiro não são requisitados. Muitos bolivianos ali se instalam e, com os filhos matriculados nas escolas, recebem ajuda governamental como a do Programa Bolsa Família.

Já o fluxo de brasileiros a San Matias destina-se à realização de compras de produtos mais baratos tais como roupas, pneus, gasolina e brinquedos, perfumes, bebidas e produtos eletrônicos em geral, tendo em vista a existência de um mini *freeshop* instalado nesse pequeno município do país vizinho de aproximadamente 13.000 habitantes, a maioria predominantemente rural.

Das mercadorias ilícitas que circulam do Brasil para a Bolívia destacam-se os veículos roubados (motos e camionetes, principalmente), além da evasão de divisas. Na percepção dos operadores, a entrada desses bens e de dinheiro na Bolívia, com a qual o governo boliviano é conivente, visa o financiamento do tráfico de drogas, atividade extremamente lucrativa, tendo em vista o alto preço que alcança o produto final desta atividade nos grandes centros. Segundo médico legista e estudioso do tema entrevistado, o cálculo a ser feito é o seguinte: um quarto de tonelada de folha de coca faz um quilo de pasta base; já um quilo de pasta base faz três de crack. Um quilo de crack faz quatro mil pedras que são vendidas nas grandes cidades a R\$10,00, perfazendo, assim, R\$40 mil. Seguindo o raciocínio anterior, um quilo de pasta-base renderia R\$120 mil.

**Figura 1:** Fluxo de mercadorias e pessoas na Fronteira de Cáceres com a Bolívia (San Matias)



Cáceres é considerada por alguns entrevistados como sendo a segunda porta de entrada das drogas no país. Das drogas que circulam, a mais comum é a pasta-base de cocaína, matéria-prima obtida nas primeiras fases de separação da cocaína das folhas de coca. Mas, já foram apreendidas também na região, ainda que em menor medida, cocaína e crack, que são os seus subprodutos. O tráfico de armas também é muito mencionado.

### *Percepção da criminalidade local*

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos, roubos e venda de drogas (Tabela 3).

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a motocicleta, a veículos, a transeunte e a residência, sendo citado também o furto ao comércio. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados: a aplicação de cheques sem fundo, pequenos golpes populares, fraude ao comércio e falso sorteio, concurso ou premiação. Quanto a extorsões foram assinaladas extorsão mediante furto ou

roubo de veículo e mediante posse de fotografia de situação privada. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica e brigas de bar. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acertos de contas entre criminosos, conflitos relacionados a mercados ilegais e em situações domésticas. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Cáceres são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e a exploração sexual infanto-juvenil. Já os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: tráfico de drogas, furto e embriaguez ao volante. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município.

**Tabela 3:** Percepção da incidência de crimes no município de Cáceres

Crime	Instituição		
	Polícia Civil	Polícia Militar	Justiça
Furtos	Muito frequentemente	Frequentemente	Muito frequentemente
Roubos	Muito frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente
Extorsões	Raramente	Raramente	Raramente
Propinas a funcionários públicos	Ocasionalmente	Raramente	Raramente
Venda de drogas	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Muito frequentemente

### *Tráfico de drogas na fronteira*

Os operadores de instituições de segurança pública afirmaram que as estratégias dos envolvidos no tráfico na fronteira, sejam eles mulas ou atacadistas, mudam de acordo com as estratégias dos órgãos de repressão. Muitos e variados são métodos de transporte e os mais comuns utilizados pelas mulas são camuflar, de inúmeras formas, a pasta base em veículos, os chamados “mocós” e transitar por cabriteiras (estradas vicinais de terra), de forma a evitar a fiscalização. Outro método é carregá-la em mochilas (até vinte quilos por viagem), a pé, passando por fazendas que atravessam a fronteira em um trajeto que dura de dois a três dias e para o qual a mula

recebe 100 dólares por quilo. Foi dito que em San Matias, no território boliviano, existe casa de repouso para a recuperação da mula andarilha que, em média, realiza quatro viagens ao mês. Mais recentemente, tem sido empregado o arremesso por pequenos aviões (sobrevoando o espaço aéreo brasileiro) que lança cargas em áreas de fazenda sem fiscalização, sendo resgatadas pela mula andarilha com uso de GPS. Finalmente, usa-se também transportá-la dentro de ônibus amarrada ao corpo, em roupas ou calçados, ou bem por meio da sua ingestão em forma de cápsula para, depois de transportada, ser expelida em seu destino.

As mulas humanas, especialmente aquelas que ingerem cápsulas, foram objeto de estudo muito detalhado e ilustrado do médico legista entrevistado (CAMPOS NETO, 2011). A análise das cápsulas engolidas, a identificação dos métodos mais fidedignos de detecção (tomografia computadorizada) e os problemas acarretados à estrutura e aos profissionais da saúde nessa atividade de detecção tornam o seu trabalho inovador na área de medicina legal. Segundo o autor, no período entre janeiro de 2005 a dezembro de 2010, passaram 101 mulas pelo Hospital Regional de Cáceres, presas para a realização de exames por imagens para confirmação da presença de cápsulas. Em entrevista o autor afirmou que as cápsulas seriam manufaturadas na região de Santa Cruz de La Sierra, por meio do emprego de diferentes camadas de invólucro com coloração diferenciada e com carimbo. A cor determinaria a origem e destino da droga e o carimbo, a sua qualidade. Mais recentemente o *insufilm* tem sido utilizado de forma a evitar a detecção realizada pelos métodos mais comuns, tal como o Raio X. As cápsulas são ingeridas em grande número. Das que foram detectadas, a maior quantidade chegou a perfazer o peso total de 1.600kg em um só indivíduo.

### **Contrabando**

A presença da fronteira, as diferenças cambiais, as distâncias dos centros econômicos de ambos os países, a pobreza e a necessidade de consumo movimentam o contrabando e o descaminho na região, muitas vezes realizados como forma de sobrevivência. Mas registram-se outros tipos de situações. Segundo um operador entrevistado, na passagem da fronteira, não há como fazer o pagamento do imposto, (o posto da Aduana não funciona em tempo integral) de modo que se possa entrar ou sair com o material do país, o que dificulta a ação da polícia e acaba colocando quem se encontra em situação



irregular, na clandestinidade. Quanto ao comércio, a percepção é a de que aquele que funciona de forma legal localmente por não conseguir competir com o comércio ilegal acaba introduzindo produtos ilegais no rol de suas mercadorias de forma a sobreviver à concorrência. Mas ao que tudo indica a fronteira da região da Grande Cáceres é também local de passagem de contrabando em larga escala que visa o mercado interno brasileiro tendo em vista a apreensão, durante a presença da pesquisa no campo de três caminhões que trafegavam por “cabriteiras” e três veículos que atuavam como batedores.

### ***Conflitos de terras***

Além do tráfico de drogas e do contrabando, conflitos de terras que foram muito intensos e violentos nos anos de 1970 e 1980, embora tenham sido bastante reduzidos, ainda ocorrem. Logo na entrada da cidade encontra-se um acampamento de trabalhadores rurais sem terras ali instalados há mais de 10 anos. Há quem defenda a reconfiguração da estrutura fundiária para se enfrentar os problemas que a fronteira acarreta. Outros alegam que os assentamentos rurais, na faixa de fronteira, favoreceram o tráfico de drogas e o contrabando. Outros ainda entendem que o relativo apaziguamento dos conflitos de terra se deve à mudança na estrutura de exploração da terra cada vez mais dependente e subordinada à tecnologia e ao grande capital.

Em resumo, pode-se dizer que os problemas de segurança na fronteira, percebidos a partir dos relatos dos profissionais de segurança, estão muito associados à questão do tráfico de drogas, do contrabando e descaminho de mercadorias, e dos roubos de assaltos de automóveis para serem trocados na Bolívia por pasta base de cocaína.

Muitos, no entanto, reconhecem a pobreza e a necessidade de consumo movimentam o contrabando e o descaminho na região, sendo realizado como forma de sobrevivência. Isto ocorre também em que em função da diferença entre moedas e a distância entre os grandes centros comerciais de ambos os países (San Matias e Cáceres).

Outro fator muito destacado, como sendo um dos principais problemas que os profissionais de segurança enfrenta, é a dificuldade de impedir a entrada de mercadorias, tráfico de drogas e armas, que está associado aos 730 quilômetros de fronteira seca e outros 230 km de fronteira fluvial. Além das estradas oficiais ligando os dois municípios, existe ainda as chamadas “cabriteiras”, estradas não oficiais que passam por dentro de fazendas ou matas que ligam a pontos estratégicos com as

rodovias menos policiadas e as rodovias nacionais. Além do tráfico por terra (formiguinha, em motos ou carros) destacam ainda o tráfico que é feito por aviões de pequenos portes que entram em solo brasileiro e jogam as drogas em fazendas ou locais previamente demarcados por GPS.

Alguns reconhecem que o contrabando de mercadorias, encontrado facilmente em determinados pontos comerciais de Cáceres, o comércio de drogas e até armas impulsionaria a economia local. Mas há divergência em relação a esta afirmativa, pois além do tráfico de drogas estigmatizar a cidade, vem dificultando o seu desenvolvimento econômico e social. Afirmam ainda que a potencialidade do turismo na região e as outras vantagens que a cidade oferece, como serviços na área de saúde e de educação, acabam sendo desfocada por conta desta imagem negativa construída sobre a cidade.

Do outro lado, o fluxo de moradores de San Matias a Cáceres é diário. Por táxi ou carros particulares vêm visitar parentes e realizar compras, principalmente de alimentos, bem como buscar atendimento médico ou dentário. Esta cidade depende do município de Cáceres em diversas esferas, dentre elas, o fornecimento de energia elétrica.

Já o fluxo de brasileiros a San Matias destina-se à realização de compras de produtos mais baratos tais como roupas, pneus, gasolina e brinquedos, perfumes, bebidas e produtos eletrônicos em geral, tendo em vista a existência de um mini *freeshop* instalado nesse pequeno município do país vizinho de aproximadamente 13.00 habitantes.

Pode se dizer que esta proximidade com a fronteira apresenta interesses que não são exclusivamente relacionados com o tráfico de drogas e que duas cidades se beneficiam com este contato não só do ponto de vista comercial, mas também como ponto de encontro de duas culturas que se entrecruzam pelo comércio e pela miscigenação por meio de casamentos. Há, portanto, um potencial turístico a ser desenvolvido e um intercâmbio cultural que pode enriquecer esse contato e a integração entre duas cidades, conhecidas por tratados entre autoridades locais, como cidades “irmãs”.

### **A percepção dos atores sociais sobre a fronteira: especificidades da fronteira**

A metodologia utilizada para ouvir os atores sociais foi a técnica de grupo focal do qual participaram autoridades convidadas locais, lideranças

da área de saúde, professores universitários, presidente de sindicatos de trabalhadores, líderes comunitários, entre outros.

A pergunta sobre as especificidades sobre a fronteira pedia que falasse sobre essa relação de Cáceres com a fronteira da Bolívia em razão da proximidade e dos intercâmbios existentes entre os dois países. Como veem essa relação com o tráfico de drogas, de mercadorias e o intercâmbio entre as Cidades de Cáceres e San Matias.

Me modo geral apontam que o problema da fronteira é uma questão de segurança pública e nacional. Os problemas destacados nas falas relacionam-se muito com o tráfico de drogas, armas e mercadorias. Tudo isto facilitado pela extensão mais de 700 quilômetros da fronteira seca, sem falar em 200 de ligação por rios.

O que move esse comércio ilegal é o lucro decorrente do tráfico de drogas. Um médico legista que vive na cidade e atende casos de “mulas” que transportam cocaína em cápsulas no intestino publicou um livro por conta própria, denominado de “A mula”, em que relata a rendimento de 1 quilo de pasta base (cocaína). Segundo ele,

[...] duzentos e cinquenta quilos de folha dá um quilo de crack, ou um quilo de pasta básica, um quilo de pasta base, três de crack. Um quilo de crack dá quatro mil pedras. Cada pedra tem de duzentos e duzentos e cinquenta miligramas, que é a dose. Que é vendida no interior a cinco reais, que é vendida nos grandes centros, informação do DENARC, a dez reais. Quatro mil pedras a dez reais são quarenta mil reais. Um quilo de pasta base faz três de crack, e cada quilo de crack, quarenta mil. Um quilo de pasta base; cento e vinte mil reais. Livre de imposto. (CAMPOS NETO, 2011. p. 20-21)

É este lucro que motiva e faz o crime compensar em sua opinião. Sem contar com a possibilidade do policial que faz o policiamento na fronteira se corromper. Seu salário giraria em torno de R\$1.600,00 a R\$2.100,00. Numa ação desta pode ganhar do crime organizado (traficante) o que levaria um ano para ganhar de salário.

Muitos relatam as dificuldades das polícias e do Grupo Especial de Fronteira (GEFron), não consegue fiscalizar essa fronteira por conta do número de policiais (em média 5 por um turno de 15 dias) que ficam em pontos estratégicos que fazem a ligação com a BR-070 e as principais cidades próximas da fronteira. O armamento que eles utilizam não é

sofisticado, é um armamento padrão; uma pistola ponto quarenta, e um fuzil 556. O armamento é restrito. Quanto ao uso da munição, só pode usar tantos tiros; e deve dar para tantos meses. Já os armamentos aprendidos são metralhadoras, fuzis, revólver Magnum 357, pistolas bem mais sofisticadas, além de munições que superam a capacidade de enfrentamento das polícias. Isto sem contar que trabalham em alguns lugares dentro de *containers*, e quando prende um traficante têm que se deslocar em 3 policiais para levá-lo até a cidade mais próxima, ou até Cáceres. Há relatos criticando a política interna do Brasil em relação a suas fronteiras que ficam de costas para o Atlântico. As fronteiras internas, infelizmente “é só roça, são cidades esquecidas”, representadas pela falta de infraestrutura, sem logística e sem fiscalização.

Outra estratégia adotada pelo crime organizado é o tráfico “formiguinha”. Ele recebe por viagem, isso conforme a carga, que pode chegar de 2 a 15 quilos transportados em mochila por dentro da mata. Caminham em média de 30 a 50 quilômetros por dia e em 3 dias chegam até Cáceres ou outra cidade mais próxima, tudo isto sem escolta armada e com risco praticamente zero de ser preso. Para cada viagem desta, ele recebe em média 2 mil dólares. Se fizer 4 viagens ao mês, ao final terá uma renda de 8 mil dólares. Quem ganha no Brasil ou na Bolívia cerca de 5 a 8 mil dólares? Este tipo de tráfico vem crescendo porque o risco de prejuízo para o traficante é bem menor. Alguns são presos em abordagens na cidade, mas é muito raro.

Outra preocupação diz respeito ao fato da Bolívia não ser fabricante de solventes que permitiria processar a basta base transformando-a em cloridato de cocaína, ou em pedra crack. Para isto o depoimento de um dos participantes é bem ilustrativo e, pode, em médio prazo, de fato representar mais lucro para o crime organizado e para a economia da Bolívia.

*[...] são duas coisas graves que a Bolívia está investindo, segundo informações estão investindo em pesquisa. Uma: a química, por quê? Porque o produto que está saindo da Bolívia, ele é produto bruto e não tem valor agregado, então o que eles estão importando? [mão-de-obra] prá quem entende química. O governo boliviano está incentivando a aumentar o plantio, porque a segunda economia da Bolívia é a cocaína, o primeiro é o petróleo, e o quê que vai acontecer? Na hora que o mula estiver carregando nas costas o produto com alto valor agregado, que não for mais pasta base e sim*

*o cloridrato de cocaína pura, vai ter gente que vai morrer em campo, por que ele não vai abandonar a droga. Hoje; quando ele suspeita que tem policial na trilha dele, ele pega a mochila com o produto, larga no chão e corre. Porque não tem valor agregado, então não dá muito lucro.*

De fato é bem provável que isto já esteja acontecendo na Bolívia: agregação de mão-de-obra importada de outros países que montam laboratórios clandestinos no interior da floresta para agregar valor à pasta base para exportar para o Brasil e a Europa. O que se vê nestes depoimentos é lucratividade do tráfico de drogas (cocaína), a “facilidade” de fazer o transporte desta droga até centro distribuidor ou consumidor, as dificuldades que as polícias têm de fazer policiamento ostensivo e repressivo para reduzir drasticamente este tráfico que de alguma maneira tem impacto negativo na criminalidade que gira em torno desta atividade ilícita no Brasil.

Sobre as potencialidades da fronteira existe uma visão paradoxal. De um lado não, dizem que são muito poucas as vantagens, pois o tráfico e consumo de drogas resultou em prostituição na cidade e em torno da BR-070 que corta a cidade, roubos, furtos, assaltos e crimes contra a vida por disputas entre quadrilhas. Por outro lado, ainda dentro desta percepção, o mercado informal das mercadorias que vem da Bolívia não paga impostos e não gera empregos para cidade. São em sua maioria sacoleiros que montam barracas em pontos estratégicos para comercializar produtos, em sua maioria, de origem chinesa.

Outra perspectiva diferente destaca a proximidade da fronteira entre Cáceres e a Bolívia como sendo positiva. O que seria de Cáceres, no interior de Mato Grosso, sem muito apoio federal e estadual, com uma economia baseada na agropecuária? O depoimento a seguir é muito esclarecedor.

*[...] Eu vejo Cáceres pela proximidade da fronteira, e eu fico imaginando Cáceres sem a fronteira. Francamente; seria muito pior. Muito pior, porque tem todos esses elementos negativos, mas é em poucos locais. E tem o lado positivo que é muito pouco explorado, entendeu? O pior é que o lado negativo; joga-se o foco nele. O aspecto da insegurança, da criminalidade, o foco total nele. E o lado positivo? Por exemplo; você poderia perfeitamente misturar uma relação comercial mais intensa dos produtos que a gente tem aqui,*

*explorando as potencialidades do que tem de diferente do que foi explanado aqui, que pode trazer de diferente, atrair, porque nós podemos levar prá eles coisas totalmente diferentes, que eles não têm professor universitário.*

Os bolivianos são muito discriminados, estigmatizados por verem neles potenciais bandidos, traficantes, entrou outros adjetivos que os desqualifica. No entanto, existiria outro potencial, para além daquilo que se apresenta como negativo, que é a possibilidade de intensificação do intercâmbio comercial e cultural. Uma perspectiva de integração das duas cidades, conhecidas como “irmãs”, numa relação bilateral de respeito às diferenças, sem preconceito, uma relação entre iguais em direito e deveres.

Um destes potenciais a serem incentivados passaria pelo asfaltamento dos 100 quilômetros que separa a duas Cidades e de San Matias para as regiões missões como San Matias, San Rafael, Santana, ou mesmo, Coxabamba e La Paz. Esta poderia ser uma saída para o Pacífico por onde se exportaria nossa soja, milho e outros produtos para o mercado asiático. Este é um espaço completamente desconhecido e pouco explorado. Esta proximidade poderia aumentar o potencial de desenvolvimento nesta região de fronteira. E, da mesma forma,

*[...] eles podem vir aqui para absorver a nossa cultura, conhecer o pantanal, ir a Cuiabá. Agora tem aqui a Copa do Mundo. Tem que ter um mecanismo para atrair. Enfim, eu acho que é muito pouco explorado. Não é! Então existe o espaço, existe o potencial que não é desenvolvido; que não é desenvolvido de maneira organizada. E quando não é desenvolvido de maneira organizada, bom; aí vem o desorganizado, vem o informal, vem o ilegal (participante grupo focal).*

Haveria ainda outras vantagens nesta integração. Cáceres tem na cidade o Campus Sede da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), com cursos de História, Geografia, Direito, área da Educação, entre outros. Poderia se estabelecer programas de cooperação técnica e científica para formação de mão-de-obra em nível de mestrado, doutorado e intercâmbio cultural, destacando as potencialidades e riqueza da região: florestas, pantanal, fauna, flora a cultura indígena (Chiquitano) que vive de ambos os lados da fronteira. Este potencial não é visto e pouco explorado,

ao invés de olhar e destacar só o lado negativo e preconceituoso dessa relação fronteiriça. Existe, portanto, outro lado da questão, não é só um lado, mas existiria o lado positivo nessa relação.

Dentro deste potencial são significativas as experiências culturais, o lazer, a busca por alimentação do lado brasileiro, as compras de bens de consumo da casa, a busca por assistência médica hospitalar e a venda de remédios. Todas essas potencialidades não resultam em uma postura criminalizada e negativa para ambos os lados. A economia informal “ilícita” de venda e compra de mercadorias e de tráfico existem, em certa medida em função da falta de um mercado de trabalho, oportunidades de geração de renda para uma grande parcela da população que da e na fronteira. Gente não reconhece cercas como os animais. Elas são barreiras que não impede o contato e o desenvolvimento de atividades úteis à sobrevivência.

### **Considerações finais**

De modo geral, já finalizando, podemos dizer que esta pesquisa foi de muita importância para entender a situação da fronteira oeste do Brasil, divisa com a Bolívia. Nela se encontram duas culturas que se estranham em alguns momentos, mas se reconhecem como parte de um mesmo sistema socioeconômico, marcado por desigualdades, falta de oportunidades, demarcadas por ilegalidades, preconceitos, o que gera obstáculos a uma integração e à normatização destas atividades, principalmente por conta das drogas e descaminhos de bens patrimoniais (carros, caminhonetes, motos) que alimentam o tráfico de drogas e se reflete em parte na criminalidade entre as fronteiras.

Por outro lado, o controle estatal revela falhas na segurança, na fiscalização e na repressão das práticas comerciais (lícitas e ilícitas) que ocorre na e entre a fronteira, fortalecendo a visão negativa da fronteira produzindo uma cultura do medo e da insegurança.

Não é hegemônico o conceito de que a fronteira só traz problemas e prejuízos, mesmo estando fortemente associado a ilegalidades. O domínio ou domínio de uma dimensão específica numa determinada cultura pode transmitir uma sensação de desordem e falta de progresso. Em verdade os pontos tensão e conflito refletem certa ausência no Estado, como principal mediador destes conflitos, no sentido de oferecer alternativas ao modelo de desenvolvimento que ali se instalou. Reflete ainda, a disputa

de posições no processo de construção de uma hegemonia (GRAMSCI, 2007) nos campos do capital econômico e simbólico (BOURDIEU, 1998).

Os pontos negativos e positivos (intersecção), entre as diferentes dimensões sociais, correspondem aos locais de negociação, de conflito e de acordos na busca de um consenso dentro desta diversidade socioeconômica e cultural. O ponto do choque de interesses, representados por interesses econômicos conflitantes (tráfico e consumo de drogas, descaminhos), na região fronteira é alimentado pelos sujeitos envolvidos ou, na definição de Bourdieu (), dos agentes sociais que disputam posição no interior de um mesmo campo. Cáceres tem sua economia alimentada basicamente pela agropecuária, serviços, comércio e turismo. Essa hegemonia de uma fração de classe dominante ligada ao agronegócio, na ausência de alternativa ao desenvolvimento, termina por contribuir com a ausência de projetos alternativos de desenvolvimento para a região de fronteira. Fronteira vem de *front*, aquilo que esta a frente, distante, onde prevalece uma ocupação pela força ou pela omissão do Estado.

Os grupos sociais possuidores da maior quantia de capital acumulado (econômico, político ou cultural) tendem a estabelecer as melhores e as maiores articulações garantindo o predomínio de suas posições no interior das dimensões sociais que se encontram em disputa.

A cultura do tráfico, do contrabando, do agronegócio, seria um ponto de encontro e conflito de diferentes dimensões sociais, onde a economia latifundiária predomina. Há uma dimensão histórica a se considerar quando falamos de fronteira. Acontece que o fluxo de pessoas e mercadorias nas regiões de fronteira são anteriores ao processo de normatização e regulamentação das práticas de contrabando, por isso elas podem ser consideradas tradicionais e, até mesmo culturais. É natural que após as normatizações e as proibições, estas práticas comerciais e culturais não desaparecem automaticamente. Pelo contrário, persistem como forma de sobrevivência, já que uma cultura oferece a outro aquilo que produz e consome o que não produz.

Esta pesquisa pode servir de importante diagnóstico sobre os problemas que envolvem a segurança pública, o contrabando de drogas, armas e mercadorias, mas também ser um ponto de reflexão acerca das potencialidades e pontos positivos deste espaço fronteiriço.

A faixa de fronteira, nas duas últimas décadas, tem se tornado, também para o governo federal, uma área de intervenções



que se volta para o incentivo ao desenvolvimento local, ao fortalecimento de organizações da sociedade civil etc. dentro de uma perspectiva de integração tanto nacional como internacional (SALLA; ALVAREZ, 2010, p. 14).

Não é só o tráfico de drogas que produz e reproduz a desigualdade social e os problemas como violência e criminalidade na região e fora dela. A ausência, ou pouca presença do Estado nestas regiões de fronteira não deve se limitar ao controle e à repressão do crime organizado que atua neste espaço, pois as práticas econômicas e culturais não se resumem a atividades ilícitas. A fronteira é um problema bem mais complexo que exige a atenção dos governos federal, estadual e municipal no sentido de ver as potencialidades não exploradas ou pouco exploradas. A dimensão política e humana não são muito consideradas, sendo constantemente violadas devido ao predomínio da percepção negativa sobre a fronteira.

O escopo desta pesquisa foi fazer um diagnóstico da segurança pública na fronteira, mas com certeza as percepções dos profissionais de segurança e dos atores sociais revelaram sobre a região não precisa de reforço apenas na área da segurança, mas de políticas públicas que fortaleçam os laços econômicos, culturais e a geração de emprego e de renda como forma de reduzir o impacto das drogas sobre as práticas sociais e culturais existentes, fortalecendo assim a cooperação, o intercâmbio, o turismo e a rica cultura na e entre os povos da fronteira.

## Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

ALVAREZ, M. C.; SALLA, F. Violência e fronteiras no Brasil: tensões e conflitos nas margens do Estado-nação. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34. Caxambu-MG, 2010 *Anais...* Caxambu-MG: ANPOCS, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 2007.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=510250&search=mato-grosso|caceres>. Acesso em: set. 2013.

## CAPÍTULO 19

### **Impacto das intoxicações por substâncias tóxicas de guerra: o papel do Centro de Toxicologia de Angola**

#### **André Pedro Neto**

Doutor em Ciências, licenciado em Farmácia, decano da Faculdade Lueji A Nkonde e director do Centro de Informação e Investigação sobre Medicamentos e Toxicologia. Luanda – Angola. pnettotoxicovigilancia@gmail.com

#### **Yamilet Garcia González**

Mestre em Toxicologia Clínica e em Prevenção do Uso Incorrecto de Drogas. Centro de Informação e Investigação sobre Medicamentos e Toxicologia. Luanda – Angola. yagarg510@gmail.com

#### **Juana Maggie Torriente Valle**

Mestre em Toxicologia Clínica e Atenção Integral a criança. Centro de Informação e Investigação sobre Medicamentos e Toxicologia. Luanda – Angola. maggi valle1957@gmail.com

#### **Rodelin Oliveros Oliveros**

Especialista 1º Grau em Medicina General Integral Militar, especialista 1º Grau em Toxicologia. Centro de Informação e Investigação sobre Medicamentos e Toxicologia Clínica. Luanda – Angola. rodeolivero2@gmail.com

#### **Catarina Gregório Gaspar**

Doutora em Medicina Geral. Centro de Informação e Investigação sobre Medicamentos e Toxicologia. Luanda – Angola. catipepegaspar@gmail.com

#### **Resumo**

A utilização de substâncias tóxicas de guerra constitui parte das causas de morbimortalidade da população em muitos países. Seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde e pela importância do tema, se decidiu realizar a investigação. O auge do terrorismo fez com que apesar da existência de regulações, os agentes químicos sigam empregados como substâncias tóxicas de guerra. Os centros de informação toxicológica de cada país têm um papel fundamental na prevenção, no diagnóstico e no tratamento de paciente intoxicado assim como na preparação de cada país para enfrentar esta situação. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é contribuir a minimizar os danos à saúde pelo emprego de substâncias tóxicas de guerra. Realizou-se um estudo descritivo, longitudinal, retrospectivo, revisando literatura especializada. Destacaram-se cinco momentos importantes onde se empregaram estas substâncias desde seu início na Primeira

Guerra Mundial. Os agentes mais utilizados se classificaram pela sua ação neuromuscular, vesicante, asfixiante e de ação geral expondo suas manifestações clínicas. Foram traçadas linhas de trabalho a o correto é “desenvolver pelo Centro de Informação e Investigação sobre Medicamentos e Toxicologia (CIMETOX) em três aspectos: recompilação de informação, estabelecimento de um sistema de atenção de vítimas em massa e atividades de capacitação.

**Palavras-chave:** Agentes Químicos. Morbimortalidade. CIMETOX.

## Introdução

As guerras são uma grande epidemia dos últimos anos, mas desde tempos remotos estas causaram grandes danos à humanidade com a morte de milhares de pessoas. Geradoras de grandes sequelas, limitam a qualidade de vida humana sem contar o dano elevado que ocasionam ao ambiente e à economia dos países (CETESB, 2003).

Com o desenvolvimento das indústrias e o surgimento de novos produtos químicos, estes passaram a fazer parte dos agentes utilizados no desenvolvimento das guerras. As chamadas substâncias tóxicas de guerra atingiram o auge desde o passado século formando parte da lista das substâncias causadoras de dor na população militar e civil (PITA; DOMINGO, 2015).

As substâncias tóxicas de guerra são agentes químicos destinados a ser utilizados como armas não convencionais, tendo o propósito de ocasionar baixas massivas ao inimigo durante as ações combativas, excluindo outras substâncias químicas utilizadas nos conflitos bélicos, como são os agentes incendiários formadores de fumaça, pois estes penetram de maneira rápida no organismo por diferentes vias.

Possuem uma elevada toxicidade, ocasionando baixas massivas e contaminação do meio ambiente. O armamento químico se diferencia das armas convencionais ou armas nucleares porque seus efeitos destrutivos não se devem principalmente a uma força explosiva.

Ao longo da história, se recolhe o emprego de diferentes substâncias tóxicas de guerra. O cloro, a mostarda, a perita, o fosgênio se encontram entre as substâncias mais usadas. As propriedades físico-químicas das substâncias junto ao tempo de exposição e a densidade dos vapores entre outras são as que influem na toxicidade das mesmas (PITA; DOMINGO, 2015; REPETTO, 1997; PITA; VIDAL, 2010; WITT, 2015).

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, houve certo consenso em proibir o uso de armas químicas e biológicas, conforme o Protocolo de Genebra, de 1925. Essas proibições foram reforçadas em 1972 e 1993. A Convenção de 1993, para além de proibir o uso, vela a produção, o armazenamento e o comércio deste tipo de armas (LAORDEN; MARTÍNEZ, 2013).

Em abril de 1997 entrou em vigor a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, a Produção, o Armazenamento e o uso de Armas Químicas e sobre sua Destruição (ONU, 2005).

Como bem expresso nas estatísticas pelo americano Thomas Jefferson: o preço da liberdade é a eterna vigilância. Angola é um país que sofreu as consequências da guerra (ONU, 2005; CICV, 2013). Primeiro a guerra de independência e posteriormente a guerra civil angolana.

Durante a primeira guerra, Portugal utilizou a arma química. Ainda são contáveis os danos, todavia se vivem as consequências do conflito (CICV, 2013). Este país africano tem estado a desenvolver uma série de medidas para prevenir a todo custo o impacto da guerra e entre eles, o dos agentes químicos que ponderam utilizar-se na mesma, tendo em conta as repercussões que poderiam aparecer a curto, médio e longo prazos. Nesta altura já deu os primeiros passos para aderir ao tratado de proibição.

O impacto da substância tóxica no indivíduo e no meio ambiente é um dos responsáveis da morbimortalidade da população. Em 2011, Angola criou o Centro de Informação e Investigação sobre Medicamentos e Toxicologia (CIMETOX). Entre as funções do mesmo está de desenvolver investigações sobre os danos a curto, médio e longo prazos das substâncias tóxicas tanto na saúde como no meio ambiente. Isto lhe permite desenvolver estratégias a fim de prevenir ou minimizar os danos. Estudar o desenvolvimento das substâncias tóxicas de guerra, sua repercussão no organismo nos permitirá implementar ou aperfeiçoar o papel do CIMETOX no enfrentamento desta problemática. Neste contexto, este artigo tem como objetivos: (i) Contribuir para minimizar os danos a saúde ante o uso de substâncias tóxicas de guerra; (ii) Destacar aspectos importantes na história das substâncias tóxicas de guerra; (iii) Assinalar substâncias tóxicas envolvidas e a repercussão no organismo e (iv) Desenvolver linhas de trabalho no CIMETOX para o enfrentamento das intoxicações por substâncias tóxicas de guerra.

## Material e método

Este estudo é do tipo descritivo longitudinal retrospectivo. Para efetuar a seguinte revisão sobre o impacto das intoxicações por substâncias tóxicas de guerra e o papel que joga o Centro de Toxicologia de Angola, se visitaram sítios na internet de obrigatória consulta por seu prestígio e liderança, relacionado com o tema e alcançando uma boa cobertura com outros países do mundo. Desta forma, o objetivo da investigação se baseia em contribuir a minimizar os danos à saúde e meio ambiente que provoca o uso de ditas substâncias nos países africanos mencionados.

Assim, realizou-se uma primeira busca bibliográfica baseada nos critérios estabelecidos por consenso para proibir o uso de armas químicas e biológicas, firmados no Protocolo de Genebra, de 1925. Essas proibições foram reforçadas em 1972 e 1993. A Convenção de 1993, além de proibir o uso, vela a produção, o armazenamento e o comércio de este tipo de armas. Em um segundo momento da revisão, se incluíram artigos que a partir de diferentes termos abordaram elementos de interesse existentes na história das substâncias tóxicas de guerra e seus efeitos imediatos, mediatos e a longo prazo, a qualidade de vida do indivíduo, assim como no ecossistema em geral. Para desenvolver linhas de trabalho relacionadas com o tema no Centro de Investigação e Informação Toxicológica de Angola se consultaram artigos de diferentes centros toxicológicos em nível mundial. A busca foi restringida maioritariamente àqueles documentos publicados nos últimos cinco anos em inglês, português e espanhol. Para a elaboração das estratégias de busca, se consultou a linguagem segundo o estabelecido mundialmente. As referencias bibliográficas citadas no texto se confeccionaram de acordo com as Normas de Vancouver (2010).

## Desenvolvimento

As armas químicas utilizam as propriedades tóxicas de substâncias para produzir baixas, feridas ou incapacidade no inimigo. Segundo os estudos realizados sobre uma vintena de soldados romanos encontrados em Dura-Europos (Síria), as armas químicas não são algo inerente ao século XX. Os restos destes soldados pertencem ao século III D.C. Segundo parece, os persas, em seu assalto a cidade cavaram um túnel por debaixo de suas muralhas para poder entrar nela (LAORDEN; MARTÍNEZ, 2013).

**Figura 1:** Um dos cadáveres encontrados na Síria



**Fonte:** Artigo: As chaves sobre o uso de armas químicas na guerra de Síria.

Não obstante, se deve sinalizar que a “moderna” guerra química começou durante a Primeira Guerra Mundial. Cogita-se, que inicialmente se usavam conhecidos produtos químicos comerciais e suas variantes. Isto incluía a clorina e o gás fosgênio (ANDRADE et al., 2013; CENTENO, 2014).

Aqui começa o primeiro capítulo relevante na exposição do homem às substâncias tóxicas de guerra. Em relação à história dos agentes químicos na guerra, deve-se estudá-la tendo em conta os seguintes aspectos:

### ***Uso de substâncias tóxicas de guerra***

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Alemanha foi o primeiro país a fazer o uso da mesma onde se estima que morreram quase 100.000 soldados por sua causa. Abriam-se os recipientes de clorina a favor do vento e deixava que este o transportasse até as filas inimigas. A França seguiu a Alemanha e, também, fez uso da mesma substância, porém, há quem defende que a França utilizou primeiro. O certo é que ambos utilizaram vários tipos de gases: gases de cloro líquido e fosgênio, gases vesicantes

que irritam a pele, olhos e membranas mucosas e a asfixiante mostarda (o gás e/ou iperita). (CENTENO, 2014; WITT; PÉRES, 2015).

Na segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), o Japão usou em grande escala armas químicas, dentre elas, gás mostarda, lewisita, fosgênio, cianuro e outros. Entre os casos de uso mais massivo de gases tóxicos destaca a Batalha de Wuhan, de agosto a outubro de 1938, quando Japão usou o gás tóxico em 375 ocasiões diferentes (CENTENO, 2014; WITT e PÉRES, 2015).

Na Guerra do Vietnã (1957-1975), os Estados Unidos da América usaram grandes quantidades de armas químicas que afetaram não só a pessoas, mas também causaram severos danos ecológicos. O uso foi de 72 milhões de toneladas de agente laranja. Esta substância contém dioxina: elemento extremadamente tóxico que provoca várias enfermidades e transtornos genéticos. Estima-se que em torno de três milhões de pessoas teriam sofrido vários tipos de danos pelo mesmo (CENTENO, 2014; RT, 2014).

### **Figura 2:** Repercussão do agente laranja na população vietnamita



**Fonte:** O rasto das armas químicas na história (2013).

Na guerra entre Iraque e Irã (1980-1988), o Iraque utilizou várias substâncias tóxicas, como sarin, tabún, gás mostarda e VX. Estima-se

que morreram cerca de 5000 pessoas (RT, 2014; ANDRADE et al., 2013).

Na Guerra do Iraque (2003-2011), apesar de estar proibido seu uso, os Estados Unidos utilizaram mais de dois mil. Estima-se que a taxa de malformações atribuídas a estes bombardeios afetaram ao menos 15% da população da cidade, o que supera a taxa de deficiências genéticas geradas pelos bombardeios em Hiroshima e Nagasaki (RT, 2013; 2014).

### ***Surgimento da convenção sobre as armas químicas***

Em 1961, a Assembleia Geral das Nações Unidas determinou uma resolução onde se criou uma instituição para o desarme conhecido como o Comité das Dezoito Nações para o Desarme, posteriormente se chamou conferência sobre o desarme (ECURED, 2013). Em 1975 entra em vigor a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, a Produção e o Armazenamento de Armas Tóxicas e Bacteriológicas e sobre sua Destruição (ECURED, 2013).

Em 1997 surge a convenção sobre as armas químicas, um tratado internacional pelo qual se proíbe o desenvolvimento, a produção, o armazenamento, a transferência e o uso de armas químicas, e se dispõe também sobre a destruição destas armas em um prazo de tempo específico. A mesma outorgou à Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) o mandato de erradicar para sempre o flagelo das armas químicas e de verificar a destruição, nos prazos estabelecidos, dos arsenais de armas químicas declarados. Refere-se ao primeiro tratado de desarme negociado em um marco completamente multilateral, em prol de uma maior transparência e da sua aplicação por igual em todos os Estados. Consta de um preâmbulo, 24 artigos e 3 anexos. Todos os Estados ratificantes da convenção, os Estados partes, se comprometeram a cumprir as disposições desta, em virtude da qual, devem tomar todas as medidas legais e executivas para evitar que no território sob sua jurisdição e controle se realizem atividades proibidas pela convenção (ONU, 2013; ECURED, 2013).

A convenção se apoia sobre quatro pilares fundamentais: (i) Destruição das armas químicas e das instalações para sua produção (desarme); (ii) Verificação da não produção de armas químicas (não proliferação); (iii) Assistência e proteção em caso do uso das armas químicas e (iv) Cooperação internacional (ONU, 2005; ECURED, 2013).



De acordo com o referido por Manuel Repetto no livro de “Toxicología fundamental” (1997), a classificação das substâncias tóxicas de guerra toxicológica (clínica) ocorre da seguinte forma: (i) Substâncias tóxicas neurológicas (sarin GB, somam GD, V ); (ii) Substâncias tóxicas de ação vesicante (iperita sulfurosa HD, iperita<sup>x</sup> nitrogenada HN, lewisite L); (iii) Substâncias tóxicas de ação general (ácido cianídrico AC, cloruro de cianógeno CK, monóxido de carbono CO); (iv) Substâncias tóxicas asfixiantes (fosgeno CG, difosgeno DP, cloro CL, cloropicrina PS); (v) Substâncias tóxicas lacrimógenas (cloracetofenona, bromo bencilcianido); (vi) Substâncias tóxicas irritantes (difenilclorarsina, difenilcianarcina, CS, CR) e (vii) Substâncias tóxicas de ação psicotomimética (LSD-25 ácido dietilamil lisérgico, BZ (ácido glicólico)).

Pela rapidez com que produzem-se manifestações clínicas:

Acção rápida (-1h)

Neuroparalizantes

Acção tóxica geral

Acção lenta (+1h)

Vesicantes

Asfixiantes

As mais utilizadas são as neurológicas, vesicantes, asfixiantes e de acção geral. Os danos que produzem na saúde podem ser muitos:

É importante conhecer as classificações anteriores, pois isto nos permite accionar de maneira preventiva a fim de minimizar os danos, utilizando meios de protecção com as tropas, tendo em conta a porta de entrada das substâncias, assim como uma acção rápida perante a exposição das mesmas para diminuir os signos e sintomas de uma intoxicação.

Desde sua criação o CIMETOX tem cumprido com o estipulado pela Organização Mundial da Saúde onde os centros toxicológicos devem tratar a toxicologia em cada país e trazer as pautas sobre esta temática. Sabe-se que um centro de informação toxicológica pode atuar como o ponto focal em nível local para as respostas ante intoxicações por substâncias químicas. Por conseguinte, deve estar preparado para proporcionar rapidamente a informação adequada em uma situação crítica. No processo de criação de um banco de dados toxicológicos, o centro de informação toxicológica deve recolher antecedentes sobre todas as substâncias prováveis que foram desenvolvidas (DER, 1991; OMS, 2016).

**Quadro 1:** Tipos de substâncias e manifestações clínicas

<b>Tipo de substância</b>	<b>Manifestações clínicas</b>
Neuroparalizantes (São substâncias organofosforadas)	Muscarínicas: Miose, visão barrosa, cefaleia, dor torácica, polipneia, broncorreia, cianoses edema agudo do pulmão. Nicotínicas: câibra, fasciculação, tremor, hipertensão arterial, taquicardia, depressão de consciência, convulsão.
Vesicantes	Irritação conjuntival e da pele (eritema, bolhas, úlcera, necrose).
Asfixiantes	Tosse, dispneia, polipneia, broncorreia, cianose. Pode aparecer pneumonia.
Ação tóxica geral	Tosse, rinite, lacrimejamento, conjuntivite, náusea, vômito, enjoo, dor precordial, depressão neurológica, convulsão, parada cardiorrespiratória.

**Fontes:** Repetto (1997), Pita e Vidal (2010), Intoxicaciones on line (2012).

Tendo em conta o anterior, o CIMETOX trabalhou em três pontos que considerou necessários para garantir uma resposta rápida e de elevada qualidade perante a ocorrência de uma intoxicação por substâncias tóxicas de guerra, considerando ademais que estas se apresentam em forma de intoxicações massivas e que muitas vezes não se conhece a substância envolvida.

Pontos de trabalho:

(1) Recompilação de informação sobre agentes químicos envolvidos como substâncias tóxicas de guerra. Esta informação abrange os seguintes pontos:

- A substância envolvida e seus efeitos;
- Os pontos de alto risco, processos e/ou atividades;
- Que substâncias químicas podem liberar-se, e em que formas e quantidades;

- Possíveis medidas de proteção e descontaminação;

(2) Estabelecimento de um Sistema de atenção de vítimas em massa (Para isso se elaborou um plano de recepção massiva de intoxicados que contem dois aspectos fundamentais)

- Identificação de recursos humanos e materiais (Medicamentos, antídotos, instalações para descontaminação, meios de comunicação e centros de saúde).

(3) Existência de plano de resposta ante emergências químicas (Acções de resgate e salvamento, classificação, tratamento e estabilização de pacientes) (CDC, 2013; OPS/OMS, 1983).

(4) Actividades de capacitação

- Preparação do pessoal envolvido na prevenção, no diagnóstico e no tratamento do paciente intoxicado.

Contar com esta informação será uma ferramenta de trabalho não só para o CIMETOX, mas também para Angola, pois perante a ocorrência de uma exposição a substâncias tóxicas de guerra, o país disponibilizará um sistema de normas, que permitirá dar respostas rápidas e seguras.

## Conclusões

Identificaram-se cinco momentos na guerra onde mais se envolveram agentes químicos e se mostrou as etapas e papel da convenção de armas químicas.

Os agentes tóxicos mais envolvidos têm ação neuromuscular, vesicante, asfixiante e de ação geral.

Mostrou-se que no CIMETOX as linhas de trabalho para enfrentar a temática têm três aspectos fundamentais.

## Referências

ANDRADE, Jorge; GARCIA, Enrique; GARCIA, José; IGLESIAS; Shadal; OSORLO, Carlos; SALCEDO, Jorge. *Armas químicas: tóxicos usados en la guerra*. Colômbia, 2013. 46. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/caelosorio90/armas-quimicas-usadas-en-la-guerra>.

CDC – Centers for Disease Control and Prevention. *Preparación y respuesta para casos de emergencia*. 2013. Disponível em: <http://www.bt.cdc.gov/chemical/es/>.

CENTENO, J. U. Las armas químicas durante la Primera Guerra Mundial. *Que Aprendemos Hoy*, 2014. Disponível em: <http://queaprendemoshoy.com/las-armas-quimicas-durante-la-primera-guerra-mundial/>.

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. *Manual de Gestão de Riscos Químicos*. São Paulo, 2003.

CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha. *Armas químicas y armas biológicas*. Suíça, 08 abr. 2013. Disponível em: <https://www.icrc.org/por/war-and-law/weapons/chemical-biological-weapons/overview-chemical-biological-weapons.htm>.

DER – Departamento de Estradas de Rodagens. *Manual de Procedimentos para o Atendimento a Acidentes com Produtos Químicos*. Divisão de Operações de Riscos. São Paulo, 1991.

ECURED – Enciclopedia colaborativa en la cubana vermelho. *Arma Química*. Cuba, 2013. Disponível em: [http://www.ecured.cu/Arma\\_qu%C3%ADmica](http://www.ecured.cu/Arma_qu%C3%ADmica).

INTOXICACIONES ON LINE. *Demo iTox: Tóxicos – Insecticidas organofosforados*. 2012. Disponível em: <http://intoxicacionesonline.com/demo-itox/demo-itox-toxicos-insecticidas-organofosforados/2012>.

LAORDEN, Carlos; MARTÍNEZ, Gerard. *Las claves sobre el uso de armas químicas en la guerra de Siria*. Madrid, 21 ago. 2013. Disponível em: [www.internacional.elpais.com](http://www.internacional.elpais.com).

OMS – Organización Mundial de la Salud. *Seguridad de las sustancias químicas*. 2016. Disponível em: [www.who.int/topics/chemical\\_safety/es](http://www.who.int/topics/chemical_safety/es).

ONU – Organização das Nações Unidas. *Armas químicas: Convención sobre la prohibición del desarrollo, la producción, el almacenamiento y el empleo de armas químicas y sobre su destrucción*. 2005. Disponível em: <http://www.un.org/es/disarmament/wmd/chemical/index.shtml>.

OPS – Organización Panamericana de la Salud. *Organización de los servicios de salud para situaciones de desastre*. Washington, EUA, 1983. (Publicación Científica, n. 443)

PITA, René; DOMINGO, Juan. El arma química, amenaza real. *El Mundo*, Tribuna – Aniversario, Madrid, 24, maio, 2015. Disponível em: <http://www.elmundo.es/opinion/2015/04/21/5536853522601d1a3f8b4570.html>.

PITA, R.; VIDAL, S. Toxicologia cutanea y sistematica de los agentes vesicantes de guerra. *Actas Dermosifiliogr.*, p. 7-18, 2010.

REPETTO, M. *Toxicologia fundamental*. Madrid: Dias de Santos, 1997. 432p.

RT – Russia Today. *Las cinco armas químicas más importantes*. 2014. Disponível em: <https://actualidad.rt.com/actualidad/view/134353-cinco-armas-quimicas-destacadas>.

\_\_\_\_\_. *El rastro de las armas químicas en la historia*. Rússia, 29 ago. 2013. Disponível em: <https://actualidad.rt.com/actualidad/view/104220-tragedias-armas-quimicas-historia>.

WITT, Pharaba; PÉREZ, Natalia. *Que pasa si respiras gás mostaza?* 2015. Disponível em: [www.echowenespanor.com](http://www.echowenespanor.com).

## CAPÍTULO 20

### **Homicídio de mulheres: os casos de Macapá-AP e Ananindeua-PA**

#### **Leidiane Souza de Almeida**

Mestranda em Segurança Pública (UFPA) e oficial da Polícia Militar do Estado do Amapá. Macapá – Amapá – Brasil. leidiene24@gmail.com

#### **Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa**

Mestranda em Segurança Pública (UFPA) e praça da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. tatyane.tolosa@gmail.com

#### **Clay Anderson Nunes Chagas**

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. claychagas@yahoo.com.br

#### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. ramosedson@gmail.com

#### **Resumo**

A violência contra as mulheres é considerada um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde desde 1990. Nesse sentido, este estudo objetiva comparar o comportamento dos homicídios de mulheres nas Cidades de Macapá-Amapá e Ananindeua-Pará, no recorte temporal compreendido entre os anos de 2011 a 2015, a partir da análise das seguintes variáveis relacionadas ao fato: taxa anual (por 100 mil habitantes), mês, dia, turno, local, meio empregado e faixa etária da vítima, por meio da aplicação da técnica estatística denominada análise descritiva. Para isso, foram utilizados os dados disponíveis nos bancos da segurança pública de ambos os Estados, constantes na Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Pará (SEGUP) e na Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC), subordinada à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP). As conclusões desta pesquisa revelaram que a violência homicida em ambas as cidades ocorrem geralmente no período da noite e nos finais de semana, com uso de arma de fogo e em via pública, sendo que a maioria das mulheres vítimas são jovens na faixa de 18 a 24 anos.

**Palavras-chave:** Vítima. Violência Homicida. Segurança Pública.

## Introdução

Este trabalho é o resultado de um estudo realizado pelo Laboratório de Sistema de Informação e Georreferenciamento (Lasig) e pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA), que toma como elemento de estudo o fenômeno do homicídio em mulheres, ocorridos entre os anos de 2011 e 2015, nas Cidades de Ananindeua, no Pará, e Macapá, no Amapá. Vale salientar que a escolha das duas cidades justifica-se por duas questões principais: primeira, a Cidade de Macapá devido concentrar os homicídios de mulheres no Amapá e a Cidade de Ananindeua por integrar a Região Metropolitana do Estado do Pará, e segundo, por ambas as cidades possuírem população em valores absolutos próximos, Macapá e Ananindeua, respectivamente, com 398.204 e 471.980 habitantes. Portanto, não seria viável a comparação com a capital do Estado do Pará, Belém, pelo fato da mesma ter a população quatro vezes maior que a capital do Amapá, Macapá.

Nesse sentido, este estudo tem por objetivo comparar o comportamento dos homicídios de mulheres nas duas cidades, a partir da análise das seguintes variáveis relacionadas ao fato: taxa anual (por 100 mil habitantes), mês, dia, turno, local, meio empregado e faixa etária da vítima, por meio da aplicação da técnica estatística denominada análise descritiva. Para isso, foram considerados os dados disponíveis nos bancos da segurança pública de ambos os estados, constantes na Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Pará e na Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC), subordinada à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá.

Waiselfisz (2015) observa que a violência contra a mulher não é um fato novo. O que é novo é a preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção da humanidade. O autor considera que mais novo ainda é a judicialização do problema, entendendo a judicialização como criminalização da violência contra as mulheres, não só pela perspectiva das leis, mas, sobretudo, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e/ou jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e/ou punir os agressores.

A emergência da temática da violência contra as mulheres é relativamente recente no país, como argumenta Pasinato (2014), com

pouco mais de três décadas, para a formação de um campo de estudos que segue revelando diferentes modalidades de violência e analisando aspectos característicos de sua reprodução na sociedade.

No contexto nacional, considerando as três últimas décadas, o primeiro evento a ser destacado está inscrito na memória da sociedade brasileira com o *slogan* “quem ama não mata”, que “veio denunciar o homicídio de mulheres e a atuação do sistema de justiça criminal que mantinha elevadas as taxas de impunidade para os crimes contra as mulheres”, absolvendo os homicidas sob o pretexto da legítima defesa da honra (PASINATO, 2014, p. 278).

O segundo evento é a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). A primeira delegacia foi criada na Cidade de São Paulo em 1985. Segundo Pasinato (2014), tais delegacias surgiram como reflexo das lutas contra a impunidade nos casos de violência contra as mulheres e também para atender uma parte das demandas dos movimentos de mulheres.

O terceiro evento ocorreu com a aprovação da Lei Nº 11.340, de agosto de 2006, para punir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Vale ressaltar que a definição do termo violência como violação de direitos humanos e a incorporação da expressão “violência baseada no gênero” são dois dos avanços que devem ser apontados nessa legislação.

Mais recentemente, em 2015, um quarto evento aconteceu, quando foi sancionada a Lei Nº 13.104, de março de 2015 – a Lei do Femicídio, que alterou o Art. 121 do Código Penal Brasileiro, classificando o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o Art. 1 da Lei Nº 8.072, de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2015).

## Revisão bibliográfica

A pesquisa realizada pelo Data Senado (2013) estima que mais de 13 milhões e 500 mil mulheres já sofreram algum tipo de agressão (19% da população feminina com 16 anos ou mais). Destas, 31% ainda convivem com o agressor. E pior: das que convivem com o agressor, 14% ainda são vítimas de algum tipo de violência. Este resultado, expandido para a



população brasileira, implica em dizer que 700 mil brasileiras continuam sendo alvo de agressões.

Desse modo, a violência doméstica e familiar exerce grande impacto nas taxas de homicídio contra mulheres. Como resultado desse fenômeno, o Brasil apresenta taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, estando num *ranking* de 83 países, ordenados segundo as taxas de homicídios femininos, na 5<sup>a</sup> posição nos países onde mais se matam mulheres (WAISELFISZ, 2015).

O estudo Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres mostra que 50,3% das mortes violentas de mulheres no Brasil são cometidas por familiares. No Brasil, entre 2003 e 2013, o número de homicídios de mulheres passou de 3.937 para 4.762, aumento de 21% no período. Sendo que as 4.762 mortes em 2013, último ano do estudo, representam uma média de 13 mulheres assassinadas por dia, conforme Waiselfisz (2015).

O interesse desta pesquisa se atém à expressão máxima da violência contra a mulher, o homicídio. As mortes de mulheres derivam geralmente da atuação de homens, principalmente parceiros ou ex-parceiros, e decorrem de situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem (GARCIA et al., 2013).

Segundo Gomes (2014), os homicídios de mulheres são tomados como sendo resultado de situações da violência empreendida por parceiro pessoal, sobretudo pela perspectiva das abordagens feministas na teoria social e na criminologia e, mais raramente e apenas nesse último campo de estudos, é tratado como evento resultante de algum tipo de envolvimento das mulheres com a criminalidade.

Para Gregori (2006), a definição dos eventos que deveriam ser considerados como violência contra a mulher resulta de uma mescla entre a militância feminista e as discussões teórico-conceituais dos movimentos feministas levando à construção de um discurso que se baseia no binômio vitimização-criminalização.

Desse modo, a introdução das ideias feministas nas reflexões teóricas, conceituais e metodológicas levou à definição das categorias de violência contra a mulher, violência baseada em gênero e outras que serviram para esclarecer características importantes dessas práticas – por exemplo, violência conjugal, violência familiar e violência sexista (PASINATO, 2014).

A respeito dessa discussão, Gomes (2014) faz interessante apontamento acerca das perspectivas de análise do fenômeno da violência homicida em mulheres, pois:

Os homicídios de mulheres residem em uma espécie de limbo teórico, pouco estudados pela sociologia do crime e pela criminologia, por ser evento minoritário diante dos homicídios de homens, e também pela teoria feminista, por serem minoritários diante da agressão não letal e, ainda, pelo fato de parte deles, aparentemente, ocorrer em situações que não se associam diretamente às desigualdades de gênero, foco central das preocupações teóricas feministas (GOMES, 2014, p. 44).

Alguns estudos, como os de Meneghel e Hirakata (2011) e Blay (2008), buscam delinear a ocorrência dos homicídios de mulheres utilizando-se de dados da saúde pública e, ao seguir esse viés, identificam conjuntos distintos de situações. Mas, em geral, parecem procurar definir uma fronteira clara entre os casos diretamente produzidos pelas desigualdades de gênero e os demais, estabelecendo os primeiros como foco central de análise.

Independentemente do tipo de abordagem para o homicídio de mulheres, Gomes (2014) recomenda que uma das formas mais comuns de se estudar o problema é por meio da identificação dos níveis de violência em diferentes sociedades ou em grupos específicos dentro de uma mesma sociedade, por meio da comparação de dados criminais. A autora afirma que o dado mais utilizado neste tipo de comparação são as taxas de homicídio, “uma vez que este é um tipo de crime que está menos sujeito às determinações culturais para a sua definição legal” (GOMES, 2014, p. 55).

## **Material e métodos**

### ***Descrição da área de estudo***

A área de abrangência do estudo compreende os municípios de Ananindeua (que faz parte da Região Metropolitana de Belém-Pará) e Macapá (capital do Estado do Amapá).

Macapá (Figura 1) apresenta extensão territorial de 6.502,119 quilômetros quadrados, é banhada pelo rio Amazonas e cortada pela Linha do Equador. Conforme dados divulgados em 2010 pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), a população total compreende 398.204 habitantes, densidade demográfica de 62,14 habitantes por quilômetro quadrado (a maior do Estado), com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM) de 0,733 e taxa de urbanização de 95,73%. A população estimada para o ano de 2015 gira em torno de 456.171 habitantes (IBGE, 2010a).

**Figura 1:** Localização do município de Macapá-AP



**Fonte:** IBGE (2010a).

O município de Ananindeua (Figura 2) que faz fronteira com capital do Estado do Pará, sendo o segundo município mais populoso do Estado do Pará. Ananindeua apresenta extensão territorial de 190,451 quilômetros quadrados. Segundo dados divulgados em 2010 pelo IBGE, a população total compreende 471.980 habitantes, densidade demográfica de 2.477,55 habitantes por quilômetro quadrado, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM) de 0,718 e taxa de urbanização de 99,75%. A população estimada para o ano de 2015 gira em torno de 505.404 habitantes (IBGE, 2010b).

**Figura 2:** Localização do município de Ananindeua-PA



Fonte: IBGE (2010b).

### *Descrição dos dados*

Os dados da pesquisa referentes ao município de Ananindeua foram extraídos do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), disponibilizados no mês de junho de 2016 pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Pará (SEGUP/PA). Já os dados relacionados ao município de Macapá foram retirados do Sistema de Informações de Crimes Letais (SICLE), disponibilizados no mês de maio de 2016 pela Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC), subordinada à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP/AP). Vale destacar que os dados a respeito dos homicídios de mulheres abrangem o período compreendido entre os anos de 2011 e 2015.

Foram estudadas 116 ocorrências de homicídios de mulheres, sendo 78 de Ananindeua e 38 de Macapá, com as seguintes variáveis analisadas:

- (a) Taxa de homicídio (neste indicador são contabilizados todos os homicídios classificados como dolosos para cada 100 mil habitantes);
- (b) Mês do fato (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro);

- (c) Turno (madrugada, manhã, tarde e noite);
- (d) Dia da semana (domingo, segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira e sábado);
- (e) Meio empregado (arma cortante ou perfurante, arma de fogo e arma contundente);
- (f) Local da ocorrência (via pública, residência particular, terreno baldio, e mar, rio e lagoa);
- (g) Faixa etária da vítima: criança (0 a 11 anos), adolescente (12 a 17 anos), adulto I (18 a 24 anos), adulto II (25 a 29 anos), adulto III (30 a 34 anos), adulto IV (35 a 64 anos) e Idoso (65 anos ou mais).

### ***Tipo de estudo e de análise***

O presente trabalho, quanto ao tipo de estudo, se desenvolveu como uma pesquisa de cunho descritivo, com abordagem quantitativa (MARCONI; LAKATOS, 2003), possibilitando uma descrição quantificável (numérica) do objeto de estudo.

A análise dos dados, por sua vez, foi feita utilizando-se o método dedutivo que, na visão de Gil (2008), parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.

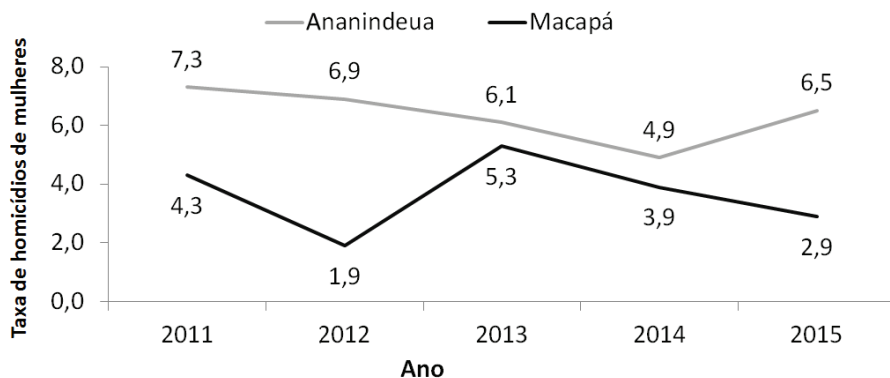
Dessa maneira, em relação aos procedimentos técnicos, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo, bibliográfica, análise de bancos de dados e uso de *softwares* (Microsoft Excel), sendo utilizada a técnica estatística de análise descritiva para resumir e apresentar os dados obtidos, por meio de tabelas e gráficos (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

## **Resultados e discussões**

### ***Análise descritiva***

A Figura 3 apresenta a taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes nos municípios de Ananindeua e Macapá. Observa-se que as taxas sofrem variação no período compreendido, por exemplo, em Ananindeua, o ano de 2011 apresenta a maior taxa, e nos anos de 2012 a 2014, segue-se uma significativa redução, sendo que em 2015 registra-se nova progressão. Em Macapá, a taxa de homicídio de mulheres tem uma tendência atenuante, com exceção do ano de 2013 que tem o valor superior dentro da série histórica.

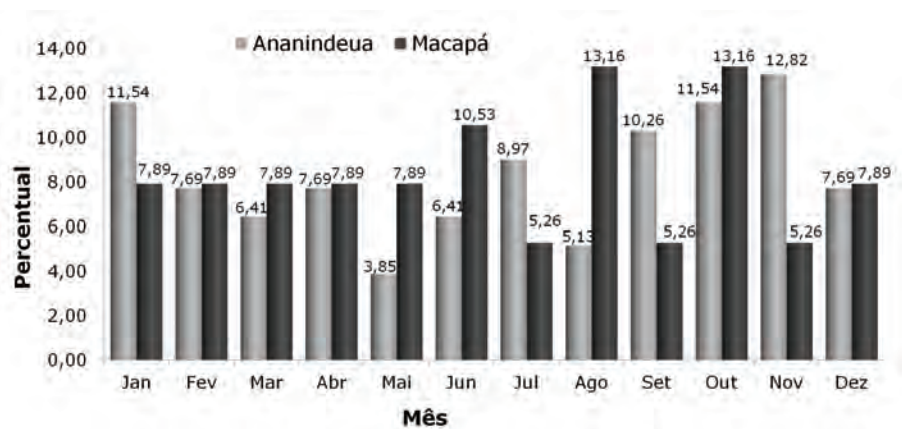
**Figura 3:** Taxa de homicídios de mulheres nos municípios de Ananindeua-PA e Macapá-AP, nos anos de 2011 a 2015



**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SISP-WEB-PA; GEAC-SEJUSP-AP, maio 2016.

A Figura 4 retrata sobre o comportamento mensal dos homicídios de mulheres nos municípios em estudo. Verifica-se que existem meses que os valores percentuais são menores e proximais nas localidades, como por exemplo, fevereiro, abril e dezembro. No município de Ananindeua os meses mais críticos foram novembro, outubro, janeiro e setembro, e em Macapá foram junho, agosto e outubro.

**Figura 4:** Percentual de mulheres vítimas de homicídio nos municípios de Ananindeua-PA e Macapá-AP, nos anos de 2011 a 2015, por mês do fato

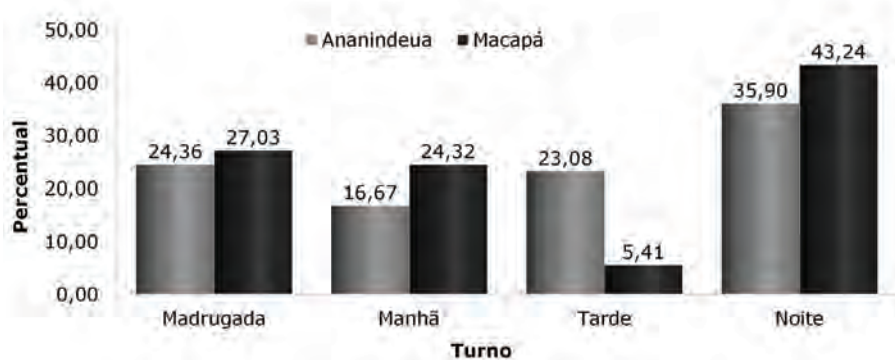


**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SISP-WEB-PA; GEAC-SEJUSP-AP, maio 2016.

O homicídio de mulheres acontece com maior frequência à noite nos municípios, conforme apresentado na Figura 5. Este mesmo comportamento foi constatado por Blay (2008) em seu estudo sobre morte de mulheres. Supõe-se que isto ocorra devido à menor frequência dos agentes de segurança pública e a pouca movimentação de pessoas. Segundo Secretti, Jacobi e Zanini (2009):

Quanto à distribuição dos homicídios pelos dias da semana, observou-se que ocorre maior número de casos nos finais de semana, ou seja, sábados e domingos, e o horário de maior ocorrência foi no período da noite a partir das 18h00min até 00h00min. Estes períodos normalmente coincidem com o maior consumo de bebidas alcoólicas e festas, gerando, muitas vezes, desentendimentos e brigas (SECRETTI; JACOBI; ZANINI, 2009, p. 33).

**Figura 5:** Percentual de mulheres vítimas de homicídio nos municípios de Ananindeua-PA e Macapá-AP, nos anos de 2011 a 2015, por turno



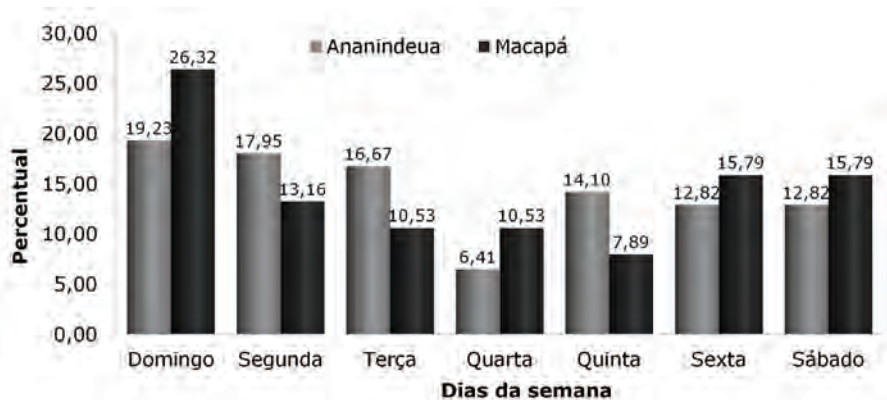
**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SISP-WEB-PA; GEAC-SEJUSP-AP, maio 2016.

**Nota:** Madrugada: 00 |--|05:59; Manhã: 06 |--| 11:59; Tarde: 12 |--| 17:59; Noite: 18 |--| 23:59.

A Figura 6 ilustra a variável dia da semana em que mais acontece o delito nos municípios pesquisados, em que o domingo se destaca em ambas as cidades, diferindo-se os demais dias da semana. Em Ananindeua e Macapá, o dia mais crítico é o domingo com 19,23% e 26,32% dos homicídios, respectivamente. Em Macapá, os crimes ocorrem nos finais de semana (sexta-feira a domingo) e em Ananindeua a dinâmica é diferente

apesar dos homicídios terem acontecidos no domingo, segunda-feira e terça-feira apresentaram registros significativos. Tais resultados encontram semelhança com alguns estudos realizados sobre morte por causa violenta, como por exemplo, em Secretti, Jacobi e Zanini (2009) e Blay (2011) que verificam a frequência dos delitos nos finais de semana.

**Figura 6:** Percentual de mulheres vítimas de homicídio nos municípios de Ananindeua-PA e Macapá-AP, nos anos de 2011 a 2015, por dia da semana



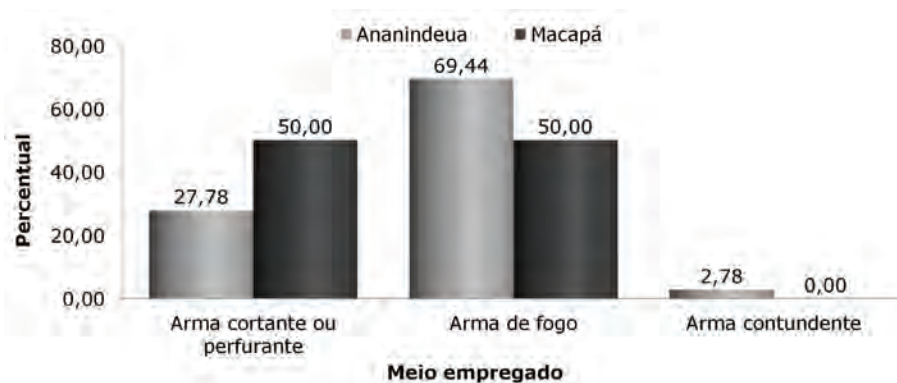
**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SISP-WEB-PA; GEAC-SEJUSP-AP, maio 2016.

Os meios empregados para a perpetração dos homicídios de mulheres nas localidades são bem distintos, como mostra a Figura 7. Em Macapá existe um equilíbrio entre arma de fogo e arma cortante ou perfurante, ambas as modalidades contam com 50,00% dos registros. Já na Cidade de Ananindeua em 69,44% dos registros foi utilizado arma de fogo, coincidindo com o resultado do estudo apresentado por Waiselfisz (2015), no qual a maior parte dos homicídios de mulheres é executado utilizando arma de fogo, seguido pela arma cortante ou perfurante.

A Figura 8 retrata o local em que ocorreram os delitos, de onde se observa que a maioria deles em via pública, nas duas cidades. Fato que chama atenção por romper com a concepção de que a violência contra mulher está restrita ao ambiente privado do lar. Em Ananindeua, há de se ressaltar um comportamento relevante, pois 30% dos fatos se deram em residências, demonstrando o caráter privado das mortes de mulheres, como argumenta Waiselfisz (2015, p. 39) “[...] ao indicar a alta domesticidade dos homicídios de mulheres”.



**Figura 7:** Percentual de mulheres vítimas de homicídio nos municípios de Ananindeua-PA e Macapá-AP, nos anos de 2011 a 2015, segundo meio empregado



**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SISP-WEB-PA; GEAC-SEJUSP-AP, maio 2016.

**Figura 8:** Percentual de mulheres vítimas de homicídio nos municípios de Ananindeua-PA e Macapá-AP, nos anos de 2011 a 2015, por local do fato



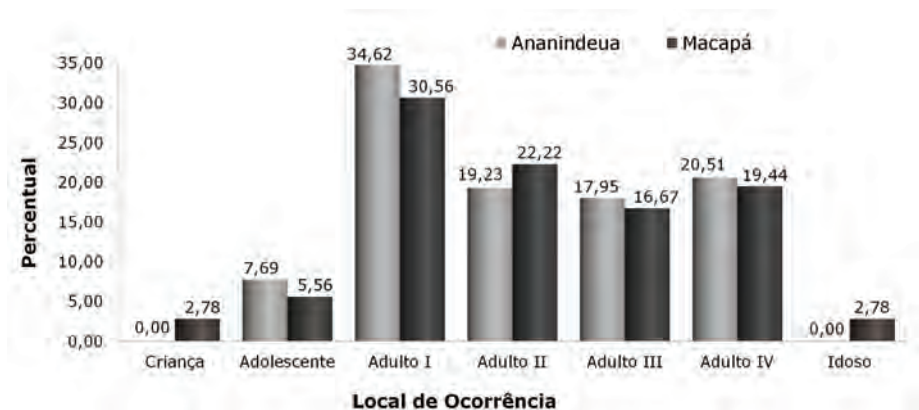
**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SISP-WEB-PA; GEAC-SEJUSP-AP, maio 2016.

Nas localidades da região Norte, verifica-se a partir da Figura 9 que a metade das vítimas é jovem, segundo a classificação do IBGE<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Foram somados os valores percentuais das faixas etárias: adulto I e adulto II, uma vez o IBGE classifica jovens entre 18 a 29 anos, seguindo o Estatuto da Juventude. O SISP-WEB-PA utiliza essa classificação de idade, sendo por isso adotada pelos autores.

(Ananindeua: 53,85%; Macapá: 52,78%) coadunando com o perfil de mulheres vítimas de violência no Brasil, encontrado por Waiselfisz (2015).

**Figura 9:** Percentual de mulheres vítimas de homicídio nos municípios de Ananindeua-PA e Macapá-AP, nos anos de 2011 a 2015, por faixa etária da vítima



**Fonte:** Elaborada pelos autores com base em SISP-WEB-PA; GEAC-SEJUSP-AP, maio 2016.

### Considerações finais

Este estudo teve por objetivo apresentar a descrição comparativa do fenômeno homicídio de mulheres nas Cidades de Ananindeua (PA) e Macapá (AP), com abordagem quantitativa, focalizada na análise estatística. Vale ressaltar que foram consideradas as informações comuns disponíveis nos bancos de dados da segurança pública de ambos os Estados, se trabalhando com as seguintes variáveis comuns: mês, dia, turno, local, meio empregado e faixa etária da vítima.

De acordo com os resultados obtidos, observou-se que as vítimas deste tipo de crime, em ambas as cidades, correspondem, em sua maioria, às mulheres jovens, da faixa etária de 18 a 29 anos, englobando as categorias adulto I e adulto II, adotadas nesta pesquisa.

Em relação à variável taxa anual (por 100 mil habitantes), verificou-se em ambos os municípios, que tal indicador sofreu variação ao longo do recorte temporal compreendido entre 2011 e 2015. Deste modo, Ananindeua apresentou a maior taxa no ano de 2011, inclusive a mais

elevada dentro da série histórica, enquanto Macapá apresentou o maior valor de taxa em 2013.

Afeito ao comportamento mensal dos homicídios de mulheres, verificou-se que em Ananindeua os meses mais críticos foram novembro, outubro, janeiro e setembro e em Macapá foram junho, agosto e outubro. Assim, ocorreu um comportamento bastante semelhante, em ambas as cidades, nos meses de fevereiro, abril e dezembro.

Nas cidades pesquisadas o homicídio de mulheres acontece com maior frequência à noite, aos finais de semana e preferencialmente no domingo. Outro resultado importante diz respeito ao instrumento utilizado para perpetração do crime, constatando-se que em Macapá existe um equilíbrio entre o uso de arma de fogo e de arma cortante ou perfurante. Enquanto que na Cidade de Ananindeua prevalece o uso de arma de fogo.

No que concerne ao local do fato, destacou-se em ambas as cidades que a maioria dos eventos se deu em via pública, contrapondo de certo modo a concepção de que a violência contra mulher está restrita ao ambiente doméstico.

A violência contra a mulher, no entanto, compreende uma ampla gama de atos, desde a agressão verbal, outras formas de abusos emocionais e psicológicos, até a violência física ou sexual, culminando em alguns casos na letalidade.

## Referências

BLAY, E. *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. São Paulo: Editora 34, 2008.

BRASIL. Lei Nº 13.104, de 03 de março de 2015. Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)>. Acesso em: jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: jun. 2016.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DATASENADO. Senado Federal. Pesquisa Violência Doméstica e Familiar contra Mulher do Senado Federal. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/senado/datasetenado/pdf/datasetenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia\\_Domestica\\_contra\\_a\\_Mulher\\_2013.pdf](http://www.senado.gov.br/senado/datasetenado/pdf/datasetenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf)>. Acesso em: jun. 2016.

GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S. de; SILVA, G. D. M. da; HÖFELMANN, D. A. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. P. P. F. *Como morre uma mulher? Configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco*. 2014. 394f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

GREGORI, M. F. Delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos. In: DEBERT, G.; GREGORI, M. F.; PISCITELLI, A. (Org.). *Gênero e distribuição da justiça: as delegacias de defesa da mulher na construção das diferenças*. Campinas: Pagu/Unicamp, p. 58-87, 2006.

IBGE. *Censo Demográfico*. 2010a. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=160030>>. Acesso em: 02 jun 2016.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico*. 2010b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150080&search=para|ananindeua>>. Acesso em: jun 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 3, n. 45, p. 564-74, 2011.

PASINATO, W. Violência contra mulher: segurança e justiça. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 277-284.

SECRETI, T.; JACOBI, L.; ZANINI, R. Mortalidades por causas violentas: uma análise dos homicídios em Santa Maria, RS. *Ciência e Natura*, Santa Maria-RS: FSM, v. 31, n. 2, p. 25-34, 2009.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília: FLACSO, 2015.



## CAPÍTULO 21

### **Caminhos e descaminhos dos Direitos Humanos no contexto policial militar**

#### **Cristiane do Socorro Loureiro Lima**

Doutora em Ciências Sociais (UFRN), Tenente-coronel RR da PMPA e professora colaboradora do PPGSP-UFPA. Belém – Pará – Brasil. crisllima@gmail.com

#### **Verônica do Couto Abreu**

Doutora em Sociologia (UFPA) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. vca@ufpa.br

#### **Vera de Souza Paracampo**

Doutora em Sociologia (UFPA) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. paracampo@ufpa.br

#### **Resumo**

Na década de 90 do século passado em resposta às graves denúncias de violência policial a disciplina Direitos Humanos foi inserida nos cursos de formação das polícias militares do Brasil. Os impactos dessa inserção continuam questionáveis em face da continuidade da violência policial. Visando desvelar essa realidade realizamos uma pesquisa sobre a formação e difusão dos Direitos Humanos nas instituições policiais militares nas cinco regiões do Brasil, sendo especificamente a pesquisa feita nos Estados do Pará (região Norte), da Bahia (região Nordeste), do Rio de Janeiro (região Sudeste), do Rio Grande do Sul (região Sul) e no Distrito Federal (região Sudeste). A partir de um enfoque qualitativo analisamos as formas de inserção dos conteúdos de Direitos Humanos na formação destes profissionais, por meio de pesquisa documental e pesquisa de campo. Os sujeitos da pesquisa foram policiais militares e gestores de instituições de segurança pública no Brasil. A realidade pulsante nos mostra que há um gap entre as aspirações existentes a partir da inserção de Direitos Humanos e os resultados alcançados. Há ainda um grande trajeto a ser percorrido para que as ações das polícias militares brasileiras primem pelo respeito à dignidade da pessoa humana e sejam efetivamente democráticas no território brasileiro.

**Palavras-chave:** Segurança Pública. Direitos Humanos. Dignidade Humana. Polícia Militar. Formação Policial.

## Introdução

Este artigo apresenta uma reflexão sobre os caminhos e os descaminhos dos Direitos Humanos no contexto policial militar. A temática dos Direitos Humanos entrou de forma tácita na formação dos policiais militares brasileiros na década de 90 do século passado e ocorreu em virtude das graves denúncias de violações de Direitos Humanos cometidas pelos policiais militares, tais como Carandiru-SP (1992), Vigário Geral-RJ (1993), Corumbiara-RO (1995), Eldorado dos Carajás-PA (1996), Diadema-SP (1997), além dos grupos de extermínio, formados em sua maioria por policiais ou ex-policiais, as chamadas milícias policiais.

Visando desvelar essa realidade, realizamos uma pesquisa<sup>1</sup> “com o objetivo de analisar a formação e difusão dos Direitos Humanos nas instituições policiais militares”. Seguindo uma abordagem qualitativa, analisamos as formas de inserção dos conteúdos de Direitos Humanos na formação destes profissionais, por meio de pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa elegeu uma capital em cada região do país, sendo elas Belém (Pará - região Norte), Salvador (Bahia - região Nordeste), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro - região Sudeste), Brasília (Distrito Federal - região Centro-Oeste) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul - região Sul).

Um dado relevante foi a busca de material e coleta de informações primárias por meio da pesquisa de campo nas capitais citadas, possibilitando um estudo obtido face a face com os policiais, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas, grupos focais, diálogos informais, todos gravados com a concordância dos informantes e depois transcritos para análise, além de observação participante nos locais em que potencialmente se vivencia a prática policial em toda a sua plenitude administrativa e operacional.

A abordagem qualitativa possibilitou perceber com intensidade, informações mais verídicas e espontâneas sobre a atividade policial nos seus aspectos subjetivos como desconfianças, olhares paralelos, seus medos e esperanças, os quais são revelados no contato face a face.

Nesta pesquisa o público-alvo foi dividido em duas grandes categorias: gestores de segurança pública (secretário e subsecretário de

---

<sup>1</sup> O referido projeto foi financiado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

segurança pública, comandante geral da pm, ouvidor, corregedor, diretor de ensino ou outra função em que o policial, militar ou não, esteja em cargo de gestão atuando no campo da Segurança Pública) e policiais militares (praças<sup>2</sup> e oficiais<sup>3</sup>).

Neste artigo questiona-se: A inserção da temática de Direitos Humanos na formação policial desencadeou um processo de modificação das relações violentas? Para responder essa questão contextualizamos teoricamente sobre violência, polícia, democracia e direitos humanos. Além de apresentarmos um pouco do debate sobre o ingresso no “universo” policial e sobre o processo de trabalho policial.

### ***Notas sobre violência e polícia***

Max Weber (2002, p. 55-56, grifo nosso) subscrevia a afirmação de Trotski: “[...] Todo Estado é baseado na força” e desenvolvia mais sociologicamente, “[...] O Estado contemporâneo é uma comunidade humana que, nos limites de um território determinado, reivindica com sucesso por sua própria conta o *monopólio da violência física legítima*”. Essa força pública é mais comumente denominada polícia.

Constata-se que, no Brasil, há a prevalência de políticas de segurança pública, baseadas no modelo do eficientismo penal, com base no discurso da Lei e da Ordem e na militarização das práticas policiais, onde se destaca o uso da força por meio de ações repressivas diretas, inclusive lançando ações ilegais e práticas de terror contra a população em situação de vulnerabilidade.<sup>4</sup>

O foco do Estado Policial que ainda predomina no espaço brasileiro pauta-se no discurso de penas mais duras, redução da maioria penal,

<sup>2</sup> Soldados, cabos, sargentos e subtenentes.

<sup>3</sup> Tenentes, capitães, majores, tenentes coronéis e coronéis.

<sup>4</sup> Conforme indica Paixão e Beato (1997), o idioma político das sociedades modernas encontrou no ideal de “ordem sob a lei” a resolução do problema representado pelo uso instrumental da violência nas interações sociais [...] O modelo da “ordem sob a lei” encontra na subordinação da polícia ao judiciário e na conformidade compulsória do trabalho policial às regras do *due process* as condições que fazem da atividade policial a garantia da liberdade humana. A vigência efetiva dessas condições distingue o Estado democrático do Estado autoritário, também conhecido como Estado policial em razão dos graus elevados de liberdade das agências de repressão.



polícia mais equipada e armada como alternativas do “combate” à violência e à criminalidade. Constroem-se mais prisões, centros de recuperação, que na verdade além de não ressocializarem, ainda rotulam os condenados, aumentando a revolta, especializando-os no crime e a reinserção a sociedade acaba sendo uma mera ilusão.

Soma-se a esta questão o enfoque seletivo do sistema penal brasileiro, para perceber isto, basta focar um olhar para quem são os apenados na sociedade brasileira. Por exemplo, a maioria dos adolescentes que cumprem medida de privação de sua liberdade, está nesta condição por que roubou um tênis, uma calça jeans, enfim objetos de consumo e de desejo de grande parte dos adolescentes em uma sociedade capitalista.

A ação da polícia ocorre em uma sociedade seletiva, com altos índices de desigualdade social e com um preconceito de classe que segrega e discrimina grande parte da população. E como alerta Zaffaroni (2007) para os reacionários o perigo é todos os da favela, onde ele inclui os policiais, tomarem consciência da armadilha que estão envolvidos e juntos fazerem “revolução”.

O perigo para os reacionários não é a morte nas favelas, nem a morte dos favelados, nem a morte dos policiais, mas o risco de os pobres se juntarem e tomarem consciência da armadilha penal. Essa política dos chamados comunicadores sociais e políticos sem programas, que só querem mais poder policial, no fundo é a neutralização da incorporação das maiorias à democracia. É manter um mundo não civilizado marginalizado do mundo civilizado. O mundo da favela e o mundo da Barra! Na medida em que os da favela se matam (aí estão incluídos os policiais), a Barra não tem perigo de invasão, só algum criminoso isolado, mas nada de reclamação política, nada da consciência dos excluídos, nada que possa pôr em perigo as estruturas de classe, que se tornam estruturas de casta na medida em que a sociedade impede a mobilidade vertical, máxima aspiração dos “popularistas penais” (ZAFFARONI, 2007, p. 131).

Uma pesquisa com policiais militares no ano de 2003 revelou que alguns conseguem perceber uma dimensão da polícia como violadora de Direitos Humanos, mas por outro lado apontou a intensidade do sentimento de estigma e de desrespeito sentido pelos policiais tanto por parte dos membros da instituição quanto da sociedade. Eles dizem se

sentir violentados, tendo seus direitos violados na própria instituição e na sociedade (LIMA; MENDES, 2003).

Algumas falas focalizaram uma das contradições do trabalho policial: “[...] muitas vezes a sociedade não quer que a gente chegue conversando, [...] tem lugar que dizem logo que a gente é ‘frouxo’, que o policial bom é aquele que tem o peito estufado, que é arrogante, pois este impõe respeito para os ‘marginais’”.

Nesse mesmo contexto de coleta de falas um policial diz: “[...] isto é verdade, mas a própria sociedade não sabe qual é a ação do policial, logo, cabe a gente mostrar o que pode ou não fazer”.

Para compreensão do trabalho policial é oportuno lembrar que Dominique Monjardet (2003) aponta na análise empírica do trabalho policial que sua ação é posta em movimento por três fontes: certas tarefas são prescritas de maneira imperativa pela hierarquia superior, outras são respostas mais ou menos obrigatórias às solicitações do público e outras são de iniciativa policial. Enfim, indica que o aparelho policial é indissociavelmente: um instrumento de poder, que lhe dá ordens; um serviço público, suscetível de ser requisitado por todos e uma profissão, que desenvolve seus próprios interesses.

Estudos que desvendem os diversos aspectos do universo contraditório do processo de trabalho do policial militar são escassos e essenciais para a construção de um clima organizacional de primazia do direito, de respeito a si mesmo e ao outro como um ser dotado de possibilidades e limitações, promulgando-se o respeito à vida como valor ético central. E foi este um ponto central considerado na pesquisa sobre formação e difusão dos Direitos Humanos na formação de policiais militares.

### ***Democracia e direitos humanos no Brasil***

No Brasil, assim como em muitos outros países da América Latina, há um enorme *gap* entre o que está escrito na lei e a realidade brutal da aplicação da lei. A Constituição do Brasil (1988) conseguiu incorporar muitos dos direitos individuais que foram violados sistematicamente no período da ditadura militar. Os direitos à vida, à liberdade e à integridade pessoal foram reconhecidos; e a tortura e a discriminação racial são consideradas crimes. No entanto, apesar do reconhecimento formal desses direitos, a violência oficial continua (PINHEIRO, 1997).

Torna-se importante lembrar Bobbio (2004), indicando que a linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, a de emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos que demandam, para si e para os outros, a satisfação de novos carecimentos materiais e morais; mas ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido.

Para Pinheiro (1997), a distância entre a lei e a realidade é a raiz do fracasso das democracias latino-americanas consolidarem um dos grandes marcos de governo democrático: o controle legítimo da violência. É esse fracasso também que explica a persistência da violência endêmica em muitos países da região. Por um lado, a violência usada pelas elites como forma de manter a ordem social – a tortura e a detenção arbitrária continuam a caracterizar o comportamento policial em países como o Brasil. E devido a tais atos oficiais de violência, gozam de uma ampla impunidade, e o comportamento policial arbitrário continua fora do debate. Por outro lado, o crime violento e a delinquência, também aumentaram na América Latina, particularmente nos anos 1980 e 1990.

Outro aspecto relevante é pensar que no Brasil onde há democracia sem cidadania, tradicionalmente as questões sociais foram tratadas como caso de polícia e os excluídos do trabalho, de moradia, de saúde, de educação e de outros direitos constituíram-se as classes perigosas, foco da repressão policial.

Pinheiro (1997) alerta que a percepção das elites de que os pobres são perigosos é reforçada pelo sistema judiciário que acusa e pune apenas os crimes praticados pelos indivíduos das classes mais baixas, enquanto os crimes praticados pelas elites ficam sem punição.

Outro ponto importante é que segundo este autor ficou provado que é mais difícil instituir práticas democráticas nas instituições encarregadas de controlar a violência do que foram as mobilizações contra o regime autoritário.

Cabe lembrar que instituição policial foi legitimada, conjuntamente, com o Estado burguês, para garantir a permanência no poder das elites dominantes. Mas isso feito sob o manto do discurso de manutenção da ordem pública e o bom sossego.

A existência da paz pública era nada mais do que manter sob controle e vigilância, todos aqueles que ameaçassem a ordem social vigente. Isso,

ao longo dos anos da história policial, só foi mudando o prisma, pois a ação repressiva sempre foi a tônica da ação policial combinada com uma filosofia de guerra, onde se buscavam sempre inimigos para serem combatidos, desde os índios e os estrangeiros nos espaços coloniais<sup>5</sup>, depois a ação marcante de repressão política, caçando conjuntamente com o exército os comunistas e os opositores do sistema, para depois centralizar-se nas consideradas classes perigosas<sup>6</sup>, ou seja, nas classes populares, e contemporaneamente abarcando aos imigrantes ilegais e os terroristas.

No Brasil, a transição da formação social escravista para a formação social de relações capitalistas de trabalho redefiniu, sem eliminar, a utilização da coerção física violenta nas relações entre os aparatos repressivos e a população urbana e rural brasileira, gerando o paradoxo brasileiro: democratizaram-se as estruturas políticas, mas a violência, simultaneamente, cresceu e atingiu níveis que despertam o temor na sociedade (TAVARES DOS SANTOS, 1997).

Dessa forma, como nos indica Tavares dos Santos (1997), a nossa sociedade ainda se encontra em um processo de consolidação da ordem democrática e, portanto, com urgência de compreender as estruturas e práticas sociais da organização policial, movimento no qual as lutas sociais contra a violência têm desempenhado uma ação historicamente inovadora que precisa ser incorporada ao saber sociológico sobre a organização policial, desvendando o enigma da arma e da flor, ou seja, de um ofício marcado pela duplicidade entre agente do exercício do monopólio da violência física legítima e, simultaneamente, agente de produção de consenso.

---

<sup>5</sup> Como nos retrata Sodré (1965) nas áreas em que se estabelece a agricultura, o inimigo é o indígena, que é preciso desalojar ou escravizar, para que o colonizador se vale de sua superioridade em meios materiais, armas em particular, e do divisionamento estabelecido nas tribos; ou o pirata, que investe do exterior, e para deter suas investidas organiza-se o recrutamento baseado na ordem privada, na contribuição obrigatória da população que se organiza em ordenanças, ao comando dos próprios senhores de terras e de escravo. Com a mineração, o inimigo principal passa a ser outro: passa a ser o próprio povo, que sofre da tributação extorsiva, enquanto permanece a ameaça da investida externa no litoral e aparece uma zona de conflito permanente no sul pastoril.

<sup>6</sup> Segundo o livro de Louis Chevalier eram denominadas de *classes dangereuses*, as classes operárias na França do século passado (PINHEIRO. 1997).

Nesse contexto de questionamento da ação policial, outro ponto passível de destaque é a militarização<sup>7</sup> do sistema de segurança pública, e como nos situa Cerqueira (apud ZAVERUCHA, 2005), entenda-se por militarização o processo de adoção de modelos militares, conceitos, doutrinas e procedimentos e pessoal em atividades de natureza civil, dentre elas a segurança pública.

É crescente no cenário mundial a militarização da segurança e da criminalização dos movimentos sociais. No Brasil, o marco da militarização da Segurança Pública ocorreu no período ditatorial por meio do Decreto-Lei N<sup>o</sup> 667, de 2 de julho de 1969, do presidente da República, dando competência exclusiva para as polícias militares de “executar o policiamento ostensivo, fardado planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos”. Esse decreto continua em vigor, mesmo nos atuais tempos democráticos no Brasil e ainda as polícias militares são constitucionalmente forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro.

No Brasil há uma indefinição quanto ao caráter civil ou militar da atribuição policial, que está presente no próprio texto constitucional, quando coloca as polícias militares como forças auxiliares das Forças Armadas, característica típica de regimes autoritários.

No Brasil, a atividade de policiamento ostensivo, realizada nas vias públicas, que visa a segurança das pessoas e a preservação da ordem pública, continuam a ser realizadas exclusivamente pelas PM. A Emenda Constitucional N<sup>o</sup> 18, de 5 de fevereiro de 1998, retirou do texto constitucional a expressão “policial militar” e substituí-la por militar estadual. Zaverucha (2005) lembra que há uma incompatibilidade entre militarização da segurança pública e aprofundamento da democracia, pois são os regimes autoritários que tratam de militarizar conflitos de natureza social, ou seja, transformam questões de segurança pública em assuntos de segurança nacional.

Como já nos dizia Bobbio (2004, p. 21), “[...] direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento

---

<sup>7</sup> Entenda-se por militarização o processo de adoção de modelos militares, conceitos, doutrinas e procedimentos e pessoal em atividades de natureza civil, dentre elas a segurança pública. (CERQUEIRA apud ZAVERUCHA, 2005).

histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos”.

Neste âmbito cabe pensar o policial como um ser de relações e, dentro desse foco, analisar também como funciona a cadeia de foucaultianos micropoderes neste universo, explicitar as consequências do processo de mortificação do eu, principalmente Goffman (1992), ao retratar que este “eu” começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta por progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que tem a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele.

O ingresso na instituição militar terá que perder a sua identidade civil, sendo colocado, imediatamente, pela corporação qual é a norma da casa. Trata-se de uma ruptura com a vida civil, por isso, a instituição tenta retirar fora do indivíduo aqueles hábitos e costumes trazidos do meio familiar.

Percebe-se que a disciplina militar descaracteriza o ser como pessoa, possibilitando a emergência de dois significados extremos para o existir do policial militar, pois ele provoca um sentimento de superioridade humana, o policial como um ser que está acima dos homens para defendê-los e este “poder” ambigualmente faz com ele concentre-se em si próprio, conheça a capacidade física do seu corpo e queira ultrapassá-la, cultue uma adoração de seu eu individualista e egocêntrica. Voltamos a Foucault (1996, p. 127): “[...] A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”.

A atuação do poder disciplinar<sup>8</sup> sempre esteve presente na instituição policial, sendo, desde a sua origem, aplicados os castigos por infrações internas, agressões a outros policiais. É oportuno salientar que, quando se tratava de violências cometidas no serviço contra a população, a situação era diferente, pois constatamos que as afirmações da necessidade de tratar

<sup>8</sup> Poder Disciplinar ou disciplina que “[...] é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder, são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1996, p. XVIII). A disciplina possibilitará a emergência de corpos dóceis, que podem ser submetidos, que podem ser utilizados, que podem ser transformados e aperfeiçoados, são corpos submissos e exercitados.

bem ao público e de não empregar violência desnecessária ficaram todo o tempo ao nível das declarações de comando, mas de poucos efeitos concretos. Quando confrontados com queixas da população, relativas a abusos promovidos pelos policiais, a preferência dos comandantes era pela proteção de seu pessoal, fazendo investigações que terminavam não comprovando nada (HOLLOWAY, 1993 apud BRETAS, 1998).

Situação muito semelhante foi constatada por Lima (2009) que a maioria dos crimes cometidos pelos policiais ficam impunes, em contrapartida é enorme o número de sindicâncias e procedimento administrativos disciplinares no interior da instituição policial para apurar atrasos, faltas em serviço, ausência do posto de serviço na hora da ronda do superior, entre outras questões administrativas internas que são exemplarmente punidas, para garantir a moral e o decoro policial.

### ***Caminhos e descaminhos dos direitos humanos revelados pela pesquisa***

Partindo dos pressupostos teóricos apontados neste artigo, a pesquisa sobre a formação e difusão dos Direitos Humanos abrangeu as regiões brasileiras por meio de visitas institucionais em 05 capitais e guardadas as proporções de desenvolvimento urbano e índices de dimensões culturais, sociais e econômicas que podem funcionar com um grande distanciamento de situações, pode-se dizer que as cidades visitadas apresentam níveis coincidentes quando se fala de investimentos e projetos na área da Segurança Pública e da aplicabilidade e iniciativas em Direitos Humanos, movidos principalmente na perspectiva de formarem um número significativo de policiais para a Copa de 2014.

As iniciativas e projetos que contemplam a formação em Direitos Humanos nas policias militares nas cidades visitadas estão presentes tanto nos discursos dos gestores como também nas grades curriculares, ainda que com menor incidência, sendo identificada uma reduzida carga horária para formação em Direitos Humanos: Nas palavras de um gestor, quando comenta sobre a preocupação da instituição:

Toda instituição militar parece buscar esse equilíbrio na formação, entre formar um profissional que tenha conhecimento técnico que passe por um processo de sensibilização, porque ele vai ser um prestador de serviços, mas ao mesmo tempo ele tem que poder com o fuzil,

ele [instituição] tem que ter alguém que sustente toda a adversidade que vai passar. (Grupo Focal com oficiais à frente do Programa de capacitação e educação em Direitos Humanos no Rio de Janeiro, informação verbal).

Se há, por parte da gestão da polícia, encontramos iniciativas no campo dos Direitos Humanos cujo alvo é o cidadão, os policiais, tanto os praças como os oficiais dos locais visitados, são enfáticos em afirmar que a relação dos Direitos Humanos para com eles está longe de se concretizar, por perdurar, até hoje, a ideia de que “Direitos Humanos é para bandidos”. Esse discurso, embora guarde semelhanças com o senso comum e faça parte da cultura popular, ainda é muito recorrente, mesmo em cidades com grande desenvolvimento econômico e cultural.

Ainda que frustre alguns estudiosos da segurança pública, a pesquisa demonstrou que, por mais que haja um trabalho efetivo de desmistificação dos Direitos Humanos, por muito tempo associado à “proteção de bandidos”, essa ideia ainda é recorrente, em todos os níveis hierárquicos, da menor à maior patente.

Quando você vai palestrar, discursar ou dar aula sobre Direitos Humanos a resistência do policial é muito grande, seja praça ou oficial, “eu tenho que respeitar os direitos deles, mas ninguém respeita os meus!” Mas, essa resistência é das duas partes, você vê que um policial do Rio de Janeiro morre e você não vê ninguém dos Direitos Humanos levantando bandeira; em uma ação na comunidade ou na rua mesmo morre alguém, os Direitos Humanos vêm forte em cima da Polícia Militar, mas ao contrário você não vê! (Oficial, no Grupo Focal no Rio de Janeiro, informação verbal).

Um aspecto de interesse a mencionar é a questão da hierarquia, que é muito presente e um dos pilares da Polícia Militar. Quando perguntados se a estrutura hierárquica da polícia agia como fator de entrave nas relações e dificultava o entendimento sobre Direitos Humanos, em todas as cidades, os praças afirmaram que, embora acreditem que a hierarquia, por si só, ajuda na ação policial, essa mesma hierarquia afeta as relações cotidianas por conta da arrogância e indiferença pelas patentes menores.

Aliás, alguns chegaram a afirmar a forma de comandar é um atributo individual de cada comandante, sendo a tropa a “a cara do comandante”,



e esse comando exercido de forma autoritária como mencionado por um policial:

Quando nós, sargentos ou soldados, queriam explicar alguma insatisfação, eles [referindo-se aos oficiais] eram bem taxativos: Soldados não são pagos para pensar e sim executar! [...] ainda persiste até hoje, é bem presente no nosso meio. E ainda digo mais, é um abismo e não de conhecimento, e sim de comparação entre oficiais para praças é um abismo! (Soldado, 22 anos de polícia, grupo focal realizado em Salvador, informação verbal).

Esses indicadores de insatisfação revelam sentimentos ambivalentes pelos quais é possível detectar problemas nas relações internas estabelecidas e significam medidas importantes para averiguar o grau da aplicabilidade da formação em Direitos Humanos dentro da própria corporação.

Outro fator perceptível em todos os locais de pesquisa foi a constatação de que todas as grades e malhas curriculares apresentam conteúdos significativos e concretos relativos à disciplina Direitos Humanos, seus correlatos e a transversalidade com outros conteúdos. Porém, ressalta-se que, por mais que haja essa preocupação, ainda é pouco visível a aplicabilidade no cotidiano da atividade policial e o clamor dos policiais por um debate dos Direitos Humanos nas relações internas.

Destaca-se que as cidades como Rio e Salvador, por serem polos turísticos fortes no cenário brasileiro, apresentaram diferenças de procedimento em relação a outras cidades, como por exemplo, maior preocupação com o preparo da PM em lidar com grandes quantitativos de pessoas em eventos, grandes e pequenos que exigem práticas operacionais a fim de não denegrir a imagem da PM e da própria cidade.

No caso de Brasília, mesmo não sendo uma zona turística, mas sendo a capital da República Federativa do Brasil, torna-se espaço de grande atenção midiática e sede de constantes atos de protesto e manifestações reivindicatórias.

No Rio de Janeiro a instalação das zonas pacificadas figurava como um grande investimento no campo de Direitos Humanos, pois pensavam que seriam ressignificadas identidades e que sendo “expulsos” os comandos do tráfico nessas áreas as pessoas passariam a ter outra qualidade de vida.

Na época da pesquisa de campo vimos policiais motivados, falando de maneira empolgante sobre essa nova realidade, sentindo-se importantes porque seriam valorizados pela comunidade, o grau de desconfiança, de ambos os lados, sendo substituído por relações cordiais, porém identificamos que os policiais que estavam à frente das zonas pacificadas tinham o conhecimento do que era policiamento comunitário, mas de uma forma precária e ainda perdurava a indicação e preferência do comandante em destacar para as zonas pacificadas minimamente policiais que tenham certo grau de sensibilidade e comprometimento profissional. A escolha ainda era feita de maneira doméstica, embora as ações sejam planejadas. De certo modo, a polícia é canalizadora de todas as situações do cotidiano e invariavelmente ele acaba se envolvendo com a comunidade. Isso é expresso de forma bem clara por um oficial feminino que viveu as primeiras experiências da UPP no Rio de Janeiro:

O tráfico, que movia tudo na comunidade desde cuidar de problemas pessoais, como por exemplo, briga entre casais, como doenças de membros da comunidade antes da UPP, ele era referência. Portanto, a polícia tem que se tornar referência dessa comunidade auxiliando-os da melhor forma possível, para que assim eles possam absorver essa nova forma do cotidiano deles, e acima de tudo conhecer esse espaço, seja de dia ou pela noite, porque às vezes pela manhã é calmo e à noite é diferente, assim como modificar certos lugares que antes eram usados pelo tráfico hoje se deve usar para o bem da comunidade (Oficial feminino informação verbal).

As zonas pacificadas ou conhecidas Unidades de Polícia Pacificadora também não trouxeram os resultados esperados, pois a realidade atual é bem diferente do que foi na época da pesquisa. A falta de investimentos sociais e de oportunidades de geração de emprego e renda para os moradores, além de outros fatores, resultou em uma militarização do espaço, com continuidade do cerceamento do direito de ir e vir, além de diversos casos de mortes nestes espaços “pacificados”, tanto de moradores como dos próprios policiais.

Voltando à pesquisa, identificamos na época que o projeto “Rio contra a Homofobia” (Rio de Janeiro) e os projetos da Secretaria de Direitos Humanos da PM de Porto Alegre representaram avanços no

campo dos Direitos Humanos quanto à questão de respeito às diversidades culturais e sexuais.

No contexto geral da pesquisa nos deparamos com uma estrutura por vezes sucateada, corpo funcional desanimado, falta de valorização da atividade militar, estigma negativo de sua imagem perante si mesmo e perante a sociedade, e a gritante contradição de se encontrar desacreditada por uma sociedade a qual deveria preservar e proteger, mas que se sente absolutamente desprotegida por uma polícia que precisa ser mais qualificada para o enfrentamento da violência, da criminalidade e para a proteção do cidadão, na mais simples situação às mais complexas investidas. Pois é o cidadão a quem deverá proteger e nesta relação os saldos não são animadores, carecendo de uma maior preparação no campo dos Direitos Humanos para que os policiais se sintam mais confiantes em suas ações e estabeleçam relações que favoreçam interações significativas com a sociedade.

É inegável que a sociedade estigmatiza o policial como “repressor”, o que culmina na não associação da imagem daquela pessoa que está ali fardada servindo ao Estado é a de um cidadão com direitos também (como qualquer outro membro da sociedade). Assim, o policial acaba se apropriando dessa “verdade”, passando a não mais se perceber como cidadão.

Apesar dos avanços na formação policial, quando analisamos a penetração deste conteúdo nas suas ações profissionais, constatamos que as instituições militares em alguma medida reforçam a ideia de policial não cidadão, negando instalações higiênicas ou para repouso adequadas, salários baixos, e ainda quando em nome da hierarquia e da disciplina praticam humilhação e tortura, e daí por diante.

E ao se falar em hierarquia, tema agudizado na pesquisa, há que se destacar sua função dúbia: a facilitadora e necessária à organização, e a repressora, que prejudica as relações entre subalternos e comandante e entre polícia e população, uma vez que quem a confunde com autoritarismo tende a julgar-se superior, acima do bem do mal. Esta postura não raramente ultrapassa os muros dos batalhões: em uma palavra, a hierarquia exercida arbitrariamente torna-se ácida a qualquer estrutura.

Outro tema que não perpassa diretamente pela formação, mas que foi identificado como de grande importância foi a mídia, por promover

um discurso de ódio e vingança, em especial aos que são acusados de cometerem crimes de homicídio, latrocínio e roubos. A mídia também exerce um papel de controle externo sem o qual talvez os abusos dos maus policiais e as atrocidades cometidas fossem bem piores e mais frequentes. A respeito de tal assunto, destacam-se as ouvidorias das secretarias de segurança pública e das polícias militares, cuja importância é extrema para apuração dos excessos das corporações, recebendo denúncias tanto da população quando dos próprios policiais militares.

### **Considerações finais**

Nesta introdução no mundo dos militares estaduais de Belém, Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, respeitadas suas especificidades elencadas, viu-se a necessidade de maior carga horária dedicada aos Direitos Humanos e a disciplinas que o têm como pilar, como Ética, Cidadania, Relações Humanas e outras. Outra observação se deu no repasse da disciplina: a maneira de olhar os Direitos Humanos, de acordo com o que foi ouvido, é, provavelmente, reflexo de uma formação em que a ideia de Direitos Humanos começa e termina nas páginas da Constituição e nos conteúdos históricos, não transcendendo a outros fatores mais importantes e fundamentais, como imprimir um caráter ético, democrático, humano e socialmente trabalhado, a fim de que Direitos Humanos estejam vinculados ao pensamento de se importar com o outro, sentir-se responsável pelo outro e que valorize o ponto de vista sob o qual a sociedade é desenvolvida e sustentada como comunidade humana.

Nos discursos analisados dos policiais, em especial dos praças, foi possível concluir que alguns têm noção bem definida do que sejam Direitos Humanos e falam muito no respeito ao cidadão, principalmente os que estão acabando os cursos de soldados. No entanto, nas entrevistas realizadas, é possível perceber que a maioria, e principalmente os que já têm uma vivência maior nas ruas, e até mesmo os que já se formaram há mais de 20 anos, apresentam uma concepção semelhante ao senso comum, concebendo o termo Direitos Humanos como sinônimo de instituições de defesa dos Direitos Humanos.

Os policiais pesquisados revelaram que se sentem indefesos em relação aos ditos Direitos Humanos, pois quando são perguntados o

que isso significa para eles, comentam que é hipocrisia falar do assunto na polícia, pois eles próprios não são valorizados dentro da instituição e a sociedade também não os valoriza, reclamaram de baixos salários, condições de trabalhos precárias etc., deixando transparecer certo ressentimento do policial militar com o Estado, com a sociedade e/ou a mídia. O direcionamento deste ressentimento varia de capital para capital, existem aquelas nas quais o ressentimento é mais direcionado ao Estado, entendido como aquele que não protege, não concebe a polícia como parte intrínseca dele, aquele que exclui o policial militar; bem como há capitais em que o ressentimento é mais comumente relegado à sociedade e à mídia, que não reconhecem a importância do policial. Este ressentimento se dá no sentido da não observância aos “Direitos Humanos do Policial”.

Em todas as cidades, tanto gestores como oficiais pareciam esquecer a máxima dos Direitos Humanos ao manifestar certa descrença por uma postura pautada no respeito à pessoa, seja qual for. Muitas vezes percebeu-se um grande distanciamento entre a teoria e a prática, ou seja, os cursos de formação, em todos os níveis, não estão enfatizando os conteúdos de Direitos Humanos de maneira que seja incorporado no processo educativo da prática policial. E pior ainda, muitos estão repassando de maneira equivocada e distorcida.

Por fim, pode-se constatar que o policial militar é um agente a serviço do Estado, e como tal deveria ser respeitado pela população e pelo ente a quem presta serviço. A discussão em torno da negação ou cerceamento dos Direitos Humanos do policial é antiga e real. É preciso que o policial se faça ouvir sim, e que não seja mais um alienado subordinado ao sistema, mas talvez seja a hora de lateralizar o dilema (Direitos do cidadão *versus* Direitos do Policial) e partir para uma visão ampla e generalizada de Direitos Humanos. Um modo de dar início a isso é saber que “Direitos Humanos” não são sinônimos somente de entidades de defesa, não são direitos de bandido, não foram escritos na época errada, tampouco devem ser deixados de lado ou desrespeitados como forma de protesto à inobservância de outros direitos (ou direitos de outros grupos). Conforme a Convenção de Viena (1993), “Direitos humanos são universais, interdependentes e inter-relacionados”. Eles foram historicamente edificados mediante lutas e conquistas da sociedade em prol

das necessidades que a cercavam em cada etapa do processo democrático em que vivemos em nosso país.

A formação em Direitos Humanos ainda carece de maiores investimentos, ainda que tenhamos registrado algumas iniciativas neste campo, como exemplo os projetos que partem da premissa de maior aproximação com a comunidade, da preocupação do ensino nas PM ser direcionados à formação integral do policial e a perspectiva, por parte principalmente dos gestores, de proporcionar um grau de formação capaz de “derrubar” antigos paradigmas sobre os Direitos Humanos.

Obviamente que aumentar a maior carga horária dedicada à disciplina de Direitos Humanos é urgente, assim como torná-la transversal em toda a formação policial militar. Contudo, o respeito e a promoção dos Direitos Humanos devem estar vinculados à construção de uma sociedade democrática, que prime pelo respeito à dignidade humana, que promova justiça social.

Constatamos que ainda persistem estruturas militares muito violentas do ponto de vista de um Estado democrático, além da perversa seletividade penal já citada neste artigo, que diariamente as ações policiais servirem para legitimar as diferenças de gênero, raça e principalmente de classe social.

Por fim respondendo às primeiras indagações do artigo: A inserção da temática de Direitos Humanos na formação policial desencadeou um processo de modificação das relações violentas? Com pesar e em que pese todas as situações de violência que envolvem o aparato policial no atual cenário brasileiro a resposta é negativa. Ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as polícias brasileiras exalem nas suas ações Direitos Humanos, deixando de ser o grito que oprime e que visa causar medo (Figura 1), assim como que não seja aquela que além de não socorrer (Figura 2) é responsável por machucar e tantas vezes matar jovens no Brasil<sup>9</sup>.

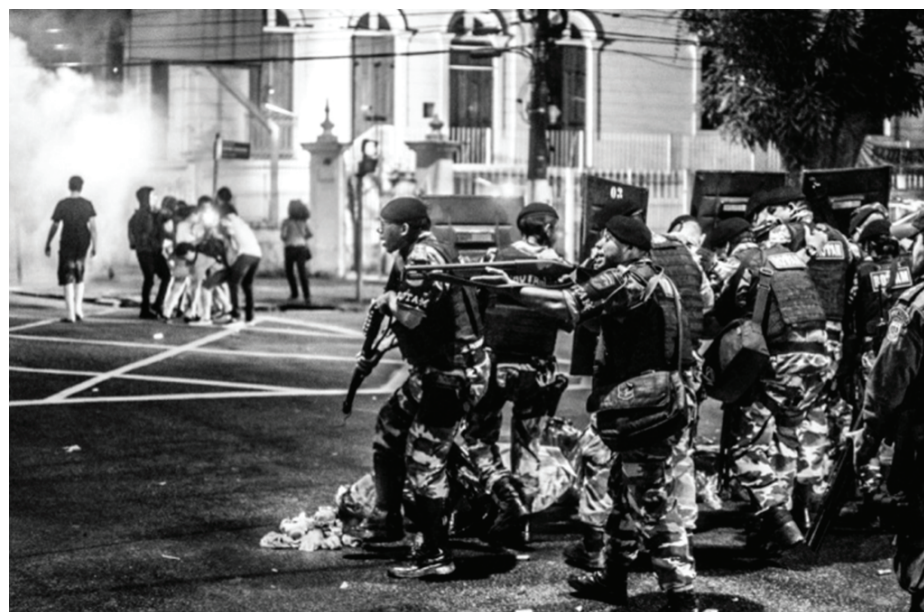
---

<sup>9</sup> Fotografias de Gilberto Guimarães Filho. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1112316248855475&set=a.1112315992188834.1073741856.100002313307752&type=3&theater>. Acesso em: 06 set. 2016.

**Figura 1:** Policial Militar do Pará e jovem (02.09.2016)



**Figura 2:** Tropa da ROTAM-PMPA e jovens socorrendo jovem ferida pela PM (02.09.2016)



## Referências

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 3. reimp. Rio de Janeiro: Elviesier, 2004.

BRASIL. *Emenda constitucional n. 18*. Disponível em <<http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao/nsf/>>. Acesso em: 15 set. 2005.

BRETAS, Marcos. A Polícia Carioca no Império. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 22, v. 12, p. 219-234, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11. reimpr. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1996.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1992.

JEAN-MARC ERBÈS. *O que faz a polícia: sociologia da força pública*. Posfácio. In: MONJARDET, Dominique. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 140. (Série Polícia e Sociedade, n. 10)

LIMA e MENDES, Ivone da Silva. *Reflexões sobre as relações sociais na Polícia Militar do Pará*. 2003. 83f. Monografia. (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública) – UCAM, Rio de Janeiro, 2003

LIMA, Cristiane S. L. *Direitos Humanos e dilemas da democracia no Brasil: um estudo sociológico do trabalho policial (1985-2009)*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. (Com Estágio de Doutorado no Centro de Estudos Sociais, Portugal)

MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia: sociologia da força pública*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EDUSP, 2003. (Série Polícia e Sociedade, n. 10)

PAIXÃO, Antônio Luiz; BEATO FILHO, Claudio Chaves. Crimes, vítimas e policiais. *Tempo Social. Rev. Sociol.* São Paulo: USP, 233-248, maio de 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social. Rev. Sociol.* São Paulo: USP, n. 9, p. 43-52, 1997.



SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da independência*. Editora Civilização Brasileira, 1965.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social. Rev. Sociol.*, São Paulo: USP, n. 9, p. 155-167, 1997.

WEBER, Max. *Ensaaios de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2002.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. *O inimigo no direito penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

**Abuso de Autoridade**, 47,49  
**Abuso de Poder**, 50,331  
**Acidente**, 64-65, 67, 145, 154, 157, 211, 219, 237, 342, 344  
**Ações Criminosas**, 155, 164, 302  
**Acusado**, 131, 137, 243, 272, 401  
**Agente**, 20, 45, 47, 53-55, 60, 81-82, 103, 133, 156, 186-188, 192, 198, 210, 320, 329-330, 340, 357, 359  
**Agentes Químicos**, 360-361, 363, 380, 393, 402  
**Agressão**, 101, 236, 253-254, 259, 341-342, 373, 375, 384  
**Análise Criminal**, 37, 35, 99, 105, 165, 371-372, 377  
**Análise de Correspondência**, 168, 178, 179, 180  
**Análise Descritiva**, 27, 36, 41, 45, 51, 105, 246, 267, 268, 270, 318, 371, 372, 378  
**Arma**  
Arma de Fogo, 40, 42, 111-112, 233-242, 244-245, 247-250, 295, 306-308, 312-314, 323-324, 378, 381, 384  
Armas Químicas, 361-365, 368  
**Assassinato**, 235, 240, 101  
**Autoridade Policial**, 134, 137, 289, 290

## B

**Bandido**, 74, 131, 239, 255, 397, 402  
**Boletim de Ocorrência**, 35, 36, 105, 262, 270, 302, 309  
**Briga**, 310, 348, 380, 399

## C

**Cabo Verde**, 45, 47, 50-60, 183, 185, 191, 273, 275-291  
**Cadeia**, 51, 129, 135, 137, 140, 273, 275, 341, 395  
**Cárcere**, 9, 11, 13-17, 25, 75, 135, 338, 344, 354  
**Chacina**, 65, 235  
**Cidade da Praia**, 183-188, 190-194, 196-198, 289  
**Cocaína**, 344, 347, 350, 352-354  
**Código Penal**, 30, 66, 102, 166, 240-241, 244, 268, 327, 373  
Conflitos Sociais, 318,326  
**Controle Social**, 13-14, 16, 31, 46, 85, 191, 204, 268, 328  
**Crack**, 346-347, 352-353  
**Crime**, 16, 18, 19-21, 23-24, 27-32, 35-42, 47, 63-66, 73-75, 82-83, 86, 100, 102, 106, 110, 112-113, 115-116, 119, 125-126, 128-132, 135-137, 164-167, 171, 180, 183, 185, 190, 194, 197, 202, 210, 212-214, 218, 227-228, 233-236, 239-242, 244-245, 249-250, 255, 261, 267-268, 281, 290-291, 295-314, 317-318, 320, 328-329, 332, 336, 343, 347-348, 352-354, 358, 373, 375, 377, 380, 383-384, 390-392, 396, 401  
**Criminalidade**, 11, 13, 15, 17, 22, 27-36, 40, 42, 46-47, 50, 56, 82, 84, 91-92, 96-97, 100-102, 115, 128, 164-165, 174, 173, 183-185, 189, 191, 193-194, 196, 198, 203, 205-206, 210-214, 216, 218, 221, 227-

229, 233, 235, 237-238, 240, 269,  
296-299, 301, 307, 313

## D

**Delinquência**, 10-11, 13, 24, 183,  
198, 236, 297, 392

**Delito**, 21, 24, 30, 36, 60, 100, 130,  
163, 166, 171, 173-174, 176, 180,  
190, 204, 214, 221-223, 227-228,  
243, 245, 250, 266, 268-272, 295-  
296, 299, 302, 312, 314, 381

**Denúncia**, 133, 256, 259, 310,  
387-388, 401

**Desigualdade**, 28, 31-32, 191, 235,  
297, 300, 313, 318, 356, 358, 375

**Direitos Humanos**, 81, 87, 92, 96-  
97, 119, 138, 234, 243-244, 255,  
301, 307, 319-322, 331-333, 373,  
387-391, 396-403

**Direito Penal**, 11,21,82,203

## E

**Entorpecentes**, 18, 76, 136, 165,  
341

**Espaço Urbano**, 30-31, 33, 184,  
187-188, 192, 329, 339

**Espaços Públicos**, 102, 212-213,  
304, 308, 311, 313-314

**Evidência**, 77, 136, 144, 222

## F

**Força**, 14, 23, 45, 47, 50, 53-54, 83,  
87, 91, 100, 101, 123, 168, 189, 202,  
209, 211, 213, 267, 297, 308, 318-  
322, 326, 331-333, 340, 344, 357,  
360, 389, 392, 394, 395

**Forças Armadas**, 87, 344, 394

**Forças Policiais**, 45, 47, 50, 54,  
83, 91

**Furto**, 18, 30, 36-38, 75-76, 132,  
163-168, 174-176, 178, 180, 190,  
197, 214, 219, 223, 268, 299, 310,  
341-342, 347-348, 354

## G

**Guerra**, 21, 65, 71, 129, 236, 274,  
281, 310, 359-368, 393

## H

**Homicídio**, 9-10, 103, 118, 227,  
240, 288, 310, 325-326, 353-354,  
358, 362

## I

**Índice**, 17, 27-31, 35, 85, 126, 132,  
147, 184, 191, 196-197, 211, 216-  
217, 221-223, 235, 237, 240, 242,  
246, 249, 250, 298-299, 301, 304,  
317, 322, 326, 339, 376, 390, 396

**Infrator**, 45, 50-60, 119, 130, 136,  
138, 166, 171, 298, 299, 305, 306, 331

**Insegurança**, 12, 54, 64, 104, 107,  
122, 128, 133, 137, 140-141, 143-  
144, 152, 156, 179, 186, 196, 276-  
277, 303, 330, 344, 346, 353, 356,  
363, 366, 374

**Investigação**, 11, 19, 87, 100,  
125,132-133, 145, 166, 242, 245,  
249, 267, 314, 320, 359-362

## J

**Justiça**, 14, 17, 23, 27-29, 49, 70, 78,  
139-140, 151, 158, 167, 190, 224,  
245, 283, 291, 293, 333, 341, 361

## L

**Latrocínios**, 30, 74-75, 102, 126,  
224, 401

**Laudo**, 63-64, 234, 243-244  
**Lesão Corporal**, 30, 37, 219, 342

## M

**Maria da Penha**, 96, 255, 373  
**Medo**, 20, 29, 82, 198, 296, 321, 327, 329, 356, 388, 403  
**Militares**, 49, 75, 90, 96, 125, 132, 133, 135, 138, 148, 149, 150, 330, 345, 388, 389, 390, 391, 394, 396, 400, 401, 403  
**Ministério Público**, 48, 101, 126, 130, 131, 137, 138, 139, 262, 320, 321, 322, 325, 340, 342, 344  
**Morte**, 37, 63- 67, 74, 77-78, 100, 157, 209, 217, 224, 236-237, 322-323, 325, 327, 331, 360, 374, 380-381, 390, 399

## N

**Número de Caso**, 110, 114, 317, 323, 380  
**Número de Homicídio**, 125, 126, 196, 212, 221, 374  
**Número de Policiais**, 127-128, 307, 352

## O

**Organização Mundial da Saúde**, 100, 144, 254, 366  
**Organização Policial**, 46, 48, 393  
**Ouvidorias**, 50, 401  
**Óbito**, 64, 132

## P

**Perícia**, 63-64, 76-78, 125, 207, 233-234, 236, 342, 242-250  
**Poder Público**, 155, 207, 209, 217, 235, 308, 332, 339, 344

**Poder Judiciário**, 48, 87, 101, 126, 130-131, 138, 213

## Polícia

**Polícia Civil**, 87, 88, 89, 95, 105, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 152, 158, 167, 213, 219, 224, 243, 302, 311, 314, 325, 330, 340, 341, 342, 344, 348  
**Polícia Militar**, 85, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 105, 107, 125, 127, 131, 133, 134, 135, 137, 139, 152, 158, 213, 313, 314, 323, 325, 330, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 348, 397  
**Polícia Nacional**, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 195, 196, 197, 275, 276  
**Polícia Rodoviária Federal**, 87, 130, 325, 340, 342, 344

**Políticas Públicas**, 33, 81-83, 86-87, 97, 145, 155, 201-208, 210-214, 218-219, 221-224, 228-229, 237, 269, 273, 292, 296, 313-314, 318, 326, 329, 331, 333, 358.

**Prisão**, 9-10, 14-17, 73, 125, 130, 134-139, 189, 244, 304

**Probabilidade**, 52, 100, 169-170, 178-179, 306

## Q

**Queixa**, 50, 52-53, 128, 135, 287, 310, 344-345, 396

## R

**Redes Sociais**, 273, 291

**Risco**, 15, 23, 57, 143, 145, 148, 155-156, 159, 194, 204, 208, 213, 240, 284, 299, 319, 353, 367, 390

**Roubo**, 18, 28, 30, 36- 40, 75, 76, 100, 102, 106-115, 132, 164-167,

170, 171, 177, 180, 190, 197, 214, 215, 219, 220, 222, 223, 226, 227, 240, 241, 268, 269, 270, 271, 296, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 339, 341, 342, 347, 348

## S

**Segurança Cidadã**, 201, 203, 228  
**Segurança Pública**, 15, 19, 21, 24, 32, 35, 47, 83-93, 95, 96, 97, 100, 101, 104, 105, 116, 125, 128, 128, 132, 136, 139, 140, 146, 147, 149, 151, 152, 158, 159, 164, 165, 167, 168, 171, 173, 191, 195, 202-210, 213, 219, 220, 223-229, 234, 235, 237, 242, 243, 269, 270, 297, 300, 302, 303, 307, 308, 310, 318, 320, 321, 322, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 336, 341, 343, 344, 345, 348, 352, 357, 372, 377, 380, 383, 388, 389, 394, 396, 401

## Sistema

Sistema Carcerário, 17, 125, 131, 133, 136, 137, 138, 139, 140  
Sistema Penitenciário, 119, 130  
Sistema Punitivo, 11, 13, 22, 23  
Sistemas de Segurança, 87, 202, 242, 394

**Sociologia**, 68, 86, 101, 375

## T

**Taxa de Homicídio**, 211, 216-217, 221, 234, 237, 328, 377-379  
**Terrorista**, 67, 259, 392  
**Tráfico**, 76, 136, 205, 212, 341, 347-348, 351, 353-354, 356-357, 398.  
**Tráfico de Drogas**, 46, 75, 206, 212, 235, 291, 297, 304, 337, 339, 343,

## U

**Urbanização**, 28, 30, 33, 164, 186, 191, 212, 300, 328, 376

## V

**Violência**, 21-22, 29-30, 32, 34-35, 56-57, 75, 82-85, 90-91, 96, 99-102, 116, 119, 126, 129, 136, 139, 157, 163-166, 183-185, 189-191, 194, 196, 198, 201-207, 209-214, 216-219, 221-222, 224, 227-229, 233-238, 241, 253-269, 296-298, 300-301, 304-305, 307-310, 312-314, 318, 321-322, 326-327, 331-333, 336-337, 339, 358, 371-375, 381-382, 384, 389, 391-393, 395-396, 400, 403

**Violência Urbana**, 24, 27, 29, 82, 83, 84, 211, 227, 269, 272, 298, 336

**Violência Policial**, 45, 47, 49,

319-321, 327, 387

**Vítima**, 20-21, 36, 40, 42, 63-64, 67, 131, 133, 145, 158, 171, 173, 240-241, 245, 253-254, 257-262, 267-272, 288, 290, 296, 298, 299-300, 303-306, 308-313, 336, 360, 367, 371-373, 378-383

**Violência Doméstica**, 8, 11-12, 14, 16, 17, 18, 19, 23, 27, 29, 30, 264

**Vítimas de Violência**, 8, 13, 23, 27, 102, 151, 156

**Vitimização**, 33, 49, 115-117, 181, 250, 313, 347

A experiência e a composição multidisciplinar dos autores no campo da Segurança Pública merecem destaque, pois propicia a compreensão mais profunda de questões relacionadas à Gestão, Violência de Gênero, Violência Urbana, Crimes Tecnológicos, Homicídios, Sistema Prisional, Saúde, Educação, Tráfico de Pessoas e Crimes de Trânsito. Os resultados das pesquisas demonstram ser extremamente necessária a adoção imediata de políticas que visem ao enfrentamento da violência, com o intuito de evitar que esta tome proporções alarmantes. Finalmente, esta obra é destinada aos agentes de segurança pública e privada, a alunos de graduação e pós-graduação em segurança pública e a todos aqueles que se preocupam em encontrar soluções para os problemas da Segurança Pública.

Os Autores

## Autores

---

Adriano Roberto de Souza Ferreira  
Adrilayne dos Reis Araújo  
Alex Agra Ramos  
Alexandra Bernardes Galdez de Andrade  
Álvaro Pereira  
Amauri Gonçalves Rezende  
Anderson Luiz Oliveira Lima  
Anderson Souza da Silva  
André Pedro Neto  
Andrey Ferreira da Silva  
Augusto Andrade Mendes Teixeira  
Auricélia Costa de Aguiar Silva  
Carlos Stilianidi Garcia  
Catarina Gregório Gaspar  
Clay Anderson Nunes Chagas  
Cristiane do Socorro Loureiro Lima  
Cristiane Nazaré Pamplona de Souza  
Edilson Brito Costa  
Edson Marcos Leal Soares Ramos  
Elson Luiz Brito da Silva  
Gilson Bento Correia  
Henrique Geaquinto Herkenhoff  
Hermínio Manuel Moniz da Veiga  
Ilca Patrícia Caldas Cardoso  
Ivone Freire Costa  
José Gracildo de Carvalho Júnior  
José Luiz de Carvalho Lisboa

Juana Maggie Torriente Valle  
Leidiane Souza de Almeida  
Lorena Maria Amoras Corrêa  
Luana Andressa Freitas Ribeiro Peres  
Lucidéia Santos Cavalcante  
Marcelo Quintino Galvão Baptista  
Marcus Alan de Melo Gomes  
Maria Betânia Moraes Lisbôa  
Marilene da Silva Tavares  
Marlene Inês Spaniol  
Michelle Barbosa de Brito  
Naldson Ramos da Costa  
Renato Barbosa Guanaes Simões  
Rodelin Oliveros Oliveros  
Rosália Thainá da Silva Moraes  
Samara Viana Costa  
Sílvia Canaan Moraes de Oliveira  
Sílvia dos Santos de Almeida  
Simone Edoron Machado Araújo  
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa  
Thays Suelen Brito Santos  
Vera Lúcia de Azevedo Lima  
Vera de Souza Paracampo  
Verônica do Couto Abreu  
Yamilet Garcia González

---

ISBN

